

EVERTON GUSTAVO RODRIGUES

**RUÍDOS E VOZES DO PORÃO FARDADO: SOCIALIZAÇÃO, IMAGINÁRIO E
IDENTIDADE DOS SARGENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1945-2000)**

**CURITIBA
2013**

EVERTON GUSTAVO RODRIGUES

**RUÍDOS E VOZES DO PORÃO FARDADO: SOCIALIZAÇÃO, IMAGINÁRIO E
IDENTIDADE DOS SARGENTOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1945-2000)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa “Cultura e Poder”, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. DENNISON DE OLIVEIRA

**CURITIBA
2013**

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Rodrigues, Everton Gustavo

Ruídos e vozes do porão fardado: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do exército brasileiro (1945 -2000) / . – Curitiba, 2013.

381 f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Dennison de Oliveira

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Brasil – Exército - História 2. Militares – Socialização profissional 3. Militares – Identidade (Psicologia) I. Título.

CDD 355.1

DEDICATÓRIA

À Aline pela paciência da espera. Sempre cúmplice e afetuosa, com sua inolvidável compreensão, carinho e energia para organizar o caos da vida prática. Pilar da minha existência. Coautora desta tese.

Ao Augusto, gerado no início deste trabalho, e ao futuro rebento gerado no seu final. Embriões de esperança para um universo de futuro incerto.

AGRADECIMENTOS

Jamais solitária, a escrita de uma tese compõe-se de inúmeras mãos, que aparecem invisíveis em cada letra posta em ordem nas palavras de um texto. Agradecer significa dar identidade a essas mãos que ajudaram a construir um trabalho de mais de quatro anos. Mas também pode ser um ato penoso, pois injusto e quase triste; injusto, pois o risco do esquecimento – imperdoável para o historiador – pode ser real; triste, pois o ”muito obrigado!” prenuncia uma despedida. Curioso como a ansiedade para ver seus trabalhos concluídos transforma-se em saudosas lembranças. Como no rodar de um filme, quase expulsam lágrimas. Corro o risco.

Os mais profundos agradecimentos ao Prof. Dennison pela gentil sabedoria das orientações, pelo conhecimento de causa e pela enorme paciência dedicada a um orientando prolixo e turrão. Apenas um coração enorme como o dele poderia, desde a apresentação do projeto até a versão final da tese, acreditar no meu trabalho e em seus resultados, vendo neles alguma qualidade. Não fosse sua coordenação serena e segura e sua amizade, desde o mestrado, este trabalho continuaria sendo uma abstração.

Obrigado ao Prof. Renato e Profa. Helenice pela generosidade de seus saberes compartilhados. Seus seminários, durante as disciplinas, serviram de estímulo para que um pragmático se apaixonasse pela teoria.

Obrigado à Profa. Helenice, também, pela generosidade de suas observações feitas na qualificação.

À Cristina, secretária do CPGHIS, pela amizade e solicitude a mim dedicadas, ajudando-me, sempre com muito zelo, a cumprir as etapas burocráticas do curso.

Aos colegas do curso, Ulisses, Andrew, Alexandro, Caroline, Diogo e Federico, pela troca de experiências nas conversas de corredor e pela certeza de que as mesmas angústias acerca do andamento dos trabalhos, apesar de apropriadas de modos e intensidades diversas, eram partilhadas por todos nós.

Aos colegas de trabalho e amigos, sgt Marcelo Moraes, sgt Lopes (Trautman), subtenente Clober, sgt Marcelo, sgt Freire, sgt Delcio, sgt Araújo, subten Menezes, sgt Batista, maj Herbster, maj Rodrigues, cel Mendes, sgt Juscelino. Sem a compreensão de uns e sem o apoio de todos, este trabalho não teria se concretizado.

Aos entrevistados, senhores Abdon Luz, Adão Válter Barriles, Adão Batista de

Oliveira, Adeir José Moreira, e àqueles que, por motivos óbvios, foram nomeados simplesmente Anônimos 1 e 2 (personagens distópicas por excelência). São a razão de existir desta tese e a vocês tenho o mais sincero e profundo sentimento de gratidão. Obrigado por permitirem que um estranho entrasse em suas residências ou locais de trabalho e, incondicionalmente, revirasse as profundezas de suas memórias.

Aos meus pais, Nilda e Cássio, pelo amor incondicional e constante estímulo, desde a mais tenra idade. Obrigado, mãe, pela sua herança imaterial.

À Ana, Abel (saudades), Anderson e André, pela confiança e generosidade com que sempre me trataram.

À Elida, Bonifácio, Isaac, e às recém-chegadas ao mundo, Ádile e Rebeca. Apesar da distância física, tenho muito orgulho e felicidade de sermos uma família de muito próximos. Obrigado pelo encorajamento e solidariedade. À Élide, poli mãe e poliglota, minha melhor amiga e irmã, particularmente, pelas correções ortográficas e versão em inglês do resumo.

Difícil agradecer a uma pessoa que certamente é tão, ou mais, responsável por este trabalho do que eu próprio. Suas mãos percorreram virtualmente cada página e sua existência misturou-se à produção de cada uma das palavras que as compõem. Fez-se presente comigo, em meus pensamentos, em cada crédito durante as disciplinas, e, fisicamente, acompanhou-me durante o longo e continuado processo de sistematização desta tese. Obrigado Aline, pela cumplicidade e doçura de sua presença sempre reanimadora. Além de me desincumbir das funções práticas de um lar, e, das incontáveis vezes que me cobriu nas funções de pai, agradeço-lhe, Aline, por compartilhar seu tempo existencial comigo, aceitando-me com minhas limitações e compreendendo as angústias de um estudante crônico. Sem sua presença esta tese não existiria. Sem você, já não me reconheço.

Mas não nos vejo mais sozinhos sem o Augusto. Gerado e nascido no início dessa jornada de 4 anos, com ele, o nosso “nós” passou a ter um significado mais complexo, talvez mais sólido e responsável. Mesmo sabendo que pouco deste tempo restará em suas memórias futuras, agradeço ao Augusto, por compreender minhas ausências. Sempre que seu irresistível chamado e o desejo paterno me impeliam à sua companhia – entre os Backyardigans, o Homem Aranha, o trenzinho “Possa” ou a “biliqueta” –, com o coração em frangalhos, eu me obrigava a escolher outros “super-heróis” do universo adulto. Portanto, na composição desta tese, há, também, muito de sua compreensão e abnegação.

SUMÁRIO

	Pág
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xi
LISTA DE GRÁFICOS	xi
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
PREFÁCIO	1
1. POR QUE ESTUDAR OS MILITARES A PARTIR DO “PORÃO”?	1
a. O lugar do “porão” da sociedade militar	1
b. Motivações para o estudo: historiador-militar versus historiador/militar	4
c. O problema do distanciamento do “pesquisador participante”.	6
d. Matizes do subjetivismo	14
2. A LÓGICA PROCESSUAL ABERTA DAS SOCIALIZAÇÕES DOS SARGENTOS DO EXÉRCITO: ENTENDENDO O <i>LOCUS</i> DO OBJETO A PARTIR DE UM ESTOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO	17
a. O Exército como “configuração”, e a “interdependência” dos grupos	17
b. Os múltiplos “Nós” e “Eles” nas figurações militares	22
c. As interdependências dos sargentos do Exército	29
d. O espaço do individual nas “configurações”	34
e. Critérios para a escolha das fontes orais e os objetivos de seu uso	37

**CAPÍTULO I – O SILÊNCIO RUIDOSO DO PORÃO – UMA APRESENTAÇÃO AO
OBJETO: OS SARGENTOS ANTES DA II GERRA MUNDIAL 40**

- a. Assimetria da socialização de praças e de oficiais 40
- b. As praças civilizadas: as escolas regimentais 46
- c. Os Sargentos civilizados: as Escolas Práticas e a Escola de Sargentos da Vila Militar do Rio de Janeiro (1890-1897) 49
- d. A semântica distintiva: o “posto” e a “graduação” 54
- e. A República dos oficiais 57
- f. A República dos sargentos (?): as Revoltas dos sargentos (1915-1916) 63
- g. Insegurança e informalismo nas relações sociais do grupo dos sargentos 67
- h. Insatisfação social e desejo de ascensão dos sargentos 78
- i. O uso político da fluidez da função de sargento 91
- j. Militares e cidadãos de 2ª classe: uma identidade ainda descartável 110

**CAPÍTULO II – O RUIDOSO VOCIFERA: O EXÉRCITO DE CAXIAS E O DA
FEB – A II GUERRA E O PESO DA BALANÇA EM FAVOR DOS
SARGENTOS 117**

- a. Em guerra: as relações dos sargentos com os jogadores da figuração 117
- b. Os símbolos das distinções: as concessões hierarquizadas das medalhas 120
- c. Uma identidade renovada: profissionalizados, mas socialmente estigmatizados 129
- d. As associações de sargentos e o universo político 134

CAPÍTULO III – VOZES IRROMPIDAS: OS SARGENTOS, SUAS REPRESENTAÇÕES E A SOCIALIZAÇÃO MILITAR ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1980	147
1. O “CULTO” E SOCIALMENTE INSATISFEITO: ABDON LUZ, SARGENTO DE 1956	147
a. Primeiras experiências: o Exército	147
b. Sociabilidades e moralidade	154
c. Os símbolos identitários	159
d. Entre a resignação e a rebeldia	160
e. Analfabetos e bacharéis: a educação formal dos sargentos	172
2. O TROPEIRO: ADÃO VÁLTER BARRILES, SARGENTO DE 1964	185
a. O ambiente politizado e os primeiros passos da socialização militar	185
b. Moralidade disciplinar	200
c. Distinções sociais e carreira	203
3. O CRÍTICO: ADÃO BATISTA DE OLIVEIRA, SARGENTO DE 1974	220
a. Um soldado da Escola de Sargentos, um sargento regimental	220
b. O “chapéu do Adão”: patrulhamento escolar antimilitar	224
c. “Nós aqui não podemos saber?!”: o patrulhamento obscurantista	227
d. Estagnação social fetichizada	233
e. O “poder” também circula entre os sargentos	238
f. Mas permanecem os retratos de dominação	242
4. O RELIGIOSO: ADEIR JOSÉ MOREIRA, SARGENTO DE 1984	244
a. Da enxada ao fuzil: primeiras trajetórias	244
b. O fuzil e a cruz: o socializador militar cristão	249
c. Variâncias temporais do “imperativo da afinidade”	252
d. Obscurantismo coletivo e fetiche do saber universitário	254

e. Objetivação do controle disciplinar	256
CAPÍTULO IV – VOZES AINDA (IN)CONTIDAS: OS SARGENTOS, SUAS REPRESENTAÇÕES E A SOCIALIZAÇÃO MILITAR ENTRE AS DÉCADAS DE 1990 E 2000	260
1. O OPERÁRIO-BACHAREL: ENTREVISTADO Nº 5 SARGENTO DE 1991	260
a. Êxodo rural e infância pobre: o jovem operário	260
b. O Exército como opção de ascensão social: vida de soldado	262
c. O “poder” inexorável dos indivíduos	270
d. A divisa como estigma do futuro bacharel	280
e. As negociações diante das normatizações burocráticas e relacionais	284
f. As tensões da transição social e normativa	289
g. Saberes civis e desequilíbrio de poder em favor dos sargentos	297
2. O DUELISTA: ENTREVISTADO Nº 6, SARGENTO DE 1993	307
a. A luta social e a arte marcial: caminhos para a carreira das armas	307
b. Status de grupo e relações figurativas: tensões em equilíbrio	315
c. Um soldado no comando: desequilíbrio do jogo relacional	322
d. O saber insubmisso dos técnicos	330
e. Da disciplina subjetiva à objetividade regulamentar	331
f. A economia das relações de poder intergrupos: o equilíbrio tenso entre afastamentos e aproximações	340
g. Modelo disciplinar em transição: entre ameaças e cooptação (mesmas clivagens, outras facetas)	345
CONSIDERAÇÕES FINAIS	357
FONTES	363
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	371

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração nº 1: Postos e Graduações nas Forças Armadas brasileiras	Pág 1
---	-------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Efetivo do Exército (Anos de 1994 e 2004)	Pág 4
---	-------

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1: Aumentos salariais do Exército, em 1889 e 1895	Pág 58
Tabela nº 2: Porcentagens de candidatos aprovados à Escola Militar (1938-42)	Pág 78
Tabela nº 3: Aumentos salariais, anos de 1960, 1962, 1963 e 1964	Pág 194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Al: Aluno

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras

APEB: Associação de Praças do Exército Brasileiro

Asp Of: Aspirante a Oficial

BC: Batalhão de Caçadores

BC: Bateria de Comando

BE: Boletim do Exército

BI: Boletim Interno

BIB: Batalhão de Infantaria Blindada

BLog: Batalhão Logístico

CAS: Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos

CCS: Curso de Candidatos a Sargentos

Cad: Cadete

Cap: Capitão

Cel: Coronel

CESSE: Comissão Especial do Serviço Social do Exército

CFG: Curso de Formação de Graduados

CFC: Curso de Formação de Cabos

CFS: Curso de Formação de Sargentos

CFST: Curso de Formação de Sargentos Temporários

Cia: Companhia

CIMM: Centro de Instrução de Motorização e Mecanização do Exército

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CMC: Colégio Militar de Curitiba

COB: Confederação Operária Brasileira

CPOR: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CRAS: Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos

CVVM: Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares

DE: Divisão de Exército

DEPA: Departamento de Ensino Preparatório e Assistencial

DGP: Departamento Geral do Pessoal

DI: Divisão de Infantaria

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda

ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EME: Estado-Maior do Exército

ESA: Escola de Sargentos das Armas

EsEFEx: Escola de Educação Física do Exército

ESG: Escola Superior de Guerra

ESI: Escola de Sargentos de Infantaria

EsIE: Escola de Instrução Especializada

ESLog: Escola de Sargentos de Logística

EUA: Estados Unidos da América

FEB: Força Expedicionária Brasileira

Gen Bda: General de Brigada

Gen Div: General de Divisão

Gen Ex: General de Exército

G Rev: Guerra Revolucionária
HCEEx: Hospital Central do Exército
IP: Instruções Provisórias
IPM: Inquérito Policial Militar
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Maj: Major
NOC: Non-Commissioned Officer (Oficial Não-Comissionado: Sargentos em alguns países anglo-saxões)
NPOR: Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OM: Organização Militar
QAA: Quadro de Auxiliares de Administração
QAO: Quadro Auxiliar de Oficiais
QM: Qualificação Militar
QOA: Quadro de Oficiais de Administração
QOE: Quadro de Oficiais Especialistas
QOM: Quadro de Operários Militares
RDE: Regulamento Disciplinar do Exército
RI: Regimento de Infantaria
RISG: Regulamento Interno e dos Serviços Gerais
RM: Região Militar
S/3: Terceira Seção (Seção de Operações de um Estado-Maior)
SAME: Serviço de Assistência Médica do Exército
Sd: Soldado
Sgt: Sargento
Sgt-Ajd: Sargento-Ajudante
ST ou Sub Ten: Subtenente
SU: Subunidade
Ten: Tenente
TG: Tiro-de-Guerra

RODRIGUES, Everton Gustavo. **Ruídos e vozes do porão fardado: socialização, imaginário e identidade dos sargentos do Exército Brasileiro (1945-2000)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Resumo

Desde o final do século XIX, os sargentos do Exército apresentavam demandas internas por poder e prestígio, não inteiramente satisfeitas pela cúpula daquela instituição. Entendendo o papel efetivo dos sargentos em campo de batalha, durante a II Guerra Mundial, o grupo viu crescer sua autoestima profissional. Ao mesmo tempo, o contato com exércitos de disciplina mais liberal tornava mais intensos os matizes de distinção existentes na práxis relacional do Exército Brasileiro. No retorno ao Brasil, organizaram-se em associações e clubes, que, logo se abriram à política partidária, empreendendo críticas públicas às relações assimétricas de poder que experimentavam no Exército. Num contexto de Guerra Fria, as contestações foram associadas, pela alta oficialidade, à penetração comunista nas Forças Armadas. Conflagrado o Movimento Militar de 1964, os sargentos foram sumariamente censurados em suas reivindicações, ao mesmo tempo em que a cúpula militar modulou suas solicitações com paliativos. Em estado latente, as tensões relacionais entre sargentos e oficiais permaneceram e se acumularam, no decorrer dos anos. Mais de uma década depois da abertura política, a latência tornou-se explícita, e os sargentos empreenderam, individual e coletivamente, um processo de disputa por direitos, desta vez, calcado no embate jurídico. É lícito compreender, portanto, terem sido o final da guerra e a virada do milênio, os dois momentos de inflexão no eixo de poder dos sargentos, e, por isso, o presente trabalho privilegiou esse ínterim como recorte. Alicerçado nas histórias de vida de seis militares, que serviram o Exército desde 1950 até o tempo presente, este estudo centraliza-se em torno dos processos de socialização profissional dos sargentos, das suas identidades de grupo, e das representações que vêm elaborando acerca de si próprios e dos outros grupos deles interdependentes. A partir desses processos, por fim, tenta compreender as dinâmicas relacionais entre esses grupos, e analisar como os sargentos mensuram e qualificam a distribuição de poder entre eles.

Palavras chave: sargentos, identidade profissional, socialização, Exército Brasileiro.

RODRIGUES, Gustavo Everton. **Noises and voices from the underground in regimentals: socialization, identity and imaginary of the Brazilian Army sergeants (1945-2000)**. Thesis (PhD in History). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Abstract

Since the end of the nineteenth century, the sergeants of Brazilian Army used to demand internal power and prestige which were not fulfilled by the summit of that institution. Understanding the effective role of the sergeants on the battlefield during World War II, saw the group grow up their professional self-esteem. At the same time, contact with more liberal armies became more intense shades of distinction in relational praxis of the Brazilian Army. When they returned to Brazil, they organized themselves in associations and clubs that became open to some party politics and made some public criticism to the asymmetrical relations of power that they had experienced in the Army. During the Cold War, because of the high officialdom, the dispute was associated to the communist penetration in the Armed Forces. When the Military Coup of 1964 became incendiary, the sergeants' claims were quickly censored as the military summit controlled its requirements with palliatives. In a hidden way, the tense relations between sergeants and officers had remained and accumulated throughout the years. More than a decade after the political opening, the latency became explicit and the sergeants, individually and collectively, were involved in a legal dispute over their rights. Hence, it is important to comprehend that the end of the war and the turn of the millennium were the two moments of inflection in the sergeants' power axis. Therefore, this thesis has privileged that interim period to be analyzed. Based on the life experience of six military people who have served in the Army since 1950, this study focuses on the sergeants' professional socialization processes, their group identity and the representation they make of themselves and of other independent groups. From these processes this paper analyzes the dynamics of the relationship among those groups as well as how the sergeants measure and qualify the power distribution among them.

Keywords: sergeants, professional identity, socialization, Brazilian Army.

PREFÁCIO

1. POR QUE ESTUDAR OS MILITARES A PARTIR DO “PORÃO”?

a. O lugar do “porão” da sociedade militar

A resposta a essa questão proposta no título é provocativa e não é simples. Tentar respondê-la infere remeter-se a outras questões de suma importância para a compreensão do *locus* desta tese. Primeiramente, há que se referir ao fato de o termo “porão” não ter sido utilizado de maneira indiscriminada. Houve uma razão empírica na escolha da metáfora da casa. O quadro a seguir seria autoexplicativo:










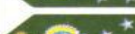



















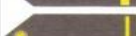


















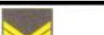











	 MARINHA	 EXÉRCITO	 AERONÁUTICA
OFICIAIS GERAIS	 Almirante  Almirante-de-Esquadra  Vice-Almirante  Contra-Almirante	 Marechal  General-de-Exército  General-de-Divisão  General-de-Brigada	 Marechal-do-Ar  Tenente-Brigadeiro  Major-Brigadeiro  Brigadeiro
OFICIAIS SUPERIORES	 Capitão-de-Mar-e-Guerra  Capitão-de-Fragata  Capitão-de-Corveta	 Coronel  Tenente-Coronel  Major	 Coronel  Tenente-Coronel  Major
OF INT	 Capitão-Tenente	 Capitão	 Capitão
OFICIAIS SUBALTERNOS	 1º Tenente  2º Tenente  Guarda-Marinha	 1º Tenente  2º Tenente  Aspirante-a-Oficial	 1º Tenente  2º Tenente  Aspirante
PRAÇAS	 Suboficial	 Subtenente	 Suboficial
	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento
	 Cabo	 Taifeiro-Mor  Cabo	 Cabo  Taifeiro-Mor
	 Marinheiro	 Taifeiro de 1ª Classe	 Soldado de 1ª Classe  Taifeiro de 1ª Classe
		 Soldado  Taifeiro de 2ª Classe	 Taifeiro de 2ª Classe

Ilustração 1: Postos e Graduações nas Forças Armadas brasileiras. Disponível em: <http://www.mikrus.com.br/~classe35/corresponde.JPG>. Acesso em 15 Fev

De acordo com o atual Estatuto dos Militares¹, as Forças Armadas são divididas em duas grandes categorias: os oficiais e as praças. Os oficiais são subdivididos em 4 círculos: os oficiais gerais, os oficiais superiores, os oficiais intermediários e os oficiais subalternos. As praças são subdivididas entre o círculo dos cabos e soldados e o dos subtenentes e sargentos. Cada um desses “círculos”, apesar de interdependentes, possui espaços específicos de sociabilidades, sendo relativamente apartados uns dos outros. Utilizam-se de refeitórios, alojamentos, banheiros particulares.

Os oficiais são divididos em “postos”. O círculo dos oficiais gerais, a partir de 1946², possui 4 postos: Marechal (somente em caso de guerra), General de Exército, General de Divisão e General de Brigada. O círculo dos oficiais superiores possui 3 postos: Coronel, Tenente Coronel e Major. Os oficiais intermediários são compostos apenas pelos capitães, e o dos oficiais subalternos possui 2 postos: 2º e 1º Tenente.

As praças, por sua vez, são divididas em “gradações”. O círculo dos subtenentes e sargentos possui 4 dessas gradações: Subtenente, 1º, 2º e 3º Sargento.³

Por fim, há o círculo dos Cabos e Soldados, que possui essas duas gradações, mais as dos taifeiros. Não as conto como gradações diferentes pelo simples motivo de terem uma relativa equivalência em relação aos Cabos e Soldados. Em termos hierárquicos não apresentam diferenças e em termos salariais são praticamente os mesmos. Os taifeiros são um caso à parte somente pela relativa excepcionalidade de sua existência no cômputo geral dos militares, pois atualmente são cerca de 800⁴ em todo o Exército. São um caso à parte, também, funcionalmente, tendo em vista que as tarefas a eles destinadas pouco relacionam-se a atividades militares, mas sim a funções de serviços⁵ diretos dos oficiais gerais.

Leva-se em consideração que o Exército possui cerca de dezesseis postos e

¹ Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm; Acesso em: 15 Jan 2008.

² Até o Decreto-Lei 9.736, de 4 de setembro de 1946, que mudou o Estatuto de 1941, havia somente os postos de Marechal (somente em caso de guerra), General de Divisão e General de Brigada.

³ Essa divisão veio sofrendo modificações ao longo dos anos até chegarmos à configuração atual. Esse trabalho percorrerá um pouco dessa trajetória, que estabilizou-se a partir de 1946.

⁴ Atualizados para 15 de março de 2012, os efetivos deveriam girar em torno de 704. Mas, desde 2010, giram em torno de 700 a 800. Decreto 7701, de 15 de março de 2012, dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, para 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7701.htm#art5/; Acesso em: 12 Abr 2012.

⁵ Na edição de 16 de junho de 2008, do Jornal Correio Braziliense, foi publicado que os taifeiros “Embora sejam cozinheiros ou copeiros, eles afirmam que desempenham várias tarefas, como lavar o chão e vasos sanitários, fazer compras em supermercado, trocar roupa de cama e lavar até as calcinhas das mulheres dos generais.” Disponível em: <http://www.apeb.com.br/apeb/arquivo/noticias/2008/taifeiros.htm>; Acesso em 19 Set 2009.

gradações atualmente vigentes, de soldado a general de Exército. Desses dezesseis postos e graduações, dez são do círculo de oficiais. Seis são correspondentes às praças, as camadas inferiores do Exército ou, como preferi chamá-lo, o seu “porão”.

Essa extensa divisão hierárquica não é exclusividade do Exército Brasileiro, mas pertence sim a um sistema bastante difundido de organização militar, desde o século XVIII. John Keegan entende que a adoção dessa longa e elaborada hierarquia, nos Exércitos modernos, possui a qualidade prática de agirem, na guerra, como “um sistema de coberturas para camuflar a altitude na qual as ordens perigosas são geradas”, pois, como ele mesmo explica,

Como os subordinados mais expostos às consequências, os combatentes comuns, recebem essas ordens de alguém bem menos exposto do que eles próprios, ou talvez menos ainda – o comandante de companhia ou de pelotão –, os descontentamentos resultantes são dissipados naquele nível se eles forem, em realidade, sentidos ou manifestados. Leva muito tempo para que as qualidades de um mau e desprestigiado general se difundam através das diversas camadas da cadeia de comando (...)” Mesmo quando ele passa a ser representado assim, ele continua a ser protegido por um mecanismo paralelo de repressão: o código de leis militares (KEEGAN, 1999, pp. 378-379).

Dentro dessa perspectiva, é mister que se compreenda a forma pela qual se organiza um corpo militar como funcional para um jogo de ordens e contraordens, encontrado em um Exército numa guerra. Suas cadeias hierárquicas consolidam funções gradativas, das mais às menos arriscadas, das mais às menos intelectuais e, em última análise, das que delas fazem depender, a partir das decisões individuais de seus ocupantes, uma quantidade maior ou menor de vidas humanas.

Em um Exército, a maior quantidade de vidas humanas, as quais dependem de decisões individuais específicas, pertence aos seus degraus hierárquicos mais baixos ou, prosseguindo na metáfora da distribuição espacial de uma casa, ao seu porão.

É nesse “porão” que o efetivo militar de um país mormente se concentra. No caso do Exército Brasileiro, de acordo com o gráfico a seguir, podemos ver, numa variação de dez anos, a diferença de quantitativos entre oficiais, sargentos, cabos e soldados:

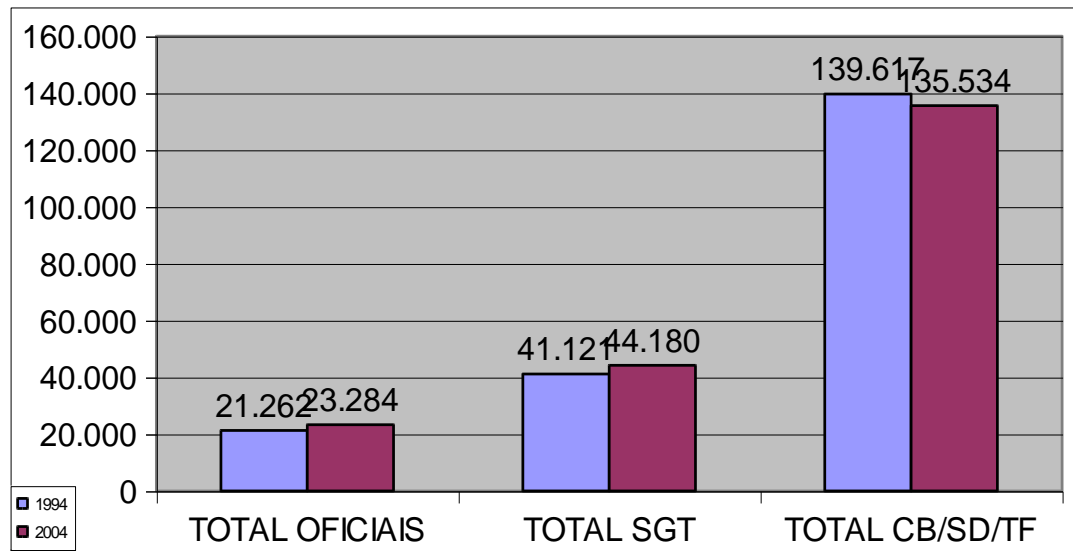


Gráfico 2: Efetivo do Exército (Anos de 1994 e 2004). Fonte: RODRIGUES, 2008, p. 48.

Levando-se em conta que no efetivo de oficiais estão computados os do Quadro Auxiliar – oriundos do quadro de sargentos – e que no efetivo dos sargentos estão computados os do Quadro Especial – oriundos do quadro de cabos –, o efetivo de sargentos e subtenentes é quase o dobro do de oficiais e, por sua vez, o efetivo de cabos e soldados e taifeiros é praticamente o triplo do de sargentos e quase seis vezes do de oficiais. Podemos resumir afirmando que apenas 11,47% do efetivo de todo o Exército é composto de oficiais. O restante dos 88,53% é formado por praças, a grande maioria.

b. Motivações para o estudo: historiador-militar versus historiador/militar

As motivações que levaram o autor a escolher investigar a categoria dos sargentos foram de espécies várias, algumas delas de cunho pessoal, outras de cunho investigativo.

Começamos pelas motivações pessoais, sobremaneira problemáticas, pois inserem no escopo da pesquisa questões acerca de juízos de valor que deveriam ser, em tese, controladas. Remeto-me, primeiramente, ao problema da inserção do autor em seu objeto de pesquisa, que pode colocar algumas limitações, em determinados aspectos da pesquisa, tanto na fase de coleta dos dados empíricos, como nas etapas de análise e de elaboração da narrativa. Apresentá-lo é vital, tanto para o entendimento do esquema metodológico como para compreender as fragilidades e, talvez, possibilidades, que poderão ser encontradas durante o presente trabalho.

Propus-me a estudar as praças do Exército, mais especificamente os sargentos, pela relativa facilidade do acesso às fontes, levando-se em consideração o meu exercício profissional, na função de sargento. Como “observador participante” do meu objeto, há algum tempo, minhas observações e, principalmente, minha inserção no objeto tiveram início muito antes da pesquisa em si, sendo iniciadas desde meu ingresso no Exército, em 1993.

Isso me coloca frente ao problema de “contaminação” do meu ponto de vista, como pesquisador, pelo ponto de vista institucional ou do ponto de vista do grupo dos sargentos. Devido ao longo tempo de contato, por questões funcionais, com o senso comum construído pelos “guardiões do imaginário social” (BACZKO, 1985, p. 299) do Exército, o historiador de sua própria época e, pior, pertencente ao grupo social que escolheu para estudar, precisa ter em mente os riscos de se levantar problemas, sugerir hipóteses e apresentar conclusões, influenciado, ou mesmo induzido, pelos ideais institucionais socialmente construídos ou pelo senso comum de um grupo que permeia o autor há anos.

Podemos parcialmente concluir que há potenciais desvantagens a um pesquisador que escolhe estudar, dentro de sua própria temporalidade, a sua própria socialização profissional, o imaginário e a identidade de seu próprio grupo social.⁶ É digno de nota, também, que há possibilidades potencialmente bastante positivas. Descrevamos, primeiro, alguns dos possíveis inconvenientes, para depois partirmos para as supostas conveniências.

O primeiro potencial inconveniente seria o da facilidade argumentativa da autorreferenciação. Apesar de haver evidências de que construir uma abordagem histórica, utilizando-se de experiências particulares, não se trata de um pecado tão mortal assim. Eric Hobsbawm, em seu clássico *Era dos Extremos*, confessou que chegou a recorrer “às memórias e às opiniões acumuladas” durante seu período de vida, na posição de um “observador participante” ou mesmo como “um viajante de olhos abertos” (HOBSBAWM, 1996, p. 8).

De qualquer maneira, pretende-se aproveitar a suposta experiência empírica do autor, na sua vivência com seu objeto de pesquisa, nas análises deste trabalho, mas não é intenção elaborar uma ego-história, muito menos um livro de memórias, um anedotário de experiências

⁶ Essa é a grande dificuldade enfrentada, por exemplo, por historiadores brasileiros que pesquisam acerca da história do Brasil ou de sua própria região ou de historiadores que se especializam na história da historiografia, na história dos intelectuais ou alguma outra temática na qual esteja envolvido mais diretamente em seu campo profissional; historiadores que professam concepções ideológicas, políticas, religiosas e culturais, de um modo geral, e as tem, também, como objeto de pesquisa; militares que pesquisam acerca da história militar.

próprias ou, mesmo, de ouvir falar. A escolha dos referenciais teóricos e o próprio método de pesquisa, de análise e de narrativa, em princípio, foram pensados como um meio de conter determinados pruridos mais acentuados de subjetividade por parte do autor.

Intencionalmente, ao priorizar as vozes das fontes, tanto as escritas quanto as orais – principalmente estas, coletadas por meio de seis entrevistas de sargentos socializados entre as décadas de 1950 de 1990 –, tentou-se controlar as determinações subjetivistas do autor como fio condutor da análise.

Com o intuito de analisar a respeito da identidade, imaginário e socialização do grupo dos sargentos, seria de capital importância entender como os próprios sargentos veem-se como um grupo possuidor de um *ethos* específico; como eles veem os outros grupos pertencentes à figuração militar e, também, aos outros grupos externos a essa figuração; e como eles percebem a dinâmica relacional entre eles. Para isso, apenas dando-lhes voz.

Mas ao contrário de calar-se diante das fontes, em uma atitude passiva em relação a elas, buscou-se catalisar seu potencial argumentativo por meio da tentativa de construir com elas um diálogo com os referenciais teóricos. É com base nessa relação entre empiria e teoria que os argumentos da presente tese buscam se sustentar.

Desse modo, no arcabouço desta tese, empiria e teoria interagiriam numa dinâmica de construção narrativa sedimentada e delimitada, de um lado, pelos referenciais teóricos e, de outro, pelas fontes. Esse construto não se afasta do pensamento proposto por Jörn Rüsen, para quem a fundamentação teórica da pesquisa histórica não seria desvencilhável da pesquisa empírica, e um dos papéis da teoria seria o de cuidar para que o conjunto da floresta da ciência não fosse perdido de vista, em benefício das árvores dos processos particulares do conhecimento [RÜSEN, 2007(a), pp. 15;26-27].

c. O problema do distanciamento do “pesquisador participante”.

É bastante discutido o ideal positivista do distanciamento do pesquisador de ciências humanas em relação aos seus objetos de pesquisa. Um transplante normativo das ciências duras, que, talvez, não estabeleça uma ligação integralmente concreta com a realidade das pesquisas em humanidades, pela própria impossibilidade da desconexão entre os indivíduos pesquisadores e o seu principal objeto de pesquisa, a sociedade. Esse distanciamento seria utópico, não tangível (WHITE, 2001; IGGERS, 1997).

Contudo, esta tese foi projetada intencionando a busca de uma veracidade histórica, baseada na força do melhor argumento, construída por intermédio de uma posição plural entre concepções objetivistas e subjetivistas, em relação ao passado histórico [RÜSEN, 2007(a;b)].

O distanciamento crítico fora um exercício constante, por parte do autor, como forma de tentar coibir uma possível tendência panfletária que poderia se desenvolver, em diversas matizes, por causa da problemática proximidade do presente autor com seu objeto. Desnecessário dizer que dificilmente seria diferente em outras temáticas, já que os interesses, por quaisquer assuntos, são frutos de escolhas pessoais, conduzidas por nossas valorações (MYRDAL, 1963, p. 102).

A primeira aproximação de um pesquisador com seu tema não tem nada de objetivo e isento; é provocada nada menos pelo seu critério de gosto e afinidade. A História Militar brasileira é um bom exemplo desse envolvimento afetivo dos pesquisadores com seus objetos de pesquisa, particularmente no que tange à escolha dos temas.⁷

Os indivíduos – com suas estruturas de personalidade e seus *habitus* – vão forjando-se a partir e por meio da sociedade, a qual lhes dá o arcabouço inicial de possibilidades materiais, psíquicas e afetivas. Em contrapartida, a ordem social vai tornando-se produto da atividade humana, no curso de sua contínua exteriorização (BERGER & LUCKMANN, 1978, 76). A partir de uma análise dialética, pode ser dito que a sociedade vai processando uma construção dos indivíduos, à medida que estes a (re)formam. Afinal, a sociedade

só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (ELIAS, 1994, p. 13).

No voo cego desse intrínseco jogo processual e plástico de construção de indivíduos

⁷ Os exemplos são infinitos, mas podemos ficar somente em alguns trabalhos referentes aos militares brasileiros: Gustavo Barroso (História Militar Brasileira) era comandante da Milícia Integralista; Nelson Werneck Sodré (História Militar do Brasil) era Oficial do Exército; José Murilo de Carvalho (Forças Armadas e Políticas no Brasil) era universitário e militante quando eclodiu o Movimento de 1964, além de ter um pracinha na família; Dennison de Oliveira (Os Soldados Alemães de Vargas/Os Soldados Brasileiros de Hitler) foi aluno de Colégio Militar, além de ser filho de oficial do Exército; Celso Castro (O Espírito Militar) é filho de oficial do Exército; Tania Godoy de Oliveira (O Estudo da Guerra e a Formação de Liderança Militar Brasileira) é oficial da Força Aérea; Daniela Wortmeyer (Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional...) é oficial do Exército; Paulo Loyola Kuhlmann (O Serviço Militar, democracia e defesa nacional...) é oficial da reserva do Exército; Liseane Morosini (Mais deveres que direitos: os *sargentos* e a luta pela cidadania negada /1930-1960) é filha de sargento da Força Aérea; Fernando da Silva Rodrigues (Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946) é subtenente do Exército.

e sociedade, participam os pesquisadores das ciências humanas. São indivíduos que sofrem as ações da sociedade e nela agem. Quem descreve a história do seu próprio tempo é testemunha e historiador, que nunca ignora o rigor científico, mas é ator em relação direta com seu tema, estando ligado a seu tempo e à comunidade à qual pertence (CHAVEAU, 1999, p. 25;78). Nesse sentido, Norbert Elias arrazoa que

Aquele que estuda e pensa a sociedade é ele mesmo um dos seus membros(...). A sociedade que é muitas vezes colocada em oposição ao indivíduo é inteiramente formada por indivíduos, sendo nós próprios um ser entre os outros (ELIAS, 1970, p. 13).

Outros autores (HOBSBAWM, 2000; BOURDIEU, 2005) também tornaram claras as suas preocupações a respeito do distanciamento, dada a relação de proximidade temporal e geográfica com os seus objetos de estudo. Em outro de seus trabalhos de fôlego, Elias discute mais especificamente o problema do indivíduo pesquisador na construção de análises acerca de um mundo no qual ele se insere:

Dissimulada em segundo plano nos estudo aqui publicados está uma testemunha ocular que presenciou, por cerca de noventa anos, os acontecimentos relatados à medida que desenrolavam. O quadro de eventos elaborado por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com a imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias – *close up*, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando (...) É mais fácil, em princípio, reconhecer os elementos compartilhados do "habitus" nacional no caso de outros povos do que no daquele a que se pertence (...) Adquirir consciência das peculiaridades do *habitus* da nossa própria nação requer um esforço específico de autodistanciamento (ELIAS, 1997, p. 15)

Se, para adquirir a consciência do *habitus* de sua própria nação, é necessário um esforço por parte do pesquisador, o mesmo se poderia dizer acerca do grupo profissional a qual pertence. Esse distanciamento artificial – uma espécie de projeção extracorpórea realizada intelectualmente – e a objetividade das análises e da apresentação historiográfica deveriam ser perseguidos tanto através da utilização dos referenciais teóricos como do rigorismo do método de pesquisa e manipulação das fontes.

É criticável pensar na possibilidade de um saber plenamente objetivo e ingênua a ideia de que o pesquisador seja capaz de atingir o passado em si mesmo, ser imparcial e livre de preferências e valores. Aliás,

Reconhece-se que alguns historiadores têm poucas dúvidas quanto à possibilidade de atingir tal ideal, mas a maior parte deles, a maioria deles defensores do objetivismo, tem consciência da tendência dos historiadores em serem parciais, subjetivos e normativos. De fato, é precisamente por causa desta consciência que eles sublinharam a necessidade de aplicar métodos rigorosos de crítica e análise documental e de lutar pela objetividade (WIKLUND, 2008, p. 28).

De um lado, a análise crítica e a triangulação das fontes conduzem o pesquisador por caminhos que, em última instância, o direcionam para determinadas conclusões parciais, as quais vão se somando e no final podem direcioná-lo a construir conclusões mais abrangentes. Dessa forma, apresentam-se como desonestos os argumentos impossíveis de serem corroborados com fontes, nem mesmo por ilação.

Não falo aqui da “imaginação histórica”, que pode e deve ser utilizada tanto no que se refere à capacidade de “animar o que está morto nos documentos” como na capacidade de abstração do historiador (LE GOFF, 1990, pp. 39-41). Ela é imprescindível para a consecução de uma “representância historiadora” (RICOEUR, 2007, pp.288-289), mas é uma imaginação necessariamente controlada pelas fontes. É utilizada para completar e cimentar os espaços vagos entre os argumentos já sedimentados sobre fontes. De forma indireta, os argumentos construídos à base da “imaginação histórica” são controlados pelas fontes ao seu entorno. Desonesto seria “imaginar”, historicamente, determinado acontecimento, quando toda a sua cercania, consolidada sobre bases empíricas, apontasse em outro sentido.

Além de serem a matéria prima do historiador, as fontes são ferramentas que podem ser utilizadas para manter sob relativo controle o seu caso (que pode ser de amor, ódio ou indiferença) com o objeto da pesquisa. Rüsen afirma que “com a crítica das fontes a pesquisa histórica pisa no chão seguro da facticidade do conhecimento histórico (...) A crítica das fontes é o ponto fulcral da objetividade histórica...” (RÜSEN, 2007 (a), p. 123).

Além de tentar colocar as fontes em seu devido lugar na pesquisa, esse processo constante de crítica de fontes e, também, de triangulação de informações, como testes básicos de fidedignidade (THOMPSON, 1998, p. 176), ajudou a evitar que o autor simplesmente “comprasse” o discurso dos depoentes, por um mero impulso de caráter subjetivo de concordar com eles. Mesmo não tendo certeza da sua efetividade, esses e outros recursos foram os grilhões, nos quais, voluntariamente, o autor buscou prender-se, com o objetivo de modular anseios particulares às responsabilidades de pesquisador, pretendo à veracidade.

As referências teóricas podem oferecer, em certa medida, determinadas ferramentas intelectuais capazes de atuar como um elemento distanciador no processo relacional com o

objeto de pesquisa, no seu nível micro. Um distanciamento que é necessário à compreensão do fluxo global do sentido histórico conduz os sentidos que abarcam os campos particulares, ou, em outras palavras, que indicam a importância em se manter em foco o reconhecimento de que as árvores, que estudamos, fazem parte de uma floresta [RÜSEN, 2007 (a), pp.26-27; ELIAS, 1970, p. 67].

Com esse construto teórico, erigido em concomitância com o trabalho empírico, quaisquer subjetivações elaboradas – sem um conteúdo empírico que lhes subsidie convincentemente – acerca das configurações das “árvores”, que contrariassem o sentido geral, dado pelo “conjunto da floresta” ou, ainda, estabelecessem com ele contradições intransponíveis, seriam potencialmente invalidadas. Desse modo, portanto, não somente a pesquisa, mas a construção da narrativa também se desenvolveu a partir de uma relação baseada num fluxo de trocas constantes entre empiria e teoria.

Para Rüsen, “as teorias históricas são referências para perguntas ou construtos de hipóteses com os quais é possível apreender estados de coisas empíricos” (RÜSEN, 2007, p. 78). A partir das perguntas realizadas, com a ajuda da teoria, o historiador passaria a apreender esses estados de coisas empíricos, controlando a utilização das fontes. No caminho inverso, as fontes serviriam de guia para a elaboração dessas perguntas. No meio dessa tensão potencialmente criadora entre empiria e teoria, a subjetividade do historiador permaneceria em uma espécie de liberdade vigiada.

Porém, para a finalidade da pesquisa, minha condição de “observador participante” – como preferem chamar os antropólogos – oferece também pontos fortes que foram primordiais para minha decisão de assumir os riscos de se escrever uma obra “contaminada” por um viés subjetivista.

São dados empíricos as características hierarquizadas da instituição e, por consequência, os sintomas de distinção que essa estrutura introjetaria nos membros de uns grupos em relação aos outros. Para Piero Leirner, a hierarquia seria tão importante para a figuração militar que a ela estaria relacionado

o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e status dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência ...mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se(...). A partir dela se espelham as relações sociais e a visão de mundo militares (LEIRNER, 1997, pp. 52-53).

Algumas das dificuldades impostas pela pesquisa deram-se pela questão empírica de acesso às fontes orais. Porventura fosse pesquisar outros grupos, tanto de oficiais como de soldados, o meu acesso a entrevistas com membros daqueles grupos sociofuncionais ficaria restrito, pelos problemas iminentes à divisão hierárquica.

Caso fosse realizar a pesquisa com indivíduos em função de oficiais, dificilmente se predisporiam a conceder uma entrevista, relativamente livre de preconceitos sociais, sabendo ser o entrevistador uma praça. Mesmo havendo aceitação quanto à entrevista, haveria sempre o risco de inibição em responder determinadas perguntas mais “sensíveis”, por questões de ética profissional ou melindres relacionados à sua condição de superioridade hierárquica e à reserva de sua posição social. O próprio entrevistador, pertencente funcionalmente ao grupo dos sargentos, poderia inibir-se diante de um ou outro gesto ou palavra desaprovadora. Potencialmente haveria a sensação de que a hierarquia e a disciplina pudessem ser arranhadas, tanto com as perguntas realizadas, como com as respostas dadas. A hierarquia, nesse caso, poderia inibir o entrevistador, colocando em plano superior e determinante o entrevistado.

Já no caso de entrevistas com soldados ou cabos, a inibição poderia ser potencialmente de outra arquitetura, sendo derivada da relação de subordinação hierárquica de um soldado para um sargento. A hierarquia, contrariamente ao quadro anterior, poderia inibir o entrevistado, colocando em plano superior e determinante o entrevistador.

Em qualquer dos dois casos acima descritos, acrescento, minha condição social como sargento também não ajudaria a afastar os riscos inerentes ao subjetivismo durante as análises das fontes colhidas tanto entre os oficiais como entre os cabos e soldados.

Com riscos de contaminação, aparentemente, por todos os lados, preferiu-se, dessa forma, assumir como objeto de estudo aquele que talvez menos comprometesse a coleta das fontes, peças determinantes para que o projeto pudesse pelo menos se delinear como um estudo prático. Mesmo sabendo que uma identidade em comum entre pesquisador e pesquisado seja inicialmente fundamental para a consecução das entrevistas ela pode trazer, ainda assim, determinadas dificuldades durante a realização das entrevistas. De acordo com Thompson,

uma pessoa com os mesmos antecedentes de classe operária e da mesma comunidade que o informante conseguirá uma boa relação inicial, muito embora posteriormente possa encontrar dificuldade em fazer perguntas devido a uma rede de relações comum, ou porque a resposta (muitas vezes erradamente) parece óbvia (THOMPSON, 1998, p. 275).

De qualquer maneira, avaliando as condicionantes da pesquisa, chegou-se à conclusão de que, mesmo não afastando alguns óbices, o pertencimento ao objeto de estudo mostrava-se como um elemento facilitador, pelo menos durante a fase da construção das fontes orais. Um reconhecimento identitário mínimo entre depoentes e pesquisadores mostrava-se mais produtivo quando tratamos de grupos com um espírito de corpo relativamente reforçado, como demonstram ser os militares. Os indivíduos socializados militarmente emprestam enorme importância ao fato de estarem entre “amigos”, iniciados ou não, mas que estabeleçam um vínculo mínimo de identidade, ainda que somente discursivo, entre os indivíduos que os pesquisam e eles próprios.

Alguns casos exemplificam esse raciocínio. O acesso de Celso Castro, à Academia Militar das Agulhas Negras, fora sobremaneira facilitado, com a antecipação de um longo trajeto burocrático, pelo fato de ele ser filho de oficial do Exército (CASTRO, 1990, p.163) Para Piero Camargo Leirner, com menos sorte e menos conhecimento inicial da dinâmica do meio, o trajeto fora mais árduo. No final de sua pesquisa, sem conseguir o que pretendia desde o início, ele constatava que:

somente o costume – não do convívio cotidiano, aqui [para ele] obviamente impossível, mas aquele que torna o pesquisador mais isento diante dos caminhos e barreiras surgidos na relação e que refreia certo ‘deslumbramento’ – permite compreender certas nuances internas de uma instituição tão distante da realidade do mundo civil...e tão difícil de ser contactada (LEIRNER, 1997, p. 50).

Para o autor desta tese, até mesmo aquele convívio cotidiano, a que se refere Leirner, seria possível durante toda a pesquisa. Para a pesquisa das fontes escritas não haveria qualquer dificuldade⁸, fato que se concretizou durante a pesquisa. E o fato de ser considerado um “iniciado” no grupo, pelo menos no que se refere à produção das fontes orais, demonstrou ser, realmente, uma peça facilitadora do trabalho. Não há como afirmar se fora realmente devido ao fato de, desde o início, ter me apresentado como militar, mas houve uma relativa facilidade quanto ao acesso às entrevistas⁹.

Para a produção das fontes orais, a hipótese inicial era a de que os depoentes

⁸ Todas as fontes escritas utilizadas nesta tese são ostensivas, nenhuma delas contém qualquer caráter sigiloso.

⁹ As barreiras encontradas na coleta das fontes orais foram mais de ordem particular dos potenciais depoentes do que qualquer coisa relacionada ao Exército.

reconheceriam o autor como um igual, facilitando a abordagem e as entrevistas¹⁰ propriamente ditas. De fato, na maioria das vezes, assim aconteceu.¹¹ Isso ocorreu talvez porque, ainda que haja uma hierarquização horizontal entre o círculo de sargentos – que, algumas vezes, chega a ser tão ou mais intransponível, tão ou mais sedimentada e sólida quanto a hierarquização vertical, tanto para cima quanto para baixo –, há um reconhecimento mínimo de semelhanças identitárias dentro dessa relação, que não deixa de também ser hierárquica.

O fato de fazer parte do grupo a ser estudado, não só facilitaria minha primeira aproximação em relação aos entrevistados, como também me facilitaria o entendimento do que diriam, uma vez que os entrevistados eram minhas fontes em construção. Estar imerso em seu próprio objeto de pesquisa, apesar das fragilidades já citadas, possivelmente ajudaria a tornar mais claros determinados fluxos da dinâmica relacional do objeto de estudo, que poderiam ser considerados obscuros, para um não iniciado, ou mal interpretados. Tornam-se, talvez, mais perceptíveis as suas menores e quase invisíveis nuances, principalmente nos aspectos identitários e socialmente relacionais e, portanto, os que nos interessam.

Estar envolto em um turbilhão de eventos, desde que se busque uma relativa alienação desses eventos, pode significar uma observação mais atenta de cada detalhe dos elementos de sua configuração e a determinação de padrões, que dificilmente seriam fitados por um observador externo ou, ainda, um observador completamente tomado emocionalmente pelo evento.¹²

¹⁰ O que também traz problemas, principalmente na hora das entrevistas, porque os entrevistados, às vezes, deixam deliberadamente de enfatizar determinados assuntos que são de suma relevância por acharem ser já do conhecimento do entrevistador. Ao percebê-lo, é sempre interessante o entrevistador adotar um posicionamento semelhante ao do “não iniciado” e fazer perguntas que, ainda que soem falsas e formais no momento da entrevista, tentem esclarecer a omissão.

¹¹ Deixo registrado o enorme pesar com que os convites para entrevistas, com três antigos sargentos, foram recusados, todos eles com o mesmo e forte argumento. Foram gentis, mas peremptórios na recusa, alegando que seu tempo de caserna fora tão ruim que sequer gostariam de se lembrar que foram militares um dia. Seria sobremodo interessante captar seus pontos de vista, para tentar compreender as motivações que levaram esses três sargentos a terem esse tipo de sentimento, em relação a uma instituição que fizeram parte por praticamente trinta anos de suas vidas. Nas suas palavras, percebe-se uma amargura, quase beirando à repulsa, que talvez possa ser explicada indiretamente por meio das entrevistas aqui analisadas. É digno de nota o fato de que os três ex-sargentos sondados, sem tomarem conhecimento um do outro, utilizaram-se de argumentos muito próximos, quase utilizando-se das mesmas palavras. O sentido de não gostar de se lembrar que foram militares um dia talvez já faça parte de um senso comum ligado àqueles para os quais a função social que exerceram no Exército tenha sido sentida de uma maneira negativa.

¹² Norbert Elias, fazendo uma análise do conto de Edgard Allan Poe, *A descida do Maelström*, conclui que um indivíduo teria conseguido escapar de um redemoinho, por ter visualizado padrões dentro dos quais os objetos cilíndricos e menores eram tragados mais lentamente do que objetos de outra forma e maiores. O personagem teria se salvado somente porque tivera a capacidade de manter a cabeça fria num momento

Podemos resumir, diante de todo esse exposto, que, apesar de haver toda uma problemática relacionada ao distanciamento crítico – problemática da qual o autor possui plena consciência e desejo de sanar –, há conveniências empíricas, bastante relevantes, na situação social do autor, de proximidade com o objeto.

Reforço o posicionamento de que o subjetivismo nas Ciências Humanas, por si só, não pode ser considerado como um violador do padrão normativo de busca por veracidade. Dadas as condições sócio-históricas dos autores, de fazerem parte dessa mesma sociedade que pesquisam, não é possível seu total desprendimento dela. Mesmo com a necessidade de manterem suas subjetividades sob rígido controle, elas inegavelmente fazem parte da própria pesquisa. Os autores sofrem a (e agem na) realidade de suas vidas práticas. São influenciados por seus contextos históricos, pertencem a gerações e hierarquias sociais com interesses e desejos que lhes são peculiares.

Procurar a objetividade de um trabalho histórico, entendendo-a como uma proibição de se levar em conta os próprios interesses, sob a forma de carências subjetivas de orientação, conduziria a uma perda preciosa de potencial de questões. Para Rösen, não há que se reprimir a subjetividade, mas sim aprender a ordená-la e inseri-la, de forma compatível, com a cientificidade do conhecimento (RÜSEN, 2007 (a), pp. 38-40). Afinal, “assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la” (CHAUVEAU, 1999, p. 29).

d. Matizes do subjetivismo

Tentar descrever um pouco da história do grupo ao qual pertence implica em correr riscos relacionados à conexão construída entre o “ser” membro do grupo e o “ser” historiador, que, não por acaso, fundem-se numa única pessoa. Risco que permanece latente quando pensamos no difícil controle do subjetivismo, apresentável nos seus mais variados matizes.

Analisando o Exército, a partir da ótica de alguém que representa o papel sociofuncional de sargento, um primeiro matiz que poderia ser constatado seria o de apresentar axiologicamente, de maneira maniqueísta, a categoria dos sargentos como os representantes da bondade natural (mocinhos ou injustiçados); e a categoria dos oficiais como ardilosos, manipuladores, senhores autocráticos e exploradores de seus inferiores sociais e

tenso, sendo capaz de alienar-se emocionalmente dele. A parábola do Maelström enfatiza a interdependência entre o equilíbrio emocional dos indivíduos e o processo mais amplo que a envolve. ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp. 165-169.

funcionais, as praças. No cotidiano castrense, entre os sargentos, encontram-se discursos que chegam a apontar para esse sentido.

Sentido que, a propósito, fica longe de responder pela realidade relacional da sociedade militar. Os cabos e os soldados são subordinados dos sargentos e, certamente, bem mais carentes de justiça institucional do que eles, bem mais privados de prestígio profissional e social dentro da Força Armada. Em determinadas narrativas, os sargentos é que podem ser considerados os algozes na atividade de disciplinar seus soldados, muitas vezes, com variáveis graus de sadismo (RODRIGUES, 2001, pp. 82;123). No sentido teórico eliasiano, os sargentos, ao mesmo tempo que são “*outsiders*” em relação aos oficiais “estabelecidos”, podem ser entendidos como os “estabelecidos” em relação aos soldados “*outsiders*”.

A vida prática da sociedade militar, em seu cotidiano relacional, nos é apresentada de uma maneira bem mais complexa do que as conclusões simplistas que postulam a dualidade entre exploradores e explorados, dominantes e dominados. Nalguns casos, dominantes se tornam dominados e vice-versa. Para representá-la, de modo dualista, seria necessário descartar da cena características relacionais e até mesmo jogadores importantes.

Ao se desconsiderar algum desses jogadores – no contexto do presente trabalho, os cabos e os soldados –, a fim de se preservar uma lógica dualista entre oficiais e sargentos (como fizeram alguns analistas dos sargentos politizados dos anos de 1950 e 1960, conduzidos pelas fontes politizadas e a intenção da pesquisa exclusivamente politizada), a equação de como o jogo relacional dos sargentos se estabelece no conjunto dos jogadores dentro dos quartéis tornar-se-ia incompleta e, mesmo, sem sentido. Retirar os cabos e os soldados da cena realmente colocaria os sargentos, exclusivamente, como “o” grupo idealmente submisso em relação aos oficiais, o que, por certo, seria uma representação bastante incompleta da realidade.¹³

Por outro lado, considerarmos os cabos e soldados como jogadores, mas a partir das análises das suas raríssimas manifestações de poder político, como grupo constituído¹⁴, levar-nos-ia à falsa constatação de que o grupo não tem “poder” algum diante do alvitre dos seus

¹³ No universo acadêmico, os sargentos existiram, como objeto e temática de estudos, nos momentos em que conseguiram ser reconhecidos como um grupo político. Talvez, por causa da falta de acesso a fontes, relativas ao seu campo puramente militar, a pertença ao seu grupo profissional, normalmente, vinha sendo relegada a segundo plano por analistas das mais variadas matizes. Apenas a partir da década de 1990, com o crescimento no Brasil do que se convencionou chamar de “nova história militar”, é que as praças começaram a ser estudados, a partir do seu viés militar.

¹⁴ Os cabos e soldados do Exército, no mundo acadêmico, foram ainda mais esquecidos do que os sargentos, por não terem tido, até onde se sabe, um nível de organização política que lhes desse destaque.

superiores, o que também não parece concreto.

Sobre os cabos e soldados, há dois elementos que poderiam conduzir o autor, por tabela, a uma panfletagem em relação ao grupo de sargentos. O primeiro deles é que, na literatura sobre o Exército¹⁵, na maioria das vezes, os cabos e soldados aparecem como meros coadjuvantes nos movimentos políticos, e levantes armados, liderados por sargentos e tenentes. O segundo é o fato de que, no pós-guerra, os sargentos passaram a assumir o papel informal de “patronos” (STEPAN, 1975, p. 118) dos soldados, em substituição aos oficiais. O risco de panfletagem seria corrido, no conjunto das análises, ao considerar a categoria dos “sargentos” como a sempre amiga, afetuosa, virtuosa e natural protetora e representante dos cabos e soldados. Isso reforçado pelo aspecto de que ambas as categorias estariam em comunhão quanto a serem “praças”.

Essa é uma hipótese tão frágil quanto a do general Góes Monteiro, adotada oficialmente pelo Exército ainda nos dias atuais¹⁶, sobre os oficiais serem os “defensores naturais dos sargentos” (CARVALHO, 2005, p. 70). São hipóteses que obedecem a uma lógica, antes de tudo, disciplinar. Lógica que visa amputar as vozes dos grupos em questão,

¹⁵ Na Marinha houve movimentos exclusivos de cabos e soldados, como a Revolta da Chibata, de 1910, liderada por João Cândido, e o Levante dos Marinheiros, de 1964, liderado por José Anselmo dos Santos, o “cabo” Anselmo.

¹⁶ O Estatuto dos Militares atual, no Parágrafo 3º de seu artigo 51, por exemplo, assevera que “ O militar só poderá recorrer ao Judiciário **após esgotados todos os recursos administrativos** e deverá participar esta iniciativa, antecipadamente, à autoridade à qual estiver subordinado.” Utilizando o termo genérico “militar”, ele não aponta especificamente os sargentos, mas obviamente abarca toda essa categoria. Na construção do imaginário e da identidade dos sargentos, tanto os regulamentos como os exemplos da vida prática, ou mesmo da História (?), são utilizados, normalmente referenciando-os indiscriminadamente como “militares”, no sentido de conferir uma certa igualdade quanto às regras e uma similitude entre as carreiras. Em palestra realizada em 2005, na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos, em Cruz Alta-RS, o representante da 2ª Assessoria e Assuntos Relevantes do Gabinete do Comandante do Exército, ao ser perguntado acerca do “entendimento do Comando do Exército quanto à Associação de Praças do Exército – APEB”, respondeu que, de acordo com o RDE e com o Estatuto dos Militares, os militares eram proibidos de “participar de entidades de classe, partidos políticos ou mesmo de manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político. Portanto, qualquer entidade que traga em sua essência de criação esses conceitos, acaba por ir de encontro aos ditames legais das servidões militares. Os militares das Forças Armadas constituem um grupo peculiar da sociedade, em que valores como a disciplina e a hierarquia são inegociáveis. A história nos lembra que o Império Romano começou a ruir quando seus soldados começaram a reclamar do peso de suas armaduras. A profissão militar é um sacerdócio. O militar que não considera, ainda que remotamente, a possibilidade de “defender a Pátria com o sacrifício da própria vida”, deve, o quanto antes, repensar e redirecionar sua vida, evitando frustrações e fugas, estas últimas, muitas vezes, por meio de mecanismos não regulamentares e legais.” Fonte: Estado Maior do Exército. *Trabalho da Segunda Assessoria e Assuntos Relevantes. Perguntas e Respostas, Sem Identificação, Sem data.*

Quando Góes Monteiro escreveu seu asserto, o clima de agitação entre os sargentos havia tomado uma dimensão que chegou a assustar a oficialidade mais conservadora e ultrazelosa pela hierarquia e disciplina. Ainda estavam muito frescos no imaginário dos oficiais brasileiros os exemplos, tanto da formação do Exército Vermelho soviético, onde os oficiais foram todos mortos ou expulsos e seus cargos foram assumidos pelos praças, como do golpe do sargento cubano Fulgêncio Batista, em 1933.

para emprestá-las aos grupos superiores, encarregados por sua disciplina. Certamente, é uma ótica que interessa ao grupo de predomínio ser difundida. Interessaria, por consequência, ao grupo dos sargentos, que esse viés fosse reproduzido, a fim de aumentar sua reserva de poder em relação à reserva de poder dos oficiais.

Outra forma de panfletagem, á que o presente autor está sujeito, seria a de transformar a narrativa da tese numa obra corroborativa do discurso oficial. Uma espécie de produto de marketing institucional, formatado para ser digerido no ambiente acadêmico. Na condição de militar da ativa, dados os meus pressupostos interesses em permanecer na carreira, poderia mostrar um Exército sem tensões, sem problemas relacionais entre seus membros e entre seus grupos.

Esses são apenas alguns dos riscos, aos quais um pesquisador que tente estudar seu próprio grupo está constantemente submetido; apenas alguns dos vários espectros que o assombram, durante a sua jornada, desde os primeiros contatos com as fontes, até a etapa final da narrativa; riscos sempre relacionados ao problemático controle da subjetividade do autor, que assume os riscos de suspeição, tanto pela escolha das fontes como pelo teor argumentativo de sua narrativa.

2. A LÓGICA PROCESSUAL ABERTA DAS SOCIALIZAÇÕES DOS SARGENTOS DO EXÉRCITO: ENTENDENDO O *LOCUS* DO OBJETO A PARTIR DE UM ESTOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

a. O Exército como “configuração”, e a “interdependência” dos grupos

Os referenciais teóricos e conceituais aqui utilizados são a substância de um arcabouço teórico que, apesar de eclético, é de um ecletismo controlado e metodizado. Talvez o termo “pluralismo” corresponda melhor ao que se pretende construir com essas referências, já que pressupõe um relativo poder de síntese do heterogêneo, que busca estabelecer com os referenciais de escolas de pensamento distintas um diálogo e uma permuta permanente. Nesse diálogo de pensamentos distintos, os ângulos de observação são outros; porém, discutem acerca do mesmo objeto: a sociedade. Apesar de divergências, que são saudáveis ao

progresso¹⁷ do saber, elas possuem muitos pontos de vista convergentes entre si. Falando do mesmo objeto, muitas vezes se utilizam de conceitos diferentes se aproximando muito em suas definições explicativas; submetem-se ao mesmo rigor metodológico ao construírem teorias.

Esse pluralismo construtivista tenciona afugentar o engessamento dos pares binários, tais como idealismo e materialismo, sujeito e objeto, coletivo e individual, sociedade e indivíduos, e busca se afastar dos falsos problemas criados por eles (CORCUFF, 2001, pp. 11-32). Essa é uma proposta sociológica que se aproxima sobremaneira da proposta teórico-historiográfica de Jörn Rüsen.

Para Rüsen, a prática da pesquisa e da análise histórica pode ser concebida de três formas: uma forma hermenêutica, outra analítica e outra dialética. A hermenêutica tenta reconstruir os processos do passado, de acordo com perspectivas coerentes com as intenções dos atores individuais. A analítica tenta reconstruir os processos, de acordo com perspectivas coerentes com o contexto estrutural, o que produz uma história resultante de contextos onde os atores individuais não se autodeterminam, pois agem de acordo com determinações sistêmicas. Por fim, na forma dialética, a pesquisa media as perspectivas da reconstrução hermenêutica e analítica, organizando-as em conjuntos complexos, nos quais a direção dos processos históricos resulta de uma relação de mútua influência entre intenções e condições estruturais do agir humano (RÜSEN, 2007 (b), pp. 116-117).

A realidade da vida prática inserida num determinado tempo nos apresenta fatos que comprovam tanto as limitações às quais estão sujeitos os indivíduos, de alto a baixo na escala social, como o grau de liberdade que dispõe os sujeitos na condução de suas vidas. Essa liberdade de poder realizar escolhas não é do mesmo grau para todos, variando de acordo com fatores relacionados à sua posição naquela escala.

Para Norbert Elias, as relações identitárias e as referências a um “nós” ou a um “eu” são variáveis historicamente. Recuperando a dicotomia entre indivíduos e sociedade, Elias propõe que o objeto de sua sociologia seja o de indivíduos interdependentes entre si (CORCUFF, 2001, p. 35). Segundo Elias, as pessoas, através de suas disposições e inclinações básicas, são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras, estando

¹⁷ Conceito empregado no mesmo sentido em que Elias, qual seja o de se relacionar ao avanço do pensamento e da investigação científica. Segundo Elias, “como critério de desenvolvimento social total, ou como expressão de uma convicção dogmática, o conceito de progresso é na verdade inútil. Porém, como expressão do modo como os próprios cientistas avaliam os resultados da sua investigação, leva-nos ao cerne do assunto” (ELIAS, 1970, pp. 54-55).

ligadas entre si por meio de teias de interdependências ou configurações específicas, tais como a família, estratos sociais ou estados (ELIAS, 1970, p. 15).

Os conceitos de “configuração” – Elias utiliza-se também do termo figuração ou formação social em alguns momentos de sua obra (SILVA, 2006, p. 125) – e “interdependência” devem ser empregados de maneira conjunta. Para apresentar didaticamente o conceito de configuração, Elias utiliza a metáfora do jogo, ora do xadrez (ELIAS, 1970, p.83), ora do carteadado (ELIAS, 1970, p. 141). Para ele, um grupo de pessoas que se sentam à mesa para jogar seria uma configuração onde as jogadas individuais no tabuleiro social levariam os outros jogadores a jogarem em contragolpes sucessivos. A sociedade, ou a configuração, desse modo, é compreendida como um tecido em movimento, que dependeria das múltiplas dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros.

Essas múltiplas dependências não precisam ser, necessariamente, conscientes nem menos simétricas. Aliás, as principais configurações analisadas por Elias são marcadas pela assimetria de poder de seus grupos, ou, em outras palavras, por uma relação de dominação (ELIAS, 1994; 2000; 2001). A noção de dominação, também, pode ser considerada como uma característica associada às relações de interdependência entre os indivíduos, pois, “na medida em que dependemos mais dos outros do que eles de nós, eles têm um poder sobre nós” (CORCUFF, 2001, p. 40-41).

Entendendo o conceito como relacional e dinâmico, para Elias, “o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas” (ELIAS, 1970, p. 81). Essa definição se aproxima da definição circulante de poder de Michel Foucault, para quem

não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (MACHADO, 1982, p. X).

Dadas as diferentes funções inerentes a essas relações, e às hierarquias a elas correspondentes, essa “característica social” ou “prática social” é distribuída desigualmente, de certo modo obedecendo àquelas hierarquias constitutivas do corpo social. Com reservas desiguais de poder, é possível a existência de uma relação de dominação de grupos em relação a outros.

Esse poder de dominação individual, porém, seria limitado pelas funções exercidas

pelos membros da sociedade. Sob a ótica de que o poder nada mais seria do que “uma expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas” (ELIAS, 1994, p.50), Elias também entende que o

arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares, pois cada indivíduo, mesmo o mais poderoso, mesmo o chefe tribal, o monarca absolutista ou o ditador, faz parte dele, é representante de uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos de estrutura específica e das tensões específicas desse contexto total. (ELIAS, 1994, p. 22).

Elias, portanto, compreende a importância de determinantes funcionais e estruturais na dinâmica relacional entre indivíduos que exercem diferentes funções sociais. Funções cujos exercícios possuiriam características, atitudes e rituais próprios. Os indivíduos seriam limitados por essas características, inerentes às funções que exercem, e esperar-se-ia desses indivíduos não desprender-se delas.

O que conectaria as pessoas em suas inter-relações umas com as outras seria, então, uma intrínseca interdependência dessas funções individuais (ELIAS, 1994, p. 23). Nesse sentido, na sociedade, cada uma das pessoas

tem ou teve uma renda, alta ou baixa, de que vive ou viveu; e, ao passar pela rua, essa função e essa renda, mais evidentes ou mais ocultas, passam com ela. Não lhe é possível pular fora disso conforme sua veneta. Não lhe é possível, simplesmente, passar para outra função, mesmo que o deseje. (...) Cada qual é obrigado a usar certo tipo de traje; está preso a certo ritual no trato com os outros e a formas específicas de comportamento (...). Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele, e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe (ELIAS, 1994, p. 21).

Elias não quer, com isso, afirmar que o indivíduo permaneça, passivamente, preso às amarras estruturais, relacionadas ao seu lugar social e de suas funções. Insiste apenas em dizer que as escolhas individuais possuem determinados limites, impostos por essas funções, dentro das quais os indivíduos se veem mais ou menos fixados. As próprias oportunidades de escolhas individuais não seriam criadas pelas pessoas, mas, de certa maneira, prescritas e limitadas por sua estrutura social e pela natureza das suas funções.

Ainda assim, dentro desse limes, que nunca é fixo e estático, os indivíduos

possuiriam um alto grau de autonomia em suas escolhas e em suas ações. O mesmo Norbert Elias afirma que,

embora, ao examinar do alto longos trechos da história, o observador possa notar, primeiramente, como é pequeno o poder individual das pessoas sobre a linha mestra do movimento e da mudança históricos, a pessoa que atua dentro do fluxo talvez tenha uma oportunidade melhor de ver quantas coisas podem depender de pessoas particulares em situações particulares, apesar da fixidez da direção geral (ELIAS, 1994, p. 47)

Trazendo essa discussão para a realidade do objeto de pesquisa, pode ser entendido que, ainda que determinados por suas funções, os militares possuem níveis de escolhas que lhes são facultados, dentro das limitações que lhes são impostas. Podem assumir posicionamentos e tomar decisões das mais variadas, desde que não ultrapassem aquelas limitações impostas pelas suas funções, dentro da estrutura militar. A partir de uma visão micro, em relação à sociedade militar, isso parece explicar o porquê da existência de inúmeras variações de pensamentos, posturas, ações individuais, numa sociedade que se pretende homogeneizadora.

Parte-se da premissa de que seja um fato os sargentos – enquanto indivíduos formadores de um grupo social específico, assim como os oficiais ou os soldados – não possuírem homogeneidade em relação às suas posições políticas, ideológicas, profissionais ou quais sejam suas outras escolhas. Moralmente, talvez, tendam em bloco ao conservadorismo, possivelmente por uma aproximação psíquica com o grupo dos oficiais, pelo desejo de com ele parecer, para um dia sê-lo. Idealmente tendem, também, a serem exemplares aos seus soldados, já que, desde a Segunda Guerra Mundial passaram a ser sua referência mais direta e seus “padrinhos”. Tudo isso fruto de suas socializações, nesse ponto, bastante eficazes algumas vezes, porém, sempre incompletas. Algumas análises, além disso, superestimam o autoisolamento da instituição ao mesmo tempo em que “subestimam o grau com que as pressões políticas externas permeiam e moldam a organização militar” (STEPAN, 1975, p.14). Na história dos sargentos encontram-se passagens de envolvimento políticos e sociais que inflexionaram a identidade do grupo, e esse contato com o mundo “de fora” não pode ser desmerecido ao se estudar seus processos de socialização e as percepções do próprio grupo acerca deles. Afinal, suas socializações são sempre híbridas, pois, de um modo ou de outro, os militares, de alto a baixo da hierarquia, sempre tomam contato com outros mundos, diferentes do mundo estritamente militar e “total”, conforme a tese goffmaniana. Dos sargentos,

individualmente, pode-se dizer que são heterogêneas suas personalidades, assim como suas competências, gostos, preferências, percepções a respeito do mundo ao seu redor e da Instituição a qual pertence.

b. Os múltiplos “Nós” e “Eles” nas figurações militares

Desde o século XVII as organizações bélicas vêm se desenvolvendo e se estruturando de maneira cada vez mais complexa, tanto em termos de tecnologia como em termos de organizações humanas. A distribuição das armas entre nobres cavaleiros e plebeus infantis tendeu a ruir com a queda do *ancien regime* nos estados europeus, particularmente a França, que, à época napoleônica, introduziu as promoções por mérito. A verticalização hierárquica se acentuava, na medida em que os exércitos se ampliavam e necessitavam de constante treinamento e disciplina (MEI, 1996, p. 68). Essa verticalização hierárquica subentendia uma maior divisão social dos trabalhos da guerra, que ao mesmo tempo distanciava os produtores das ordens arriscadas dos seus executores. Keegan afirma que, com o aumento dos riscos no campo de batalha, os generais passaram a cada vez mais delegar decisões aos seus oficiais do Estado-Maior, cuja exclusividade profissional tornara-se arrogante. “Um abismo social foi, com isso, aberto entre aqueles que pensavam e os que lutavam” (KEEGAN, 1999, pp. 378-379).

O distanciamento social, porém, deu-se em vários níveis escalonados. Cada um desses níveis, organizados em grupos de pessoas, respondendo a funções distintas e interdependentes entre si. Cada um deles responsável pela manutenção da ordem e da disciplina dos níveis imediatamente inferiores. Fruto do contato com aparatos tecnológicos, semelhante e extensiva à ideia de “homem-máquina” originado no século XVIII¹⁸, as instituições passaram a ser associadas às máquinas, e os seus componentes individuais e sociais às engrenagens dessas máquinas. A metáfora mecanicista continha intrínseca a ideia de que havia um grau de interdependência entre as partes, na composição do todo, e influenciara, com longo alcance e em diversos graus, o pensamento posterior a respeito das instituições humanas. Em 1991, por exemplo, o Exército Brasileiro elaborou seu manual, Instruções Provisórias (IP) 20-10-Liderança Militar publicado pelo Estado-Maior do Exército Brasileiro,

¹⁸ LA METTRIE, Julien Offray de. **Oeuvres philosophiques de La Mettrie**. Nouvelle édition, / précédée de son éloge, par Frédéric II, Roi de Prusse. A Berlin et se trouve à Paris: chez Charles Tutot, 1796. 3 vol. Tomo Primeiro disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/113797629/La-Mettrie>; Acesso em: 12 Dez 12.

entendendo que “o Homem, com suas virtudes e fraquezas, emoções, anseios e frustrações, constitui o elemento propulsor da engrenagem que conduz o Exército à realização de seus objetivos.”¹⁹

Para além da metáfora mecanicista, de uma engrenagem que produz resultados controláveis, a sociedade militar pode ser compreendida mais acertadamente, à luz do pensamento de Norbert Elias, como um jogo permanente e móvel entre grupos e indivíduos, interdependentes entre si, que fazem com que cada ação individual dependa de uma série de várias outras, modificando a própria imagem do jogo social. A imagem metafórica que Elias constrói é a de um jogo de xadrez, no qual cada ação, decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo, representa um movimento no tabuleiro social, jogada que, por sua vez, acarretaria um movimento de outro indivíduo, ou de muitos outros (CHARTIER, 2001, pp. 3-14).

Dessa interdependência entre os grupos e os indivíduos constitutivos das sociedades, surge a própria noção de figuração, proposta por Elias, compreendida como uma noção dinâmica, que traduz os elos entre os grupos, as classes e os indivíduos como sujeitos interdependentes. O conceito de “figuração” ou “configuração”, escreve Elias, foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocadamente o que chamamos de 'sociedade' que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem em uma sociedade nem um 'sistema' ou 'totalidade' para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada (Elias *apud* SILVA, 2006, p.125).

Nesse sentido, é lícito pensar as divisões hierárquicas formais como uma rede de grupos, e indivíduos que os representam, relativamente submissos a uma força que conecta e prende cada uma das pessoas em suas inter-relações com as outras, força que Elias conceituaria como uma “inerradicável interdependência das funções individuais” (ELIAS, 1994, p. 23).

No nível prático, contudo, a hierarquização formal não é a única percebida dentro das figurações do Exército. Há um sem-número de outros elementos que estabelecem graus variáveis de distinções e hierarquizam o convívio social dos indivíduos, em níveis formalmente horizontais, tais como as escolas e épocas de formação, especialidades militares,

¹⁹ EXÉRCITO. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 088-3ª Sch/EME, de 19 de setembro de 1991. IP 20-10-Liderança Militar, p. 2.

cursos de aperfeiçoamento, funções exercidas, quartéis onde se serviu, etc. Algumas dessas distinções possuem símbolos visíveis, como os cursos e especialidades, que marcam os uniformes dos indivíduos com os seus brevês. Outras estão abaixo da superfície diretamente observável e precisam ser descobertas, a partir de perguntas diretas aos indivíduos ou de pesquisas em seu histórico militar, chamado de “alterações”.

Há tantas formas de segregação entre indivíduos, mas ao mesmo tempo quão homogêneas são suas manifestações coletivas. Os desfiles de 7 de setembro, as solenidades e as formaturas dos quartéis – oportunidades em que se estabelecem, no mais alto grau de aparência, as relações de poder simbólico (OLIVEIRA, 2000) –, observados do exterior, aparentam uma uniformidade do coletivo que não é percebida no nível individual. Fazem uso praticamente do mesmo uniforme, fazem os mesmos movimentos cadenciados, adotando as mesmas posturas corporais, bradando os mesmos gritos de guerra. Imberbes pelo poder do barbeador e do regulamento disciplinar, o corte de cabelo, também, é semelhante, normalmente com a nuca raspada e a parte de cima bem aparada. Quão idênticos são os corpos individuais e seus trejeitos, quando fitados à distância.

Corpos e trejeitos que, segundo Foucault, passaram a ser “fabricados” em série, desde o século XVIII, quando da formação dos Estados Nacionais modernos e de suas forças armadas profissionais. Nesse método de “fabricação” – em que o humilde camponês passou a ser expulso de seu corpo para dar lugar ao soldado –, os recrutas passaram a ser habituados a

manter a cabeça ereta e alta; a se manter direito sem curvar as costas, a fazer avançar o ventre, a salientar o peito, e encolher o dorso; e a fim de que se habituem, essa posição lhes será dada apoiando-os contra um muro, de maneira que os calcanhares, a batata da perna, os ombros e a cintura encostem nele, assim como as costas das mãos, virando os braços para fora, sem afastá-los do corpo... ser-lhes-á igualmente ensinado a nunca fixar os olhos na terra, mas a olhar com ousadia aqueles diante de quem eles passam... a ficar imóveis esperando o comando, sem mexer a cabeça, as mãos nem os pés... enfim a marchar com passo firme, com o joelho e a perna esticados, a ponta baixa e para foram [sic]...”(FOUCAULT, 1999, p.117).

Esse processo de ensino/aprendizagem, esse caminho socializante – que procura o condicionamento dos corpos individuais, visando sua docilidade para melhor explorar suas potencialidades, no sentido de um desejo e objetivo coletivos – fora histórica e socialmente construído, com uma finalidade econômica para a construção nacional, e bélica para as forças armadas. Economia de intenção racionalizante, baseada na otimização do tempo e na realização de tarefas voltadas à modelagem dos corpos e dos pensamentos dos indivíduos,

tem o fim específico de adequar os indivíduos ao direcionamento dado pelo todo social.

Essa economia dos corpos responderia a uma função social utilitária, política, de cada um desses indivíduos, como peças manobráveis, que idealmente tenderiam ao automatismo às ordens, em momentos em que a discussão participativa das tomadas de decisões seria contraproducente, particularmente em casos de guerra. Economia dos corpos que é, ao mesmo tempo, coletivista e individualista, pois é distintiva e anti-igualitária. Sua “pedagogia analítica” desde o início, mostra-se diferenciadora. O tempo dos exercícios, o número das repetições, a frequência das atividades passam a ser pensados de forma a distinguir níveis de pertencimento aos subgrupos dentro do grupo:

Os soldados da segunda classe serão treinados todas as manhãs pelos sargentos, cabos, anseçadas, soldados de primeira classe... Os soldados de primeira classe serão treinados todos os domingos pelo seu chefe da esquadra...; os cabos e os anseçadas todas as terças-feitas à tarde pelos sargentos de sua companhia, e estes, aos 2, 12 e 22 de cada mês também à tarde pelos oficiais majores (*apud* FOUCALULT, 1999, p. 135)

Essa hierarquização reflete-se e ramifica-se nos mais diversos modos de externalidades. Desde as questões de capacidade de ostentação material, que passam pelos critérios remuneratórios, passando pelos uniformes, os adereços, os estilos do corte de cabelo. Se ao telescópio os indivíduos parecem ser iguais, pelo microscópio são notadas variantes. Quanto mais a visada é aproximada, mais variantes consegue-se distinguir.

No caso do Exército Brasileiro, os oficiais são diferenciados por estrelas, radiadas ou não, conforme a posição hierárquica; os subtenentes por um losango vazado; e os soldados, cabos e sargentos por meios losangos sobrepostos uns aos outros. Os oficiais e subtenentes postam as insígnias, a depender da farda, nos ombros ou na gola dos seus uniformes, e as demais praças nos braços ou também na gola.²⁰

As cores de outros adereços metálicos, como brevês de cursos ou outros distintivos também podem diferenciar-se de acordo com a posição hierárquica do possuidor. Os distintivos dos oficiais são dourados e das praças são prateados. Exceção à regra é a insígnia metálica do subtenente, que também é dourada, além de, como dito acima, vir no ombro, como a dos oficiais.²¹

²⁰ Conforme o Regulamento de Uniformes do Exército (RUE). Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>; Acesso em: 12 Jul 2011.

²¹ *Idem*

A história da criação do posto de subtenente explicaria essa semelhança simbólica do seu distintivo com o dos oficiais, pois o posto de subtenente fora criado para se situar numa posição intermediária entre oficiais e sargentos.²²

Em solenidades e formaturas, os oficiais armam-se de pistola e de espada, enquanto os soldados, cabos e sargentos utilizam-se do fuzil. Pela doutrina²³, quase a totalidade das praças tem como dotação o fuzil, contudo, conforme o caso ou o alvitre do comandante da unidade, os sargentos também são autorizados a utilizarem a pistola.

Ainda na questão dos adereços, há uma distinção relacionada aos dois primeiros uniformes do Regulamento, sendo facultativo seu uso apenas aos oficiais. Esses equivalem aos uniformes de gala, no universo civil, quando exigidos a casaca, o fraque ou o smoking, sendo vedado seu uso às praças. A forte distinção social entre oficiais e praças talvez pressuponha desnecessária uma adequação destes às convenções sociais mais elaboradas do universo civil. Afinal, o ponto de contato da Instituição com aquilo que se reconhece como “elite” civil deve, necessariamente, ser um indivíduo em função de oficial. Preferentemente um oficial superior (LEIRNER, 1997, p. 15).

O simbolismo do uniforme, com a sua gradação estética, seria apenas uma representação da gradação de valores dos grupos constitutivos da Instituição, e um bom exemplo da importância dada a essas expressões estéticas, como signos identitários de cada um dos grupos envolvidos. O exclusivismo, quanto ao uso de determinados adereços, é um traço simbólico, típico do exclusivismo formalizado em relação a determinadas prerrogativas bastante reais, presentes na vida prática desses indivíduos que representam as funções de oficiais, grupo hierarquicamente superior à massa constitutiva do Exército.

Essa figuração indicaria um padrão de relações bastante próximo daquilo que Norbert Elias chamou de “estabelecidos e *outsiders*”. Apresentando a obra de Elias, Federico Neiburg identifica que

As categorias estabelecidos e outsiders se definem na relação que as nega e a as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. Superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão, são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-outsiders ilumina exemplarmente: as relações de poder (NEIBURG, 2000, p. 8.)

²² Decreto nº 22.837, de 17 de junho de 1933 e Decreto nº 23.347, de 13 de novembro de 1933.

²³ Os armamentos de dotação são discriminados nos Quadros de Distribuição de Material e nos Quadros de Dotação de Material.

Nas fontes analisadas, principalmente as orais, quando se diz respeito às condições de tratamento dos oficiais em relação aos sargentos, há normalmente um reforço por parte dos entrevistados que, no sentido geral, o tratamento era relativamente cordial; porém, em determinadas ocasiões, o distanciamento social e funcional seria garantido pela rudeza das ações de mando. Um dos depoentes, Abdon Luz, explicita que havia a percepção de que os sargentos eram tratados pelos oficiais como uma “sub-raça”, enquanto os oficiais se autorrepresentavam como uma “elite” (LUZ,2011). Como o depoente não contesta essa versão, é bem possível que essa representação se reproduzia, também, em meio aos sargentos. Esse seria um comportamento típico de grupos interdependentes, em uma relação de poder em que Elias chamou de relações entre “estabelecidos” e “outsiders”, caracterizadas pelas distâncias sociais dos grupos envolvidos, o que faz surgir ou reforçar a sensação de superioridade dos primeiros e de inferioridade dos segundos. Elias esclarece que

Veja por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se autorrepresentam) como humanamente superiores. O sentido literal do termo 'aristocracia' pode servir de exemplo (...) Essa é a autoimagem normal dos grupos que, em termos do seu diferencial de poder, são seguramente superiores a outros grupos interdependentes. (...) Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos 'superiores' podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores (ELIAS, 2000, pp. 19-20).

Mas esse comportamento caracterizado pela sensação de superioridade de um grupo em relação a outros não seria privilégio das relações entre oficiais e sargentos. O mesmo entrevistado, citado acima, indica a percepção de que, nas relações dos sargentos com os soldados, era necessário o reforço constante da superioridade dos primeiros em relação a estes, pois:

Soldadinho, também, era safado, né...Porque soldado é danado, né, você sabe que é, mas às vezes tem que...tem que comandar um soldado com uma certa imposição, né. Senão ele não nos obedece... não obedece. Se você não comandar ele... (LUZ,2011).

Mencionados no diminutivo, adjetivados como “safado(s)” e “danado(s)”, os soldados eram estigmatizados e desumanizados, também, pelos sargentos. Parecendo constrangido em sua narrativa, um ex-soldado da década de 1970 compartilha suas experiências, a respeito do tratamento conferido aos soldados:

Fico procurando uma maneira de narrar os fatos, escolhendo palavras polidas. Confesso que a dificuldade é grande, em função da permanente rudeza do vocabulário utilizado ou da franqueza próxima da grosseria. Os xingamentos fazem parte do vocabulário próprio da caserna. (...)Um exemplo dessa circunstância era o emprego, permanente, por instrutores, da terrível expressão '**juntar os cascos**', como comando substituto para determinar a posição de sentido. Imagine uma pessoa que nunca tivesse ido a um quartel, e ouvisse um sargento gritando: - **Soldado, junta os cascos**, seu imbecil! (...) Cito aqui alguns exemplos mais comuns desses xingamentos: mcorongo, xibungo, arataca, babaca, **animal**, **toupeira**, tabacudo, **cavalgadura**, **besta** quadrada (RODRIGUES, 2001, p. 77).

Ao incorporar ao Exército, além da despersonalização dos soldados através da sua nova identidade numérica, os gritos, os xingamentos e as associações dos soldados com animais de várias espécies, eram bastante comuns nessa relação com os sargentos. Mais uma vez, as características relacionais entre grupos no Exército nos faz retornar à ideia eliasiana de uma relação entre “estabelecidos” e “*outsiders*”, na qual

o espectro das palavras e atitudes discriminadoras é muito amplo, variando desde a expressão branda de desprezo até palavras que negam a humanidade dos outsiders, classificando-os como animais, implícita ou explicitamente (ELIAS, 2000, p. 211).

A diferença é que, nesse caso, os estabelecidos são sargentos e os outsiders são soldados. Portanto, apesar de, na maioria das entrevistas, existirem menções a humilhações de sargentos pelos oficiais e sensações de inferioridade daqueles por estes, é fato de que, nas relações dos sargentos com os soldados, aqueles podem ser vistos como estabelecidos e estes como outsiders.

Elias analisa essa possibilidade, afirmando que existem casos em que não se tratam apenas de dois, mas de 3, ou mais, estágios de estigmatização entre grupos distintos, dentre os quais

o grupo A possui, aos olhos de seus membros, um status e um valor mais elevados do que os do grupo B, que por sua vez apresenta, aos olhos de seus próprios membros, um tipo de pessoas dignas de maior valor do que as do grupo (ELIAS, 2000, p. 211).

É dentro dessa perspectiva ambivalente de relações de poder – de serem ao mesmo tempo (permitam-me a hipérbole) vítimas e algozes de grupos que lhes são interdependentes–, que os sargentos são socializados. É partindo dessa dimensão que as análises serão focalizadas.

c. As interdependências dos sargentos do Exército

Os sargentos são sempre coagidos pelo papel social que desempenham e para os quais se conformam com um relativo grau de variância e liberdade. Até mesmo os considerados inadequados se conformam relativamente aos seus papéis sociais esperados, como delinquentes estigmatizados. Há espaços de integração também para estes na configuração social, desde que não ultrapassem determinados limites quanto às suas violações ao sistema.

Se há uma forte tendência à homogeneização no processo de socialização militar, por meio da vigilância hierárquica, da sanção normalizadora e do exame (FOUCAULT, 1999, pp. 143-161), ela não elimina as possibilidades de escolhas e ações individuais nesse processo. A sanção normalizadora não é disfuncional, nem excepcional, mas sim inerente ao processo de socialização disciplinar. É ela que controla os níveis de poder individual e define os seus limites. Assim como a socialização militar é plástica, pois conforma-se à temporalidade e à configuração social dentro da qual ela se define, os liames dos poderes individuais também são plásticos e vão se conformando e se ajustando de acordo com as figurações e com as temporalidades às quais pertencem.

Na prática, não há “o” grupo dos sargentos, mas, sim, tem havido grupos de sargentos, que ao longo do tempo vão se modificando e se ajustando e se conformando ao seu contexto e aos outros grupos que jogam com eles, e aos seus próprios componentes. Estes, ao mesmo tempo em que se modificam ao socializarem-se sargentos, ao conformarem-se a esta figuração ajudam a modificá-la.

Necessariamente, a figuração dos sargentos mantém uma relação de interdependência com outros grupos funcionais do Exército, particularmente os oficiais, de um lado, e os soldados, de outro. Difícil compreender a configuração dos sargentos sem ligá-los à figuração dos oficiais e soldados.

Suas funções e atividades mantêm um vínculo inseparável com as funções e atividades desses outros grupos de jogadores. Separados socialmente pela hierarquia, os três grupos tornam-se coesos entre si pela coação irresistível da disciplina, que age em diferentes graus e de diferentes maneiras, dependendo da posição social do ator.

Aos elementos inferiores da hierarquia, os soldados, cabem temer somente pela vigilância e pela sanção vindas dos atores, cujos papéis sociais lhes são superiores, de cabo a

general. Idealmente, o peso moral dessa condição é muitíssimo forte; porém, o soldado também possui uma relativa liberdade de manobra dentro do sistema que lhe permite expressar sua individualidade, de várias maneiras. Os hiatos e as brechas do sistema de controle podem potencializar ainda mais esse relativo grau de liberdade nas funções de soldado. O surgimento desses micropoderes paralelos não seria exclusividade da organização burocrática militar, pois Ferrari, a partir dos argumentos de Michel Crozier, sobre a administração burocrática, conclui que

nas organizações mais burocráticas é possível encontrar-se com maior frequência o caso de funcionários de escalões inferiores que ocupando uma posição estratégica, desempenham um papel decisivo na solução de assuntos importantes. Isto acarretaria privilégios exorbitantes onde a regra seria a igualdade. Essas relações de poder paralelas podem desenvolver-se dentro da hierarquia normal, mas o mais provável é que se desenvolvam fora dela (FERRARI, 2006, p. 120)

Essa relativização do ordenamento hierárquico teria, no caso concreto da organização militar do Exército, como um exemplo marcante, o exercício das funções de ordenanças ou motoristas de comandantes, os quais, sendo, normalmente, membros de grupos mais baixos na hierarquia militar (soldados, cabos ou sargentos), no caso prático, guardadas as devidas proporções, devem obediência a um militar somente.

Outro exemplo de relativização é aquele relacionado à personalidade do seu oficial comandante, pois o grau de autonomia de um soldado comandado por um tenente de espírito centralizador e tirano será bem menor do que a liberdade de um soldado comandado por um tenente com um espírito um pouco mais democrático. Fora isso, há outros fatores que equalizam a insuportável carga de vigilância e sanção como a ausência física de um superior, a dupla subordinação, as relações de amizade com seus comandantes, a fidelidade de amigos que acobertam transgressões não diretamente percebidas por um superior seu, mas que deixaram vestígios.²⁴

Na socialização dos soldados recrutas e no *script* de seu papel funcional, não há o olhar vigilante e disciplinador vindo de baixo para cima, sob a forma da necessidade de dar exemplo aos subordinados. Por isso seus momentos de liberdade podem ser vividos sem

²⁴ Lembro que, durante o processo de socialização militar, há uma moral construída pelo próprio grupo de iguais, que pode escapar completamente ao controle dos seus superiores. O grau de união e coesão do grupo considerado, um dos componentes dessa moral, depende dos componentes da figuração e pode tanto ajudar como atrapalhar os membros do grupo de controle, na tarefa de discipliná-los, mas sempre será visto como uma qualidade positiva numa figuração militar.

contenções de teor moral. O extravasamento de suas alegrias pode ser autêntico, intenso, livre de afetações contidas nos atos daqueles que se julgam no dever de dar exemplos aos seus inferiores. Expressam suas fúrias, euforias e decepções em lugares públicos de maneira perene dentro dos quartéis, em escritos e desenhos nas portas de banheiros e latrinas, nos estrados de camas e nas paredes próximas aos postos de sentinela.

As manifestações de seus desejos orgânicos também podem ser públicas; desde o entorpecimento da razão com bebedeiras e outras substâncias, até a frequência nas zonas de baixo meretrício das periferias das grandes e médias cidades. Tudo isso, desde que o olhar disciplinar não chegue até eles.

A socialização dos cabos, apesar dos espaços de sociabilidades serem praticamente os mesmos dos soldados; apesar da proximidade hierárquica provocar uma identificação com a figuração dos soldados, já contém aquele elemento desconhecido na socialização dos soldados, que é o olhar disciplinar de baixo para cima. Há que se fazer uma ressalva quanto ao aspecto de identificação da figuração dos cabos com as suas figurações superiores mais próximas.

Algumas fontes sugerem que até o fim do Império e início do período republicano, os cabos se ligavam sobremaneira aos sargentos, sendo estes uma continuação não estanque daqueles. Ambas as figurações, inclusive a dos anspeçadas, extinta na década de 1930, eram chamadas de oficiais inferiores, ou, simplesmente, inferiores. O principal curso a ser feito pelo soldado, que o dava o direito à promoção a cabo e sargento, era o Curso de Formação de Graduados (CFG). Cerca de 50 anos foram necessários, desde a primeira tentativa de profissionalização dos sargentos, com a criação da Escola de Sargentos da Vila Militar, que durou de 1894 a 1896, passando pela Escola de Sargentos de Infantaria, criada em 1916 e extinta nos anos de 1930, até 1945 com a criação da Escola de Sargentos das Armas (ESA) e o total apartamento de uma figuração em relação à outra.

Nesse ínterim, outras manifestações indicavam esse caminho de médio prazo. As malogradas rebeliões dos sargentos, em 1915, que não ficaram conhecidas como rebeliões dos graduados, já por um sinal de independência entre os grupos. A posterior criação da Escola de Sargentos de Infantaria, que demonstrou a visualização, por parte da cúpula, em tornar independente uma figuração da outra.

A Revolução de 1930 parece ter sido a responsável política do relativo aumento do prestígio da figuração dos sargentos, dentro dos quartéis. Dera-se, desde então, um salto em

relação à desalienação da figuração dos cabos. A mudança de legislação foi relativamente generosa com os sargentos no primeiro lustro daquela década. Com o decreto de dezembro de 1930,²⁵ foram aumentadas significativamente as chances de estabilidade dos sargentos, enquanto os cabos podiam permanecer por somente até 5 anos no serviço ativo. Pouco tempo depois, sendo ministro da guerra o general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, outro decreto havia criado o posto de subtenente.²⁶

Vê-se que, no sentido da profissionalização dos sargentos e de elevação de seu status profissional e social, foram dados alguns passos para frente, até 1935. Porém, o levante comunista, que havia sido liderado em alguns locais por sargentos, foi considerado pela cúpula do Exército como um golpe duro e traiçoeiro demais por parte dos sargentos em relação à oficialidade.

O caminho da profissionalização, construído não sem óbices e sacrifícios, fora abalado naquele momento e levaria algumas décadas para retornar. A Lei Dutra de 1939 havia novamente nivelado os soldados, cabos e sargentos, mandando embora praticamente todos os terceiros e segundos sargentos com menos de 10 anos. Ainda em 1940, os sargentos e cabos concorriam em espaços relativamente iguais de socialização, particularmente na realização de cursos de especialização,²⁷ e nas atividades relacionadas àqueles cursos.

Contudo, o ano de 1945 corrigiria e confirmaria a trajetória de profissionalização da figuração dos sargentos, e seu apartamento da figuração dos cabos, com a criação da Escola de Sargentos das Armas, no Rio de Janeiro.

Resumindo tudo isso, pode-se afirmar que a separação relativamente estanque entre as figurações dos cabos e dos sargentos possui uma historicidade relativamente recente.

Em relação à disciplinarização dos sargentos, comparada à disciplinarização das outras figurações ao seu redor, também há diferenças. Os cabos em relação aos soldados possuem uma limitação “interior”, advinda do olhar disciplinar inferior e da confluência entre a obrigação funcional e o desejo de dar o exemplo. O sargento a tem em uma ainda maior medida e os oficiais ainda mais. À proporção que as posições sociais e hierárquicas vão se distanciando da base, a proporção entre a força disciplinar dos olhares superiores e inferiores vão se alterando. Os cabos e os sargentos podem sofrer muito mais com o olhar vindo de cima

²⁵ O Decreto 19507, 18 de dezembro de 1930 modificou o regulamento para o serviço militar de 1923, Decreto nº 15.934, 22 de janeiro de 1923.

²⁶ Decreto nº 22.837, 17 de junho de 1933

²⁷ Boletim do Exército nº 25, de 22 de junho de 1940, p. 1663; Boletim do Exército nº 3, de 20 de janeiro de 1940, pp. 199-200.

do que um coronel comandante de batalhão, por exemplo. Contudo, alguém no papel de coronel vê-se bem mais obrigado a controlar suas pulsões diante da necessidade do exemplo aos seus 300 ou 500 subordinados do seu batalhão, do que um sargento comandante de um grupo de 9 homens.

Certamente, a sazonalidade com a qual um coronel comandante apresenta-se diante de sua tropa ou de parte dela o abriga desse compromisso durante uma boa parte do seu dia, mas a necessidade de controle de suas pulsões permanece em estado latente. Esse relativo distanciamento de seus subordinados é o componente principal daquilo que John Keegan chamou de “imperativo da afinidade”, que é aquele que condiciona o comando a ser uma tarefa solitária sendo, pois, que a força das ordens são derivadas daquela aura de mistério com a qual o comandante se cerca. Para ele, “...o objetivo de tal mistificação é o de aumentar a incerteza que deve ser vinculada às consequências por sua desobediência.”²⁸

Diante das suas praças subordinadas mais próximas, por questões funcionais, geralmente o ordenança ou motorista, vez ou outra, essa necessidade de controle das pulsões pode apresentar sinais de fluidez, dependendo do grau de confiança e intimidade existente entre o coronel e o soldado.

Muito mais próximos dos centros de poder, no nível local, principalmente nas cidades do interior dos estados, alguém que responda pelo papel de coronel deve manter-se, mesmo durante seus momentos de sociabilidades, representante daquele papel, podendo abandoná-la somente no seio de seu lar. O comparecimento a cerimoniais deixa a função que representa sempre em destaque, como membro do Exército. As sociabilidades e o lazer públicos não podem ser aproveitados em completo relaxamento, sob pena de submeter-se a registros orais, escritos, fotográficos ou fílmicos indesejáveis à sua reputação e letais à manutenção do desempenho da sua função social. As figurações dos cabos, sargentos e tenentes, por exemplo, sofrem essas limitações em intensidades bem menores, por conta de seus papéis. Um tenente pode ser bem mais espontâneo, um sargento ainda mais, e os cabos ainda muito mais.

As limitações das pulsões dos coronéis são tanto mais de ordem individual, ocasionadas também pelo olhar de seus subordinados, ciosos pelo exemplo, do que por conta do olhar disciplinar de seus superiores, mas por ele também. Seria irreal minimizar o peso do olhar de seus superiores no controle de um coronel, dadas as perspectivas de carreira e a sua

²⁸ KEEGAN, John. **A máscara do comando**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999. p.358.

dependência por conceito e prestígio, junto aos seus superiores. Mas a sua margem de ação e a possibilidade de vir a ser punido por banalidades (um coturno mal engraxado, barba mal feita, farda amassada, etc), são bem diminutas quando comparado a qualquer um de seus cabos ou sargentos, estando nas mesmas condições. Não havendo nenhum general por perto, quem afinal puniria um coronel por estar com coturno sujo?

Em contrapartida, as figurações dos cabos e sargentos dificilmente estão em condições autônomas, sem a presença potencialmente disciplinadora de um oficial. Há muito mais olhares sobre eles do que há sobre um capitão, major ou coronel. E há sobre eles, ainda, os olhares bem próximos de seus subordinados, cabos e soldados, que convivem com eles no dia a dia, para os quais devem o poder do exemplo.

Essa inadequação entre a vigilância exercida sobre os sargentos, quase que com a mesma intensidade e constância aplicada aos soldados, e a obrigação por responder a uma pesada cobrança em serem exemplares para os soldados, talvez ajude um pouco a explicar também a insatisfação dos sargentos nos principais momentos de revolta em que se envolveram.

Esta é a figuração dos sargentos do Exército; interdependente em relação às outras figurações, que em torno dela se articulam; dependente das percepções dos integrantes dessas outras figurações para conformar sua própria identidade. Convivem em uma sociedade mais ampla, acolhendo demandas e intenções e gerando suas próprias. Mantêm com todas essas figurações, militares e civis, um amplo e dinâmico jogo de relações, que se modificam à medida em que o quadro de jogadores e a própria dinâmica do jogo se altera.

É dentro dessa ideia, de intrínseca interdependência da figuração dos sargentos com outras figurações de jogadores, que este trabalho pretende palmilhar.

d. O espaço do individual nas “configurações”

É questionável a própria utilização da categoria de “sargentos”, como um conceito inflexível, empregado para representar um grupo sólido de indivíduos. Ela pode nos dar uma confortável ideia de homogeneidade, que não existe na vida prática. O que parece ser um grupo coeso e homogeneizado pela marcialidade e pelas vestimentas “quase” iguais, é um corpo social dividido hierarquicamente, muitas vezes personalista, e cujas relações sociais são

marcadas, historicamente, pela tensão e pelo conflito.²⁹

É dizer o óbvio, mas, tanto no passado como no presente, houve e há sargentos das mais variadas posturas políticas, filosóficas, religiosas, profissionais. São seres sociais, com um *ethos* específico de seu grupo social; porém, são diversos e únicos em seus pensamentos e em suas atitudes para com os seus familiares, colegas de trabalho, seus subordinados, seus superiores, para aqueles que cruzam na rua e para com figuras de autoridade. Há quem considere sua atividade profissional como um fim em si, e quem a considere como um meio, seja ele qual for. Há quem considere sua profissão como um sacerdócio – como reza e pretende o discurso oficial – e quem a considere como meio de ascensão social. Há quem considere sua atividade como uma carreira, enquanto outros a vê como uma simples atividade remunerada. Uns mais vaidosos, outros menos; outros sem nenhuma vaidade; ou, ainda, envergonhados pela profissão que exercem e pelo grupo social a que pertencem.

Compartilham do mesmo *ethos* militar, oficializado e incentivado pela instituição, mas têm o poder de dialogar com ele. Podem assimilá-lo integralmente – situação logicamente ideal típica –, ou apenas os seus elementos que lhes conviessem. No fim, em uma observação de escala reduzida, pode parecer que cada indivíduo possui um *ethos* militar diferente, variando de acordo com suas experiências passadas – seja no próprio Exército, em família, ou na escola –, com sua utensilagem mental e com seus desejos individuais.

No longo processo de socialização, o indivíduo não é passivo. Socorrendo-se de apropriações de vários matizes, tomados como exemplares, o indivíduo também tem chances de escolha. A construção identitária é um *continuum* infinito de apropriações de *ethos* e de outros egos. A própria insistência do Exército em se “fabricar” heróis, tornando-os profissionais e cidadãos modelares, pode ser vista como um apelo a esta característica mimética, muito humana, de apropriação de elementos oriundos de egos alheios para construir suas identidades.³⁰

²⁹ De 1930 a 1945, houve 34 movimentos militares de praças do Exército, sendo que “As revoltas de graduados tinham muito a ver com a sua situação funcional”. Nessa “insatisfação permanente”, as primeiras providências tomadas pelos praças, normalmente, eram prender os oficiais mais próximos, principalmente comandantes de unidades ou subunidades (CARVALHO, 2005, pp. 67-70).

³⁰ A página do Exército indica a adoção de patronos a partir da noção de estabelecimento de uma relação didática entre indivíduos do passado e do presente, que inspiraria ações futuras. “A mais autêntica homenagem que se pode prestar aos grandes vultos da Pátria é manter viva a lembrança de seus feitos, interpretar os acontecimentos de que participaram e recolher os dignos exemplos que nos legaram. As magistras lições que emanam de suas incomuns existências constituem a imortal seiva que robustece crenças, revigora forças para a travessia do presente e inspira a busca do futuro”. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/patronos>; Acesso em: 12 Ago 2011.

Frente a esse diálogo, somos levados a crer que o que separa, por exemplo, uma postura militar subserviente de uma postura militar ativa, beirando à indisciplina, seria uma linha produzida pela mistura fluida e cambiável desses ingredientes anteriormente citados, todos baseados na experiência da vida prática dos atores individuais. Compartilham do mesmo *ethos* militar, produzido por um modelo de socialização tendente a ser padronizado³¹, mas experimentam um nível de tolerância institucional entre essas variações posturais, que parecem opostas em sua essência. Representam apenas diferenças que confirmam a possibilidade de abertura do espaço social militar para uma diversidade de “*selfs*”. Esses “*selfs*”, *sui generis* – a partir de sua socialização militar, que se pretende homogeneizante e que não se acaba até mesmo depois da passagem do militar para a reserva – passam a conter elementos que são específicos de identidades que parecem tender à uniformidade, e que nunca se concluem.

Entre tantas variações do “ser” militar, esse *ethos* militar ajuda a construir, quase que mitologicamente, no senso comum, a concepção de homogeneidade da sociedade militar. A mesma homogeneidade, como já dito, encontrada nos desfiles marciais de 7 de setembro, ou nas formaturas internas dos quartéis. A homogeneidade das apresentações de ordem unida é de um tipo mensurável, visível, palpável, prático e quase que de um teor funcionalista – imanente à lógica de construção da “docilidade dos corpos”, conforme a análise foucaultiana (FOUCAULT, 1999, pp. 117-142). A homogeneidade da organização social militar apresenta uma lógica essencialmente falseada, pelo simples fato de ela ser dimensionada por uma rígida hierarquização, que naturaliza a desigualdade entre os indivíduos e os grupos. É falseada, também, por fim, pela presença, nesse jogo institucional, de determinantes relacionadas a interesses de cunho pessoal, em todos os níveis. A literatura sobre militares é pródiga em descrições de fatos, em que os interesses individuais dos atores são priorizados, em detrimento dos interesses coletivos (BRAYNER, 1977; SOARES, 1984; SILVEIRA, 2001; RODRIGUES, 2001).

Para Elias, “em certas situações e para os ocupantes de certas posições sociais, o caráter individual e a decisão pessoal podem exercer considerável influência” (ELIAS, 1994, p. 51). Contudo, para Elias, o espectro dessas decisões e as oportunidades de tomá-las “São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções

³¹ Seria apenas uma tendência, pois, a abertura a interpretações quanto às ações socializantes deixa margem a atitudes variadas dos elementos dirigentes.

que as pessoas exercem dentro dela” (ELIAS, 1994, p. 48). Nesse sentido, a participação dos indivíduos, com suas ações e submissões àquelas relações preexistentes, se complementam a estas, modificando-as para modelos não planejados de relações. Metafórico, Elias resume esse contínuo processo de mutação social, garantindo que

a rigor, o modo como uma pessoa decide e age desenvolve-se nas relações com outras pessoas, numa modificação de sua natureza pela sociedade.(...) O que é moldado pela sociedade também molda, por sua vez: é a autorregulação do indivíduo em relação aos outros que estabelece limites à autorregulação destes. Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz. Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também uma moeda. Até mesmo o membro mais fraco da sociedade tem sua parcela de cunhagem, na limitação dos outros membros, por menor que seja (ELIAS, 1994, p. 52)

Vindo da abstração para o nível mais prático do presente objeto de pesquisa, os sargentos manteriam uma dupla relação com as suas funções. Por um lado, são moldados por elas, transformando sua natureza individual original, ao mesmo tempo em que contribui para mudanças efetivas, ainda que lentas, nessas configurações. Por outro lado, num nível específico de relações de poder, os sargentos exerceriam funções diferentes, de acordo com os grupos que com eles se relacionariam. Isso quer dizer que, concomitantemente normalmente, ao relacionarem-se com os soldados, exerceriam mais funções de matriz, e mais funções de moeda, ao relacionarem-se com os oficiais. O que não quer dizer, em absoluto, que não exerceriam funções de matriz

e. Critérios para a escolha das fontes orais e os objetivos de seu uso

O trilhar para a escolha das fontes começou no ano de 2008, quando, ainda para a confecção do projeto, foram feitas sondagens a prováveis depoentes. De uma lista inicial de 50 nomes, consegui contato com aproximadamente 30 sargentos e ex-sargentos do Exército, todos eles residentes na cidade de Curitiba e região metropolitana.

Percebi que entrevistar 20 ex-militares seria uma tarefa irrealizável, já que não pretendia trabalhar com dados quantitativos, mas com as percepções individuais desses militares acerca de sua identidade profissional. Obrigado a um recorte dramático, agradei àqueles voluntários iniciais, e me limitei a entrevistar somente 6 deles. A escolha dos indivíduos fora aleatória, obedecendo somente ao critério de época de incorporação, como sargento, ao Exército. Nesse sentido, com exceção da década de 1990, que há dois, há um entrevistado incorporado ao Exército para cada década, desde 1950 a 1990.

A todos os entrevistados foram oferecidas as mesmas condições de anonimato. Os 4 que estão na reserva remunerada foram taxativos de que não havia necessidade. Fizeram questão de apresentarem suas individualidades, mesmo ao serem lembrados de que possíveis assuntos comentados por eles poderiam não ser bem recebidos pela alta oficialidade. Por motivos óbvios, apenas os dois entrevistados, que ainda estão na ativa, solicitaram a condição de anônimos.

As entrevistas dos militares da reserva remunerada foram realizadas em suas residências, e as dos militares da ativa deram-se, em isolamento, em um dos quartéis de Curitiba.

A partir de um total de 14 horas e meia de entrevistas em áudio, as transcrições, que perfizeram quase duzentas laudas, compõem a presente tese como apêndices.

É necessário lembrar a obviedade de que as percepções dos entrevistados não refletem as de todo o seu grupo social e geracional de pertencimento.³² Elas são pontos de vistas particulares e não devem ser deslocadas para serem tratadas de outra forma.

Contudo, esses pontos de vista expõem um arcabouço de ideias que são apropriadas socialmente e acabam colimando com o que se pode definir como uma espécie de construção ideal-típica do tipo weberiano. Nesse sentido, as análises microssociológicas não deixam de dialogar com as análises macro.

Com relação a alguns temas, os pontos de vista dos indivíduos de gerações diferentes se chocam, como foi o caso dos posicionamentos políticos e ideológicos dos depoentes. Mas em outros casos – como nas relações sociais entre os sargentos e os oficiais, e entre os sargentos e os soldados – a colimação se deu mesmo intergeracionalmente, o que indica que esses elementos relacionais, apesar de mudanças significativas ocorridas na última década, têm se apresentado com uma relativa perenidade, por praticamente duas gerações.

Aliás, a perenidade do tecido social, em todos os seus sentidos, é uma característica entre os militares. Faz parte mesmo de sua caracterização atual do grupo. Para Hobsbawm, “a evidência mostra que os oficiais de exército nos países ocidentais são socialmente conservadores e que também o são, muito frequentemente, os militares de carreira, ao contrário dos recrutados” (HOBBSAWM, 1982, p. 183). John Keegan acredita que diante das alterações ao longo do tempo, o mundo do guerreiro acerta o pé com o do civil, “mas o segue à distância”, sendo que “essa distância nunca pode ser eliminada, pois a cultura do guerreiro

³² Como dito, fosse essa a pretensão do autor, este trabalharia com dados quantitativos, a partir das entrevistas.

jamais pode ser a da própria civilização” (KEEGAN, 2006, p. 17).

Essas análises parecem corresponder a fatos observáveis pela presente pesquisa, onde determinadas estruturas sociais e esquemas de pensamento, percebidas e reproduzidas pelos entrevistados, apresentam práticas de longo alcance, que são preservadas há décadas.

Para que as análises das entrevistas não sejam interpostas a um vácuo anterior, justifica-se, portanto, um esboço a respeito da atmosfera histórica, dentro da qual as percepções dos nossos depoentes se forjaram. Algumas das características relacionais dos grupos componentes da figuração Exército são de longo alcance, e talvez imponham uma abordagem, mesmo que *en passant*, antes que cheguemos ao ponto fulcral do trabalho. Como uma espécie de introdução ao tema, não há a pretensão de determinar as origens dessas características, mesmo porque elas não são identificáveis, pois se estabeleceram com o passar do tempo, somente por conta de determinada configuração, interdependentemente das pessoas (ELIAS, 2000, p. 210). Desse modo, busquemos compreender os embriões relacionais dos grupos em jogo na configuração Exército. Uma identidade para os sargentos surgiria desses embriões.

CAPÍTULO I

**CAPÍTULO I – O SILÊNCIO RUIDOSO DO PORÃO – UMA APRESENTAÇÃO AO
OBJETO: OS SARGENTOS ANTES DA II GERRA MUNDIAL**

a. Assimetria da socialização de praças e de oficiais

Forjada na tradição cortesã, a oficialidade do Exército imperial – o braço armado do imperador – mantinha-se como elementos da corte, ou potenciais candidatos a ela, e trilhava em sua carreira todo um vislumbre acerca dessa posição de fidalguia. Em meados do século XIX, os oficiais do Estado Maior de primeira e segunda classe, e a terceira classe dos oficiais do Exército ficavam às ordens do Comandante das Armas da Corte, qualquer que fosse o lugar em que residissem no território nacional³³, devendo prestar contas e apresentarem-se na corte quando de viagem naquela capital. Os oficiais eram a potencial representação da aristocracia dentro dos quartéis e personificava a própria figura nobre do Império no seio das praças d'armas de província, perante a maioria das miseráveis praças, recrutados à força ou voluntários, em troca de comida e teto.

O Artigo 1º, do Decreto nº 782, de 19 de abril de 1851, prescrevia que

O Exército compõe-se dos Officiaes de linha de que tratão os citados Decretos; de todos os Corpos moveis; dos Corpos e Companhias de guarnição; e das Companhias de Pedestres.

Enquanto encargo e função de confiança do Imperador, o decreto deixa claro que, como grupo social constituído apenas os “oficiais” compunham o Exército. Logicamente, os demais elementos da longa estrutura hierárquica do Exército compunha-o também, mas como coletividade, como massa de manobra. O Exército era os “oficiais de linha” e os seus corpos de companhias, compostos pelas praças de pré. A dignidade de existência jurídica, portanto, era dada somente ao corpo de oficiais. As praças a tinham somente de forma indireta,

³³ Decreto nº 782, de 19 de abril de 1851. (Aprova o Plano de Organização do Exército em Circunstâncias Ordinárias) Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851, Tomo XII, Parte I, p. 108. Typographia Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=OokwAAAAIAAJ&pg=PA104&lpg=PA104&dq=pra%C3%A7as+de+pret&source=bl&ots=Txn6cKVLSI&sig=lxziPLzJH6So8Yg8x7Jv6qYOEGI&hl=pt-BR&ei=F2TXTpO-Oefw0gG294TgDQ&sa=X&oi=bookresult&ct=result&resnum=8&ved=0CF4Q6AEwBw#v=onepage&q=pra%C3%A7as&f=false>; Acesso em: 13 Out 2011.

enquanto pertencentes aos seus corpos de tropa, comandados oficiais.

Sobre a disciplina para com os oficiais, desde a sua formação escolar, ela fora bastante frouxa, durante todo o século XIX. O curso na Real Academia Militar tinha um caráter completamente desmilitarizado, e lá os oficiais pouco aprendiam sobre a arte da guerra. “Não partilhavam os valores orientados por uma disciplina rigorosa nem constituíam um grupo unificado por uma forte identidade corporativa” (SOUZA, 2004, pp. 169-170). Essa iria ser uma experiência apenas do século XX.

Conforme demonstra o relato de ex-alunos da Escola Militar do Realengo, ainda no início dos 1900, não havia um ambiente propriamente militar nos cursos, forjando bacharéis fardados, intelectuais diletantes, dados ao ócio e às lucubrações filosóficas, em vez de futuros líderes militares e estrategistas. Para equipararem-se aos bacharéis sem farda, das faculdades de Direito e Medicina, gostavam de ser chamados de doutores dentro do quartel (CARVALHO, 2005, pp. 24-25; MC CANN, 2009, p. 29; SODRÉ, 1968, p. 198)

Até a Guerra do Paraguai,

a carreira militar [como oficial] só atraía aos jovens de tradições militares na família ou aos que não dispunham de alternativa de emprego. A estes últimos, o Exército proporcionava meios de subsistência, mas não as vias de ascensão social (COELHO, 1976, p. 44).

Para Nelson Werneck Sodré, se no Império a profissão militar, no âmbito do oficialato, era subalterna e desprezada, na República, com as glórias da Guerra do Paraguai e com a ascensão política do Exército, ela começou a despertar atenções e atrair para seu seio elementos que ele vem a chamar de uma “classe média”. O crescimento dessa classe, juntamente com a estreiteza do mercado e o preconceito pelo trabalho – sempre associado à escravidão – passou a levar para o corpo de oficiais parcela considerável de seus filhos. Vivaldo Coaracy, que viveu o período e suas dificuldades, declara que:

Grande número, provavelmente a maioria, procurava a Escola Militar apenas seduzidos pelo interesse da profissão das armas, pelas vantagens de uma carreira assegurada, para obedecer a uma tradição familiar ou para superar as condições do meio em que haviam nascido. A Escola Militar tinha sido o modo encontrado de prosseguir nos estudos e incidentemente, entrar numa carreira que, embora não me seduzisse, me asseguraria estabilidade na existência. Nos primeiros dias de 1903, assentei praça e matriculei-me (SODRÉ, 1968, p. 167).

Nas classes mais baixas, o preconceito permaneceu existindo de um modo

generalizado para com a profissão militar no Exército, mesmo após a República. Edmundo Campos Coelho afirma que:

Não é apenas ao nível das elites políticas que se alojam preconceitos e reservas quanto à organização militar. Ao nível da massa são as experiências com o serviço militar as que promovem estereótipos negativos. As causas imediatas sempre foram as formas violentas com que se fazia o recrutamento militar, o tratamento desumano que se dispensava ao recruta (...). A prática dos castigos físicos, por exemplo, prevaleceu até as primeiras décadas do período republicano e contribuía para criar a imagem do militar como indivíduo grosseiro e violento. É pouco provável, ao contrário do que afirmam os militares, que a esta época tenha o Exército desempenhado funções de educação cívica. Porque ao jovem recruta, como registrou em suas memórias um general da República, mostrava-se simultaneamente a bandeira nacional e as grades do xadrez (COELHO, 1976, pp. 43-44).

Aqueles mesmos oficiais que sofriam com o preconceito de sua profissão, pela sociedade de maneira geral, potencializavam e faziam alastrar esse preconceito, contribuindo para que a massa das classes subalternas tivesse verdadeiro pavor pelo serviço militar. Os métodos disciplinares utilizados passavam ao largo do humanitarismo pregado pelos discursos acerca do “soldado-cidadão”, utilitariamente empregado por parte da oficialidade “científica” ainda na Questão Militar pré-republicana (CARVALHO, 2005, p.38-39).

Se o controle da disciplina nas escolas de formação dos oficiais era relativamente frouxo ou inexistente, não havia controle formal, também, da criatividade punitiva e do sadismo no trato com seus inferiores funcionais e sociais, as praças. Afirmava o discurso oficial que não havia outra maneira de manter na linha praças oriundas da escória da sociedade, muitos recrutados à força, com pouca ou nenhuma seleção. Os castigos físicos, abolidos oficialmente em 1874, mas utilizados até muito mais tarde no Exército, seriam apenas a contrapartida para as inúmeras indisciplinas cometidas pelas praças (CARVALHO, 2005, p. 21).

Analisado pelo lado do cabo do chicote³⁴, esse é um ponto a ser considerado, que, de certo modo, poderia legitimar o seu uso e também o da vara de marmelo como mantenedores da disciplina e ferramentas socializantes de praças incorrigíveis.³⁵

³⁴ Referência ao notável pensamento machadiano, verbalizado no “filósofo louco de Barbacena” Quincas Borba, de que “...o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão”. ASSIS, Machado de. **Obra Completa** (Quincas Borba).vol. I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994; Disponível em: <http://www.psbncional.org.br/bib/b301.pdf>; Acesso em 15 Mai 2010.

³⁵ Em 1865, por meio do Decreto nº 3555, de 9 de dezembro de 1865 foram criados os Depósitos de Disciplina, lugar que seriam recolhidas “as praças consideradas incorregíveis” [sic]. Em 1879 foi criado um desses depósitos de disciplina, na Fortaleza de Santa Cruz. Relatório do Ministro da Guerra, José Antônio Correia da Câmara, relativo ao ano de 1879, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 17ª

Contudo, quase que a partir de uma visão da outra ponta da chibata, ninguém melhor que o mestre socialmente conservador e intelectualmente revolucionário Gilberto Freyre, para deslegitimar essa visão utilitarista de necessidade daquele instrumento. Para Freyre, a “tradição conservadora” no Brasil “sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de autoridade’ ou ‘defesa da ordem’” (FREYRE, 1999, p. 52).

Não apenas a utilidade da ferramenta socializante deve ser considerada como legitimante da violência, mas também o aspecto psicológico dos agentes, seus usuários. Na pena de Gilberto Freyre, conservadorismo, sadismo e autoridade seriam o tripé comportamental que haviam forjado nas classes senhoriais suas reações de compulsão pela violência aos seus inferiores sociais, determinando um padrão de relações entre superiores e inferiores sociais vigentes por muito tempo, mesmo depois do fim da escravidão.

Não era exclusividade do Brasil. O recrutamento do Exército imperial brasileiro não era muito diferente do recrutamento de todos os outros exércitos do mundo. A unidade prussiana em que Clausewitz havia incorporado, em 1792, aos 11 anos de idade, por exemplo, tinha um príncipe como coronel, seus oficiais eram da pequena nobreza prussiana e os soldados, “praticamente escravizados” eram recrutados entre os mais pobres da sociedade (KEEGAN, 2006, pp. 33-34).

Outra característica difundida na maioria dos exércitos ocidentais fora a cultura personalista dos chefes³⁶ e a legitimidade que as ações advindas desse personalismo lhes garantia. Personalista, o chefe militar era também patriarcal, tendo o dever moral de “educar” seus subordinados como um pai educaria seus filhos. Se a lei fosse vista como “frouxa”, sua mão deveria ser mais pesada que a lei, a fim de manter sua autoridade. Nesse sentido, era pensamento corrente o de que quanto mais rigoroso o pulso disciplinador do chefe, mais “respeito” angariaria entre os seus subordinados. Uma espécie de apropriação da lógica maquiavélica da desconfiança universal dos homens e pela conseqüente escolha pela crueldade para com seus subordinados.³⁷

Legislatura, p. 7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2221/000001.html>; Acesso em 15 Abr 2011.

³⁶ FREYTAG-LORINGHOVEN, Hugo von. **O Poder da Personalidade na Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

³⁷ Para Maquiavel, entre ser amado e ser temido, o príncipe deveria desejar ser ambos, porém, diante da dificuldade em se reunir ambas as qualidades, seria mais seguro ser temido. Isso, explica ele, porque “os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhes fizeres bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos..., desde que a necessidade esteja longe de ti. Mas, quando ela se avizinha, voltam-se para outra parte (...) E os homens hesitam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, o qual, devido a serem os homens pérfidos, é rompido sempre que lhes aprouver, ao passo que o

O padrão de tratamento apenas reforçava a associação feita entre a condição de escravo e de soldado. O recrutamento militar e a composição social dos soldados explicavam em parte essa associação recorrente entre escravidão e serviço militar. Segundo Kraay,

Embora nenhuma proporção exata possa ser estabelecida, a maioria dos soldados brasileiros eram forçados a entrar no serviço militar através do sistema judicial, como punição por pequenos (ou até grandes) crimes, por vadiagem, ou por violação de padrões morais. Grupos de recrutamento escolhiam outros tipos de indivíduos durante campanhas periódicas. A maioria dos estudiosos chegou à conclusão de que o serviço militar recaía sobre os mais pobres dos pobres livres, principalmente os jovens de cor. Os pobres livres, no entanto, formavam uma categoria social com a qual a classe escrava se misturava, às vezes imperceptivelmente. Escravos que trabalhavam por conta própria, passando apenas uma porção dos seus ganhos para seus donos; escravos que circulavam nas ruas a serviço de seus senhores; escravos condicionalmente alforriados, lutando para saldar a dívida pela sua liberdade ou cumprindo as condições testamentárias de acompanhar e servir a herdeiros de seus senhores; e os escravos fugidos que buscavam refazer suas vidas; todos eram indistinguíveis daquela população (KRAAY, 1996, pp. 38-39).

Nesse diapasão, o sadismo do mando, característica da sociedade civil nacional, por consequência da escravidão e do modelo de relações sociais por ela regido, tornou-se uma realidade no âmbito do Exército, que parecia sobrelevar-se, ao arripio da própria normatização dos castigos. De acordo com Mc Cann,

independentemente do prescrito no regulamento, as punições ficavam ao sabor de caprichos. Um oficial aposentado que serviu nas fileiras de alistados no início do século observou que a 'dosagem das penas disciplinares' geralmente dependia do 'humor transitório dos chefes', os quais nem sempre se norteavam pelo critério de corrigir ou ensinar. Confundiam o 'dever de punir' com o 'direito de castigar' (MCCANN, 2009, p. 112).

Enquanto os oficiais bacharéis eram formados com diletantismo intelectual, mas com pouca ou nenhuma atividade puramente militar, e com a disciplina tão frouxa quanto as faculdades de Direito ou Medicina, na formação das praças eram corriqueiros os castigos físicos dos mais variados, aplicados, também, por aqueles mesmos oficiais bacharéis.

Uma tradição europeia da socialização militar das praças previa um elemento base e praticamente naturalizado na formação do bom soldado, cumpridor de ordens. Para acostumarem-se à rusticidade da vida em campanha e às agruras da guerra, as praças deveriam ser submetidas às mais abjetas condições. Qualquer tipo de conforto, até mesmo o

temor que se infunde é alimentado pelo receio de castigo, que é um sentimento que não se abandona nunca” (MAQUIAVEL, 1996, p. 98).

mais básico, era um luxo que, de acordo com o imaginário da oficialidade da época, estragava o soldado.

De acordo com Norman Dixon, durante a Guerra da Crimeia:

No seu trato com Florence Nightingale e o seu zeloso ajudante, o chefe londrino Alexis Soyer, os generais relativamente bem alimentados, denunciavam uma falta de compaixão em que dificilmente se acreditaria. O general Eyre, com o seu Exército a morrer de subnutrição, disse, acerca de Soyer e de seu novo fogão: 'os soldados não têm necessidade de ranchos tão bons quando estão em campanha. Você melhora a comida, mas estraga os soldados (DIXON, 1977, p. 51).

Perante a diferença social entre o recrutamento dos oficiais e das praças, tanto no Brasil como na Europa, e da visão generalizada, das classes média e alta, acerca das classes pobres – fontes de recrutamento das praças – em qualquer parte do mundo ocidental³⁸, o soldado era realmente feito para gastar (DIXON, 1977, p. 201), tanto na Grã-Bretanha como no Brasil. Seria anacrônico exigir comportamentos diferentes dos distintos oficiais brasileiros, fidalgos ou pretensamente fidalgos do século XIX.

Gastavam-se as praças, não somente com excesso de trabalho e maus tratos, mas também com a violência física. Ela era também uma das formas dispostas pelos oficiais para manter seus soldados na linha. As surras de espada em prancha ou posteriormente da vara de marmelo; o *marche-marche*, que consistia em marchar por horas em um pátio; a solitária a pão e água; a *palmatória*; o *estaqueamento*, que consistia em amarrar a praça indócil de costas em 4 estacas cravadas no chão, pelas mãos e pelos pés e deixá-lo esticado sob o sol, eram práticas muito comuns dentro dos quartéis (CARVALHO, 2005, p. 21; SODRÉ, 1968, pp. 133/134; MCCANN, 2009, pp. 112-113).

As prisões por longos períodos, muitas vezes por causas banais, eram corriqueiras no universo disciplinar das praças do Exército. O Relatório do Ministério da Guerra, relativo ao ano de 1890, mostrava que o Conselho Supremo Militar e de Justiça havia julgado 550 militares do Exército. Destes, 546 eram praças de pré e somente 4 eram oficiais.³⁹

³⁸ No século XIX discutia-se se a pobreza seria inerente ao sistema capitalista industrial ou se era devida a falhas morais dos próprios pobres, mostradas pela preguiça, falta de espírito de previsão e excesso de bebidas. Até mesmo Marx conceituou aquela parte dos pobres, que não pertencia moralmente ao “proletariado” fecundo e potencialmente revolucionário, como “*lumpenproletariat*”, uma massa vagabunda de “mendigos, bandidos e bêbados” diluída por um “comportamento irresponsável, lascivo e devasso” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 23;65), ou nas palavras do próprio Marx, um “apodrecimento passivo das camadas mais baixas da velha sociedade” (MARX, 1998, p. 18).

³⁹ Relatório do Ministro da Guerra Antônio Nicolau Falcão da Frota ao Presidente da República, referente ao ano de 1890. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2231/000011.html>; Acesso em: 15 Mar 2011

Mas essas ações disciplinares tinham vozes discordantes no meio da oficialidade. Oficiais reformistas viam com desgosto os métodos de socialização das praças e tornavam público seu desejo de mudança. Tendo feito circular o jornal entre os anos de 1854 e 1855, alguns oficiais editores de “O Militar” mostravam insatisfação pela conduta dos oficiais, em relação aos recrutas e soldados, maltratando-os e submetendo-os ao chicote. Achavam que “a educação poderia dar melhores resultados do que pancadas, lamentando o fato de que muitos sargentos fossem analfabetos” (SCHULZ, 1994, p. 45). Demorariam quase três décadas até que o pensamento Positivista do ministro da Guerra Benjamin Constant passasse a predominar, ainda que momentaneamente, e algo fosse feito no sentido de se introduzir uma preferência em se educar pela palavra e não pela força do chicote, da espada em prancha, ou da prisão a pão e água.

b. As praças civilizadas: as escolas regimentais

As escolas regimentais foram criadas no final do século XIX, para que supostamente fossem ministradas as primeiras letras às praças de pré, particularmente os soldados, devendo funcionar em cada corpo de tropa, cumprindo com a “missão altamente civilisadora, moral e humanitária, que compete ao Exército Brasileiro”⁴⁰. Supostamente, porque, de maneira curiosa, o decreto definia que o ensino das escolas regimentais seria ministrado às praças “que se acharem em melhores condições moraes e intellectuae”⁴¹. O que parece um contrassenso, já que a função das escolas seria a de justamente ensinar as praças os rudimentos dos valores morais, dos deveres das praças e também das letras e da matemática. Na letra da lei, elas seriam

destinadas a ministrar ensino primario sufficiente ás praças de pré do Exercito, instrucção elemental do soldado e a especial a cada arma e correspondente ás diferentes graduações até a de sargento⁴².

Apesar de parecer, essa não seria uma total contradição. Havia o sólido interesse por parte da alta oficialidade de se conseguir o máximo de resultados intelectuais e morais das

⁴⁰ Relatório do Ministério da Guerra Antonio Nicoláu Falcão da Frota, ao presidente da República. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2231/000001.html>; Acesso em 11 Mar 2011, p. 10.

⁴¹ Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, Art. 8º; Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151796> ; Acesso em: 26 Jun 2011.

⁴² Idem, Art. 3º

praças, com o mínimo de dispêndio das energias da instituição e dos seus instrutores. Desse modo, buscavam recrutar, como futuros instruendos das escolas regimentais (normalmente as praças incorporadas no ano corrente), aqueles considerados mais aptos a darem bons resultados de aprendizado, visando não somente obter uma melhor mão de obra para os serviços internos das unidades onde serviam, mas também uma potencial e duradoura propagação, na sociedade, dos resultados socioeducacionais e humanitários empreendidos pelo Exército. Tudo isso com o máximo de economia para a instituição.

Talvez a intenção fosse propagandística em relação à capacidade civilizatória do Exército, numa época em que o positivismo predominava na figura de seu ministro, Benjamin Constant.⁴³

Os cursos funcionariam dentro do corpo de tropa, sendo ministrados por professor, que seria “official subalterno [tenentes] de reconhecida aptidão para o magisterio, e um ou mais adjuntos, inferiores⁴⁴ ou cadetes com as precisas habilitações” normalmente nos horários de folga, geralmente à noite e aos sábados à tarde – já que aos sábados pela manhã havia expediente⁴⁵.

O jovem tenente Antônio Carlos Muricy conta que “junto com alguns sargentos,

⁴³ O positivismo social do Ministro Benjamin Constant aparece na eloquente exposição de motivos do decreto. Dentre outras coisas, o documento considerava: que era necessário melhorar o ensino militar, “de modo a atender aos grandes melhoramentos da arte da guerra, conciliando as suas exigencias com a missão altamente civilisadora, eminentemente moral e humanitaria que de futuro está destinada aos exercitos no continente sul-americano (...); o soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz publicas, apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas (...); para perfeita compreensão deste elevado destino no seio da sociedade, como o mais solido apoio do bem, da moralidade e da felicidade da Patria, o militar precisa de uma succulenta e bem dirigida educação scientifica, que, preparando-o para com proveito tirar toda a vantagem e utilidade dos estudos especiaes de sua profissão, o habilite, pela formação do coração, pelo legitimo desenvolvimento dos sentimentos affectivos, pela racional expansão de sua intelligencia, a bem conhecer os seus deveres, não só militares como, principalmente, sociaes (...); isso só pôde ser obtido por meio de um ensino integral onde sejam respeitadas as relações de dependencia das differentes sciencias geraes, de modo que o estudo possa ser feito de accordo com as leis que tem seguido o espirito humano em seu desenvolvimento, começando na mathematica e terminando na sociologia e moral como ponto de convergencia de todas as verdades, de todos os principios até então adquiridos e fóco unico de luz capaz de allumiar e esclarecer o destino racional de todas as concepções humanas”. Idem.

⁴⁴ Também o termo inferior era aplicado aos sargentos. Até o final do século XIX os sargentos, que eram praças de pré, eram também chamados de “oficiais inferiores”, e compunham os “Estados Menores” das unidades. Relatório do Ministro da Guerra, José Antônio Correia da Câmara, relativo ao ano de 1879, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 17ª Legislatura, p. 57. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2221/000057.html>; Acesso em 15 Abr 2011.

⁴⁵ Havia a previsão de que “... para as aulas se marcarão horas apropriadas, attendendo-se não só á conveniência do ensino, como também á do serviço”. Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, Art 13. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151796>; Acesso em: 16 Jul 2010.

ajudei a dar aulas de beabá e aulas de primário aos recrutas que chegavam. Era alfabetização mesmo.”⁴⁶ As instruções deveriam abranger as disciplinas de

leitura, calligraphia, rudimentos de moral, as quatro operações sobre numeros inteiros e fracções, tanto ordinarias como decimaes, metrologia, principios de desenho linear, noções muito elementares dos phenomenos phisicos e chimicos mais communs; ligeiros conhecimentos sobre hygiene militar; fastos de nossa historia; exemplos notaveis de disciplina, valor, abnegação e patriotismo; deveres do soldado, cabo de esquadra, forriell e sargento – em todas as circunstancias do serviço de paz e guerra⁴⁷

A alta oficialidade parecia vislumbrar uma educação continuada e de longo prazo para suas praças, iniciando pela instrução básica trazida pelos soldados do mundo civil ou fornecida pelos próprios quartéis nas escolas regimentais. Com uma grade curricular que privilegiava aspectos de formação moral e de patriotismo, o ensino se dedicava a formar no espírito dos soldados um sólido sistema de valores ditos militares que podiam ser úteis tanto na vida civil, como cidadãos melhores, caso dessem baixa, após terminado o seu tempo de serviço, como no prosseguimento da carreira, dentro do Exército – normalmente como cabos, furriéis e sargentos.

O decreto acentuava que o curso deveria ministrar instruções das armas, com todos os seus deveres morais, relacionadas às diferentes graduações até sargento. Além disso, buscava coibir a existência de cabos, furriéis e sargentos analfabetos, pois prescrevia, em seu artigo 7º, que:

Dous annos depois de publicado este regulamento, nenhuma praça será promovida aos postos de cabo de esquadra, forriell ou sargento sem que tenha o curso das escolas regimentaes ou passe por exame vago das materias nellas ensinadas, salvo si possuir o curso preparatorio das escolas militares ou qualquer outro superior.⁴⁸

O regulamento vingou nesse aspecto e parece ter sido apreciada pela alta oficialidade a forma pela qual as escolas regimentais se desenvolveram nos quartéis de tropa, já que elas sobreviveram até praticamente nos anos de 1980, em boa parte dos quartéis, tendo sido

⁴⁶ MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. Dat., p. 677. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

⁴⁷ Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, Art 6º Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151796>; Acesso em: 16 Jul 2010.,

⁴⁸ Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, Art 13. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151796>; Acesso em: 16 Jul 2010.

alterados somente as rotinas diárias das aulas, algumas disciplinas e os professores.⁴⁹

c. Os Sargentos civilizados: as Escolas Práticas e a Escola de Sargentos da Vila Militar do Rio de Janeiro (1890-1897)

Mas outra modificação em relação à socialização das praças foi introduzida no Exército, com o plano de ensino do Exército, de 1890. Até naquele ano, e pouco tempo depois, os sargentos eram socializados nos próprios corpos de tropa, e, posteriormente, especializavam-se em 2 escolas distintas: a Escola Geral de Tiro do Campo Grande e a Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo, ambas transformadas em Escolas Práticas, pelo decreto de 12 de abril de 1890. Outra modificação na socialização dos sargentos, trazida com o decreto 330, fora a criação de uma escola de sargentos para as 4 armas existentes na época, tendo como base a Escola de Aprendizes Artilheiros.⁵⁰ A Escola de Sargentos, apesar das promessas dos relatórios dos anos posteriores⁵¹, só passou a funcionar com esse nome, substituindo definitivamente o antigo nome, no ano de 1894, quando começou a possuir uma organização mínima.

O regulamento da Escola de Sargentos, assinado em 31 de dezembro de 1892, pelo general Francisco Antonio de Moura, prescrevia que para a realização do curso de 4 anos, o candidato deveria ser brasileiro, ter entre 14 e 17 anos, “ser apresentado por pessoa que se interesse pelo seu futuro”, ser de constituição física robusta e ser vacinado. Teriam preferência aqueles que já sabiam ler e escrever e dominar as quatro operações matemáticas básicas, e, além disso, os filhos de praças e oficiais do Exército e da Marinha.⁵² Sendo proposta como uma instituição educacional para crianças carentes, a escola funcionaria na

⁴⁹ O Boletim Interno nº 049, de 14 de março de 1973, da 5ª Companhia Leve de Manutenção, localizada em Curitiba, matriculou na sua Escola Regimental 16 Recrutadas, dos 44 incorporados naquele ano, praticamente 37% do efetivo total. As aulas seriam ministradas às 2ª, 3ª, 5ª e 6ª feiras, das 16h 30min às 17h 45min e na 4ª Feira, das 13h 30min às 14h 30min. O expediente terminava naquela unidade às 16h 30min, com exceção das 4ª feiras, quando a companhia adotava o regime de meia jornada e terminava seus expedientes às 12:00. A Professora Eulália Navaiko, da Secretaria da Cultura do Paraná permaneceu à disposição da Cia Leve de Manutenção como professora da Escola Regimental e à disposição da biblioteca da companhia. Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO. 5ª companhia Leve de Manutenção. Boletim Interno nº 067, de 09 de abril de 1973.

⁵⁰ Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1891. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2232/000020.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

⁵¹ Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1892. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2233/000023.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

⁵² Decreto nº 1199, de 31 de dezembro de 1892 (Regulamento para a Escola de Sargentos). Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1893. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2234/000060.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

Fortaleza de São João, mesma sede da antiga Escola de Aprendizes de Artilharia, e seria composta de 4 companhias, com cerca de 100 homens cada uma.

O curso seria dividido em 4 anos, com uma parte teórica e prática em cada um desses anos, de acordo com o seguinte plano de estudos, tomado como exemplo o plano da Infantaria:

Curso teórico:

1º Ano: Letras, Sílabas, frases, exercícios de caligrafia até bastardinho, tabuada até divisão.

2º Ano: Leitura fácil, princípios de gramática, caligrafia até cursivo, contabilidade até divisão.

3º Ano: Leitura corrente, gramática nacional, escrita corrente copiada e ditada, aritmética até frações decimais e metrologia, noções de geografia física, noções elementares de higiene militar, desenho linear.

4º Ano: Leitura em autores clássicos, aritmética até proporções, análise gramatical e lógica, exercícios de redação, noções de corografia e de história do Brasil, noções de hipologia e desenho linear.

Exercício Prático:

Arma de Infantaria:

1º Ano: Escola de recruta sem arma, nomenclatura da arma e da munição regulamentares, desmontar e montar a arma, limpeza e conservação do armamento. Escola de recruta com arma, manejo, posições do atirador, exercícios preliminares de pontaria, visar com a arma apoiada e braços livres, aplicação do dedo na tecla do gatilho para fazer disparar a arma (tiro de quartel com carga reduzida). Primeiros exercícios de ginástica e de esgrima de baioneta.

2º Ano: Nomenclatura do equipamento, arrumação da roupa da ordem na mochila, exercício de companhia em ordem unida e dispersa, tiro com cartuchos desembalados, deveres do soldado e do cabo de esquadra, ginástica e esgrima de baioneta.

3º Ano: Exercício de batalhão, apreciação das distâncias, trabalhos na linha de tiro, noções gerais do tiro, definição de trajetória, ângulos e linhas de tiro e de mira, velocidade inicial, restante, zona perigosa, alça de mira e seu emprego, tiro com arma apoiada, tiros sobre alvos fixos a braços livres, de pé, de joelhos e deitado, deveres dos furriéis e dos segundos e primeiros sargentos, ginástica e esgrima de baioneta.

4º Ano: Apreciação de distâncias, continuação de exercícios na linha de tiro, fogo de pé, de joelho e deitado sobre alvos fixos e móveis, construção de trincheiras e abrigo, exercício de companhia e batalhão em ordem extensa e marca, deveres dos sargentos ajudantes e quartéis mestres, nomenclatura e serviço da metralhadora, ginástica e esgrima de baioneta.⁵³

Os planos para as instruções na cavalaria, artilharia e engenharia eram semelhantes a esse, apenas com suas especificidades quanto à instrução de cada uma das armas. A Escola era organizada em quatro companhias, comandadas por capitães, e tendo como efetivo de oficiais 6 capitães, 6 tenentes e 6 alferes. As aulas de esgrima, cavalaria e de ginástica eram

⁵³ Decreto nº 1199, de 31 de dezembro de 1892 (Regulamento para a Escola de Sargentos). Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1893. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2234/000060.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

ministradas por um capitão, um alferes e um civil, respectivamente.⁵⁴

Os alunos que já fossem sargentos receberiam de soldo os vencimentos de soldados, tendo 50% de seu soldo recolhido a uma caderneta, que seria devolvida quando fosse “desligado da Escola com o curso completo.”⁵⁵ Aqueles que obtivessem boas notas nas aulas teóricas e práticas e fossem de bom comportamento, poderiam receber do comandante licença para sair aos domingos e feriados. Do bom desempenho escolar e disciplinar dos alunos dependiam, também, as suas promoções na própria escola, de anspeçada a segundo-sargento, em promoções sucessivas, dadas pelo comandante da escola.

Havia um prêmio para os destaques intelectuais e disciplinares, ao término do curso, pois, segundo o artigo 64 do regulamento,

dos alunos que concluírem o curso com aprovação em todas as materias do ensino theorico e pratico, os mais distinctos serão matriculados na Escola Militar da Capital Federal.⁵⁶

No primeiro ano de seu funcionamento, em 1894, os resultados parecem ter sido insignificantes. Em outubro de 1893, a escola recebeu 72 alunos, procedentes da extinta escola de aprendizes artilheiros, aumentando para 139 no início de 1894, pelo ingresso de novos alunos. O relatório daquele ano já apontava os erros de propósito da criação da escola, sugerindo que ela não deveria ser uma instituição de ensino para crianças, e sim para indivíduos que já tivessem praça no Exército. O programa do curso, continuava sugerindo o relatório ministerial, deveria ser limitado ao ensino

“strictamente necessário ao preparo de inferiores, tendo em vista principalmente o ensino de escripturação, dos regulamentos, de noções de legislação militar e de tactica elementar de cada arma.”⁵⁷

O relatório reclamava da “superabundância de ensino theorico” dos regulamentos das escolas práticas, e a Escola de Sargentos, “ressentindo-se dos mesmos efeitos”, deveria ser

⁵⁴ EXÉRCITO BRASILEIRO. Almanak da Guerra, 1896 p. 30-31.

⁵⁵ É bem possível que os desligados por algum ou outro motivo, sem terminar o curso, não tinham direito a reaverem o direito a esses vencimentos.

⁵⁶ Decreto nº 1199, de 31 de dezembro de 1892 (Regulamento para a Escola de Sargentos). Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1893. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2234/000060.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

⁵⁷ Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1894. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2235/000021.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

reorganizada, “para não ser extinta por improduttiva”.⁵⁸

Mas parece não ter sido o excesso de ensino teórico o motivo de sua decadência. Naquele mesmo ano, não foram ministrados os trabalhos teóricos, segundo o relatório do Ministro da Guerra, “com vantagens aos alunos”, por estar a escola ainda em fase de organização, e pela falta de cabedal, sendo obrigada, a equipe dirigente da Escola, a preparar um horário de exercícios práticos, para conservarem-se em actividade os mesmos alunos.” Mas também a instrução prática, ainda segundo o relator, não tinha sido dada com aproveitamento, “por falta de elementos necessários.”⁵⁹ Faltavam instruções teóricas, faltavam instruções práticas, faltava infraestrutura, de um modo geral. A Escola fora criada sem um planejamento material e didático cuidadoso, mesmo depois de iniciar seus trabalhos mais de 3 anos depois da lei que a criaria.

Mesmo tendo sido “criada com o fim modesto de preparar inferiores para o Exército”⁶⁰, ou, com a finalidade de “habilitar pessoal para preencher as vagas de sargento nos corpos do Exército”⁶¹, o Decreto 330, de 1890, que determinou sua organização, previa a criação da escola como núcleo de formação profissional para, também, juntamente com o colégio militar, as escolas de ofícios e as escolas de tiro, prestar educação militar para menores de idade. Muitos dos candidatos, ingressos naquela escola, eram menores carentes. Não só carentes, mas indigentes. Ao término do curso em 1897, 15 dos formandos, simplesmente “por não ter sido reclamados”, foram incluídos na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.⁶² Essa primeira escola de formação de sargentos tinha um cunho social e civilizatório, mostrando uma descuidada e limitada conotação profissional.

O Relatório do Ministro da Guerra, de 1897, nos mostra que o decreto de 1890, que reorganizou, aos moldes positivistas do então Ministro da Guerra Benjamin Constant, as escolas do Exército – dentre elas a Escola de Sargentos – tinha sido condenado “por curar mais da educação moral e cívica do cidadão, do que da instrução militar do soldado”.⁶³

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ Decreto nº 1199, de 31 de dezembro de 1892 (Regulamento para a Escola de Sargentos). Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1893. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2234/000060.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

⁶² Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1897. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2238/000026.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

⁶³ Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890, Art 13. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151796>; Acesso em: 16 Jul 2010.

A falta de exercícios práticos por certo que capitaneou as instruções militares daqueles jovens alunos da escola de sargentos. Como dito, fora uma escola pensada não no sentido técnico-profissional de formação de sargentos, mas de mera “educação e instrução militar de menores”⁶⁴. Com programas eminentemente teóricos, a consequente majoração do tempo de frequência nas escolas foi um dos principais problemas constatados durante os anos de 1890 e 1897. Foi um problema porque retardava o acesso dos alunos, privando-os da prestação de serviços nas fileiras.

No ano em que findou a Guerra de Canudos, o Exército não necessitava de sargentos com conhecimentos muito superiores aos necessários à execução das ordens de seus tenentes e capitães e ao comando grosseiro e violento de soldados analfabetos. Se o excesso de teoria era abominado, por parcela da alta oficialidade, no nível da formação dos futuros oficiais – os pensadores da instituição – no nível da formação dos sargentos, qualquer verniz teórico seria já considerado excessivo.

Outro fator que pode ter trazido um sentido bastante negativo a uma parte da oficialidade, diante da criação e existência de uma escola de sargentos, foi o momento político da época. Uma provável influência da turbulência política, junto ao corpo discente da escola mostrar-se-ia um fator decisivo para seu fechamento. Nenhuma das escolas militares permaneceu imune ao sopro sedicioso do período pós-republicano, que se estendeu até praticamente a Revolução de 1930. No ano de 1897, houvera rebeliões nas Escolas Militares do Rio e de Fortaleza, que levaram à expulsão de inúmeros de seus alunos. Essas rebeliões parecem ter soltado estilhaços de desobediência, também, na escola de sargentos. Comandava a escola, em 1896, o Tenente Coronel Manoel Ferreira das Neves Júnior e, em 1897, bem possivelmente por conta da rebeldia de quase metade de seus alunos, foi exonerado. O ano de 1897 terminou sob o comando interino do Major João Teixeira Maia.

Nesse ano, o último da curta existência da escola de sargentos, frequentaram 245 alunos, sendo desligados 117 por aqueles “actos de indisciplina”⁶⁵. Oitenta e seis foram transferidos para os corpos de tropa, “por já terem a idade regulamentar”⁶⁶; 1 faleceu e 30 foram desligados por “motivos diversos”. Dos 128 alunos que ainda existiam, 98 menores de idade foram restituídos às suas famílias ou tutores. Terminaram o ano apenas 15 maiores de

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Possivelmente existindo alguma ligação com o movimento rebelde de bandeira florianista ocorrido na Escola Militar no mesmo ano (MCCANN, 2009, p. 80).

⁶⁶ Os voluntários poderiam ingressar no Exército ao completarem 17 anos; contudo, a maioria ingressava com cerca de 21 anos, maioridade na época.

idade, incluídos 10 no 1º batalhão de engenharia e 5 no corpo de operários militares. Foram aprovados no exame apenas 26 alunos, dos quais apenas 10 concluíram o curso.

A experiência de uma escola de sargentos não havia alcançado o resultado intelectual e disciplinar pretendido. Diante do quadro desolador dessa experiência, o ministro concluiu que “os resultados colhidos não corresponderam à expectativa do Governo e menos ao sacrifício pecuniário que a Nação fazia com essa instituição de ensino”⁶⁷. Com a nova reorganização do ensino do Exército, ocorrida em 1897⁶⁸, a escola de sargentos foi fechada, em 31 de dezembro daquele ano.

d. A semântica distintiva: o “posto” e a “graduação”

Os graduados eram tratados como um grupo relativamente homogêneo e, no século XIX, eram divididos de acordo com suas funções nos corpos de tropa. Ascendendo hierarquicamente, havia o soldado, o anspeçada, o 2º e o 1º cabo, furriel, 2º sargento, 1º sargento e o sargento-ajudante. O furriel era uma graduação que mantinha uma função muito específica no corpo de tropa, cuidando do arranchamento, do pagamento e de toda a parte financeira das subunidades. Quando essa graduação foi extinta, a função continuou a ser chamada pelo mesmo nome, mas executada normalmente por um 3º sargento.

No início do século XX, outra mudança foi introduzida. A graduação de anspeçada foi abolida e a antiga graduação de cabo de esquadra (na organização de um pelotão, uma esquadra possui de 3 a 5 soldados, por isso cabo de esquadra) foi desmembrada ordinalmente (assim como os sargentos e os tenentes) entre 2º e 1º cabos. No caso dos sargentos, com a extinção dos furriéis, foi introduzida uma terceira divisão ordinal, não trazendo, porém, variações quanto à sua socialização, já que se equiparava ao antigo furriel.

Apesar da relativa homogeneidade, o tratamento dispensado às praças de pré era bastante variável. Em 1933, a lei que criou a classe dos subtenentes fala em “posto” dos subtenentes, equiparados aos aspirantes a oficiais, mas a ele subordinado.⁶⁹ Mesmo ainda na década de 1960, publicações oficiais mencionam o termo posto ao referir-se aos sargentos. A distinção já tinha sido feita formalmente no Estatuto dos Militares de 1946, mas não ganhava

⁶⁷ Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, para o ano de 1897, p. 18; [Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2238/000026.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2238/000026.html); Acesso em: 21 Dez 2011.

⁶⁸ Decreto nº 463, de 25 de novembro de 1897. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.actionid=102631&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 21 Dez 2011.

⁶⁹ Decreto nº 23.347, de 13 de novembro de 1933.

guardada na realidade concreta dos documentos oficiais.⁷⁰

No léxico militar eram utilizados apenas dois termos para definir e estabelecer nomeações de grupo com alguma função de comando sobre os soldados, que nunca comandavam e apenas executavam. O termo *posto* referia-se indistintamente tanto aos cabos⁷¹ e sargentos⁷², como aos oficiais, tenentes, capitães, coronéis ou generais. O termo “graduado” ou “graduação” referia-se, também, tanto às praças, como a uma vantagem, a uma distinção extra, conferida aos oficiais. Um sargento e um cabo eram graduados, ao mesmo tempo que um coronel graduado ou um general graduado tinham mais vantagens do que um coronel ou general sem graduação. Somente em meados do século XX é que o termo graduação ou graduado passou a ser usual às praças de pré que possuíam alguma “divisa” e a distingui-los juridicamente daqueles que detinham os “postos”, termo que passou a ter representação da dignidade e da exclusividade que merecia os oficiais.

A definição jurídica exata do que seria um posto e uma graduação, em voga até a atualidade, dá-se somente em 1946, com o Estatuto dos Militares⁷³. Ele dizia em seu artigo 15, Parágrafo único, que “Posto e o grau hierárquico dos oficiais, conferido por decreto e confirmado em carta patente. Graduação é o grau hierárquico das praças, conferido pela autoridade competente”.⁷⁴ Tradição jurídica brasileira de tentar impor uma mudança social pela força legiferante, o termo “posto” como termo distintivo dos oficiais parece ter demorado vingar na dinâmica burocrática do Exército. O Ministro teve que lembrar, em uma nota de 1950, que “um sargento do Exército não tem posto porque não é oficial e não tem cargo por não ter título de nomeação”.⁷⁵

Mesmo no início de 1964, na difícil tarefa de manter coesa a Instituição naquele momento, outro ministro, o General Costa e Silva, em nota de homenagem ao sargento Max Wolff Filho, publicada no Boletim do Exército da simbólica e normalmente agitada data de 1º de maio, dia do Trabalho, reverencia a memória do sargento, que havia ligado seu nome a

⁷⁰ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 9, de 28 de fevereiro, de 1964, pp. 43-46.

⁷¹ O Decreto-Lei n. 2329, 21 Jun 1940, que extinguiu a *graduação* de 1º e 2º Cabos, falava em na “unificação dos 1º e 2º Cb em um só *posto*” Boletim do Exército nº 26, de 29 de junho de 1940, p. 1751. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2329-21-junho-1940-412242-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 9 Jan 2010.

⁷² Eurico Pires da Rocha, 1º Cabo do Regimento João Manoel (2º RCI) “pede promoção ao *posto* de 3º Sgt” Boletim do Exército nº 1, de 6 de janeiro de 1940, p. 28.

⁷³ Decreto-Lei nº 9.698, de 02 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.jfrj.jus.br/selegis/militar/pdf/Decretos-Lei/DecLei9698.pdf>; Acesso em 15 Jun 2010.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Boletim do Exército nº 41, de 14 de outubro de 1950, p. 3027.

figuras de generais, coronéis, majores, capitães, tenentes, sargentos, cabos e soldados, e “tantas outras de todos os postos”.⁷⁶

Nas publicações oficiais, a utilização do termo posto para as praças, porém, começou a diminuir a partir de 1965, coincidentemente quando o regime militar instaurou-se de fato e a fase do expurgo interno dos considerados subversivos já se encontrava em sua fase terminal. No ano anterior, concomitante aos expurgos e punições dos desajustados ao sistema, as publicações buscavam reverter a desintegração do Exército, aglutinando, como no exemplo do parágrafo anterior, o sargento Max Wolff a todos os postos e graduações, como se o Exército fosse composto por uma uníssona e bucólica família de iguais.

A partir do momento em que o saneamento interno deu-se por garantido, já excluída a massa dos considerados subversivos e revoltados, oficiais, mas, na sua grande maioria, sargentos; a partir do momento em que, internamente, as vozes dissidentes foram caladas; a partir do momento em que as praças foram desarticuladas e perderam sua capacidade de reivindicarem por direitos e impedidas de fazer política para o grupo e muito menos partidária, foram reforçadas as ações de delimitação geográfica entre os oficiais e as praças.

Em uma aparente contradição, as ações que pretendiam reforçar o espírito de corpo e coesão do Exército foram acompanhadas de ações de reforço e manutenção das distinções entre as figurações hierarquicamente dispostas. Procurou-se reforçar as delimitações e as distinções existentes entre os oficiais e as praças de um lado. Mas também procurou-se reforçar as distinções dos sargentos em relação aos cabos e soldados. Assim, desarticular-se-ia o vínculo das outras praças com os sargentos, que, conforme aquela experiência recente no Exército, era o grupo potencialmente mais nocivo, em caso de contágio político⁷⁷.

Até nos anos de 1940, as distinções entre os cabos e sargentos eram ainda sobremaneira muito frouxas, mas já em processo de distanciamento. Ambos eram considerados membros de um mesmo corpo de graduados, linearmente hierarquizado, onde o sargento era a natural continuidade do cabo e este a continuação do soldado. Havendo apenas relativa estanqueidade entre os cabos e sargentos, ambos tinham tratamento e condições de certo modo muito semelhantes, o que não quer dizer, em absoluto, iguais. De qualquer maneira, alguns cursos de especialização, por exemplo, aceitavam a inscrição de sargentos e

⁷⁶ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 18, de 1º de maio de 1964, pp. 21-22.

⁷⁷ No caso da Força Aérea também eram os sargentos, mas acompanhados dos cabos; e no caso da Marinha eram basicamente os cabos e os marinheiros.

de cabos indistintamente, sendo ofertados e ministrados praticamente em pé de igualdade⁷⁸, com poucas ressalvas. Outros cursos, porém, já buscavam limitar essa igualdade de tratamento. Nesse sentido, o Centro de Instrução de Defesa Antiaérea tinha como finalidade

“proporcionar a oficiais e sargentos de todas as armas a instrução especializada necessária ao desempenho de missões de defesa anti-aérea [sic] no âmbito das unidades de tropa de suas armas”.⁷⁹

Para isso o Centro oferecia os cursos categorias A e B para oficiais e os cursos C e D para sargentos e cabos. Mesmo sendo a finalidade do curso ministrar instrução aos “oficiais” e “sargentos”, eram “eventualmente aceitas indicações de 1º e 2º cabos”, havendo a exigência de os cabos já terem realizado o Curso de Candidatos a Sargentos (CCS).

Nesse caso em específico, a barreira frouxa entre cabos e sargentos já dava mostras do endurecimento que viria anos depois, com a Segunda Guerra Mundial, onde o papel dos sargentos do Exército se sobrelevava, adquirindo um status próprio, e o dos cabos permaneceria sendo a continuidade da função dos soldados, pertencendo ao mesmo círculo hierárquico daqueles.

e. A República dos oficiais

O movimento Republicano de 1889, que fora fruto e semente de uma mentalidade salvacionista entre os oficiais do exército, acabou por definir, dentre outras coisas, a construção de uma corrente de pensamento salvacionista que passou a se alastrar, também, na arraia miúda das Forças Armadas da época. A República brasileira havia sido um movimento particularmente ancorado nas ações de oficiais do Exército, sem nenhuma participação conscientemente organizada pelas camadas populares (CARVALHO, 1987), muito menos de elementos subalternos do Exército.

A Proclamação da República havia trazido resultados práticos para a oficialidade das Forças Armadas da época, Exército e Marinha. Para eles os benefícios foram imediatos. Suas promoções foram aceleradas, enquanto oficiais mais velhos foram reformados com soldos de

⁷⁸ A Escola de Educação Física, por exemplo, ministrou em 1940, curso de Monitor de Educação Física para 2º sargentos, 29 3º sargentos e 29 1º cabos. Boletim do Exército nº 2, de 13 de janeiro de 1940, pp. 85-86.

⁷⁹ Boletim do Exército nº 3, de 20 de janeiro de 1940, p. 199.

postos superiores e outras vantagens. Além disso, o soldo foi aumentado em boas porcentagens, elevados aos maiores níveis do século (CASTRO, 1995, p. 195). Mas poucos benefícios para as praças, que permaneceram sendo tratadas e pagas quase da mesma forma que no 2º Império, com a exceção apenas do aumento significativo de 108% do soldo dos soldados do Exército, entre 1889 e 1895.

As condições do soldo devem ser colocadas em termos comparativos de valores reais, para não se perder a grande discrepância do que era ser, no início do século XX, um soldado, um sargento, um tenente ou coronel. A mera porcentagem de aumento do soldo dos soldados dá uma ideia deturpada do quanto o soldado foi beneficiado com a República, se compararmos quanto o soldado recebia de soldo ao que recebia um sargento, tenente ou um coronel. O quadro a seguir, referente ao aumento de salários no Exército, entre os anos de 1889 a 1895 nos ajudará a explicar:

Vencimentos ⁸⁰				1889		1895	
Posto	1889	1895	Aumento	(x)1º Sgt	(x) Sd	(x)1º Sgt	(x) Sd
Ten Gen	7:131\$000	15:739\$000	120,72 %	24,42	162,80	43,12	172,48
Cel	3:297\$000	7:987\$000	142,27 %	11,29	75,27	21,88	87,52
1º Ten	1:325\$000	2:710\$000	104,6 %	4,53	30,25	7,42	29,69
1º Sgt	292\$000	365\$000	25,2 %	-	6,66	-	4
Sd	43\$800	91\$250	108,34 %	-	-	-	-

Tabela 1: Aumentos salariais do Exército, em 1889 e 1895 OBS: (x) Tantas vezes o salário recebido por um sargento ou soldado, conforme a coluna. Fonte: CARVALHO, 2005, p. 52

Se no nascimento da República um tenente general recebia de soldo 162 vezes o que ganhava um soldado, em 1895, passou a receber 172. O mesmo tenente general, que recebia, em 1889, 24 vezes o soldo relativo a um 1º Sargento, passou a receber, em 1895, 43 vezes, um aumento, portanto, de 19 vezes. Enquanto, em 1889, um 1º tenente recebia de salário o equivalente a 4 vezes o que recebia um 1º Sargento, em 1895 passou a receber 7 vezes, quase dobrando a distância salarial e social de um grupo em relação ao outro. Em contrapartida, se

⁸⁰ Aumento de salários dos militares entre 1889 e 1895 (em mil réis).

em 1889 um 1º sargento recebia quase 7 vezes o que recebia um soldado e, em 1895, essa diferença iria cair para 4 vezes. A distância salarial dos sargentos em relação aos soldados, portanto, diminuiu praticamente ao meio.

Não foi coincidência que revoltas isoladas, sempre protagonizadas por praças – mal articuladas no nível regional e completamente desarticuladas no nível nacional – tivessem ocorrido contra a República, tanto no Rio de Janeiro como em vários pontos do país (CASTRO, 1995, p. 193), particularmente o de 1891 e 1892, de caráter francamente antiflorianistas (CARVALHO, 2005, p. 45). Para as praças, a República da Espada não fora um bom negócio.

Podemos deduzir desses aumentos salariais desiguais algumas premissas que demonstram como eram conduzidas as políticas de pessoal no Exército no início do século XX. Uma delas é a notória discrepância que já existia e se acentuou entre o salário dos oficiais gerais e superiores e o dos oficiais subalternos. Em 1896, essa discrepância se acentuou ainda mais, com o aumento privilegiado dos salários dos primeiros em relação à última categoria. Ela refletia as tensões das relações internas de poder entre as camadas subalternas da oficialidade e as suas camadas dominantes, que iriam se manifestar alguns anos depois, com o movimento chamado posteriormente de Tenentista.

Outra delas é a distinção, também permanente, entre as condições sociais dos oficiais e das praças, principalmente os soldados, de salário ínfimo, insuficiente mesmo para garantir a sua própria subsistência. Uma terceira inferência é o nítido desvalor conferido às praças de maneira geral, mas particularmente aos sargentos, recebendo a mais baixa porcentagem de aumento entre todos os círculos hierárquicos, tendo sido seu soldo, por conta disso, depreciado tanto em relação aos oficiais como em relação aos soldados.

Mais de uma década depois, já após a Revolta da Chibata, em 1910, Rui Barbosa reclamava do aumento constante dos soldos dos oficiais, enquanto as praças eram excluídas. Denunciara Rui Barbosa nos seguintes termos:

Nunca compreendi que para atender às necessidades de organização das forças armadas, fosse esse o processo republicano, abandonando-se o interesse das praças e dos desfavorecidos (Rui Barbosa, *apud* SODRÉ, 1968, p. 191).

O Exército teve seus próprios exemplos. Em 1897, quando as Escolas Militares do Rio de Janeiro e de Fortaleza se rebelaram, levantando a bandeira do florianismo, houve o resultado de apenas 14 oficiais expulsos; porém uma massa de 321 praças punidas com

expulsão sumária, no Rio de Janeiro, mais 356 no Ceará. Não se tem certeza de que a agitação, ocorrida na mesma época, na Escola de Sargentos teve alguma ligação com a das escolas militares, mas os atos de indisciplina naquele mesmo ano ali resultaram na expulsão de 117 dos 245 matriculados (MCCANN, 2009, p. 80).

O sentimento antirrepublicano de parte das praças do Exército (CASTRO, 2004, pp. 301-313), e antiflorianista das praças da Marinha, mostrou não somente sua faceta política, mas também uma contraposição à ordem estabelecida pelos seus superiores, os oficiais. Para Celso Castro, foram três os elementos comuns que descrevem as revoltas em defesa da Monarquia e contra a República, e que supostamente as teriam motivado. Um deles é que quase todos os revoltosos eram representados como negros ou pardos, o que não escapava da representatividade do geral das praças, pois cerca de 75% delas eram de cor negra ou parda. Atrelado a esse elemento, há o componente quase religioso da adoração daqueles homens de cor pela “redentora” deposta no final do Império. Por fim, há também as referências aos baixos salários e aos maus tratos no interior dos quartéis (CASTRO, 2004, pp. 310-312).

A República fora proclamada pelos altos oficiais (CARVALHO, 2005, p. 44), dando a eles exclusivamente as benesses da transformação do regime. A política, que pareceu exclusivista com Deodoro, ficara ainda distintiva com seu sucessor, e parcela das praças do Exército se rebelara. Sob a mão intransigente de Floriano Peixoto, o regime político tornou-se bem mais semelhante ao regime disciplinar e distintivo dos quartéis e navios. Daí, o antiflorianismo dos marinheiros, mas não somente deles, havendo, também, no Exército, tanto partidários do retorno de Deodoro ao poder como partidários do retorno à Monarquia.

As rebeliões da Marinha, em 13 e 14 de dezembro de 1891, que foram a causa da prisão de cerca de seiscentos marinheiros na Fortaleza de Santa Cruz, e depois a liderança do sargento Silvino, ainda estavam bem frescas na memória dos chefes de governo e da alta oficialidade, e exigiam, por parte destes, uma resposta que evitasse outras daquelas aventuras. Ainda mais que a efervescência em outras unidades havia sido constatada logo em seguida àquelas primeiras rebeliões.

De acordo com o inquérito realizado ficou claro que era esperada a revolta de outras unidades da Marinha e do Exército, porém não houve adesão de outros batalhões, o que fez com que esses movimentos fossem facilmente combatidos pelo governo (JÚNIOR, 2010, p. 8).

Dadas as condições das praças – além de desarticuladas, também de relativa

invisibilidade social –, as ousadas ações das praças da Marinha por certo que surpreenderam a oficialidade, tanto da Marinha como do Exército. Mera coincidência ou não, por conta da invisibilidade social das camadas subalternas ou pelo temor de novas ações daquele tipo, conforme planilhas anteriores, os salários dos oficiais se distanciaram ainda mais dos salários das praças, particularmente dos sargentos. É certo que a oficialidade deve ter procurado resguardar-se do problema de um quadro de praças capaz de articular-se e obter condições de politizar-se e reivindicar por direitos que achavam justos. E talvez uma maneira de enfraquecer o grupo social subalterno foi tentar manter suas condições materiais próximas da linha de subsistência⁸¹, a fim de manter dependentes da alimentação e da moradia dos quartéis, os indivíduos daquele grupo.

Curiosa e complexa essa estratégia da cúpula do Exército em manter as praças na linha de subsistência, já que ela levava a determinadas contradições. Ao mesmo tempo em que havia oficial queixando-se que “os sargentos eram em geral solteiros, viviam no quartel e tinham a reputação de levar uma vida desregrada” (MCCANN, 2009, p. 116), os regulamentos militares embaraçavam as praças de constituírem família (BEATTIE, 2004, p. 275) e o matrimônio dos sargentos não era muito bem aceito pelos oficiais, porque, segundo criam, acabavam onerando o Exército (MCCANN, 2009, p. 232). Sem posses, aqueles que se casavam, normalmente iam morar próximo de onde serviam, ou construíam uma pequena cabana no terreno do quartel mesmo. Não raro levavam esposa e filhos para comerem no rancho nos finais de semana, dependendo da anuência do fiscal ou do oficial de dia. Extrapolando os limites da sociedade disciplinar e do controle dos indivíduos fardados, a relação de dependência e o sentimento de gratidão eram reforçados pelos laços familiares desses inferiores hierárquicos com a Instituição e com seus oficiais.

Essa proximidade da linha de subsistência do grupo inferior acabava por garantir, ainda, outro ingrediente importante para um aumento do grau de dependência e submissão. Havia sempre a possibilidade de algum sargento ascender socialmente ao grupo superior dos tenentes, por conta dos comissionamentos ocorridos principalmente durante movimentos de beligerância. Esses comissionamentos exigiam determinados critérios, baseados sempre na

⁸¹Elias explica essa tendência, no sentido de que quanto mais o equilíbrio de poderes for desigual, pendendo para os “estabelecidos”, mais a supremacia dos aspectos econômicos é fundamental na dominação dos “outsiders”. A faceta econômica dessa relação, nesse caso, se processa em uma etapa em que o nível da subsistência, para o lado dos “outsiders”, deixa pouca margem à luta por outros espaços ou outros aspectos do espectro da vida humana, as desigualdades entre eles e os “estabelecidos” são mais difíceis de serem percebidas (ELIAS, 2000, p. 33).

disciplina da praça indicada. E, além do status de oficial ser uma garantia da qualidade do indivíduo perante a sociedade civil, as condições materiais bem superiores de um tenente causavam nas praças graduadas sempre um desejo de também ser um deles.

A vontade de ascender dos indivíduos tinha um ótimo efeito disciplinar na tropa, dados os critérios muitas vezes personalistas, utilizados como referência para a escolha dos potenciais promovidos. Quanto mais submissos às ordens e às vontades dos seus comandantes diretos, mais chances de serem bem avaliados e, por consequência, de serem indicados para uma comissão. Faltavam-lhes, porém, instruções adequadas para desempenharem seu papel de oficiais, já que os cursos de sargentos, realizados na tropa, eram ministrados com uma sofrível carga de conhecimentos teóricos e práticos.

As instruções nos cursos de sargentos eram apenas um reforço e uma relembração do que haviam aprendido nos cursos de formação de soldados e de cabos, com o acréscimo das instruções mais técnicas e de comando de grupos. Com duração inicial de cerca de dois meses e meio a seis meses, dependendo da especialidade cursada, em 1913, houve uma reforma que alterou o Curso de Sargentos para mais de um ano (BANHA, 1984, p. 50).

Em termos de emprego de mão de obra, a função de sargento era a de auxiliar diretamente os oficiais, executando diretamente as ordens por estes emanadas. Para isso contavam com a massa de manobra dos soldados, colocados à sua disposição. As diferenças das condições intelectuais entre os oficiais e sargentos permitiam um pensamento generalizado entre a oficialidade de que os sargentos deveriam apenas executar as suas ordens. Esse *status quo* começou a ser alterado somente nas reformas propostas pelos jovens turcos, quando, ao retornarem da Alemanha, no início da década de 1910, começaram a treinar cabos e sargentos para que estes, por sua vez, pudessem treinar os recrutas. Uma medida técnica inovadora “em um Exército onde ela não era tradicional e no qual cabos e sargentos eram figuras marginais” (MC CANN, 2009, p. 219).

Os “Jovens Turcos” ameaçavam ostensivamente os quadros superiores da oficialidade, em suas posições, interesses e privilégios, sofrendo, conseqüentemente, a sua hostilidade. Segundo Edmundo Campos Coelho,

observou um dos jovens oficiais do grupo que ‘murmuravam que éramos pretensiosos e promovíamos a indisciplina, pois que ensinávamos aos sargentos assuntos de instrução dos oficiais’. A questão não era a do rompimento do monopólio de conhecimentos profissionais produzida com a instrução dos sargentos em assuntos de formação dos oficiais. O que se temia, na verdade é que viesse à tona a incompetência profissional dos oficiais superiores (COELHO, 1976, pp. 79-

80).

Essa fora a primeira medida sólida de profissionalização dos sargentos, que desaguou, tempos depois – muito possivelmente em resposta às reivindicações propostas pela chamada Revolta dos Sargentos, em 1915 – com a criação da Escola de Sargentos de Infantaria, em 1916.

f. A República dos sargentos (?): as Revoltas dos sargentos (1915-1916)

Entre 1915 e 1916, houve a chamada Revolta dos Sargentos, ocorrida em três fases, basicamente centralizadas na guarnição do Rio de Janeiro. Vindos das classes subalternas, os sargentos, insatisfeitos socialmente, identificavam-se com as reivindicações e o discurso do operariado. Alguns políticos tomaram partido das insatisfações dos sargentos e construíram com elas uma relação entre o discurso crítico e transformador, proposto pela esquerda, aos operários urbanos. Nessas manifestações, os oficiais eram equiparados aos patrões, que exploravam, e os sargentos eram assemelhados aos operários, os explorados.⁸² Era uma interpretação canhestra, já que, apesar dos sargentos muito se identificarem socialmente com os soldados e se considerarem seus naturais defensores, pela proximidade hierárquica, eles também poderiam ser considerados, nessa mesma ótica, patrões dos cabos e soldados. As reivindicações dos sargentos limitavam-se à sua realidade apenas.

Oriunda das organizações operárias anteriores à República, que tinham o caráter muito mais beneficente do que reivindicatório, fundou-se, em 1908, no Rio de Janeiro, a Confederação Operária Brasileira (COB). Nela cerca de 50 categorias profissionais se representavam para uma luta em conjunto. É bem certo que somente uma pequena parcela dos 500 mil operários era sindicalizada e alguns tinham vergonha de utilizarem para si o termo operário, preferindo o termo “artista” (BASBAUM, 1968, pp. 206-207).

No Exército havia unidades especializadas no fabrico e no reparo de determinados equipamentos bélicos; e os soldados, cabos e sargentos tinham funções semelhantes aos artífices ou “artistas” civis. Mas os atos reivindicatórios, ocorridos entre 1915 e 1916, não passavam da tentativa de satisfação dos desejos especificamente dos sargentos.

⁸² A identificação não seria esdrúxula, já que, até pelo menos nos anos de 1950, havia no Exército um Quadro de Operários Militares (QOM). Exército Brasileiro. 5ª Região Militar / 5ª Divisão de Infantaria. Boletim Regional nº 57, de 08 de março de 1947, p.469; Boletim Regional da nº 68, de 21 de março de 1947, p.550.

De acordo com o coronel do Exército, Cláudio Moreira Bento, entre 1915 e 1916,

ocorreram três tentativas de se implantar pela força das armas a República Parlamentar Brasileira, utilizando como elemento armado manipulados politicamente sargentos do Exército, da Polícia e Bombeiros do Rio de Janeiro, sob a ideia força: “A República dos Estados Unidos do Brasil foi lançada por oficiais do Exército, a República Parlamentar do Brasil deve ser lançada por sargentos, que seriam ajudados por deputados, sendo este ato a salvação do Brasil”⁸³

Ainda de acordo com Moreira Bento, o que havia levado os sargentos à revolta foi o chamado Projeto Melhoria, visando melhorar a situação dos sargentos do Exército. E que, no entender do General Abílio de Noronha, oficial encarregado do inquérito militar, após o ocorrido “essa circunstância teria sido apresentada pelos deputados Vicente Pirajibe, Pedro Moacir e Maurício de Lacerda, para manipular os sargentos e usá-los como braço armado”.⁸⁴

Sobre o assunto, o ministro da guerra, José Caetano de Faria, repetiu em seu Relatório ao Presidente da República, as próprias palavras com as quais o presidente se dirigiu ao Congresso. De acordo com o relatório,

Esses inferiores, cedendo à sugestão de pessoas estranhas ao exército, e sob o pretexto de trabalharem a favor de um projeto de lei, a eles referente, apresentado à Câmara dos Deputados, tomaram parte em reuniões, nas quais se discutiam questões políticas e se preparava um movimento de perturbação da ordem pública. A vigilância das autoridades militares, secundada pela das autoridades civis, não permitiu que se desse começo à execução dos planos, que incontestavelmente trariam graves perturbações e sacrifícios de vida, sem contudo haver probabilidade de êxito final. Foram presos os primeiros indicados como fazendo parte do movimento, e aberto um inquérito, que provou estarem nele envolvidos, com maior ou menor culpabilidade, 243 sargentos e 14 praças de menor graduação. O número, embora grande, em absoluto, é, todavia, menor do que a metade dos sargentos em serviço nos corpos desta capital, onde havia mais de 600 inferiores. Não se tendo chegado a iniciar o movimento sedicioso, foram essas praças castigadas com o máximo das penas disciplinares, e, em seguida, excluídas, por não convir à disciplina do exército sua permanência nas fileiras. É, por certo, lamentável esse ato de indisciplina, mas convém notar, para honra do exército, que, sendo os sargentos os intermediários entre os oficiais e as praças, não conseguiram interessar nos seus planos um único oficial, nem tiveram prestígio para arrastar os soldados de suas unidades, que se conservaram fiéis aos seus deveres, cumprindo sem vacilações todas as ordens relativas à prisão e escolta dos sargentos culpados; mesmo um destes, que tentou, sublevar a guarda que comandava, foi nisso obstado pelo cabo da mesma.⁸⁵

⁸³ BENTO, Cláudio Moreira. **As revoltas pró república parlamentar, ou Revoltas de Sargentos**; Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/>; Acesso em: 13 Out 2010.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ EXÉRCITO BRASILEIRO. Imprensa Militar. Relatório do Ministro da Guerra, José Caetano de Farias, ao Presidente da República, relativo ao ano de 1915, pp.16-17; Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2252/000022.html>; Acesso em: 15 Ago 2011.

O ministro, finalizando seu relatório, informou ao presidente que o referido cabo havia sido promovido a 3º sargento, já estando legalmente habilitado, recebendo sua divisa em formatura na 5ª Brigada. Na cerimônia, comandara a mesma guarda que, junto com ele, se tinha “conservado obediente ao dever”.⁸⁶

O relatório é bastante sintético, mas é sobretudo esclarecedor, a respeito do movimento dos sargentos, de 1915. A conclusão orgulhosa que os sargentos, intermediários entre os oficiais e as praças, “não conseguiram interessar” nenhum oficial, nem tiveram prestígio para “arrastar os soldados de suas unidades”, leva a inferir dois alcances. Um deles, estritamente político, pois, possivelmente impulsionado pelo político Maurício de Lacerda, o movimento de 1915 parece ter se desenvolvido a partir de interesses que diziam respeito exclusivamente aos sargentos. Havia uma intencionalidade estritamente política ao declararem – contrapondo-se à República presidencialista, proclamada pelos oficiais – que a República parlamentarista deveria ser lançada pelos sargentos. O exclusivismo das ambições do grupo dos sargentos parece ter determinado a sua solidão no movimento. As 14 “praças de menor graduação” que foram expulsas, provavelmente, envolveram-se no movimento muito mais por questões de relações de amizade e solidariedades individuais com alguns sargentos do que por acreditar na causa do grupo.

Outro alcance relaciona-se à formação identitária dos sargentos. Se o oportunismo dos políticos profissionais já havia neles encontrado guarida, é porque talvez existisse, um reconhecimento, por parte dos sargentos, de que se constituíam um grupo específico, e relativamente importante, no Exército. Certamente o contexto sobretudo deve ter influenciado suas posições contestatórias. Além do episódio da Revolta da Chibata estar, ainda, bem fresca na memória daqueles sargentos, a sociedade urbana mais pobre estava permeada pelos discursos anarcossindicalistas e comunistas. Certamente que esses discursos inspiradores devem ter chegado aos ouvidos dos sargentos, fazendo-os, também, compreender a sociedade a partir da relação entre exploradores e explorados. Essa é uma hipótese a ser explorada em pesquisas futuras.

Mas essa relação entre os discursos ouvidos e, talvez, apropriados, era extremamente ambígua e seletiva. Os sargentos passaram a ser vistos como explorados pelos oficiais, mas, a fim de firmarem uma identidade própria, apartada das outras praças (eram vistos pelos oficiais como soldados com divisas) particularmente dos cabos, emprestaram um tom

⁸⁶ *Idem.*

exclusivista, voltado ao grupo, em suas contestações. Não há menções aos soldados nem menos referências às relações entre os sargentos e os soldados, ocultando sua relação de dominação em relação a eles.

Mesmo malogradas, as movimentações de 1915/1916 – a primeira celeuma no Exército, que havia posto às claras as rugas entre oficiais e sargentos –, parecem ter contribuído para um efeito de mudanças, relacionadas ao grupo dos sargentos. A primeira mudança fora uma generalizada desconfiança dos oficiais em relação à lealdade dos sargentos, considerados traidores, pela participação no movimento. Consternados e surpresos, até as últimas prisões, os oficiais ficaram sem saber em quem confiar e em que grau os sargentos contavam com a lealdade dos soldados (MCCANN, 2009, p. 233).

As reivindicações dos revoltosos trouxeram uma mudança significativa na formação dos sargentos, pelo menos os da capital do país. A formação dos sargentos do Rio de Janeiro fora centralizada numa escola, com a finalidade de formar sargentos para o Quadro de Instrutores dos chamados “Tiros” lhes reforçando sua socialização militar, ao mesmo tempo em que pretendia evitar novos contágios políticos do grupo.

A formação dos sargentos pretendeu-se ser tão densa como era a dos oficiais, porém de menor duração. Criou-se, em 1919, a Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar, lugar em que oficiais importantes no cenário político tomaram lugar como instrutores. Em 1922 o então 2º tenente Jair Dantas Ribeiro – futuro Ministro da Guerra (1963-1964) – fora designado como instrutor, só saindo em março de 1927 (ESTEVEZ, 1999, p. 347). O então major Odílio Denis comandara a escola, entre os anos de 1930 e 1931⁸⁷, sendo substituído logo em seguida pelo capitão Tristão de Alencar Araripe⁸⁸.

Nessa escola passou a funcionar, em tempo integral, o curso de sargentos de Infantaria, ministrado a “alunos” de todos os estados⁸⁹, apesar de haver prioridade para os candidatos da guarnição federal.

Para além da escola, no que se refere aos sargentos, no nível do Exército, o controle interno e a disciplina foram enrijecidos, buscando reduzir as possibilidades de quebra da hierarquia, por parte de escalões inferiores, particularmente os tenentes e sargentos. Já como resultado da Missão Militar Francesa, em 1920, entraram em vigor o Regulamento Disciplinar

⁸⁷ Segundo biografia de Odílio Denys, de acordo com a página do CPDOC/FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/odilio_denis; Acesso em: 20 Jun 11.

⁸⁸ Conforme Diário Oficial da União de 18 de agosto de 1932, p. 46.

⁸⁹ Conforme Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1930, p. 34.

do Exército (RDE) e o Regulamento Interno para Instrução e Serviços Gerais (RISG) (CARVALHO, 2005, p. 29).

A tentativa de centralização e adensamento da socialização militar parece ter funcionado, no grupo dos sargentos, como catalisadores no processo de autorreconhecimento de seu próprio grupo, reforçado ainda mais entre os anos de 1920 e 1930. A Escola acabou se transformando – da mesma forma que a Escola Militar, e também a Escola de Sargentos haviam se transformado décadas anteriores – em um ambiente propício ao desenvolvimento do germe da sedição política. Os movimentos ocorridos entre 1931 e 1934 podem ser tomados como um exemplo de como a identidade do grupo havia se solidificado, a ponto de, independentemente de cooptações políticas, lutarem por melhores condições de trabalho. O clima propício à sedição chegou ao ápice em 1935, ao explodir a chamada Intentona Comunista. A vida militar de um dos líderes da Intentona, o sargento Gregório Bezerra, parece mesmo indicar que a Escola de Sargentos servira de abrigo a praças que, ao mesmo tempo em que buscavam uma melhor condição social, mantinham algum tipo de contato com o pensamento marxista revolucionário.⁹⁰

g. Insegurança e informalismo nas relações sociais do grupo dos sargentos

Havia uma enorme fluidez jurídica acerca das condições de trabalho e direitos das praças. Essa insegurança dos direitos era legitimada pelo espírito idealmente coletivista da Instituição, que a tudo preteria diante da fria e impessoal expressão: “interesse do Exército”. Essa sentença amparava os oficiais comandantes nas escolhas e decisões das mais variadas, principalmente aquelas que influiriam diretamente sobre a vida pessoal de vários seus comandados. Do mesmo modo que a sentença “interesse público” é utilizada para legitimar atos nem sempre confessáveis dos administradores da política civil, o “interesse do Exército”, no universo da burocracia estatal militar, era o critério que formalmente intentava objetivar e legitimar determinadas ações e escolhas dos comandantes militares, motivadas, muitas vezes, por critérios personalistas. Sob o manto da objetividade da expressão, determinava quem

⁹⁰ Em importante greve ocorrida em 1917, Gregório começa a atuar ativamente, lutando pela jornada de 8 horas e em favor da Revolução Bolchevique. Nesse episódio, foi preso, acusado de perturbar ordem pública e cumpriu 5 anos de prisão. No ano de 1922, ele alista-se no Exército e decide se alfabetizar para entrar na Escola de Sargentos. Já a partir de 1927, passou a ler diversas obras marxistas e, no ano de 1929, consegue entrar para a Escola de Sargentos. Participou da Intentona Comunista de 1935. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bezerra_gregorio.htm; Acesso em 12 Nov 2010.

devesse permanecer nas fileiras do Exército ou quem devesse ser licenciado; gerava direitos que mais atendiam os interesses de apadrinhados do que os da própria Instituição; mantinha distantes de direitos legítimos os inferiores sem pistolões, os desprovidos de autocontrole diante das injustiças sofridas, os intimidados diante do autoritarismo de seus chefes.

Diante da discricionariedade dos oficiais comandantes, havia poucas garantias relacionadas ao que fosse do interesse dos indivíduos subalternos. Perante o alvitre do comando, soluções formais peremptórias relacionadas a direitos pecuniários, promoções, planos de carreira, transferências, núpcias e até mesmo ajuda a familiares doentes podiam ser modificadas.

Nesse diapasão, sendo relativamente corriqueiro o fato de a “justiça” do comandante extrapolar os limites formais dos regulamentos, para ambos os vértices, no seio das praças, haviam sido abertas largas brechas às solicitações das mais variadas feitas aos oficiais de suas unidades ou, em última instância, ao próprio Ministro da Guerra. Aliás, muito comuns eram os pedidos formais dos próprios militares ao Ministro da Guerra. Até meados de 1960, os requerimentos seguiam normalmente pela cadeia de comando, saindo da unidade de onde servia o sargento ou outro militar. Passavam pela Região Militar, iam para o Corpo de Exército enquadrante da Região, indo parar na mesa do Secretário do Ministro. O secretário, juntamente com sua equipe de oficiais superiores, apreciava o pedido e despachava o seu deferimento ou indeferimento, publicado em Boletim.

A maioria desses pedidos relacionava-se a questões de benefícios dos sargentos que, em tese, deveriam partir da Instituição resolver, não dos indivíduos. Incontáveis requerimentos pedindo promoções⁹¹, condecorações e benefícios pecuniários que já pareciam ser de direito dos pedintes. Estes acabavam tendo que pedi-los, pela inação da burocracia militar. Outros tantos requerimentos referiam-se a reinclusões no serviço ativo, reengajamentos, reformas de sargentos, auxílios, etc.

Nem sempre o deferimento ou o indeferimento continha um critério muito claro da sua motivação, indicando certo grau de descontinuidade e mesmo descontrole no planejamento dos recursos humanos no nível dos sargentos. Parece indicar também, como dito acima, a importância do alvitre de quem tinha o dever de apurar, deferir ou indeferir o pedido. O ex-Cabo ferrador João Nunes da Silva, por exemplo, havia pedido reinclusão às

⁹¹ O 1º Cabo Eurico Pires da Rocha, do 2º Regimento de Cavalaria Independente, Regimento João Manuel, pediu promoção a 3º Sargento, sendo deferido o pedido. Boletim do Exército nº 01, de 6 de janeiro de 1940, p. 28.

fileiras do Exército, a fim de “completar tempo para transferir para reserva remunerada”. Foi atendido. Por outro lado, o ex-1º Sargento Valdemar Augusto Cabral de Melo e o ex-2º Sargento Clodomiro Antônio Viola também pediram reinclusão às fileiras. Foram indeferidos, “por falta de amparo legal”.⁹²

Parecem-nos opacos os critérios formais relativos a tudo que se relacionasse à vida dos sargentos na caserna. Havendo limitada segurança jurídica nas relações formais, parecia mais confiável e justo a muitos sargentos seguir um caminho de solicitações informais, dos contatos subjetivos com colegas em postos chaves e com oficiais mais acessíveis, já antigos conhecidos. Enfim, havia a utilização maciça dos relacionamentos pessoais para sanarem questões objetivas da sua atividade profissional, as quais a própria Instituição deveria se comprometer a sanar. Enfim, o que era para ser um direito formalmente estabelecido transformava-se numa concessão.

O caso do 1º Sargento Vespasiano Augusto de Figueiredo é emblemático, nesse sentido de enfrentamento da opacidade dos critérios formais com a tentativa de desbordo do caminho formalmente estabelecido e regado pelas normas da burocracia. O sargento Vespasiano havia sido excluído das fileiras do Exército em 1939, permanecendo na condição de adido ao 23º Batalhão de Caçadores, por ter requerido, ato contínuo à sua exclusão, a reconsideração do ato e a sua reinclusão.

Esse primeiro requerimento havia sido indeferido, sem mais explicações, conforme o laconismo normal das publicações da época. O sargento procurou utilizar-se da rede de amizades, construída ao longo do tempo em que esteve na ativa do Exército. Por meio de contatos informais, conseguiu “obter de modo irregular cópias de telegramas oficiais”, a fim de prover o seu amparo. Não deixando saída ao Ministro do Exército, com sua discricionariedade formalmente encurralada pela materialidade das provas documentais a ele apresentadas, Vespasiano conseguiu o seu intento, sendo incluído novamente às fileiras do Exército e podendo prosseguir sua carreira normalmente. Porém, o Ministro da Guerra determinou ao General comandante da 7ª Região Militar que punisse o referido sargento pela forma irregular com a qual havia obtido a documentação.⁹³

Esse caso mostra como os sargentos, e as outras praças de um modo geral, mesmo estando dentro dos limites de seus supostos direitos formais, tinham que aprender a operar

⁹² Boletim do Exército nº 01, de 06 de janeiro de 1940, pp. 27 e 31.

⁹³ Boletim do Exército nº 3, de 20 de janeiro de 1940, p. 169.

suas vidas ante o alvitre de seus superiores. Diante da vontade personalista de seus oficiais, os amparos jurídicos formalizados tinham poder apenas para aqueles que os conheciam e se dispunham a utilizá-los a seu favor, mesmo assim de uma maneira às vezes limitada. Para uma boa parcela de sargentos ainda pouco instruídos, obrigados aos seus deveres, mas sem direitos de cidadãos (as praças do Exército, até a década de 1960, não tinham direito a elegibilidade), nem de profissionais⁹⁴, a letra da lei pouco valia, senão para ser utilizada contra as praças individualmente, em favor de um suposto “interesse do Exército”.

O caso mostra também o sentido que a alta oficialidade conferia a termos como justiça, disciplina e lealdade. Disciplina era compreendida como submissão incondicional do inferior ao desejo do seu oficial. Justiça válida era a emitida pelo arbítrio do seu comandante. Tentar confrontar essas premissas podia ser considerado desleal e valia o risco de uma punição. O sargento Vespasiano, na impossibilidade de uma solução “mais adequada”, ou seja, a mais facilmente controlável pelo seu comandante, talvez não tendo oficial que o defendesse junto ao comandante que o excluiu, procurou garantir, sozinho, as provas que sustentassem seus direitos, e é bastante provável que as tenha conseguido com ajuda de colegas do mesmo meio hierárquico, que serviam na administração de sua unidade. Diante dessa conduta, talvez considerada desleal ao seu comandante, recebera ordem de punição.

A ordem de punição do sargento Vespasiano é reveladora de dois outros aspectos importantes na socialização dos sargentos da época. Além de manifestar a fragilidade da administração militar no que tange ao manuseio da sua documentação, mostra também o poder das relações de amizade na estruturação do organismo militar, tanto no controle e na execução da sua rotina burocrática, bem como na sua rotina de socialização militar propriamente dita.

As relações de amizade de Vespasiano foram suficientemente capazes de fazer seus amigos cúmplices correrem o risco de sofrerem punições ao ajudá-lo a conseguir as provas de que precisava. Essas provas seriam fundamentais para que o sargento pudesse retornar ao serviço ativo e manter-se empregado e dentro do círculo antigo e sólido sociabilidades e de amizades.

As provas foram mais fortes, portanto, que a volição direta do comandante de sua

⁹⁴ Não havia como aplicar plenamente o termo “profissional” à condição de sargento. Era uma condição temporária apenas. Somente os oficiais podiam ser considerados plenamente profissionais das armas, dadas as suas condições de estabilidade imediata após a promoção a 2º tenente. Os sargentos não tinham estabilidade e assim permaneciam vulneráveis a decretos e portarias das mais variadas, como foi o caso da Lei Dutra de 1939, que excluiu de uma só vez milhares de sargentos.

unidade. Volição conduzida pelo assessoramento das vontades de outros oficiais inferiores, mas que, em última instância, foi a responsável direta pela exclusão do sargento.

Por fim, percebe-se outro aspecto da socialização dos sargentos e das outras praças da época, que abrange questões de confiança entre os oficiais e os sargentos, e que envolvia elementos de ética profissional, mantidos nas relações entre os inferiores e os superiores da época. Parece estranho, ao olhar atual, alguém ser punido pelo fato de ter tido acesso a documentação oficial que lhe interessava diretamente em seu processo de reinclusão às fileiras do Exército. Mas o documento foi acessado sem autorização oficial. Não há fontes disponíveis, mas é bem possível que o referido sargento até tenha solicitado formalmente uma cópia, sendo-lhe negada. É possível, até mesmo, o seu desconhecimento do documento no início do processo. Não interessava a seus oficiais, superiores diretos, suprir o sargento com provas que o ajudasse a convencer o Ministro da suposta arbitrariedade e injustiça sofrida em seu quartel.

Vendo-se desamparado, o fato de ter que apelar às relações informais de amizades de seus colegas, para garantir um direito formalmente constituído – mas cujas provas lhes foram omitidas –, pode ter parecido desleal ao seu comandante. Juntamente com outros ditos princípios militares, a lealdade tinha seus limites de aplicabilidade, valendo muito mais de baixo para cima do que de cima para baixo, nas relações hierárquicas. No meio castrense, o pragmatismo legitimador da manutenção da hierarquia, da disciplina e das obrigações de inteligência militar sobrepunham-se muitas vezes às questões de ética relacional entre os grupos hierárquicos, reconhecidos mais diretamente pelos termos lealdade ou confiança mútua. Essa é uma condição que parece ser relativamente perene na dinâmica das figurações sociais do Exército e pode ser encontrada em outros momentos históricos.

Praticamente uma geração depois, o General Olympio Mourão Filho, em suas memórias, brinda-nos com a narrativa de um encontro realizado em 1963, com o sargento presidente da Associação dos Sargentos da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora-MG, suspeito de envolvimento com ações políticas. Ele assim o descreve nos seguintes termos:

O Sargento Ribas, do meu QG, presidente da Associação dos Sargentos da 4ª RM, deu uma entrevista ao Binômio, jornaleco comunista, planfetópio [*sic*], criticando abertamente o Supremo Tribunal Federal e dizendo-se solidário com os Sargentos de Brasília e com o Sargento Garcia, em particular. Eu sabia que esse sargento tinha recebido o Sargento Garcia em Juiz de Fora e o havia acompanhado. Era certo estar articulado com o mesmo. Por esse motivo, quis ter uma impressão pessoal dele. Sem mandar chamá-lo e dois dias depois de ter assumido o Comando da Região, saí a pé

de casa, à noite, à paisana, e fui visitar a sede do Centro Beneficente dos Sargentos. Eu nem havia visitado nada, ainda, na sede do Comando. Não me importei com o fato provável de que os oficiais iriam supor que eu era pelego, pois que tomara contato com os Sargentos na sede de sua agremiação, sem ter mesmo ido ao Círculo Militar de Juiz de Fora. O que me preocupava era ver, falar com o Sargento Ribas. Tive sorte e o encontrei na sede, que percorri em sua companhia, enquanto o ia observando, fazendo perguntas-testes. Saí da sede, depois de demorada visita, certo de que Ribas era o dono da beneficência dos sargentos e era um líder político, aspirando ser candidato, no mínimo, a vereador em Juiz de Fora. [Após a entrevista no jornal] Fiz com que ele viesse à minha presença e lhe informei que iria ser punido severamente (FILHO, 1978, pp. 257-258)⁹⁵

Talvez possamos colocar a punição do sargento Vespasiano, em 1940, juntamente com as “perguntas-testes” do General Mourão Filho e a punição posterior do Sargento Ribas, em 1963, dentro de um mesmo conjunto de medidas saneadoras que eram consideradas normais dentro da ética das relações funcionais no Exército.

No caso do Sargento Vespasiano, verifica-se que havia telegramas oficiais, cujos conteúdos seriam capazes de convencer o Ministro do Exército a reconsiderar sua decisão anterior, fazendo-o reincluir o sargento às fileiras do Exército. Mas esses documentos não foram colocados oficialmente à disposição do referido sargento, não se sabe por quais motivos. Vespasiano teve que burlar as condicionantes burocráticas e as relações formais para ter acesso a provas necessárias à manutenção dos seus direitos. Foi punido pela ousadia de afrontar a vontade de seus oficiais, ocultada e legitimada pela intransigência fria da burocracia. Se em momento anterior houvesse qualquer tipo de sentimento de confiança entre esse sargento e seus oficiais comandantes, é bem provável que esse sentimento houvesse saído bastante arranhado após o fato.

No caso ocorrido entre o Sargento Ribas e o General Mourão Filho, explicita-se a desconfiança do General para com uma praça, subordinada sua. Como na realização de um estudo do terreno nos preparativos para um combate, julgou o General ser necessário ir “observando, fazendo perguntas-testes” enquanto caminhava junto ao aparentemente inocente sargento. As respostas e observações dali retiradas seriam elementos importantes para a construção de uma imagem mental daquele sargento que, para o general, era um suposto subversivo, pelo simples motivo de ter exposto publicamente seu pensamento político, não alinhado ao conservadorismo do velho chefe militar.

Após ter sido sondado, estudado, observado e finalmente punido pelo general, com

⁹⁵ Essa tensão foi chave no desencadeamento do golpe militar de 1964, dado em defesa da hierarquia e da disciplina.

trinta dias de prisão sem fazer serviços, o sargento Ribas deve ter se sentido um membro deslocado de uma instituição que, pelo menos discursivamente, deveria ser baseada numa relação de mútua confiança e lealdade entre superiores e subordinados, conforme, apontado pelo Estatuto dos Militares em vigor.⁹⁶

Os dois casos, distantes temporalmente entre si por praticamente uma geração, são indícios de que determinadas qualidades ou virtudes militares⁹⁷, em alguns momentos, e relacionados a determinados militares, pouco serviram no direcionamento das ações de comando de alguns oficiais. Parece lícito afirmar que as mesmas observações, certamente, serviram para alguns sargentos em relação aos seus soldados (RODRIGUES, 2001, pp. 77,82,103,123). A seletividade de determinadas qualidades consideradas genericamente “valores militares”, seria uma característica relacional aplicada a todos os níveis hierárquicos, indistintamente.

A lealdade, por exemplo, considerada, no meio militar, um valor supostamente perene e que perpassaria toda a cadeia hierárquica, parece ter sido considerada, nos dois casos práticos, uma virtude de abrangência parcial, dada sua relativa importância no vetor ascendente da hierarquia militar, mas ausente no vetor de descida.⁹⁸

A punição de Vespasiano, por ter afrontado as formalidades dos canais burocráticos e, em última análise, ido de encontro à vontade de seu comandante imediato, pode ser considerada como um reflexo do pensamento predominante da época, de que a vontade do chefe (dissimulada, como dito, pelo manto do interesse da “Instituição”) não poderia dobrar-se à vontade do indivíduo subalterno, mesmo que este se encontrasse sob amparo

⁹⁶ Letra “1”, artigo nº 25 do Dec-Lei nº 9698, de 2 de setembro de 1946, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

⁹⁷ Muitos manuais e outras publicações militares vêm discorrendo acerca dos valores, princípios morais e virtudes, ou, ainda, de uma suposta ética militar, que os qualificam separando-os dos civis. O papel da ética, por exemplo, é descrito em um manual militar de 1953, nos seguintes termos: “Ética é a ciência da moral e está estreitamente associada à arte de conduzir homens. A fim de dar o exemplo e conquistar a confiança e o respeito dos seus homens, o Chefe deve ser capaz de decidir se uma determinada ação é certa ou errada, sob o ponto de vista moral. O conhecimento da Ética serve para auxiliar materialmente o Chefe numa decisão dessa natureza, permitindo que ele se cubra contra o desprestígio que lhe poderá advir de uma decisão contrária aos princípios da moral.” Estado Maior do Exército. **Manual de Campanha C 20-10, “Princípios de chefia”**, 1953, p. 10.

⁹⁸ Parece que a própria socialização formal já previa, em certo sentido, essa abrangência distorcida e parcial, primando muito mais a lealdade como um atributo de inferiores para com superiores. Um dos princípios do bom chefe seria dar o exemplo, dentre outras coisas, sendo leal “igualmente, para com os superiores e os subordinados”. Contudo, a lealdade para com os subordinados apresentava determinados limites e uma condicionante, devendo ocorrer somente enquanto os subordinados “cumprirem seus deveres com competência”. Para com os superiores ela era ilimitada e incondicional, impondo “o apoio integral à ação dos superiores sem considerar se esta favorece ou não os indivíduos atingidos”. Idem, p. 23.

regulamentar. Isso seria um grave indício de fraqueza moral como chefe, mostrando-se incapaz de dominar e persuadir sua tropa.⁹⁹

Por outro lado, mesmo se mostrando, de certo modo, afrontador à autoridade do comandante imediato, um pedido de reconsideração de quaisquer de seus atos, junto a autoridades a ele superiores, não poderia ser arquivado na própria unidade. O comandante tinha por dever expedir o requerimento até que ele chegasse ao seu destino, muitas vezes até a última instância, o Ministro do Exército. Pelo menos formalmente a burocracia militar mantinha legítimo o direito dos seus subordinados, particularmente o de requerer em instâncias superiores. Na prática, contudo, esse direito parece não ter sido acolhido de muito bom grado pela mesma administração que o criou. Diante das centenas de requerimentos que passavam pelas mãos do ministério, muitos foram considerados “contra a lei”; e o fato de reiteradamente requererem à autoridade em última instância foi considerado abusivo por parte dos requerentes e alentador do desrespeito à legislação “em detrimento da ordem e da disciplina”.¹⁰⁰

Não obstante, em inúmeros casos, pareceram plausíveis à equipe do Ministro do Exército os interesses e direitos dos pedintes, fazendo com que fossem atendidos os requerimentos de reconsideração de seus atos, sem maiores problemas.¹⁰¹ Também não havia maiores explicações acerca das motivações que os levaram à decisão de deferir, deixando obscuros prováveis e abusos ou erros que provocaram as arbitrariedades na origem do processo.

Os indeferimentos também não eram bem explicados em suas motivações. Vários tipos de requerimentos, quando eram justificadas as motivações que os negaram, assim o faziam com argumentos no mínimo insólitos. Quando os ex-3º sargento Elias Pereira Lima, Júlio da Silva e Oscar Simões, por exemplo, pediram sua reinclusão às fileiras, receberam o despacho do ministro, ordenando que os pedidos fossem arquivados “por inobservância de disposição legal (falta de selo).”¹⁰²

Esse apego às formalidades da documentação tramitada no âmbito militar era, aliás, generalizado, e afetava diretamente os trabalhos executados pelos executores da burocracia, normalmente cabos e sargentos burocratas e datilógrafos. A utilitarista pressão por não haver

⁹⁹ Idem, pp. 4, 7 e 17.

¹⁰⁰ Boletim do Exército nº 9, de 2 de março de 1940, p. 652.

¹⁰¹ Boletim do Exército nº 1, de 6 de janeiro de 1940, p. 27, 28; Boletim do Exército nº 12, de 23 de março de 1940, p. 758; Boletim do Exército nº 18, de 4 de maio de 1940, p. 1092.

¹⁰² Boletim do Exército nº 18, de 4 de maio de 1940, p. 1086

falhas no combate, a fim de poupar vidas humanas, parecia ser transplantada para a rotina burocrática, enquadrando perfeitamente os militares do Exército Brasileiro ao quadro ideal-típico dos teóricos da burocracia, desde Max Weber.

Além da falta de selo ser considerada suficientemente legítima para se mandar arquivar os requerimentos dos ex-sargentos, a adoção de um modelo específico para a proposta de promoção dos sargentos era um fator a ser considerado caso a unidade que o remetesse não quisesse ver sua proposta recusada e devolvida, “por descumprimento das normas em vigor”¹⁰³.

As minúcias exigidas pela burocracia militar, em muitos casos, tinham o mesmo grau e intensidade das pressões para realizá-las. O Ministro da Guerra recomendou em nota no Boletim do Exército que por ser

“frequente passaram por este Ministério documentos dactilografados com inobservância de comesinhas [sic] regras gramaticais (uns com a primeira palavra de cada período em letras maiúsculas, outros com substituição da conjunção e pelo sinal gráfico &, e outras fantasias semelhantes), é recomendado mais zelo nos trabalhos executados pelos dactilógrafos...”¹⁰⁴

A exortação ao zelo dos datilógrafos não é gratuita e pode ser compreendida em termos da socialização militar, já que ela é mais uma característica a ser observada como representante do grau de disciplina¹⁰⁵. O zelo na execução de qualquer trabalho era uma virtude associada geralmente às qualidades morais dos sargentos¹⁰⁶, um modo de externar as suas qualidades militares. Em última instância, o zelo era um dos atributos avaliados em cada militar, não só dos sargentos, mas de todos os militares, no intuito de mensurar o seu grau de disciplina, o seu grau de pertencimento, comprometimento e devoção às intenções e disposições do comando.

Nas publicações do Exército, o seu ministro frisava a ligação indissolúvel entre normas da burocracia e disciplina militar, como se o cumprimento exemplar das determinações burocráticas servisse de parâmetro acerca das qualidades militares e disciplinares de seus operadores. Em uma dessas ocasiões, diante do grande volume de requerimentos recebidos pelo Ministério, “afim [sic] de coibir abuso das partes que reiteram,

¹⁰³ Boletim nº 13, de 30 de março de 1940, p. 789.

¹⁰⁴ Idem, p. 799.

¹⁰⁵ A proposta para promoção dos sargentos, conforme dito logo acima, continha o elemento “zelo”, como fator observável que influía na conceituação dos sargentos e, em sua consequência, em suas promoções (Boletim nº 13, de 30 de março de 1940, p. 789).

¹⁰⁶ Boletim do Exército nº 25, de 22 de junho de 1940, p. 1663.

indevidamente e contra a lei, reclamações administrativas já solucionadas pela autoridade em última instância”, o ministro determinava a observância dos Comandantes de Corpos de tropa quanto ao enquadramento e procedência das solicitações em relação à legislação vigente. Segundo ele, “a inobservância da lei, em tais casos, cria dificuldades à Administração, sacrifica interesses legítimos e alenta o desrespeito à legislação em detrimento da ordem e da disciplina”.¹⁰⁷

Se o desrespeito à legislação podia ser indiciário de falta de disciplina, muitos atos tiveram a conivência de oficiais indisciplinados; muitos em favorecimentos de sargentos seus subordinados. Um Inquérito Policial Militar no 9º Batalhão de Caçadores havia apurado irregularidades ocorridas na permanência das fileiras do Exército do já então 1º sargento Afonso Aguirre. Em consequência, determinou-se que fossem anuladas as inclusões do sargento ocorridas em 11 de março de 1924 e em 24 de fevereiro de 1927, e que, portanto, o sargento fosse imediatamente excluído. Os responsáveis pelos atos irregulares só não foram punidos por já estarem na reserva ou já falecidos.¹⁰⁸

Depreende-se desse fato quatro elementos importantes na socialização dos sargentos que devem ser considerados. Dois deles já foram descortinados aqui. O primeiro deles seria o limitado controle e centralização por parte da administração militar acerca de seus efetivos, principalmente das praças. O outro deles é a insegurança jurídica¹⁰⁹ da condição de sargento, em 1940, praticamente tão demissível quanto o recruta do serviço militar obrigatório.

Um terceiro aspecto a ser considerado é a possibilidade de idas e vindas, incorporações e exclusões dos sargentos, entrando e saindo do Exército com relativa “liberdade”, dependendo, certamente, do nível e profundidade das relações mantidas por eles. Algum oficial, conhecido seu, estando no lugar certo, na época oportuna, tornava fácil aos sargentos tomarem lugar na carreira, prosseguindo nela ou dela saindo e depois voltando, com relativa tranquilidade, ao sabor dos interesses particulares dos próprios sargentos.

O que nos leva ao quarto e último elemento observado no estudo de caso anterior: o apadrinhamento. Ter “padrinhos”¹¹⁰ oficiais, para a vida de uma praça, particularmente para

¹⁰⁷ Boletim nº 10, de 9 de março de 1940, p. 652.

¹⁰⁸ Boletim nº 10, de 9 de março de 1940, p. 681.

¹⁰⁹ Não podemos esquecer que essa insegurança não era, de maneira nenhuma, exclusividade do Exército, já que a estabilidade no emprego civil tomou forma regulamentada e centralizada apenas com a sanção da CLT, em 1943, três anos após o período aqui considerado. O emprego não era considerado senão uma condição temporária que poderia durar 1, 20 ou 30 anos.

¹¹⁰ O termo padrinho, muitas vezes, não só permaneceu com sua força metafórica, mas chegou a invadir o seu significado semântico, nos universos social e religioso, pois muito comum era o sargento, o cabo ou o

um sargento, podia tornar sua estada no quartel bem mais agradável do que podia ser para outros de seus colegas sem a mesma sorte. Oficializando e naturalizando o personalismo, o paternalismo e o patrimonialismo¹¹¹ nas relações hierárquicas do Exército, o manual de chefia de 1953, editado pelo EME, ressaltava que “na vida militar aqueles que seguem o Chefe estão na sua dependência direta e pouco podem fazer, sem o seu auxílio, para melhorar a própria sorte”.¹¹²

Essa amizade podia conter um preço a se pagar, por ambos os lados. O preço do sargento seria a submissão e a incondicional disponibilidade às vontades do oficial. O preço do oficial podia ser também alto, pois determinadas interferências e favores concedidos aos seus apadrinhados poderiam conter cláusulas eivadas de ilicitudes, que, se descobertas, seriam capazes de prejudicar a carreira dos padrinhos.

Assim aconteceu no caso de um sargento da Escola das Armas.

No processo de transferência para a reserva do 1º sargento Sílvio Casemiro da Silva, do contingente da Escola das Armas, foi verificado ser irregular a sua permanência nas fileiras do Exército ativo, ... [logo] foram repreendidos em BE os Cap José de Lima Prado, Durval Campelo Macedo, Sílvio Alves Catão e Álvaro Tasso de Sá e Souza, 1º Ten Henrique Ramos de Moura e 2º Ten convocado Waldomiro Pessoa Barbosa, responsáveis pelo fato declarado irregular.¹¹³

O sargento Casemiro parece não ter sido excluído peremptoriamente porque a sua condição de permanência irregular nas fileiras foi descoberta apenas a partir da abertura do seu processo de transferência para a Reserva Remunerada. Mas diferente do caso anterior, foram punidos quatro capitães e dois tenentes, responsabilizados pelas “irregularidades” contidas na permanência do sargento. Não temos condições de saber quais foram essas

soldado convidar algum oficial seu comandante para padrinho de casamento, padrinho de batismo de seus filhos (VEIGA, 1989).

¹¹¹ Muito comum no meio militar, ainda hoje, é a utilização do pronome possessivo ao fazer-se referência às figurações às quais pertence ou às pessoas que compartilham as mesmas realidades, mas em escalões diferentes. São exemplos dessas referências de posse o “meus homens” ou “meus soldados”, “meu tenente”, “meu batalhão” ou “meu pelotão”, “nosso regimento”, “nosso major” (PALHARES, 1957, p. 91; 159). Esse desejo inculcido de pertencimento e posse é fruto da construção de um espírito de corpo necessário à vida em grupo, em treinamento para o combate. Mas trazia consequências práticas desagradáveis para a vida dos “possuídos” que extrapolavam a sua mera funcionalidade. Nos anos de 1950, o recém-promovido a 3º sargento do Exército Jelcy Rodrigues Correia, um dos principais protagonistas da militância política dos sargentos na década posterior, sentia essa condição de domínio e propriedade que os oficiais tinham para com os seus subalternos: “uma das coisas que eu não entendia muito é: eu sou sargento, mas sou sargento do Exército, não do capitão nem do coronel, e eles não entendiam muito isso”. Entrevista concedida a Stepan Freitas dos Santos (SANTOS, 2010, p. 123).

¹¹² Estado Maior do Exército. **Manual de Campanha C 20-10, “Princípios de chefia”**, 1953, p. 10.

¹¹³ Boletim do Exército nº 20, de 18 de maio de 1940, p. 1257.

irregularidades; porém, é certo que para correr o risco de oficiais serem punidos e prejudicarem suas carreiras, a qualidade da mão de obra do sargento, ou as suas boas relações com algum oficial devem ter sido levadas em consideração.

h. Insatisfação social e desejo de ascensão dos sargentos

No Império, o Exército formalmente facilitava a entrada das praças nas escolas de oficiais. Em 1899, dos 130 alunos matriculados na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, 18 eram oficiais, 70 praças de pré, 21 “paizanos” e 21 alunos transferidos da Escola Preparatória e de Tática do Realengo.¹¹⁴

Em 1940, para o ingresso na Escola Militar, havia uma suposta flexibilidade, pelo menos quanto à idade máxima para os sargentos. Era condição obrigatória para todos os candidatos possuírem entre 16 e 22 anos, mas para os sargentos a idade era estendida para 25, desde que possuíssem, no mínimo, 4 anos de praça. Para aqueles candidatos, egressos da escola de cadetes, que nela haviam se matriculado vindos da vida civil, eram cabos ou soldados, a idade máxima seria de 23 anos. Para os sargentos, a idade avançava para 25. Os critérios de desempate no concurso também, virtualmente, favoreceriam as praças.¹¹⁵

O ingresso na Escola Preparatória de Cadetes, também, considerava a condição de militar um critério de desempate, flexibilizando a idade da matrícula. Para a matrícula normal dos civis na Escola Preparatória de Cadetes, a idade limite era de 19 anos, enquanto que para as praças essa idade era aumentada para 22.¹¹⁶

No entanto, os números dos ex-praças, que conseguiram ingressar na Escola Militar, a partir de 1938, não pareceram ter correspondido àquelas supostas flexibilidades:

Candidatos	1938	1939	1940 ¹¹⁷	1941	1942
Civis	92,6	65	80	78,5	70
Praças	7,4	5	2	3,5	4,5

Tabela 2: Porcentagem de candidatos aprovados e aptos à Escola Militar (1938-1942). Fonte: RODRIGUES, 2009, p. 54.

¹¹⁴ EXÉRCITO BRASILEIRO. Relatório do Ministro da Guerra Marechal J. N. Medeiros Mallet, ao Presidente da República. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1900, p. 29. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2240/000003.html> ; Disponível em: 15 Jan 2010.

¹¹⁵ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 18, de 04 de maio de 1940, pp. 1139-1150.

¹¹⁶ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 13, de 30 de março de 1940, pp. 821-832.

¹¹⁷ Apenas como exemplo do que essas porcentagens significavam em termos quantitativos, do total dos 403 matriculados, apenas 6 eram praças. EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 19, de 11 de maio de 1940, p. 190.

Mas o que mudou do início do século XX até os anos de 1930/1940?

O Exército havia se esfacelado disciplinarmente com as lutas intestinas da Revolução de 1930 e das outras que se seguiram, no início daquela década. Visto pela sua oficialidade como a “ossatura da nacionalidade”, nas palavras do marechal José Pessoa, o Exército precisava de coesão, empreendida primeiramente durante a formação dos seus oficiais.

Na intenção de forjar no corpo de oficiais um sentimento elitista, uma “aristocracia física, moral e profissional” (CASTRO, 1994, p. 237), fora empreendido um plano de profissionalização socialmente higienista em relação à formação dos oficiais. Filhos de judeus, estrangeiros, comunistas e negros foram considerados inaptos ao oficialato. De 1939 a 1942, 183 candidatos aprovados no concurso para a Escola Militar do Realengo foram considerados inaptos pela sua cor de pele, sendo justificado pelo ministro Eurico Gaspar Dutra, que “a experiência tinha demonstrado maiores e mais frequentes deslizes na vida profissional e privada dos homens de cor e seus derivados próximos” (RODRIGUES, 2009, pp. 53-55).

Vale lembrar que grande parte das praças tinha origem social em camadas mais pobres, e que boa parte deles era de cor de pele parda e negra. Por isso, talvez, possamos entender o baixo quantitativo de ex-praças ingressos na Escola Militar. A flexibilidade de idade, os critérios de desempate e a isenção da taxa de inscrição (RODRIGUES, 2009, p. 47) pareciam ser favorecimentos muito mais discursivos do que práticos às praças. Era, na realidade, uma ação limitativa, em relação ao acesso das praças, mas formalmente legitimada como aparente favorecimento. A letra da norma indicava um privilégio, que ampliava as condições de acesso; porém, na prática, as reduzia. A idade mínima de 25 para os sargentos acompanhava, também, a exigência de se ter, no mínimo, 4 anos de serviços como praça. Levando-se em consideração que a maioria das praças já incorporava com cerca de 19 anos, fica claro que os sargentos tinham apenas um ano ou dois para tentarem o concurso da Escola Militar, o que reduzia bastante suas chances.

Outras exigências limitavam o acesso dos sargentos aos bancos daquela Escola. O próprio programa do concurso já seria uma barreira praticamente intransponível para uma boa parte dos sargentos com limitado grau de educação escolar. Ele abrangia Redação (poderia ser descritiva, narrativa, dissertativa, carta ou diálogo), Gramática, Aritmética (com 17 subitens, tais como raízes quadrada e cúbica, razões, regras de três compostas, etc), Álgebra (com 15

subitens, tais como Binômio de Newton, Trinômios, equação biquadrada, etc), Geometria plana e espacial (área e volume de polígonos, poliedros, etc), Trigonometria e Desenho geométrico (18 subitens).¹¹⁸

Por fim – apesar dessa limitação afetar muito mais os considerados indisciplinados e/ou os que não tiveram a sorte de cair nas graças de seu comandante – era necessário o juízo favorável do comandante do corpo onde a praça servisse, caso quisesse se inscrever no concurso.¹¹⁹ Como era da alçada do poder discricionário, todas as praças permaneciam ao alvitre de seus comandantes, que podiam autorizar ou não, dependendo da sua visão acerca do sargento, dependendo do grau de disciplina desse sargento, e, ainda, do estado de humor do comandante.

O Exército não facilitava o acesso ao oficialato para suas praças, mas havia construído um ponto de contato entre os malsucedidos candidatos àquele grupo e o grupo dos sargentos, que nos fornece um indício coerente a respeito do pensamento corrente no Exército à época. Nem todos os alunos, que concluíam o curso da Escola Preparatória de Cadetes, podiam matricular-se na Escola Militar. Nesses casos, com a finalidade de aproveitar o ensino a eles fornecido, o Exército permitia que aqueles ex-alunos, inaptos ao oficialato, fossem diretamente para a tropa, nos quartéis de Infantaria, já com a graduação de 2º sargento, e prosseguissem no Exército, como sargentos.¹²⁰ A partir daí, sua condição, em princípio, igualava-se à outros sargentos, ou seja, sem garantia de estabilidade nem outros direitos.

Dar a oportunidade aos concludentes da Escola Preparatória que não pudessem ser matriculados na Escola Militar, para continuarem no Exército, como sargentos, era prático e econômico, pois evitava o desperdício do erário já empenhado naquela formação. Era, talvez, humanitário, pois já encaminhava aquele indivíduo a uma subsistência relativamente certa. Porém, apresentava uma ótica em relação à hierarquização no Exército que muito extrapolava ao seu aspecto funcional. Serve de indício de como valores morais, saberes formais e hierarquia militar se misturavam num emaranhado interdependente de valorações pela oficialidade do Exército.

Segundo esse ponto de vista, os hierarquizados saberes formais do Exército naturalizariam, não somente a hierarquia militar, mas, também, classificariam, quase que numa metáfora sociobiológica, os indivíduos.

¹¹⁸ *Idem.*

¹¹⁹ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 18, de 04 de maio de 1940, pp. 1139-1150.

¹²⁰ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 13, de 30 de março de 1940, p. 822.

Os oficiais, dada a sua formação militar, relativamente prolongada, eram considerados, por eles próprios, como tendo uma formação completa. Os soldados, mesmo aqueles com enorme experiência, deveriam ser perenemente conduzidos de maneira passiva diante das ordens dos oficiais e sargentos. Já depois de terminada a II Guerra Mundial, um ex-sargento, ao descrever suas experiências na campanha da Itália, comenta:

Na vida militar é assim; o soldado só sabe que vai para o combate, porque lhe enchem os bolsos de munição, conduzem-no a uma determinada faixa do terreno, isto é, às vezes, após horas de marchas estafantes; e lhe dão a frente do inimigo, sempre guiado pelos chefes. Só então percebe que vai matar ou morrer. Aliás, a vida do soldado na guerra se assemelha, se nos permitem a comparação, à vida da criança: levamo-la ao dentista para que lhe extraia um dente, enchendo-lhe antes os bolsinhos de balas, numa saída à rua, como para um passeio inocente e divertido. Bem julgado, o soldado brasileiro, nesta segunda guerra mundial, demonstrou mesmo ser uma criança perfeita, até que os alemães, ceifando vidas, fizeram-lhe ver a realidade de tudo (...). Para nós, tudo era surpresa; apenas os oficiais superiores sabiam algo a respeito do desembarque. Só depois, tomamos conhecimento da situação e as ordens surgiram em escalão descendente, chegando até aos sargentos, que retransmitiam aos seus grupos (PALHARES, 1957, pp. 142-143;146).

Não há uma síntese melhor da hierarquização militar do que esta feita por Palhares. Os altos oficiais eram os únicos a saberem, antecipadamente, dos planos. Os soldados eram conduzidos ao *front*, sem nada saber previamente, engabelados pelos oficiais e sargentos. Os sargentos recebiam com uma antecedência mínima as informações a respeito das próximas ações e, ato contínuo, repassavam-nas aos soldados.

Dessa forma, comparando-se a hierarquia militar às etapas sociobiológicas humanas, os oficiais seriam os adultos; os sargentos os irmãos mais velhos, entrando na adolescência; e os soldados, simples crianças.¹²¹ Nesse modelo, nem os soldados nem os sargentos chegariam a crescer até a fase adulta; este era um status exclusivo dos oficiais (MCCANN, 2009, p. 488).

Outro ponto conexo a essa questão, tinha a ver com a as virtudes morais dos grupos

¹²¹ Parece que essa atribuição de comportamentos, semelhantes aos comportamentos de não adultos – puerilidade, irresponsabilidade, obediência –, dadas aos soldados, não seria uma característica exclusiva do pensamento militar brasileiro. Na virada do século, uma das obras de Kafka ilustra como os soldados eram vistos na Europa de seu tempo. No enredo de “Na colônia penal”, um dos soldados havia sido condenado por ter sido pego dormindo junto à porta de seu capitão. Ao descobri-lo dormindo, o que era proibido, o capitão o agrediu, tendo, como consequência, ameaça de revide pelo soldado, imediatamente condenado por desobediência e insulto ao superior. Durante o transcorrer da história, o autor aponta o soldado transgressor como um indivíduo de uma sujeição canina, ao mesmo tempo como um fanfarrão, brincando e se divertindo, alienado ao sofrimento alheio. O outro dos soldados, auxiliar direto do oficial operador da terrível e engenhosa máquina punitiva, é mostrado pelo autor como um indivíduo também submisso e pueril, brincante e descontraído, na companhia do condenado, após o oficial ter-se martirizado. Ver: KAFKA, Franz. **O Veredicto / Na Colônia Penal**. São Paulo: Brasiliense, 1988

sociais, intimamente ligadas à hierarquia funcional. Esse parece ter sido um pensamento perene, no Exército, pois já em 1964, um 2º sargento, que havia sido desligado da Escola de Veterinária para ser oficial, entrou com recurso, tentando retorno à escola, e recebeu o seguinte despacho:

“o regulamento autoriza o desligamento dos alunos que nas Escolas Preparatórias e nas de formação de Oficiais e Sargentos revelem aptidão para a carreira militar. No caso do requerente – que frequentava escola de formação de oficiais – a inaptidão revelada refere-se, logicamente à carreira militar do oficial que, em futuro próximo, viria a ser o Sargento Mendes Pereira. Não se discute sua aptidão para a carreira militar como Sargento.”¹²²

Não se pode saber o que o texto quis dizer com o termo “inaptidão”; contudo, podemos imaginar que ele tenha querido sugerir critérios, determinados por avaliações morais. Na avaliação das aptidões para o ingresso nos grupos dos oficiais e dos sargentos, pareciam ser aplicados dois gabaritos sociais e morais distintos. Apenas dessa maneira pode se compreender a lógica, que parecia naturalizar o fato do sargento em questão servir para ser sargento, mas não prestar para oficial.

Mesmo com tantos óbices, muitos sargentos objetivavam e conquistavam seu desejo de ascensão social por meio do próprio Exército, havendo inúmeros desses casos, pouco antes da II Guerra.¹²³

Alguns sargentos, normalmente atuantes nas áreas de saúde do Exército, prestavam concursos para a Escola de Saúde, principalmente nos cursos de Farmácia e de Odontologia.¹²⁴

Havia também o concurso da Escola de Intendência do Exército, que acontecia quase que anualmente e que formava contadores, intendentes e administradores para o Exército.¹²⁵ Uma boa parte do corpo discente se constituía de ex-sargentos que, depois de serem

¹²² Processo 01803864-GM. Boletim do Exército nº 52, 25 Dez 1964, p. 30.

¹²³ Boletim do Exército nº 3, de 20 de janeiro de 1940, p. 149; Boletim do Exército nº 7, de 17 de fevereiro de 1940, p. 491; Boletim do Exército nº 13, de 30 de março de 1940, pp. 789-821; Boletim do Exército nº 17, de 27 de abril de 1940, p. 1040; Boletim do Exército nº 18, de 4 de maio de 1940, p. 1113; Boletim do Exército nº 19, de 11 de maio de 1940, p. 1190.

¹²⁴ Matricularam-se na Escola de Saúde do Exército, no curso de farmacêuticos, um 2º sargento, três 3º sargentos, um soldado e um fuzileiro naval; Boletim do Exército nº 14, de 06 de abril de 1940, p. 869.

¹²⁵ O decreto nº 16.475, de 12 de maio de 1923, aprovou o regulamento da Escola de Intendência, que tinha por finalidade preparar oficiais para os quadros de intendentes de guerra, de administração e de contadores, por cursos distintos, com programas e condições de estudo peculiares. Relatório do Ministro da Guerra Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ao Presidente da República. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1924, p. 14. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2257/000002.html>; Disponível em: 15 Jan 2010.

aprovados no concurso de admissão, e fazerem o curso, eram promovidos a 2º tenente.¹²⁶

Outro concurso, que foi sazonal, pelo menos enquanto durou a arma de Aeronáutica no Exército, foi o de oficial Mecânico da Aeronáutica. O curso visava formar oficiais para dirigirem e executarem os serviços de revisão, reparação e recuperação do material aeronáutico. A formação escolar dava-se num período de dois anos, ao final dos quais os alunos eram declarados aspirantes a oficial, tendo que cumprir, ainda, mais seis meses de estágio em órgãos de execução do serviço de Aeronáutica. As condições para a inscrição do concurso eram ser sargento mecânico de Aeronáutica, ter no máximo trinta anos de idade, mais de três anos na função de sua especialidade, ter boa conduta e robustez física. O concurso de admissão seria o correspondente ao ensino fundamental.¹²⁷

Podemos concluir parcialmente que, mesmo diante dos embaraços impostos pelas condicionantes externas, algumas dessas praças conseguiram potencializar suas capacidades de autodeterminação, canalizando seus desejos de reconhecimento e respeito na ambição de galgarem postos dentro do próprio Exército, tendo como ferramenta principal o estudo formal.

Diante das barreiras existentes para ascenderem socialmente ao oficialato, outras maneiras de angariar respeito eram perseguidas na própria Força Armada, permanecendo na condição de sargentos. Uma delas era a realização de cursos oferecidos pelo Exército, principalmente aqueles adotados como pré-requisitos para as promoções ou para melhoria da aposentadoria.

Em 1940, vários cursos equivaliam-se e tinham esse caráter de pré-requisito para promoções sucessivas. O Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos (CRAS) era um deles. Não havendo nenhuma regularidade na oferta dos cursos de aperfeiçoamento, a sua realização era mais uma opção individual do que uma etapa normal na carreira.

Era considerado interesse individual estar habilitado para as promoções que se seguissem e, diante da não-oferta do CRAS de sua arma, na região em que serviam, muitos sargentos acabavam tendo que vencer barreiras geográficas, pedindo transferências, a fim de matricularem-se nos cursos ofertados por outras regiões militares.

Na falta da oferta do CRAS pela 1ª Região Militar, em 1940, por exemplo, o 2º sargento de cavalaria Omer Severo Cardoso, deve ter feito uma escolha bastante dura ao

¹²⁶ Boletim do Exército nº 17, de 27 de abril de 1940, p. 1040.

¹²⁷ Boletim do Exército nº 07, de 17 de fevereiro de 1940, pp. 491-495.

solicitar sua transferência do Regimento Andrade Neves, localizado no Rio de Janeiro, para o 3º Regimento de Cavalaria Independente, sediado em São Luís das Missões, hoje São Luiz Gonzaga-RS, para matricular-se no CRAS de cavalaria da 3ª Região Militar.¹²⁸ Essa mudança parece ter sido um pré-requisito para sua carreira, já que em 1955 sua promoção a 1º tenente havia chegado e sua ascensão funcional garantida.¹²⁹

A Escola de Artilharia de Costa havia ministrado, em 1939, o CRAS da 1ª Região para dez 3ª sargentos e dois 2º sargentos.¹³⁰ A Escola de Educação Física do Exército, equivalente ao curso de aperfeiçoamento para fins de promoções e melhoria na reserva, ministrou o curso de esgrima e de monitor de educação física, em 1940, para 36 sargentos e 29 cabos.

O curso “B” da Escola das Armas, também equivalente ao curso de aperfeiçoamento, distribuiu 95 vagas entre as quatro armas existentes na época. Concorreram os 2º e 3º sargentos da 1ª, 2ª e 4ª RM, com as condições de terem boa conduta, no máximo 30 anos e com no mínimo 2 anos como sargento em corpo de tropa, serem aprovados na seleção, terem boa saúde comprovada em inspeção. A seleção constaria de provas de português (redação de 25 linhas); Matemática básica (frações ordinárias e decimais, proporções, regras de 3 simples, sistema métrico, ângulos, triângulos, polígonos regulares e círculos); Topografia (leitura de cartas, escalas, unidades angulares e coordenadas); e Serviço de Campanha (marchas, estacionamento e segurança). A nota mínima para aprovação seria 4,0.¹³¹

O Centro de Instrução de Defesa Antiaérea ofertava vagas em seus cursos estipulando exigências para matrícula e direcionando suas disciplinas e métodos de um aspecto que sobremaneira nos é esclarecedor quanto à socialização e identidade profissional dos sargentos. O Regulamento do Centro prescrevia 4 tipos de cursos: os cursos A e B destinados a oficiais e os C e D destinados a cabos e sargentos, sendo que os cabos deveriam ter o CCS (Curso de Candidatos a Sargentos). Os cursos ministrados aos oficiais eram pormenorizados em relação às técnicas de emprego dos meios e organização da Aviação. Os ministrados aos sargentos compreendiam um “estudo sumário” da organização dos meios antiaéreos. O planejamento do curso compreendia disciplinas mais generalistas, que eram ministradas aos oficiais, e disciplinas mais específicas, como Telemetria, Projetores e Escuta e

¹²⁸ Boletim do Exército nº 15, de 13 de abril de 1940, p. 935.

¹²⁹ Diário Oficial da União de 30 de setembro de 1955, Seção 1, p. 3.

¹³⁰ Boletim do Exército nº 02, de 13 de janeiro de 1940, pp. 83-84.

¹³¹ Boletim do Exército nº 02, de 13 de janeiro de 1940, pp. 96-97.

Metralhadoras Antiaéreas, destinadas aos sargentos e cabos que as iriam operar.¹³²

As condições para matrícula impunham critérios diferentes para oficiais e praças. Os oficiais necessitavam ser 1º tenentes ou capitães, ter mais de dois anos de serviço arregimentado, já ter servido em zona compulsória de sua arma, julgados aptos em inspeção de saúde feita na guarnição onde servirem, não ser possuidores de outro curso de especialização de 1ª categoria. Satisfeitas essas condições, dentro do número de vagas, as matrículas eram feitas por meio de designação das Diretorias das Armas às quais pertenciam os oficiais, a pedido do interessado, ou compulsoriamente, de acordo com a conveniência do serviço.¹³³

As exigências para os sargentos compreendiam em serem 3º ou 2º sargentos, dependendo da arma, (eventualmente aceitas indicações de 1º e 2º cabos); terem menos de 26 anos de idade e 5 de serviço militar; terem conduta boa; serem aptos em inspeção de saúde feita na guarnição onde servirem ou, se necessário, na sede da Região Militar; terem juízo favorável do comandante do corpo de tropa à que pertenciam; não possuírem curso de outra especialização; e terem sido aprovados nas provas de seleção intelectual, que compreendiam as disciplinas de português, aritmética e geometria, todas em nível básico.¹³⁴

O controle da assistência às aulas prescrevia que o comparecimento dos oficiais alunos seria verificado pela assinatura na ficha de aula, enquanto que a presença das praças seria verificada mediante chamada feita ao iniciar-se a sessão de instrução e repetida ao finalizar-se quando a duração exceder uma hora.¹³⁵

O ranqueamento dos alunos, oficiais ou sargentos, ao final do curso, dependia de seu aproveitamento objetivo (atestado por provas, trabalhos e arguições) e de um “julgamento” subjetivo por parte de seus oficiais instrutores, expresso por um conceito de 0 a 10, que abrangia apreciações acerca da

manifestação de personalidade... rapidez e precisão na apreensão da questões, ordens ou missões...espírito de decisão...facilidade e propriedade de linguagem...firmeza no cumprimento de ordens ou deveres escolares...espírito de iniciativa...capacidade de trabalho...conduta militar e civil¹³⁶

¹³² Boletim do Exército nº 03, de 20 de janeiro de 1940, pp. 99-212.

¹³³ *Idem*, pp. 212-213.

¹³⁴ *Idem*, p. 213.

¹³⁵ *Idem*, p. 211.

¹³⁶ *Idem*.

A média aritmética entre o conceito e o aproveitamento dava a pontuação final do aluno e sua colocação na turma.¹³⁷

As instruções deveriam idealmente envolver o emprego sistemático e articulado entre a teoria e a prática. Contudo, afirmando uma relação assimétrica entre ambas

as preocupações práticas devem estar sempre subordinadas a necessidade do cultivo da aptidão de refletir, de investigar, de formular hipóteses, em suma, de uma permanente ginástica intelectual que dê à inteligência sua máxima eficiência¹³⁸

Os alunos, em tese, deveriam ser levados a pensar por si próprios, devendo ser estimuladas as suas iniciativas, evitando-se a “intervenção dogmática do instrutor.”¹³⁹

Essa era uma diretriz muito mais retórica, pertencente ao universo da expectativa para o futuro, do que do universo da prática, já que o próprio regulamento do Centro, contraditoriamente ao discurso da autonomia do instruendo, já previa sua incondicional subordinação aos instrutores, que nas salas de aula, seriam os detentores absolutos do “prestígio moral”. O Regulamento do Centro prescrevia que:

A disciplina que se impõe à vida escolar é a *ativa*, que tem como fator direto e imediato a boa organização da atividade didática e, como fatores mediatos, mas essenciais – o prestígio moral do instrutor, o seu exemplo, e o próprio sentimento moral do discente para quem a disciplina é um dever (...). As recompensas devem ser dirigidas ao sentimento do aluno. As melhores são as que despidas de valor material, põem em evidência motivos éticos superiores, sem despertar nenhuma ideia de interesse subalterno.¹⁴⁰

O regulamento do Centro determinava que os instrutores não possuíssem somente a incumbência de ministrar as matérias técnicas ofertadas pelos cursos. Além da preocupação com a continuada formação da disciplina dos instruendos – mantendo a figura do instrutor, valorativamente, numa posição sempre destacada, conforme citação acima –, os instrutores colaborariam, também, para a educação moral e cívica dos alunos.

Os instrutores aproveitarão todas as oportunidades a fim de que o ensino concorra sempre para a educação moral e cívica do aluno. Dever-se-á procurar incutir no espírito dos alunos, que as unidades e os elementos constitutivos destas, agindo em estreita interdependência, mantêm o funcionamento harmônico do todo, cuja força repousa essencialmente no valor moral de cada um.¹⁴¹

¹³⁷ *Idem*, p. 211.

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ *Idem*, pp.210-211.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 226.

¹⁴¹ *Idem*, p. 202.

Vinculando, entre si, significantes pouco concretos, tais como disciplina, educação e “sentimento moral” e afirmando a responsabilidade da ação interdependente dos militares e de suas unidades para o funcionamento harmônico da sociedade militar, o regulamento aponta, também, que a intenção gregária da socialização militar dos oficiais e dos sargentos tinha um caráter perene.

Não somente os cursos de sargentos, realizados descentralizadamente em cada unidade, tinham o caráter formativo dos corpos e das almas desses militares. A formação seria processual, constante, ininterrupta, até o fim de suas carreiras. A socialização teria apenas mais um reforço com a realização desses estudos eminentemente técnicos e práticos.

O Centro de Instrução de Defesa Antiaérea não tinha exclusividade nesse aspecto, já que os regulamentos das escolas de ensino de especialização eram todos elaborados pelo EME. Por consequência, todas as escolas possuíam regulamentos muito parecidos, principalmente quanto ao seu aspecto de socialização militar, sendo que o que os diferenciava eram apenas as determinações técnicas.¹⁴²

Tratado aqui como uma fonte-modelo, já que, como dito acima, outros regulamentos escolares lhes são semelhantes, o regulamento do Centro dava mostras também de que, quanto ao aspecto relacional entre os vários elementos da pirâmide hierárquica e ao exercício profissional dos sargentos, em particular, o cotidiano daquela escola não apresentava diferenças em relação a qualquer outra organização militar do Exército. No Centro de Instrução de Defesa Antiaérea, os sargentos monitores, especializados por aquele mesmo centro, tinham a função de ajudar

os instrutores e os auxiliares de instrutor no ensino das disciplinas dos cursos para sargentos, podendo lhes ser afetos certos assuntos de caráter prático, que ministrarão sob a orientação e responsabilidade dos instrutores ou auxiliares de instrutor. Serão encarregados da guarda e conservação do material de ensino distribuído aos cursos e poderão ser designados, simultaneamente, para outras funções necessárias aos serviços técnico-pedagógicos do Centro.¹⁴³

Os sargentos, diplomados pelo Centro como “especialistas de defesa antiaérea”, “especialistas de telemetria de DCA”, “especialistas em metralhadora” ou, ainda “especialistas em projetores”, exerciam normalmente a função de zeladores dos materiais do

¹⁴² Ver, por exemplo, o Regulamento do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização do Exército, que contém parágrafos inteiros idênticos ao Regulamento da Escola de Artilharia Antiaérea: Boletim do Exército nº 19, de 11 de maio de 1940, p. 1176.

¹⁴³ Boletim do Exército nº 03, de 20 de janeiro de 1940, p.214.

Centro e de ajudantes dos oficiais instrutores nos cursos de sargentos. Algumas instruções a respeito de assuntos muito específicos – de caráter eminentemente prático, que fugiam à alçada do conhecimento generalista dos oficiais – poderiam ser delegadas aos sargentos. Contudo, sempre sob a orientação e supervisão de um oficial.

A diplomação com o título de “especialistas” continuava a ser insuficiente para conferir aos sargentos uma relativa emancipação profissional, quase como uma emancipação etária diante da conservadora tutela dos oficiais. Não lhes emprestava o respaldo institucional capaz de se lhe atribuírem responsabilidades profissionais, mesmo possuindo, em tese, atributos e habilidades.

Muitos sargentos continuavam realizando cursos no Exército, como uma maneira de se qualificarem e conseguirem funções, consideradas como de maior prestígio. Melhores em relação às funções desempenhadas pelos simples tarimbeiros ou “tropeiros”, sem qualquer qualificação posterior à formação. Contribuía favoravelmente, também, para a procura desses cursos, a descentralização de sua oferta. A Lei do Ensino do Exército de 1938, em seu artigo 16, definia que

a instrução de especialização destina-se a formar graduados (cabos e sargentos) capazes de exercer nos corpos de tropa, formações de serviços e estabelecimentos, funções que exijam conhecimentos além dos comumente necessários aos graduados da arma ou do serviço considerado. Essa instrução é ministrada em cursos que funcionar [*sic*], seja em escolas ou centros (para sargentos), seja em corpos de tropa, formações de serviços ou estabelecimentos.¹⁴⁴

Muitos desses cursos eram pré-requisitos para sucessivas promoções, e isso atraía a atenção de alguns sargentos. Sem um plano de carreira, as vagas para promoções de sargentos surgiam, normalmente, quando faltava pessoal habilitado para completarem claros específicos, de determinadas especialidades, nos quartéis. Os sargentos especializados, dentro dessa lógica, tinham, também, melhores chances de concorrerem a essas promoções.

Os cursos do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização do Exército (CIMM) eram bons exemplos de estudos que atribuíam funções diferenciadas aos sargentos e eram requisitos considerados para promoções.¹⁴⁵ Divididos, assim como todos os cursos no

¹⁴⁴ Decreto-Lei nº 432, de 19 de Maio de 1938, que Regula o Ensino Militar do Exército. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-432-19-maio-1938-350770-publica-caoriginal-1-pe.html>; Acesso em: 13 Nov 2010.

¹⁴⁵ O comandante do CIMM encaminhou ofício ao Diretor de Infantaria constando as praças especialistas combatentes que foram desligadas do curso de Praças e não matriculados no Curso de Especialistas Mecânicos, sendo o total de dois 3º sargentos, dez 1º cabos e 2º cabos. De acordo com o documento, de

Exército, entre cursos de oficiais e sargentos, os cursos de sargentos se subdividiam em duas categorias. Havia o curso de “Especialistas Combatentes”, que preparava praças de cavalaria e de infantaria, sargentos e cabos, para o serviço nos engenhos mecânicos de infantaria ou cavalaria. Havia, também, o curso de “Especialistas Mecânicos”, que formava os mecânicos de automóveis das chamadas unidades especiais, aquelas que se utilizavam de automóveis.¹⁴⁶ Ao concluírem o curso, os sargentos não perdiam a arma de origem, sendo chamados de “mecânicos de infantaria” ou “mecânicos de cavalaria”¹⁴⁷.

Não havendo o “casamento” dos sargentos com a Arma de formação, muitos cursos eram realizados para requalificação de sargentos. Aliás, conforme os cursos frequentados – dependendo do número de vagas direcionadas para a qualificação cursada, da capacidade relacional dos sargentos interessados e do alvitre de seus comandantes –, não era incomum os sargentos irem de uma arma para outra.¹⁴⁸

Dentre esses cursos, os quais os sargentos tinham possibilidade de frequentar, nos anos 40, os principais deles eram os Cursos Regionais de Aperfeiçoamento de Sargentos. Eles não eram regularmente planejados nem centralizados. A própria Lei do Ensino, de 1938, é explícita tanto em relação a serem pré-requisitos para prosseguimento na carreira como, também, em relação ao seu caráter descentralizado:

Art. 15. A instrução de aperfeiçoamento, destinada aos sargentos, é dada nos cursos de aperfeiçoamento de sargentos, a fim de conferir-lhes o certificado de comandante de pelotão e habilitá-los à promoção a primeiro sargento, sargento-ajudante e subtenente. Esses cursos de aperfeiçoamento funcionam: - na Escola das Armas (Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos); - no Centro de Instrução de Artilharia de Costa (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Artilharia de Costa); - nos centros regionais de aperfeiçoamento de sargentos.¹⁴⁹

Quando o posto de subtenente foi criado, em 1933, um dos critérios adotados para a

imediate, os cabos teriam direito à promoção ao “posto de 3º Sgt”; porém, “as promoções a sargentos dependem da autorização do Exmo Sr Ministro da Guerra...” Boletim do Exército nº 19, de 11 de maio de 1940, p.1176.

¹⁴⁶ Regulamento para o Centro de Instrução de Motorização e Mecanização: Boletim do Exército nº 4 de 27 de janeiro de 1940, pp. 269-299.

¹⁴⁷ Boletim do Exército nº 02, de 13 de janeiro de 1940, p. 90.

¹⁴⁸ “No ofício n. 2993G, de 13 de outubro de 1939, o Diretor de Engenharia solicita seja transferido da arma de Engenharia para a de Infantaria, sua arma de origem, o Sargento-Ajudante Nestor Pereira Madruga, que serve atualmente no contingente da Escola Preparatória de Cadetes. Autorizado”; Boletim do Exército nº 03, de 20 de janeiro de 1940, p. 179.

¹⁴⁹ Decreto-Lei nº 432, de 19 de Maio de 1938, que Regula o Ensino Militar do Exército. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-432-19-maio-1938-350770-publica-caoriginal-1-pe.html>; Acesso em: 13 Nov 2010.

escolha dos promovidos era terem realizados o curso de aperfeiçoamento:

Para ser promovido a subtenente ou subtenente radiotelegrafista, o sargento-ajudante ou 1º sargento, em serviço nos corpos de tropa, fortalezas e quadro de radiotelegrafistas deve satisfazer aos seguintes requisitos : a) ter aprovação no curso da Escola de Arma, com a nota "Apto" para o comando de pelotão ou secção ou "Distinto"¹⁵⁰

Os cursos de aperfeiçoamento também eram critérios para as promoções dentro das vagas dos Quadros de Instrutores.¹⁵¹ Esse quadro de sargentos havia sido criado em 1917, para suprirem a falta de tenentes instrutores nos chamados "Tiros". Mesmo com o serviço militar obrigatório, muitos jovens recusavam-se ao alistamento e o Exército passou a indicar às classes médias modos legais de safarem-se do serviço militar, que eram ser membro de um "Tiro", participar como voluntário de manobras ou frequentar escolas que ministrassem instrução militar (MCCANN, 2009, p. 234).

Os Tiros foram crescendo e foram faltando tenentes para neles ministrarem instrução. O ministro José Caetano de Faria, então, aprovou a criação de um curso de treinamento de instrutores na Vila Militar, a ser ministrado a sargentos e oficiais já reformados que se interessassem em retornar ao serviço ativo. Criou-se o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, servindo, inicialmente, para a formação dos sargentos instrutores dos Tiros de Guerra, tornando-se mais tarde a Escola de Sargentos de Infantaria (ESI). Ela estabeleceria, também, as bases para a educação física no Exército e no Brasil.¹⁵²

Para os sargentos, aquilo era uma novidade inimaginável anos anteriores, dada a doutrina militar brasileira de monopólio da liderança nas mãos da oficialidade. Possivelmente, pelo já inchaço do quadro de oficiais, a cúpula do Exército, em vez de comissionarem sargentos a tenentes, como era comum em boa parte das crises bélicas em que houve falta contumaz de oficiais, foi a primeira vez em que se cogitou serem delegadas funções de comando a sargentos, sem que houvesse comissionamentos. A triagem dos sargentos voluntários ao Quadro de Instrutores era bastante rigorosa, exigindo distinção quanto ao vigor físico e conduta moral.

¹⁵⁰ Decreto nº 23.347, de 13 de novembro de 1933 (Aprova o regulamento para a formação e manutenção do posto de subtenente, credo pelo decreto n. 22.837, de 17 de Junho de 1933), Art. 7º.

¹⁵¹ Boletim do Exército nº 3, de 20 de janeiro de 1940, p.99.

¹⁵² GRUNENVALDT, José Tarcício. **Os militares e a construção das condições para criação de escolas para formação de profissionais de educação física: um caso de revolução passiva.** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/jose%20tarcisio%20grunennvaldt%20-%20texto.pdf> ; acesso em: 13 dez 11.

Nos anos de 1940, o requisito intelectual para ser incluído no Quadro de Instrutores era ter concluído o curso de comandante de pelotão ou de seção ou o Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos ou, ainda, o curso de Monitor de Educação Física. O curso de comandante de pelotão, aliado aos quesitos de existência de vagas, disciplina, conduta e tempo mínimo na graduação, conferiam direito às promoções, dentro das vagas estimadas para o quadro.¹⁵³

i. O uso político da fluidez da função de sargento

Os cursos de comandantes de pelotão ou seção também ajudavam a melhorar as aposentadorias dos sargentos. Davam a eles o direito de irem para a reserva no posto de 2º tenente, com todas as suas vantagens remuneratórias, desde que tivessem completado no mínimo 25 anos de serviço¹⁵⁴. Com 20 anos de serviço já se era possível ir para a reserva remunerada, contudo sem vantagens.¹⁵⁵

Vale lembrar que a expectativa média de vida no Brasil era de aproximadamente 40 anos.¹⁵⁶ Desse modo, então, boa parte dos sargentos que haviam incorporado ao Exército com 18 anos e haviam saído com 25 anos de serviço, para uma melhoria da aposentadoria, pouco ou nada usufruíam dela. No máximo, deixavam, sim, uma pensão melhor para esposa ou filhos.

Em 1940, a validade dos cursos de comandante de pelotão realizados antes de 1935 havia sido questionada pela regularidade das instruções, naquele período de efervescência política e bélica. A resposta do ministro foi peremptória, decretando que os cursos seriam válidos¹⁵⁷. Contudo, duas semanas depois, o aviso foi tornado sem efeito, declinando que “os cursos de Formação de Sargentos e de comandantes de pelotão ou seção, anteriores a 1935, foram, em virtude dos vários movimentos revolucionários, muito irregulares em vários corpos de tropa” e somente a revalidação posterior poderia habilitar os seus possuidores à promoção a 2º sargento.¹⁵⁸

O jogo de ordens e contraordens desse caso, no nível máximo militar, do ministério

¹⁵³ Boletim do Exército nº 2, de 13 de janeiro de 1940, p.99.

¹⁵⁴ Boletim do Exército nº 3, de 20 de janeiro de 1940, p.185.

¹⁵⁵ Boletim do Exército nº 3, de 20 de janeiro de 1940, p.125.

¹⁵⁶ RAMOS, L.R. et al. **Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira**. Rev. Saúde pública, São Paulo, 21: 211-24, 1987.

¹⁵⁷ Boletim do Exército nº 17, de 27 de abril de 1940, p.1043.

¹⁵⁸ Boletim do Exército nº 15, de 13 de abril de 1940, p.932.

da Guerra, mostra a irreflexão dos atos administrativos e o duvidoso zelo com o qual as decisões a respeito da vida das praças eram tomadas pelos oficiais dos altos escalões. Isso fazia com que a vida dos sargentos, fosse sobretudo incerta. Não havia um plano de carreira para os sargentos. Aliás, nem para os oficiais havia. Sem garantia de estabilidade, os sargentos, assim como as demais praças, iam prestando o serviço militar, por períodos sucessivos, através dos engajamentos e reengajamentos, a cada dois ou três anos.

O documento que regulava a vida militar dos sargentos, assim como a de todas as praças, com suas definições de engajamentos, reengajamentos e licenciamentos, era a Lei do Serviço Militar. A normatização definia determinados critérios para a permanência dos sargentos no Exército, por meio de reengajamentos sucessivos, dentre os quais a sua disciplina, o número de vagas existentes em sua unidade e a sua idade. Esses critérios foram sendo modificados no decorrer dos anos; contudo, certos padrões não foram rompidos, até os anos de 1960.

O Regulamento do Serviço Militar, vigente a partir de 1923, e revogado em 1939, por exemplo, determinava que:

§ 2º Poderão reengajar-se, satisfazendo as condições de conducta...estabelecidas: a) os sargentos, até completarem 35 anos de idade, perfazendo no maximo tres quartos do total dos sargentos da companhia, esquadrão ou bateria; os sargentos que, na data da lei n. 3.216, de 3 de janeiro de 1917, contavam mais de 10 annos de bons serviços, até completarem 20 annos;¹⁵⁹

Na letra da lei de 1923, os critérios de reengajamento dos sargentos eram sobretudo limitativos. O reengajamento poderia ocorrer até os trinta e cinco anos de idade, e o sargento deveria estar inserido nas 75% das vagas existentes para reengajamento em sua unidade. Contudo, o contexto político seria preponderante para trazer mudanças em relação à permanência dos sargentos no Exército. Em 1930, o papel dos sargentos mostrou-se preponderante para a vitória dos revoltosos de Vargas, contra a posse de Júlio Prestes (CARVALHO, 2005, p.63; MCCANN, 2009, p. 391-392). O movimento de 1930 punha às claras as escaras provocadas por uma relação tensa entre oficiais e praças, construída à base da distância social e disciplinar entre os dois grupos. Esse distanciamento é relativizado, logicamente, pelo lado escolhido durante a Revolução. De qualquer maneira, parece ter sido

¹⁵⁹ Decreto nº 15.934, de 22 de Janeiro de 1923. Regulamento para o Serviço Militar. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15934-22-janeiro-1923-499084republica-cao-90294-pe.html> ; Acesso em: 13 Mai 2010.

grande a pressão exercida pelos sargentos, cabos e soldados, sempre esperançosos por mudanças internas, em favor da Revolução.

E essa pressão era sentida, logicamente pelos não aderentes à Revolução, como uma pressão entre grupos, particularmente dos sargentos contra o grupo dos oficiais. O contra revolucionário, então tenente, Antônio Carlos Muricy conta que na unidade em que servia, no 1º Regimento de Artilharia Montada, sediado no Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1930, a notícia da Revolução havia estourado como um rastilho e que

houve nesse momento uma coisa por demais impressionante: toda a angústia, todo o pânico contido explodiu. E os sargentos e a soldadesca começaram: "Hê, hê, hê..." Uma anarquia absoluta. E nós, oficiais, olhamos uns para os outros, nos encostamos na parede, nem falamos, só dissemos assim: 'Vamos!' E pusemos o regimento em forma, à coronhada.¹⁶⁰

O simbolismo do ato narrado pelo velho general, ao se lembrar de que havia, de um lado, oficiais e de outro as praças; a utilização do termo “soldadesca”, termo depreciativo relacionado aos soldados; a referência à “angústia”, ao “pânico” e à “anarquia”; e, depois, a reconstrução da ordem, por parte dos oficiais, pelo uso da força, “à coronhada”, podem ser caracterizados como sintomas do ambiente de socialização militar da época e da dinâmica relacional entre os oficiais e as praças, particularmente os sargentos.

O quadro político confuso havia aberto a válvula de escape dessas tensões que eram internas, mas, também, com fortes conotações políticas. O fluxo de indisciplina de 1930, com a revolução varguista como os outros movimentos anteriores, e posteriores, de rebeldia, aguardava somente uma brecha para jorrar para dentro dos quartéis, pondo às claras disputas internas camufladas pelas relações disciplinares.

A definição de disciplina era muito fluida nesse período de turbacão generalizada. Para os defensores do *status quo*, os sargentos que participaram da Revolução eram indisciplinados e causadores de anarquia. Para os oficiais rebeldes, eles haviam ajudado na empreitada revolucionária e podiam ser, por isso, recompensados. Ainda durante o andamento da Revolução, muitos sargentos foram comissionados a tenentes, pela falta de oficiais do lado revolucionário. Finda a revolução, no mês seguinte à posse de 03 de novembro de 1930, do ex-sargento Getúlio Vargas, o Regulamento do Serviço Militar foi modificado. A temática que sofreu ajustes foi a que tratava da permanência das praças no serviço ativo do Exército,

¹⁶⁰ MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 86. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

particularmente dos sargentos:

2º Poderão reengajar-se, satisfazendo as condições de conduta ... estabelecidas:

- a) os sargentos que estiverem em perfeitas condições físicas comprovadas pela junta de saúde militar, perfazendo no máximo três quartos do total dos sargentos da companhia, esquadrão ou bateria e no caso do número de candidatos exceder a esse limite, deverá ser feita escolha rigorosamente pela conduta, e em igualdade de condições, pela competência militar e serviços;
- b) depois do primeiro reengajamento, e mantidas as mesmas condições estabelecidas acima até o limite máximo de dois terços do total dos sargentos da companhia, esquadrão ou bateria, mantidos os mesmos critérios para a seleção;
- c) depois do segundo reengajamento, e mantidas as mesmas condições estabelecidas acima, por mais quatro anos, até o limite máximo da metade do total dos sargentos da companhia, esquadrão ou bateria, mantidos os mesmos critérios para a seleção;
- d) depois de dez anos de serviço, todos os sargentos que satisfaçam as condições acima, independente de reengajamento, até completarem 25 anos de serviços;
- e) os sargentos que até a presente data contem dez anos de bons serviços até completarem 25 anos, satisfazendo as condições de aptidão física e de conduta civil e militar.¹⁶¹

Os critérios de reengajamento passaram a ser mais abrangentes, mas sempre hierarquizando as escolhas. O primeiro reengajamento seria de no máximo 3/4 do efetivo de sargentos da subunidade. O segundo reengajamento seria de 2/3 do efetivo. O terceiro já seria de no máximo metade do efetivo, para um tempo de quatro anos, atingindo assim um tempo de serviço de 10 anos. Aqueles que atingissem 10 anos de serviço passaram a fazer jus a servirem independentes de reengajamento, até os 25 anos de serviço. Deixou de existir a idade limite de 35 anos, e, além disso, o tempo de permanência máxima no Exército foi estendido para 25 anos de serviço, ao invés de 20, do regulamento anterior.

O critério disciplinar, nominado de “conduta”, foi mantido preponderante para o desempate, em casos de excedentes de candidatos às promoções. Também, no sentido de desempate entre concorrentes pela vaga, introduziu-se um critério que inexistia no regulamento original, de 1923, que compreendia o de “competência militar e serviços” prestados. Apesar de serem critérios facilmente manipuláveis no nível subjetivo dos oficiais comandantes, pelo menos na semântica da letra normativa, tentou-se objetivar as escolhas dos sargentos, que deveriam permanecer no serviço ativo, pela sua competência militar.

Não impondo limites de idade de permanência, o decreto de 1930 expandiu as possibilidades dos sargentos construírem uma carreira no Exército. Carreira ainda insegura,

¹⁶¹ Decreto nº 19.507, de 18 de dezembro de 1930. Modifica o § 2º do art. 42 do Regulamento para o Serviço Militar. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=23495>; Acesso em: 13 Mai 2010.

pois os critérios de permanência dos sargentos tendiam ao predomínio subjetivo dos oficiais que os comandavam. Contudo, houve, na prática, a eliminação do monopólio dos oficiais quanto a se ter uma carreira. Os sargentos também poderiam construí-la, caso alcançassem os 10 anos de serviço.

Houve, também, a quebra do monopólio dos oficiais em relação ao universo político. A abertura do mundo político também aos sargentos, no início da Era Vargas, fez com que muitos oficiais intermediários e superiores questionassem a validade do novo regime. Fez com que questionassem, também, a validade desse novo sistema de abertura a uma carreira a praças alistadas, dentro do Exército. O contato dos sargentos com a política e a sua abertura a uma possibilidade de carreira no Exército foram confundidas, muitas vezes com quebra de hierarquia e com a emergência do comunismo, como fica claro em algumas fontes. Ciosos de seu monopólio em ambos os campos, os oficiais não aceitavam partilhá-los com seus inferiores alistados.

Após terem sido escolhidos interventores de vários estados simples tenentes o capitão Heitor Fontoura Rangel havia declarado que “o Exército não soube, até hoje, governar-se por si mesmo; como pode, pois, aspirar a governar estados ou a República?” (MCCANN, 2009, p. 391). Oficiais que pensavam da mesma maneira não estavam dispostos a apoiar o que viam como uma emergente república de soldados e operários, dos sargentos e tenentes comissionados, analfabetos, comandada por oficiais subalternos, receando que a revolução viesse a produzir um regime nos moldes soviéticos (MCCANN, op. Cit. p. 392).

O contato dos sargentos com os sindicatos operários, influenciados pelos movimentos anarquistas e comunistas, desde a Revolta de 1915, já havia construído, no imaginário da oficialidade, essa relação entre luta por melhoria das condições das praças e tentativa de subversão da ordem hierárquica e social dos quartéis. No início da Era Vargas, houve um reforço dessa construção imagética, com a generalizada indisciplina que caracterizou o Exército de 1931 e prosseguiu em 1932, até 1935, onde os sargentos tiveram intensa participação (CARVALHO, 2005, p. 87).

Em janeiro de 1931, praças e sargentos do 5º Regimento de Infantaria, de Lorena-SP, exigiram a substituição do seu comandante. No mesmo ano, sargentos do 3º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro, tentaram apelar diretamente a Vargas para obter a remoção de seu comandante. De 29 a 31 de outubro de 1931, uma revolta no 21º Batalhão de Infantaria Ligeira, em Recife, ganhou adesão dos estivadores e condutores de bondes, sendo necessária

a atuação de unidades da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará para debelar o levante (MCCANN, 2009, pp. 398).

Principalmente a rebelião de Recife havia ressaltado a questão dos alistados (sargentos), que foram promovidos a tenentes, na Revolução de 30. Alegava-se que muitos tinham um nível educacional tão baixo e tão pouca aptidão militar que não podiam ser promovidos. Embora com o status de oficiais, eram considerados uma influência prejudicial em suas unidades. Dizia-se que a súbita ascensão de alistados a oficiais subira-lhes à cabeça. Não sendo essa interpretação corroborada pelas informações de carreira, na lista do Exército, de 1931, parece que os oficiais que desejavam bloquear o acesso dos sargentos ao seu posto podem ter usado a revolta para disseminar uma propaganda negativa daqueles ex-sargentos (MCCANN, 2009, pp. 398-400).

Mas a Revolução de 1932 mostraria ainda mais claramente a crise disciplinar na qual o Exército havia entrado, desde o refluxo de 1930. A alta oficialidade havia constatado que o regime interno de carreira e de socialização tinha que passar por severas modificações.

Para Góes Monteiro, era preponderante estabelecer-se a mais rigorosa disciplina que se conseguisse, além de ser necessário elaborar uma nova lei de promoções, para eliminar o arbítrio de promoções de caráter político. Os sargentos deveriam receber maiores vencimentos e os tenentes maiores benefícios. Era necessário, além disso, expurgar os incapazes, sobretudo dos cargos superiores. Os corpos de oficiais e sargentos deveriam ser selecionados, devendo ser também, de inteira confiança, para não serem contaminados em relação às ideologias consideradas deturpadoras da ordem e da disciplina. A guerra civil forneceu a Góes Monteiro a legitimação que precisava para expurgar do corpo de oficiais, e também dos sargentos, os ineptos, os preguiçosos e os agitadores (MCCANN, 2009, pp. 424).

Meses depois, já no ano de 1933, o intitulado “Movimento de Sargentos” produz circular secreta, que convocava levante geral da classe dos sargentos, pedindo a extinção dos graduados, transformando todos os sargentos em suboficiais, servindo sem reengajamento até completarem o tempo de serviço e o aumento de vencimentos. A circular foi descoberta e o movimento foi desmantelado pela expulsão dos seus cabeças (CARVALHO, 2005, pp. 68-69).

O Alto Comando do Exército, sem possuir a dimensão exata dos acontecimentos, no plano dos sargentos, e, já com melhorias em pauta, desde a Revolução de 1930, tratou de buscar aliviar as tensões do grupo. A principal atitude acabou sendo a de tentar aproximar o grupo dos sargentos do grupo dos oficiais, criando o “posto” de subtenente, em 1933. O

decreto, que regulava a sua criação, condicionava o acesso àquele novo posto no Exército nos seguintes termos:

Art. 1º O posto de subtenente instituído pelo decreto n. 22.837, de 17 de junho de 1933, fica situado na escala hierárquica militar entre o de segundo tenente e o de sargento-ajudante.

...Art. 3º Os subtenentes são assemelhados aos aspirantes a oficial, na forma estabelecida pelo decreto n. 22.837, de 17 de junho do corrente ano e por este regulamento; a eles porém, subordinados.

...Art. 29º – Os subtenentes formarão círculo à parte, mas poderão participar de algumas sessões de instrução dos oficiais, por determinação do comandante do corpo ou autoridade superior.

...Art. 30º – Os subtenentes frequentarão o casino dos sargentos, mas em compartimentos ou locais separados.

...Art. 31º – Toda vez que houver reunião de oficiais do corpo, o respectivo comandante dará suas ordens relativamente no comparecimento ou não dos subtenentes.

...Art. 37º – Os subtenentes usarão uniforme de oficial, substituindo-se no boné o cocar elítico pelo distintivo da arma – prateada – e tendo na ombreira um galão dourado com um centímetro de largura, no 3º uniforme e no branco, (sutache da cor do vivo da arma no 5º) colocado abaixo do distintivo da arma.¹⁶²

Como afirmou o general Muricy, “o subtenente é um meio-termo entre o oficial e o sargento.”¹⁶³ Os subtenentes, portanto, transitariam entre uma esfera e outra, sendo um misto de oficial e de praça, mas não abandonavam a condição de praça. Usariam o mesmo uniforme dos oficiais, eram assemelhados aos aspirantes a oficial, recebiam os mesmos proventos que os aspirantes, mas permaneciam lhes devendo subordinação, como qualquer outra praça. Podiam tomar algumas instruções com os oficiais, podiam frequentar as reuniões de oficiais quando chamados pelo comandante; mas, no dia a dia dos quartéis, frequentariam o ambiente de sociabilidade dos sargentos, apesar de separados, formando entre si um círculo à parte.

O decreto não é claro, no sentido de que o subtenente devesse exercer uma certa liderança em relação aos outros sargentos. Ele é claro quando afirma que os subtenentes formariam um círculo à parte. Se exerciam liderança em relação aos sargentos, seria por uma mera questão de convívio, de obediência e respeito ao lugar hierárquico do subtenente. Seria uma ascendência tácita, da mesma forma como havia o respeito das praças à antiga função de sargento “brigada”.

Acerca do sargento brigada, o velho general Antônio Carlos Muricy conta que

¹⁶² Decreto nº 23.347, de 13 de novembro de 1933

¹⁶³ MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. Dat., p. 60. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

É uma coisa muito simples. O brigada era o velho sargento, com 15, 20 anos de vida de quartel, que recebia o posto de brigada. Porque não havia o subtenente. Ele era acima dos sargentos e abaixo dos oficiais. Ele era um homem que tinha uma espada especial. Não era a espada de copo, era a espada como é a do Caxias, meio-copo. Essa era a espada do brigada. O brigada era o homem que rendia as paradas diárias: chega a velha guarda, ele faz uma continência ao terreno, apresentar armas... "Continência ao terreno, apresentar armas." Cumprimenta-se o solo da pátria. Isso é coisa que a gente aprende desde tenente: continência ao terreno. Quando a gente sai em formatura e não sai com bandeira, na saída e na chegada faz continência ao terreno. Se está de bandeira faz continência à bandeira (...) Havia os tenentes comissionados... Isso aí é uma evolução em que tomei parte também, porque havia necessidade, havia falta de tenente e criaram o subtenente e aumentaram a carreira do sargento. O sargento era limitado, o brigada não ia adiante. E havia rapazes de grande valor, que podiam ser mais aproveitados, mas o brigada ficava naquela posição. (...) O brigada era responsável, tinha uma ascendência sobre os sargentos... Ele era o dono da casa, da ordem onde se fazia o boletim, ele era o dono do boletim. Era ele que fiscalizava o datilógrafo. Depois vou contar sobre o brigada Pereira, que era formidável. O brigada Pereira era muito pernóstico. Ele ditava o boletim para o datilógrafo: "Arraçamento: sejam arraçoados para amanhã, nos seus lados tais e tais..." Daqui a pouco saía uma palavra meio complicada, ele virava e dizia assim: "Sabe escrever essa palavra, maquinista?" [Risos] (...) Se é uma máquina de escrever! Então é maquinista. Então o datilógrafo: "Sim senhor!" Se ele errasse, era preso, porque disse que sabia e não soube... O brigada Pereira prendia. Assim era o brigada Pereira. O brigada tinha uma ascendência imensa sobre os sargentos. E eram homens com vinte, trinta anos de vida no quartel fazendo escrituração. São os homens que escreviam isto que está aqui, olha. Isto que está aqui é letra do brigada Pereira. Olha a perfeição.¹⁶⁴

Ele era um sargento alçado a um posto de “quase-oficial”. Um “quase-oficial que se sentia como um pleno. Era um sargento com amplos poderes de prender um soldado, por causa de um erro de grafia. Era o ápice para a vida militar de um sargento. Seu contato funcional com os oficiais do Estado-Maior da unidade, bem possivelmente o fazia se sentir um deles. Numa mesma unidade, e talvez numa mesma seção, durante muito tempo de sua vida, chegando cedo, saindo tarde, possivelmente tenha feito com que o sargento se sentisse um pouco dono da seção e um pouco dono da unidade. É uma ascendência por respeito à experiência. É uma ascendência que, me parece, conquistada pela devoção e truculência extremas, aliadas a um espírito autocrático que é bem comum de ser cultivado no Exército. Por isso, nos dizeres do velho general, o “brigada Pereira prendia” (MURICY, 1981, pp. 60-61), o que era bem possível, apesar de não haver previsões regulamentares de sargentos mandarem soldados presos.

De fato, o sargento podia interceder ao comando que assim o fizesse, e o grau de

¹⁶⁴ MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. Dat., pp. 60-61. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

confiança do comandante em relação ao sargento é que iria definir o acatamento do pedido ou não. Talvez pelo senso profissional apurado, profundamente socializado e institucionalizado, quase no sentido prisional, detentor do poder da palavra escrita da unidade, quase um oficial, pelo menos sentindo-se como tal, o brigada Pereira devia ser respeitado pelos oficiais a ponto de acatarem os seus pedidos de prisão. E prendia.

A figura do “Brigada”, com seu comportamento exemplar, porém autoritário e truculento, parece ter mexido profundamente com aquele jovem oficial. Pois, o já general Muricy o tem fresco em sua memória, ao se lembrar, principalmente a respeito de seu vigor e de sua devoção ao trabalho. Além da energia e da austeridade no trato com os seus subordinados. Muricy conta que

Os outros sargentos tinham mais medo dele do que de um de nós, tenentes. Esse homem, um dia, tem um derrame. Acordou, sentiu-se mal. Morava no morro do Capão, lá na Vila. Começou, chamou a mulher, não sei o quê, e viu que era hora de ir para o quartel. Ele entrava, todos os dias, às seis horas da manhã. Esse homem fardou-se, vestiu-se, meio paralisado, meio trôpego, saiu para o quartel. A mulher e os filhos diziam: "Mas, Pereira..." Ele foi, foi, foi, quando chegou, meio se arrastando, quando chegou em frente do sentinela do portão das armas – que é o portão principal –, perfilou-se, passou, fez a continência regulamentar, subiu as escadas de gatinhas, foi até a mesa dele, sentou e caiu. Não conheço outro caso igual. Esse homem ficou uns dois ou três meses hemiplégico, paralisado, depois morreu. Não conheço outro caso semelhante. E eu faço questão de deixar consignado isso em memória desse homem.¹⁶⁵

O fato de o sargento ter sofrido um derrame e mesmo assim ter ido para o quartel, ainda que fosse somente para cair paralisado em sua mesa, tem um papel simbólico e socializante fundamental. É a mais perfeita demonstração individual de precedência da instituição militar em relação a todos os outros campos da vida do indivíduo, inclusive até em relação à manutenção da sua vida orgânica. Essa submissão total à instituição, aliada à crença obediente aos seus bens simbólicos, tem uma valoração fortemente positiva no Exército. O ideal da devoção espartana ao trabalho não é reproduzido exclusivamente no discurso do general Muricy, sendo praticamente generalizado, entre a cúpula militar, a sua utilização como forma de critério a ser considerado nas promoções das praças. Publicações que visam reforçar a certeza de que a dedicação extrema ao serviço seria reconhecida e recompensada são recorrentes na literatura oficial.

Décadas depois da morte do brigada Pereira,

¹⁶⁵ MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. Dat., p. 90. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

O ministro de Estado da Guerra resolve – tendo em vista os reais e bons serviços prestados pelo 2º sargento esteno-datilógrafo Mario de Araújo Lacerda, da Arma de Cavalaria, e em face do precário estado de saúde e que se acha, agravado, por certo, pela extrema dedicação demonstrada no serviço, - promovê-lo, nesta data, à graduação de 1º Sgt.¹⁶⁶

Contudo, nem todos os sargentos tinham paciência para esperar uma recompensa que, na maioria das vezes, não vinha, e começaram a se organizar em pequenos levantes em quartéis esparsos pelo país. Ainda estava fresca na memória da população a subida ao poder, em Cuba, do sargento Fulgêncio Batista.¹⁶⁷

Em toda a América Latina, o levante de Batista causou grande comoção. No Brasil fez reforçar no imaginário das praças um sentido de capacidade de liderança e poder que, desde a malfadada revolta de 1915, vinha se manifestando. Como em 1915, o alcance dessa euforia pela tomada do poder por um sargento fez gerar o superdimensionamento dessas capacidades no próprio ano de 1933 com um movimento em São Paulo, que não chegou a explodir, mas se articulava em uma complexa rede. José Murilo de Carvalho chama à atenção para o fato de que

um dos conspiradores, sargento Antônio Luís Bastos, do 4º BC, dizia-se o futuro Fulgêncio Batista Brasileiro, evidência da ambição do movimento e do grau de informação política de seus dirigentes” (CARVALHO, 2005, p. 68).

Para os oficiais, fora a indicação do provável caminho que seria tomado pelos sargentos, caso não fossem tomadas determinadas providências, tanto no sentido de serem tolhidas as capacidades articulatórias dos sargentos como do de serem diminuídas as suas motivações contestatórias.

Uma das maneiras de obstar-lhes a união foi diminuir-lhes o tempo garantido de permanência na instituição. Contudo, não eliminou por completo a possibilidade de uma pequena parcela permanecer no Exército, seguir carreira, galgar promoções. Essa chance de ascensão individualizada, sempre pequena, mas, também, sempre existente, baseada principalmente nos critérios disciplinares dos concorrentes, pode ser utilizada como uma

¹⁶⁶ Portaria 111-91, 22 set 51, Boletim Reservado do Exército nº 11, de 26 de novembro de 1951.

¹⁶⁷ No dia 4 de setembro de 1933, o sargento estenógrafo do Exército Cubano, Fulgêncio Batista, preferiu não esperar pela compaixão de seus superiores para ser promovido. Na Revolta dos Sargentos, em Cuba, autointitula-se coronel e comandante em chefe das Forças Armadas e ditador presidente do país. Ver: CHESTER, Edmund A. **A sergeant named Batista**. New York: Henry Holt and Company, 1954. Disponível em: <http://www.latinamericanstudies.org/sergeant-batista.htm>; Acesso em: 13 Out 2010

notável fonte aglutinadora desses concorrentes, em torno da causa institucional.

Ainda que a adesão íntima e efetiva fosse questionável, pelo menos a disciplina estaria garantida enquanto houvesse presente na equação, entre indivíduo e instituição, a probabilidade de vantagem em nela se permanecer. A submissão às determinações socializantes seriam mais facilmente conseguidas com a expectativa de ascensão social dos indivíduos. O conhecimento amplo de que as chances de ascensão eram pequenas, mas sempre existentes, poderia potencializar nos indivíduos um espírito de competição.

No ano seguinte, em 1934, foi promulgada a Constituição Federal, que trouxe novidades em relação à carreira dos sargentos. Enquanto o decreto nº 19.507, de 1930, anteriormente citado, tinha alargado suas possibilidades de carreira, a Constituição Federal, de 1934, havia novamente diminuído suas expectativas de permanecerem no Exército, até a aposentadoria. Com a nova imposição constitucional, o Exército começou a mandar embora os sargentos e os cabos mais antigos, com mais de oito anos de serviço (MCCANN, op. Cit. p. 486).

A possibilidade de os sargentos serem comissionados a tenentes também viu-se em vias de ser eliminada, naquele mesmo ano de 1934. O Decreto nº 24.221, de 10 de maio de 1934, havia reconhecido que as praças comissionadas a tenentes prestaram reais serviços, na manutenção da ordem, dentro do país, e que esses valiosos serviços de maior responsabilidade exigiam remuneração condigna. Eram-lhe aplicáveis as disposições sobre reforma, meio soldo e montepio que atingem os tenentes do Exército ativo e cabia-lhes as vantagens de 2% do soldo por ano que exceder a 15 anos de praça. Dizia também que aqueles que já haviam sido comissionados estavam confirmados para a reserva de primeira linha e convocados para o serviço do Exército ativo, desde que

se habilitem para o primeiro posto nas Escolas Militares. Para a matrícula nas Escolas, eles devem satisfazer todas as exigências dos regulamentos, com exceção da idade, que irá até 35 anos para os cursos de combatentes e 40 para os de Serviços.
168

Contudo, considerando “os inconvenientes que acarretam ao Exército e à Nação os comissionamentos, onde, além de tudo, a seleção nem sempre é a mais justa, dadas as circunstâncias anormais em que se processam” a partir da data do decreto, ficavam proibidos novos comissionamentos. Em caso de necessidade e em campanha, os sargentos e subtenentes

¹⁶⁸ Decreto nº 24.221, de 10 de maio de 1934. Diário Oficial da União, de 14 de maio de 1934, pp. 9162-9163.

exerceriam funções de oficiais, recebendo os vencimentos de 2º tenente, mas permaneceriam em suas graduações, usando apenas um “distintivo especial” para diferenciá-los dos demais.¹⁶⁹

Em novembro de 1935, houve pequenas revoltas explodindo em Natal, Recife e na capital, Rio de Janeiro. Para McCann, os incidentes da chamada Intentona Comunista foram causados mais pelos problemas internos do Exército do que pelo movimento comunista em si. Um dos comunistas do acontecimento havia sido o então sargento Gregório Bezerra, cuja heroica e grotesca participação dava sinais do despreparo e da desarticulação dos revoltosos, ao mesmo tempo do desespero em que se imolavam pela causa.¹⁷⁰

Certamente essa não é a totalidade da explicação para a Intentona de 1935, mas se o discurso radical comunista havia conseguido fácil guarida em parcela da classe das praças, parece que isso se deu porque havia demandas mal resolvidas nesse grupo social. Para uma análise mais completa de 1935, devem ser levados em consideração os problemas internos, relacionados à socialização profissional das praças, incluindo aí os sargentos.

Existiam incontáveis demandas, que não tinham previsão de se concretizarem para os soldados, cabos e sargentos, mas que os oficiais já tinham satisfeitas. Talvez a principal delas fosse a inexistência da previsão de estabilidade no serviço ativo para aqueles primeiros.

Muitos dos sargentos conseguiam alcançar a aposentadoria, mas essa não era uma regra e nem uma certeza da carreira. Chegar a servir independentemente de reengajamento já era uma conquista,¹⁷¹ que dependia sobretudo de como o sargento era avaliado e conceituado pelos seus chefes. Segundo o marechal Lott,

nessa ocasião havia uma situação, a meu ver, injusta. Os sargentos serviam ao Exército e depois, quando chegavam a uma determinada idade, davam baixa sem serem reformados nem nada (...)...porque em geral eles não serviam tempo suficiente.¹⁷² Era preciso prestar 25 anos de serviço, e eles não chegavam lá (...). Não recordo agora exatamente qual a duração do período de serviço. Alguns talvez conseguissem servir o tempo suficiente para a reforma, mas outros não.¹⁷³

¹⁶⁹ *Idem.*

¹⁷⁰ Gregório servia em Recife, e, ao estourar o movimento, não encontrou ninguém no QG da 7ª RM. Correu para o CPOR, foi baleado enquanto trocava tiros contra vários oficiais. Sangrando, foi para a rua tentar persuadir os passantes, armando dois funcionários de uma banca de jornal, próxima ao quartel. Insistiu um pouco mais na luta até que, novamente ferido, foi preso (MCCANN, op. Cit., pp. 480-482).

¹⁷¹ Boletim do Exército nº 18, de 04 de maio de 1940, p.1092; Boletim do Exército nº 19, de 11 de maio de 1940, p.1180.

¹⁷² O tempo máximo de permanência de um sargento no serviço ativo, mencionado por Lott, era de 20 anos de serviço, conforme Lei do Serviço Militar de 1923, Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923. Fora modificado, nos anos de 1930, para 25 anos de serviço.

¹⁷³ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro,

Uma coisa era perceber as injustiças com as quais os sargentos e as outras praças tinham que aprender a sobreviver. Outra era permitir que aqueles injustiçados se manifestassem e se organizassem. Aliás, a manifestação de descontentamento e a organização eram entendidas como afrontadoras da disciplina e reprimidas por causa de seus prováveis e funestos resultados ao status quo militar, pois eram associados ao comunismo. O próprio marechal Lott, pertencente a uma ala menos conservadora da oficialidade, considerado na década de 1950 um “líder” do “exército democrático”, composto pelo “soldado trabalhador”¹⁷⁴, contando um fato acontecido meses antes da Intentona de 1935, sugere a conexão entre a influência do comunismo no seio das praças e a quebra da disciplina e da hierarquia, por meio de um simples sinal de respeito não ofertado, a ele, por um sargento. Ele conta:

Eu estava indo para a Escola de Infantaria, que ficava na Vila Militar, quando um sargento que passava por mim na plataforma deixou de me fazer continência. Observei-o. Ele concordou, disse que estava errado e me pediu desculpas. Não o preendi. Nessa ocasião havia uma grande agitação no quadro de sargentos. O micróbio do comunismo já estava se espalhando no meio militar, sendo naturalmente as classes inferiores e os oficiais de menor patente, os mais influenciáveis, porque o chefe comunista, Luís Carlos Prestes, era um tenente.¹⁷⁵

Dois outros relatos de altos oficiais, acerca de movimentos rebeldes dos anos 30, mostram um sentimento bem menos brando e humanitário, em relação às praças e demais militares contaminados pelo “micróbio” do comunismo. Os relatos expõem a ira pela qual foram tomados os oficiais, ao perceberem que subordinados seus, de acordo com sua ótica os haviam traído ao participarem dos movimentos rebeldes.

Quando houve a revolta do 18º Batalhão de Caçadores, de Campo Grande, os três sargentos que vieram transferidos de Recife – já por conta de uma tentativa de quartelada no 21º Batalhão de Caçadores – e a lideraram foram mortos por supostamente terem resistido à prisão. O general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, “afirmou que eles tinham prestado à sociedade 'o melhor serviço que ainda podiam dar e era o

CPDOC, 2002, pp. 42-43. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista117.pdf>; Acesso em: 28 Nov 2011.

¹⁷⁴ D’Araújo, *apud* SANTOS, Stefan Freitas dos. **Batalha pela democracia (1961-1964): outras visões, os sargentos e o governo João Goulart**. Dissertação de mestrado em história, política e bens culturais. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010, p. 13;31;41.

¹⁷⁵ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002, p. 42. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista117.pdf>; Acesso em: 28 Nov 2011.

de resistirem para serem tratados em consequência” (CARVALHO, 2005, pp. 67-68).

Alguns anos depois, segundo Eurico Gaspar Dutra, o colérico ministro general João Gomes Ribeiro Filho, ao presenciar o levante comunista de 1935, no quartel do capitão Agildo Barata, dissera peremptoriamente para “bombardear tudo (...) não quero que ninguém dessa ralé saia vivo daí” (MCCANN, op. Cit. p. 486).

O levante de 1935 foi entendido, por parte da cúpula do Exército, como consequência direta da Constituição de 1934. Mas não no mesmo sentido que talvez pudesse ser compreendido pelos sargentos. A parcela dos sargentos, que tomou parte da rebelião, poderia dar razão à sua rebeldia invocando a nova Constituição Federal, pelo fato de ela ter diminuído suas chances de permanecerem no serviço ativo, com uma carreira e uma estabilidade.

Entendendo a ligação por outro ângulo, mais político, Góes Monteiro pôs a culpa na liberalidade da Constituição de 1934 (da qual ele fora um dos autores), a qual, ao dar aos sargentos o direito de voto, abriu as portas da caserna ao contato político e com ideias estrangeiras. Para Góes Monteiro, o Brasil estava doente e sua doença infectara o Exército, e ambos só poderiam ser salvos com tratamentos heroicos e perigosos, e que o Exército tinha que ser intelectualmente unido para enfrentar as divisões ideológicas do país (MCCANN, 2009, p. 493). Os soldados permaneceriam proibidos de votar, juntamente com os analfabetos e mendigos.¹⁷⁶

Para Edmundo Campos Coelho, pelo lado da alta oficialidade, havia a percepção de que “a Constituição em vigor, ao estender o direito de voto às praças e sargentos, tornara-os disponíveis para a arregimentação político-ideológica”, principalmente por parte dos políticos ligados aos movimentos sindicalistas. Em consequência da oportunidade do movimento de 1935, a cúpula do Exército, conduzida pelo ministro Góes Monteiro, daria início a um processo de reforço da “coesão” da Instituição, que atacou em várias frentes, sempre tendo como pivô político o comunismo. A partir de 1935, ainda segundo Campos Coelho,

o anticomunismo revestiu-se de um significado político particular com referência à organização militar. Realmente, a semântica do anticomunismo na área militar adquiriu cada vez mais características de ‘dramatização’, ou seja, de uma estratégia de comunicação particularmente eficaz para unir os componentes da organização em torno de uma mesma definição da situação (COELHO, 1976, pp. 110-111).

¹⁷⁶ Constituição Federal de 16 de julho de 1934, Artigo nº 108. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm; Acesso em: 30 Nov 2010.

Muitos haviam sido os golpes nos pilares do Exército, desde 1915, com o movimento dos sargentos, passando pelos chamados movimentos tenentistas de 1922, 1924 [lembrando que para alguns autores, dos quais Edgard Carone, “a ideologia tenentista é, em grande parte, continuação da dos sargentos” (MCCANN, 2009, p.233)], até culminarem nos movimentos de 1930 a 1933. O levante de 1935 diferenciava-se das demais rebeliões por nela estar contida, explicitamente, uma ideologia. Supostamente lutava-se por uma causa ideológica, cultivada por alguns militares de baixa patente (tenentes e sargentos) nos subterrâneos do cotidiano dos quartéis. O credo revolucionário coadunava-se com os anseios desses militares, ciosos por mudanças nas suas condições de vida e de profissionalização.

Para o general Lott,

os comunistas para conseguirem adeptos acenam com a possibilidade das classes inferiores virem a governar. Então os trabalhadores, os homens do campo, os soldados, os sargentos, são os que eles dizem que vão governar. Naturalmente, há sempre em todas as classes, em todos os meios um certo número de pessoas que pretende subir rapidamente, tornando-se estes presa fácil dessa propaganda malsã.¹⁷⁷

Os sargentos, e praças de uma maneira geral, passaram a ser percebidos pela alta oficialidade como potenciais insatisfeitos sociais. A ambição dos indivíduos do grupo dos sargentos, desse modo faria com que se tornassem “presa fácil” da propaganda ou do “potencial ameaçador e traiçoeiro da doutrina marxista-leninista quando invade os quartéis” (PEDROSA, 1998, p. 169). Nos momentos de crises políticas e rebeliões militares, onde houve envolvimento direto de sargentos, quando estes não foram analisados como simples vítimas, manipulados pela ação direta da propaganda comunista, foram analisados pela alta oficialidade como fiéis subordinados, conduzidos pelas mãos dos oficiais subalternos, tenentes ou capitães, contaminados pelo “micróbio” do comunismo (PEDROSA, 1998, pp. 157;161;164).

Essa ótica reproduz a crença idealista, pregada pelo discurso oficial, da hierarquia como valor ordenatório perene, inquebrantável e imutável. Nessa direção, mesmo em situações extralegais, de notória quebra do sentido militar que se dá à hierarquia – até mesmo quando estão em campos opostos – os sargentos, como um grupo social inferior, idealmente, se manteriam submissos às ordens de indivíduos pertencentes a grupos sociais considerados

¹⁷⁷ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002, p. 42. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista117.pdf>; Acesso em: 28 Nov 2011.

superiores, sejam eles os próprios oficiais militares sejam os políticos¹⁷⁸. Reproduzem a crença de seu automatismo em relação ao cumprimento de ordens, sendo idealmente incapazes de escolherem, por si próprios, suas posições políticas ou tomarem decisões sem qualquer tipo de tutela.

Frank McCann descreve um suposto fato, no movimento militar de 1930, envolvendo a prisão de um coronel por um sargento. O sargento teria se submetido à posição do coronel, ao mesmo tempo que lhe havia dado ordem de prisão. Sem alternativa, o coronel ofereceu-lhe sua pistola, dizendo-lhe que na condição de preso não poderia permanecer armado. Ao responder que o coronel poderia ficar com a pistola, o sargento foi aplaudido pelos demais oficiais presentes. Em seguida,

o sargento pediu permissão ao coronel detido para ordenar a troca da guarda. O coronel replicou que não estava mais no comando, que não era ninguém. Ao ouvir isso, o sargento perfilou-se e retrucou: 'Para mim, o senhor é um coronel do Exército (...). Apenas momentaneamente estamos em campos opostos'. O coronel então lhe disse para ordenar a troca da guarda (MCCANN, 2009, p. 9).

Se essa história reproduzida por Mc Cann não fora verídica, ela pelo menos é verossímil, pois questões de honra e valor moral estariam ligadas à obediência e à submissão moral de inferiores, para com seus superiores hierárquicos.

Próximo ao ano de 1935, o Exército vigiava a atividade comunista em suas fileiras, particularmente entre os sargentos, que continuavam insatisfeitos com sua situação profissional (MCCANN, 2009, p. 475). Contudo, os ataques aos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro parecem não ter tido conhecimento antecipado pelo alto comando. A surpresa dos fatos e a relativa virulência com que se deram os ataques fizeram com que surgisse, e se endurecesse, na memória coletiva do Exército, a associação entre contestação social, comunismo e traição.

O movimento calcado na ideologia comunista, principalmente a Intentona de 1935, era nefasto do ponto de vista do controle disciplinar, pois mostrava um caráter classista, essencialmente divisionário, assim como é divisionária também a categorização hierárquica, paradoxalmente, um dos pilares da manutenção da coesão da Força Armada. O caráter gregário da socialização militar, contudo, fragmentar-se-ia a partir do momento em que se conscientizassem os sargentos, cabos e soldados de sua condição de explorados, dentro de uma realidade de latente disputa, entre eles e os oficiais. A autocracia do mando militar da alta

¹⁷⁸ Ou, ainda, mais recentemente, os advogados.

oficialidade havia sido vilipendiada, abrindo margem à sua contestação também pelos sargentos, cabos e soldados, ciosos de que a balança de forças pendesse a seu favor.

A participação ativa dos sargentos nas rebeliões, inclusive liderando-as diretamente, em alguns pontos, particularmente em Natal e na Escola de Aviação, no Rio de Janeiro, fez com que se criasse, no âmbito da oficialidade, a imagem de potencial generalização quanto ao envolvimento de sargentos com movimentos contestatórios.

Algo precisaria ser feito para coibir novos movimentos daquela espécie. Alterar o *status quo*, atendendo pelo menos parte dos anseios dos sargentos, fazendo com que o fiel da balança de poderes internos pendesse um pouco mais para o lado dos sargentos, em detrimento da aparente autocracia dos oficiais parece nem ter sido cogitado por Góes Monteiro.

Os sargentos já vinham tendo sua liderança aos poucos desenvolvida, desde a criação da Escola de Sargentos de Infantaria, no segundo lustro da década de 1910. A finalidade original daquela escola era a de preparar sargentos para serem instrutores de Tiros de Guerra, uma função anteriormente concebida aos oficiais. Porém, com os movimentos de rebeldia, do primeiro lustro da década de 1930, que culminaram com a Intentona de 1935, a delegação de liderança aos graduados como dito, tolerada pela falta de oficiais na tropa, passou a ser encarada como arriscada.

O mês de novembro de 1935 havia demonstrado que delegar aos sargentos a liderança de soldados poderia ser nocivo à própria coesão do Exército, não havendo uma maneira efetiva e segura de controle por parte dos oficiais. Os sargentos poderiam, como aconteceu em 1935, a qualquer momento, sob influências políticas externas, utilizar sua liderança com a finalidade de usurparem o poder dos oficiais.

No plano político, 1935 deu margem a profundas transformações, que possibilitaram a implantação da ditadura estadonovista. Dois anos depois, o “plano Cohen”, atingira sua finalidade de comoção pública por causa do pânico, anteriormente produzido pela elite política e militar, a respeito de uma futura e provável ação comunista, que prometia ser mais forte que a de 1935. Amplos poderes nas mãos de Vargas, sustentado pelos generais Dutra e Góes Monteiro, o Estado Novo havia dado a munição necessária para ampliações de seus poderes no espectro político, ao mesmo tempo que trouxe ações transformadoras em relação à socialização militar.

O leque legiferante da cúpula militar abriu-se, buscando empreender a reorganização

do Exército, por meio de uma corrente que se pretendia única e coesa de pensamento, monopolizada pelo seu Estado-Maior. Com o Estado Novo,

firmou-se o princípio de que o Alto Comando deveria constituir a esfera exclusiva para a formulação da política do Exército(...). Passou a ser mal suportada a representação de ideias e opiniões originárias dos escalões subordinados (COELHO, 1976, pp. 110-117).

Com o Estado Novo, vieram as reformas do Estatuto dos Militares e do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que sistematizaram insistentemente o termo “subordinação”. A ideia geral era a de que todos os militares deveriam estar submetidos a uma rígida subordinação e disciplina, conceitos que passavam a ser tão importantes quanto a existência do próprio Exército. Se tudo fosse cumprido à risca, dizia o Regulamento Disciplinar do Exército, “a vida do quartel muito concorreria para a formação da grande família militar, onde o espírito de coesão resultaria em grande parte, de um sentimento de verdadeira afeição mútua” (PEDROSA, 1998, pp. 179-180).

Esse discurso de subordinação potencializou-se, inspirado na analogia do Exército com a família, procurando induzir a submissão total dos indivíduos, através da promessa do afeto paternal, que iguala a todos os filhos. Conforme McCann,

para que os recrutas internalizassem a obediência, tinham de ver seus oficiais como viam seus pais. A verdadeira disciplina, preconizou o Capitão Gerardo Lemos do Amaral, requeria dos instrutores que se fizessem amados por seus soldados. Ele retratou o Exército como 'uma família que vive à sombra da bandeira (...) Confiando cada um no seu companheiro como se ele fosse um irmão'. Mas essa imagem rósea era solapada por uma estrutura que eliminava a profissionalização dos sargentos. Eles instruíam os recrutas, encarregavam-se da rotina administrativa e faziam a unidade funcionar. No entanto, não podiam ter esperança de melhorar de vida. Os soldados, nesse modelo, nunca chegariam a crescer até a fase adulta; esta era um status exclusivo dos oficiais. 'Enquanto a retórica inclui todos, a prática reserva o reino da família militar para os oficiais.' A linguagem da igualdade chocava-se com a realidade da subordinação. O Exército pode ter sido uma grande família, mas nela os diferentes níveis hierárquicos não podiam ter familiaridade uns com os outros (MCCANN, 2009, p. 489).

O transplante do modelo privado, familiar, de relações, para a vida pública, não era nenhuma novidade nos anos 30. Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda escreveria:

A autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver um alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior. Por isso mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, e que difere fundamentalmente dos princípios medievais e feudais de lealdade – tenha sido até

agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência (HOLANDA, 2008, p. 39).

O personalismo impossibilitava outras maneiras de diálogos e de relações interpessoais, diferentes daquele dominado pelas condições de afinidade. As associações entre os indivíduos nos espaços e segmentos públicos eram baseadas muito mais na afetividade do que em critérios racionais. Sérgio Buarque de Holanda, ao chamar essa característica relacional da sociedade brasileira de “cordialidade”, iria analisar:

a possibilidade de união se dá muito mais através dos sentimentos, e são estes que forjam o único tipo de disciplina possível nessa situação: a obediência cega. Esta, na medida em que não se estrutura sobre qualquer tipo de contrato ou lealdade tradicional, é a única que pode existir num ambiente cujo apelo emocional é intenso, e onde o exercício constante da força apresenta-se como necessidade (FILHO, 2009).

O personalismo e a “cordialidade” ajudariam a produzir uma outra característica, encontrada nos modelos relacionais brasileiros, que é a utilização de pesos e medidas diferentes, no trato com indivíduos de diferentes graus de afinidade. O modelo disciplinar do Exército fora fortemente afetado por essa característica social. Para McCann,

A imposição da disciplina militar refletia o velho ditado da política brasileira: 'Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei'. Os atos de indisciplina eram punidos de acordo com os contatos do transgressor, e não com os regulamentos do Exército (MCCANN, 2009, p. 400).

Nesse sentido, atos de indisciplina, não só de sargentos, mas de qualquer outro militar, oficial ou praça, poderiam ser tratados com total benevolência ou com extrema dureza, a depender do relacionamento do infrator com aquele que o fosse punir.

Em alguns momentos, em que os atos de indisciplina dos sargentos fugiram do controle dos oficiais, e foram relacionados a manifestações de cunho político – mas surgidos por anseios referentes às suas condições de socialização militar¹⁷⁹ –, as respostas da alta

¹⁷⁹ Em 1940, a cúpula da oficialidade do Exército entendia, por conveniência, que os levantes dos sargentos em 1915 não haviam sido políticos, mas puramente militares. Amparando-se na Constituição de 1934, ao peticionar percepção de proventos atrasados, referentes ao seu marido, ex-sargento Pedro José de Menezes, Graziela Mendes de Menezes recebeu como resposta que não fazia jus ao peticionado, pois “os sargentos implicados na Revolta de 1915 não cometeram crime político”. EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 2, de 13 de janeiro de 1940, p. 110. Recebeu a mesma resposta o 2º Ten Rfr Martinho Carlos de Medeiros (BE nº 3, 20 Jan 1940, p. 171).

oficialidade a essas indisciplinas foram dadas de duas maneiras. Uma delas com o uso de benesses coletivas e melhorias aos quadros dos sargentos, funcionando como válvulas de escape à pressão sentida pelos sargentos. A outra maneira, com a qual a cúpula militar respondeu a essas vontades dos sargentos amotinados, foi a utilização dos revides sociais ou das punições coletivas. Os anos de 1930 foram ricos tanto em uma como em outra.

Após as agitações dos anos de 1920, desaguando em 1930, o alto comando constatou a necessidade disciplinar de se fechar a Escola de Sargentos de Infantaria, fundada onze anos antes. A tentativa de profissionalização dos sargentos havia sido frustrada por questões políticas. A Escola de Sargentos foi fechada em 1931, permanecendo descentralizadas e heterogêneas a formação militar dos sargentos. A admissão de sargentos na Escola das Armas, alguns anos depois, fora quase um espasmo profissionalizante, sobremaneira efêmero. Apesar daquelas agitações terem envolvido uma parcela pouco representativa dos sargentos, diante do número total dos sargentos do Exército, toda a figuração dos sargentos receberia sua réplica alguns anos depois. Parafraseando McCann, “quando o filho mais amado trai a afeição do pai, a reação tem que cortar os laços entre eles (MCCANN, op. Cit. pp. 488-489)”.

j. Militares e cidadãos de 2ª classe: uma identidade ainda descartável

Entre 1935 e 1945, os sargentos e os oficiais detinham direitos políticos semelhantes, já que o Código Eleitoral em vigor, à época, ainda que vetasse como eleitores as praças de pré, abria exceção aos “alunos das escolas militares de ensino superior, os aspirantes a officiaes, e os sargentos do Exercito...”¹⁸⁰.

Contudo, essa consideração “igualitária” no mundo civil, relacionada à cidadania, não tardaria a ruir. Havia eleições previstas para o final de 1945 e Vargas sustentava uma posição paradoxal de ditador, em um ambiente de eminente vitória da democracia sobre o autoritarismo. O ministro da Guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra, articulado com o *staff* governista, possivelmente receoso de que quando retornassem da guerra na Itália os “pracinhas” sobreviventes fossem contaminados pela esquerda, dentre outros artigos alterados, trataram também de modificar a cláusula do código eleitoral que falava sobre os

¹⁸⁰ Havia a mesma previsão dos inelegíveis em ambos os documentos normativos. Ver: letra b), Art. 3º, da Lei nº 48, de 4 de Maio de 1935 (Código Eleitoral), Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-48-4-maio-1935-398002-publicacaooriginal-1-pl.html>; Acesso em: 13 Jun 2010; e letra b), Art. 108, da Constituição Federal de 1934.

inelegíveis. O Código Eleitoral, de maio de 1945, passou a vigor, portanto, com o seguinte texto:

Art. 3º Não podem alistar-se eleitores:
 a) os que não saibam ler e escrever;
 b) os militares em serviço ativo, salvo os oficiais;
 c) os mendigos;
 d) os que estiverem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos.¹⁸¹

Além de serem considerados pelos oficiais, internamente, militares de segunda classe, no extramuros do quartel passaram a ser considerados cidadãos de segunda categoria. Por mais que soubessem ler e escrever e não fossem indigentes (o que na ótica distintiva da época eram requisitos para terem plenos seus direitos políticos), os sargentos, assim como os demais praças, eram privados de seus direitos de cidadãos.

Fato que ilustra o desprestígio de ser praça, de ser sargento, quando relacionados aos oficiais, é o de haver comissões ou mesmo promoções de sargentos ao oficialato, sempre que se tinha falta de novos oficiais. A depender da capacidade profissional dos sargentos, ou com pouco mais do que a qualidade de manter boas relações com seus oficiais, aqueles chamados “peixinhos”, podiam ser promovidos a oficiais. Diante da necessidade de novos tenentes, o prêmio para os sargentos, que eram reconhecidos bons profissionais pelos seus oficiais, era uma promoção que os apartava da sua condição de sargentos. Com o monopólio da liderança nas mãos dos oficiais, um sargento com aptidões de líder poderia tanto ser considerado um enorme risco para a coesão do Exército como um desperdício.

Respondendo à manutenção do monopólio da liderança nas mãos dos oficiais, criou-se no Exército Brasileiro a ideia, difundida tanto entre os oficiais como entre os próprios sargentos (interessados individualmente em aumentar seu *status* social e financeiro), de que a melhor e talvez única maneira de se valorizar os sargentos fosse conceder-lhe uma promoção ao oficialato. Justamente um ato que lhes segregava de sua figuração social original, alçando-os à figuração socialmente superior. Na promoção da praça ao oficialato – ato muito mais que simbólico de haurir, pelo menos em partes, a inferioridade social do sargento – o reconhecimento era emprestado ao indivíduo, não à figuração social.

¹⁸¹ Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de Maio de 1945; Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>

Mas nem todos os sargentos almejavam melhorar suas condições sociais dentro do Exército. As promoções nem sempre vinham, e temendo serem mandados embora sem nenhum direito, alguns sargentos procuravam fazer cursos civis que lhes dessem o prestígio que o Exército não proporcionava. Não quer dizer que os sargentos fossem sair de imediato do Exército, mas os cursos lhes dariam possibilidade de ascensão social, caso viessem fazê-lo. Em 1940, o 3º sargento Orozimbo Ribeiro Cardoso, pertencente ao contingente da Escola de Aeronáutica, por exemplo, pedira permissão para realizar o curso de piloto aviador civil do Departamento de Aeronáutica Civil, sendo concedido “sem prejuízo para o serviço, nem ônus para o Exército.”¹⁸²

Alguns cursos poderiam ser utilizados para antecipar as promoções ao oficialato, sendo pré-requisitos para concursos do Exército. Muitos faziam cursos universitários com a expectativa de serem aprovados em concursos para a carreira de oficiais.

Outros, sem outra via de ascensão em vista, senão a de sair do Exército, prestavam concursos para carreiras civis, principalmente os organizados em âmbito federal, pela recém-criada DASP¹⁸³

Não havendo um sentido de profissionalização dos sargentos, o alto comando do Exército não fazia questão da sua permanência duradoura em atividade na Instituição.

Não era novidade a facilitação do Exército em relação às saídas dos graduados para o serviço público. O artigo nº 42, do Regulamento do Serviço Militar, vigente a partir de 1923, dizia que

3º Os sargentos e cabos que tenham, respectivamente, mais de oito e cinco anos de serviço são excluídos a qualquer tempo, assim que obtenham nomeação para emprego civil, na forma da lei respectiva.¹⁸⁴

Na fase Dutra, esse estado de coisas se potencializou. A Lei do Serviço Militar de 1939, apelidada de “Lei Dutra”, havia sido bastante rigorosa com os sargentos, possibilitando que fossem mandados para a rua aqueles com mais de 9 e menos de dez anos de serviço, dando margem ao governo para

¹⁸² Boletim do Exército nº 01, de 6 de janeiro de 1940, p. 28.

¹⁸³ Departamento Administrativo do Serviço Público foi criado pelo Decreto-Lei n.º 579, de 30 de julho 1938. Ver Boletim do Exército nº 01, de 6 de janeiro de 1940, p. 28; Boletim do Exército nº 11, de 16 de março de 1940, p. 725.

¹⁸⁴ Decreto nº 15.934, de 22 de Janeiro de 1923. Regulamento para o Serviço Militar. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15934-22-janeiro-1923-499084-republicacao-90294-pe.html>;

licenciar, independentemente das condições do último reengajamento, os soldados e graduados do Exército que na data da publicação da presente lei tiverem menos de 10 (dez) anos de serviço, mas já tenham completado 9 (nove) anos.¹⁸⁵

Nesse sentido, praticamente todos os soldados, cabos, 3º e 2º sargentos com mais de nove e menos de dez anos de serviços prestados ao Exército, foram licenciados naquele ano. Deve ter havido exceções, contudo, pelo menos oficialmente, apenas os 1º sargentos e sargentos-ajudantes, entre nove e dez anos de serviço, ainda tinham a possibilidade de permanecer no serviço ativo, a depender de suas condições físicas e de capacidade de trabalho. Mas também, obviamente, de seu relacionamento com seus comandantes. O artigo 143 da Lei Dutra garantia que

aos sargentos ajudantes e primeiros sargentos que completarem nove anos de serviço poderá ser concedido, a critério do Ministro da Guerra, reengajamento até completarem a idade limite para permanência no serviço ativo, desde que satisfaçam os seguintes requisitos: a) robustez física, comprovada em inspeção de saúde; b) boa conduta civil e militar e possuírem condições de honorabilidade profissional; c) comprovada capacidade de trabalho e profissional.¹⁸⁶

Talvez com a intenção de minorar o problema social, gerado no ato de se colocar tantos sargentos já experientes na rua, a própria lei deixava claro que

os sargentos e cabos, que tenham respectivamente mais de cinco e de três anos de serviço nas suas graduações, poderão ser licenciados do serviço ativo em qualquer tempo, quando obtiverem nomeação para emprego civil federal, estadual ou municipal.¹⁸⁷

A Lei do Serviço Militar de 1939 e a sua compulsória exclusão de centenas de graduados parecem não ter atingido o volume esperado de reservistas. No ano seguinte, o ato compulsório e coletivo da Lei Dutra foi substituído pelo incentivo da instituição à saída de mais sargentos, por méritos individuais. O Decreto-Lei nº 1963, de 13 de janeiro de 1940, oferecendo 50% das vagas em concursos públicos federais para os sargentos, esclarecia o que a Lei Dutra havia deixado subentendido, a respeito da visão da cúpula do Exército acerca dos sargentos. O referido decreto, considerando

¹⁸⁵ Decreto-lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939 (Lei do Serviço Militar), artigo 235. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126742/decreto-lei-1187-39>; Acesso em: 15 Abr 2010.

¹⁸⁶ Lei do Serviço Militar/1939: Decreto-Lei 1.187, de 4 de abril de 1939, artigo 143. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126742/decreto-lei-1187-39>; Acesso em: 29 Jun 2010.

¹⁸⁷ *Idem*, artigo 154.

a necessidade de limitar o tempo de serviço de graduados e sargentos no serviço ativo do Exército e na Armada, não só para sua maior eficácia como principalmente, para a formação de reservas numerosas; considerando a conveniência de facilitar a readaptação ao meio civil dos que dele ficaram afastados por mais de 5 anos ininterruptos, servindo à nação nas fileiras militares... Decreta: Art 1º. Aos graduados e sargentos do Exército e da Armada, de boa conduta e comprovada aptidão física, que hajam servido por mais de 5 anos ininterruptos, fica assegurado o aproveitamento nos quadros do funcionalismo público federal, na forma desta lei.¹⁸⁸

Sem aprovação em concursos públicos, muitos sargentos com expectativa de uma estabilidade profissional ainda seriam excluídos do Exército, sob o pretexto de aumentar a reserva dos sargentos. Nessa medida administrativa, havia um caráter prático de dois vetores interligados. Um desses vetores seria o profilático, quanto a problemas disciplinares futuros dos sargentos. Após os transtornos trazidos pelos atos rebeldes dos anos de 1930 – provocados pelas exigências dos sargentos por melhorias nas suas condições de vida – a cúpula do Exército, na figura de seu ministro Dutra, talvez tenha achado por bem eliminar as possibilidades dos sargentos em seguirem uma carreira. O outro seria a constante renovação etária de todo o grupo das praças. Uma medida prática que demonstrava o pensamento de Dutra, e de uma boa parte da alta oficialidade, a respeito do grupo dos sargentos, considerados descartáveis, tanto quanto eram os soldados incorporados para o serviço militar obrigatório. Tanto quanto um século antes, eram considerados profissionais das armas apenas os oficiais. As praças, soldados, cabos e sargentos, apenas massa de manobra facilmente substituível.

A letra do decreto é clara quando faz uma relação direta entre limitar o tempo de serviço dos graduados e sargentos e a maior eficácia do Exército. A relação entre os sargentos e a ineficiência do Exército faz sentido se encararmos a ótica pela qual os sargentos eram representados, de uma maneira geral, pela oficialidade naquele momento. Isso passava por como eram vistos pelos oficiais e também por como se deixavam ser vistos.

Vale lembrar que até a criação da Escola de Sargentos das Armas (ESA), em 1945, a totalidade dos sargentos tinham sido soldados. Mesmo depois, os ex-soldados permaneceram sendo a maioria na figuração dos sargentos. A visão preconceituosa já tinha início no próprio caráter do ser soldado do Exército, dadas as suas condições históricas de recrutamento forçado, e maus tratos no quartel, em nome da manutenção da disciplina.

¹⁸⁸ Decreto-Lei nº 1.963, de 13 de janeiro de 1940, publicado no Boletim do Exército nº 3, de 20 de janeiro de 1940, p. 142.

Os mais facilmente docilizados ou os já docilizados pela criação familiar acabavam tendo oportunidade de uma vida melhor, de serem promovidos, à medida que fossem realizando cursos e, fruto do acaso, de estarem nos lugares certos e terem chefes que lhes fossem simpáticos. Mesmo alguns dos inicialmente indóceis, com o tempo, acabavam se institucionalizando, pelo menos parcialmente, e tendo uma carreira como sargentos. Se poderiam ser considerados bons e disciplinados militares, essa já seria uma outra questão.¹⁸⁹

Os sargentos ganhavam um pouco melhor que os soldados, tinham comando sobre eles; porém, dadas as características de origem social e de semelhança funcional (eminentemente executórias), as proximidades eram inevitáveis. Muitos sargentos eram solteiros e moravam no próprio quartel, assim como a maioria dos soldados. Ambas as figurações frequentavam os mesmos espaços de sociabilidade. Os caracteres sociais não distinguiam facilmente os membros de uma figuração da outra. Não havia motivos para sargentos e soldados serem tratados diferentemente pela oficialidade.

O inculto e despolitizado “sargentão rude”, que ainda povoava o imaginário do general Mourão Filho, na década de 1960, era esse soldado melhorado, que o aspirante Mourão Filho havia conhecido, como tipo predominante, nos anos 20 ou 30.

Enquanto o “sargentão rude” e fiel executante das ordens de seus oficiais tivesse uma idade que o possibilitasse devoção total às atividades laborais, particularmente braçais, ele era considerado útil ao Exército. Com o avançar da idade, o vigor físico na execução das ordens já não seria mais o mesmo, e o Exército poderia abrir mão de sua atividade para incorporar outro mais jovem e mais hábil.¹⁹⁰

Não interessava ao Exército permanecer com suas fileiras completas dessa mão de obra envelhecida, de utilidade e produtividade limitada. O tempo de serviço e a experiência dele advindo eram pouco considerados, pois de acordo com a doutrina militar, as tarefas de execução não exigiam nem precisavam de raciocínio mais elaborado, dependendo muito mais da qualidade da ordem expedida. Esta sim exigiria um raciocínio.

Insatisfeita com a limitada baixa de sargentos, mesmo com a lei que lhes facilitava a

¹⁸⁹ Ranulfo de Castro Morais, ex-1º sargento, havia solicitado continuar a servir independente de reengajamento, sendo indeferido por não satisfazer o requisito de boa conduta, figurando como réu em 3 processos por falsidade administrativa, peculato e roubo. Antônio Sátiro Lobo, ex-3º sargento, pedindo reinclusão às fileiras, teve também seu pedido indeferido, pois, em 7 anos de serviço havia sofrido 20 punições. Ver. EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim nº 19, de 11 de maio de 1940, p. 1180.

¹⁹⁰ Sobre o aviso a respeito dos funcionários públicos que dizem ter doenças para se esquivarem do trabalho. O pragmatismo militar e a impessoabilidade com que sempre se desconfia do subordinado. Boletim nº 19, de 11 de maio de 1940, de p. 1.174.

saída do Exército para o serviço público civil, em 17 de fevereiro de 1940, a cúpula do Exército publicaria outro aviso, reforçando a necessidade de dar maior publicidade aos concursos públicos de admissão em órgãos federais, e, agora, também estaduais:

Atendendo a necessidade de dar-se mais amplo conhecimento das Instruções Gerais e Especiais que regulam o concurso para admissão nos quadros do funcionalismo público federal, determina o Exmo. Sr. Ministro da Guerra – para fins do decreto-lei n. 1963, de 13 jan 1940, dispondo sobre o aproveitamento dos graduados e sargentos nos referidos Quadros – que tenham a maior publicidade, neste Ministério, as Instruções Gerais Reguladoras não só de concursos para provimento de cargo público federal, mas também de abertura e do encerramento das inscrições para as diversas carreiras, tanto nesta Capital como nos Estados.¹⁹¹

Os sargentos encarregados da burocracia e da manutenção das atividades administrativas, de um modo geral, aqueles mais antigos de caserna, detentores de um saber difícil de se adquirir em apenas um curso de formação, eram mais dificilmente descartáveis do que aqueles cujas funções eram inerentes a graduações inferiores, mesmo que estes também tivessem já vários anos de serviço. Os oficiais tinham uma relação bem maior de dependência frente aos graduados burocratas, já que eram eles que praticamente conduziam os papéis das sargenteações e das reservas de material das subunidades, das seções dos estados maiores dos batalhões e, também, dos quartéis gerais.

Esses sargentos deviam ter um valor um pouco maior para a cúpula, tanto que a Lei Dutra abriu margem somente aos sargentos ajudantes e 1º sargentos permanecerem no serviço ativo. Normalmente eles eram os mais velhos e experientes em um quartel, e dificilmente se envolviam diretamente com questões operacionais relacionadas à instrução da tropa, sendo aplicados, na maioria das vezes, em funções burocráticas.

Para essas funções, a higidez física não era mais tão importante quanto a experiência nas lides da caserna, a boa memória e a destreza na datilografia. Por isso a Lei Dutra os poupou.

¹⁹¹ Boletim do Exército nº 7, de 17 de fevereiro de 1940, p. 454.

CAPÍTULO II

O RUIDOSO VOCIFERA: O EXÉRCITO DE CAXIAS E O DA FEB¹⁹² – A II GUERRA E O PESO DA BALANÇA EM FAVOR DOS SARGENTOS

a. Em guerra: as relações dos sargentos com os jogadores da figuração

No Teatro de Operações italiano, as rusgas que existiam no trato entre sargentos e oficiais continuaram a existir. Com uma sensível diferença em relação à realidade do Brasil: a disciplina do *front* era diferente da vida de quartel (MAXIMIANO&GONÇALVES, 2005, p. 35). Talvez um dos mais ácidos narradores da participação do Brasil na II Guerra, Leonércio Soares, endossa a tese de que, na Itália, no trato entre os tenentes, sargentos e soldados procurava-se cultivar uma proximidade mínima, diferente da rotina de trato no Brasil, de nítido distanciamento.

Conta passagens que confirma o fato de que o tratamento entre soldados e sargentos era sobremaneira informal. De acordo com o autor, certa oportunidade, um dos sargentos, que ele nomeia de Brígido¹⁹³, havia acordado com 2 soldados em sua volta se dirigindo a ele pelo tratamento de “senhor”. Conta Leonércio Soares que

Era a primeira vez que lhe davam este tratamento, pois todos se tratavam de forma comum de você, independentemente da graduação. - Sim! Estou bem! Mas para quê esse negócio de 'senhor'? (SOARES, 1985, p. 261).

Em outra passagem, confirma:

Na guerra há um tratamento de igualdade e de camaradagem entre todos... mas no grupo do sargento Moacir essa camaradagem era mais acentuada, devido, talvez, à sua pouca idade e à sua maneira informal de encarar as coisas (SOARES, 1985, p. 166).

¹⁹² A contraposição entre o espírito dos dois Exércitos, onde o “Exército da FEB” é citado como sendo “mais profissional, liberal e democrático” (FERRAZ, 2004, p. 373) do que o “Exército de Caxias” fora feita, ainda em 1949, por José Góis de Andrade, no livro Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB.

¹⁹³ Na sua obra, Leonércio Soares substitui os nomes verdadeiros por outros nomes similares ou acrônimos. O sargento Max Wolff, por exemplo, transformou-se em Marcos Rolff; o capitão João Tarcísio Bueno virou Jotarbe, o major Jacy transformou-se em Jacir; o tenente Zaragoza tornou-se Sargosa. Possivelmente, Brígido seja o pseudônimo do próprio Soares. FERRAZ, Francisco César Alves; LOCASTRE, Aline Vanessa. **O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira**. Revista Militares e Política, nº 2, (Jan-Jun), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2008, pp. 81-98.

As observações feitas por Leonércio Soares, incluindo algumas que demonstram que parte das missões mais arriscadas de patrulha era feita à base de voluntários (SOARES, 1985, pp. 163;266) vão ao encontro de outras narrativas do *front*. O cronista Rubem Braga transcreve uma história contada pelo sargento Geraldo Pierre, de Caçapava, o chamado por Braga de “sargento das patrulhas”, que pouco ou nada combina com o autoritarismo das decisões superiores no “Exército de Caxias”. Contou-lhe o sargento:

Chamei os soldados para um lado e disse: 'Olhe, pessoal, dentro dessa casa tem alemão. Nossa missão nesta patrulha não tem nada com isso: nós não saímos para fazer prisioneiros nem nada, mas eu acho que a gente deve atacar esses homens (...). Como é, vocês querem pegar esses homens? Os soldados ficaram calados, um momento, e um deles, o Jesuíno... – Jesuíno de quê? Jesuíno Vieira da Silva, soldado 4.079. O Jesuíno disse assim: 'O senhor é que dá a ordem. Se é para ir, a gente vai'. Eu fui, respondi: 'Não, eu não estou dando ordem, estou perguntando se vocês topam'. Aí todos logo responderam que sim. 'O que o senhor fizer está bem feito.'¹⁹⁴

As relações dos tenentes e sargentos pareciam ser bastante amistosas, já que, algumas vezes, as funções de tenentes e sargentos não pareciam ser muito diferentes. Dada essa aproximação funcional, Maximiano e Gonçalves afirmam que os tenentes e sargentos revezavam-se realizando as mesmas tarefas, e que os sargentos tinham condições de substituir os tenentes e chegavam a comandar seus pelotões, oficialmente, por algum tempo (MAXIMIANO & GONÇALVES, 2005, pp. 110;112;118). Mesmo não oficialmente, em alguns casos, era percebida a existência, nos pelotões, de comandantes de fato e de direito. Soares conta:

Ali estava o verdadeiro Comandante do Pelotão de Petrechos Pesados – o comandante de fato. Quanto ao comandante designado – o 1º tenente Sargosa, ninguém sabia por onde andava àquela hora. Era seu hábito viver de cara contrariada, como se estivesse sempre choramingando, lamentando-se pelos cantos dos porões, ausente, omissos e distanciado de todas as operações complicadas, difíceis e perigosas. Nessas ocasiões é que Jucelino agia (SOARES, 1985, pp. 231-232).

Entre os tenentes e sargentos, há passagens narradas da mais pura consideração e amizade. Leonércio conta que um oficial inexperiente teria aceitado observações e sugestões feitas por sargentos mais experimentados (SOARES, 1985, p. 164), inimaginável no “Exército de Caxias”. Conta, também, que outro tenente, na impossibilidade de servir a todos

¹⁹⁴ BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 146.

do pelotão, teria convidado seus sargentos a saborearem com ele uma lata de salada de frutas (SOARES, 1985, p.222).

Acerca deste último caso, Leonércio Soares afirma que um dos sargentos havia se recusado, de uma maneira grosseira, a dividir com o tenente tal iguaria, pois não havia o suficiente para seus soldados. Pela indelicadeza da resposta do sargento, é bem possível que a estima sentida pelo tenente em relação aos sargentos – a ponto de convidá-los para o mingüado banquete – não era sentida pelos sargentos, na mesma proporção.

Noutra passagem, Leonércio comenta acerca do jogo relacional de um sargento com o seu comandante de companhia, um capitão, dentro do qual o sargento não conseguia esconder “o sentimento de repulsa e nojo pela presença do comandante”, não evitando ter para com ele, em determinado momento, uma “atitude de clara desconsideração”. O capitão percebendo-o, o teria questionado: “Parece que minha presença o incomoda!... por que isto rapaz?” (SOARES, 1985, p. 195).

Não parecia ser um sentimento gratuito do sargento. Este mesmo capitão, narra Soares, lhe teria imposto uma missão de patrulhamento, próximo às linhas inimigas, perguntando-lhe, em dúvida sobre sua coragem, se sentira medo. O sargento respondeu-lhe que ninguém queria ser perfurado por balas, a começar pelo próprio capitão; e, malcriado, continuou: “Agora me pergunta se estou com medo?! É uma pergunta maldosa, capitão. Examine-se primeiro antes de menosprezar a vida de seus comandados!” (SOARES, 1985, p. 266). Sem saber quais homens levaria, pois ainda iria consultá-los, a fim de levar apenas voluntários, o sargento teria recebido a reprimenda do capitão:

Não! - rebateu autoritário e num crescendo de voz o Pombinha. Assumia agora uma atitude enérgica e disciplinadora. Afirmou: - Você tem que escalar o pessoal! Você é o comandante da patrulha e tem que se impor! (SOARES, 1985, p. 263).

O tratamento mais cortês entre os círculos era novidade, o que explica o fato de não ter sido uma generalização. Nem podia ser, dadas as características históricas do Exército Brasileiro. Havia, portanto, uma clara oposição entre os círculos dos sargentos e dos oficiais, particularmente os oficiais superiores. A conversa que teria havido entre os personagens sargento Brígido e Marcos Rolf (possivelmente Max Wolff) não esconde essa contraposição dos sargentos para com os oficiais:

Eles vão lhe matar! Na guerra, quando um sargento é elevado à função de tenente,

morre logo. Eles irão lhe atribuir toda sorte de missões absurdas e arriscadas, que terminarão matando você em pouco tempo! (SOARES, 1985, p. 263)

Quem seriam “eles”, afinal? Cremos que seriam os oficiais do Estado-Maior e alguns comandantes de subunidades, pois eram “eles” que atribuíam as missões aos tenentes e sargentos. Eram os operadores intelectuais da guerra. Os operadores braçais ou executores seriam os tenentes, sargentos e soldados. O pronome “eles”, desse modo, aponta para a presença de um “nós”, que não exclui as funções de tenente para baixo. Parece haver o reconhecimento, por parte de Soares, de que o papel exercido por um tenente era apenas uma “função”, assim como a de sargento. E de que o fato de um sargento extrapolar os limites da sua função e absorver as funções de um tenente não era muito bem vindo pela alta oficialidade. Talvez a perda de um sargento comandante de pelotão não fosse sentida com tanto pesar como a de um tenente. Outra passagem parece confirmar essa hierarquia também em relação à significação das perdas de vidas humanas.¹⁹⁵

Nesse jogo de relações funcionais, a hierarquia aparece não somente como um papel organizador dessas funções, mas encobria todo o corpo dessas relações. Entrelaçada a ela, a Guerra parece ter feito surgir resultados bem diferentes para cada um dos grupos hierárquicos.

Para os sargentos, ficaria claro que o grupo possuía uma função preponderante na sua atividade fim de executar a guerra, e, depois dela terminada, concluíram que possuíam uma capacidade mínima de articulação. Concluíram, também, que a função de sargento em combate era muito importante para serem tratados da forma que eram tratados pelos oficiais. Mas tiveram que conviver durante ainda muito tempo com as distinções da guerra. Particularmente com as distinções simbólicas ostentadas por quem não a fez.

b. Os símbolos das distinções: as concessões hierarquizadas das medalhas

No desenrolar da II Guerra, o Exército ainda não possuía uma condecoração para premiar seus militares em campanha. Após exatamente um mês do desembarque do 1º escalão da FEB, o Decreto-Lei nº 6.795 de 17 de Agosto de 1944, criou três condecorações. A

¹⁹⁵ Sobre o episódio do resgate do que parece ser o capitão João Tarcísio Bueno, conta Leonércio Soares que o Maj Jacir (ou, na realidade, Jacy) havia dado ordem a um soldado que buscasse o corpo do capitão sob fogos inimigos. Após a morte do soldado, o major teria lançado em sua parte que se tratava de um soldado “não identificado”. Ácido como é toda a sua pena, Soares dispara: “A vida do soldado pouco ou nada valia. O importante era resgatar o corpo do capitão” (SOARES, 1985, pp. 118-126).

primeira delas fora a Medalha de Campanha, “conferida aos militares da ativa, da reserva e assemelhados que participarem de operações de guerra, sem nota desabonadora”. Isso significava que ela iria premiar a todos os participantes da FEB, que não fossem punidos durante o desenrolar dos eventos. A outra fora a Cruz de Combate de 1ª Classe, conferida aos militares que “praticarem atos de bravura ou revelarem espírito de sacrifício no desempenho de missões em combate”. A terceira condecoração era a Medalha de Guerra,

destinada a premiar **os oficiais da ativa**, da **reserva** e **reformados**, e **civis** que tenham prestado serviços relevantes, de qualquer natureza, referentes ao esforço de guerra, preparo de tropa ou desempenho de missões especiais confiadas pelo governo dentro ou fora do país.¹⁹⁶

As duas primeiras medalhas foram criadas realmente para premiarem a participação de militares em sua atividade fim. Para premiarem “militares”, indistintamente, sem discriminar grupos. Mas exigiam dos pretendentes alguma participação direta em “operações de guerra”, ainda que nem tivessem combatido realmente. O fato de permanecerem, por exemplo, no depósito de pessoal, bem à retaguarda do front, já se consumaria a necessária participação.

O quantitativo dos oficiais premiados seria muitíssimo reduzido, dado o efetivo de oficiais que realmente participaram de alguma forma nas “operações de guerra”. Mas uma condecoração é um importante símbolo de valor e prestígio social. Na administração de pessoal dentro dos quartéis, medalhas contam pontos para carreira, para promoções, para comissões importantes, cargos de prestígio. E a carreira dos membros da cúpula do Exército, que não haviam ido diretamente para a guerra, mas colaboraram, ainda que com uma mínima energia¹⁹⁷ para a sua organização? E a carreira daqueles “peixinhos” que ficaram no Brasil e mantinham boas relações com a alta cúpula do Exército? Como suportariam o olhar de desdém daqueles mais modernos que realmente lutaram, arriscaram suas vidas e ostentariam no peito uma medalha de combate?

O impasse foi resolvido com a Medalha de Guerra, criada para fins não propriamente militares, para satisfazer oficiais carreiristas que não combateram e políticos. Sua função

¹⁹⁶ Decreto-Lei nº 6.795 de 17 de Agosto de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6795-17-agosto-1944-382902-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 18 Nov 2010.

¹⁹⁷ Para o Chefe do Estado Maior da FEB, Coronel Lima Brayner, “o apoio e cooperação que, normalmente, devia receber, jamais se manifestou com o calor e oportunidade necessários. Só vinham se solicitados, e, às vezes, não vinham.” (BRAYNER, 1977, p. 80)

social é explicitada na letra da lei, que impunha como critérios os agraciados serem “oficiais da ativa, da reserva e reformados, e civis”.¹⁹⁸ e nada mais. Se levarmos em consideração que o principal ponto em comum que unia, na época, os interesses de “oficiais” e de civis era a política, e que a participação em feitos de guerra propriamente dita não era um critério exigido para a comenda, podemos afirmar que a Medalha de Guerra fora uma medalha criada para fins meramente políticos e carreiristas. Uma medalha para re-“compensar” quem não combateu. O ex-combatente Xavier da Silveira, corrobora com o argumento de que

Ninguém põe em dúvida que o soldado, o 'pracinha', arcou com a maior parte do esforço de guerra, mas inexplicavelmente os 'pracinhas' da FEB, isto é, os soldados rasos, todos sem exceção, foram excluídos do direito de receberem essa medalha. Não mereceu ser agraciado com a Medalha de Guerra o soldado que fez a guerra (SILVEIRA, 2005, p. 245)

Praticamente um ano depois do desembarque do 1º Escalão da FEB em Nápoles, e dois meses depois do término da guerra em solo europeu, houve a criação da Medalha de Sangue do Brasil, que premiaria, indistintamente, “os oficiais, praças, assemelhados e civis destacados para o teatro de operações fazem jus a essa medalha, desde que hajam recebido ferimento em consequência de ação objetiva do inimigo.”¹⁹⁹

Novamente, o critério para a comenda seria indistinto entre as condições sociais dos recipiendários. Nesse caso, ao invés de “militares”, o decreto discrimina entre oficiais, praças e assemelhados, e inclui também os civis. Mas o principal critério era a obrigatoriedade de ferimentos de guerra. Não qualquer ferimento. Haveria de ser um ferimento causado por “ação objetiva do inimigo.”²⁰⁰ Boa parte desses, possivelmente, havia de ser soldados, cabos, sargentos e tenentes. No máximo capitães.

Para que as praças, incluindo aqui os sargentos, pudessem receber algum tipo de condecoração, relacionada à 2ª Guerra Mundial, sua participação em qualquer evento no conflito deveria se mostrar efetiva, decorrendo em um relativo risco à sua integridade física. Para os oficiais, esse envolvimento físico no conflito, que implicava em algum risco, não seria necessário, bastando apenas a sua participação num suposto “esforço de guerra”.

¹⁹⁸ Decreto-Lei nº 6.795, de 17 de agosto de 1944.

¹⁹⁹ Decreto-Lei nº 7.709, de 5 de Julho de 1945. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/deceto-lei-7709-5-julho-1945-378564-publica-caoriginal-1-pe.html>; Acesso em 18 Nov 2010.

²⁰⁰ “As medalhas de sangue foram entregues, em sua maioria, de forma burocrática, sem pompa nem cerimônias que valorizassem os gestos que as haviam motivado.” Parecia uma “simples entrega de certidão negativa ou positiva, para cumprimento de exigência burocrática” (SILVEIRA, 2001, p. 247).

Pela letra do decreto original, apenas os oficiais receberiam as Medalhas de Guerra. Porém, na prática, ainda no início da década de 1950, foram concedidas Medalhas de Guerra também a vários sargentos.²⁰¹

Em relação aos soldados e aos cabos a regra parece não ter se flexibilizado, não havendo registros de nenhum representante daquelas graduações que a tivesse recebido. Pela cúpula do Exército, a distinção entre os círculos havia de ser mantida também com o exclusivismo das condecorações. Aos soldados ficaram reservadas, além das condecorações norte-americanas por bravura, as brasileiras Cruzes de Combate, a Medalha de Campanha, e a Medalha de Sangue do Brasil.²⁰²

Numa época de transparentes discriminações entre as posições hierárquicas, quando o ex-cabo da FEB Anthero Leal solicitou concessão da Medalha de Guerra, recebeu apenas o gélido e peremptório despacho: “Arquive-se. Cabo não tem direito a Medalha de Guerra.”²⁰³ Da mesma forma, aconteceu com Oné Vieira de Souza, 3º sargento reservista, também ex-combatente da FEB, quando, depois de pedir concessão da Medalha de Guerra, recebeu um despacho um pouco mais educado que o anterior, contudo tão discriminatório quanto aquele: “- Arquive-se. A Medalha de Guerra foi criada para premiar os oficiais e sargentos. O requerente prestou serviços na graduação de cabo.”²⁰⁴ Edilton Oliveira Santos, já 3º sargento, encaminhou a mesma solicitação, recebendo um Indeferido, porque “o requerente não satisfaz os requisitos para a concessão da Medalha de Guerra, uma vez que foi promovido à graduação de 3º Sgt em 30 Jun 1945, isto é, após o término da Guerra.”²⁰⁵

Depois da II Guerra Mundial, até o início da década de 1950, os governos criaram um sem-número de legislações dando vantagens aos que serviam no Teatro de Operações da Itália, ou nas chamadas Zonas de Guerra, em guarnições próximas ao litoral, ou seja, na maioria das grandes guarnições brasileiras, particularmente o Rio de Janeiro, capital federal,

²⁰¹ Foram concedidas Medalhas de Guerra a 1 Gen Bda R1, 9 Cel, 15 Ten Cel, 26 Maj, 36 Cap, 20 1º Ten, 11 2º Ten, 8 ST, 2 Sgt-Ajd, 7 1º Sgt, 36 2º Sgt, 87 3º Sgt. EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 38, de 23 de setembro de 1950, pp. 2724-2727; nº 42, de 21 de outubro de 1950, pp. 3113; nº 27, de 8 de julho de 1950, p. 1863.

²⁰² Condições de concessão de medalhas do Exército. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:-wARC3Y7L2MJ:www.sgex.eb.mil.br/medalhas/cond_especiais/EB/CondConsEB.pdf+%22medalha+de+san+gue%22&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjb5DhRGpcvKH_bVjO3dcTSe_UihKiaDqVMw9YpVaAkICDml-omHUSkRavxobOs7Ccet2nGAPc9U1fZ3NGUAb8qhabABIn44r6UNtXo_pxCJRW2_54M-p4B335NjftoI4pVbkuF&sig=AHIEtbRXAGDBxXTJYTn8YmEhAqyw2_kAGQ; Acesso em: 13 Jun 2010.

²⁰³ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 32, de 12 de agosto de 1950, p. 2193.

²⁰⁴ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 25, de 24 de junho 1950, p. 1733.

²⁰⁵ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 42, de 21 de outubro de 1950, p. 3133.

principal e maior guarnição militar da época. Houve um sem-número de solicitações de averbação em assentamentos e de pedidos de medalhas de oficiais e sargentos, que confirmariam as suas participações nos perigos do *front* ou, pelo menos em termos do que dizia a legislação, no esforço de guerra praieira.²⁰⁶

A II Grande Guerra trouxe uma outra significativa alteração quanto a socialização das praças, particularmente dos sargentos, do Exército. O Estatuto dos Militares²⁰⁷ foi um avanço no campo da tentativa de objetivar e formalizar conceitos, posturas e procedimentos já usuais de longa data no meio militar, mas que eram regrados de modo esparso em decretos, regulamentos, leis e ordens diretas do ministro publicadas em boletins, sem padronização em suas aplicações, justamente por estarem amparados em legislações esparsamente distribuídas. Ou nem eram regrados, posto que muitos procedimentos que eram correntes no meio castrense não eram normatizados formalmente.

Enquanto a quase totalidade das condecorações foram concedidas a oficiais e sargentos, quase indistintamente, praticamente considerando-os como semelhantes, nesse quesito, no que se referiu a vantagens remuneratórias, o tratamento foi completamente diverso. As legislações federais e a vontade de alguns legisladores no nível local²⁰⁸ e regional garantiram que os oficiais tivessem um tratamento diferenciado em relação às praças.

Houve um sem-número de avisos ministeriais, ou da Diretoria de Pessoal ou da Diretoria de Arquivo, sobre encaminhamento de processos referentes a promoções e outras vantagens concedidas por diferentes leis aos militares inativos, devido às leis de guerra.²⁰⁹

Na tentativa de igualar-se aos oficiais, em matéria de direitos referentes a vantagens financeiras, buscando receberem um aumento salarial referente a uma promoção a mais, o 1º sargento R1 Homero da Costa Araújo e o ST R1 Sotero Fernandes Nery, pediram as mesmas vantagens da Lei da Praia, acima citada. O Secretário do Ministério da Guerra mandou arquivar por falta de amparo legal, pois os requerentes, quando prestaram serviços de

²⁰⁶ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 29, de 22 de julho de 1950, pp. 2008-2010; nº 42, de 21 de outubro de 1950; nº 48, de 2 de dezembro de 1950, pp. 3890-3916; nº 49, de 9 de dezembro de 1950, pp. 3985-4029.

²⁰⁷ Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946. Estatuto dos Militares. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9698-2-setembro-1946-417522-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 8 Mai 2009.

²⁰⁸ O prefeito do Distrito Federal, à época a cidade do Rio de Janeiro, o general de divisão Ângelo Mendes de Moraes informou ao Secretário Geral do Ministério da Guerra da concessão de benefícios dados pela prefeitura do DF, pela Lei Municipal nº 31, de 31 de outubro de 1947, aos “oficiais” que tenham cumprido missões de patrulhamento no litoral, inclusive em Fernando de Noronha e Trindade.

²⁰⁹ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno, da 5ª Companhia Leve de Manutenção, nº 103, de 8 de maio de 1951.

vigilância e segurança no litoral, eram sargentos “e a Lei número 616, de 2 -II-1949 que modificou a de n. 288, de 8-VI-1948, só dá amparo aos oficiais.”²¹⁰

A Lei nº 616, de 2 de fevereiro de 1949, a chamada Lei da Praia, havia sido bastante clara no seu aspecto distintivo em relação a oficiais e praças. Seu artigo 1º dizia

O oficial das Fôrças Armadas, que serviu no teatro de guerra da Itália, ou tenha cumprido missões de patrulhamento, vigilância e segurança do litoral, e operações de guerra e de observações em qualquer outro teatro de operações definidas pelo Ministério respectivo, inclusive nas ilhas de Trindade, Fernando de Noronha e nos navios da Marinha de Guerra, que defendiam portos nacionais em zonas de operações de guerra, quando transferido para a reserva remunerada, ou reformado, será previamente promovido ao posto imediato, com os respectivos vencimentos integrais.²¹¹

Oficiais, sargentos, cabos e soldados poderiam ter os mesmos pré-requisitos, terem servido juntos no “teatro de guerra da Itália” ou terem juntos “cumprido missões de patrulhamento, vigilância e segurança do litoral, e etc...”. Apenas os oficiais dispunham de uma lei que lhes amparavam a uma promoção extra, somente por causa de sua condição de oficial.

As relações eram tão discriminatórias, que o general comandante da 7ª Região Militar e Zona Militar do Norte teve que consultar a Secretaria do Ministro da Guerra se assistia direito também às praças a simples averbação em assentamentos do cumprimento das missões de vigilância ou segurança do litoral. A resposta fora que assistiria a todos os militares, “sem nenhuma discriminação hierárquica, o direito à averbação em assentamentos”, mas competindo essa averbação, centralizadamente, ao Departamento Geral de Administração.²¹²

A II Guerra Mundial ajudou a construir o imaginário social de todos os militares da geração dos anos de 1940, 1950 e 1960. As concepções estratégicas, a organização do Exército, as instruções para a tropa, os manuais, praticamente todos os armamentos e os equipamentos, o modelo dos uniformes e até os cardápios tiveram influência desse período em que o Exército tomou contato com o Exército estrangeiro lutando no Teatro de Operações da Itália. Os soldados que lá lutaram, ao retornarem para o Brasil, não tiveram as honrarias que se esperavam. A grande maioria fora somente desmobilizada e liberada para a vida civil,

²¹⁰ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 29, de 22 de julho de 1950, p. 2008.

²¹¹ Lei nº 616, de 2 de Fevereiro de 1949. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-616-2-fevereiro-1949-366223-publicacaooriginal-1-pl.html>; Acesso em: 12 Ago 2010.

²¹² EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 31, de 5 de agosto de 1950, p. 2136..

sem qualquer honraria formal. Alguns sargentos permaneceram na ativa, principalmente aqueles que já tinham estabilidade ou no mínimo com uma estabilidade presumida.

Retornando ao país, muitos grupos de ex-combatentes fundaram associações visando a assistência e a congregação dos seus membros. Essa identificação, com toda a certeza, interessava a ex-combatentes de todas as matizes sociais e graduações, tanto aqueles que foram licenciados como aqueles que permaneceram. Na capital paranaense, fora fundada a Legião Paranaense do Expedicionário, que inaugurou a Casa do Expedicionário, em 15 de novembro de 1951. Para isso, o comandante da 5ª RM havia recomendado a todos os corpos de tropa que facilitassem o comparecimento dos oficiais e praças componentes da FEB.²¹³

Além das questões práticas do cotidiano dos quartéis terem sofrido uma enorme influência da II Guerra Mundial e do que surgiu depois dela, em termos de legislação e supostos direitos, o imaginário dos sargentos e seus familiares também foram afetados profundamente pelo que viveram no período, estando direta ou indiretamente envolvidos com a FEB. O 3º sargento Adolfo de Souza, por exemplo, homenageou o comandante do 4º Corpo de Exército norte-americano, colocando o nome de seu filho varão de Willis Crittemberger Reis de Souza.²¹⁴

Isso passava também pelos familiares daqueles que foram mortos. Tinham o desejo de cultivar o orgulho pelo ente querido por meio dos discursos e de uma imagem de herói em seu seio familiar, principalmente para mostrarem aos filhos o valor moral dos pais em terem lutado e morrido em defesa de uma causa tão nobre quanto a “liberdade”.

Nair de Souza Chaves, viúva do sargento Max Wolff Filho²¹⁵, por exemplo, ansiosa por contar à sua filha um pouquinho da história do pai, havia solicitado ao Ministro da Guerra que as medalhas e os diplomas concedidos ao seu ex-cônjuge, que para ela serviriam como uma espécie de “testemunha do seu comportamento na referida guerra”, fossem entregues à sua filha Hilda. O pedido foi indeferido, tendo em vista que “as medalhas em apreço já foram entregues aos progenitores do agraciado.”²¹⁶

O retorno da guerra parece ter sido traumático tanto para quem foi da FEB como para quem permaneceu no Exército de Caxias. Para aqueles que experimentaram a dureza dos combates na Itália, mas em contato com um modelo de Exército bem menos autocrático,

²¹³ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Regional, da 5ª Região Militar, nº 259, de 10 de novembro de 1951.

²¹⁴ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno, da 5ª Companhia Leve de Manutenção, nº 257, de 14 de novembro de 1951.

²¹⁵ O ex-combatente havia ido para a guerra como 3º sargento e promovido *post-mortem* a 2º tenente.

²¹⁶ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 48, de 2 de dezembro de 1950, p. 3918.

como era o americano, o retorno ao Exército de Caxias e aos seus rituais de intenso e zeloso separatismo, que pouco tem a ver com a socialização militar propriamente dita ou com a manutenção da disciplina, e muito mais relacionado com a alimentação de vaidades pessoais, deve ter sido bastante difícil. A sociabilidade militar na guerra, em alguns momentos, tendia a se apresentar como de um teor bastante distinto da sociabilidade do Exército de Caxias.

Francisco Ferraz comenta que os pracinhas tomaram contato na Itália com

um novo modelo de exército, menos autocrático, composto de cidadãos-soldados mais conscientes de seu papel na guerra, e cujo rigor na emissão e cumprimento de ordens priorizava a eficiência em combate. Esta cultura militar era bem diferente daquela vivenciada no 'Exército de Caxias', no qual a superioridade hierárquica e suas emanções resultavam na tiranização do praça às vontades e ordens nem sempre justificáveis dos oficiais (FERRAZ, 2004, p. 370).

Contudo o aprendizado dessa nova cultura fora gradual. Os militares regulares que foram para o teatro de operações em solo italiano levaram consigo o método de trato aprendido no Exército de Caxias e muitos demoraram a temperá-lo com a nova cultura militar de guerra. Maximiano conta que

Certo dia, durante o acampamento, o 2º sargento-auxiliar Pontes tinha posto o pelotão em forma. A alguns metros de distância, Gonçalves observava, de dentro de sua barraca, o modo que ele empregava no trato com a tropa. Vituperava brutalmente, ofendendo os soldados com rudeza desnecessária. Pontes, ainda imbuído do velho espírito autoritário, acreditava que tratar a tropa de forma cordata e respeitosa redundaria em desleixo dos padrões disciplinares. Quando o sargento terminou, Gonçalves chamou-o na entrada de sua barraca: 'Pontes. Não fique tesando os soldados. Nós vamos entrar em combate dentro de alguns dias. Isso aqui não é o Exército de Caxias. Não é necessário tratar os homens dessa forma'. Meio que contrariado, o sargento aquiesceu à orientação de seu comandante (GONÇALVES&MAXIMIANO, 2005, p. 66).

Mas em geral, a relativa flexibilização entre as hierarquias dava a tônica das relações, durante o período em que o Brasil esteve na guerra, por conta mesmo da necessidade de íntima confiança entre os membros funcionalmente mais próximos, mas de posições hierárquicas diferentes.

A prática das sociabilidades em comum, independente das graduações, o tratamento relativamente cordial, mas espontâneo demais para os padrões distintivos e servilistas do Exército de Caxias, na ótica daqueles que não atravessaram o Atlântico, ou daqueles que foram para a Itália, mas não se desvencilharam do modelo nacional, pareciam mesmo liberdades nocivas à manutenção da disciplina.

Ao retornarem, é bem possível que as praças febianas continuassem se identificando mais com a socialização militar nesse modelo mais flexível do que com o autocrático modelo do Exército de Caxias. E tivessem certa dificuldade de aceitar as imposições e exigências desse modelo. Por outro lado, os oficiais talvez quisessem manter o *status quo* do Exército de Caxias.

Um caso emblemático envolveu três elementos básicos da socialização militar dos sargentos do pós-guerra. Um deles é o próprio atrito social e disciplinar entre oficiais e sargentos, já existente antes da guerra, mas que se tornou cada vez mais aquecido depois dela. O outro é um embate latente dos dois modelos de socialização, de um lado com sargentos, que talvez esperariam manter, no Exército de paz, a mesma característica de relações dos guerreiros febianos, e, de outro, com oficiais, mesmo sendo ex-febianos, mas que retornando ao Brasil tinham em mente manter os padrões relacionais do Exército de Caxias. E o terceiro, é o corporativismo existente no meio militar, particularmente quando se relaciona à oficialidade.

O capitão Antônio Damião de Carvalho Júnior havia sido denunciado à Justiça Militar por ter

no dia 23 de outubro de 1945, na Estação D. Pedro II, disparado uma pistola contra o sargento José Pereira Filho, inválido da FEB, que o teria desrespeitado, ao ser por ele advertido, por estar com o uniforme em desalinho, indo o projétil atingir o 3º sargento Wilson de Oliveira Filho e o civil, reservista do Exército, Valdemar Ferreira Sá, que veio a falecer oito meses depois quando já havia tido alta do hospital, em consequência de peritonite aguda.²¹⁷

A fim de não ver-se preso, o capitão, também ex-combatente, amparou-se num decreto²¹⁸ que indultava oficiais e praças, ex-integrantes da FEB, que houvessem cometido crimes, que não o de homicídio doloso ou deserção. A letra da lei dizia que a única condição seria o de ter tomado parte da FEB, pouco importando se o crime tivesse sido ou não cometido na Itália. O fato imputado havia ocorrido antes da publicação do decreto, “estando ele, assim, amparado pelo indulto, que atingiu não só os militares condenados como os que ainda respondiam a processo, extinguindo, neste último caso, a ação penal.”²¹⁹

Um dos relatores da Justiça Militar pediu vista aos autos, “depois de, com veemência, chamar a atenção do Tribunal para a condenável atitude das autoridades militares,

²¹⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 33, de 19 de agosto de 1950, p. 2283-2284.

²¹⁸ Decreto nº 2.082, 5 de dezembro de 1945.

²¹⁹ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 33, de 19 de agosto de 1950, p. 2283-2284.

procurando, nas diversas fases do feito, embaraçar a ação da Justiça...” O relatório fala em “reprovável conduta das altas autoridades superiores, que no curso da causa, chamadas a auxiliar a Justiça, não admitia que se discutisse a responsabilidade do Major Antônio Damião de Carvalho Júnior...”²²⁰ Diante do corporativismo dos oficiais, a própria justiça militar viu-se impotente. Por causa de um uniforme “em desalinho” de um febiano inválido, um capitão atirara em um homem. Mesmo tendo sido confirmada, como de sua posse, a pistola do disparo, e havendo duas testemunhas, fora absolvido por “deficiência de provas”.²²¹

c. Uma identidade renovada: profissionalizados, mas socialmente estigmatizados

Vários foram os efeitos do contato com o Exército Norte-americano, durante e depois da II Guerra, para a mudança na socialização dos sargentos. A injeção de novos equipamentos sofisticados e a divisão dos trabalhos que distanciaram os oficiais dos soldados foram alguns desses efeitos. Com a criação de uma Escola de Sargentos das Armas, o curso de sargentos, com duração de quase 1 ano em período integral, passou a ser a principal – mas não única – fonte de recrutamento para o quadro. Muitos dos ingressos na Escola, através de concurso público, eram vindos diretamente do mundo civil, novidade numa época em que para ser sargento, obrigatoriamente deveria-se incorporar como soldado.

O exame de admissão parecia ser bastante concorrido²²² e o curso, sobretudo técnico, ensinava os futuros sargentos a manusearem equipamentos bastante sofisticados para a época. A apropriação doutrinária norte-americana fez com que as funções dos sargentos, em primeiro momento, se especializassem em cerca de 140 qualificações, sendo elas, posteriormente, reduzidas a pouco mais de 30 (MURICY, 1981, p. 629).

Mais cultos e profissionalizados, os sargentos acabaram assumindo diversas funções que, anteriormente, eram delegadas exclusivamente aos oficiais. Formalmente, os sargentos ainda eram somente auxiliares dos oficiais,²²³ mas tornara-se cada vez mais comum os

²²⁰ *Idem.*

²²¹ *Idem.*

²²² Alfred Stepan aponta que, para o ano de 1967, de 9.261 candidatos, 453 foram aprovados, uma média de cerca de 20 candidatos por vaga. (STEPAN, 1975, p. 118). Essa proporcionalidade parece não ter sido diferente logo após a criação da Escola, pois, recorda-se o velho sargento Jelcy Rodrigues Correia, que cursou a ESA em 1951, que, no seu ano de curso, entre 8 a 10 mil disputaram as cerca de 400 vagas existentes (SANTOS, 2010, p. 121)

²²³ Artigos 159, 196 e 199, do Decreto 42.018, de 9 de agosto de 1957 (Regulamento Interno e dos Serviços Gerais). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1950-1969/D42018.htm; Acesso em: 9 Dez 2010.

sargentos serem encarregados das instruções e da disciplina dos soldados. Além disso, informalmente, os sargentos passaram a assumir o papel de patronos dos soldados, que, também, era exclusivo dos oficiais. Contudo,

A elevação do status educacional e profissional dos sargentos não foi acompanhada por uma elevação correspondente de sua posição social ou política (...) O foco de seu ressentimento era a aguda diferença entre o status legal dos oficiais e dos sargentos e praças em geral (...). O novo status dos sargentos, dentro da estrutura militar lhes deu condição para se tornarem um grupo poderoso e distinto (STEPAN, 1975, p. 118).

Nem mesmo no Exército o status profissional dos sargentos era garantia de algum respeito dos oficiais por sua nova condição. Esse aspecto é observado no caso do 3º sargento Lívio Maurício de Souza, por exemplo. Com menos de cinco anos de serviço como sargento, conforme dispositivo regulamentar²²⁴, Lívio não podia se casar, mas o fez. Com a finalidade de passar uma lua de mel por conta própria, o sargento ausentou-se de 24 de dezembro de 1948 a 03 de janeiro de 1949. Quando se apresentou, alegou que sua esposa estava doente, por isso não havia ido ao quartel antes, nem teve como comunicar o motivo da ausência. Sofreu uma pena disciplinar de 8 dias de prisão, “por ter andado ausente sem licença”. Pela transgressão considerada grave, foi rebaixado a soldado, de acordo com uma disposição do Regulamento Interno dos Serviços Gerais²²⁵. Mas esse mesmo dispositivo violava o Estatuto dos Militares, que dizia que “A praça com vitaliciedade presumida só perde a graduação, quando expulsa do Exército...” O relator do Superior Tribunal Militar (STM) disse que, com esse ato, o sargento havia recebido irregularmente uma que “é a maior pena que se pode impor a um militar depois da de morte.” Mesmo para uma

praça com uma invejável folha de serviços, pejada de elogios individuais, o que explica seu rápido acesso da graduação de 3º sargento, estava engajado, voluntariamente, por três anos...²²⁶

Além da prisão e do rebaixamento, o sargento foi processado na justiça militar e

²²⁴ Inciso nº 60, do Decreto nº 8.835, de 23 de fevereiro, de 1942, e Artigo 102, do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares, de 1946).

²²⁵ Na realidade, o Decreto-Lei nº 2186, de 13 de maio de 1940, que regia o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, afirmava a possibilidade dos sargentos e graduados, diante de crimes que ofendiam o decoro da farda, por uma manobra burocrática, serem expulsos, rebaixados a soldados e reincluídos, a fim de cumprirem seu tempo de serviço até o término contratual. O Estatuto dos Militares, de 1946, havia revogado essa normatização; contudo, ela parece ter permanecido sendo utilizada na prática administrativa dos quartéis. Ver Boletim do Exército nº 22, de 1º de junho de 1940, p. 1.452.

²²⁶ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 46, de 18 de novembro de 1950, pp. 3795-3797.

condenado em primeira instância, o que, segundo o parecer do STM, apareceria como uma 3ª punição, muito severa para um sargento que “tinha conquistado merecidamente sua promoção” e seu engajamento por 3 anos

e agora, por uma anomalia do RISG, passa a soldado da classe inferior, para como tal servir esse tempo e, provavelmente sem alcançar mais qualquer promoção devido a pena que se lhe impõe como desertor. Ter-se-á dado a transformação de um ótimo sargento, num soldado de discutível amor ao serviço. Parece-me iníquo, para o homem; parece-se nocivo à corporação – Castelo Branco.²²⁷

O sargento foi absolvido.

Esse novo status do grupo passaria a ser visto com desconfiança pela oficialidade, pois talvez houvesse o entendimento de que, na clivagem de longa data, entre oficiais e sargentos, naquele momento, o fiel da balança possivelmente estivesse pendendo um pouco mais para o lado dos sargentos.

Para Karl Mannheim, o desejo de ascender na escala social, caso se difunda excessivamente entre os grupos, pode tornar-se motivo de deflagração de uma revolução. Para o autor, o fato de esse desejo, enquanto esforço geral, estar mais presente na sociedade atual, é devido a difusão da competição, cujo primeiro efeito é fazer o indivíduo abandonar suas atitudes tradicionais e preocupar-se mais com seu bem estar pessoal do que com o endosso comum aos padrões aceitos por sua sociedade. Porém, caso essa competição produza mais iniciativas e ambição do que as saídas criativas que existem, pode levar à ruína todo o sistema. “Se existem mais forças produtivas em operação que oportunidades para ação espontânea ou posições de liderança, testemunharemos aquela insatisfação geral que leva à revolução.” A tarefa do sistema social subsequente será ou criar novas oportunidades para a efetivação da ambição ou suprimir a ambição. Para ele, a repressão da individualização na Alemanha de sua época era uma reação contra o aumento da anterior vitalidade mental do povo, que se tornou desproporcional à capacidade de absorção da ordem existente (MANNHEIM, 1982, p. 65).

O modelo de socialização dos sargentos, no período pós-45, talvez tenha acompanhado esse modelo. Com a criação da Escola de Sargentos das Armas, em 1945, houve, ainda que de maneira muito rudimentar, uma profissionalização do grupo. Os novos horizontes de possibilidades abertas ao grupo elevaram-lhe o status social e educacional, no mundo civil, contudo, internamente, não havia espaço para o crescimento de sua cota de

²²⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 46, de 18 de novembro de 1950, pp. 3795-3797.

poder.

O capixaba 2º Sargento Valério Leão de Lima, por exemplo, era atuante no movimento literário de seu estado²²⁸ e pertencia ao 3º Regimento de Infantaria. Intentando ascender ao oficialato, havia solicitado inscrição para realizar os exames de admissão à Escola de Intendência do Exército, sendo deferido na condição de serem “satisfeitas as demais exigências regulamentares”.²²⁹ O então sargento parece não ter satisfeito as condições exigidas, não tendo sido aprovado na seleção. Permaneceu no Exército por ainda vinte e dois anos, até 1962, quando foi para a reserva remunerada como capitão do Quadro Auxiliar de Administração²³⁰. Está cadastrado atualmente no banco de dados do Exército como major.²³¹

Outros escreveram obras a respeito de sua experiência na Itália. Outros tantos conseguiram, ou pelo menos pleitearam, cursos universitários, em uma época em que apenas os mais abastados os tinham. Todos socializados a partir de uma matriz pelo menos desejavelmente única, mas cada um dos sargentos com um propósito de vida e ambições diferentes, apropriou-se dessa socialização, de um modo completamente distinto.

Nota-se, ainda, que, mesmo aqueles que ambicionavam se destacar dos demais colegas sargentos tarimbeiros, escolhendo caminhos que não fossem o próprio Exército, acabavam não escapando dos tentáculos da instituição para seus propósitos. Os escritores escreveram sobre sua participação na FEB. Aqueles que conseguiram cursar faculdades tentaram exercer, ou exerceram, sua profissão paralela dentro dos quartéis ou prestaram concursos para oficiais. Os que se enveredavam pela luta política tinham como bandeiras principais temas relacionados à sociedade militar, principalmente, carreiras, salários, benefícios sociais.

Nas camadas mais pobres – lugar social da grande massa dos sargentos – ser sargento era um símbolo de colocação social²³². Era um sinal claro de que as preocupações básicas de sobrevivência orgânica, pelas quais estavam acostumados os indivíduos

²²⁸ Junto com outros estudantes da Faculdade de Direito de Vitória e do Colégio Estadual do Espírito Santo foi um dos fundadores, em 1946, da “Academia Capixaba dos Novos, muito atuante no cenário literário da capital capixaba da época. AZEVEDO, Karla Veruska. **A trajetória da campanha nacional de escolas da comunidade em terras capixabas (1948-1971)**. Dissertação de Mestrado em Educação, UFES, 2007, p. 97.

²²⁹ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 13, de 30 Mar 1940, p. 789.

²³⁰ Diário Oficial da União de 31 de Julho de 1962, p. 7.

²³¹ Departamento Geral do Pessoal: Disponível em: http://www.dgp.eb.mil.br/almq1/cons_nome1.asp?testaNome=0; Acesso em: 13 Ago 2011.

²³² No romance de Manuel Antônio de Almeida, o narrador comenta que o personagem principal, Leonardo, havia sido “elevado ao posto de sargento, o que já não é, no Exército, pouca coisa.” ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. 25ª Edição. São Paulo: Ática, 1996.

pertencentes ao seu grupo social de origem, não mais o iriam afetar. Os hábitos, as práticas sociais e afetivas e os padrões de consumo seriam outros, refletindo o caráter socialmente conservador daquelas aspirações, mas indicando a ascensão social, que sua nova condição indicada pelo epíteto de sargentos poderia lhe possibilitar. As aspirações políticas fizeram parte dessas possibilidades.

No ano de 1961, os sargentos tiveram uma participação importante para a manutenção da posse do Presidente Jango, sabotando a chamada “Operação Mosquito” (DOS SANTOS, 2011, p.36). O gaúcho Leonel Brizola mantinha uma relação de interesses com os sargentos de algumas associações no Rio Grande do Sul. Sugeriu ao seu cunhado, o então presidente João Goulart a possibilidade de se fiar nos sargentos como seu dispositivo militar (STEPAN, 1975, p. 119). Fator que trouxe importantes acontecimentos, que envolveram ou protagonizaram os sargentos, principalmente a Revolta dos Sargentos de Brasília, em 1963. De um modo ou outro, esses fatores trouxeram o grupo social²³³ para o cenário político, lançando em si luzes de reconhecimento público, que jamais tiveram no ambiente militar.

Muitos sargentos foram punidos por tomarem posições políticas e as declararem.²³⁴ A socialização militar parece não ter sido suficiente para apartarem os sargentos do universo político. Aliás, a própria socialização militar é que parece ter incentivado – pelo menos na ótica de um dos mais polêmicos generais do Golpe de 1964 – a luta política dos sargentos. Na época em que o General Mourão Filho escreveu seu diário, para ele o sargento ideal deveria ser o “sargentão rude e pouco instruído, mas incapaz de se considerar em condições de se meter em política e impossibilitado de ter articulação em âmbito nacional” (FILHO, 1978, p. 255). Era um saudosista do ideal-típico sargento que, na década de 1960, já não correspondia mais à totalidade do grupo de subalternos, mais politizados e cultos do que aquela figura arquetípica do sargento.

Para ele, a Escola de Sargentos das Armas deveria ser fechada

porque é um centro de formação de futuros subversivos, pois não se submetem ao

²³³ Não havia empatia dos sargentos com os soldados, já que, em 1961, o lema da participação dos sargentos no movimento pela Legalidade fora “sargento também é povo” (MACIEL, 2009, p. 178). Ou seja, mantinha um caráter exclusivista tanto em relação aos oficiais, quanto em relação às outras praças, cabos e soldados.

²³⁴ Em 12 de maio de 1963, “cerca de mil sargentos do Exército reuniram-se no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), com a presença de dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entre os quais Hércules Correia e Osvaldo Pacheco. Na ocasião o sargento Gelci Rodrigues Correia pronunciou um violento discurso, jurando 'defender a ordem em nossa Pátria, mas não essa que está aí, que beneficia somente uns poucos privilegiados'. No dia 23, Krueel determinou que o sargento fosse punido com 30 dias de prisão” (SANTOS, 2010, p. 44).

posto e consideram-se não um círculo, mas uma classe. A ESA estabelece a luta de classes dentro do Exército, ou melhor, a luta de Círculos, a dos Círculos de Oficiais e a dos Círculos dos Sargentos (FILHO, 1978, p. 256).

Dado o golpe, em 1964, restou à cúpula dos oficiais desarticular o que havia demorado algum tempo para se organizar. Expulsões, prisões, aposentadorias, conforme o caso, foram os métodos utilizados para quebrar a ossatura do grupo dos sargentos que buscou se organizar em prol de suas ambições de grupo. A maioria dos sargentos, contudo, permaneceu alheia a essa organização e continuou sua rotina normal de instruções dadas aos recrutas da realização de exercícios ou atividades burocráticas e expedientes, com horários mais ou menos definidos. A tarefa de lutar abertamente contra o sistema coube aos insatisfeitos sociais. Os resignados ajudaram a prender os colegas, sem a devida consciência de que as ambições eram individuais, mas muitos de seus frutos seriam coletivos. Os efeitos colaterais, no entanto, se dariam em ambos os níveis. Nos níveis individuais: as prisões, expulsões a bem da disciplina, sem nenhum direito, mesmo depois de vários anos de serviços prestados ao Exército. No nível coletivo: o recrudescimento das coerções; a cerrada patrulha ideológica; o cerceamento das individualidades e o reforço do discurso coletivista; as perseguições às ambições consideradas não adequadas aos sargentos. Nesse sentido, pode ser dito que a socialização dos sargentos tornara-se mais áspera, mais amarga, deliberadamente mais intransigente, no intuito racionalizado de eliminar as ambições dos indivíduos, ou melhor, adequá-las ao que lhe é esperado e desejável.

d. As associações de sargentos e o universo político

Muitas súplicas individuais de militares davam entrada no ministério da Guerra, provocadas por abusos, omissões ou erros ocasionados pelos próprios agentes da administração militar. Os atos oficiais, baseados em hiatos normativos ou em regulamentos sobrepostos, davam margem a exacerbações individuais, que, em muitos casos, pareciam extrapolar os limites do que poderia ser considerado justo e moral, contrariando um mínimo de segurança jurídica a seus administrados. Em 1951, por exemplo, várias famílias de sargentos-ajudantes e 1º sargentos, já na reserva remunerada, simplesmente tiveram seus proventos cortados até que fossem “derimidadas[sic] as dúvidas sugeridas com as novas

disposições do atual CVVM.²³⁵ O relator da comissão interpretativa do Código de Vencimento e Vantagens dos Militares disse que vinha

recebendo, com insistência, várias solicitações de pessoas das famílias de sargentos ajudantes e primeiros sargentos transferidos para a reserva remunerada de acordo com o art 213 do antigo Código, no sentido de amenizar a situação difícil em que se encontram.²³⁶

A suspensão arbitrária do pagamento dos vencimentos aos familiares dos sargentos pode ser encarada um abuso administrativo, mas olhando o parecer da comissão é como se a “insistência” das solicitações daqueles familiares, em “situação difícil”, estivesse extrapolando a barreira do que achavam conveniente. Apenas pelas insistências constantes dos familiares dos sargentos a comissão havia agilizado a resolução do caso e a expedição do parecer. Dentro de um regime laboral com essa margem de insegurança, podia parecer plausível, aos sargentos, a utilização de métodos de garantia de seus direitos, que desbordassem os limites do que era considerado, pelos operadores da alta administração do Exército, como regulamentar e disciplinado.

Aliás, todos os tipos de manifestações de seus subordinados, sejam elas públicas, escritas ou não, eram consideradas pelo Alto Comando como lesivas à ordem e à disciplina. Com um olhar reificado sobre os seus subordinados, a alta oficialidade mantinha sobre eles quase que uma relação de posse concreta, e todos os atos de seus subordinados que lhes fugiam ao controle direto, eram considerados traição. Porém, encontra-se nas fontes levantadas a informação de que os desbordamentos dos canais hierárquicos eram muito comuns, inclusive e principalmente nas depreciações relativas aos interesses individuais dos militares inferiores, incluindo os sargentos. O Ministro da Guerra recomendara, em 1951, a oficiais e praças que ao reivindicarem seus direitos, o fizesse “estritamente dentro das normas regulamentares e com os instrumentos legais”. Ele considerava que havia

se tornado frequente ultimamente por parte de oficiais e praças, a prática de dirigir-

²³⁵ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno da 5ª Companhia Leve de Manutenção nº 241, de 25 de outubro de 1951. Na lei anterior, o Decreto-Lei 2186, de 13 Mai 1940, era garantido aos sargentos -ajudantes, 1º sargentos e amanuenses a reserva com 25 anos de serviço com soldo de 2º tenente e 2% por ano excedente a 25 anos. Para o sargento habilitado na sua especialidade, além do soldo de 2º tenente era promovido àquele posto e 5% por ano excedente a 25 anos. O código atual previa a passagem para a inatividade no mesmo posto ou graduação da atividade. O parecer da comissão foi permanecer a situação vigente anteriormente para quem já possuía o direito.

²³⁶ *Idem.*

se diretamente ao Presidente da República e outras autoridades por intermédio de cartas e memoriais, a fim de pleitear benefícios pessoais, protestar contra pretensas injustiças de que se consideram vítimas ou reivindicar direitos de que se julgavam postergados. [E ainda] que tal procedimento é contrário a boa ética militar, pois fere os princípios firmados em nossos regulamentos e é altamente prejudicial à Secretaria da Presidência da República e outros órgãos congêneres cujos trabalhos são desnecessariamente tumultuados por tarefas que não lhes são especificadas e cujas soluções ficam na dependência de informações e pareceres dos órgãos competentes, a que deviam ter recorrido os petiçãoários, se tivessem se enquadrado dentro das prescrições regulamentares e se utilizado dos instrumentos legais.²³⁷

Pelo lado da administração, era óbvio o tumulto causado ao Secretário do Ministro da Guerra, caso cada um dos oficiais, sargentos, cabos e soldados do Exército resolvessem requerer individualmente ao Ministro, sem nenhum filtro de seus comandos inferiores. Incapazes de solucionar todas as súplicas que lhes chegavam oriundas de todos os quartéis, e não abrindo mão de seu desejo centralizador, o Alto Comando do Exército, na figura de seu Ministro, via com desagrado as tentativas individuais de resolverem seus problemas particulares, sem a apreciação dos comandos militares. Não possuíam meios de decidirem sobre tudo, a respeito de seus subordinados, o que se potencializava muitas vezes, por uma aparente má vontade decisória.²³⁸ Os problemas não eram solucionados pelo Alto Comando, nem permitiam oficialmente que, por outros órgãos ou indivíduos de outras figurações civis correspondentes e mesmo superiores, como era o caso do Presidente da República, resolvessem assuntos pendentes de sua competência.

Após a II Guerra Mundial, o contexto político já vinha influenciando sobremaneira as condições de socialização dos sargentos. Houve uma crescente movimentação por parte dos sargentos de todas as forças armadas e das forças policiais em se organizarem em associações de classe, de caráter assistencial e recreativo.²³⁹ Aquele vácuo resolutivo, a respeito dos problemas que afligiam a grande maioria dos sargentos, aos poucos, acabou dando espaço para que associações de classe fossem criadas e assumissem o papel de porta-

²³⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno da 5ª Companhia Leve de Manutenção nº 173, de 2 de agosto de 1951; transcrição do Aviso nº 442, de 16 de julho de 1951, publicado no Boletim Interno da Secretaria Geral do Ministério da Guerra (SGMG) nº 138, de 19 de julho de 1951.

²³⁸ O 1º sargento reformado Teodoro Ferreira da Silva, pedindo despacho de uma petição sua que solicitava pagamento de Cr\$ 995,80, que julgava ser de direito, recebeu o despacho mandando arquivar e que, “O interessado requeira, querendo, novamente, as quotas a que se julga com direito”. EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 29, de 22 de julho de 1950, p. 2018.

²³⁹ O Grêmio Sargento Expedicionário Sargento Santana foi fundado pelos radiotelegrafistas que serviam em Porto Alegre, em 12 de fevereiro de 1947, no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, em 28 de setembro de 1948, foi fundada a Casa dos Sargentos do Rio Grande do Sul, que englobava sócios do Exército, Marinha, Aeronáutica e Brigada Militar. Disponível em: http://www.geraldosantana.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=70&Itemid=98; Acesso em: 13 Mai 2010.

vozes daquela coletividade.

Em 7 de outubro de 1950, foi fundada a Associação dos Sargentos da 5ª Região Militar, “de caráter exclusivamente assistencial”, instalando-se a sede provisória no Serviço de Assistência Médica do Exército (SAME) do Quartel General da 5ª Região Militar / Divisão de Infantaria.²⁴⁰

Essa associação dos sargentos da 5ª Região, juntamente com outras associações e casas dos sargentos, que foram fundadas em todo o país, principalmente depois da guerra, vieram ao encontro do que pareceu pretender o Exército desde 1945, com a instituição da Comissão Especial do Serviço Social do Exército (CESSE), que buscava propor medidas que contribuíssem “para o bem estar social do pessoal deste Ministério e de seus dependentes, bem como mantê-lo permanentemente informado da respectiva execução”.²⁴¹

As criações das associações dos sargentos haviam sido independentes da cúpula do Exército, mas apesar de coadunarem com a prática assistencialista a qual pretendia o Ministério da Guerra, precisavam de algum tipo de controle por parte dos oficiais. Na ótica dos oficiais, sabia-se do potencial desagregador da disciplina: a existência de um núcleo unido de sargentos.

O seu controle, inicialmente, pretendeu-se jurídico, com a iniciativa das próprias comissões de membros que elaboravam seus estatutos, de observarem o caráter “exclusivamente assistencial”²⁴², ou a intenção “recreativa, desportiva, cultural e beneficente”²⁴³ da fundação dessas casas ou associações. Os membros dessas comissões e todos os seus presidentes eram subtenentes e sargentos ainda da ativa, e eram observados de maneira contumaz pelos seus oficiais comandantes (FILHO, 1978, p. 257).

Outra maneira encontrada pela oficialidade de manter um relativo controle dessas associações foi a oferta de facilidades para os seus associados em descontarem suas mensalidades na folha de pagamento do Exército. Era interessante para todos os envolvidos esse desconto em folha. Do lado dos associados, facilitava o pagamento e a manutenção do

²⁴⁰ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno da 5ª Companhia Leve de Manutenção nº 115, de 21 de novembro de 1950.

²⁴¹ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno da 5ª Companhia Leve de Manutenção nº 102, de 4 de novembro de 1950.

²⁴² EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno da 5ª Companhia Leve de Manutenção nº 115, de 21 de novembro de 1950.

²⁴³ Estatuto da Casa dos Sargentos do Rio Grande do Sul, fundada em 28 de setembro de 1948, por suboficiais, subtenentes e sargentos da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira e Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.geraldosantana.com.br/>; Acesso em: 13 Out 2010.

vínculo com a associação. Do lado da associação, evitava a inadimplência e dificultava relativamente a evasão dos associados. Pelo lado do Exército, a cada solicitação de desconto em folha, a alta oficialidade tinha condições de controlar quantos e quais eram seus sócios.

Quando os núcleos de alguma dessas associações começaram a abrir as portas de suas organizações às discussões políticas, sob viés nacionalista ou, para a cúpula da oficialidade, de viés “comunista”, e a dar sinais de que não aceitariam uma manipulação mais efetiva dos seus oficiais hierarcas, essas facilidades começaram a ser suprimidas.²⁴⁴ Isso indica o aspecto utilitarista do “assistencialismo” para com os sargentos e para com os praças, de um modo geral. Ele continha um caráter de mera barganha disciplinar que não se via, por exemplo, no Clube Militar do Rio de Janeiro ou nos Círculos Militares dos estados, associações de frequência exclusiva dos oficiais. As discussões políticas aconteciam nelas de maneira tão ou mais efusivas e não houve quaisquer tipos de represálias generalizadas aos seus associados por conta disso.

Aliás, a influência política em todas as associações militares fora generalizada a partir dos anos de 1940, potencializando-se no início dos anos de 1950. Especificamente sobre a influência em relação aos sargentos, o ministro da Guerra, general Newton Estillac Leal pronunciou-se, no final do ano de 1951, por meio de uma recomendação ministerial, em tom de ameaça, nos seguintes termos:

1) De algum tempo a esta parte, momentosa questão tem perturbado a habitual harmonia, que caracteriza a atividade profissional de meus camaradas, sendo de notar a influência que tem exercido, nesse particular, certos escritos dados a público quer em revistas ou outros órgãos de difusão quer na imprensa cotidiana. Sem embargo de que a nenhuma entidade jurídica ou simples órgão de natureza jornalística, dirigidos por militares seja dado arrogar-se o direito de exprimir o pensamento de parte ou de todo o Exército (prerrogativa do Ministro da Guerra) certas atividades principalmente publicitárias, têm oferecido margem a explorações e comentários demagógicos ou mal intencionados, com apreciável frequência. Semelhantes acontecimentos não afetado sobremaneira os laços da sadia camaradagem e do tradicional respeito aos princípios da hierarquia, todos basilares da mais simples organização militar. Podendo tal estado de coisas tornar-se profundamente danoso à coesão do Exército, é de mister que cada um dos seus membros envide todos os esforços no sentido de fazer cessar as causas que vêm inquietando a família militar. Ao baixar o presente Aviso, não deixo de ter firmemente presentes os termos constitucionais do parágrafo 5º do artigo 141, que facultam ao cidadão a livre manifestação do pensamento; mas atendo-se [sic] também a ressalva que lá se encontra: 'responde cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer'. Ademais, a minha formação de soldado, que não deve diferir da de meus camaradas, não esquece outros termos constitucionais que impõem ao militar determinadas e explícitas restrições nessa

²⁴⁴ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno da 5ª Companhia Leve de Manutenção nº 116, de 22 de novembro de 1950.

liberdade, por todos nós aceita antecipadamente, naquele grave momento de nossa vida, em que perante o altar da Pátria, nos comprometemos, solenemente, servi-la de modo integral. As leis comuns – e nelas se incluem os nossos Regulamentos militares – definem, claramente, essas restrições e mais a de que 'a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre os militares da ativa ou da reserva, reformados ou asilados' (Estatuto dos Militares, art 13), o que só enobrece e dignifica os militares de boa formação. Não é pelo fato de pertencer a uma entidade que goze de prerrogativas de pessoa jurídica que o militar se libera dos compromissos assumidos com a essência própria da carreira que, livre, espontânea [sic] e ardorosamente abraçou. Embora integrante dessa pessoa jurídica não fica ele divorciado de sua qualidade precípua de soldado, permanecendo por sujeito às sanções regulamentares e a hierarquia, disciplinar, mesmo que fale, aja ou escreva como parte ou por intermédio da referida entidade. Se o Chefe do Exército carece de recurso legal para intervir na entidade jurídica formada por militares visto como a lei outorga tal faculdade a outro elemento do poder público, entretanto não acontece com relação a qualidade de militar dos seus componentes, caso em que lhe é dado empregar instrumentos simples de uso diário nas menores organizações militares, com a finalidade de manter inquebrantável e inatingida a viga mestra de qualquer instituição: - Disciplina. Recomendo, pois, aos escalões hierárquicos que façam cumprir com rigor as normas regulamentares que pautam a conduta dos militares, dentro ou fora da caserna pela palavra falada ou escrita em jornais, revistas, folhetins, ou quaisquer outros órgãos publicitários, na conformidade do que preceituam sobre tudo, os seguintes dispositivos: - artigos 176 e 179 da Constituição Federal; artigos 13, 14 e 25 (letras c,d,h,g,e 27 do Estatuto dos Militares, artigo 13 (nrs 3, 102, 104, 109, 111, 113 e 126), do Regulamento Disciplinar do Exército e artigo 144 do Código Penal Militar. Nesse grave instante dos destinos humanos, mais do que nunca devemos estar unidos e coesos, atentos e vigilantes aos perigos, venham de onde vierem, internos ou externos a fim de que se mantenha inalteravelmente senhora de seus destinos, altaneira e proficuamente laboriosa esta grande Pátria Brasileira. Em tal contingência é que, como Chefe do Exército, reitero aos meus camaradas minha palavra de ordem: Disciplina, Trabalho e Lealdade.(a)- General Newton Estillac Leal- Ministro da Guerra.”²⁴⁵

O próprio Estillac Leal, no ano anterior, tinha sido eleito o presidente do Clube Militar, cuja chapa “defendia teses nacionalistas e polêmicas, tais como o monopólio estatal do petróleo, o respeito incondicional à legalidade democrática e o não alinhamento internacional aos Estados Unidos, com críticas, inclusive, à intervenção norte-americana na Coreia.”²⁴⁶ Era um general politizado, sendo considerado pertencente a uma ala militar relativamente progressista, vinculado a um pensamento nacionalista e de esquerda (CARVALHO, 1999, p. 344; SANTOS, 2010, p.30; MURICY, 1993, p. 300).

Mas, como Ministro da Guerra, não podia aceitar um recrudescimento político, principalmente aquele oriundo da classe dos sargentos, que se relacionava diretamente sobre as condições de vida que tinham no Exército. Se as manifestações políticas dos oficiais

²⁴⁵ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno da 5ª Companhia Leve de Manutenção nº 248, de 3 de novembro de 1951.

²⁴⁶ Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/estillac_leal; Acesso em: 27 Mai 2010.

podiam ser consideradas naturais num regime democrático pleno, as mesmas manifestações vindas de sargentos foram consideradas um ato atentatório contra a hierarquia e a disciplina. Da mesma maneira que a Lei Eleitoral previa o voto e a possibilidade de candidatura somente para os oficiais, a livre manifestação também era vedada às camadas subalternas.

A recomendação não citava nomes ou grupos, mas relacionava-se diretamente a fatos ocorridos com o presidente da Casa dos Sargentos do Brasil, a respeito de publicações ligadas à campanha do “Petróleo é Nosso”. A Casa dos Sargentos, representada pelo seu presidente e membros, publicava também pronunciamentos referentes a assuntos estritamente relacionados à socialização daquela categoria social.

Esse clima efervescente, de declarações públicas de militares, nessa época, fora generalizado. Houve reclamações de comandantes, inclusive nos níveis locais, particularmente nas capitais dos estados, onde havia comandos de generais. Em meados de 1951, o comandante da 5ª Região Militar, em Curitiba, reclamava que

Tendo alguns oficiais, subordinados diretamente a este Comando, feito declarações a Jornais sobre assunto a IPM e a decisão superior e além disso divulgado, sem autorização, ordens que lhes foram dadas a considerando o caráter funcional da intervenção dos mesmos oficiais no incidente, este Comando estranha tal atitude que fere as normas de discrição[sic] e reserva da ética militar e preconizadas [sic] pelos Estatutos Militares, Regulamento Disciplinar do Exército e outros Regulamentos.²⁴⁷

Apesar de proibidas pelos regulamentos militares, as manifestações públicas relativas a assuntos políticos ou militares eram bastante comuns, tanto nos níveis dos oficiais, como nos níveis dos sargentos. A diferença era que enquanto os oficiais manifestantes eram reprimidos apenas com ameaças, os sargentos eram punidos à luz dos regulamentos, muitas vezes com a expulsão.²⁴⁸

O período dito democrático parecia estar “contaminando” o ambiente castrense pelo menos com a expectativa de uma maior liberdade de expressão. Os atos reivindicatórios passaram a ter cada vez mais publicidade numa mídia relativamente independente, principalmente as mídias formuladas pelas associações representativas.

Toda manifestação de subordinados que escapasse ao controle da alta oficialidade, podia ser considerada lesiva à disciplina e à hierarquia. Dez anos antes, o ministro da Guerra havia solicitado ao DIP a sustação da circulação de revistas e jornais editadas, que se

²⁴⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim Interno da 5ª Companhia Leve de Manutenção nº 167, de 3 de 26 de julho de 1951; transcrição do Boletim Regional nº 167, de 23 de julho de 1951.

²⁴⁸ Aviso nº 541, publicado no Boletim do Exército nº 35, de 2 de setembro de 1950, pp. 2391-2392.

apresentavam como “órgãos da classe militar ou interessadas no debate e solução dos problemas da defesa nacional”, mas não seriam de interesse do Exército. Aliás, conforme o Ministro,

muito pelo contrário, só servem para comprometê-lo... pois se socorrem de seu nome para levar o comércio local a aceder às suas solicitações de anúncios. O Exército só reconhece como de sua utilidade as publicações a seguir: Defesa Nacional, Nação Armada, Tiro de Guerra,...Revista Militar Brasileira...Revista da Escola Militar, Aspiração...Revista da Casa dos Sargentos.²⁴⁹

Significa que a Revista da Casa dos Sargentos, em 1940, ainda era um meio de divulgação politicamente neutro, porque sua presidência ainda era politicamente neutra, pelo menos com uma limitada ação política entre seus sócios. O ministro do Exército ainda a considerava como uma publicação de utilidade da Instituição, pois em seu editorial não havia textos de crítica política, nem muito menos de crítica a fatos castrenses. Em 1951, o Presidente da Casa dos Sargentos tornou-se *persona non grata* do Ministro, chegando a ser expulso do Exército, por ter publicado um texto no jornal da associação, em apoio à campanha do Petróleo é Nosso.²⁵⁰

A Casa dos Sargentos do Exército havia sido criada, pelos sargentos que serviam na capital federal do Rio de Janeiro, antes mesmo da década de 1940, sem nenhuma participação ou auxílio direto da cúpula do Exército. Ela pretendia conglomerar os sargentos de todas as forças armadas, incluindo os da polícia militar. No início de 1950, aquela associação passou a ser reconhecida pela cúpula do Exército pela sua atividade prática de assistência social prestada aos sargentos. Foram reconhecidos como de utilidade pública²⁵¹ e depois estendidos ao Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica e à Casa do Sargento do Brasil os mesmos benefícios do decreto-lei 832, de 5 de novembro de 1938, que tratava das entidades consignatárias, às quais os militares pudessem solicitar empréstimos pessoais para aquisição de imóveis.²⁵² No rol daquelas entidades originais havia associações de oficiais do Exército e de outras entidades de classes civis, e também uma associação de praças da Marinha.

A questão relacionada à construção de casas próprias era uma preocupação frequente

²⁴⁹ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 09, de 2 março de 1940, p. 569.

²⁵⁰ Aviso nº 541, publicado no Boletim do Exército nº 35, de 2 de setembro de 1950, pp. 2391-2392.

²⁵¹ Lei nº 1.107, de 21 de maio de 1950, publicada no Boletim do Exército nº 22, de 3 de junho de 1950, p. 1529.

²⁵² Lei nº 1.145, de 21 de junho de 1950, publicada no Boletim do Exército nº 26, de 1º de julho de 1950, p. 1758.

do alto comando, que via nos altos e crescentes alugueiros, principalmente nas grandes cidades, particularmente no Rio de Janeiro, e no soldo defasado, uma mistura efervescente que poderia gerar problemas na esfera disciplinar. Apesar de insuficientes, os oficiais já contavam com casas fornecidas pelo Exército, desde a década de 1920²⁵³. Os sargentos e os outros praças só passaram a ser motivo de preocupação efetiva nos anos de 1950.²⁵⁴

Contudo, o episódio político – no contexto do movimento chamado “O petróleo é nosso” – relacionado, particularmente, ao presidente da Casa do Sargento do Brasil, que se utilizara de sua função para falar em nome de todos os sargentos, fez com que o vínculo oficial com o Exército e o seu reconhecimento como entidade social fosse anulado. Naquela oportunidade de amplas discussões entre nacionalistas e os chamados “entreguistas”, o sargento Luiz Carrión Roland da Silva, então presidente da Casa do Sargento do Brasil, de posições nacionalistas, havia dirigido à Casa do Sargento de São Paulo um telegrama de felicitações, publicado no jornal “O Sargento”, de agosto de 1950, órgão editado pela própria Casa do Sargento do Brasil, nos seguintes termos:

Nome Suboficiais, Subtenentes Sargentos Forças Armadas Auxiliares vg felicito Diretoria Quadro Social dessa prestigiosa instituição motivo realização conferência tema patriótico defesa nossa riqueza mineral patrocinada Centro Estudos Defesa Petróleo sentido desmascarar planos sinistros trustes poderosos empenhados sugar nossas riquezas e minerais estratégicos fabricação terrífica bomba atômica para dominar pelo terror e pela luta a humanidade laboriosa em detrimento paz mundial pt Casa Sargento Brasil inteiramente solidária co-irmã paulista vg apreensiva projeto Lei Segurança que facilitará manobras tendentes quebrar ímpeto nossa luta em prol reivindicações classe vg especificamente Código Vencimentos e no fundamental roubar direito determinar livremente destinos gloriosa Nação Brasileira vg concita sargento todo Brasil velar sobrevivência nacional pelo Código Vencimentos contra os trustes e leis lesivas nossos interesses – Marchemos unidos pt Pela Diretoria Luiz Carrión Rolan Silva – Presidente.²⁵⁵

Uma rápida sindicância ajudou o ministro da Guerra, o General Canrobert, a concluir

²⁵³ MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. Dat., pp. 75-76. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

²⁵⁴ Em 1950, o comandante da Fábrica da Estrela, ao ser inspecionado pelo então ministro da Guerra, foi elogiado por este último, por ter em sua unidade “muito desenvolvido o Serviço social, quer com a concessão de auxílios aos operários e suas famílias quer com a conclusão da construção de um grupo de casas e a construção de novas moradias”. Boletim do Exército nº 27, de 8 de julho de 1950, p. 1862. De acordo com o então ministro da Guerra, o Marechal Lott, o grande volume de verbas recebidas pelo Exército no período em que estava à frente do Ministério, no governo JK, deu-se por conta do investimento maciço em termos de construção de residências para oficiais e sargentos. LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002, p. 95. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista117.pdf>; Acesso em: 28 Nov 2011.

²⁵⁵ Aviso nº 541, publicado no Boletim do Exército nº 35, de 2 de setembro de 1950, pp. 2391-2392.

que, dentre outras coisas, o referido sargento, descumprindo determinações que lhe foram dadas, “a respeito de sua conduta como Presidente da Associação, quando, por duas vezes, foi advertido pelo Ministro da Guerra”, tentou “com as soléncias de seu telegrama abalar a estrutura de nossa instituição armada incitando a classe contra os Poderes constituídos” procurando, dessa forma, transformar a Casa do Sargento em “propagandista de ideias que, como é do conhecimento público, são de origem comunista.”²⁵⁶ O ministro da Guerra respondeu com duas ações punitivas. Uma delas deu-se de forma direta à pessoa do sargento Carrión, expulsando-o do Exército.

A outra punição teve um cunho social, para todos os sargentos já associados, e potenciais sócios. Oficialmente o Exército passou a não reconhecer a entidade como sendo de sua utilidade e o ministro da Guerra proibiu o desconto interno, em folha de pagamento, das mensalidades daquela agremiação.²⁵⁷

Após intensa participação nas discussões acerca da nacionalização do Petróleo, juntamente com o Clube Militar, a Casa do Sargento do Brasil foi um dos primeiros alvos da cúpula dos oficiais, sendo desarticulada a associação, presos e torturados os membros mais politicamente combativos (SODRÉ, 1968, pp. 338-341).

A alta cúpula insistia no esvaziamento político dos sargentos, e, anos depois, a associação iria representar um outro papel bem menos combativo, sendo utilizada pelos altos escalões do Exército em seu potencial controlador acerca dos sargentos.²⁵⁸

As circunstâncias que envolveram a chamada campanha do “Petróleo é Nosso” e as nem sempre episódicas manifestações dos representantes das associações de sargentos deixaram patente o ponto de vista, em relação aos sargentos, da parcela socialmente conservadora dos oficiais. Essa querela chegou a envolver o Clube Militar. As percepções negativas, a respeito da imagem de um lado e de outro, reforçaram-se sob o viés ideológico da disputa entre nacionalistas e entreguistas. Nas eleições para o Clube Militar, a ala nacionalista exerceu pressão para a abertura do Clube aos oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO)

²⁵⁶ *Idem.*

²⁵⁷ Boletim do Exército nº 45, de 11 de novembro de 1950, p. 3349.

²⁵⁸ O general Muricy falando do clima da época anterior a 1964, e do envolvimento político dos sargentos, conta que quando das conferências proferidas pelo então deputado e sargento Garcia, pelo Nordeste, este havia ido até o Rio Grande do Norte, para mostrar como a coisa era para os sargentos. Nessa oportunidade, de acordo com Muricy, “eu chamei o presidente do Clube dos Sargentos e disse: 'Não posso nem vou impedir. Mas quero saber tudo que ocorrer lá dentro.' ”MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. Dat., p. 464. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

oriundos dos quadros dos sargentos, para garantirem, dessa forma, a maioria de votantes. Sabia-se que grande maioria dos sargentos era composta de nacionalistas (SANTOS, 2010, p. 126).

O Quadro Auxiliar de Oficiais havia sido criado em 1946 e seu decreto de criação definia que “os oficiais do QAO têm os mesmos deveres, direitos e prerrogativas, vencimentos e vantagens dos demais oficiais do Exército”, ressalvadas as restrições funcionais expressas no decreto que o criou.²⁵⁹ Para o general Muricy, um dos conservadores da época, os oficiais do QAO eram aqueles “dos quadros ordinários, provindo de sargentos, portanto, uma massa muito flexível nas mãos dos chefes”(...)esse pessoal foi jogado como sócio dentro do Clube Militar e sobre ele não tínhamos...” (MURICY, 1981, p. 277). E o que começou sendo uma disputa política pela presidência do Clube Militar desenvolveu-se para um “problema” social, entre outsiders e estabelecidos,

porque o Clube Militar subentendia oficiais de carreira e chegou-se ao ponto de haver mais oficiais fora de carreira do que oficiais de carreira. Houve um desvirtuamento no aproveitamento da grande massa contra a elite (MURICY, 1981, p. 277).

Não considerando os oficiais do QAO como sendo “de carreira” – porque incorporaram ao Exército como soldado e nele fizeram carreira como sargentos –, o general Muricy aponta uma motivação social, que, para além das motivações políticas ou ideológicas, fizeram com que a ala conservadora não aceitasse, de bom grado, a permanência de membros daquele quadro, de antigos sargentos, como sócios efetivos do Clube Militar. Para o general, depois que os oficiais do QAO passaram a se associar ao Clube Militar,

nos deu um trabalho enorme para, aos poucos, irmos eliminando... Eram rapazes bons, havia muita gente boa, mas que não tinha condições... Inclusive, havia choques de educações muito grandes. O Clube Militar deixou de ser frequentado por uma porção de famílias, porque começou a haver um... Não que a gente queira, mas não deseja viver num meio que não seja igual ao nosso. Todos nós tentamos... Eu tenho uma porção de amigos que são homens pobres, mas eu não desejo que minha mulher viva no meio de pessoas que não tenham educação, não quero que meus filhos vivam no meio de pessoas que não tenham educação; isso natural (MURICY, 1981, pp. 277-278)

Deixando bastante claro o preconceito do oficial de formação, em relação aos oficiais comissionados, por tempo de serviço, é o mesmo general Muricy que entendia serem

²⁵⁹ Artigo 5º, do Decreto-Lei n. 8.760, de 21 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=104175> ; Acesso em: 21 Jan 2010.

os membros do QAO “oficiais que não têm a preparação militar completa” (MURICY, 1981, p. 672). Eram vistos por uma parcela da oficialidade de carreira como sargentos melhorados.

A percepção já antiga, por parte dos oficiais, de serem os sargentos – e praças de uma maneira geral – cidadãos de segunda classe, escorria por gravidade até à base da pirâmide hierárquica. Ela atuava na socialização dos sargentos, com um reforço da sua autoimagem inferiorizada, ao referenciar-se aos oficiais. Uma das fontes analisadas neste trabalho, sargento dos anos de 1950, menciona que

um sargento era uma sub-raça como costumava dizer, né... Era, era assim que funcionava. Os oficiais tratavam você assim como um cara analfabeto praticamente, né... Os oficiais eram a elite né... bom... Tinha que ser também né.²⁶⁰

Elias explicaria esse modelo de tratamento – em que a inferioridade de um grupo, com um pequeno coeficiente de poder, é reforçada por outro, com um maior gradiente de poder – como um padrão.

Afixar o rótulo de 'valor humano inferior' a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS, 2000, p. 24)

Ambos manteriam uma relação de recíproca dependência entre si, construindo uma figuração social em que os de maior poder são considerados “estabelecidos”, e os de menor poder podem ser considerados “*outsiders*”.

É a partir desse sentido, numa trama complexa e ambígua, que os sargentos podem ser considerados “estabelecidos”, quando comparados aos soldados; porém, ao compará-los aos oficiais, são “*outsiders*”. São os indivíduos desse grupo, de caráter dúbio, que interessam ao presente trabalho e suas vozes particulares serão privilegiadas nos capítulos seguintes. Testemunhas de suas gerações, suas memórias e percepções acerca do universo que vivenciaram, diretamente ou indiretamente, – com todas as contradições que se estabelecem numa narrativa controlada e potencialmente manipulada, como são as entrevistas (AMADO & FERREIRA, 2002, pp. 37-41) – são imagens vivas de um tempo recente que se passou. São imagens vivas de um grupo específico dentro do Exército, que tem sua identidade construída,

²⁶⁰ LUZ, Abdon. [Capitão do QAO] Entrevista concedida em 14 de janeiro de 2011, na residência do depoente, em Curitiba.

social e historicamente, de maneira dinâmica, com inúmeras contradições e sempre a partir de outros grupos referenciais. São imagens vivas de que o que foram individualmente fez parte e, ao mesmo tempo, ajudou a modificar a imensa figuração social do Exército. É para algumas dessas “pessoas simples ..., excluídos...que tendemos a considerar os não-atores da história” (AMADO & FERREIRA, 2002,pp. 40-41) que passo a palavra.

CAPÍTULO III

VOZES IRROMPIDAS: OS SARGENTOS, SUAS REPRESENTAÇÕES E A SOCIALIZAÇÃO MILITAR ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1980

1. O “CULTO” E SOCIALMENTE INSATISFEITO: ABDON LUZ, SARGENTO DE 1956²⁶¹

a. Primeiras experiências: o Exército

O sargento Abdon Luz nasceu em São Joaquim, Santa Catarina, em 15 de março de 1935. filho de pai marceneiro e de mãe dona de casa, depois professora de corte e costura. Sentou praça no 2º Batalhão Rodoviário, em Lages, em 7 de fevereiro de 1954. Fez o curso de cabo burocrata no próprio batalhão, naquele mesmo ano. No ano seguinte, em 1955, realizou o curso de sargentos, também, na própria unidade. Sendo preterido para promoção em sua unidade de origem, conseguiu com um tenente-coronel, chefe de uma das seções do estado-maior do batalhão, uma vaga para promoção a 3º sargento burocrata, mas para isso teria que ser transferido para o 23º Regimento de Infantaria.

Abdon reforça que a perseguição pessoal de um dos capitães do batalhão rodoviário havia sido o principal motivo pela demora em ser promovido. Não fosse o apadrinhamento daquele tenente-coronel e a consequente promoção, afirma Abdon que talvez nem tivesse permanecido no Exército. Mesmo depois de tantas décadas passadas, a memória de Abdon, talvez como um reflexo de gratidão, ainda tem guardado o nome completo desse tenente-coronel, Edson Giordano de Medeiros.²⁶²

O curso era apenas um pré-requisito para a promoção, não a garantindo. Davam-se as promoções dentro das vagas em claro existentes em cada uma das unidades, e o cabo com o CFS poderia demorar vários anos para ser promovido, dependendo da abertura de vagas na sua qualificação, dentro de sua Organização Militar. Ou, conforme foi o caso de Abdon, podia

²⁶¹ Promovido a capitão, último posto que poderia alcançar, está na reserva remunerada, desde julho de 1986.

²⁶² Edson Giordano de Medeiros, anos depois, após a conflagração do Golpe Militar, de 1964, quando servia no CPOR de Curitiba, fora preso, por exercer “militância política em partidos de esquerda”; logo, um antagonista do Golpe que fora dado. Ver: DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Revista de Sociologia Política* (Online). nº 22, Curitiba, Jun, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000100014>. Acesso em: 19 Jan 2013.

ser transferido para outra unidade, onde houvesse as vagas na qualificação e na graduação pleiteadas. Dificilmente esse tipo de transferência para promoção dava-se sem algum tipo de apadrinhamento pessoal de um oficial.

Abdon acusa ter sido perseguido por um capitão de engenharia, que supostamente impedira sua promoção, dando-a a outros soldados mais novos que ele. Talvez houvesse outra explicação para essa preterição. Havendo apenas uma vaga para 3º sargento, talvez não adiantasse ser bem colocado no curso. Para ser promovido, seria condição *sine qua non* ter sido o 1º colocado. A promoção dava-se de acordo com a nota do curso, independente da antiguidade do cabo. Na nota, já estava embutido um conceito gerado a partir da média dos conceitos pessoais dos instrutores acerca dos alunos. O primeiro curso do cabo Abdon não deve ter sido terminado com um *score* satisfatório e capaz de concorrer a uma promoção naquela unidade, pelo menos a curto prazo. Abdon achou por bem repetir o curso, a fim de melhorar sua nota.²⁶³ Ainda assim, não deve ter tido uma nota superior à nota do recruta que o fez ser preterido na promoção do ano seguinte.

Não é descartada a veracidade de uma “perseguição”, como ele mesmo define (LUZ, 2011) – que pode ser sentida em outras oportunidades – mas pelo menos nesse caso, havia alguns limites objetivos em relação ao poder que possuía um capitão, em atrasar ou adiantar promoções. Assim fosse, o próprio tenente-coronel S/3 deteria poder discricionário suficiente para promovê-lo, sem ter que mudá-lo de quartel. Mas parecia não ter. Se o capitão não quisesse promovê-lo a sargento, seria bem mais fácil não recomendá-lo ao curso.

Depois de finalizado o curso, com a classificação dos alunos objetivada em uma publicação no boletim da unidade, o poder discricionário de um capitão, em relação a promoção de um sargento, reduzir-se-ia sensivelmente.

Em 1970, quinze anos após ter realizado seu curso de sargento, no quartel em que incorporou como soldado, foi obrigado a se requalificar, realizando um outro curso de sargento. Uma nova socialização militar, agora potencializada. O seu insistente reforço de que havia feito um outro curso, “um curso de sargento como se fosse um sargento novo”, de que havia escolhido Infantaria e que o curso havia sido realizado na ESA, indica que existia uma relativa valorização dessas características na socialização dos sargentos, por essa época; indica que era motivo de orgulho pertencer à Infantaria, ser formado na Escola de Sargentos da Armas: “sempre...vem falar o pessoal: 'Ah, você veio da ESA!!' Como é que era a coisa

²⁶³ LUZ, Abdon. Entrevista concedida ao autor, na residência do depoente, em Curitiba, no dia 14 Jan 2011.

lá...Eu fui lá ver como era a coisa lá na ESA, né” (LUZ, 2011).

Pouco tempo depois da criação da ESA, – a mesma época em que Olympio Mourão Filho confidenciaria em seu diário, posteriormente publicado, sua saudade do “sargento rude” (FILHO, 1978, p. 255) formado no corpo de tropa – parece ter surgido entre os sargentos a sensação distintiva de que a formação no corpo de tropa emprestava bem menos status do que a formação naquela escola. Enquanto nos cursos feitos nos corpos de tropa a exigência intelectual talvez parecesse ser menor, onde o aluno simplesmente “estava lá frequentando a aula e fazia as provas”, o curso na ESA, por sua vez, “era brabo! Tem que estudar, viu. Tem muitas... Pelo menos no meu tempo foi assim né... Muito campo também” (LUZ, 2011)

O orgulho do lugar onde fez o curso é indiscreto quando Abdon fala que

Mais tarde, eles começaram, devido ao grande número, a dar a fazer esse curso na tropa também, mas eu não. Eu fui pra escola mesmo. Eu fiz lá na ESA. (...) eu acabei fazendo também, na ESA, o curso de Infantaria (LUZ, 2011).

A matrícula na ESA foi automática, sendo a obrigação do curso fruto de uma modificação nos quadros do Exército, tendo sido extinta a Qualificação Militar de Burocrata a qual pertencia. O curso fora realizado como 2º sargento, em 1970, quase 14 anos depois de sua promoção a 3º sargento, com 35 anos de idade.

Normalmente, o curso da ESA era realizado mediante concurso prévio. Soube que as provas eram difíceis, pois havia sido fiscal de prova nalgumas oportunidades. Segundo ele, “a ESA, a gente tinha que fazer um vestibularzinho...Tem que ser bom para passar. Ou tinha que ter conhecimento ou então ia na sorte mesmo” (LUZ, 2011).

Parece que a duplicidade de modos de permanecer no Exército como sargento permitia ao grupo uma essência heterogênea, no que tange à sua cultura formal. Não que o concurso da ESA exigisse um nível de conhecimento formal elevado, pois cobrava-se a 8ª série do ensino fundamental. Contudo, fora uma exigência que nivelava intelectualmente de uma forma ou de outra aquele grupo inferior do Exército. Além disso, a concorrência tornara o concurso relativamente difícil para os padrões das classes mais pobres, exigindo dos seus candidatos um esforço extra de estudos para serem aprovados. O concurso e o curso, desse modo, inseriam aqueles indivíduos no caminho do estudo formal, pondo como foco a meritocracia.

Muitos se adaptavam ao estilo de vida de permanente estudo e, após a realização do

curso, continuavam na presença dos livros. Abdon Luz conta:

Quando eu cheguei aqui, e fui pra Intendência, aqui em Curitiba, lá na Intendência, e lá nós nos reunimos com uma turminha de sargento também que eram [*sic*], nós éramos interessados em estudar, não é. Aí, o Valmor, tinham outros lá também, e à noite nós...Eu fiquei praticamente 12 anos depois que eu casei. Aqui. Quer dizer, chegava em casa, via a mulher, jantava, ia pra escola, voltava a uma hora da manhã. Meia Noite, onze e meia, uma hora da manhã. E assim foi por quase esses 12 anos (LUZ, 2011).

Abdon queria ser médico. Após tentativas sem sucesso, abandonou o sonho, assumindo a identidade de sargento integralmente. Brinca ele que se tornou um “sargentão” (LUZ, 2011). Outros, de sua mesma geração, obtiveram sucesso e fizeram Odontologia, Medicina,²⁶⁴ Veterinária (LUZ, 2011), Economia, Matemática, História, Letras.²⁶⁵

Mas por que buscar nos estudos formais, secundários e, depois, universitários, a satisfação pessoal e social? Porque parece que esse fora um movimento bombeado por uma espécie de pensamento coletivo que – apesar de não ter se desenvolvido de maneira generalizada em todos os elementos do grupo – impulsionou uma parcela de sargentos aos estudos universitários e à realização pessoal através deles. Norbert Elias nos ajuda a entender essa dinâmica.

Segundo o autor, no longo processo de formação e de desenvolvimento social do que hoje se conhece por individualidade, assumiu um valor especial, para jovens e adultos, distinguir-se dos seus semelhantes, sendo os indivíduos absorvidos por uma contínua competição, onde se lhes apresenta como indispensável à manutenção de seu orgulho e respeito próprios o fato de poder dizer a si mesmos que tais qualidades, posses, realizações ou dons são os que lhes diferem das outras pessoas ao seu redor. Desde a infância, portanto, aprendem aquilo que é louvável e o que causa orgulho, aprendem que é desejável distinguir-se dos demais, por seus próprios méritos, aprendem a encontrar satisfação com esse tipo de sucesso (ELIAS, 1994, pp. 117-120).

Quando jovem, o depoente julgara que ser militar lhe granjearia orgulho, pois distinguir-se-ia dos demais daquele seu grupo, na pequena cidade interiorana de Santa Catarina. Quando soldado – talvez depois de entender a hierarquia militar e o lugar nada

²⁶⁴ Ele conta: “Quando eu fui pra ESA fazer o curso e que voltei, o Backmann ele estava tendo dificuldades para frequentar as aulas de medicina dele” (LUZ, 2011).

²⁶⁵ Em 1973, o então 3º Sgt Helio Adolar Blum apresentou um Certificado de Conclusão de Curso Superior, passado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da PUC-PR, para que constasse em seus assentamentos. EXÉRCITO BRASILEIRO. 5ª Companhia Leve de Manutenção. Boletim Interno nº 035, de 19 de fevereiro de 1973.

privilegiado do soldado nela –, julgando que ser cabo lhe traria um reconhecimento social superior, fez o curso de cabo e foi promovido. Quando cabo, já absorvida a euforia do primeiro contato com o novo status, entendeu que ser cabo não o satisfazia por completo em seu desejo por ser estimado. Julgando que ser sargento lhe traria a notabilidade de que precisava, fez o curso de sargentos. Recém-promovido, orgulhava-se de ostentar com garbo seu uniforme de 3º sargento,²⁶⁶ mas com o passar dos anos, perceberia que, no seu ambiente de trabalho, vivia em uma situação ambígua. Em relação aos cabos e soldados, o distinto sargento obtinha apreço e respeito. Contudo, em relação aos oficiais – os quais ele considerava como sendo a “elite” –, o sargento Abdon era apenas mais um daqueles considerados “como um cara analfabeto praticamente, né” (LUZ, 2011). A frustração em ser considerado um “cara analfabeto” convenceu-o de que, se quisesse alterar esse estado de pensamento ao seu respeito, deveria tomar providências no sentido contrário. Não havia como abandonar o grupo dos sargentos saindo do Exército, por questões materiais de subsistência e pelo desejo de estabilidade num emprego relativamente seguro. Migrar simplesmente para o grupo dos oficiais lhe era impossível, salvo duas formas bastante custosas. Uma delas seria simplesmente esperar o tempo passar até, mediante promoções sucessivas, caso tivesse muito bom conceito de seus superiores, ingressar no Quadro de Oficiais de Administração (QOA).²⁶⁷ A outra forma seria antecipar essa espera por meio da realização de um curso universitário de medicina, odontologia, farmácia ou veterinária, para, em seguida, prestar concursos para a Escola de Saúde do Exército. Segundo o depoente, a sua intenção fora essa, durante muito tempo, e depois de algumas tentativas frustradas nos exames vestibulares, aliadas a problemas familiares, não prosseguiu no intento.

Mesmo não sendo feliz em sua intenção de cursar odontologia, fica claro que Abdon

²⁶⁶ A satisfação pela imagem de si dentro da vestimenta e dos aparatos, peculiares daquele seu novo status hierárquico, é notória no depoimento daquele velho sargento, pois a primeira referência que se lembra a respeito de “ser” sargento foi num desfile militar comemorativo à Independência, em 7 de setembro, ocorrido poucos dias após a sua promoção: “eu fui promovido em agosto, não me lembro bem o dia, se foi no dia 29 ou 30 de agosto, e em setembro eu já desfilei como 3º sargento [risos..]” (LUZ, 2011).

²⁶⁷ Com o término da II Guerra Mundial, com a finalidade primitiva de abarcar os oficiais convocados que quisessem permanecer na Força e os sargentos e subtenentes propostos pelo comandante da FEB para promoção a 2º tenentes, por meio do Decreto-Lei nº 8.760, de 21 de janeiro de 1946, foi criado o Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) em que as praças poderiam ascender até o posto de 1º tenente. Dez anos depois, a Lei nº 2.750, de 4 de Abril de 1956 extingue o QAO e cria o QAA, já permitindo a ascensão até capitão. Um ano depois dessa mudança, por meio da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957 – que cumprira o determinado pela Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956, a qual dispunha uma nova organização básica para o Exército –, o QAA foi extinto e, em seu lugar, foram criados o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), e o Quadro de Oficiais Especialistas (QOE). Novamente, em 1972, através do Decreto nº 84.333, de 20 de Dezembro de 1979, o quadro volta a se chamar Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO).

não se desviou do seu propósito inicial, que era o de conquistar respeito. Um propósito que começou desde sua infância e foi-se concretizando, com o passar dos anos, por intermédio de uma série de pequenos feitos. Um propósito que, de maneira alguma, foi-lhe exclusivo, mas, pelo contrário, faz parte da maioria dos seus contemporâneos. Para Elias, há um padrão socialmente estabelecido nesse propósito, que normalmente é levado em consideração, em termos de objetivos de vida, na socialização dos indivíduos. Segundo Elias,

Na juventude, a pessoa pode e deve escolher, dentre a profusão de metas possíveis que essas sociedades lhe oferecem – primeiro através da posição de seus pais e depois através da que ela mesma atinge –, esta ou aquela meta que prometa a máxima realização de suas inclinações e aspirações pessoais. Pode almejar atividades profissionais ou de lazer que, segundo acredita, lhe deem uma oportunidade de se destacar dos outros, sustentar-se em seus próprios pés e tornar-se independente até de seus pais ou da tribo; pode buscar algo que a destaque de todos os seus parentes e amigos, que lhe permita conquistar ou transformar-se em algo especialmente excepcional, singular ou 'grandioso', na competição controlada entre os indivíduos. Pois isso é o que ocupa o mais alto lugar na escala de valores dessas sociedades e que garante ao indivíduo o respeito, o aplauso e, muitas vezes, o amor (ELIAS, 1994, p. 119).

Esse propósito pode se prolongar em alguns indivíduos adultos, os quais, à medida que se tornam insatisfeitos quanto ao seu status social, entendem que necessitam assumir um papel social ainda mais grandioso, passando, desse modo, toda uma existência numa busca contínua de mudança de status, com a finalidade última de sentir-se reconhecido e respeitado. Esse foi o caso do depoente até determinado ponto de sua vida. Nesse sentido, assim como outros, com o objetivo de aumentarem ao máximo o seu leque de escolhas possíveis, pelem numa luta inglória, contra as amarras impostas pela realidade social, que receberam ao nascer. Deparam-se com um livre-arbítrio individual sobremodo limitado, com bloqueios bastante reais. Sua amplitude independerá de elementos que fogem ao controle de suas vontades particulares, mas derivam das características relacionadas às esferas familiar e social às quais pertenceu na sua infância e, conseqüentemente, dos estímulos que recebeu. Enfim, suas escolhas dependem intrinsecamente da sua vida prática. Norbert Elias salienta que qualquer indivíduo, por mais que ele ambicione,

não lhe é possível, simplesmente, passar para outra função, mesmo que o deseje. (...) Cada qual é obrigado a usar certo tipo de traje; está preso a certo ritual no trato com os outros e a formas específicas de comportamento (...). Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele, e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe

(ELIAS, 1994, p. 21).

Tão inglória é a luta contra essas amarras, que muitos não se submetem a ela. Fazem as primeiras e sofridas escolhas, para, logo em seguida, conformarem-se às determinações impostas pela realidade social que lhes é apresentada. Por haver, na vida prática de cada um, em particular, diversos matizes de condicionantes estruturados logo na infância e na juventude, nos grupos sociais adultos há como corolário vários tipos de personalidades individuais, resultantes dessas inúmeras matrizes de socialização primária. No Exército, como não poderia deixar de ser, essa realidade se estabelece ao levarmos em consideração a variação de posicionamentos individuais em relação à sociedade que os circunda e os absorve. Por isso há um contraste entre o desejo de alguns sargentos em se desenvolverem intelectualmente, como parece ter sido o caso do depoente e a inação de outros, com mínima instrução formal. Abdon acha que

o estudo no quartel, na época da “Revolução” e pra cá um pouco ainda, era assim, muito baixo o nível de cultura dos sargentos. Tem sargentos...eu servi com sargentos em Salvador, que ele era analfabeto... (LUZ, 2011)

À luz das reflexões de Norbert Elias, acerca das relações entre grupos considerados estabelecidos e outros *outsiders*, no caso do Exército, e, particularmente, das relações entre oficiais e sargentos, a existência de sargentos tão rústicos, a ponto de serem considerados analfabetos pelos próprios membros de seu grupo hierárquico, faz muito sentido, se aliada a uma outra observação feita pelo depoente. Em outra passagem, o próprio Abdon – demonstrando uma mágoa latente, talvez por crer que os oficiais nivelavam seu grupo por baixo – assegura que os oficiais tratavam os sargentos como “um cara analfabeto praticamente” (LUZ, 2011). Considerando certa a afirmativa de que os oficiais percebiam o grupo dos sargentos pelo seu viés menos apreciável, mais uma vez se apresenta uma característica da teoria eliasiana nas relações entre os oficiais e sargentos do Exército, pois, de acordo com o autor, “o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características 'ruins' de sua porção 'pior' – de sua minoria anômica” (ELIAS, 2000, p. 22).

Em contrapartida, o depoente, ao lembrar-se principalmente de antigos colegas sargentos, que desenvolveram capacidades intelectuais e laborais em paralelo ou mesmo fora do quartel, o que será esmiuçado a seguir,²⁶⁸ demonstra o outro lado da teoria de Elias,

²⁶⁸ Nominalmente se recorda do empresário Valmor Weiss, o veterinário Bornancim, o médico Backmann, mas

confirmando o fato de que a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar mais normativo, na minoria dos seus melhores membros (ELIAS, 2000, p. 23).

Melhores membros que, de um modo ou de outro, acabaram burlando as amarras sociais nas quais eram presos, muito possivelmente devido aos utensílios diferenciados, adquiridos em sua socialização primária junto à família. Com isso, puderam impelir as fronteiras de seu lugar social a uma distância capaz de subverter as limitações originais de suas futuras opções, já na vida adulta.

Mas estes não eram a maioria dos sargentos. A maioria era, sim, relativamente inculta e vinha de um grupo social originalmente desprovido da utensilagem da boa educação e das delicadas afetações cortesias, esperadas como características de conduta de um estrato, que perseguia um mínimo reconhecimento e respeito, por estar em vias de ascensão social.

b. Sociabilidades e moralidade

Sem que houvesse necessariamente uma relação, ainda que indireta, o nível educacional formal da maioria dos sargentos parecia relacionar-se com as senhas de distinção social de seus familiares. Quando Abdon fora presidente do Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do 20º Batalhão de Infantaria Blindada (20º BIB), havia a promoção de jantares, e conta ele que

a gente costumava fazer lá fora, no Pinheirão, noutra casa assim, um pouco mais, era mais sofisticado o ambiente, pra levar o pessoal. Tinham mulheres ali que nunca tinham entrado dentro de um restaurante, meu Deus, né, foi pela primeira vez, dentro de um restaurante. Tinham esposas de militares ali que nunca sequer um dia foram num jantar dançante, a gente levou esse pessoal, olha vamos dançar lá, jantar e dançar, fazer a festa (LUZ, 2011).

A não frequência a esses ambientes de sociabilidade significava, na ótica de Abdon, uma simplicidade de costumes de uma classe social inferior, de onde saía a massa dos sargentos e suas esposas. Desse modo, o baixo padrão social acabava por coincidir com o baixo grau de estudos formais da grande maioria dos sargentos. A promoção desses jantares parecia significar, para Abdon Luz, uma inserção dessas pessoas a novos hábitos de uma classe média, aos quais pensavam estar adentrando. Seria uma forma de homogeneizar os hábitos dos novos ingressos na figuração dos sargentos com os antigos já socializados

sabe que houve sargentos administradores, dentistas, etc. (LUZ, 2011).

naqueles costumes.

O Grêmio dos subtenentes e sargentos, desse modo, representava um papel importante na socialização dos sargentos, no sentido de ser uma instituição que tinha sob seu encargo apresentar aos sargentos, e aos seus familiares, os maneirismos e os trejeitos do grupo social dentro do qual eram introduzidos. Parece ficar claro, desse modo, que os sargentos da década de 1950 em diante, diferente dos seus colegas das décadas de 1930 e 1940, viam-se como uma emergente “classe média”, mas com hábitos a serem polidos.

Explicar-se-ia, então, a discriminação dos oficiais em relação aos sargentos, pois é bem possível que houvesse a percepção dos oficiais de que surgira no seio da “classe” dos sargentos uma tentativa de mimetizar costumes que, segundo o pensamento dos oficiais, lhes fossem superiores, muito distantes de sua pertença social. Identifica-se, na figuração composta pelos sargentos e oficiais, um mesmo padrão de relações identificado por Norbert Elias, quando da sua elaboração conceitual de “estabelecidos e *outsiders*”. Segundo Elias,

O padrão do movimento das relações entre os grupos é que os *outsiders* se ressentem e se empenham em melhorar sua situação e aumentar seu status, enquanto os estabelecidos, sentindo-se ameaçados, esforçam-se para manter o que já têm. Os *outsiders* são percebidos pelos estabelecidos como pessoas que não reconhecem seu lugar e agredem suas sensibilidades, portando-se de maneira a provar o estigma de sua inferioridade social. Tendendo a se conduzirem como iguais aos estabelecidos, os *outsiders* provocam reações daqueles, que podem ser rotuladas muitas vezes como 'preconceito' ou 'discriminação' (ELIAS, 2000, pp. 174-175).

Os guardiões morais da instituição, legitimados pelo regulamento disciplinar, juntamente com os guardiões morais do grupo dos sargentos, pretendiam incutir em seus membros um espírito de previsão e um relativo autocontrole. Nessa intenção civilizadora, havia o intuito de coibir-lhes sua frequência a espaços de sociabilidades supostamente degradantes moralmente, preconceituosamente entendidos como destinados às classes inferiores, particularmente os botequins e os lupanários.

Na prática, o autocontrole parecia ser frouxo, e de certa forma legitimava o preconceito social dos oficiais, reforçando a certeza da inferioridade dos sargentos a cada caso de quebra desse tabu, que parecia constante. Constante, a ponto de ser encarado com uma certa naturalidade, ainda que preconceituosa, pelo depoente, o fato de sargentos viverem em “boteco enchendo a cara de cachaça, fazendo bagunça” (LUZ, 2011). Se Abdon frisa que em épocas mais recentes “não havia mais aquela coisa de querer punir o cara só porque uma noite encheu a cara de cachaça ou então foi na zona quebrou tudo lá” (LUZ, 2011) é porque

em época anterior, vivida por ele, a punição era certa, e essas transgressões eram corriqueiras. A moralidade de uma classe média, ciosa por afastar seus filhos da concupiscência, é predominante nas referências que Abdon faz sobre os motivos das punições: o “não se misturar mais com pessoas de botequim”, o “não se misturar mais com maus elementos, cuidar mais da família (...) dar mais atenção ao serviço.” (LUZ, 2011).

São todas fórmulas que Abdon nos apresenta como receitas para se forjar um sargento respeitável. Receitas socialmente homogeneizantes, que parecem não ter sido seguidas por todos.

Um subtenente que, segundo Abdon, havia sido expulso porque um soldado houvera furtado uma pistola de sua reserva, teve associado o seu desleixo e permissividade ao hábito rotineiro e imoderado da bebida. Um outro sargento, companheiro de Abdon, em outro quartel,

de vez em quando ia pro hospital '-O que aconteceu? - Ah! Acho que ele andou enchendo a cara!' Como se dizia assim. Encheu a cara, chegou em casa e deu o maior rebu lá com a família, né. E levaram ele pro hospício e ele tá lá. E ficou louco. Mas daqui a pouco ele volta de novo (LUZ, 2011).

Ao falar acerca de um outro sargento, Abdon comenta que ele havia demorado algum tempo a ser promovido por conta de um crime de homicídio que cometera, “com as bebedeiras dele né.”²⁶⁹

O consumo excessivo do álcool, em todos os casos citados por Abdon, é ligado a algum desvio moral, seja ele o de desleixo profissional, desatenção com a família, loucura, crimes. Chega até nós, conclusivamente, por intermédio do depoente, que os colegas de botequim não eram boas companhias para sargentos do Exército.

Frequentar bares, ir a “zonas de baixo meretrício”, se embebedar, eram hábitos de sociabilidades considerados torpes, relacionados a sargentos considerados desviantes do padrão normal de socialização militar e de conduta moral. Não podiam representar o grupo dos sargentos, não sendo bons exemplos aos seus colegas nem referências aos seus superiores, devendo ser considerados, juntamente com seus hábitos e espaços de sociabilidades, em seu nível individual.

Abdon, ao referir-se a eles, desconecta-os à instituição Exército. Eram colegas de trabalho, mantinham um vínculo identitário em comum, tinham o mesmo linguajar, os

²⁶⁹ *Idem.*

mesmos jargões, mas seus hábitos e espaços de sociabilidades eram escolhidos pelos critérios dos grupos de afinidades ou dos indivíduos separadamente. Nesses espaços, não havia vínculos oficiais com o Exército nem com o compromisso de representar neles um papel social.

Nesses espaços não se sentiam como sargentos que precisavam dar o exemplo, sendo a informalidade um padrão reinante naquelas relações e a sensação de liberdade deveria ser bem mais intensa do que qualquer festejo dentro de um quartel. O contrato social da representação de seu papel poderia durante pelo menos aquelas horas de sociabilidade relativamente livre, ser afrouxado a ponto de se entregarem ao prazer da bebida. O esquecimento das obrigações para com a família, o filho, o trabalho seria a continuidade dessa liberdade encontrada no botequim, onde não se precisaria ser o “sargento fulano”, mas simplesmente o “fulano”.

Nas comemorações patrocinadas pelo Grêmio dos Subtenentes e Sargentos ou nos almoços e jantares, promovidos pelo quartel, não havia aquele mesmo nível de informalidade encontrado nos botequins e nas casas de tolerância. Naquelas comemorações os olhares de muitos, colegas e superiores, podiam lhes comprimir os instintos e tolher-lhes as liberdades. A formalidade exigida podia ser bem menor que no trato funcional cotidiano, porém não se comparava ao descompromisso daquele outro tipo de sociabilidade pública, aquela da rua regada à cachaça, bebida à época sem glamour, sem status, símbolo gastronômico do baixo nível social dos seus consumidores.

Naqueles eventos de sociabilidade militar hierarquicamente controlada, onde o comparecimento era obrigatoriamente fardado, o olhar disciplinar dos participantes não se descuidava e aguçava em cada um deles, oficiais e sargentos, a necessidade de um maior autocontrole. O uso da farda acabava transpondo para o ambiente da brincadeira as mesmas distinções do universo funcional, impondo uma noção de inevitável continuidade com este, pois fazia com que o brincar obedecesse às mesmas regras do trabalhar²⁷⁰, aproximando-se, então, da ideal-típica “Instituição Total” proposta por Ervin Goffman (1974).

Comparando-se a fontes dos anos de 1940 e 50, parece-nos claro que as

²⁷⁰ Morris Janowitz disserta em termos diferentes do que Goffman se utiliza. Contrapondo vida profissional *versus* vida doméstica, Janowitz crê que a “íntima solidariedade social da profissão militar” baseia-se no fato de “a separação entre o local de trabalho e de residência, característica das ocupações urbanas, não existe. Ao invés disso, a comunidade militar é uma comunidade relativamente fechada, em que a vida profissional e doméstica estão completamente misturadas. A nítida segregação entre o trabalho e a vida privada tem sido minimizada na ocupação militar” (JANOWITZ, 1967, p. 177) .

sociabilidades dos sargentos dessa época eram de outro tipo, bem menos refinado. Já havia as Casas dos Sargentos de alguns estados²⁷¹ e a Casa dos Sargentos do Brasil, localizado no Rio de Janeiro. Esses ambientes antes eram limitados a atividades esportivas, a discussões voltadas a ações assistenciais e à melhoria de vida dos sargentos, o que posteriormente se abriu à politização. Eram espaços de sociabilidades voltados aos sargentos somente, não abertos a familiares.

O que vemos, ainda nos anos de 1960, é o desejo por se criar e cultivar espaços de sociabilidades com trejeitos de classe média, onde as famílias dos sargentos se reunissem e jovens sargentos e suas jovens esposas – a maioria delas provenientes também de classes humildes – aprendessem como proceder nessas ocasiões.

Adquirir-se-iam, em tom maneirista, assim como um novo rico, os gestos, a linguagem, os gostos em termos de gastronomia, moda, música e outros produtos culturais de uma figuração específica, em acomodação a um processo de ascensão social. Tanto indivíduos como a figuração a que pertenciam, ou passaram a pertencer, podiam sentir-se diferentes, para não dizer melhores, socialmente, em relação à sua condição anterior, a ponto de naturalizar, com o passar do tempo, a frequência àqueles espaços, assim como o fez Abdon Luz ao se surpreender com o fato de haver esposas de sargentos que nunca haviam entrado num restaurante (LUZ, 2011).

²⁷¹ Em Porto Alegre, por exemplo, foram fundados o Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana, em 12 de fevereiro de 1947, e logo no ano seguinte, em 28 de setembro de 1948, a Casa dos Sargentos do Rio Grande do Sul. No intuito de unir forças e potencializar a representatividade social dos sargentos, na época do ministro Lott, considerado um defensor dos sargentos, as duas associações foram fundidas em 1957. Em São Paulo a Casa do Sargento de São Paulo “nasceu no então Tradicional Restaurante Aviação, na Rua Voluntários da Pátria, cujo local se reuniam Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e da antiga Força Pública, atualmente Polícia Militar do Estado de São Paulo. Essas reuniões de militares surgiram logo após a 2ª Guerra Mundial; nessa época, a disciplina militar era muito rigorosa e sempre surgia uma Patrulha das Forças Armadas ou da então Força Pública, proibindo a permanência dos militares naquele local. Devido à forte pressão contrária às reuniões, veio a ideia de se fundar um Clube...com finalidade Social, Assistencial, Filantrópica, Beneficente, Cultural, Esportiva e Recreativa, integrando o seu quadro associativo Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e auxiliar Força Pública, desta forma esses militares teriam legalmente onde se reunirem.” No dia 25 de Janeiro de 1947, fundou-se a Casa do Sargento de São Paulo. Em 1959 outro clube fora fundado em São Paulo, com o nome de Clube dos ST/Sgt do II Exército. Para Grêmio Sgt Geraldo Santana a Casa dos ST e Sgt do RS, ver **Estatuto Social**, Disponível em: http://www.geraldosantana.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=70&Itemid=98 ; Acesso em: 13 Jun 2010. Para Casa do Sargento de São Paulo, ver histórico, Disponível em: <http://www.casadosargento.com.br/index2.htm>; Acesso em 13 Jun 2010. Para Clube dos ST/Sgt do II Exército, ver Nossa História, Disponível em: <http://www.clubesargentos.com.br/institucional/nossa-historia.html>; Acesso em: 13 Jun 2010.

c. Os simbolismos identitários

A história de vida de Abdon Luz exemplifica uma situação que pode ser reconhecida por muitos ex-sargentos socializados nos anos de 1950 e 1960. Oriundo de uma família humilde, Abdon nascera numa cidade de interior, com mínima presença do Estado. Seu *locus* social contribuiria para um futuro julgamento de que um sargento ou um soldado pudesse representar uma alta e admirável autoridade, na sua comunidade. É o próprio Abdon que revela uma correlação entre ausência de representantes de altos cargos do Estado e a condição interiorana de seu torrão natal, pois, segundo ele,

naquele tempo, uma autoridade era vista como se fosse um Deus...Ainda mais no interior, aonde [*sic*] a gente quase não vê um general, não vê um senador, não é. Não vê às vezes um coronel, uma coisa assim, né, de uma outra unidade...(LUZ, 2011).

Na ausência de autoridades civis (“senadores”) nem militares (“generais” ou “coronéis”), Abdon, e possivelmente uma boa parcela de toda a sua comunidade, teve contato visual, em sua primeira socialização, apenas com representantes da baixa hierarquia do Estado. Antes de entrar no Exército, admirava em sua pequena cidade natal os militares, pois,

naquela ocasião, um cara fardado era um cara que tinha assim um conceito, um prestígio, viu, sem igual, viu. A gente via uma autoridade, principalmente na minha cidade, que era uma cidadezinha do interior, chegava uma autoridade, aquilo pra nós era um...uma coisa assim como um “Deus”, havia assim, aquela maneira de [incompreensível] assim por ele, aquele homem chegar até aquele ponto, que maravilha!, o respeito que a gente nutria por essa autoridade...viu, por um sargento, por um soldado, até de polícia, a gente nutria aquele respeito, e aquela...era uma coisa muito boa naquela ocasião (LUZ, 2011).

Para quem teve uma socialização primária com esses ingredientes, logicamente, chegar a esse status seria um desejo muitíssimo forte. Para aqueles que o concretizaram, o resultado imediato seria a autoestima elevada e o orgulho pela conquista do *status* pretendido. Abdon conta que depois de sua promoção,

onde eu chegava, eu chegava fardado, 3º sargento, a gente com aquela... vaidade, né, de ser sargento, olhando as 3 estrelinhas²⁷² do lado ali, passando na rua, solteiro, né, ...namorando com as meninas e as meninas se intere...'pô esse cara aí, vou casar com um 3º sargento', e tinha muita pretensão (LUZ, 2011).

²⁷² O depoente confunde-se com a divisa de capitão, posto que atingiu antes de ir para a reserva remunerada. A insígnia que define um 3º sargento é um conjunto de 3 vértices justapostos. Ver capítulo V, Insígnias, do Regulamento de Uniformes do Exército. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>; Acesso em: 22 Set 2011.

O alinhado da roupa, o vestir-se com perfeição era uma senha de distinção bastante valorizada e compartilhada por muitos sargentos. Abdon nos declara que

Eu sempre gostei de andar bem... bem trajado, com a roupinha com vinco, sapato brilhando, né. Cabelo cortado. Sempre eu andava...mas eu admirava, sabe. Admirei um companheiro aqui no 20 BIB, que era o sargento Sales da época. Sales. Esse cara foi um máximo. A roupa dele todo dia era mudada. A mulher dele devia ter um trabalho danado pra poder vestir esse homem. Vinco, gomada, sapato brilhando, cabelinho cortado, na pinta, quer dizer, ele, naquela pompa, né, que ele era muito vaidoso, muito orgulhoso. Então, a gente achava aquilo interessante, né, a maneira com que ele se apresentava. Então todo mundo sabia, né, 'o Sales se veste muito bem, o Sales...a roupa do Sales não tem ninguém que possa botar um defeito sequer. É uma perfeição (LUZ, 2011).

d. Entre a resignação e rebeldia

Uma das características desse sargento formado em 1954 é a ambiguidade entre os sentimentos de resignação e revolta. Resignação, na maioria das vezes, em relação às normas escritas e às atividades funcionais e à lógica do trabalho. Revolta, nalguns momentos, em relação às arbitrariedades dos oficiais e em relação à política. Expressa os dois ao mesmo tempo quando se refere ao seu tempo inicial no quartel onde servia em Porto União. Mesmo depois de ter repetido o curso de sargento, no 2º Batalhão Rodoviário, fora preterido na sua promoção. Revoltou-se ao abordar o tenente-coronel S/3 e informar-lhe de sua pretensão de dar baixa, pois se sentiu injustiçado. Mas sua saída seria uma revolta individual, resignada, diante da crença da impossibilidade de alterar o curso do jogo e da sua vida profissional, por outros meios senão o de abandonar o próprio jogo e se arriscar como iniciante em um outro jogo.

Resignou-se em toda sua permanência no Exército, a seguir o curso do tempo, pois, como ele mesmo diz: “depois...que a coisa acalmou mais, eu só tive então que seguir a carreira, conforme o, eu tinha que seguir, conforme estava programado para nós” (LUZ, 2011). Resignou-se a ir para a ESA fazer outro curso de sargento de 6 meses, já com 35 anos de idade e sendo 2º sargento, por um imbróglio administrativo criado pela própria cúpula do Estado Maior do Exército, que extinguiu sua qualificação militar e obrigou seus representantes a voltarem à condição de alunos (LUZ, 2011).

Já capitão resigna-se em dizer que os oficiais tratavam os sargentos “como um cara analfabeto, praticamente, né” e que “os oficiais eram a elite, né... bom...tinha que ser também né...” (LUZ, 2011).

Com sua reprovação no vestibular para Odontologia, o sargento resignou-se em tomar “uma decisão de só me dedicar” ao Exército. Segundo ele, as complicações de mulher, filha... falta de entendimento no quartel” conduziram-no à decisão de abandonar seus sonhos de ascensão social e de desistir de sua “missão de fazer Medicina também, e fazer Odontologia (LUZ, 2011).

Muitos colegas seus deram baixa nos anos de 1960, alguns por conta da repressão aos seus credos políticos e libertários, e outros pela decisão individual de tentarem uma vida melhor na vida civil. Comparando-se àqueles que deram baixa do Exército, Abdon resignadamente afirma que

todo mundo saiu bem. Eu é que fiquei no quartel, é que fiquei um sargentão, e vim para cá depois como oficial [risos] me aposentei né. Talvez se tivesse tido esforço, talvez tivesse tomado alguma atitude, porque tinha muito campo naquela ocasião para gente desenvolver, né (LUZ, 2011)

Ficou como “sargentão”, ascendeu ao oficialato, aposentou-se. Seu riso solto no meio da frase suscita a resignação do velho sargento que passou à condição de oficial para se aposentar, sem pompa, garbo ou vaidade. Sua autoestima parecia ser bastante elevada quando era 3º sargento. Marcou-lhe profundamente o rompimento da barreira do círculo dos cabos e soldados para o círculo dos sargentos. O orgulho pela promoção a 3ª sargento parece ter sido maior do que quaisquer das suas outras promoções posteriores. Abdon só se lembra do ano dessa promoção, de mais nenhuma. O seu primeiro ato simbólico como 3º sargento, o desfile cívico de 7 de setembro, fê-lo guardar na memória inclusive a data aproximada, 29 ou 30 de agosto.

Abdon chegou a capitão, galgando ao último posto que podia chegar na carreira de um sargento, mas suas motivações no final da carreira pareceram ter sido muito menos metafísicas do que a alimentação de uma vaidade pessoal. Sua chegada, já amadurecido, ao oficialato parece ter sido recebida de um modo menos emocional e mais racional do que aqueles atribuídos às características do oficialato dos discursos institucionais. Ter uma promoção a tenente talvez alimentasse a sua vaidade, se tivesse 20 e poucos anos de idade. Para um sargento com 20 e poucos anos de serviço, a promoção a tenente alimentaria apenas seu desejo de melhorar suas condições materiais e de sua família. Significaria muito mais uma melhoria de pensão do que uma ostentação de status.

Certamente que, atrelado a essa motivação material, o rompimento da barreira social

desempenharia importante papel na construção de um orgulho próprio, por ter galgado ao oficialato. Não fosse esse orgulho, não cometeria o ato falho de confundir as divisas de sargentos com as “estrelinhas” nem teria mencionado sua condição de ter atingido o oficialato em seis oportunidades (LUZ, 2011).

Mas o orgulho que Abdon menciona fora somente por sua condição de “oficial”. Não menciona, em nenhum trecho, sua condição de tenente ou capitão. Até quando se refere a datas de promoções, ao invés de se referir aos postos, refere-se ao círculo: “nem a de oficial eu me lembro direito.”²⁷³ É ele o termo distintivo em relação ao praça. É ele que atrela atrás de si toda uma carga simbólica de distinção social em relação aos sargentos, seja no uso de espadas em solenidades militares seja no uso da platina com o símbolo do posto nos ombros, em vez de carregar as divisas nos braços. Os uniformes e seus apetrechos, de um modo geral, são diferenciados.

As casas do Exército, chamadas de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), também possuem padrões de construção diferenciados entre oficiais e sargentos. Os salários e outros tipos de remuneração também são diferenciados. Inúmeras regalias são dadas aos oficiais, simplesmente por sê-lo. “Os oficiais eram a elite né... bom... tinha que ser também né.”²⁷⁴

Contudo, o fato de não ter se lembrado do ano de sua promoção a qualquer um dos postos do oficialato parece ser um bom indício de que, em termos de sentimento que implicariam em euforia ou orgulho, a conquista do status de 3º sargento havia sido bem mais relevante que a ascensão ao oficialato. A divisa de 3º sargento havia sido conquistada ativamente pela realização de um curso e depois ativamente pela sua intercessão junto ao S/3 do batalhão onde servia. Talvez isso lhe tenha dado um retorno psicológico ao ultrapassar a barreira entre os círculos hierárquicos e adentrar na figuração dos sargentos. Em contrapartida, o rompimento da barreira entre os círculos dos sargentos e dos oficiais, com as suas promoções já no oficialato, aconteceu por mera resignação à passagem do tempo e à subordinação à dinâmica disciplinar do Exército. Parece não ter havido muito orgulho em receber passivamente e sem glória as promoções, “conforme estava programado para nós”.²⁷⁵

Ainda como cabo, resignou-se diante do fato de ter que ser transferido de sua região natal, a fim de ver-se promovido a 3º sargento. Na época, fora categórico: “desde que saia

²⁷³ *Idem.*

²⁷⁴ *Idem.*

²⁷⁵ *Idem.*

com promoção, eu aceito”.²⁷⁶

No início da carreira, a fim de tentar resolver problemas de transferências, viu-se obrigado a ir ao centro do poder militar da época, a cidade do Rio de Janeiro, e conversar pessoalmente com quem pudesse ajudá-lo. Sem resultados satisfatórios, conclui:

Ora, daqui pra frente o que acontecer, o que me ofertarem eu vou aceitar e eu vou fazer bem feito e acabou. E aí acabei não dando mais esse problema. Nunca mais sofri, desde que aceitei as coisas como elas.. aceitei e parti a fazer bem feito (LUZ, 2011)

Resignou-se o já velho sargento, quando foi designado a servir no 20º Batalhão de Infantaria Blindado, uma unidade com “um prestígio de oficiais carrascos, perseguidores de sargento...enfim, péssimo, porque ninguém queria servir no 20 BIB”. Foi lá classificado e resignou-se: “eu fui, né... Vou! Fazer o que!?” (LUZ, 2011).

Por conta dessas transferências indesejadas – mesmo após ser absolvido do processo que sofreu entre 1964 e 1965²⁷⁷, mas mesmo assim sendo transferido, por via das dúvidas e de maneira completamente arbitrária para Salvador (LUZ, 2011) – e por causa de outras “encrencas”, Abdon se resigna do sonho de continuidade a um processo de ascensão social que havia começado ao ser promovido a 3º sargento. Triste e melancólico, ele conta:

eu desisti a tanta coisa, disse: Vou me dedicar só à vida militar e não vou querer melhorar muito não, que não vai adiantar muito não. Eu comecei, vou cuidar da família, das minhas atividades militares, vou me dedicar ao Exército e acabou! Não tive mais essa, essa luta pra ser formado... pra ir pra Faculdade. Não dava, né... O expediente ... não me deixasse estudar! (...) a gente chegava em casa, chegava exausto! 15 dias fora assim! Você não chega a terminar uma faculdade não. Perde mais, e no fim você é desligado até do curso por falta de frequência né. Não dá. Eu peguei e fiz: Ah!!! Vou deixar de querer ser...médico, como queria sempre, né. De ser dentista, porque eu fiz vestibular e levei ferro...Depois não tentei mais. Não fui mais fazer vestibular (LUZ, 2011).

Mas a vida desse sargento dos anos de 1950 não foi marcada somente pela resignação. A rebeldia e a revolta, senão externas, mas pelo menos internas com sua condição social, com os caminhos políticos do país, com as arbitrariedades do “Exército” e dos seus atores marcaram profundamente sua história de vida.

²⁷⁶ *Idem.*

²⁷⁷ Abdon Luz foi agregado ao serviço ativo do Exército, a contar de 14 de agosto de 1965, por “permanecer por mais de 6 (seis) meses sujeito a processo no foro militar”, acusado de envolvimento com o então chamado “Grupo dos Onze”, em sua suposta célula paranaense. Ver: Diário Oficial da União de 09 de novembro de 1965, p. 20. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3055088/dou-secao-1-09-11-1965-pg-20>; Acesso em: 15 Abr 2011.

Rebelou-se contra o que pensava ser o anonimato de uma vida civil, no trabalho num banco, quando pretendeu, com sucesso, entrar nas fileiras do Exército. Usaria o que julgara ser um importante signo de notoriedade social, a farda. Porque “naquela ocasião, um cara fardado era um cara que tinha assim um conceito, um prestígio, viu, sem igual, viu” (LUZ, 2011)

Como cabo, Abdon rebelou-se contra o que julgara ser uma perseguição sobre sua pessoa, reclamando o fato quase que em tom de ultimato a um tenente-coronel do estado-maior de sua unidade. Sua reclamação pode ser compreendida quase como uma ato de rebeldia disciplinada em relação ao seu suposto perseguidor, segundo ele um capitão, e ao sistema que permitia esse tipo de dominação subjetiva de uma pessoa em relação aos destinos de outra pessoa, sem qualquer controle objetivo mínimo.

Rebelou-se contra o regulamento que o proibia de se casar, por não ter ainda cinco anos de serviço como sargento²⁷⁸, e passou a “viver juntos...casados religiosamente” (LUZ, 2011).

A fim de manter a integridade material de sua família, rebelou-se também contra o dispositivo regulamentar que idealmente exigia de sua capacidade de trabalho uma devoção integral ao Exército, proibindo os militares da ativa de tomarem “parte de firmas comerciais, de empresas industriais de qualquer natureza, ou nelas exercer função ou emprego remunerado”.²⁷⁹ Vendeu bolsas, livros, até consórcios clandestinos de automóveis, recebendo uma “comissãozinha” a cada venda (LUZ, 2011).

Nesse caso específico, não se rebelara sozinho. Devido aos baixos salários, “todo mundo tinha compromissos ...cada um corria atrás.” Muitos tiravam serviços de escalas para os colegas a troco de dinheiro, o que girava, na época, uma quantia de aproximadamente “50 paus” que “a gente pegava pra tirar um serviço” (LUZ, 2011). Tinha capitão que lecionava em escolas e em faculdades no período noturno. Tinham sargentos que faziam faculdades com a intenção de sair do Exército e melhorar sua vida material.

Rebelou-se contra o tratamento recebido dos oficiais, que julgava semelhante “a um cara analfabeto, praticamente” (LUZ, 2011) e buscou nos estudos a respeitabilidade e a

²⁷⁸ Os sargentos da ativa só podiam contrair matrimônio “mediante licença de autoridade competente”, desde que obedecessem também aos critérios de possuírem mais de 25 anos de idade e 5 anos de serviço na graduação. Ver: Artigos 101 e 102 do Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946. Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De19698.htm; Acesso em: 15 Ago 2009.

²⁷⁹ Ver: Artigo 30, do Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946. Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De19698.htm; Acesso em: 15 Ago 2009.

consideração não encontradas no quartel.

Rebelou-se contra as péssimas condições de trabalho no 20º Batalhão de Infantaria Blindada (20º BIB), no que tangia ao aspecto relacional, entre oficiais e sargentos. Abdon assim disse:

quem faz a unidade não é o medo. Nós vamos lutar pra fazer alguma coisa para resolver o problema desse prestígio que está tendo lá na unidade, lá no 20º BIB (...). Nós não podemos continuar com essa nossa situação aqui dentro, de medo, de ojeriza de oficial, não é... de ter que preferir oficial a metros de distância, do que nem se aproximar... (LUZ, 2011).

Como presidente do Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do 20º BIB, Abdon promoveu um jantar, em um restaurante do Bairro de Santa Felicidade, tradicional recanto gastronômico da capital paranaense. Sua iniciativa parece não ter sido bem aceita entre os seus próprios pares, os sargentos. O depoente conta, não escondendo sua insatisfação: “A turma me pichou: ‘– Tu é um puxa-saco de oficial!!’ Não sei o que é que tem (...) É porque você é muito puxa-saco!!” (LUZ, 2011)

Amargurado com a incompreensão dos colegas da época, Abdon explica seus motivos para a organização do almoço, revivendo a época, reproduzindo os diálogos que mantivera, ou pelo menos gostaria de ter mantido com seus críticos colegas. Ele legitima sua ação de tentativa de aproximação dos círculos hierárquicos dos sargentos com o dos oficiais, pois

Nós vamos ter é que nos acostumar em fazer com que eles se acostumem também conosco a conviverem juntos, em harmonia (...) Não pode continuar com esse negócio de tá punindo sargento, prendendo sargento, enfim, isso nós temos que acabar aqui dentro (...) estou querendo fazer uma coisa para nós arrumar [sic] essa nossa vida. Eu acho que isso aqui agora é só o começo (LUZ, 2011)

Na ótica retrospectiva de Abdon, o jantar fora um sucesso, o clima de entrosamento entre os oficiais começou a amadurecer e tornar-se predominante.

Daquele dia em diante, não houve mais prisão, não houve mais cadeia, não houve mais punição. Dali a pouco, os sargentos entenderam e viram né, que realmente houve uma mudança muito [incompreensível] (LUZ, 2011).

Segundo ele, dessa maneira, os oficiais entenderam o desejo de “trégua” dos sargentos, jogadores menos fortes daquela partida constituída de interdependências entre todos os participantes. Cansados da disputa sob as regras tradicionais, queriam flexibilizá-las.

“Dali a pouco, os sargentos entenderam e viram, que realmente houve uma mudança muito...”
(LUZ, 2011)

Se os sargentos entenderam seu ponto de vista e suas intenções não se sabe bem.
Para Abdon, aqueles colegas

que naquela ocasião me picharam (...) sabem do trabalho... mas não abrem a boca por questões de vaidade: 'não, fulano, isso aqui melhorou muito quando o Abdon assumiu o Grêmio (LUZ, 2011)

Seriam palavras que gostaria de ter ouvido, mas o reconhecimento, por parte dos colegas parece não ter germinado na época, pois na reeleição do Grêmio não saiu vencedor. Acha ele que “ainda nutriam sobre mim alguma, algum ressentimento, como puxa-saco, essas coisas assim, que você conhece de caserna, né!” (LUZ, 2011)

Rebelou-se passivamente com o coronel chefe da Seção de Finanças do Quartel-General, não cumprindo suas determinações “furadas” e confeccionando as folhas de pagamento ao seu modo. Segundo ele conta, com indisfarçável orgulho, as folhas que eram feitas, atendendo as determinações do coronel, sempre voltavam de Brasília para correções. O coronel, então, mandou chamá-lo, pedindo satisfações:

me apelidaram de marechal por causa disso, porque eu quis dar uma aula para ele de Administração Militar (...) Porque o 'Finanças' nos solta aqui umas instruções que são furadas, porque a gente sabe que não vai dar certo (...) vinha aquela legislação enorme, então a gente lia e estudava, né! (LUZ, 2011).

Para enquadrar-se ao sistema, rebelou-se contra ele. Para realizar com correção seu trabalho diário, viu-se obrigado a desobedecer ordens expressas por seus chefes diretos. Uma espécie de contradição facilmente encontrada numa sociedade de modelo autocrático, como é o Exército. Pode ser encarada como rebeldia e afronta, se o caso for analisado com subjetividade.

Era um tipo de rebeldia que visava melhor produtividade e otimização do labor cotidiano, mas cuja ousadia da transgressão não seria menos punível que a rebeldia *anti-establishment* ou a individualista. Abdon, inclusive, receita essa rebeldia digamos “positiva” em outra oportunidade de sua entrevista, a fim de zelar pela segurança individual dos militares sob o comando de oficiais menos experientes. Segundo ele,

você pode também questionar com oficial, com quem quer que for. 'Mas tenente, assim, assim o que o senhor tá mandando não vai dar certo. O que nós vamos fazer

não vai dar certo! Tem que questionar! E antes ninguém questionava. E antes ninguém questionava! Fazia o troço de qualquer maneira, né. Às vezes se machucava (LUZ, 2011).

Abdon parece defender um tipo de contestação em prol do melhor funcionamento das engrenagens da dinâmica social, não uma contestação que buscasse alterações do sistema social.

Rebelou-se disciplinadamente “muitas vezes” em relação a decisões do órgão que cuida das movimentações de pessoal, indo pessoalmente ao Rio de Janeiro, “para conseguir uma modificação de transferência” (LUZ, 2011). Apenas um desses pedidos foi atendido. Ao galgar ao oficialato, em comum acordo com um colega, solicitou ao general comandante da 5ª Região Militar que endossasse um pedido de substituição, em que ele, que seria transferido para a guarnição de Manaus, ficasse em Guarapuava, e o seu colega, que iria para Guarapuava, fosse para Manaus, em seu lugar (LUZ, 2011).

Sendo atendido ou não em suas pretensões, a rebeldia de Abdon não fora apenas contra as ordens arbitrárias de movimentação. Fora contra a aceitação de ser apenas mais um número, uma peça estatística. O fato de se deslocar até o Rio de Janeiro ou até ao Quartel-General de Curitiba, a fim de modificar um ato administrativo militar, é a recusa tácita de ter sua vida tratada como apenas mais uma peça no tabuleiro de xadrez da instituição, um número anônimo. Sua presença física e seu pedido pessoal é uma lembrança, àqueles que estão cuidando de seu caso, que aqueles documentos têm o poder de decidir a vida de pessoas, não números frios.

Essa seria uma atitude que segue os padrões das atividades públicas e políticas no Brasil, onde as normas aplicáveis para favorecer indivíduos são reservadas apenas aos amigos, e as normas aplicáveis para resguardar as instituições são aplicáveis aos demais casos, “inimigos” e desconhecidos. Abdon conhecia a velha fórmula da “res-pública” brasileira: “aos amigos tudo, aos inimigos a força da lei”. Sendo apenas um anônimo, teria apenas a lei. Ele sabia que o “cordialismo” brasileiro necessita de uma aproximação humana, dialógica, para que o seu caso fosse analisado o mais próximo possível da maneira de um “amigo”. Sabia que o calor dos contatos informais valia muito mais que qualquer riqueza ou minúcia técnica de um benfeito e informativo, porém frio, documento formal.

Contra esse *modus operandi* de resolver problemas pessoais que vai em rota de colisão com as determinações e normatizações superiores, de modo informal, não se rebelou.

Reproduziu-o, tentando otimizar a sua utilização. Já soubera usar das armas que possuía quando solicitou sua promoção a 3º sargento, em 1956. Agora, já mais maduro, e articulado, sabia que não precisava temer o centro do poder, pois ele era composto da mesma massa humana da qual Abdon fazia parte, e conhecia muito bem, num nível local, os contatos de que precisava.

Em relação ao universo Político, o sargento formado na década de 1950 foi suspeito de fazer parte do “Grupo dos Onze”, e por isso sendo preso por 4 dias, passando à disposição da justiça por mais de seis meses²⁸⁰.

Parece que o seu posicionamento político atual tende ao conservadorismo da mesma linha defendida pelos ideólogos do regime militar. Defende a lógica da tutela militar em duas oportunidades. A primeira, ao falar da condição salarial antes da “Revolução”, ele afirma que algumas vezes “era preciso um oficial chegar na frente do Presidente, e dizer assim 'não!' O senhor vai dar aumento, ou então o senhor vai sair do banco, né [risos]. Porque tinha que ser meio forçado a coisa” (LUZ, 2011)

Em outro momento, falando do próprio movimento golpista de 1964, ele expõe sua crença política atual, já fortemente eivada dos discursos oficiais de durante e do pós-ditadura. Segundo Abdon,

naquela ocasião, o comunismo estava quase sendo implantado e só não foi implantado porque o Exército meteu a mão...Eu digo, no meu ponto de entender, que não foi ditadura. Foi a libertação do país do escravo... do regime comunista (LUZ, 2011).

Fala do enorme crescimento econômico do período militar, da criação do BNH, da Usina de Itaipu, da Transamazônica, da taxa de emprego, dos aumentos salariais. Em contrapartida, “pessoas que viviam fazendo fofoca, o Exército prendia. Tinha que prender mesmo, não é! Tava fazendo agitação dentro do país. E dessa ocasião foi que eu também fui enquadrado”, por suspeita de pertencer ao Grupo dos Onze (LUZ, 2011)

Mesmo tendo sido preso, processado e, depois, transferido para longe de sua terra, não parece guardar ressentimentos. Para Abdon, fora tudo fruto de um grande engano, ocasionado pelas “besteiras que os sargentos falavam”, o que “veio a prejudicar muita gente”.

²⁸⁰ De acordo com a publicação do Diário Oficial, de 9 de novembro de 1965, o então 2º sargento Abdon Luz havia sido agregado, a contar de 14 de agosto de 1965, por ter passado à disposição da justiça por mais de seis meses. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3055088/dou-secao-1-09-11-1965-pg-20>; Acesso em 20 Jun 2011.

E arremata:

teve sindicância, até inclusive eu tive preso. Eu...o Valmor e o Teixeira tivemos preso lá no Boqueirão, durante 4 dias nós tivemos presos. Porque não sei quem disse lá que nós estávamos liderando e...íamos formar uma tropa (...) para combater os militares, aquela coisa toda (...). Falávamos que nós éramos comunista dentro do quartel. Mas foi aquilo que eu te falei: a turma era tão baixa intelectualmente que, quando se tinha um pouco de cultura, um pouquinho, que sobressaíam, era alvo de, era objeto de olho grande de todo mundo. De crítica inclusive, né (LUZ, 2011)

Mas pelo que conta Abdon,

nunca teve ideia nenhuma (...) Nós queríamos era que as coisas funcionassem tudo direitinho, sem aquela vagabundagem a qual nós éramos contra (...) esses caras que roubavam, arrebentavam loja, espoliavam, faziam algazarra na rua (...). Tudo coisa de jovens, né (...) O que a gente queria lá era justamente o que toda Revolução fez, manter a ordem nesse país (...) Nós criticávamos essa vagabundagem do Rio... criticavam até os militares, às vezes, por não tomarem uma atitude (LUZ, 2011)

Paradoxalmente, em determinados momentos de sua entrevista, Abdon se coloca numa posição de nós ao se referir aos considerados subversivos, do Grupo dos Onze. Ao falar de um capitão que fora expulso acusado de subversão, Abdon comenta que este oficial havia dito

pro nosso pessoal que a hora que a gente precisasse de um apoio né, de fugir de algum cerco, alguma coisa (...) ele nos dava o apoio. Foi esse o mal dele que era apoiar os sargentos guerrilheiros ali de um quartel de Intendência, nem de Infantaria não era (LUZ, 2011).

Em outro momento, ele diz: “o chefe da nossa organização, que eu nem sei quem era, porque não tinha organização assim, porque era um por um, né” (LUZ, 2011)

Essa sua posição ambígua entre querer o que a Revolução queria, aliado ao fato de que “quando veio a Revolução, quando o troço estourou mesmo, nós ficamos felizes da vida” (LUZ, 2011), e entre assumir, em alguns momentos, uma identidade subversiva que lhe havia sido imputada na prisão, é apenas aparente e parece possuir uma ligação íntima com o processo que sofreu, cuja acusação havia sido provocada sem haver nenhuma prova concreta, baseando-se apenas em fofocas. Fofocas feitas em relação ao que se pensava, ao que se falava, não somente sobre política, mas também a respeito das suas condições sociais dentro de quartel, como sargento. Ao sugerir a reconstituição de um de seus depoimentos da época, é clara a posição de Abdon, sargento perseguido e perdedor, e a do coronel vitorioso com o golpe. Como se o 31 de março fosse ação de oficiais em favor da Pátria e Abdon como um

sargento naturalmente contra a ação da oficialidade.

Coronel, ninguém aqui está com essa ideia de querer lutar contra a Pátria, disse pra ele assim. Ninguém. O que vocês fizeram era o nosso ideal e isso aí foi mal-entendido de vocês, eu disse pra ele assim. E foi isso mesmo, né. Mas prejudicou muita gente! Muita gente foi pra rua, que não devia ir! E passou mal, e passou até fome depois, né. Por causa desse processo (LUZ, 2011).

Quando Abdon fala “nós”, refere-se aos sargentos, pois segundo ele, o “Grupo dos Onze” era composto de muitos sargentos. E quando fala em “vocês” quer se referir aos oficiais, numa clara contraposição de nós-eles, correspondente ao modelo eliasiano. A antiga recusa dos oficiais em considerarem os praças como colegas de profissão, mas sim como seus quase servos, trouxe a contrapartida de um complexo e inquietante apartamento entre as duas figurações militares.

Esse padrão de relações, carregado no bojo das relações coloniais de modelo escravagista, marcou profundamente caráter identitário dos jogadores, na dinâmica negociação de poderes dentro do Exército. De um lado, os oficiais, julgando-se os legítimos e absolutos senhores das coisas do Exército. De outro, as praças, pelo menos a maioria delas, julgando-se na condição de espoliados, em uma espécie de regime de servidão conscrita ou principalmente voluntária.

No caso dos sargentos, tratava-se de uma de servidão voluntária, já que a condição de voluntariado era e ainda é básica para o ingresso e para a permanência no Exército, como sargento.

Preso a essa servidão por uma série de questões, o sargento Abdon tinha a plena consciência do apartamento entre o “nós” praças e o “vocês”, ou “eles” oficiais, aos quais se refere na entrevista. Acredita que os oficiais “eram a elite”, e tratavam os sargentos como “sub-raça”, “como um cara analfabeto, praticamente”. Entende que o 20º Batalhão de Infantaria tinha fama de oficiais “perseguidores de sargento” e que as relações tinham como característica o medo de um grupo em relação ao outro (LUZ, 2011).

Não obstante, o sargento Abdon explicita um pensamento que escapa ao modelo predominante em seu grupo social, longe da afirmação simplista de um padrão relacional entre semi-servos de um lado e senhores de outro. Para o lúcido e perspicaz Abdon,

oficiais e sargentos estariam no mesmo caminho, na mesma estrada. Apenas as funções que cada um tem é que divergem, é que diferenciam a nós, disse pra ele assim. Nós vamos ter é que nos acostumar em fazer com que eles se acostumem

também conosco a conviverem juntos... em harmonia! (...) nós temos que nos respeitar, e isso é o que é importante. Mas temos que ser amigos também, porque na hora que a gente tiver num campo de batalha, na hora que a gente tiver na frente de fogo ou qualquer outra atividade, nós temos que estar em comunicação um com o outro, não podemos temer ninguém, temos que estar ajudando um ao outro, não interessa a quem. A função, depois, é patriotismo. Nós somos todos da mesma arma, infantem; nós temos que viver em um clima de paz. (LUZ, 2011)

Mesmo tendo saído os vencedores de 1964, o grupo conservador da oficialidade viu que a Escola de Sargentos das Armas fora um caminho sem volta, diante da necessidade de se profissionalizar seus grupos executores. Mas a politização dos sargentos havia sido uma das causas que legitimaram o Golpe e era necessário enquadrar a identidade dos sargentos dentro dos propósitos tencionados pela cúpula dos oficiais.

O controle dos sargentos passou a ser mais cerrado, pela via disciplinar e também pela socialização propriamente dita. A Guerra Revolucionária fora introduzida na socialização militar de todas as praças e os oficiais, tentando generalizar e reforçar o seu caráter social e politicamente conservador. Pelo aspecto da disciplina militar, houve um generalizado enrijecimento, com o aumento relativo da intolerância em relação àqueles sargentos com um espírito mais crítico. A acusação de ser comunista passou a ter um peso disciplinar considerável, gerando sindicâncias para apurar preferências políticas dos acusados. A expulsão de sargentos com muitos anos de serviço deu-se maciçamente. A apuração da veracidade das denúncias nem sempre deu-se de forma isenta e clara, sendo comum os sargentos denunciados permanecerem presos pelo prazo de apuração, sem nenhuma prova aparente.

Conta o nosso depoente que ele, juntamente com os seus colegas Valmor Weiss e “Teixeira”, permaneceram presos no quartel do bairro do Boqueirão, em Curitiba, por somente quatro dias. Abdon teve sorte. Seus outros dois colegas, depois de soltos, foram expulsos. Abdon conseguiu convencer o responsável pelo inquérito de que não era comunista, nem menos um dos membros do “Grupo dos Onze”. Apenas gostava de estudar, pensar criticamente e exprimir seus posicionamentos. Esse fora seu grande crime. Depois de permanecer à disposição da Justiça Militar, por quase um ano, fora absolvido. Prosseguiu no Exército como sargento até sua ascensão ao oficialato, já no final de sua vida militar.

Contudo, concluído o processo judicial, fora transferido para Salvador. A transferência para tão longe de sua terra natal, sem o seu desejo – apesar de previsto regulamentarmente como normal na carreira militar – houvera sido uma punição por um

crime não cometido, ou uma maneira de se evitar a reorganização de um núcleo de rebeldes em Curitiba, que na prática parece nem ter existido, pelo menos dele, Abdon jamais fizera parte.

e. Analfabetos e bacharéis: a educação formal dos sargentos

Se a maior parte dos sargentos conservava-se como observadores passivos, diante das discussões políticas, guardavam, também, uma relativa distância dos bancos escolares, mantendo suas rotinas de apenas se dedicarem ao Exército. O estudo formal era para bem poucos, dispostos a trocarem o pouco tempo de descanso que tinham, dos horários apertados dos quartéis, pelo desconforto das aulas noturnas e dos estudos nos finais de semana.

De uma maneira geral, conta-nos Abdon Luz que em todo o período que esteve na ativa, nos quartéis, era difícil alguém ser visto com algum livro na mão. “Fora do quartel eu acredito que tinha, né...” (LUZ, 2011). A leitura que tinham era a oferecida nos próprios ambientes da caserna, durante os intervalos do almoço e, nos finais de semana, durante as horas vagas dos serviços de escala. Eram leituras de descontração, com informações de consumo rápido e sem profundidade, advindas normalmente de revistas, postas à disposição dos sargentos nos cassinos, com precário, mas algum controle. Segundo ele,

era falta também, de...de cultura, né. Não traz o hábito da pessoa ler, né, a falta de cultura. Quando a pessoa tem o hábito de ler é porque ele tem um pouquinho mais de cultura, né, na sua vida. (...) “É, no quartel, em qualquer lugar que tivesse, no cassino de sargentos, cassino de oficiais...tinha revista, mas livros mesmo, não tinha (LUZ, 2011)

É o mesmo Abdon que, tendo conhecido sargentos semialfabetizados, ainda nos anos de 1960, reforça que “o estudo no quartel, na época da “Revolução” e pra cá um pouco ainda, era assim, muito baixo, o nível de cultura dos sargentos” (LUZ, 2011).

Os sargentos rotulados de “incultos” não haviam sido simplesmente extintos, com o crescimento da relativa intelectualização e politização do grupo, nos anos de 1950 e 1960. Talvez tivessem permanecido como sendo uma ampla maioria. A diferença é que, se antes da guerra, não havia praticamente sargentos à margem dos rótulos de incultos, rudes e rústicos, depois da guerra, mais e mais membros da figuração dos sargentos se disponibilizaram a procurar os estudos como forma de ascenderem socialmente e adquirirem respeito.

O estudo civil parece ter sido complementar à dinâmica intelectual dos sargentos dentro dos quartéis, pois, pelo que nos contam algumas fontes, os sargentos instruíam os seus soldados, pelo menos desde 1918. Aparentemente contraditório, o Marechal Lott relata que em 1918, ainda como tenente, fora designado para comandar uma Companhia recém-criada em Belo Horizonte, que compondo o quadro de instrutores ele próprio, alguns sargentos e cabos, havendo um sargento em especial, de nome Carlindo, “que era muito bom instrutor e muito paciente” (LOTT, 1978). Linhas abaixo, na mesma entrevista, ele nega que os sargentos fossem instrutores, porque, segundo ele

quem dirige e ministra a instrução é o oficial, tendo em geral o sargento como um auxiliar. O oficial ministra direta e especialmente a instrução de combate, como todos os assuntos mais importantes da instrução militar, estando os sargentos na posição de colaboradores (LOTT, 1978)

É esclarecedora essa aparente contradição. Seu segundo posicionamento assume um cioso compromisso de firmar uma posição de inferioridade dos sargentos, apenas colaboradores da instrução dos soldados, já que, ainda segundo o Marechal Lott, “o oficial tem uma cultura muito superior à do sargento” (LOTT, 1978). Essa posição nos ajuda a estruturar todo o terreno relacional entre os sargentos e os oficiais do período pós-guerra. A profissionalização dos sargentos possibilitou-os que se firmasse uma identidade para si, de condutores e instrutores e “patronos” (STEPAN, 1975, p. 118) de homens, do mesmo modo que já se havia firmado nos oficiais do pós-1930.

Contudo, essa situação que se dava na prática não possuía respaldo no universo ideal dos regulamentos militares, tendo em vista que, formalmente, os oficiais continuaram a ter exclusividade no papel de instrutores. No mundo idealmente imaginado, e escrito nos regulamentos, cada um dos pelotões, de todas as unidades do Exército, tinha seus tenentes comandantes, naturais instrutores dos sargentos, cabos e soldados. Porém, na prática, faltavam tenentes para a maioria dos pelotões. E os sargentos eram quem assumiam o comando e o papel de instrutor. O que era previsto acontecer eventualmente, por vezes perdurava-se por anos a fio. Portanto, pode-se entender que não houve uma contradição nas palavras de Lott, ele apenas expôs duas realidades coexistentes que se negociavam, mas que também se chocavam: a normativa e a da práxis cotidiana.

A competência durante as instruções ministradas parecia emprestar aos sargentos um relativo status, tanto perante os soldados como perante os oficiais. Abdon Luz faz uma

associação dessa competência profissional, com o *status* dela advindo, e, ainda, a relaciona com o desejo de “melhorar”, a partir dos estudos. Segundo ele, na “sua época”

nós [os sargentos] já tínhamos força, porque a instrução quem dava era o....'porque o sargento fulano de tal é um ótimo...comandante de pelotão' ou 'sargento fulano de tal é um ótimo instrutor de educação física' , 'o sargento fulano de tal é um ótimo instrutor de ordem unida', 'o sargento fulano de tal dá uma instrução de (...) guerra, de...enfim, o problema de guerra, maravilhosa!... dá uma aula que o pessoal fica ligado na aula que ele dá.' Quer dizer, a gente tinha isso aí. Aí o pessoal começou a levantar, começou a estudar, começou a...melhorar, né. E começou a aparecer (LUZ, 2011).

Abdon parece deixar subentendido que a dinâmica da busca dos sargentos pelos estudos formais teve início depois da tomada de consciência de seu papel na tropa e do reconhecimento profissional tácito, ainda que esse reconhecimento se desse de maneira explícita, quase que somente por parte dos pares, sargentos, e, talvez, dos subordinados, cabos e soldados.

Possivelmente, o fato de os sargentos terem começado “a aparecer”, como nos fala o depoente, tenha a ver com a tentativa de profissionalização dos sargentos, com a criação da ESA. O sistema meritocrático adotado pela Escola de Sargentos obrigava seus candidatos a uma frequência de estudos bem acima da que estavam acostumados os seus soldados e cabos, com a 4ª série primária. Aqueles que tencionavam seguir carreira, mesmo como sargentos, passaram a ter que também estudar, não somente serem avaliados como competentes no campo prático. E, segundo Abdon, “o vestibularzinho da ESA não era fácil. Quem passava na ESA eram pessoas assim de uma certa cultura bem adiantada” (LUZ, 2011).

Os cabos e soldados para se inscreverem no concurso,

no mínimo tinha que ter a 4ª série completinha e conhecer bem a parte de matemática e de física, tinha que conhecer bem essas duas áreas. Eu fiz prova nesse sentido... eu fui inspetor de prova, da prova da ESA, eu vi as provas, né...do pessoal. A matemática era puxadinha tudo né. História e Geografia não, né. Mas matemática e Português, a pessoa tem que ter conhecimento. Então, a prova da ESA quem passava! Então a prova da ESA não era só passar, a gente tinha que passar bem. Porque o número de alunos da ESA, por exemplo, eram 600, dos vários cursos, e tinha milhões dentro do Brasil inteiro pra ir pra lá pra ESA (LUZ, 2011).

Supondo serem cerca de seiscentas vagas abertas para o concurso²⁸¹, nas décadas de 1960 e 1970, o superdimensionamento dos candidatos, avaliados em “milhões”, indica como

²⁸¹ Para o ano de 1967, Alfred Stepan avalia que a concorrência tinha sido realmente bastante grande, tendo 9.261 candidatos para 453 vagas, o que daria uma média de cerca de 20 candidatos por vaga (STEPAN, 1975, p.118).

o velho sargento, formado na década de 1950, recepcionava a relativa dificuldade para nele ser aprovado. A prova exigia um certo nível de dedicação aos estudos, à qual os soldados e cabos, normalmente oriundos de famílias mais pobres das zonas rurais e urbanas, não tinham costume.

O curso de formação continuava exigindo uma rotina de estudos bastante rígida dos alunos, que tinham que se desdobrar nos papéis de estudantes em tempo integral e de militares em formação. Abdon fora obrigado a realizar outro curso de sargentos, na ESA, em 1970, já como 2º sargento. Sua qualificação militar de “Burocrata” havia sido extinta e escolhera a arma de Infantaria. É dele seu testemunho de que na escola “era 'brabo', tem que estudar, viu, tem muitas...pelo menos no meu tempo foi assim né. Muito campo também.” (LUZ, 2011)

Além disso, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), obrigatório para a aquisição da estabilidade e para as promoções sucessivas, também exigia que os candidatos passassem por um exame intelectual. A prova exigia o nível fundamental de ensino, mas considerada bastante difícil. Outro depoente, que formou-se sargento em 1966, e que havia feito o CAS em 1969, afirma ter sido a prova para o CAS

uma prova muito, mas muito pesada! Porque na ESA são 4 armas. Só teve 102 aprovados em Infantaria, e 37 na Cavalaria. Não, não funcionou Engenharia e nem a Artilharia, por falta de candidatos (BARRILES, 2011).

Abdon havia recebido suas divisas de sargento em 1956, em Blumenau, e já em 1959, fez o seu CAS na Escola de Instrução Especializada (EsIE), no Rio de Janeiro (LUZ, 2011). O CAS era normalmente realizado ainda na graduação de 3º sargento, poucos anos depois do período de formação, pois o curso era pré-requisito para a estabilidade, conquistada somente após completados dez anos de serviços.

O espaço de tempo entre o CFS e o CAS era reduzido o suficiente para permitir aos sargentos – que possuíssem alguma expectativa de ascender socialmente, por intermédio dos estudos – estabelecer uma certa continuidade na preparação intelectual, expandindo-a, a partir dos muros do quartel, chegando muitas vezes aos bancos universitários.

O interesse pelos estudos e pelo conhecimento, na figuração dos sargentos, não nasceu nos anos de 1950 e 1960. Apenas encontrou, nessa época, um terreno fértil no Exército para se alastrar e tomar uma amplitude que anteriormente se desconhecia. O Marechal Lott conta que sua sorte com a aprendizagem da língua francesa deu-se por conta de um sargento,

Miguel Vicente de Paula Oliveira, apelidado de Napoleão, que conhecera, no início do século XX, no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Segundo Lott,

esse sargento era muito estudioso, falava e lia francês e não tendo família para sustentar comprava muitos livros. Nós achávamos interessante o seu apego ao estudo, e ele algumas vezes nos emprestava livros (LOTT, 1978).

O fato de a imagem do sargento estar tão vívida na memória daquele velho marechal parece indicar que aquela postura do sargento leitor deveria ser bastante rara em seu tempo.

Em 1950 e 1960, na “época” de Abdon, os sargentos com alguma instrução formal já não eram tão exceção assim. Longe de dizer que o caminho da ascensão fora generalizado entre os sargentos, dadas as suas limitadas oportunidades, mas passou a ser comum encontrar sargentos em cursos noturnos, universitários. Abdon mesmo é quem diz que

quem tinha interesse, se esforçava como um [incompreensível], foi meu caso e de muitos outros, né. Estudar a noite e até depois mais tarde, fazer faculdade, se formar e depois cair fora né (LUZ, 2011).

Abdon tinha amigos sargentos que fizeram Administração, Economia, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia. Ele próprio chegou a prestar vestibular para Odontologia, mas não teve êxito. Quis também ser médico, mas viu-se obrigado a abdicar de seu sonho por causa das dificuldades que encontrou para estudar: mulher, filha, problemas para encontrar substitutos para seus serviços noturnos de escalas; já que, segundo ele, “cada um corria atrás” (LUZ, 2011).

Segundo Abdon, os óbices não teriam vindo dos seus superiores oficiais ou do comando da unidade em que servia, mas da própria dinâmica particular de sua existência. No seu caso, não teria havido um culpado, nomeável, que o tivesse forçado a abandonar os estudos. Teria sido vítima apenas da incapacidade de gerenciar e determinar todas as variáveis de sua vida prática, que colidiam entre si. O desejo de continuar um projeto de ascensão social fora preterido por outras variáveis, julgadas mais importantes ou irresistivelmente limitadoras.

Abdon conta que havia estudado e trabalhado por doze anos e, a partir de um determinado momento de sua vida, simplesmente tomou “uma decisão de só [se] dedicar” ao Exército (LUZ, 2011). Não há uma relação explícita nas palavras de Abdon, mas ele nos deixa pista de alguns fatores que o fizeram abandonar os estudos. Segundo ele, a maioria dos

sargentos “não pensava em estudar”. E os que se interessavam em estudar, de acordo com ele, ficavam visados como potencialmente subversivos, somente por se expressarem diferentemente da grande maioria.

O ato de expressão diferente, talvez um pouco mais crítico em relação à sua realidade, era visto como um tipo de liderança, e bastante perigosa, por conta justamente da sua potencialidade de crítica em relação ao *status quo*. Nas palavras de Abdon,

por a gente falar um pouco demais com o pessoal, dentro do quartel, eu não sei quem, ou o motivo, mas, um ou outro na hora em que houve a Revolução, todo mundo foi chamado pra...né...depor perante uma junta lá, que fizeram nos quartéis, em todos os quartéis, pra saber qual é a condição do sargento, né, porque falavam muito que os sargentos iriam formar uma tropa, né, e ir de encontro aos oficiais (LUZ, 2011).

É direta a associação que faz Abdon entre a aquisição de cultura formal dos sargentos e a suspeição, por parte dos oficiais, em relação à sua potencialidade subversiva. Para alguém com quase dez anos de serviço, que “tinha verdadeira paixão por ser militar” e que se apresenta como “patriota ao extremo”, o sofrimento de se ver preso por quatro dias, de ser constantemente interrogado e de responder a um processo judicial, acusado de comunismo, sabendo que a suspeição se dava por conta de sua relativa cultura formal e por expressar pensamentos, deve ter contribuído de alguma maneira, combinado com outros fatores, para que, enfim, abandonasse o desejo de prosseguir nos estudos.

Não prosseguiu, mas prontificou-se a ajudar a um colega que queria prosseguir, já que, por volta de 1971, quando servia no CPOR de Curitiba, trocou de função com um outro sargento, a fim de lhe facilitar os estudos em Medicina.

Não era uma regra universal que, em todas as unidades do Exército, os sargentos tivessem grandes possibilidades de estudar. Em algumas unidades, segundo conta Abdon, os oficiais tentavam impedir os sargentos de estudarem, com perseguições das mais variadas, mas, segundo Abdon, “não tinham muita força também não, porque a gente fazia as coisas entre nós de uma maneira que eles não tinham como...” (LUZ, 2011). Outras unidades eram consideradas mais “tranquilas”, dando melhores possibilidades de os sargentos estudarem. O CPOR de Curitiba era um desses lugares. Segundo crê Abdon

é até um dos motivos que andaram fechando, foi por esse motivo...foi porque diz-se que o pessoal do CPOR era um pessoal que não dava atenção ao Exér...à Força..., só tava tratando de se intelectualizar, de estudar...e depois sair fora (LUZ, 2011).

O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba, localizado na Praça Oswaldo Cruz (hoje um *shopping center*), era um quartel de vanguarda, assim como outras unidades do Exército no Paraná e em vários outros Estados da federação, tanto em relação ao cultivo do espírito, com o incentivo aos estudos de seus praças, como em relação às discussões políticas, nos anos de 1950 até 1964; muito por conta da personalidade de seu comandante, que era progressista. Antes de 1964, acalorados debates políticos ocorriam no CPOR, que abria suas portas por promoção de seu comandante, coronel Barcelos. Era o próprio coronel Barcelos o diretor municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O mesmo PTB que, em 1963 – a despeito da decisão do STF de declarar a inelegibilidade dos sargentos – lançou a candidatura de um subtenente ao cargo de vereador em Curitiba, uma afronta para a oficialidade conservadora da região.²⁸²

Mas o gosto pela discussão política e o desejo de ascender socialmente pelo estudo, ou “sair fora” do Exército, como diz Abdon, não era uma unanimidade no grupo dos sargentos. Acreditando ser a vida dos oficiais muito melhor que a deles, muitos sargentos queriam mesmo era permanecer no Exército como oficiais. Por isso estudavam. Os mais jovens, quando já tinham algum estudo formal, prestavam o concurso para a Escola Militar.

Mas a maneira mais procurada pelos sargentos para uma ascensão social, dentro do próprio Exército, era por intermédio do concurso da Escola de Saúde. A procura no final dos anos de 1940 fora tanta que o Exército buscou diminuir as chances dos praças em ingressarem na Escola, limitando-lhes a idade (somente dos subtenentes e sargentos²⁸³ a até 38 anos de idade.²⁸⁴

Houve, no ano de 1950, uma prova de habilitação ao ingresso no Quadro de Dentistas do Exército, à época, em extinção. Foram aprovados 23 subtenentes e sargentos de todas as graduações e com os mais variados tempos de serviço²⁸⁵. Aliás, os tempos de serviço militar, as graduações, datas de nascimento e de praça dos aprovados nos dizem muita coisa

²⁸² DUTRA, José Carlos. **A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2004, n.22, pp. 195-208. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000100014>; Acesso em: 26 Out 2009.

²⁸³ A lei chega a omitir as outras praças, talvez pelo fato de os cabos e soldados serem vistos pela alta oficialidade como incapazes de cursarem uma universidade.

²⁸⁴ A Lei nº 1125, de 7 de junho de 1950, reestruturando o quadro de oficiais do serviço de saúde, determinava em seu artigo 5º que “os **Subtenentes e sargentos** diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, por escola oficial ou reconhecida, não terão ingresso nos cursos de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército, senão até a idade de 38 anos...” [Grifo meu]. EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 24, de 17 junho de 1950, p. 1642.

²⁸⁵ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 18, de 6 de maio de 1950, p. 1.245.

sobre a figuração dos sargentos da época. Dizem muito também a respeito das possibilidades de ascensão social.

Dos vinte e três aprovados, apenas dois (9%) eram subtenentes e quatro (17%) eram 3º sargentos. Nove (39%) eram 2º sargentos e oito (34%) eram 1º sargentos. Ou seja, a maioria (75%) era composta por 2º e 1º sargentos. Havia poucos subtenentes e 3º sargentos. Talvez porque a maioria dos 3º sargentos ainda não tivesse tempo de serviço o suficiente para terem cursado uma faculdade de Odontologia. Dos quatro 3º sargentos aprovados, dois tinham já seis anos de serviço, um tinha dez e outro 13 anos.²⁸⁶ A pouca representatividade dos subtenentes na lista dos aprovados explica-se pelo caráter compensatório de se iniciar uma nova carreira já com mais de vinte anos de serviço, levando-se em consideração que a aposentadoria na época podia ser solicitada com vinte e cinco anos de serviço.

No mais, a pouca representatividade dos dois extremos da figuração dos sargentos carece de fontes que sejam mais esclarecedoras a respeito de seus motivos. De qualquer maneira, em cada um dos casos, o papel de variáveis como o esforço pessoal, os diferentes coeficientes de oportunidade, e o simples acaso, não deve ser desprezado.

As datas de praça dos aprovados podem ser consideradas peças importantes na construção de um perfil geral dos sargentos da década de 1950. A maioria (74%) dos vinte e três aprovados incorporou no Exército contando com a idade entre 18 e 21 anos, idade normal de convocação para o serviço militar obrigatório. Três deles incorporaram um pouco mais tarde, entre 22 e 24 anos. E outros três entraram para o Exército entre 16 e 17 anos.²⁸⁷

Não se pode tirar esses últimos exemplos como a média dos casos encontrados, porque foram minoria, mas podemos considerar que, para esses, desde o início de suas vidas produtivas, alguns ainda bem jovens, com 16 anos, o Exército configurou-se como um lugar de trabalho, com boas expectativas de se manter numa sobrevivência minimamente digna. Quem se apresenta ao serviço militar, voluntariamente, no mínimo possui dele uma expectativa melhor que aquela que se teria permanecendo na vida civil.

Os outros 3 que entraram tardiamente no Exército também são um bom termômetro de que mesmo se recusando a ir para o Exército na época considerada normal, com 18 ou 19 anos, a instituição tornou-se um lugar de expectativas profissionais consideradas à altura, ou talvez melhores, que as possibilidades avaliadas para um futuro profissional na vida civil.

²⁸⁶ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 18, de 6 de maio de 1950, p. 1.245.

²⁸⁷ Idem.

Apenas essa situação indicaria o nível social originária desses sargentos; normalmente um nível social modesto, para quem o salário de um sargento podia significar, como realmente significava, um relativo meio de ascensão social ou, pelo menos, de certeza de uma aposentadoria segura, apesar de modesta.

O fato de terem sido soldados e ascenderem a sargentos podia deixá-los com um espírito de gratidão muito grande em relação ao Exército e aos seus antigos chefes o que era sobremaneira muito comum. Mas poderia, também, deixá-los conscientes das barreiras existentes para uma continuação nesse caminho de ascendência. Essa consciência poderia gerar determinados graus de insatisfação em alguns sargentos, que viam seu desejo de ascensão continuada e linear, desde soldados, ser interrompido de maneira abrupta na graduação de subtenentes.

Essa insatisfação social os indivíduos poderiam buscar suprir por intermédio do esforço individual, dedicado aos estudos para ascenderem ao oficialato, através da Escola de Saúde, para a Escola de Aviação ou para a Academia Militar. Ou mesmo exercerem uma profissão liberal, após terem feito cursos universitários.

Esse é um aspecto recorrente no discurso de Abdon Luz. Os sargentos, aos quais se refere especificamente, são aqueles que supostamente deram continuidade a um processo de ascensão social, iniciado ao incorporarem ao Exército, não mais fazendo parte do grupo. Lembra-se do sargento Valmor Weiss, que fora acusado de subversão, em 1964, logo depois tendo sido expulso do Exército, durante a etapa higienista implementada pela cúpula do Exército, e que se tornou um dos grandes empresários da capital paranaense. Lembra-se, ainda que não nominalmente do sargento, que “era advogado” e que também fora expulso, no mesmo período. Voltou para sua terra natal, Cuiabá, montou um cursinho pré-vestibular, comprou fazendas e hoje cria gado. Lembra-se do sargento odontólogo que se voluntariou para atender no quartel, desde que lhe fossem concedidas as mesmas regalias as quais eram oferecidas aos oficiais com a mesma formação. O veterinário Bornancim, o médico Backmann (LUZ, 2011).

Assim como a de todos, a memória de Abdon é

uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado que nunca é aquele de um indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional... um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (Henry Rousso, In: AMADO&FERREIRA, 2002, pp. 94).

Ciente da destinação da entrevista, é bem provável que Abdon Luz tenha preferido citar aqueles sargentos e não outros, intencionalmente. Construindo um cenário constituído por relações de amizade com sargentos médicos, dentistas, empresários, professores universitários, o depoente vai forjando uma espécie de espelho para sua própria identidade, reconhecendo-se naqueles exemplos – os quais lhe parecem exercer papéis sociais mais significativos –, à medida em que lhes são social e afetivamente próximos.

As outras entrevistas parecem obedecer a esse mesmo padrão, com um enfoque muito especial àqueles sargentos supostamente bem sucedidos socialmente. Um padrão, aliás, recorrente no grupo dos sargentos.

A página da internet, criada por um dos membros da Turma de 1959, Turma Monte Castelo, da ESA, é esclarecedora. Nas comemorações dos 50 anos da turma, em 2009, ele diz que, depois de meio século,

Professores, Dentistas, Advogados, Engenheiros, Veterinários, Médicos, Gerais, Coronéis, Capitães, Subtenentes e até Sargentos, esta profusão de profissões que a Turma Monte Castelo se transformou.²⁸⁸

Para uma turma de sargentos, é curioso que a posição social dos sargentos tenha sido colocada por último no *ranking* das “profissões” enumeradas. Além disso, o responsável pela página parece estranhar haver quem fossem “até sargentos” na turma, depois de cinquenta anos. É notória a baixa estima dos sargentos pelo seu próprio grupo. Veem-se estigmatizados, a ponto de, na primeira oportunidade, abandonarem sua nomeação para adquirirem outra, mais bem conceituada, menos desprezada.

Na mesma página da Turma de 1959, um *link* é ainda mais esclarecedor em relação a esse desejo dos sargentos de se engajarem em outras figurações, vendo-se nelas reconhecidos, a fim de se compensarem. A citação é um pouco longa, mas creio que vale a pena visualizar as múltiplas formas encontradas pelo desenvolvedor da página, um dos sargentos da turma, para valorarem os integrantes de sua turma, cinquenta anos depois de formados. A página começa com o dizer “você sabia?”, e segue:

-Que o Al Poltronieri-C Inf, 1º colocado entre todos os alunos da Turma de 1959, formou-se em Medicina e publicou um livro de poesias, editado em Santa Maria-RS,

²⁸⁸ Apresentação da página da Turma de 1959, Turma “Monte Castelo” da Escola de Sargentos das Armas. Disponível em: <http://sites.google.com/site/montecastelocom>; Acesso em: 26 Out 2010.

onde prestou serviço e estudou; -Que o Al Moacir-C Inf, que por muitos anos residiu na cidade de CASA BRANCA- SP, foi o idealizador, organizador e realizador de Festivais de Música, inclusive com discos editados com peças criadas para o mesmo, além de ter escrito e editado várias obras; -Que o Al Rocha-C Inf, foi o único GENERAL DA ATIVA NO EXÉRCITO que possuía, além de todos os Cursos necessários a atingir os mais altos postos de nossa Instituição, detinha ainda o Curso de Aperfeiçoamento de Sargento de Infantaria; Temos o caso do General JARBAS BUENO DA COSTA, que atingiu o posto de General de Exército, e também foi aluno da Escola de Sargento das Armas, porém quando concluiu seu Curso de Sargento, não saiu com o Aperfeiçoamento; -Que o Al Cav SOBRINHO, ingressou na AMAN, chegando ao Posto de Cel QEMA de Cavalaria, tendo servido no Gab da Dir Mat Bel, como Ch de Gab, quando a mesma era dirigida pelo Gen de Bda Rocha; -Que o Al GUIMARÃES-C Inf, foi Vereador e Secretário Municipal em Teresópolis, onde hoje exerce Advocacia; -Que o Al DURVAL - C Inf, é Secretário Municipal em Araraquara-SP, já há algum tempo e várias administrações municipais; -Que o Al GILSON - C Inf foi Deputado Federal, Ouvidor Estadual, Deputado Estadual no MT; -Que no ano de 1963, eram 11(onze) Monitores na Escola da nossa Turma; -Que no ano de 1964 ainda eram 08(oito) os Monitores; -Que o Al Carrasco(C. Eng) é escritor com obra publicada com mais de uma tiragem; -Que o Al 203 Aluysio é Engenheiro, ex-funcionário da Siderúrgica Nacional e atualmente empresário de maquinário pesado; -Que o Al 205 Mesquita é empresário em Aracaju-SE e também foi Assessor Parlamentar em Brasília; -Que o Al 208 Furlan é Administrador de Empresas e foi funcionário da Embraer; -Que o Al 209 Machado é Engenheiro e Empreendedor no RS; -Que o Al 106 Honório é Procurador Geral da República, Professor Universitário, Presidente da União dos Músicos da Paraíba, compositor, com CDs editados com suas composições; -Que o Al 115 Arruda é artista plástico no RS, -Que o Al 211 Carlos é Juiz de Direito e Professor Universitário; -Que o Al 119 Célio é Fiscal de Rendas do Estado de Goiás; -Que o Al 120 Natal é Professor Universitário; -Que o Al 215 Cláudio é Professor Universitário, foi eleito em votação popular 'Professor do Ano em 1972', em Santo Antônio da Platina-PR; -Que o Al 221 Cordeiro é Advogado e Delegado do DF; -Que o Al 226 Eleutério é Empresário em Aracaju-SE; -Que o Al 240 Ferreira é Administrador e Empresário em Terezina -PI, e que recebeu o Título de Cidadão Honorário de Terezina, capital de seu estado natal; -Que o Al 247 Gonçalo é Professor Universitário, foi Presidente das Associações Espiritas de Sergipe; -Que o Al 105 Joari é Professor e Jornalista; -Que o Al 157 Estrela é Advogado e por muitos anos foi arbitro de futebol da Federação Maranhense; -Que o Al 263 Rabelo é Professor Universitário, e que também é Cidadão Honorário de Ituiutaba-MG; -Que o Al 148 José Maria é Engenheiro e empreendedor em Recife-PE; -Que o Al 154 Juno é Engenheiro e Professor Universitário; -Que o Al 155 Laerte, foi destaque em edição do Noticiário do Exército na seção "Gente Nossa", por suas excepcionais qualidades como corredor de longas distâncias, já na graduação de Sub-Ten, além de ser psicólogo e professor; - Que o Al 187 Adolfo Avoglio Hecht é formado em Letras e Professor; -Que o Al 217 Lourival Hecke é formado em História e Geografia; - Que o Al 271 Pieniz é Mestre em Veterinária na área de aves e suínos, tendo desenvolvido trabalhos na EMBRAPA; -Que o Al 176 Oswaldo foi por longo período Secretário de Estado do Maranhão; -Que o Al 180 Reis é Odontólogo e Professor Universitário; -Que o Al 130 Montani é Professor Universitário, com pós graduação em História do Brasil; - Que o Al Rauber (Cav) é farmacêutico e coronel da reserva da Aeronáutica; -Que o AL 185 Brasil é funcionário aposentado do Banco do Brasil; - Que o Al 294 Valdir também é funcionário aposentado do Banco do Brasil; - Que o Al 171 SANDIN é formado em Matemática, com pós graduação em Matemática Avançada e Organização e Métodos; -Que o Al 153 Juceleo é dentista e formado também em Química, tendo exercido magistério por bom tempo; -Que o Al 219 Miranda, foi fundador e primeiro Secretário Executivo da

ACIBALC, Associação Comercial e Industrial de Balneário Camboriú? [Maiúsculas no original] ²⁸⁹

Das 43 citações, apenas três são relativas ao pertencimento de membros da Turma de 1959 ao grupo de sargentos e subtenentes. Duas delas são relativas ao orgulho de se terem vários membros da turma como monitores da ESA. A outra é relativa às qualidades físicas de um membro da turma, exímio corredor, mesmo enquanto subtenente; mas, arremata ele, que também era “psicólogo e professor”. ²⁹⁰

Claude Dubar explica que essa condição já fora estudada por Merton, dentro do que ele conceituara como “socialização antecipatória”, noção que definiria o “processo pelo qual um indivíduo aprende e interioriza os valores de um grupo (de referência) ao qual deseja pertencer”. Esse processo de construção de uma socialização antecipatória, dar-se-ia nos grupos inferiores de uma determinada sociedade, através da constante comparação com os membros de um grupo superior, ou o que ele chamou de “grupo de referência”, causando uma “frustração relativa” a esse mesmo grupo, e um desejo de “querer parecer com eles para um dia, talvez, ser reconhecido por eles como ‘membro’” (DUBAR, 2005, p. 67.)

Enfim, parece que para os sargentos formados pela ESA, em 1959, 50 anos depois, a valoração dos seus indivíduos parecia não ser encontrada no próprio pertencimento à figuração, mas fora dela. Os sargentos valorizavam-se não em serem sargentos, mas em serem outra coisa.

De uma maneira geral, esta fora a postura com a qual a maioria dos sargentos, formados na década de 1950, responderam à sua condição de inferioridade social, relacionalmente construída nos quartéis, frente aos oficiais. Os sargentos eram proibidos regulamentarmente de se expressarem a respeito de suas insatisfações profissionais, sociais e políticas. Qualquer forma de expressão nesse sentido poderia ser interpretada como um ato subversivo e passível de punições severas ²⁹¹. Diante disso, sair do Exército ou adquirir uma outra identidade, socialmente prestigiada, durante muito tempo, fora a única forma encontrada

²⁸⁹ Página da Turma de 1959, Turma “Monte Castelo” da Escola de Sargentos das Armas. Você sabia? Disponível em: <http://sites.google.com/site/montecastelocom/turma-monte-castelo-1959/voce-sabia>; Acesso em: 26 Out 2010.

²⁹⁰ *Idem.*

²⁹¹ O Aviso 541, de 28 de agosto de 1950, havia expulsado do Exército o sargento Luiz Carrión Roland da Silva, Presidente da Casa do Sargento do Brasil, por ter publicado um manifesto de apoio à Casa do Sargento de São Paulo pela organização de uma conferência sobre defesa do petróleo nacional diante de empresas internacionais de exploração, patrocinada pelo Centro de Estudos de Defesa do Petróleo. EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 35, de 2 de setembro de 1950 pp. 2391-2392.

pelos sargentos de tentarem resistir ao praticamente irresistível “enquadramento” social dos oficiais. Uma identidade normalmente ligada a profissões liberais.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a autoestima dos sargentos retornou do Teatro de Operações italiano em franca ascensão. Chegando ao Brasil, as demandas sociais e profissionais do grupo estimularam à criação de associações e casas dos sargentos por todo o país, que se abriram com o passar do tempo à política partidária. A Escola de Sargentos das Armas fora o resultado das observações em campo de batalha dos Exércitos considerados modernos, à época, de que também os sargentos deviam ser formados líderes, conhecer e manipular equipamentos sofisticados. Para isso era necessária uma homogeneidade ainda que relativa na socialização militar de seu grupo, que passaria por uma exigência intelectual básica.

A autoestima do grupo e os desejos individuais por ascensão chocaram-se com o trato discriminatório dos oficiais. Insatisfeitos, a fim de tentarem escapar do trato inferiorizado, vindos de famílias pobres, alguns sargentos dedicavam-se aos estudos, seja com a finalidade de serem oficiais ou profissionais liberais.

A ilustração proporcionaria o exercício da crítica por parte dos indivíduos do grupo dos sargentos em um momento de efervescência cultural e política no país. A vida militar de Abdon é perpassada, desse modo, por elementos desse contexto.

A maneira orgulhosa e garbosa pela qual se percebia quando viu-se promovido a 3º sargento, mistura-se à sensação de ser tratado pelos oficiais como “um cara analfabeto” ou “uma sub-raça”, sendo ambas sensações apenas dois lados da mesma moeda. A autoestima elevada dos novos sargentos, proporcionada pela sensação de ascensão social e reconhecimento e prestígio, chocava-se com a necessidade do grupo dos oficiais de autopreservação funcional, em manter-se seguros de sua condição de superioridade, o que passava por contínuos lembretes direcionados aos sargentos dessa condição.

Tendo os oficiais como parâmetro, alguns sargentos mantinham o desejo de prosseguir numa rota de ascensão social, potencialmente materializado pela manutenção dos estudos formais até tardiamente. Alguns com mais sorte iam para a faculdade e depois por concurso cursavam a Escola de Saúde e ingressavam na carreira de oficial. Outros, como fora o caso de Abdon Luz, permaneceram como sargentos.

Ilustrado, politizado e articulado, o depoente chamou a atenção dos oficiais conservadores no pós-1964. Por essas qualidades, fora preso para averiguações e posto à

disposição da Justiça, sob alegada suspeita de participar do Grupo dos Onze. Dissipadas as suspeitas, Abdon prosseguiu sua carreira de sargentos. Deixou de estudar, mas nunca de ler. À frente do Grêmio dos Sargentos do 20º Batalhão de Infantaria, fazia questão de incutir e reforçar nos mais novos que o *habitus* social dos sargentos nada deixava a desejar em relação aos oficiais. Para isso promovia sociabilidades em espaços respeitáveis, inserindo muitas vezes pela primeira vez os sargentos nesses ambientes, pouco ou nada familiares às classes sociais das quais pelo menos a maioria dos sargentos e suas esposas se originavam.

Extraíndo da memória o fato de ter ensinado, em uma oportunidade, a um coronel as filigranas da burocracia de suas funções, realça a importância de um saber de executor técnico que tencionava não ser diminuído pelos oficiais. O outro lado da moeda seria fortalecer a distância dos sargentos em relação aos soldados. Para isso refere-se a eles com termos depreciativos.

Desse modo a vida do sargento Abdon Luz articula-se com sua temporalidade. Temporalidade marcada pelo encontro nem sempre coerente entre o encantamento das utopias políticas e pelo desencantamento da insossa e materialmente necessária vida prática nos quartéis.

A vida prática de Abdon teve prosseguimento. Socializado sargento burocrata no corpo de tropa, e depois infante na ESA, prosseguiu no Exército até atingir ao oficialato, indo para a reserva como capitão.

2. O TROPEIRO: ADÃO VÁLTER BARRILES, SARGENTO DE 1964²⁹²

a. O ambiente politizado e os primeiros passos da socialização militar

Assim como aos oficiais, desde há muito tempo antes, o espectro político já vinha influenciando os sargentos desde pelo menos 1950, no início da campanha em favor da nacionalização da exploração do petróleo, já provocando celeumas entre a cúpula da oficialidade e os sargentos à frente das suas associações de classe. Desde 1950, no contexto da disputa político-ideológica da Guerra Fria, fora havendo cisões no seio do Exército, com a

²⁹² Promovido a 2º tenente, passou para a reserva remunerada em fevereiro de 1992.

disputa entre nacionalistas de um lado e internacionalistas de outro. Com os oficiais, essa divisão fora polarizada em duas instituições principais: a maioria dos frequentadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e boa parte do Clube Militar defendiam o polo nacionalista, enquanto a Escola Superior de Guerra (ESG) defendia o polo internacionalista.²⁹³

Dez anos depois o sentimento nacionalista e reformista circulava com ainda mais força entre os sargentos, principalmente depois da crise da Campanha da Legalidade, em 1961, quando a politização dos sargentos potencializou-se ainda mais, até culminar na luta em favor das Reformas de Base, propostas por João Goulart.²⁹⁴

A partir do momento em que as Casas e Associações de Sargentos passaram a ter alguma articulação em prol de melhorias para a sua coletividade, elas se politizaram. Isso apresentou aos sargentos outra maneira de reagir diante do “enquadramento” dos oficiais, identificando e apontando as similitudes de sua condição de sargentos, com as classes trabalhadoras subalternas. Ambas, de acordo com o que se cria, na época, seriam dominadas e exploradas pelos estratos superiores: a burguesia empresarial, no caso dos trabalhadores civis, os oficiais, no caso dos sargentos.

O general Olympio Mourão Filho observara, no início dos anos de 1960, que os sargentos, formados pela ESA, eram “futuros subversivos, pois não se submetem ao posto e consideram-se não um círculo, mas uma classe” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 256). E uma classe que tinha passado a se identificar ainda mais com as camadas mais pobres da sociedade. O slogan que nasceu naquele contexto do movimento dos sargentos dizia que “sargento também é povo” (PARUCKER, 1992, p. 32).

Nesse conturbado período é que se insere o início da história do futuro sargento Barriles. Adão Valter Barriles havia nascido em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul em 23 de março de 1945, um mês antes do 5º contingente da FEB desembarcar na Itália.²⁹⁵ Incorporou ao Exército, em 13 de janeiro de 1964, dois meses e meio antes do início de uma outra “guerra”, esta já bem mais próxima de seu torrão natal. Filho de pais agricultores, com pouca terra e pouca renda, incorporou como voluntário ao Regimento de Cavalaria de Santa Rosa,

²⁹³ ROLIM, César Daniel de Assis. **Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 75.

²⁹⁴ FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular**. Revista Brasileira de História [online]. 2004, vol.24, n.47, pp. 181-212.

²⁹⁵ O desembarque do 5º contingente da FEB deu-se em Nápoles, no dia 22 de fevereiro de 1945.

na expectativa de melhorar suas condições sociais.

Tornado recruta, os seus primeiros dias foram passados todos dentro do quartel, quase que completamente apartados do restante da sociedade, no que ele chamou de “quarentena rigorosa”²⁹⁶. Nesse período de internato, fez a prova para o Curso de Formação de Cabos (CFC), tendo a felicidade de ter sido aprovado. Terminada a quarentena, iniciou o CFC, interrompido menos de um mês depois, quando “estourou” o 31 de março. Foi obrigado a voltar para seu Esquadrão de origem para trabalhar. Mesmo sem ter terminado o curso, Barriles assumiu uma função de comandante de seção, específica de 3º sargento. Segundo ele, os efetivos eram muito reduzidos, tanto os de sargentos como os de oficiais. Eram raros os pelotões comandados por tenentes, tendo “no máximo, um 3º sargento ou um 2º sargento” (BARRILES, 2011). Os demais eram cabos. O comandante de seu pelotão era um 3º sargento.

Depois do 31 de março permaneceu por dois meses de prontidão. Tanto tempo sem ir em casa, a mãe preocupou-se e pediu que a irmã fosse até ao quartel informar-se o que se passava. Nesses sessenta dias seus expedientes foram passados “dentro do seu pelotão e sempre dentro da sua função” (BARRILES, 2011). Fez manobras no pelotão e aprendeu a comandar nessa prática diária de treinamentos. À noite, dormia com o armamento municiado, pronto para entrar em ação, caso preciso. Algumas vezes, todos eram acordados “uma hora, duas horas da madrugada, embarcava nas viatura... Amanhecia fora, tinha incursão fora da cidade. E retornava no outro dia nove, dez, meio-dia” (BARRILES, 2011).

Barriles, recentemente incorporado, já tinha permanecido no quartel tempo demais. Quarenta dias ininterruptos. Depois de algum tempo, mais sessenta dias. O adensamento proposital do processo inicial de socialização, com a quarentena, prolongou-se ainda mais com o fato de ter de permanecer por mais sessenta dias integralmente à disposição do Exército, por causas políticas.

Goffman analisa essa ruptura com o mundo exterior como uma ação que tem a finalidade precípua de fazer com que o internado perca seus papéis e suas referências externas e passe a adotar, com exclusividade, as referências da instituição, aceitando os papéis identitários impostos por ela. Tudo isso, fazendo parte de um amplo processo que ele chamou de “mortificação do eu”, que inclui desde testes de obediência, palavras, gestos e funções que são consideradas normalmente humilhantes, até a mutilação de sua identidade, pela perda do nome e a aquisição de um nome de guerra e um número (GOFFMAN, 1974, pp. 23-30). O

²⁹⁶ BARRILES, Adão Valter. Entrevista concedida ao autor, em Curitiba, em 14 de janeiro de 2011.

Exército como uma “estufa para mudar pessoas”, usaria essa tensão entre o mundo doméstico e o mundo da caserna em benefício de suas estratégias para controle dos seus homens (GOFFMAN, 1974, pp. 22-24).

No caso de Barriles, o momento histórico fez com que essa tensão entre o mundo castrense transcendesse o seu universo doméstico, influenciando sobremaneira seu universo social mais amplo, inclusive político. Seu irmão era político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); seu pai era cabo eleitoral do mesmo partido. Fora obrigado a permanecer na “estufa” sem dela sair, por dois meses, por causa das tensões entre o universo institucional do Exército e o universo político. Os dois atores principais, responsabilizados por essa tensão, Leonel Brizola e João Goulart, eram de seu estado. O inimigo declarado, no ambiente dos quartéis, segundo Barriles, era “aquele movimento que existia, do...Grupo dos Onze” (BARRILES, 2011), criado por Leonel Brizola.

O Grupo dos Onze, pelo que pensa Barriles, era formado

por gente comum assim, do interior. Inclusive eu tinha um primo, casado com uma prima minha lá, que ele era...sem noção, era um caboclo, um caboclo xucro, como se diz, né. E ele era um componente do Grupo dos Onze (BARRILES, 2011).

Segundo Barriles, havia reuniões desse grupo em Porto Alegre e, em Santa Rosa, duzentas, trezentas pessoas saíam de trem para a capital. O objetivo do grupo era “entrar em combate para tomar o poder”. O Rio Grande do Sul estava minado “nessa parte aí, do Brizola (...) E o Exército, o Governo foi vendo isto. O Exército foi tomando ação...” (BARRILES, 2011).

Durante a socialização militar de Barriles, o inimigo fora tomando forma no imaginário de sua coletividade, durante as instruções, as locuções de seus comandantes em solenidades militares, nas conversas informais entre oficiais e praças. Para Barriles, não havia dissociação entre governo e Exército, mesmo antes do fatídico golpe, em 31 de março.

Nos escaninhos de sua memória, os eventos que ocorreram no pré-64 confundem-se com os ocorridos no período pós-golpe de estado. A névoa que se adensa à medida em que nos distanciamos temporalmente dos eventos do passado acabam por mesclar eventos de temporalidades relativamente próximas. Sua socialização no universo político iniciou-se bem antes de ter começado sua socialização militar, que tomara forma em meio ao turbilhão político-militar de 1964. Bem possivelmente tivesse ouvido falar, ainda em finais de 1963, das exortações de Brizola, pela rádio Mayrink Veiga, para que se organizassem células

denominadas por ele de “Grupo dos Onze”. Uma referência a uma equipe de futebol, algo de fácil assimilação pela população mais pobre, para quem as locuções eram dirigidas (FERREIRA, 2004).

O jovem Adão sabia que o Rio Grande do Sul “tava minado” (BARRILES, 2011) com a política brizolista muito antes de ser o soldado Barriles. Como dito, seu irmão era político do PTB e havia sido prefeito de Horizontina no interior do Estado.²⁹⁷ Entre os quinze e os dezoito anos, Adão havia morado com o irmão e, dificilmente, em suas conversas informais, os assuntos referentes à política brizolista não aparecesse.

A irrupção da “Revolução” havia pego de surpresa a quase totalidade do Exército, incluindo a maioria dos oficiais comandantes das unidades do Exército em todo o III Exército. A fim de evitar uma cisão no Exército – como houve com o Golpe frustrado de 1961, mas que teve como resultado a instauração do Parlamentarismo – e uma guerra civil, o general Ladário Teles, comandante do III Exército teve que convencer alguns de seus comandantes de brigada legalistas a aderirem ao golpe. Ao mesmo tempo, precisava garantir uma mínima lealdade tanto dos oficiais como das praças, muitos deles brizolistas convictos.

A impressão de que os legalistas gaúchos entrariam em confronto com os golpistas fez com que a necessidade de uma prontidão rigorosa se determinasse no III Exército. Mas essa prontidão atendia também a uma necessidade de apartamento do efetivo militar sulista do restante da sociedade. Um adensamento na socialização militar, seria um método bastante eficiente de se manter sob um controle mais rígido os militares brizolistas. E boa parte desses militares, ditos brizolistas, pertenciam às camadas sociais subalternas. No caso dos quartéis, essas camadas normalmente eram representadas pelos sargentos. Na unidade de Barriles, segundo ele, era “normalmente algum sargento, terceiro ou segundo. Uns três ou quatro lá que eram gente que costumava acreditar no Brizola” (BARRILES, 2011).

A depuração que se processou no decorrer do ano de 1964 precisava da lealdade incondicional de todos os elementos executores desse processo. Na unidade de Barriles, tentou-se forjar essa lealdade a partir de um adensamento socializante, de início, conseguido mediante os sessenta dias de prontidão no quartel. Com o término da prontidão, o adensamento prosseguiu por meio da organização de patrulhas e barreiras, onde os militares, normalmente todos praças, comandados por sargentos ou tenentes, designados para

²⁹⁷ Seu irmão, Pedro Paulo Barrilles, foi o 2º prefeito da recém emancipada Horizontina-RS, de janeiro de 1960 a dezembro de 1963. Página da Prefeitura de Horizontina. Disponível: <http://www.horizontina.com/exprefeitos.php>; Acesso em: 03 de Abril de 2011

realizarem o policiamento das estradas, por dez ou quinze dias ininterruptos. Essas barreiras prosseguiram até entrar no ano de 1965.

Se os inimigos políticos e ideológicos da conservadora cúpula militar foram com dificuldade conhecidos, o conhecimento acerca dos inimigos, por parte dos militares da ponta da linha e a potencialidade lesiva dos legalistas (agora já considerados rebeldes) precisariam ser constantemente reforçados e ressignificados. Nesse momento, os mitos políticos e militares se forjam, muitos a partir de fatos concretos, outros a partir de boatos anônimos, que se difundem velozmente e vão se modificando e multiplicando, não sem algum sacrifício dos quesitos racionalidade e plausibilidade.

Segundo Barriles, “a gente tinha que estar pronto para defender. Porque houve várias prisões, mas, numa região lá da fronteira com a Argentina, existiam grupos, existiam depósitos de alimentos” (BARRILES, 2011). Alimentos até fornecidos, comprados dos Estados Unidos, enviados para doação e desviados para esses depósitos “no mato”, para prover esses grupos rebeldes, caso houvesse uma luta armada (BARRILES, 2011).

Desta feita, o início da vida militar de Barriles, entre 1964 e 1969, fora tomado pelas “barreiras” e as perseguições a Leonel Brizola, exilado no Uruguai. Corria-se o boato, contudo, de que “o Brizola iria entrar pela Argentina. Então a gente policiava aquelas fronteiras ali, dez dias, quinze dias” (BARRILES, 2011)

Na socialização militar inicial de Barriles, há uma correlação de íntima interdependência entre vários elementos. Muitos deles presentes em outras instituições totais. Mas muitos deles, também, foram específicos do Exército, naquele período, com prolongamento por mais de 20 anos depois. Barriles fora socializado militarmente permeado por elementos tais como apartamento social e adensamento identitário inicial; a construção mitológica de dados e informes, políticos e militares, e a sua divulgação, ou por meios oficiais ou oficiosos, pelo boca a boca entre os militares; a formação de uma identidade policializada para si; a formação de uma identidade para um inimigo coletivo (os grupos da fronteira) e um individual (Brizola), que supostamente defendiam a causa “inimiga”, o comunismo.²⁹⁸

²⁹⁸ A construção do “comunista” Brizola fora bastante conveniente, no sentido de angariar o apoio popular gaúcho ao golpe, tentando convencer a população da nobre causa que desencadeou o golpe e as posteriores perseguições. O próprio General Olympio Mourão Filho tinha a certeza de que Brizola não era comunista (MOURÃO FILHO, 1978, p. 258). O depoente Adão Barriles, por sua vez, tem a plena convicção do contrário. Ele diz que “O Brizola tinha ideia comunista mesmo! Era comunista! Era o que ele queria, igual o Hugo Chavez tá fazendo. Era o mesmo que ele queria. Era ser um Hugo Chávez. Porque ele tinha aquela influência do Fidel Castro, que se deu bem lá em Cuba, aquela coisa toda. Com a União Soviética.” (BARRILES, 2011).

A relação dos militares com a política se firma nesse processo identitário do qual Barriles fez parte. Mas o termo “militares”, neste caso, merece ser cercado de cuidados. Apenas uma parcela de militares (oficiais gerais e superiores) detiveram cargos eminentemente políticos nesse período, ou como interventores e governadores de Estados, ou como interventores nas universidades, diretores e coordenadores de órgãos públicos e empresas estatais, deputados, senadores e presidentes. Como altos oficiais, utilizavam-se da máquina militar em seu favor particular, assenhorando-se de secretários, motoristas, serviçais e seguranças que eram oficiais de baixa patente e praças do Exército. Depois de 1964, o mais próximo que um sargento haveria de chegar de um cargo político seria nesses papéis.

Antes de 1964, havia sargentos que se candidataram, venceram e até mesmo tomaram posse nas legislaturas municipais, estaduais e federais.²⁹⁹ De 1964 em diante, apenas uma cúpula da oficialidade arrogaram-se no direito exclusivo de falar sobre política ou fazê-la. Fora o coroamento de um modelo de “intervencionismo reformista”, posteriormente transformado por Góes Monteiro em um “intervencionismo tutelar”, cujas bases teriam surgido com a influência do Positivismo, no final do século XIX, e se ampliado com o Tenentismo dos anos de 1920 (CARVALHO, 2005, p. 106-109). A partir de um projeto intelectual de longo prazo, que se desenvolveu durante a Missão Militar Francesa e desaguou na reforma do ensino na Academia Militar, à época de José Pessoa, a oficialidade passou a julgar-se “cientificamente” e intelectualmente preparada a desempenhar seu papel tutelar e salvacionista de responsáveis pelos destinos da Nação.

Os sargentos até podiam compor algum papel nesse processo, mas pela sua obediência e presteza na execução das ordens recebidas pelos oficiais. O mundo político, além de muito complexo para ser entendido por uma praça, era cheio de artimanhas que podiam enganar o espírito puro e inocente dos ingênuos sargentos. Ressignificando um antigo padrão castrense, os sargentos eram vistos como incapazes à autogestão e de terem suas próprias crenças políticas e ideológicas, desvinculadas dos oficiais. Não é à toa que as referências aos sargentos “comunistas”, ou subversivos são dadas normalmente ligando-os a terceiras pessoas, políticos ou oficiais.

²⁹⁹ Apesar proibido pela Constituição Federal de 1946 o exercício parlamentar por praças, o sargento do Exército Antônio Garcia Filho tomou posse como deputado federal pela Guanabara em 1º de fevereiro de 1963. Fora o único sargento eleito e empossado. O sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, apesar de eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, foi proibido de assumir seu mandato. Destino semelhante sofreu o também sargento do Exército Edgar Nogueira Borges, proibido de empossar-se vereador em São Paulo. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_sargentos; Acesso em: 21 Mai 2010.

Adão Barriles passou os anos de 1964 e 1965 “praticamente fora do quartel (BARRILES, 2011) comandando sempre um grupo de cabos e soldados, cumprindo missões de policiamento. A alta cúpula militar se dedicava à política, e também lançava nomes para a política repressiva dos expurgos, inclusive os internos. O restante da estrutura do Exército alimentava a cúpula com esses nomes e depois executava a expulsão dos indesejáveis de suas fileiras, não sem antes sabatiná-los, a fim de confirmar algum envolvimento com pensamentos e ações subversivas. Depois disso, tentou manter-se imunes do contágio político os seus elementos inferiores. A faceta do Exército politizado e político (agora exclusivamente dos oficiais) continuou dividindo espaço com o Exército do cotidiano dos afazeres dos quartéis, das rotinas burocráticas, das operações, das instruções, dos procedimentos relacionados ao amplo processo de socialização no qual os sargentos se encontram submetidos.

Em muitos aspectos essas facetas dificilmente eram separáveis. O contexto político havia deixado à mostra para a sociedade que o seu Exército não era coeso como parecia, com um fosso enorme separando os oficiais de suas praças. Internamente, o contexto político havia provocado, ou potencializado, inúmeras cisões no seio relacional do Exército. Insubordinações foram protagonizadas por sargentos, presenciadas por eles ou delas tiveram notícia.

Segundo Barriles, em 1961, seu regimento era comandado pelo filho de Cora Coralina, o coronel Cantídio Bretas Filho.³⁰⁰ Mas com o Movimento da Legalidade, por apoiar Brizola, recebeu voz de prisão de um tenente.³⁰¹ Após absolvição no processo, este mesmo coronel Bretas retornou, em 1966, para novamente comandar a unidade, e, segundo Barriles, “ele quis tirar a desforra...Quis se vingar da unidade pelo ocorrido com ele” (BARRILES, 2011). Comandou com mãos de ferro, exigia trabalho de seus oficiais e de seus

³⁰⁰ Cantídio Bretas Filho, hoje coronel R1, filho de Cantídio Tolentino de Figueiredo Bretas e Ana Lins dos Guimarães Peixoto (Cora Coralina), nascido em Jaboticabal-SP, tinha mais cinco irmãos. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/pintassilgo/mig_pintassilgo.aspx?op=2&cod=20863&comarca=Jaboticabal; Acesso em: 12 Jul 2011.

³⁰¹ Quem assumiu o comando do 1º Regimento de Cavalaria Motorizado, em Santa Rosa, fora um capitão, Aécio Kauffmann Colombo da Silva, expulso do Exército pelo AI-3, hoje anistiado político. Segundo o próprio Aécio Kauffmann, o coronel Bretas fora deposto pela sua inação diante da informação acerca da iminência de um golpe anti-Jango, a partir da capital Brasília. O capitão Aécio Kauffmann havia sido participante de reuniões no ISEB e era legalista. Antes de qualquer ação procurou seus graduados e se certificou que “os graduados do regimento estariam a favor de engrossarem as forças que tomariam posição contra as ordens vindas de Brasília, só aceitando as que viessem, de comandos leais ao comandante do 3º Exército.” Ver: DA SILVA, Aécio Kauffmann Colombo. **Estórias da legalidade (rascunho)**. Disponível em: http://blogln.ning.com/profiles/blogs/a-todos-os-soldados-desconhecidos-que-ainda-n-o-aprenderam-da?xg_source=activity; Acesso em: 08 Abr 2012.

sargentos, à luz do Regulamento Disciplinar. Segundo Barriles, não se via bolinho de oficial conversando. Nem sargento, né! Todo mundo tinha que tá andando pra lá e pra cá” (BARRILES, 2011).

Um estilo de comando que buscava um adensamento identitário de seus subordinados, tendendo induzir sua tropa a uma atividade militar reduzindo seu tempo para sociabilidades descontroladas. Parece ter surtido o efeito desejado, pois Barriles crê particularmente que “o espírito de tropa... da Revolução...era uma coisa muito cobrado! Os oficiais cobravam dos sargentos. Sargentos eram para cobrar dos soldados. Tudo tinha que ser muito rigoroso, né. Existia...mais hierarquia naquela época. Mais hierarquia” (BARRILES, 2011).

O adensamento identitário fora reforçado nas mínimas coisas, incluindo nos momentos da refeição, importante oportunidade em que pode ser reforçado o espírito de corpo da tropa e, ao mesmo tempo, suas distinções hierárquicas, já que a comida normalmente servida, continha melhorias, à medida que os círculos hierárquicos do público alvo crescesse. Para Barriles, “Antes da Revolução, quem queria desarranchar, desarranchava e ganhava uma diferençazinha a mais. Mas não comia no quartel, mesmo de serviço tinha que trazer uma marmita de casa!” (BARRILES, 2011).

Após o Golpe de 1964 essa flexibilidade do auxílio alimentação deixou de existir. Quem não quisesse comer no quartel não era obrigado, mas, para comer, era obrigado a dar seu nome para a refeição, sendo “bem controlada a marcação” (BARRILES, 2011).

Segundo observação de Barriles, o Golpe fora também um ponto de inflexão até mesmo para a qualidade da alimentação. A sua percepção é a de que a comida, “mesmo a do soldado” havia melhorado, pois “as primeiras comidas que nós tivemos, era feia a coisa”. Além de pouca variedade, “era bem racionada”, a ponto de alguns preferirem levar suas marmitas de casa (BARRILES, 2011).

Tudo isso porque, ainda segundo Barriles, depois do Golpe, havia mais verbas para as unidades adquirirem boa alimentação. Em sua unidade,

no dia que não tivesse expediente à tarde, no almoço tinha vinho, tinha cerveja! Quando havia uma competição de unidade...era uma festa! Mas uma festa! Era bem regado a vinho, cerveja, churrasco! Comida boa! De primeira...É que com o governo militar, chegou verba. Tinha verba pra tudo! (BARRILES, 2011).

Em período anterior a 1964, reclamava um subtenente conhecido seu, encarregado de

material, que houve casos em que se necessitasse adquirir algo para a subunidade, o subtenente precisava pagar do próprio bolso. Com muitas viaturas indisponíveis, necessitando de peças, a unidade em que servira só as deixaria em condições de rodagem, após 1964 (BARRILES, 2011).

Barriles não comenta a respeito do aumento relativo do salário, porque praticamente não viveu uma transição. Incorporou em janeiro, e em março houve o Golpe. Mas o sargento incorporado nos anos de 1950, que viveu essa transição, comentou que antes da “Revolução” mal davam para levar algum alimento para casa, e que depois dela, “aumentou bastante”, e o salário “mais que dobrou” (LUZ, 2011).

A observação de Adão Barriles é razoável. Os salários mais que dobraram para alguns postos e graduações. E a forma pela qual esses aumentos foram distribuídos ajudam a esclarecer a estratégia da alta cúpula militar para manter sua tropa coesa, baseada num jogo de duplo vetor: arrocho disciplinar e melhoria do padrão social de algumas camadas. A forma com a qual os sargentos foram tratados tanto pelo governo de João Goulart, como pelos governos militares, pode ser desenhada a partir das diferenças nos aumentos salariais, desde 1960, até o grande aumento de 1964.

O quadro a seguir demonstra como se deram o regime de aumentos salariais no período imediatamente anterior e posterior à tomada do poder pelos generais:

	1960 ³⁰²	1962 ³⁰³	1963 ³⁰⁴	1964 ³⁰⁵
Gen Ex:	63.000	88.200	140.000	252.000
Gen Div:	55.000	77.700	125.000	237.000
Gen Bda:	47.500	66.500	112.500	222.000
Cel:	36.000	50.400	90.000	204.000
Ten Cel:	33.000	46.200	85.000	189.000
Maj:	30.000	42.000	78.000	174.000
Cap:	25.500	38.500	71.000	157.500
1° Ten:	23.000	35.000	65.000	141.600
2° Ten:	21.000	32.200	59.500	126.000

³⁰² Lei nº 3783, de 30 de julho de 1960. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128692/lei-3783-60>; Acesso em: 22 Ago 2009.

³⁰³ Lei nº 4069, de 11 de junho de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4069.htm; Acesso em 22 Ago 2009.

³⁰⁴ Lei nº 4242, de 17 de julho de 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4242.htm; Acesso em: 22 Ago 2009.

³⁰⁵ Lei nº 4328, de 30 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4328.htm; Acesso em: 22 Ago 2009.

ST:	16.000	22.400	48.000	115.500
1° Sgt:	15.500	21.700	44.000	105.000
2° Sgt:	13.500	18.800	41.000	94.500
3° Sgt:	12.000	16.800	38.000	84.000
Cb Engj:	9.500	13.300	23.600	63.000
Cb Não Engj:	4.500	6.300	10.000	21.000
Sd Engj:	2.500	3.500	6.000	21.000
Sd Não-Engj:	700	1.000	1.700	8.400

Tabela nº 3: Aumentos salariais, anos de 1960, 1962, 1963 e 1964.

OBS: Valores dados em Cruzeiro (CR\$), moeda vigente até 1967.

Nota-se uma significativa diferença de abordagem, relativa aos beneficiários dos aumentos, nesses três momentos, muito próximos um do outro, mas de amplas e profundas mudanças. No aumento salarial de 1962, com João Goulart sob regime parlamentarista, os maiores beneficiários foram os capitães e tenentes, recebendo aumentos entre 50 e 52%, enquanto todo o restante dos postos e graduações, tanto para cima quanto para baixo, incluindo, logicamente, os sargentos, na cadeia hierárquica, o aumento restringiu-se a uma média de cerca de 40%.

No aumento salarial oferecido em 1963, já com João Goulart no regime presidencialista, os oficiais gerais receberam em média 62% de aumento, os oficiais superiores (majores, tenentes-coronéis e coronéis) receberam 82%, os capitães e tenentes 84%, e os cabos e soldados foram contemplados com 69% de aumento do soldo. Em contrapartida, fora notória a atenção dada pelo governo ao círculo dos subtenentes e sargentos, que, de longe, configuraram-se como os maiores beneficiários do aumento salarial, recebendo uma majoração em seus soldos de, em média, 115%, com um privilégio maior dado aos 3° sargentos, que receberam 126%.

O contexto do aumento de 1963 deu-se num processo de aproximação de João Goulart com os sargentos, tendo em vista o apoio prestado ao presidente, no movimento pela legalidade de 1961, e o posterior alinhamento dos sargentos mais politizados com as intenções janguistas relacionados às Reformas de Base. João Goulart, talvez, a fim de formar uma base militar a partir dos sargentos, além de lhes prestigiar politicamente, buscou responder aos seus antigos anseios sociais. Uma dessas medidas foi, logo que pode, aumentar-lhes os salários, privilegiando-os em relação aos outros grupos militares. Isso não quer dizer que os cabos e soldados, de um lado, e os oficiais, de outro, não tiveram seus salários

aumentados. Foram também beneficiados, contudo, com porcentagens relativamente inferiores quando comparados aos sargentos. Somente os sargentos obtiveram aumentos que ultrapassaram os 100 pontos percentuais.

Praticamente um mês após o Golpe de 1964, em 30 de abril de 1964, o governo da cúpula militar proporcionou um grande aumento para todas as camadas, mantendo a tendência a uma relativa aproximação salarial entre um extremo e outro da hierarquia disciplinar. Nesse sentido, os oficiais gerais novamente receberam o menor quinhão (que não era tão pouco assim), com uma média de 88%. O restante dos oficiais receberam uma porcentagem relativamente homogênea, na casa dos 125%. Contudo, talvez, no sentido de corrigir uma discrepância com as bases de sua pirâmide, até então passivamente leais aos seus comandantes, de longe, como nos mostra a tabela anterior, os maiores privilegiados foram os cabos e os soldados. Os cabos receberam em média 138%, enquanto que os soldados engajados receberam 250%, e os soldados recrutas ficaram com 394 pontos percentuais. O aumento dos recrutas, em termos percentuais, parece ter sido grande, mas, comparando-se seu salário real com o dos seus superiores hierárquicos, a diferença permaneceu ainda relativamente grande.

Mas, também, o universo dos sargentos recebeu uma boa porcentagem de aumento. Como dito pelo depoente, ex-sargento Barriles, faltavam oficiais na década de 1960, e bem possivelmente, muitos subtenentes e 1º sargentos devem ter comandado pelotões durante o levante do final de março e início de abril (BARRILES, 2011). Normalmente os mais antigos de casa, e com mais a perder, a maioria dos sargentos mantiveram-se fiéis e leais aos ditames disciplinares e às ordens de seus comandantes, resistindo às sugestões e promessas de políticos à esquerda. Seriam merecedores, portanto, de um bom prêmio pela sua lealdade. Dentre eles, os 1º sargentos e subtenentes foram os mais aquinhoados, com medianos 139 pontos percentuais. Os 3º sargentos, que no aumento de João Goulart, receberam uma porcentagem maior, em 1964 receberam pouco mais que 120%. Os que tiveram alguma participação contrária ao golpe, ou já tinham sido expulsos ou estavam sendo processados.

Não se pode desprezar os efeitos psicológicos e prático que esses aumentos de salários, privilegiando as camadas hierárquicas inferiores, possam ter causado. Afinal, foram representantes desse grupo que, dias antes do golpe, reivindicavam politicamente por melhores condições profissionais e de salários.

Em 1963, apenas um ano antes, os sargentos também tiveram seus salários mais que

dobrados, por João Goulart. Talvez esse aumento salarial imediatamente após o Golpe tivesse a intenção simbólica de apagar da memória coletiva dos sargentos a figura política de João Goulart como defensor político do grupo, e substituí-la pela figura simbólica da “Revolução”, como sua defensora natural. Uma defensora também política, quem passou a deter o poder político foram os altos escalões do Exército. Essa substituição de papéis poria em ordem a imaginada naturalidade da dinâmica funcional no Exército, pretendida desde que Góes Monteiro fora Ministro da Guerra. Para que para aquele general, os oficiais, e o próprio Exército, seriam os legítimos defensores dos sargentos e dos soldados.

Se foi essa a pretensão desse aumento quase imediatamente após o Golpe, não sabemos. O que se sabe é que, na memória dos sargentos não rebeldes, pelo menos com o passar desse quase meio século, o que permaneceu foi a importância do crescimento material e salarial do Exército com os generais no poder. Para a memória de Abdon Luz, que viveu a transição, antes da “Revolução” o salário era insuficiente até para o mínimo da subsistência familiar, e depois, “colocou tudo isso no seu devido lugar”, pois “o aumento da Revolução foi uma coisa que...o pessoal...” (LUZ, 2011).

Na memória de Válter Barriles, permaneceu apenas a imagem da contraposição entre a pobreza anterior – com poucos salários, falta de verbas para instrução, manutenção de viaturas e comida – com a riqueza posterior. O 31 de março, dessa forma, fora entalhado na memória dos sargentos daquela geração como um ponto de inflexão, em relação às suas experiências no Exército. Um ponto de inflexão em relação à sua socialização, e à sua própria identidade militar.

Para Barriles, na década de 1960, a identidade militar se adensava a cada serviço de escala, pois, segundo ele, havia um controle muito cerrado, com senha e contrassenha, sendo que o serviço de comandante da guarda, normalmente um 3º sargento, “você não dormia” de preocupação. Estava bem preparado “para não ser surpreendido!” (BARRILES, 2011). Surpreendido pelos comunistas, que a qualquer momento poderiam entrar nos quartéis a fim de roubarem fuzis, para uma guerrilha que supostamente estariam tramando. No final da década essa hipótese se tornou realidade para alguns quartéis. A identidade militar se adensava, tendo o comunismo como seu natural inimigo. Um inimigo construído no imaginário dos sargentos por meio das instruções para os “oficiais e sargentos” e para a “tropa”.³⁰⁶ As instruções abordavam assuntos tais como as desvantagens da socialização

³⁰⁶ Interessante notar que Barriles não se reconhece como componente da “tropa”, mesmo sendo um *troupier*

militar no comunismo, onde não havia liberdade “de ter, de fazer o que bem entender, de fazer o que gosta, o que interessa” (BARRILES, 2011).

A identidade do inimigo passou a ser construída com um reforço das memórias da Intentona Comunista, de 1935. O discurso fundador anticomunista no Exército vinha de 1935. Seria natural que diante daquela suposta ameaça recente da esquerda em relação à socialização das camadas mais baixas, principalmente a dos sargentos, ela fosse retomada com vigor pela cúpula do Exército, como discurso legitimador a respeito do golpe dado. Em lembrança aos vinte e nove anos da “Insurreição Comunista de 1935”, a primeira Ordem do Dia Conjunta do governo militar referia-se em tom quase escatológico que o mundo vivia um ambiente conturbado de Guerra Revolucionária Comunista, desde o Bolchevismo na Rússia. E que a primeira demonstração daquela guerra no Brasil havia sido em 1935. Derrotada, porém havia mudado de tática, com a

infiltração progressiva em postos-chaves, através de uma paciente doutrinação e da corrupção. Desta forma, lograram os vermelhos alcançar, em 1963 e início de 1964, uma situação de grande influência, que lhes deu a ilusão de ter o poder em suas mãos. Foram, entretanto, derrotados pelas forças vivas da Pátria. Mas, sua atividade subversiva não cessou: agora, se reveste da forma de guerra psicológica, que visa a desmoralizar a obra restauradora de 31 de março e a comprometer o atual Governo perante a opinião pública. Portanto, o comunismo, seja qual for a forma por que se apresenta, é contrário aos legítimos interesses nacionais. Eis porque, nas situações de crise, como as de novembro de 1935 e de março de 1964, ou face à atuação nefasta de seus adeptos, o Povo Brasileiro encontrará, sempre, suas Forças Armadas unidas e vigilantes.³⁰⁷

A ordem do dia constrói uma imagem de continuidade e imbricação entre o Bolchevismo russo, o movimento comunista de 1935 e os fatos que antecederam ao golpe. E constrói a imagem dos comunistas brasileiros – cujas táticas passaram a ser a corrupção e a doutrinação – como influentes no governo anterior, deposto pelo ato salvacionista do Exército. Comunistas ardilosos que mudam de forma e de tática, a fim de conseguirem seu intento de tomada do poder. Depois da “Revolução”, eles teriam vindo sob forma de guerra psicológica. Mas seja sob qual forma, os comunistas encontrariam vigilantes as suas Forças Armadas. E unidas!

O reforço desse aspecto, nas locuções daquele ano e dos seguintes, foi sobejamente

nato. Para ele, a tropa seria composta apenas dos cabos e soldados. Assim, os sargentos seriam uma categoria específica entre a tropa e os oficiais, muito mais próximos destes do que daqueles. Ver entrevista de Adão Válder Barriles. BARRILES, 2011.

³⁰⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 50, de 11 de dezembro de 1964, p. 7.

usado como forma de convencimento discursivo, tanto no plano externo como no interno. Mas alguns militares, sargentos e oficiais³⁰⁸, que permaneceram no Exército demonstraram que a união do Exército ainda não havia sido totalmente consolidada. A insegurança passou a ser a tônica das relações, pois não se sabia de onde o inimigo poderia vir, nem como. Foi nesse plano de desconfiança e de medo que os sargentos passaram a ser socializados.

Nos serviços de escala, a atenção era primordial, a fim de se evitar surpresas. Já houvera uma incursão no passado, em 1935, onde os quartéis foram invadidos. “E a Revolução reavivou essa coisa, né! Para despertar, pro militar saber que pode ocorrer a qualquer momento uma coisa” (BARRILES, 2011). A partir do mito do capitão Lamarca³⁰⁹, firmou-se no imaginário militar, e logicamente no dos sargentos que trabalhavam à noite, de guardas, a possibilidade de novas incursões no intuito de se roubarem fuzis para armarem a guerrilha que supostamente se organizava.

Um soldado de 1971/72 indica que até mesmo supostos ex-guerrilheiros arrependidos eram cooptados pelo Exército, a fim de explicarem suas táticas aos militares do batalhão. Segundo Alberto Rodrigues,

Ocasionalmente, havia uma espécie de instrução diferente: consistia em depoimentos de guerrilheiros ou terroristas presos e 'arrepentidos', que se dispunham a colaborar com o Exército...O palestrante contava, então, detalhadamente, para silenciosos, atentos e assustados recrutas, os planos que tinham para invadir quartéis e matar soldados. O prisioneiro palestrante relatava seus planos para explosões de bombas em locais públicos e em sedes de meios de comunicação, bem como os projetos que tinham sido elaborados para explosões de pontes, linhas de transmissão de energia elétrica e outros alvos estratégicos. O terrorista explicava tudo em exposição com roteiro e tempo definidos, sendo que uma vez um palestrante utilizou um cavalete contendo grandes folhas brancas de papel, para desenhar croquis, com pincel atômico, como se fosse um professor dando aula. Esses depoimentos e testemunhos representavam a preparação psicológica oferecida para cada soldado estar atento e saber que o inimigo era real e não estava brincando. (RODRIGUES, 2001, pp. 91-92)

De acordo com os oficiais que doutrinavam as praças, à época, o Brasil estaria sofrendo uma guerra declarada pelos seus inimigos, “terríveis e sanguinários” terroristas, os quais “assaltavam bancos, promoviam sequestros e, sem mais sem menos, matavam inocentes

³⁰⁸ Muitos membros da Guerrilha do Caparaó, depois no Vale do Ribeira, foram sargentos e oficiais, como foram os casos do sargento Darcy Rodrigues e do capitão Carlos Lamarca.

³⁰⁹ O capitão guerrilheiro Carlos Lamarca fora citado tanto no depoimento de Adão Valter Barriles como no depoimento de Abdon Luz. O ato de extrema ousadia do capitão Carlos Lamarca em sair do quartel onde servia, em Quitaúna-SP, com uma Kombi repleta de fuzis, sem nenhum tipo de fiscalização, era usado como exemplo de como era necessária a atenção do sargento comandante da guarda e de toda a equipe de serviço, a fim de evitar novas incursões.

nas ruas para treinar o 'sangue frio'. Faziam isso contra civis indefesos...” (RODRIGUES, 2011, pp. 108-109). Segundo Barriles, nos quartéis “sempre tinha uma tentativa. Uma incursão” (BARRILES, 2011).

A lógica do medo, associada a outras ações práticas e simbólicas, parece ter surtido o efeito desejado de reforçar a identidade militar de seu efetivo, tanto dos profissionais como dos seus efetivos sazonais, os recrutas. No caso dos sargentos, esse reforço fora ainda mais potencializado, já que são normalmente contrapostos aos oficiais. No pós-1964, os sargentos ficaram praticamente esterilizados politicamente. De acordo com Barriles, enquanto

antes da Revolução falavam que tinham levantes, umas coisas assim (...) jogavam oficial contra sargento (...) depois da Revolução, não. Depois da Revolução, pode-se dizer que a hierarquia e a disciplina foram cumpridas (BARRILES, 2011).

Na ótica de Barriles, passara a valer o ensinamento de um subtenente, seu velho conhecido, à época, que falava de um jeito um tanto quanto peculiar e quase ininteligível: “aqui no quartel manda quem pode, bedece [sic] quem persiga [sic]” (BARRILES, 2011).

b. Moralidade disciplinar

A maioria das atividades rotineiras dos quartéis era executada com um relativo grau de autonomia em relação ao universo político. Era uma autonomia relativa, já que essas atividades rotineiras permaneciam vinculadas ao todo de seu momento histórico. Ainda que em alguns casos essas ordens contivessem em si um caráter misto entre militar e política, seus executantes permaneciam relativamente alheios ao embate entre conservadores e transformadores, simplesmente as executando. É dessa forma que a história de vida de Barriles, nascido em meio à política petebista, prossegue no Exército.

Terminada a prontidão, Barriles conclui seu Curso de Formação de Cabos e foi promovido logo em seguida. Enquanto cabo, recebera a missão de seu comandante de esquadrão de organizar os pneus das viaturas da garagem de seu esquadrão, pois o sargento responsável, chefe da garagem, não se preocupava em ordená-los como determinado. Conta o depoente que

o sargento, que era o encarregado da garagem, ele bebia muito. Bebia muito e ia pra zona do meretrício. Casado, com família, mas bebia e ia pra zona do meretrício, voltava às nove horas da manhã (BARRILES, 2011).

Incompetência profissional, portanto, nesse caso em específico, possuiria uma relação intrínseca à fraqueza moral. Aliás, os critérios morais pareciam ocupar um peso relativamente alto na socialização dos sargentos. No caso ora analisado, a incompetência do sargento faz com que o capitão confiasse seu trabalho ao cabo Barriles. Isso demonstra um primeiro sinal de banimento social e profissional daquele sargento considerado moralmente e profissionalmente incapaz pelos oficiais do batalhão e mesmo por indivíduos do seu próprio grupo de pertencimento. A aceitabilidade desse sargento por parte de seus superiores chegou a um ponto insustentável, a ponto de ele ter sido banido do Exército, anos depois (BARRILES, 2011).

Aliás, a insuficiência moral fora uma justificativa abundantemente utilizada para banir do grupo dos sargentos e das praças, de maneira geral, os indesejáveis, os degenerados, os que não trabalhavam adequada e suficientemente para o Exército, não dando o exemplo de honradez militar que o Exército necessitava para manter seu *status* de guardião moral da sociedade.

O vício da bebida era considerado uma questão de fraqueza moral, não um problema de saúde pública. A receita do alto comando do Exército para se coibir as praças do erro do uso desmedido de bebidas, normalmente, continha o ingrediente disciplinar como o protagonista.

Uma proposta do Comandante da 7ª Região Militar havia solicitado, em 1968, a reforma do 2º sargento Jonas Rodrigues de Carvalho, por “incapacidade física definitiva”. Outro ofício foi expedido pelo Hospital Central do Exército (HCEEx), também pedindo a reforma de um outro 2º sargento. O Comando do Exército, em contrapartida, denegou dos pedidos, mandando-os ambos serem arquivados pelos mesmos motivos:

por tratar-se de alcoolismo crônico, o que importa em transgressão grave, de acordo com o RDE e além disso, pode prover os meios de subsistência. O assunto possui aspectos disciplinares e morais que não devem ser esquecidos. Se fosse reformado, continuaria bebendo sem a vigilância de seus chefes, comprometendo o bom nome do Exército, uma vez que não perderia a condição de militar. Retornando aos seus misteres funcionais terá menos tempo para alcoolizar-se, ficara sob controle direto de seus chefes e sujeito as limitações do RDE. A permanência no Exército propiciara melhores condições para sua recuperação, salvo se cometer transgressões que importem em expulsão ou exclusão disciplinar.³¹⁰

³¹⁰ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 24, de 14 de junho de 1968, pp. 34-35.

Aliás, inúmeros foram os casos naquele ano de 1968, de sargentos que foram considerados alcoólatras, julgados moralmente pela sua condição, sem nenhum tipo de auxílio médico. Todos foram tratados exclusivamente nas esferas moral e disciplinar.³¹¹ Até mesmo um sargento que servia numa das unidades militares encarregadas de, internamente, reprimir atos considerados transgressões morais e disciplinares de militares de outras unidades, recebera o mesmo tratamento³¹². Outro 3º sargento, além de ter sido negada sua reforma, recebeu como resposta que o alcoolismo seria “desonroso e ofensivo à dignidade militar e profissional”, sendo por isso “submetido a Conselho de Disciplina de acordo com o Artigo 55 do RDE.”³¹³ O sargento seria expulso por conta de seu alcoolismo.

Outros sargentos, já fora do Exército há bastante tempo, que haviam lutado na Itália, pediram amparo do Estado, recebendo a pouco inspiradora resposta:

O requerente é alcoólatra e sua incapacidade física é uma decorrência. Não foi convocado atualmente. Não cabe ao Estado estimular reformas de alcoólatras, dando-lhes meios para beber e permanecer na ociosidade.³¹⁴

Antigos companheiros “febianos”, soldados e cabos, tiveram o mesmo tratamento. A fim de não serem amparados, foram considerados simplesmente “alcoólatras”.³¹⁵ Um vício moral considerado, à época, curável apenas com a vontade individual.

Foram o vício do álcool e a sua contínua frequência a casas de tolerância – mesmo tendo uma família –, que acabaram banindo do grupo o sargento responsável pelas viaturas que Barriles organizou. Graças ao banimento social do sargento é que Barriles pode mostrar sua capacidade profissional ao comandante de esquadrão e a permanecer no Exército. A decadência de um fora a oportunidade de ascensão de outro. O cabo aproveitara-se do ostracismo profissional do sargento para mostrar suas aptidões profissionais.

³¹¹ O 2º Sgt Augustinho Niehus, do 1º/20º RI, e 3º Sgt Pedro José de Oliveira, do DGP, pediram reforma por incapacidade física e, também, foram denegados por serem simplesmente “alcoólatras”. Ver: EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 32, de 9 de agosto de 1968, p. 74.

³¹² O 3º sargento Max Jacobsen, da 4ª Companhia de Polícia do Exército(4ª Cia PE), teve como resposta do ofício que solicitou-lhe a reforma o mesmo parecer. Ver: EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 26, 28 de junho de 1968, p. 37.

³¹³ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 27, 05 de julho de 1968, pp. 44-45.

³¹⁴ *Idem*.

³¹⁵ Waldemar Palmeira da Silva, Antonio Lopes Moraes, Candido Meschiatti, Juraci Rodrigues da Silva, Alberto Andre Parche, Nelson Vieira de Andrade, Fernando de Oliveira Nunes, Jorge Teixeira de Almeida, Jose Ramiro do Nascimento, Benedito Alvarenga, Ezequiel Barbosa do Nascimento, Mario Alves Machado, Onofre Alves Bitencourt, Romildo Martins, Waldir de Souza Barreto, Hugo Nunes, Jose Constantino, Nilton Arruda Flor, Sergio do Nascimento, Wlademiro [sic] Boles, Manoel Rocha da Silva. Ver: EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 28, 12 de julho de 1968, pp.56-60.

O capitão sentia o peso da cobrança do coronel, a repassava para seu elemento executante, o sargento, mas este não a absorvia como deveria, muito menos a executava. Quando Barriles a executou, o capitão – aliviado por recuperar sua plena autoridade de comandante de companhia, aos olhos do coronel comandante do Regimento – sentiu-se obrigado a recompensar o cabo, ainda recruta, pela sua boa vontade.

Porque o Andrade não fazia nada disso (...). Foi o primeiro comandante de subunidade que entregou para o comandante do Regimento com tudo certo, com viatura, pneu... Ganhou um elogio do comandante do Regimento. Ficou... e eu fiquei (BARRILES, 2011).

c. Distinções sociais e carreira

As expectativas de um cabo recruta quanto ao seu futuro no Exército criaram nele um campo de forças que dificultava a sua recusa a qualquer tarefa. O cabo recruta sabia que suas potencialidades de ganhos e de perdas no Exército estavam ligadas diretamente às qualidades pessoais e aptidões profissionais que podia mostrar a seus superiores.

Em outro plano, isso indica também que a dinâmica entre as ordens e as suas execuções no cotidiano dos quartéis parece não ser tão rígida quanto pretende o idealismo do discurso oficial do Exército e daqueles que o representam, mesmo na informalidade.

Parece haver escolhas individuais nesse processo que compreende um jogo a vários níveis, entre ordens, execuções e desobediências. Parece que nem tudo se definia em termos de coerção e medo de punições. Havia fatores subjetivos que influenciavam no processo, tais como a maneira como eram expedidas as ordens, o alvo das ordens, as capacidades pessoais dos executantes em cumpri-las, o grau de socialização do executante e a sua potencialidade em recusá-las. Havia também escolhas dos executantes em cumprir total, parcialmente ou, ainda, não cumprir integralmente as ordens recebidas.

É dizer o óbvio que os processos que envolviam as ordens e as execuções das tarefas no ambiente militar pareciam ser influenciados pelas características relacionais humanas muito mais do que gostaria de fazer crer o cartesiano e frio discurso institucional. O automatismo desse processo seria tão desejável quanto improvável na vida prática. Assim como qualquer outra atividade relacional humana, as ordens militares obedeciam também a critérios subjetivos inerentes às relações humanas, não somente a critérios objetivamente

impostos.

Para Barriles, a promessa de engajamento simplesmente não bastava. Queria algo mais pelo seu mérito próprio. Seu desejo de ascensão começou aos 14 anos, quando foi morar com o irmão, saindo da colônia para estudar. Esse mesmo irmão deve tê-lo influenciado como um símbolo familiar de sucesso, pois fora o segundo prefeito da recém-emancipada Horizontina, no Rio Grande do Sul, “terra da Gisele Bündchen (...). Ele foi eleito e como eu precisava estudar, ele me levou para Horizontina, pra estudar lá” (BARRILES, 2011). Lá cursou o chamado período de Admissão, depois a 5ª série e terminou o 1º Grau, atual ensino fundamental.

Estudar para ele era uma necessidade. Não queria permanecer na colônia. Desejava uma ascensão social e entendeu que apenas o estudo poderia lhe propiciar. Mas mesmo na cidade não se desvinculou de sua condição anterior, pois, quando trabalhava na prefeitura, continuou a “mexer com terra...junto com aquela turma do pesado”, andando na carroceria de caminhões, chegando em casa “sempre sete e meia, oito horas” da noite. Ia para aula à noite, chegava atrasado. Mas negociava com os professores o seu baixo rendimento escolar e a defasagem das frequências (BARRILES, 2011).

No seu ano de recruta, tentou a prova para o curso de sargento, mas não conseguiu estudar suficientemente para ser aprovado, “porque não sobrava tempo para nada! Fiz o concurso para saber como é que era.” No ano seguinte, prestou novamente o “concurso da ESA”, sendo dessa vez aprovado. O nome que se dava ao concurso era “da ESA”, mas os aprovados eram designados para vários outros quartéis que funcionavam também como escolas de formação (BARRILES, 2011).

Barriles, juntamente com doze contrerrâneos de Santa Rosa, foi designado para realizar o curso no 3º Regimento de Cavalaria Motorizada, em São Gabriel-RS, 410 quilômetros da sua terra natal. Lá realizou o curso de aproximadamente seis meses, começando antes da metade de 1966 e, no final do mesmo ano, fora aprovado. A cerimônia de término de curso teria sido muito singela, sem pompa, quase fria. Dava fim ao curso, mas não marcava o nascimento de uma nova perspectiva, já que, nela, não eram promovidos a 3º sargentos. Barriles havia iniciado seu curso como cabo e terminou-o como cabo. Sua promoção a sargento viria somente em 31 de maio do ano seguinte, a única data em que se promoviam os 3º sargentos, na época. Era um método de formação que, de certo modo, esfriava o orgulho pelo curso, o orgulho do recebimento da divisa, o orgulho pelo

pertencimento da turma, pois não fechava um ciclo de estudos formativos com a entrega do objeto de desejo pela qual eram motivados. A espera, de quase seis meses, pela entrega descentralizada das divisas; a própria formação descentralizada dos sargentos, em inúmeros quartéis, poderia resultar no esfriamento de sentimentos de grupo que porventura surgissem nos meses de curso. Pelo menos as promoções passaram a ser garantidas depois do curso, diferente de como acontecia uma década antes, conforme demonstrado na experiência do depoente Abdon Luz (LUZ, 2011), em que o término do curso de sargento significava apenas uma habilitação à promoção, dependente de abertura de vagas na unidade em que servia.

A fala de Adão Valter Barriles, assim como a de Abdon Luz, parece indicar que havia uma distinção positiva daqueles que realizavam o curso de sargentos nas escolas, em Três Corações e no Rio de Janeiro, em relação àqueles que o realizavam na tropa. Particularmente em relação àqueles sargentos combatentes, o curso na escola de Três Corações parecia representar uma garantia da boa formação militar dos sargentos. Barriles, contando como dividia as instruções na época em que era comandante de pelotão, já como 2º sargento, próximo à promoção a 1º sargento, frisa que em seu pelotão havia três sargentos “da ESA, vindo da ESA” e que acompanhava algumas de suas instruções. Mas, segundo ele, não precisavam de acompanhamento, pois “era sargento da ESA, tudo bem formado, né.” (BARRILES, 2011).

Para o antigo sargento cavaleiro, nos quartéis em que passou não sentiu o peso da diferença entre os círculos. Segundo ele,

era uma amizade. A única diferença era reunião de oficial quando era reunião de oficial, quando era reunião de sargento, de sargento. Ou era reunião de sargento e dos oficiais. E cassino, cassino de um, cassino de outro, né. Mas o resto se convivia muito bem dentro do Regimento. (BARRILES, 2011)

“Sempre com hierarquia e com disciplina, mas sem perseguição”. Barriles volta a trazer à cena o mesmo termo usado por Abdon, pois ele afirma ter sido o relacionamento em Santa Rosa semelhante a uma “família”. Mas os membros de uma família têm lá suas diferenças, pois “às vezes acontecia, né, de um oficial se indispor com um sargento, com um cabo e querer perseguir, mas aí era só levar adiante e, por baixo dos panos, resolvido o problema” (BARRILES, 2011). Barriles não esconde que houvesse indisposições de oficiais com sargentos e cabos que ultrapassavam as relações puramente profissionais, podendo desaguar em um tipo ou outro de perseguições pessoais. Mas reproduz o discurso oficial do

Exército, desde os anos de 1930, já comentado aqui, sobre a instituição ser uma “família”.

Nos anos de 1960, a relação entre exército e família fora analisada a partir de uma realidade diferente, no caso do exército estadunidense. Morris Janowitz analisou o papel das relações familiares dos oficiais, principalmente das mulheres, para o desenvolvimento de suas carreiras e o sentimento de pertencimento, principalmente das esposas, em relação ao Exército, quase como um prolongamento da patente de seus maridos. Para Janowitz, “era admirável a extensão em que as mulheres assimilavam os valores da honra e do cerimonial militar. Isto ainda é verdade até mesmo na comunidade militar de após-guerra”. Não havendo distinções entre as relações familiares e as relações familiares, ele chama o Exército, dentro desse modelo, de “família militar” (JANOWITZ, 1967, pp. 188-189), já que toda a família do oficial encontrava-se em situação de participante ativa das suas carreiras.

Viviam essa realidade não somente os oficiais comissionados, mas também os oficiais não-comissionados, os sargentos. Apesar da discriminação social que também existia no caso americano – entre oficiais comissionados e oficiais não-comissionados – a família militar à qual se refere Janowitz não tinha a mesma característica da do Exército Brasileiro. No caso brasileiro, a “família militar” (MCCANN, 2009, p. 488), fora uma ideia construída no intuito exclusivo de se manter a submissão dos inferiores, tendo como base a estrutura familiar patriarcal, em que os oficiais seriam os pais mandatários de seus filhos idealmente submissos, as praças.

Barriles não esconde que essa “família” tinha problemas de relacionamento, onde questões mal resolvidas em planos inferiores obrigavam a um arbítrio superior, sendo levadas “adiante”, margeando o regulamento disciplinar, chegando a resoluções informais, ou como prefere o depoente, “por baixo dos panos” (BARRILES, 2011).

Além disso, apesar de na Cavalaria se ter uma fama de “buenacho”, “de se entender muito bem” (BARRILES, 2011), havia atos abusivos no exercício de poder, assim como em qualquer unidade de outra arma.

Atos abusivos que iam desde exigências em relação ao uso de uniformes não previstos nos regulamentos até o trato jocoso ao infligir punições disciplinares graves aos subordinados. O depoente conta que, certa ocasião, houve um coronel que ameaçou prendê-lo porque, ao chamá-lo, achou-o displicente demais, apenas por ter vindo caminhando, e não correndo. Um outro coronel havia instituído na unidade o uso de botas de borracha e capas de chuva para realizar formaturas em dias de chuva. Ainda outro, pedia aos sargentos dinheiro

emprestado e tratava de maneira “diferente” aqueles que se recusassem a prestar tal regalo. Conhecera, ainda, um oficial, na posição de subcomandante de unidade, muito bom de tiro e, por isso, muito temido. Segundo o depoente, tinha ele, em sua mesa, três caixas de fósforos, usadas como suporte decisório acerca das punições das praças transgressoras

Uma com três palitos, uma com cinco e outra com dez. Aí, ele chegava, e costumava chamar o soldado assim: 'Ó nego! O que é que tu fez?' aí o soldado tentava se explicar, ele lia ali na parte o que é que tinha, né! Aí ele dizia 'olha nêgo!' pegava aquelas três caixas de fósforo, botava assim, embaralhava, e dizia: 'Olha nêgo! Você merece uma cadeia! Agora, os dias você é quem vai escolher!' [risos] Verdade! 'Os dias você é quem vai escolher'. O cara tirava três palitos, não podia vibrar [risos]. Se vibrasse, pegava cinco [risos]. O cara pegava 3 palitos, ficava quieto, né. Ficava quieto, tentava rir [risos]. Engolia...[risos] mas se pegava dez...[risos]. Esse era de lascar, viu. Não era um cara mal, viu! Era um gauchão assim daqueles durão mesmo! Mas com os soldados que davam alteração ele era... E sargento também, ele fazia isso! 'Nêgo! É você quem vai escolher seus dias!' [risos] (BARRILES, 2011).

Mas os atos abusivos não vinham somente dos oficiais. Os sargentos mais antigos também abusavam de sua antiguidade para se beneficiarem. Numa época em que os militares recebiam o soldo referente às funções que desempenhavam, Barriles comandava um pelotão; no entanto, quem recebia o acréscimo do soldo de 2º tenente, durante muito tempo, fora um outro sargento, mais antigo que ele. Recebia a diferença do soldo sem exercer a função que motivava o pagamento (BARRILES, 2011).

Pequenos embustes administrativos, como este, favorecendo sargentos considerados “peixes” de oficiais, não foram exclusividade na história de Barriles. O ex-combatente Leonércio Soares, trocando os nomes dos personagens, talvez por receio de ser perseguido pelo governo militar, com sua crítica mordaz, conta que, já no término da guerra,

o capitão Cid perguntou ao sargento Brígido se ele iria ou não continuar no Exército, o que foi negado pelo sargento. O capitão continuou: “Sabe, Brígido... o Huscar³¹⁶ é um bom amigo...subtenente antigo, com vários anos de caserna... tem família... tem filhos... e veio para a guerra na esperança de uma promoção a tenente! Esta é a sua última oportunidade para chegar ao oficialato...Você já vai receber a mais alta condecoração da Força Expedicionária: a Cruz de Combate de 1ª Classe e tem ainda direito à promoção ao posto de segundo tenente, pois comandou o pelotão quando o aspirante Malheiros se retirou da frente... Se você concordar quero que figure o Huscar como tendo comandado o pelotão... Só assim ele poderá ser promovido... Era uma sujeira o que o capitão lhe propunha...Na manhã seguinte, um novo elemento foi juntar-se ao 1º Pelotão: o subtenente Huscar, rindo à beça, extravasando um enorme contentamento, armado e equipado para uma guerra que terminava (SOARES, 1984, pp. 337-338).

³¹⁶ Possivelmente tenha querido se referir ao Sub-Ten Waldemar **Hansen** de Melo

Mesmo tendo visto e sofrido com embustes administrativos dessa monta, recorrentes no longo prazo, o antigo sargento da década de 1960 regozija-se de sua vida militar, contando com um manifesto orgulho que ela só lhe “deixou boas recordações” (BARRILES, 2011). Apesar disso, confessa que

antigamente era uma espécie de escravidão! Aqueles costumes, não precisava tudo isso, não é!? Isso até gerava polêmica às vezes, gerava descontentamento. Gerava até mais punição por causa disso. Porque o cara ficava bravo, muitas vezes, porque uma coisinha de nada, né! (...) ninguém era livre não! Não! Era...era no cabresto! (BARRILES, 2011).

Sem resquícios de mágoa, porém com um sentimento misto e ambíguo, combinando uma certa dose de aversão aos métodos de socialização empregados no início de sua vida militar a um orgulho saudosista por “seu tempo” ter sido mais difícil que o atual, Valter Barriles conta que

eu sou do tempo do Exército que não podia, o cabelo era o corte 'zero' e a cada dez dias! (...) Mesmo o sargento, mesmo o 3º sargento! A instrução, os cursos, o pessoal chegava com um pedaço de papel sulfite e passava na tua barba. Se enroscasse, caneta! Trajar civil, nem pensar! O meu curso de sargentos em São Gabriel era uma perseguição tremenda! Se a PE visse um sujeito civil era preso. Se estava fardado e não estivesse tudo em ordem, botava para viatura! Era demais, viu! (...) Tinha comandante da PE que não deixava passar nada, né! Pegava um soldado numa casa de prostituição, meretrício? Ah! Preso na hora! Pô! Não podia? Demais isso! (BARRILES, 2011).

A contrapartida para que toda essa cadeia de cobranças funcionasse rigorosamente, sem falhas, era o necessário envolvimento de todos nas rotinas de socialização. Para o velho sargento, os sargentos cobravam dos soldados, mas também davam o exemplo trabalhando juntos. Os oficiais, do mesmo modo, exigiam de seus subordinados sargentos, mas comandavam pelo exemplo. A divisão de tarefas não possuía uma fronteira muito bem definida, e, segundo Barriles, os oficiais, para darem o exemplo, executavam algumas tarefas juntamente com suas praças:

Não tinha esse negócio de, digamos assim, como hoje em dia tem, alguns oficiais aí quererem só dar ordem para o sargento trabalhar... Não! Todo mundo trabalhava junto. Pegava junto (BARRILES, 2011).

O depoente correlaciona a maior liberdade atual durante o continuado processo de socialização dos militares e a delegação de todos os trabalhos à execução dos sargentos, sem a necessidade da liderança pelo exemplo, num sentido muito próximo à ideia, um tanto quanto

egocêntrica, de que o grupo dos sargentos seria o responsável por arrastar a Instituição. Certamente que se a mesma história fosse contada por oficiais ou por soldados, suas versões seriam bem semelhantes, no sentido de acharem ser o grupo dos oficiais, ou dos soldados, conforme a posição social do depoente, os responsáveis pela manutenção do direcionamento da Instituição.

Parece haver dificuldade para se entender que são as forças resultantes de todos os grupos envolvidos, intrinsecamente ligados de maneira reciprocamente dependente, o que faz as engrenagens da Instituição se moverem. A percepção de que os sargentos mantêm-se como “espinha dorsal do Exército”³¹⁷, após a Segunda Guerra, tornou-se tão forte, que ela passou a ser reproduzida até mesmo por membros dos dois outros grupos “concorrentes”, os soldados e os oficiais.

Um ex-soldado recrutado no início da década de 1970,

quem carrega o dia a dia do Exército são os sargentos. No começo da carreira, os oficiais vindos de academias, como aspirantes, segundos-tenentes e até alguns primeiros-tenentes, participam ativamente das atividades de treinamento. Da patente de capitão para cima, os oficiais passam a ter tarefas administrativas e burocráticas, e o normal é vê-los só na formatura geral diária do batalhão, no início da manhã, e na formatura do final da tarde...No restante do dia, os oficiais têm muitas reuniões e deveres estratégicos (RODRIGUES, 2001, p. 63).

Para um general³¹⁸ do final da década de 1990, no Exército, o sargento “é o faz tudo. O oficial orienta, planeja, cobra, fiscaliza, mas quem faz, quem põe a mão na massa é o sargento” (CASTRO & D’ARAÚJO, 2001, p. 174).

Analisados em conjunto com tudo o que já se escreveu sobre a organização social do Exército, a partir do pós-guerra, essas considerações parecem indicar que há um certo consenso, principalmente dentro do grupo dos sargentos – o que parece óbvio –, mas também

³¹⁷ O conceito de espinha dorsal, apesar de ser uma paráfrase, não possui as mesmas conotações e o mesmo peso conferido aos NCO (*non-commissioned officers*) norte-americanos, dadas as responsabilidades regulamentares de liderança, como instrutores e mentores de soldados, que os sargentos de lá possuem. No Brasil, a liderança dos sargentos pode acontecer apenas como fato, pois a de direito permanece exclusiva dos oficiais. Sobre o termo *backbone of the army* (espinha dorsal do Exército, ver: *The Backbone of the Army: How Vietnam led to the Non-Commissioned Officer as a Combat Leader*, Disponível em: <http://thearmedhistorian.com/2011/07/26/the-backbone-of-the-army-how-vietnam-led-to-the-non-commissioned-officer-as-a-combat-leader/>; Acesso em: 13 Jan 2012. *NCOs are “backbone” of the Army*. Disponível em: <http://www.army.mil/article/19700/ncos-are-backbone-of-the-army/>; Acesso em 13 Jan 2012. O tenente-general Frank Helmick reproduz esse reconhecimento do grupo afirmando que “*The noncommissioned officers are the backbone of our Army. They are what makes our Army great*” [Os sargentos são a espinha dorsal do nosso Exército. Eles são o que torna o nosso Exército grande]. Disponível em: http://www.army.mil/article/78819/Backbone_of_the_Army_to_get_new_training_facility/; Acesso em: 12 Mai 2012.

³¹⁸ General Antônio Luiz da Rocha Veneu, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, de 1991 a 1993.

fora dele, de que, dentro da Instituição, os sargentos, de fato, deteriam um gradiente de poder bem maior do que a ele conferido de direito. Esse é um fato que talvez possa ser explicado ao se entender, como Stepan (1975, p. 118), que, depois da II Guerra Mundial, houve um deslocamento do equilíbrio de poderes entre os grupos componentes do Exército, em favor dos sargentos. Esse deslocamento, como era de se esperar, não fora bem recepcionado pelos oficiais. Como “estabelecidos” da figuração e cedentes da cota de poderes que fora transferida aos “outsiders” sargentos, grande parcela dos oficiais empenharam-se contra a elevação do status daquele grupo, coibindo, na medida do possível, as suas tentativas de nivelar direitos, tanto sociais como políticos. À medida que a incongruência de status dos sargentos foi sendo cada vez mais acidamente contestada por eles mesmos e por grupos políticos simpáticos, aqueles oficiais que os apoiavam, por antes acharem justas suas reivindicações (os oficiais progressistas, e os chamados “generais do povo”, por exemplo), foram se afastando. As reivindicações do grupo, e sua virulência em determinadas etapas, foram subsumidas pela polaridade política e ideológica da época, sendo associadas à quebra de hierarquia e a um suposto plano ou desejo de implantação do comunismo no país. Isso facilitou com que os oficiais mais conservadores legitimassem seu revide no momento oportuno.

O golpe de 1964, como símbolo máximo do conservadorismo social, romperia com esse processo de ascensão social dos sargentos, iniciado nos anos que se seguiram à II Guerra. Tentou-se empreender medidas que retornassem os sargentos ao seu *status quo ante bellum*, primeiramente eliminando do Exército os mais críticos do sistema, depois endurecendo a disciplina, a partir de uma generalizada lógica da suspeição dos oficiais para com eles. Sendo impossível a tarefa, dadas as circunstâncias de serem completamente diversas as características dos indivíduos que compunham o quadro de sargentos, ao mesmo tempo se buscava cooptar, ao pensamento único, os seus membros. Se, antes de 1964, o fiel da balança de poderes, entre sargentos e oficiais, tendera para o lado dos primeiros, a partir de 1964, ele voltara a tender em favor dos oficiais.

Com o passar do tempo, à medida que o clima político e ideológico do país se alterava, as tensões provocadas por aquele equilíbrio suscitaram questionamentos em relação ao status dos inferiores, que levaram, no início dos anos de 2000, a uma ruptura do padrão de relações conseguido em 1964 e o encaminharam a outro modelo. A diferença foi que, enquanto as reivindicações dos anos 60 tinham sido calcadas, a partir de um exclusivismo classista, em favor dos direitos dos sargentos, no final dos anos de 1990, as reivindicações por

redistribuição de poderes dentro da figuração no nível Exército buscavam favorecer, de maneira ampla, as “praças”, sargentos, soldados, cabos.

Essas relações mais “democráticas”, contudo, demoraram muito tempo para atingir maturidade e, mesmo depois da abertura política aos civis, a cúpula do Exército negava-se a acatar o modelo político vigente. Em 1988, Barriles constatou, na prática, que a ligação do Exército com o que se chamava de “democracia” era só o fato de a Instituição ter o papel de garanti-la através da força das armas. As relações da alta cúpula do Exército com os outros poderes civis não eram assim tão cordiais, não se sentindo parte de um Estado democrático, mas considerando-se acima e para além dele. Havendo uma interdependência e um controle mútuo entre os três poderes, conforme a tipologia proposta por Montesquieu, a cúpula militar se sentia fora dessa equação.

Em 1988, o ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves havia decidido fechar alguns colégios militares, dentre eles o Colégio Militar de Curitiba (CMC), mesmo contra liminares judiciais. Essas liminares chegavam ao comandante do CMC, mas as ordens do general de Brasília era manter o fechamento. A história encontrou fim quando o mobiliário do colégio fora desmontado e embarcado em viaturas vindas do Rio de Janeiro, durante à noite, com a finalidade de “a Justiça não intervir” (BARRILES, 2011).

Se a Justiça pouco intervinha nas altas decisões do Comando do Exército, e que afetavam a vida de centenas de famílias de militares e civis, quiçá nas decisões que afetavam militares de baixa posição, individualmente. Os militares eram coagidos a tentar resolver seus imbróglis administrativos no âmbito do quartel, não ultrapassando seus muros. Durante o seu período da ativa, Barriles “não ouvi[u] nenhum caso” de militares que tivessem acionado judicialmente o Exército ou aos seus gestores, por ofensas a seus direitos individuais (BARRILES, 2011). Viam-se sozinhos e, diante do que pudesse ser considerado injusto, restavam aos militares de baixa posição a resignação. Ou, de maneira informal, tentar resolver o problema por meio de relações de amizade com oficiais que pudessem ser seus pistolões.

Ainda como recruta, Barriles havia aprendido que uma vida militar poderia ser facilitada tendo-se bons contatos. A missão de troca dos pneus, ainda como cabo recruta, serviu-lhe de exemplo de como um bom relacionamento com as pessoas certas poderia ser útil na construção de novas e boas possibilidades. Seu engajamento dependeu, em última análise, de um bom conceito construído a partir de uma missão julgada bem cumprida pelo seu comandante de subunidade.

Durante sua permanência no Exército, continuou cumprindo tarefas e conhecendo pessoas das quais precisaria de favores mais tarde. Duas dessas ocasiões ocorreram já em uma fase final de sua carreira. Uma delas, quando o Colégio Militar de Curitiba fora extinto, em 1988. Era subtenente e havia sido designado para o 5º Batalhão Logístico (5º BLog), localizado no bairro Pinheirinho, em Curitiba. Ficava contrariado, “porque tinha uma má fama ali no 5º BLog (...) de caxiagem, de coisa esculhambada” (BARRILES, 2011). Verificou em sua rede de relações alguém que fosse capaz de ajudá-lo a satisfazer seu desejo. Haveria de socorrer-se com alguém que estivesse próximo das camadas decisórias, no Quartel-General do Exército, em Brasília. Depois de um breve contato telefônico, um sargento velho conhecido seu, de Santa Rosa-RS, ao ser solicitado por Barriles, “ligou lá e conseguiu me botar no Parque” (BARRILES, 2011). Interessante notar que fora um sargento que lhe ajudara, ou seja, um conhecido com conhecidos influentes.

Outra oportunidade em que necessitou de uma “mãozinha” de um conhecido influente foi quando foi promovido a 2º tenente. Ligou para um coronel do órgão que cuidava das movimentações e solicitou que fosse transferido para guarnições que tivessem colégios militares, para que pudesse matricular seu filho. Preferencialmente Porto Alegre. O coronel, segundo ele, “tentou, mas não conseguiu”, e transferiu Barriles para Palmeira, cidade próxima a Curitiba.

De maneira geral, a carreira de Barriles fora bastante semelhante à da maioria dos sargentos de sua geração. Com nove anos de 3º sargento, recebera sua promoção a 2º sargento. Depois, mais sete anos até sua próxima promoção a 1º sargento e, depois, mais seis até subtenente. Finalmente, mais quatro anos até 2º tenente. Barriles fez o Curso de Formação de Sargentos (CFS) em São Gabriel, Rio Grande do Sul, no ano de 1966, com mais trinta e seis colegas. Em 1970, quatro anos após formado, tivera que prestar outro concurso, agora para o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), pois naquela época, “quem não tivesse CAS, não completava os dez anos, não pegava estabilidade.” (BARRILES, 2011).

A prova para o CAS era considerada bastante difícil, a ponto de os sargentos se reunirem e contratarem professores particulares, a fim de recapitularem as matérias exigidas. Fez o cursinho e foi aprovado. Realizado na Escola de Sargentos das Armas, cursaram apenas os 102 alunos de Infantaria e 37 de Cavalaria aprovados, já que nem a Artilharia nem a Engenharia tiveram o quórum mínimo de 15 aprovados. O depoente teve a felicidade de ser aprovado, mas, segundo ele, houve casos de sargentos que não conseguiram aprovação e

foram mandados embora antes da estabilidade.

O nível de instrução da maioria dos sargentos era o 1º Grau (atualmente o ensino fundamental) e alguns já com o “segundo grau”. Mas de acordo com que comenta Barriles, alguns anos depois do Movimento de 1964, “o pessoal começou a estudar mais. Alguns faziam faculdade, né!(...) Mas isso, da unidade, assim, tirava seis, sete, no máximo”, e normalmente os sargentos mais novos, incorporados ao Exército depois do Golpe (BARRILES, 2011).

Adão Barriles cursou o segundo grau já como sargento, com relativa dificuldade, por causa do trabalho. Precisava às vezes permanecer durante a noite no quartel, preparando as instruções do dia seguinte, fazendo planos de aula. O cabo de seu pelotão, nesse quesito não lhe ajudava muito, pois, segundo ele, apesar de

muito trabalhador...em matéria de escrita, não tinha. Copiar uma ficha de instrução ou outra...ele errava tudo! E os planos de seção tinham que estar tudo controlado no final de semana (BARRILES, 2011).

Além da instrução ser bastante cobrada, o seu planejamento e toda a burocracia que ela envolvia pareciam ser bastante exigidos. E, pelo que conta Barriles, era ele mesmo quem preparava, planejava e ministrava a instrução para os soldados de seu pelotão (BARRILES, 2011).

Dos cursos de especialização, que existiam em sua época e que emprestavam alguma distinção aos seus possuidores, Barriles se lembrou do curso de paraquedismo. Segundo ele, “quem tinha um brevê, alguma coisa assim, era respeitado. Usava nas solenidades, né (...) tinha uma admiração. É um sinal de que a pessoa lutou por aquilo” (BARRILES, 2011).

Não era o conhecimento ou as habilidades adquiridas ou aprimoradas com o curso, que pareciam importar, mas a ostentação de uma simbologia, autorizada a partir do término do curso. Termos utilizados por Barriles, tais como “brevê” e “sinal”, são associados a “solenidades” e a outros tais como “admiração” e “respeito”. Os signos traziam o prestígio pessoal por si só, sendo subjacentes ao potencial de aquisição de habilidades específicas. Os sargentos com cursos de paraquedismo, de guerra na selva, de comandos e de forças especiais eram respeitados por essas habilidades, muitas vezes consideradas sobre-humanas, por manterem-se intensa, exaustiva e continuamente em treinamentos militares.

Mas não era a todos que o desejo desse tipo de prestígio, por meio da ostentação de

um brevê, encantava e convencia. O pragmatismo da vida cotidiana parece ter predominado nas decisões do depoente. Barriles afirma não ter feito nenhum curso de especialização, por questões de prioridades pessoais relacionadas à família: “Porque daí eu casei, e não podia sair de Santa Rosa. Não gostaria de sair, porque eu era novo e tinha que cuidar dos meus pais.” (BARRILES, 2011). Notadamente, as supostas exigências profissionais não pareciam ter sido compreendidas por ele como sua prioridade de vida.

Indo além, Barriles cria não precisar ostentar símbolos em seu uniforme para ser respeitado. A capacidade de trabalho e a dedicação já lhe rendiam prestígio e reconhecimento suficientes para lhe manter a autoestima elevada. Construiu uma autoimagem de alguém “muito conceituado na unidade”, devido

ao trabalho na instrução...tiro, essas coisas (...). Teve uma época que o pessoal lá dizia que eu era o melhor instrutor do Regimento. Então, correu esse boato, né” (BARRILES, 2011).

Real ou imaginado, o boato não deve ter partido de membros do grupo de oficiais, nem menos reproduzido por eles. Tendo tomado forma, o boato teria partido de sargentos, que, tomando como base o sargento, talvez com uma dedicação acima da média, tentavam construir, a partir de boatos elogiosos (ELIAS, 2000, p. 20), a figura do melhor instrutor. Melhor que os oficiais? Segundo Barriles, quando havia necessidade de realizar alguma “apresentação para general”, no treinamento para Controle de Distúrbios Civis,

não era o comandante do esquadrão, nem um outro oficial que iria fazer a apresentação. Era eu! Com todo o esquadrão! 4 pelotões, trocando de formação, trocando de posição de arma! Adotando formações (...). Era eu que ia comandar! (...) Os tenentes R/2 lá não conseguiam fazer isso. Maioria era R/2. E o próprio comandante do esquadrão não tinha aquele treinamento que eu tinha, porque eu treinava! Então mandavam eu [*sic*] (BARRILES, 2011).

Barriles dá a fórmula para seu sucesso na instrução. Treinava as mesmas coisas durante dias, meses, por repetidos anos. Achava-se bom instrutor pela repetição constante das instruções. Barriles fora um *troupiér* durante praticamente toda sua vida militar. Segundo ele,

“eu não me dediquei no Exército a trabalhos de burocracia. Não! Não ia na burocracia, mas na instrução eu tava sempre. Ninguém me tirava porque ali eu dominava” (BARRILES, 2011).

O rótulo construído para si, acerca de sua pessoa, afrontava a lógica da

subalternidade dos sargentos, como simples monitores, diante da exclusividade do papel de instrutores conferido aos oficiais. Um sargento auxiliar de instrução ser considerado o “melhor instrutor” de uma unidade desafiava a lógica da divisão formal das tarefas entre oficiais e sargentos e demonstrava uma continuidade dessa situação, apesar da insistência da alta cúpula em reforçar essas fronteiras após 1964. Os sargentos permaneceram instruindo os soldados, mesmo não tendo o papel formal e regulamentar de “instrutores”. Essa situação permaneceu gerando ressentimentos no grupo dos sargentos, da mesma forma que no pós-guerra.

Possivelmente a baixa autoestima do grupo, fruto desse ressentimento, é que fazia com que se fixasse tão fielmente, nas suas memórias, as ocasiões em que sargentos foram assemelhados aos oficiais, em determinados aspectos, principalmente quanto a comandarem pelotões, a darem instruções aos recrutas ou mesmo ensinarem algum oficial determinadas minúcias de suas atividades. Barriles faz questão de frisar que abandonou a tropa somente em 1978, passando seu pelotão “para um 1º tenente da Academia” (BARRILES, 2011). Naquele momento, funcionalmente, um 1º sargento equivalia-se a um 1º tenente.

O ressentimento entre oficiais e sargentos, além de aflorar funcionalmente nas condições das mais variadas, toca também no seio familiar. O sargento Barriles saiu da tropa em Santa Rosa, em 1978, sendo transferido para o Colégio Militar de Curitiba, para ser monitor de alunos. O antigo tropeiro traria aos alunos do colégio a mesma rudeza disciplinar com a qual estava acostumado a infligir aos recrutas que comandava:

Aí eu começo a pegar no pé, fui ameaçado uma vez e, outra vez, levei uma advertência. Mas eu falei pro comandante do... é meu jeito de trabalhar, trabalhei sempre assim na tropa e não vou passar a mão na cabeça de aluno relapso! (BARRILES, 2011).

Por causa dessas supostas perseguições aos filhos de oficiais, Barriles fora punido com uma advertência pública entre oficiais e sargentos, feita em uma reunião. Segundo ele, cobrava rigorosamente, também, de filhos de sargentos, chegando a se indispor com colegas do mesmo círculo, que tinham filhos no colégio. Mas a sua punição deveu-se somente por perseguir “filho de oficial”, no sentido de que talvez tivesse que prestar a eles um tratamento melhor que aos filhos de praças e civis.

Os melindres entre os grupos de sargentos e oficiais podiam ser, no nível individual, negociáveis, de acordo com a personalidade dos indivíduos em questão. Perfis autoritários e

centralizadores, do lado dos oficiais, podiam aguçar nos sargentos esse ressentimento, já que o poder de mando do oficial é posto à mostra a cada oportunidade. Quanto maiores as tensões provocadas por qualquer lado das partes, maiores os níveis de ressentimento. Esse padrão de relações de comunicação parece válido para o jogo em qualquer nível hierárquico.

Os serviços de escala eram rotineiros em qualquer unidade e, regulamentarmente, os responsáveis pela sua dinâmica seriam os chefes da 1ª seção, a seção de pessoal da unidade.³¹⁹ Os sargentos ajudantes, informalmente chamados de sargentos-brigadas, tinham por obrigação regulamentar apenas “ter uma cópia da escala dos subtenentes, sargentos, cabos e demais praças, organizada pelo S1.”³²⁰ Mas, na realidade, eram esses sargentos que confeccionavam essas escalas e controlavam as folgas e as trocas de serviços.

O depoente anterior, sargento Abdon Luz, havia mencionado acerca das trocas nas escalas de serviços, como uma manifestação volitiva dos sargentos dentro do quartel; quando facilitadas, era uma porta de entrada dos sargentos para o universo civil, para o estudo ou para um 2º emprego. Para coibi-las, ou pelo menos dificultá-las, alguns oficiais, na posição de subcomandantes³²¹, arrogavam para si a função de coordenar essas trocas (LUZ, 2011).

Barriles, servindo no Colégio Militar de Curitiba, conheceu subdiretores que, segundo ele, “trancavam troca de serviço”. Ao assumir a função de sargento-ajudante, ou sargento-brigada, encontrou o coronel Espírito Santo, “um subdiretor muito bom, um cara cem por cento” (BARRILES, 2011). Pouco centralizador, o subdiretor havia delegado a Barriles a função de trocar os serviços, já que era ele mesmo quem fazia a escala. A negociação entre indivíduos de um mesmo grupo social tenderia a fluir com um nível de tensão menor. Delegada para si a função, Barriles contribuiu para liberar o incômodo dos sargentos em ter que se submeter a uma negociação com um coronel, para uma simples troca de serviço. Deixou à vontade as trocas. Acatou a ordem do subdiretor quando lhe delegou a autoridade: “Faz o que tu quiser. Só em algum caso muito especial, aí (BARRILES, 2011).

Falando em casos especiais e de trocas de serviços, a memória de Barriles fora conduzida a outro evento, na mesma época, que novamente envolvia questões que tinham a

³¹⁹ Inciso 3), do artigo 82, do Decreto nº 42.018, de 9 de agosto de 1957 (Regulamento Interno dos Serviços Gerais). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42018.htm; Acesso em: 18 Abr 2009.

³²⁰ Ver inciso 4), do artigo 139, do Decreto nº 42.018, de 9 de agosto de 1957.

³²¹ Por um dispositivo regulamentar, muitos subcomandantes centralizadores faziam questão de assumirem o controle dessas escalas. O inciso 5, do artigo 181, do RISG/1957, dizia que o subcomandante tinha a função de “superintender as escalas de serviço de oficiais e praças” da unidade. Ver: o Decreto nº 42.018, de 9 de agosto de 1957.

ver com o ressentimento entre os grupos de oficiais e sargentos. No Colégio Militar de Curitiba, servia como auxiliar de saúde, na enfermaria, o sargento Nelso Massetto³²², formado em Odontologia. O colégio tinha como dentistas um coronel e um major, que, segundo Barriles, “não queriam nada com nada” (BARRILES, 2011). Incentivado, o sargento Massetto passou a exercer a atividade de dentista no quartel, mesmo não sendo essa sua atividade prevista funcionalmente.

As similitudes entre a história de Adão Barriles e a história de Abdon Luz novamente são apontadas. No depoimento deste, havia também um sargento formado em Odontologia. A diferença é que no depoimento de Abdon Luz o sargento dentista negou-se a atender no quartel, por não haver igualdade de condições entre ele e os oficiais dentistas. No depoimento de Barriles, por outro lado, o sargento exercia a atividade de dentista dentro do quartel, sem maiores problemas e exigências de sua parte.

Procurando se especializar, segundo conta Barriles, o sargento Massetto ia a congressos em outros estados e normalmente via-se obrigado a solicitar que fossem descontados das suas férias os dias em que frequentava esses congressos. Numa dessas ocasiões, o sargento Barriles, desempenhando a função de sargento-ajudante da unidade, intercedeu por Massetto junto ao subcomandante, utilizando-se do argumento de que quanto mais o sargento se especializasse, melhor seria o padrão do seu atendimento na unidade. O subcomandante parece ter concordado com seu ponto de vista, dispensando o sargento informalmente. Para resguardar-se, porém, determinou que a solicitação, para os descontos em suas férias, seguisse normalmente o seu trâmite, e que só fosse publicado caso algum percalço acontecesse durante a viagem, como, por exemplo, um acidente. (BARRILES, 2011).

Esse evento, narrado por Barriles, já acontecido no segundo lustro dos anos de 1980 é rico em elementos a respeito da dinâmica relacional entre os oficiais e sargentos e de como se processava uma faceta da socialização destes, no ambiente castrense.

A clivagem existente entre os dois grupos é o fio condutor da sua descrição. Uma descrição que aflora ressentimento quando, por exemplo, Barriles se refere aos oficiais dentistas como profissionais que “não queriam nada com nada” e o sargento como um

³²² Hoje 2º Ten R/1 NELSO MASSETTO. Sua qualificação militar enquanto sargento era Saúde. Graduou-se em Odontologia em 1982 na FOA, hoje UniFOA – Centro Universitário de Volta Redonda-RJ. Fontes: Livro de Ex-alunos da FOA/UniFOA: Disponível em: <http://www.foa.org.br/egresso/download/livro.pdf> ; Acesso em 22 Abr 11; Página eletrônica do Departamento Geral do Pessoal do Exército, consulta por nome: Disponível em: http://www.dgp.eb.mil.br/almq1/cons_nome2.asp ; Acesso em 22 Abr 11.

profissional esforçado, que para se especializar precisava sacrificar suas férias (BARRILES, 2011). Fato que leva a um sentimento encontrado na narrativa dos demais depoentes, sargentos dos anos de 1950 a 1990, que é o de injustiça da Instituição para com o grupo dos sargentos.

Na narrativa de Barriles a injustiça do fato fora sanada pela sua intercessão. Mas essa intercessão apresentaria limites que poderiam avançar ou recuar, de acordo com a personalidade do oficial que com ela dialogasse. Possivelmente, pouco valeria sua intercessão junto a um oficial autoritário demais, inflexível demais. Dependendo do grau de timidez do sargento na função que ocupava, ou das suas expectativas individuais de carreira, a intercessão sequer aconteceria.

Barriles já tinha visto esse tipo de intercessão acontecer na sua unidade de origem. De início, com muito receio. Ainda eram os anos 60 início dos 70, e, mal interpretadas, essas intercessões podiam ser entendidas como um indício de motim. Então, a abordagem devia ser bastante sutil. Mas

depois, foram mais se soltando. Inclusive de reunir o subtenente, o sargenteante, se for o caso, e mais algum outro sargento, e defender um sargento que estava sendo ameaçado, ou alguma coisa...Mas sempre na amizade... (BARRILES, 2011).

Além disso, o objetivo da intercessão tinha que valer a pena para o intercessor e o sargento interessado “tinha que merecer” (BARRILES, 2011). No esquadrão de cavalaria onde servira por mais de uma década, “eram muito unidos os sargentos”, e essa união fazia com que os sargentos intercedessem por colegas cujas imagens estivessem sendo construídas pelos oficiais de uma maneira deturpada, “ou porque não conheciam a causa ou por perseguição” mesmo (BARRILES, 2011).

No Colégio Militar de Curitiba, em contrapartida, ele não presenciou nenhum fato em que um grupo de sargentos tivesse que se unir a fim de rogar por algum colega junto a qualquer oficial. Segundo ele, nunca fora necessário, pois

tinha oficiais que se podia chegar e falar com ele que ele ia... Não tinha problema. Tinha sargentos ali que eram solteiros e que chegava de noite no trago e às vezes criava algum problema com a guarda e não sei o que lá. Eles sempre defendiam [risos]. Mas era boa gente, né! (BARRILES, 2011).

O velho sargento tropeiro é hoje saudoso de sua vida militar. Mas somente da época

em que servia nas paragens sul-riograndenses,

[das] saídas...daqueles exercícios, daquelas manobras. Lá na Coudelaria do Rincão, em São Borja. Eu vivia no mato! No campo! Lá não tem mato, é campo. Era bom, viu! A vida militar lá na tropa, para mim, era muito bom (BARRILES).

Por outro lado, vê o Colégio Militar como sendo uma época de “sofrimento”, da qual não sente saudades. Fora um “mar de rosas” quando promovido a subtenente, talvez pela mudança de funções. Não mais comandava alunos e, assim, poderia afrouxar um pouco mais seu autocontrole no exercício de suas funções. Como monitor de alunos e como sargento-brigada, era-lhe exigido um domínio de si talvez bem maior do que o de encarregado de material, pois eram funções que dependiam de um contato humano constante, particularmente com superiores hierárquicos. A desenvoltura e a liberdade que tinham Barriles no comando de soldados, em Santa Rosa, deveriam ser substituídas no Colégio Militar por um maior autocontrole e uma maior flexibilidade no trato disciplinar. Não sem antes de ser ameaçado, depois punido, por dar aos filhos de oficiais um tratamento normalmente conferido a recrutas.

Como sargento-ajudante (ou sargento-brigada, como é comumente chamada a função) teve que se adaptar à rotina pouco heroica, aventureira e naturalista de uma mesa na seção de pessoal do seu quartel.

A narrativa de Barriles mostra que, pelo menos no caso do Exército Brasileiro, não somente os oficiais passam pelo problema da ambiguidade entre o aspecto heroico e o aspecto administrativo da profissão militar. Se no caso dos oficiais o problema é entre comando heroico e comando administrativo, no caso dos sargentos o problema é entre a execução nos dois níveis.

No decorrer da vida militar, aos poucos, ou abruptamente, conforme o caso, os sargentos vão se retirando da vida na tropa e adentrando em atividades administrativas. Alguns ainda muito cedo. No caso de Barriles, bem tardiamente, talvez porque seu perfil fosse conhecido por seus chefes, por gostar da tropa e nela preferindo permanecer. Essa era uma exceção num mar de regras onde os desejos dos sargentos podiam ser considerados irrelevantes como fatores decisórios a respeito da escolha de suas funções no quartel.

A vida na tropa era de muito contato com a natureza, com seus acampamentos, marchas e manobras. Relativamente livre para instruir os soldados ao seu modo, sem muito controle a respeito de suas atitudes para com os soldados; pouco cerceamento das palavras

que deveria usar. As únicas atividades administrativas, às quais se via obrigado, eram as relacionadas às instruções, tudo muito prático, pouco conteudista, muitas vezes repetitivo. É dessa vida, cheirando à natureza e à liberdade, que se lembra, com um certo saudosismo, o nosso depoente.

Mas ratifica que os costumes eram muito rígidos. Barriles acredita que, atualmente, o Exército estaria deixando seus militares bem mais à vontade, o que seria um avanço da Instituição. Para definir o modelo que o enquadrava disciplinarmente, no início de sua carreira, nos anos de 1960, é mordaz. Utilizando-se de terminologias relacionadas ao adestramento de animais e ao cativo, Barriles acha que a disciplina “antigamente era uma espécie de escravidão”, e o controle dos subordinados praticamente “era no cabresto” (BARRILES, 2011).

3. O CRÍTICO: ADÃO BATISTA DE OLIVEIRA, SARGENTO DE 1974³²³

a. Um soldado da Escola de Sargentos, um sargento regimental

Adão Batista de Oliveira nasceu em setembro de 1947, em Varginha, no sul de Minas Gerais. Filho de pais agricultores, ele próprio, também, foi agricultor até completar sua maioridade e ser convocado para servir ao Exército. Depois de ter sua mãe falecida, seu pai veio para a cidade com o restante da família e começou a ganhar a vida com um bar. Nessa época, o depoente já estava no Exército.

A história de sua vida militar começa ainda em Varginha. Após o alistamento, na data e local marcados, junto com alguns outros jovens, ele aguarda os membros da Comissão de Seleção chegarem de Três Corações, para examiná-los e entrevistá-los. Para passarem o tempo, enquanto esperavam aqueles jovens, organizaram um futebol improvisado no meio da rua.

Oliveira narra que, ao chegar, o chefe da comissão, capitão Façanha – de acordo com o depoente, paranaense de nascimento –, incomodado com toda aquela alegria juvenil, gritou: “Ô Zé! Vamos parar com essa bola, aí!?” Sua réplica ao capitão teria sido tão grosseira quanto fora o brado daquele oficial, negando a identidade genérica a qual tentou lhe impor o

³²³ Promovido a subtenente, está na reserva remunerada desde março de 1995.

capitão: “Meu nome não é Zé, não!” (OLIVEIRA, 2011).

Furioso pela petulância daquele simples candidato a recruta, o capitão Façanha teria ordenado ao médico que, de qualquer maneira, queria aquele “piá de merda” (OLIVEIRA, 2011) incorporado ao Exército. A ordem do capitão parece ter sido fielmente cumprida, pois, segundo o depoente, o médico não lhe colheu qualquer anamnese para verificar minimamente suas condições de saúde. Por consequência, fora convocado, e o jovem cidadão Adão Batista de Oliveira transformou-se no soldado recruta Oliveira logo no início de 1966, incorporado à Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações.

Naquele mesmo ano de 1966, houve a seleção para o Curso de Formação de Cabos, e o então soldado Oliveira sequer atreveu-se a candidatar-se para a prova. Tinha apenas a terceira série primária e julgava-se sem quaisquer condições de concorrer. Contudo, conta ele que um amigo seu incluiu seu nome na lista sem consultá-lo e fora praticamente obrigado, pelo sargenteante, a prestar a prova. Afinal, aquele número na lista era o seu. Valeria o que estivesse escrito. Ponto final (OLIVEIRA, 2011).

A prova constou de questões de matemática básica e de português, em nível de 4ª Série Primária, de conhecimentos militares básicos e de moral e cívica, estes últimos, adquiridos nas instruções ministradas durante o período de internato. Como suposto por ele, sua nota não fora suficiente para aprová-lo.

No entanto, foi levado a fazer o curso de cabo, por uma feliz coincidência entre a sobrecarga de poderes que possuía a subjetividade de um oficial, na função de comandante, e o desejo desse mesmo comandante e de seu estado-maior de manter pelo menos um aspecto de coerência e justiça, na triagem para o curso, que deveria ser calcada na meritocracia.

Segundo Oliveira,

tinha um soldado lá, que era o carpinteiro, era o dodói do comandante da ESA! Ele também fez a prova. Só que ele tirou 18 pontos na prova e eu tirei 23. Então pra por ele, me matricularam também. E outra leva de analfabeto, a verdade foi essa! É, e outra leva! Por causa do peixinho do comandante, que fazia os... armarinhos, as coisas na casa do comandante. Incorporou ele que tirou...18 ou 16. Eu tirei 23, então me puseram no Curso de Cabo (OLIVEIRA, 2011).

Feito o Curso de Cabos, ao final do ano teve a oportunidade de permanecer como soldado engajado. Se voltasse para a vida civil, o emprego já garantido numa loja pagaria bem menos do que seu soldo como soldado “antigo”. O quartel ainda lhe garantia alimentação e moradia gratuitas. Pensou consigo: “pô, vou ficar por aqui. E aí fui ficando” (OLIVEIRA,

2011).

Algum tempo depois, descobriu que existiam algumas vagas para cabo datilógrafo e, mesmo não sendo essa a sua qualificação, pois era auxiliar de veterinária, poderia exercer a função, caso apresentasse o certificado do curso, realizado às suas expensas por alguma escola civil. Como acontecido com Adão Válder Barriles, a legislação da época autorizava o militar de uma graduação inferior receber os vencimentos de uma graduação superior, caso desempenhasse as funções específicas desta posição.³²⁴ Fez um curso de três meses de datilografia, durante a noite. Apresentou o diploma e, em 1971, passou a receber soldo de cabo, mesmo ainda sendo soldado. Assim permaneceu por quase quatro anos, quando, de fato, fora promovido a cabo, no ano de 1974.

Narra Oliveira que quando servia na Escola de Sargentos das Armas, como soldado, havia um distanciamento enorme entre os círculos hierárquicos. Tanto dos sargentos em relação aos cabos e soldados, como também dos oficiais em relação aos sargentos. Segundo ele,

os cabos e soldados não tinham acesso nem à vida dos sargentos (...). A gente, quando incorporou, a gente nem falava com sargento, nem nada! Soldado não falava. Só recebia ordem e ficava por isso (OLIVEIRA, 2011).

Oliveira sugere que esse afastamento dos sargentos e muito mais dos oficiais, em relação aos soldados, seria fruto da inferior formação familiar e intelectual dos soldados. Enquanto hoje “os soldados já têm um certo nível (...) já pode conversar com ele, trocar ideia”, naquela época – nos anos de 1960 e 1970 – “incorporava o cara de primeiro grau, e olhe lá” (OLIVEIRA, 2011).

O depoente entende que esse distanciamento seria causado pelo baixo nível de escolaridade dos soldados. Contudo, sua causa real seria o simples fato de pertencerem àquele baixo degrau na cadeia hierárquica do Exército, respondendo a uma função social de soldados recrutas. Se fossem recrutas com nível universitário, talvez recebessem o mesmo tratamento.

Interessante, porém, assim como em outra entrevista (LUZ, 2011), é a associação dos recrutas de sua época ao analfabetismo, mesmo que já possuíssem os rudimentos das primeiras letras, com o “primeiro grau”. Talvez identificassem neles a ausência do saber

³²⁴ Vide Artigo nº 10, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, de 1964. Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111061/codigo-de-vencimentos-e-vantagens-dos-militares-de-1964-lei-4328-64>; Acesso em: 12 Mai 2010.

formal que supostamente viam nos grupos superiores, mesmo porque havia a exigência desse saber para penetrarem nesses grupos e deles se tornarem parte. O saber formal, ou melhor, a ausência dele, seria apenas mais uma faceta do que Elias chamara de “sintoma de inferioridade humana”, o qual, juntamente com outros sintomas, reforçava nos soldados a versão de que eram humanamente inferiores. Para Elias,

Os sintomas de inferioridade humana que os estabelecidos costumam identificar nos *outsiders* e que são 'provas' do seu *status* e valor superiores costumam ser gerados nos próprios membros do grupo inferior por conta das próprias condições de sua posição de *outsiders* e pela humilhação e opressão concomitantes: a pobreza, o baixo padrão de vida é um deles. Mas existem outros, como a “exposição constante aos caprichos das decisões e ordens dos superiores, a humilhação de ser excluído das fileiras deles e as atitudes de deferências instiladas no grupo 'inferior'.” Além disso, os inferiores se avaliam pela bitola de seus superiores quando o diferencial de poder é muito grande, se considerando realmente deficientes. Da mesma forma que os estabelecidos veem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os *outsiders*, quando o diferencial de poder é muito grande e a submissão é irresistível, vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana (ELIAS, 2000, p. 28).

Oliveira dá o exemplo de si mesmo, porquanto ter incorporado ao Exército com a 3ª série primária. Muitos de seus colegas de recrutamento eram realmente analfabetos ou, quando muito, semialfabetizados, e foram obrigados a cursar a chamada “Escolinha Regimental”, que havia na ESA (OLIVEIRA, 2011). Na maioria dos quartéis ainda funcionavam essas escolinhas, com professoras e professores civis, destinados às primeiras letras aos recrutas. Fazia parte do papel civilizador que a Instituição arrogava-se a si, desde sua fase positivista, no final do século XIX.

O quartel onde servia Oliveira era *sui-generis*, pelo fato de ser um lugar onde a socialização dos soldados correspondia a apenas uma atividade acessória da unidade. A atividade principal seria a de encaminhar, em seus primeiros passos, a socialização dos futuros sargentos de carreira das armas combatentes do Exército.

Havia, dentro da sua unidade, certamente, uma variação no trato dos soldados e dos alunos do Curso de Formação de Sargentos (CFS). Mas parece que a suposta diferença que havia entre as duas posições funcionais não fora suficiente para separar Oliveira do convívio com os alunos. Talvez o desejo de estudar e de ser um daqueles alunos tenha aproximado Oliveira deles, que tinham muito a oferecer em termos de ajuda intelectual.

Oliveira terminou seu ensino fundamental em dois anos, num dos cursos supletivos de Três Corações, informalmente nomeado de maneira cômica de “Uma Dureza”

(OLIVEIRA, 2011). Por meio de apostilas, estudava sozinho e, diante de alguma dificuldade, principalmente na disciplina de Matemática, recorria ao auxílio dos alunos. Eles pareciam ser exemplos para o soldado Oliveira, que, a respeito da capacidade intelectual dos alunos, chegava a pensar consigo: “os caras são bons” (OLIVEIRA, 2011).

Terminado o curso supletivo, preparou-se para o concurso do CFS. Desacreditado em sua capacidade, por alguns de seus próprios colegas, cabos estabilizados, com mais de vinte e cinco anos de idade, que também prestaram o concurso, excepcionalmente autorizados pelo Exército, prestou a prova em Pouso Alegre, sul de Minas. Naquele ano, dos que serviam na ESA, apenas ele e mais um soldado foram aprovados no concurso para sargentos.

A Escola de sargentos tinha deixado de funcionar, entre os anos de 1971/1972, o seu curso de formação, para oferecer somente o curso de aperfeiçoamento. Os cursos de formação de sargentos seguiram sendo ministrados em inúmeras unidades militares por todo o Brasil, e o então cabo Oliveira fora designado como aluno do 3º Regimento de Carros de Combate, no Rio de Janeiro. Oliveira já era casado quando prestou o concurso e, de sua turma de formação, naquela unidade, todos já tinham sido militares antes, soldados e cabos.

Possivelmente, por falta de uma estrutura escolar e, daí, o improviso resultante dessa falta, o seu curso parece não ter tido muita constância quanto às instruções. Segundo ele, “tinha dia que não tinha instrução, porque, se tinha instrutor, não tinha local para dar instrução. Outro dia não tinha local para dar instrução e não tinha instrutor” (OLIVEIRA, 2011). O remédio encontrado pela coordenação do curso, para não deixar os alunos ociosos, fora impor-lhes matérias dos manuais militares para estudarem e, assim, ocuparem o tempo.

O tempo de duração do curso, que normalmente funcionava em dez meses, fora encurtado para cerca de seis meses. O bom humor de Oliveira fazia chacota dessa situação e parecia não agradar os seus colegas de turma, pois, em tom de provocação, “falava que era curso supletivo” e “os cara não gostava não” (OLIVEIRA, 2011).

b. O “chapéu do Adão”: patrulhamento escolar antimilitar

Findo o curso, pela sua nota, escolheu sua classificação no 4º Esquadrão de Cavalaria, à época, localizado em Juiz de Fora, Minas Gerais. Segundo Oliveira, o esquadrão tinha um bom ambiente de trabalho e ele reputa o entrosamento entre os círculos hierárquicos ao fato de todos os oficiais estudarem: “Por isso que era bom! Todos estudavam! (...) O

relacionamento era bom! Cabeça!” (OLIVEIRA, 2011).

É curiosa a conexão feita pelo depoente entre a manutenção das atividades intelectuais dos oficiais da unidade militar em que servia e o bom relacionamento entre eles e os sargentos, cabos e soldados. A disposição em abrir-se a novas áreas do saber talvez indicasse para ele uma disposição, também, em flexibilizar a rigidez das relações hierárquicas no campo militar, cujo eixo principal seria muito mais de dominância emocional do que racional.

A aproximação desses oficiais com outros campos do saber pode ter influenciado na alteração da dominância do eixo relacional, que passou a tender ao abandono regular, mas lento, das expressões emotivas e à adoção e posterior predomínio de um maior controle racional.

A predominância das expressões emotivas no trato relacional tradicional – que permitia aos superiores e até os incentivava a terem acessos parcialmente controlados de fúria, seguidos ou não de atos de violência moral e física, como uma forma até naturalizada de socialização dos subordinados – possivelmente fora sendo aos poucos substituída pelo predomínio do autocontrole, racionalmente calculado.

A expressão maior desse controle racionalizado seria o sereno e monotonal discurso, por parte de comandantes, impregnado de orientações e de observações socializantes e disciplinadoras. Não menos rígido, não menos eficaz em seus efeitos socializantes, esse modelo poderia acabar gerando como subproduto um sentimento de empatia nos socializados, que, supostamente sentindo-se menos violados física e moralmente, e, até mesmo, mais participantes acerca das decisões que dizem respeito à sua vida profissional, poderiam sentir-se mais respeitados em seus desejos individuais e como seres humanos.

Talvez tenha sido esse modelo de relacionamento, calcado em ações socializantes racionalmente controladas, que Oliveira pretendeu se referir pelo termo “cabeça”. “Cabeça”, representando simbolicamente a razão, talvez tenha como contraposição direta o “coração”, representando simbolicamente as emoções às quais, no trato tradicional, estava acostumado.

Oliveira, assim como outros sargentos colegas de unidade, estudava à noite. Fazia seu segundo grau num colégio público, em Juiz de Fora. Nenhum de seus colegas e professores sabia de sua condição de militar. Oliveira não fazia questão de dizê-lo. Talvez algo o envergonhasse naquele meio estudantil, possivelmente hostil em relação aos militares, na época em que os presidentes eram generais. Oliveira, possivelmente, sentia-se tolhido

pelas ações e conversas do grupo de estudantes e das aulas de seus professores, pois, segundo o depoente,

os caras...discordavam, né. Porque essa [pausa curta] ditadura, que eles falam, é coisa que colocavam na cabeça de estudantes. Estudante é massa fácil de manejar. Então, era ditadura! (OLIVEIRA, 2011).

Entre a causa dos seus colegas de colégio, cujo lema era “Abaixo a Ditadura”, e a causa do governo militar, cujo lema era “Brasil, ame-o ou deixe-o”, para o qual, por questões funcionais, via-se obrigado a lutar, Oliveira escolheu a sua própria causa. Uma causa sem lema, sem nobreza de grandes ideais. Queria simplesmente estudar. Queria reconhecimento social. Queria conquistar, por méritos próprios – exatamente como quando foi aprovado no concurso público para a ESA – um reconhecimento social. O antes desacreditado cabo Oliveira, rotulado de analfabeto pelos próprios colegas também cabos (ou, pelo menos, assim se imaginando, diante daqueles que já tinham o segundo grau completo), agora sargento, talvez tivesse sentido que podia ser mais. Para isso, precisava de um diploma.

Contudo, o ambiente em que pretendia consegui-lo pareceu-lhe hostil. Para penetrar as limitações sociais que lhes impunham e se ver livre do estigma de analfabeto dentro do quartel, sujeitar-se-ia a outras qualificações, também pouco lisonjeiras, tais como milico, reacionário, gorila, “dedo-duro”, no caso de deixar claro aos colegas e professores como ganhava a vida.

Vivera, aliás, um impasse. No universo militar, tivera sua identidade estigmatizada pelas suas limitações no campo intelectual; limitações impostas pelas suas condições sociais, no universo de sua vida civil. Por sua vez, para curar-se do estigma, o que deveria ser feito numa instituição civil, corria o risco de ter sua identidade estigmatizada, em outras medidas, pela simples condição de pertencimento à sociedade militar. Oliveira não queria ser tratado como um “analfabeto” dentro do quartel, mas também não pretendia ser um “milico” ou “gorila”, fora dele. A solução encontrada fora a omissão aos seus colegas e professores acerca do seu ramo de negócios. Essa omissão não duraria muito tempo.

Oliveira nunca saía do quartel fardado. Mas teve que participar de um desfile público em comemoração ao 7 de setembro. Na segunda-feira seguinte, ao chegar em sala de aula, “tinha um quepe desenhado no quadro negro. Estava escrito assim: 'Olha o chapéu do Adão!’” (OLIVEIRA, 2011). Fora visto, por um de seus colegas, fardado no desfile. Segue Oliveira, com muito bom humor

Rapaz! Muita gente deixou de falar comigo! (...) Aí que nego ficou: 'nossa, mas esse cara aí é um dedo-duro, é do S/2 (...). Até professor. Tinha um professor lá que a gente tinha até uma certa amizade, né, e ele depois... Chegava na lata, e ainda falava: 'Não! Com você eu não falo! Não converso!' Eu levava na esportiva e falava: 'ora, professor! Não posso fazer nada!' (OLIVEIRA, 2011).

Nada podia fazer, a não ser se justificar por ser militar e tentar convencer os colegas: “Não tenho nada a ver com isso, rapaz!” (OLIVEIRA, 2011).

c. “Nós aqui não podemos saber?!”: o patrulhamento obscurantista

Algum tempo depois, pediu transferência para Amambai, no Mato Grosso do Sul, recebendo uma ajuda de custo de quatro vencimentos. Apesar de reputar ser aquele “um excelente quartel”, ficou apenas um ano e meio na cidade. O incentivo para quem pedisse guarnição especial era ter prioridade nas transferências de retorno, e Oliveira em menos de dois anos solicitou transferência para Curitiba. Fora classificado no 5º Esquadrão de Cavalaria³²⁵, que dividia espaço, à época, com outra unidade, o 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (OLIVEIRA, 2011).

Em sua nova unidade, em Curitiba, a rotina não era como em Juiz de Fora. Sua memória fora marcada com o fato de que naquele quartel praticamente ninguém estudava. Apenas dois tenentes R/2, com quem mantinha muito boas relações, faziam cursos universitários. Esses oficiais temporários estudavam, mas alimentavam a esperança de serem efetivados.

O comandante da unidade havia pertencido à Inteligência Militar e todos os militares do quartel o temiam por isso. Certa ocasião, Oliveira conta que discretamente afrontou-lhe em uma das reuniões monológicas de oficiais e sargentos. Depois da reunião, Oliveira fora chamado ao seu gabinete para uma conversa em particular. Oliveira relata que não lhe fora submisso e que, indignado, reclamou que não era certo o que aquele oficial estaria fazendo com a unidade, pois estaria “dividindo os sargentos”. Por conta daquele ambiente, estariam vivendo um momento em que “um não fala com outro, outro não fala com outro. Tão tudo de

³²⁵ Atualmente a unidade encontra-se em Ponta Grossa, no interior do Paraná.

mal”. Aquele oficial teria respondido que Oliveira seria “muito novo” (OLIVEIRA, 2011), por isso não entendia o que estava acontecendo.³²⁶

Perspicaz, o depoente percebera uma tendência de comando, por parte do oficial, em manipular tensões profissionais e sociais já latentes, possivelmente potencializando-as, a fim de desagregar o grupo dos sargentos, utilizando essa desagregação em proveito das reservas de poder do grupo dos oficiais.

Uma estratégia nada nova, quando se trata de figurações de grupos com reservas de poder muito diferentes, em que um deles é um “estabelecido” e outro um “outsider”, na tipologia eliasiana. Elias ensina a importância da coesão dos grupos para sua maior ou menor reserva de poder. Em sua pesquisa, concluíra que “um grupo tem um índice de coesão mais alto que o outro, e essa integração diferencial contribui para seu excedente de poder” (ELIAS, 2000, p. 22). Logo, a desarticulação dos “outsiders” torna-se fator preponderante à manutenção dos baixos níveis de poder dos “estabelecidos”. As oportunidades em que a dispersão dos grupos “outsiders” pode ser explorada ou potencializada pelos “estabelecidos”, são excelentes estratégias de controle e manutenção dos baixos níveis de poder dos “outsiders”.

As relações de poder entre os grupos da figuração militar demonstram a eficiência desse modelo. Entre os oficiais e os sargentos, o modelo relacional na década de 1970 não era um dos mais humanos. O tratamento entre os círculos hierárquicos, de um modo geral, “era ríspido” (OLIVEIRA, 2011). Evitava-se a aproximação entre membros de grupos diferentes, talvez pelo temor em haver algum tipo de quebra de disciplina e “promiscuidade”³²⁷ hierárquica.

O contexto da socialização militar dos sargentos da década de 1960, muito atrelada

³²⁶ Para o general Antônio Carlos Muricy, seria “da técnica da guerra revolucionária, tal como foi concebida pelos técnicos comunistas, de Lenin a Mao Tse Tung, passando por Bukarin e outros, que, quando não se pode atrair as forças armadas, é necessário desagregá-las, fazer lavrar a indisciplina, desmoralizar seus chefes, dividi-las, lançando oficiais contra oficiais, sargentos contra sargentos, sargentos contra oficiais.” MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

³²⁷ O Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, de 09 de agosto de 1957, em seu artigo nº 354, ao comentar sobre competições e brincadeiras desportivas desaconselhava a sua prática com os círculos hierárquicos mesclados. O texto diz que “embora seja de interesse para o Exército que todos os militares se mantenham física, moral e intelectualmente capazes, pelo cultivo dos jogos esportivos mais aconselháveis e pela boa apresentação nos meios sociais, é, no entanto, inconveniente a sua prática em promiscuidade, pelos sérios prejuízos que traz à disciplina e à compostura a manter em qualquer situação.” Decreto nº 42018, de 09 de agosto de 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42018.htm; Acesso em 11 Mai 2010.

ao universo político, havia provocado profundas divisões entre vertentes distintas de pensamento.

Esse racha político-ideológico, presente também em toda a sociedade brasileira, havia diminuído as distâncias relativas entre os grupos hierárquicos, pelo menos no lado dos nacionalistas. Muitos oficiais, reconhecidos por serem progressistas – mesmo os que não eram de esquerda, como foi o caso do Marechal Lott – defendiam publicamente determinadas reivindicações dos sargentos, no pré-1964. Os oficiais da linha mais radicalmente nacionalista, como Nelson Werneck Sodré, talvez tivessem com os sargentos uma continuidade de pensamento que chegava a embaçar o limes hierárquico-disciplinar que os separavam dentro do ambiente militar.

Na visão dos conservadores, além de ser considerada danosa para a coesão militar a existência de um posicionamento ideológico diferente dentro dos quartéis, era repreensível uma conduta militar desses oficiais que permitiam protocolos hierárquicos mais flexíveis. Essa aproximação, muito relativa, entre os círculos, era considerada também uma espécie de promiscuidade bastante nociva à coesão forçada entre os grupos. Dentro de sua ótica, havia uma razoabilidade nessas ponderações, já que o modelo tradicionalmente estabelecido de socialização militar, de preponderância da figura dos oficiais como líderes autocráticos, distantes mantenedores do sistema militar e receptáculos exclusivos das suas benesses, poderia sofrer algumas alterações, com o fiel da balança tendendo em favor do grupo dos sargentos.

Em março de 1964, os conservadores estabeleceram-se, com exclusividade, no poder tanto político como militar. Haveriam de conduzir a uma política de manutenção do *status quo ante*. O expurgo dos considerados comprovadamente subversivos fora a primeira medida institucional tomada nesse sentido. Como ato contínuo, viria o deliberado arrocho disciplinar, muito calcado em torno da exigência à obediência cega a ordens superiores e, por consequência, sujeita a abusos quanto às subjetividades de superiores em relação a inferiores hierárquicos.

A identidade grupal dos sargentos, no nível puramente militar, sofreria consequências. No nível do contato do grupo dos sargentos com o universo político, a oficialidade já havia visto que fora pernicioso para o modelo tradicional de disciplina militar. A política de saneamento inicial teve como ato contínuo uma tentativa de empreender um processo de afastamento da sociedade civil, e dos seus problemas políticos, aqueles grupos

considerados indesejavelmente politizados à esquerda, principalmente os sargentos. A liberdade anterior, encontrada em alguns quartéis do Exército, em se discutir assuntos políticos, transformou-se em rígida proibição, inclusive dos assuntos amplamente divulgados pela mídia escrita e falada.

A esse respeito, Oliveira e um amigo, também sargento, chegaram a ser interpelados por um major, em uma ocasião em que comentaram acerca de uma matéria publicada em uma revista semanal, em circulação na época. Oliveira afirma que se defendera:

Pera aí, major! Então não tá escrito na Veja!? Qualquer vagabundo olha aquilo lá na banquinha! Compra a Veja, fica sabendo. E nós aqui não podemos saber?! (OLIVEIRA, 2011).

O desejo daquele oficial parece ter sido manter o apartamento de seus sargentos em relação à sociedade civil. Concluiu Oliveira que, assim como em todo o resto do país, aquele oficial tentava manter nos quartéis “o pessoal alheio à situação geral. Escondiam as coisas da gente lá dentro”, (OLIVEIRA, 2011).

Pareceu ter sido infrutífero todo aquele esforço empreendido, pois “a gente ficava sabendo por rádio, ouvia muito rádio. Lia revistas, né. Aí cê ficava por dentro daquilo ali” (OLIVEIRA, 2011).

Impotente diante do argumento de que, fora dos muros do quartel, o acesso às informações era livre, disponível em bancas de jornal, o comando do batalhão buscou pelo menos acentuar o controle e a observação das informações às quais os sargentos tinham acesso, disponibilizando aquela mesma revista para a leitura, na sala de recreação e refeitório dos sargentos: “Aí ele mandou assinar a Veja pra nós...pro cassino dos sargentos!” (OLIVEIRA, 2011).

Antes que o grupo fosse influenciado pelas informações contidas na revista, o comando do batalhão teria tempo hábil para produzir um antídoto e refutá-las, em pronunciamentos direcionados à coletividade, nas formaturas matinais ou nas reuniões de oficiais e sargentos.

Prosseguindo nas questões de socialização dos sargentos no ambiente propriamente militar, é notório o fato de que os atos simbólicos de reconhecimento das capacidades profissionais, mas atreladas ao universo político, tenham sido sensivelmente restringidos no pós-1964, quando comparados aos anos anteriores. A Medalha do Pacificador, criada em

1953³²⁸, hoje uma das mais importantes comendas concedidas pelo Exército Brasileiro, criada originalmente a “reconhecer serviços prestados às Forças Armadas”³²⁹, desde então, é um ótimo exemplo de como os sargentos e os outros praças passaram a ser considerados, em termos profissionais.

Parecendo ser bastante esvaziada de um sentido distintivo entre oficiais e praças, no início do ano de 1964, houve duas grandes entregas de medalhas, nos meses de janeiro e fevereiro, em que foram condecorados oito oficiais superiores (tenentes-coronéis e majores), 39 capitães e tenentes (um desses tenentes era do QOE, ou seja, um ex-sargento), 125 subtenentes e sargentos, e 103 cabos e soldados.³³⁰ Houve ainda outras condecorações de menor relevo, estas constando altas autoridades civis e altos oficiais.³³¹ De qualquer maneira, havia uma quantidade bastante razoável de praças, sargentos, cabos e soldados como recipiendários dessa medalha.

No mesmo ano, mas depois do Golpe³³², tiveram outras duas concessões vultosas de medalhas. Os recipiendários foram altas autoridades civis e militares. Apenas um praça constou dessas entregas do final do ano: o sargento Darcy Duarte Rosa, que fora membro, em 1957, do 1º Contingente do “Batalhão Suez”³³³. A partir daquele ano, o padrão de distribuições de medalhas não se alterou drasticamente. A maioria dos agraciados, quando não eram altos oficiais, eram civis com alguma notoriedade social, normalmente pertencentes à instâncias e altas autoridades dos três poderes.³³⁴ Em comparação com o período anterior ao golpe, havia poucos sargentos e outras praças; mesmo assim, normalmente, eram aqueles que serviam próximos a generais, ou no próprio Gabinete do Ministro do Exército.³³⁵

O orgulho identitário do grupo dos sargentos deveria manter-se, no mínimo, em níveis controláveis, dentro de um justo meio. A autoestima dos sargentos não deveria ser tão baixa a ponto de os sargentos perderem sua eficácia disciplinadora em relação aos soldados, mas também não poderia ultrapassar os limites de uma subsistência identitária, a ponto de – como acontecera no pós Segunda Guerra – ameaçar a hegemônica superioridade social dos

³²⁸ Portaria nº 345, de 25 de agosto de 1953, do Ministro da Guerra.

³²⁹ Decreto nº 42.394, de 3 de outubro de 1957.

³³⁰ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 4, de 24 de janeiro de 1964, pp. 39-42; BE nº 6, de 7 de fevereiro de 1964, pp. 36-37.

³³¹ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 3, de 17 de janeiro de 1964, p. 32

³³² EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 44, de 30 de outubro de 1964; BE 47, de 20 de novembro de 1964.

³³³ Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/1contDarcyDuarteRosa.htm>; Acesso em: 15 Dez 2010.

³³⁴ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 24, de 14 de junho de 1968.

³³⁵ EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletim do Exército nº 25, de 21 de junho de 1968.

oficiais no ambiente profissional dos quartéis.

Implementou-se um rígido controle do poder associativo dos sargentos, que começaria por reforçar os limites formais e informais da aproximação entre as graduações dentro daquele mesmo círculo hierárquico. Na economia do corpo social dos sargentos, a arguta manipulação de tensões já existentes entre as subcamadas dos sargentos, ou de seus elementos individualmente, acabou tornando-se uma importante ferramenta de controle nas mãos dos oficiais.

A capacidade de manipulação dos oficiais seria a mostra da aplicabilidade prática da fórmula reputada a Maquiavel do “dividir para governar”, utilizada no campo político, desde a formação dos estados nacionais (ELIAS, 2001).

No campo militar, contudo, o limite da aplicação dessa máxima acabava esbarrando na necessidade funcional de extrema coesão de todos os elementos que comungam do mesmo uniforme. Detentores do monopólio da força que necessitam de controle na utilização de suas armas e, que, para serem úteis belicamente, em termos de socialização profissional, precisavam ser integrados uns aos outros, o mais harmoniosamente possível, fora uma contradição à qual a instituição se submeteu no pós-Golpe.

Talvez quem mais tenha perdido fora o senso de confiança operativa dos integrantes do Exército, já que a segurança mútua das intenções entre comandantes e comandados seria um quesito importante para a coesão do corpo militar. Para John Keegan, seriam antagônicos o comando militar e o governo civil, e a utilização de instrumentos de um tipo de liderança no outro (KEEGAN, 1999, p. 357). Mas no Exército do pós-1964, o comando militar parece ter acrescentado em suas bases alguns elementos do mando político, com suas simulações, dissimulações e manipulações. A socialização militar dos sargentos parece ter incorporado alguns desses métodos durante algum tempo, temperando com aparências e opacidades o estilo sincero, transparente e explícito que, pelo menos em tese, normalmente deveria ser aplicado ao comando militar.

Esse comando militar não perdera seu espírito coletivista e o desejo de hegemonia e padronização – inclusive social – de seus membros. Carregados de coações morais, sob comando incontestável das camadas conservadoras da oficialidade, os sargentos permaneceram estimulados à estagnação social durante sua vida militar.

d. Estagnação social fetichizada

Os sargentos, normalmente originários de famílias menos abastadas, não deviam dar mostras de posses muito além do limite de uma vida medianamente digna. A posse, por parte de um sargento, de signos de riquezas materiais que ultrapassassem a de uma casa modesta em um bairro periférico e um carro com alguns anos de uso, poderia ser motivo de investigação por parte dos seus comandantes e de inveja por parte de colegas sargentos. O coletivismo relativo à socialização militar ia, portanto, muito além dos muros do quartel. Ele chegava a invadir a intimidade familiar dos sargentos e de todos os militares de uma maneira geral, tentando controlar suas posses, reagindo diante de ostentações de bens que, supostamente, ultrapassassem as possibilidades do soldo do praça.

Conta Oliveira, que

o elemento que tinha dinheiro, na época, no quartel, ele era mal visto. O cara que tinha dinheiro, uma vida social elevada, ele era mal visto (...) Todos! Os sargentos, os oficiais, tudo. O cara que tinha, o cara que conseguia trocar de carrinho, naquela época que era difícil trocar de carro todo ano, nego ficava de olho nele (OLIVEIRA, 2011).

Ele ilustra esse comportamento com dois casos que soube já depois de acontecido, não os tendo presenciado. Um deles foi o de Valmor Weiss,³³⁶ que, segundo o depoente “era tido como comunista (...) só porque ele tinha dinheiro³³⁷” (OLIVEIRA, 2011). Contradição muito comum no imaginário militar, numa época em que qualquer motivação para o não alinhamento homogeneizante dos militares (social, ideológico, político e econômico) em

³³⁶ Oliveira conheceu Valmor Weiss quando trabalhava como contratado na Seção de Inativos e Pensionistas em Curitiba-PR, e Valmor Weiss já como anistiado político. O nome de Valmor Weiss é um ponto de contato com a história contada por outro de nossos depoentes, Abdon Luz. Este havia conhecido Valmor, em 1964, quando, segundo conta Abdon, estiveram presos juntos, em Curitiba. É interessante que o exemplo do emergente Valmor Weiss, sargento expulso nos anos 60, que se transformou em um empresário muito bem sucedido, tenha sido comentado por dois de nossos depoentes. Esse fato demonstra que, por mais que a intenção institucional durante o processo de socialização dos sargentos tenha apontado para uma desejável estagnação social do grupo, manteve-se uma espécie de orgulho, por parte dos sargentos depoentes, em saber que um sargento tenha alcançado uma posição social de tanto prestígio e reconhecimento, como é a sua, atualmente.

³³⁷ É bem possível que o sargento Valmor Weiss ainda não tivesse muitas posses, em 1964, mas como Oliveira já o conhecera nessa posição social, visou sua situação social nos anos de 1960 com a ótica de sua condição social atual. Crê, além disso, que ela tivesse sido o motivo da expulsão daquele sargento. Segundo a proposição da Câmara Municipal de Curitiba, que indicara Valmor Weiss como cidadão honorário de Curitiba, fora o fato de ter sido “jornalista do jornal Última Hora, de 1959 a 1964, o que lhe custou não só a sua expulsão do Exército Brasileiro, no ano de 1964, mas também a prisão por mais de um ano, em razão de ter-se posicionado contra o golpe militar”. Fonte: Projeto de lei ordinária 06.00020.2004, de 03 de maio de 2004, da Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: <http://domino.cmc.pr.gov.br/prop2000.nsf/375e962013dfe0e4052569ba005c75ac/56f0d5c8ce205a8c03256e8900660af3?OpenDocument>; Acesso em: 16 Jul 11.

relação ao seu grupo, no nível individual, era relacionada ao seu inimigo político, socialmente construído à época: o comunismo.

Soube, também, de um sargento Sansão³³⁸, que havia se casado com uma empresária do ramo de mineração e possuía uma ilha em Santa Catarina. Segundo narra Oliveira, Sansão havia cedido sua ilha para uma festa de boas vindas do novo comandante do 62º Batalhão de Infantaria, em Joinville. Mesmo sendo um “milico” que “gosta de milico”, Oliveira ficou sabendo que Sansão fora chamado, por aquele comandante, alguns dias depois, a prestar explicações a respeito da origem de seus bens.³³⁹

Não conseguimos outras fontes que corroborassem essa história, mas o mais importante aqui é a percepção de como o velho sargento via seu grupo, e de como ele recepcionava o pensamento dos oficiais a respeito dos sargentos. Essa é a percepção de um sargento acerca do pensamento da oficialidade ao se deparar com um subordinado social, possuidor de bens muito além daqueles que lhe poderia dar o soldo. Talvez fosse realmente esse o padrão de comportamento dos oficiais, em relação aos sargentos. Comportamento que possivelmente indicasse um certo temor por sua ascensão social, temor justificado, talvez, por questões de contato político e também de hierarquia. Do lado político, talvez existisse a ideia de que quanto maior fosse o padrão social do sargento, maior seria o risco de seu contágio com o universo político, potencialmente degenerador da identidade militar. Do lado da hierarquia, havia um pensamento corrente de que o padrão social e as condições de aquisição de bens de consumo dos militares obedeceriam ao mesmo ordenamento hierárquico de suas divisas. Daí os salários no Exército Brasileiro serem escalonados hierarquicamente.

O poder econômico vincula-se a quaisquer outros tipos de poderes, e Norbert Elias reconhece essa ligação numa relação entre “estabelecidos” e “outsiders”. Para aquele autor, quanto mais o equilíbrio de poder for desigual, pendendo para os estabelecidos, mais a

³³⁸ Trata-se possivelmente do tenente reformado do Exército Renato Aurélio Sansão, natural de Rio do Sul (assim como Valmor Weiss), e que, entre o final dos anos de 1980 até o início dos anos de 2000, fora diretor do Presídio de Joinville; depois da Penitenciária de Florianópolis e coordenador dos Presídios do Litoral Catarinense. Disponível em: <http://www1.an.com.br/2002/abr/16/0pol.htm>; <http://www1.an.com.br/1999/set/08/0pol.htm>; Acesso em: 16 Jul 11.

³³⁹ Mesmo na ausência de outras fontes que provem a veracidade desse episódio, é lícito dizer que o depoimento de Oliveira é bastante verossímil. O autor deste texto mesmo fora observador de um fato, ocorrido em um quartel do Exército, no sul de Minas Gerais, na década de 1990, quando um soldado, com quase quatro anos de serviço, fora interrogado em tom de ameaça pelo chefe da seção de inteligência daquela unidade a respeito da origem do dinheiro gasto em um automóvel Fusca, já bastante usado, que havia recém-adquirido pelo soldado. O fato de um sargento ser indicado como possuidor de uma ilha, certamente, seria motivo mais que suficiente para um interrogatório de igual teor.

supremacia dos aspectos econômicos é fundamental. Nesse sentido,

Quando os grupos *outsiders* têm que viver no nível de subsistência, o montante de suas receitas preponderam sobre todas as suas outras necessidades. Quanto mais eles se deslocam acima do nível de subsistência, mais a sua própria renda – seus recursos econômicos – serve de meio para atender a outras aspirações humanas que não a satisfação das necessidades animais ou materiais mais elementares, e mais agudamente os grupos nessa situação tendem a sentir a inferioridade social – a inferioridade de poder e de *status* de que sofrem. É nessa situação que a luta entre os estabelecidos e os *outsiders* deixa de ser, por parte destes últimos, uma simples luta para aplacar a fome, para obter os meios de subsistência física, e se transforma numa luta para satisfazer também outras aspirações humanas (ELIAS, 2000, p. 33).

Mas parece que não eram apenas os oficiais que se incomodavam com algum tipo de ascensão social dos sargentos, no nível individual. Oliveira reforça que o mero ultrapassar da sobrevivência digna, mais ou menos padronizada pelo grupo, de acordo com seus vencimentos, fazia com que o sujeito fosse vítima de manifestações de inveja dos seus próprios colegas sargentos. Ele narra que quando servia no Colégio Militar de Curitiba, havia conhecido um sargento que, em suas horas de folga do quartel, trabalhava como taxista. Os próprios sargentos o observavam e comentavam entre si. Segundo Oliveira,

nêgo ficava de olho nele. Nossa! O Guido de carro zero! (...) até um dia falei: ‘Pô, só trabalhar igual ele que você vai ter carro zero também. Vocês não trabalham, quer ter?’ (OLIVEIRA, 2011)

Apesar de podermos verificar alguns indícios de veracidade de algumas informações relativas a esses fatos relatados por Oliveira, é interessante salientar que a prova empírica de todos esses fatos não é o nosso objetivo neste trabalho. Reitero que o que pretendo nessa tese é tentar absorver, a partir dos fatos narrados pelos depoentes, como os sargentos do Exército compreendiam, e compreendem ainda nos dias atuais, o universo composto pelo seu grupo social, como a ele se conformavam ou se, ainda, tentavam modificá-lo de alguma maneira.

O que Oliveira nos ensina, com os casos narrados acerca dos sargentos Valmor³⁴⁰, Sansão e Guido são sintomas de um forte comportamento coletivista dentro do qual todos os militares são socializados. Isso não é novidade num ambiente militar. O que Oliveira nos traz de novo é que esse coletivismo seria tão exacerbado na socialização militar do Exército

³⁴⁰ O ex-sargento Valmor Weiss, expulso do Exército em 1964 e depois empresário de prestígio em Curitiba, já fora citado pelo depoente Abdon Luz.

Brasileiro, que chegaria a extrapolar os limites funcionais dos muros do quartel, para acabar imiscuindo-se na totalidade da existência social dos sargentos. Ele envolve elementos ligados às relações de família e às próprias capacidades e desejos dos indivíduos em ascender socialmente, de algum modo. Além disso, deve-se frisar que a tentativa de imposição dessa maneira *sui generis* de enxergar o mundo de uma maneira coletivista não se dava somente por parte de superiores, dos oficiais, mas também por parte dos membros do próprio grupo dos sargentos.

John Keegan pensa os militares como seres socialmente tribais (KEEGAN, 2006, pp.15-16), e, guardadas as proporções, essa seria uma boa analogia. O comportamento tribal impõe padrões de expressão e de existência para os diversos subgrupos da tribo, tentando catalogar padrões, inclusive, para os símbolos de existência e posições sociais. A posse de bens seria um desses elementos. Eles definiriam simbolicamente o status social dos indivíduos em uma sociedade. E haveria padrões de bens de consumo que, no imaginário militar, são destinados a alguns subgrupos e não a outros. Nessa lógica, padrões de residência, vestuário, veículos e outros bens de consumo considerados de valor mais elevados poderiam pertencer exclusivamente à alta cúpula da oficialidade. Descendo a escala hierárquica, os padrões também iriam diminuindo, até se chegar ao soldado, cujo padrão de consumo não se poderia ultrapassar o da existência física. Ou seja, as supostas honras e dignidades do posto ou da graduação refletir-se-iam nos bens de consumo que cada um dos indivíduos pudesse adquirir exclusivamente com o soldo que o Exército lhes proporcionaria.

Tentar ultrapassar essa barreira, de forma não controlada pela tribo (conseguir um trabalho extra; receber uma herança; conjugar com alguém de classe social superior; estudar vislumbrando melhores posições sociais fora do ambiente profissional do quartel), além de ser afrontador à ordem do grupo, dentro de sua escala de valores, também seria impróprio à existência do grupo. Seriam maneiras de demonstrar uma insatisfação dos indivíduos ao pertencimento ao grupo, ou, talvez, pensando coletivamente, uma insatisfação pessoal em relação à posição social de seu grupo. Todas essas formas de burlar uma suposta igualdade de condições, dentro de seu círculo hierárquico, proporcionada pela similitude do soldo, podiam ser consideradas desleais para com a uniformidade social do grupo e dignas de censura, se não direta, pelo menos uma censura tácita entre os pares do grupo; uma censura grupal apresentada sob uma forma de inveja dos outros membros, individualmente, em relação ao alvo da proscrição.

A pressão dos grupos superiores, dos oficiais, contra os sargentos desviantes do pensamento resignado em relação à sua condição social, também era vultosa. Certamente esses desviantes não eram a regra e pagavam o preço pela sua rebeldia à idealmente desejada homogeneidade social. Oliveira conta que

o cara era perseguido, a verdade é essa! Nêgo procurava travar trabalhar fora do expediente. Mas tinha elemento que dava aula (...) Tinha um elemento muito bom lá no colégio militar. Ainda bem que ele passou na Universidade lá em Ponta Grossa, para dar aula lá. E depois foi fazer um curso no exterior. O Xavier.³⁴¹ Um cara muito competente (OLIVEIRA, 2011).

O uso da expressão “ainda bem que ele passou na Universidade...” talvez queira demonstrar o nível de pressão que o sargento Xavier deve ter suportado, na tentativa de conciliar seus estudos universitários com a rotina socializante do quartel. Parece indicar também que o fato de ter saído do Exército fora para Oliveira uma libertação das capacidades desperdiçadas do sargento, como se não houvesse espaço no Exército para um sargento intelectualmente habilitado a lecionar numa universidade. Essa percepção do sargento Oliveira, em relação ao colega sargento, mostra o estado de baixa autoestima do grupo dos sargentos, principalmente quanto às qualidades e habilidades avaliadas de “intelectuais”, e sua demanda no exercício de suas funções castrenses, como sargentos.

Não estava, realmente, nos planos da alta cúpula da Instituição utilizar saberes exógenos de seus militares inferiores. Não foram socializados militarmente para terem suas habilidades utilizadas em níveis maiores do que a simples assessoria prática de seus oficiais. O pensamento de Oliveira parece, então – ainda que motivado por questões diversas –, ir ao encontro do pensamento predominante na cúpula do Exército. O que talvez tenha querido dizer Oliveira é que para o bem instruído sargento Xavier, o Exército não seria o lugar ideal. Não porque não se desejasse, mas porque não seria empregado na medida daquilo que suas capacidades intelectuais podiam responder.

Oliveira, ao considerá-lo “muito competente”, não faz distinção entre a sua competência nos campos propriamente militar, administrativo ou pedagógico. Talvez não se

³⁴¹ Trata-se do Prof. Dr. Milton Xavier Brollo, falecido no dia 07 de outubro de 2011. Lecionava na UEPG desde 20 Fev de 1988. Doutor em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova (FE-UNL), de Lisboa (Portugal), Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR – Universidade Federal do Paraná (1979), Especialização em Teoria Econômica (1980). O Jornal da Manhã, de Ponta Grossa diz ainda que: Milton Brollo serviu como subtenente na Companhia de Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército, em Curitiba. Ministrou a disciplina “Técnicas Comerciais”, no Colégio Militar de Curitiba (1986). Disponível em: <http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,13218,07,10> ,presidente-da-fauepgmorre-em-casa.shtml; Acesso em: 10 Out 11]

fizesse distinção nesses aspectos, no sentido de se pensar os militares com capacidades individualmente compartimentadas. Possivelmente, um sargento considerado competente no campo militarmente operativo, em princípio, pudesse ser, também, considerado competente no da administração ou no da instrução militar, até prova contrária. Haveria, dessa forma, uma noção de linearidade dos indivíduos relacionados entre as várias facetas da socialização militar e, até mesmo, entre os outros ramos da sua socialização.

e. O “poder” também circula entre os sargentos

Os sargentos, no início de suas vidas militares, eram direcionados às atividades inerentemente tropeiras, ou seja, nas lides diárias de instrução aos recrutas. À medida que os anos iam-se passando e chegando novatos, esses indivíduos iam, aos poucos, sendo locados em funções administrativas. Na mentalidade geral, tanto dos sargentos como dos oficiais, incutiu-se a ideia de que o trabalho na tropa, pouco valorado no convívio dos quartéis, deveria ser destinado quase que exclusivamente aos novatos. Deveriam eles pagar sua cota de sacrifício físico, até serem considerados suficientemente experientes para assumirem o trabalho em uma seção da administração, mormente valorado. Funcionalmente essa era uma situação contraditória, pois justamente quando os quadros ficavam mais experientes, e, supostamente, teriam muito mais a oferecer aos novos recrutas, é que eles abandonavam as funções tropeiras para comporem os quadros da administração. Isso acontecia em todas as áreas. Ou seja, todos os sargentos, mais cedo ou mais tarde, mesmo sendo especialistas em determinadas funções militares, acabavam indo para uma atividade administrativa.

Ao contrário do depoente anterior, a ida de Oliveira para uma função administrativa deu-se precocemente, mesmo sem nenhuma formação especializada em administração militar. Era um sargento da Cavalaria, mas, segundo ele, sempre trabalhou na “parte administrativa (...) Até gostava da tropa. Eu gostava. Ir para um acampamento. Eu sempre gostei. Mas olha, sempre na burocracia. E me dei bem também. A burocracia militar é muito fácil” (OLIVEIRA, 2011).

Cientes de que esses deslocamentos eram bastante normais, alguns comandantes, talvez para tentarem manter um verniz de rusticidade em seu pessoal burocrata, acabavam acentuando o caráter muito pouco específico da socialização militar, mandando para os acampamentos os militares da administração, constituídos em suas seções, a fim de

cumprirem suas rotinas burocráticas em campanha, dentro de barracas, espalhadas pelo terreno.

Numa dessas oportunidades, em que Oliveira ainda servia no Esquadrão de Cavalaria de Curitiba, e estava no Campo de Instrução Marechal Hermes³⁴² realizando um exercício, havia caído um temporal, derrubado parte da barraca em que se encontrava, vindo a molhar documentos importantes. Os documentos, depois de secos, foram enviados para a Região Militar. Diante das reclamações daquele escalão superior, acerca das condições dos documentos, o comandante de Oliveira, culpando-o pelo ocorrido, chegou a cogitar sua punição.

Talvez se julgando com muito pouco a perder e desejoso de ser movimentado para outra unidade dentro de Curitiba, Oliveira afirma que ponderou com seu chefe, um tenente, que, caso fosse punido, iria denunciar irregularidades administrativas que, por causa da função que desempenhava, não apenas tinha pleno conhecimento, mas também, e o mais importante, detinha inúmeras provas. Oliveira, além de não ter sido punido, pouco tempo depois, fora movimentado para o Colégio Militar de Curitiba, assumindo a função de monitor de alunos (OLIVEIRA, 2011).

Além de esclarecer acerca do caráter misto, generalista e até mesmo experimental do processo de socialização dos sargentos, que vínhamos falando anteriormente, esse episódio mostra que esse processo também pode apresentar um caráter dialógico e contestador, não submisso, ainda que, de modo muito limitado, resumido ao nível individual.

Determinadas funções desempenhadas pelos sargentos os colocariam a par de informações bastante privilegiadas, que podiam ser bastante úteis, como verdadeiras moedas de troca em caso de ameaças de qualquer natureza vindas de seus superiores. Dependendo do teor dessas informações – assim como parece ter acontecido com o depoente –, eles podiam até mesmo transformar intenções autoritárias de seus comandantes em intenções abertas ao diálogo.

Nesse jogo de forças entre representantes de dois grupos diferentes, com coeficientes

³⁴² O terreno do Campo de Instrução, localizado na região de Três Barras, Santa Catarina, pertencia à Southern Brazil Lumber & Colonization Company, do americano Percival Farquhar. A companhia instalou-se na região em 1913, a fim de explorar madeiras na região, sendo um dos pivôs que levaram à Guerra do Contestado. Construiu um ramal ferroviário para o escoamento da produção e manteve uma das maiores serrarias da América Latina. Falida a empresa de Farquhar, o terreno fora encampado pelo governo Vargas, em 1940, e o Exército passou a utilizar as terras como campo de instrução, enquanto os processos judiciais de devolução das terras aos antigos donos não chegassem ao seu término. A área em que se concentrava a serraria passou a ser a sede do Campo de Instrução.

de força assimétricos, e que, nesse momento, estariam em condição de declarada rivalidade, quanto maior o poder lesivo das informações para a identidade coatora, maior o poder de barganha do indivíduo do grupo mais fraco, que a essas informações recorrerá como arma de defesa.

O dialógico durante o processo de socialização militar, aliás, não ocorreria somente em um caso extremo de sua faceta disciplinar. No sentido relacional, também, haveria espaço para trocas discursivas, em determinados momentos, onde a balança de poder pendesse para o lado mais fraco. Um diálogo que escapa daquele vetor dado a ler verticalmente, com superiores que ordenam seus subordinados e deles são aparentemente independentes; e com subordinados que simplesmente obedecem a ordens de superiores e deles são inteiramente dependentes. Haveria casos em que, pelo contrário, as relações de íntima interdependência de grupos opostos mantêm um indivíduo, inferior hierarquicamente, numa posição, até mesmo, de dominância em relação aos seus superiores hierárquicos.

Num livro de causos e estórias, possivelmente baseado em fatos reais, escrito por um coronel do Exército, explicita, em dois momentos de sua narrativa, a sua condição de passividade em relação às vontades de seus subordinados. Uma delas fora quando se casou, nos anos de 1960, quando capitão. Conta que o personagem principal do livro, capitão Moura, ficara tenso com o seu soldado cozinheiro, incumbido de lhe fazer o banquete para a festa, pelo fato de o soldado ter sido recentemente, à época, punido por aquele capitão. Temia por represálias do soldado, que enfim não se concretizaram. A outra, acerca de um momento em que teve que passar por uma lavagem intestinal, conduzida por um sargento enfermeiro, ele descreve de maneira hilária:

E foi aí que um capitão pode sentir cair por terra todas as suas estrelas de cinco pontas, com globo azul, estrelado, também (...) De pouco lhe valeu a patente. Não conseguia livrá-lo de um ritual de fraca poesia, dirigido por um sargento enfermeiro, de feições e ações pouco cativantes, desejoso, talvez, de vingar-se em Moura, de algum complexo reprimido contra a raça dos capitães (VEIGA, 1989, pp. 89;158).

Oliveira nos dá outros exemplos nesse sentido. O primeiro deles, ao narrar um episódio em que um oficial – aquele mesmo major que Oliveira acusara de dividir o grupo dos sargentos – presenciara uma ligação de Oliveira com um coronel, que servia em um importante gabinete em Brasília. O major ficara surpreso com as “ligações” de Oliveira, que, segundo afirma, sentindo “a fraqueza dele”, para com ele emendou: “se o senhor tiver algum

problema aqui que a gente possa resolver, o senhor fala comigo que eu falo para alguns amigos meus lá em Brasília, e a gente resolve isso aí.” Orgulhoso, arremata Oliveira que “a partir daquele dia eu era tratado como rei (risos). Até gasolina no posto eu pegava” (OLIVEIRA, 2011).

Noutro episódio, este bem mais recente, já nos anos de 1980, quando era sargento-ajudante do Colégio Militar, o depoente narra que um tenente havia solicitado a prisão de um soldado, que não conseguia desmontar uma metralhadora. Oliveira replicou a intenção do tenente afirmando que seria bem mais provável que o soldado não houvesse aprendido a desmontá-la, por inabilidade do instrutor. Refutado, o tenente recuou de sua posição e não puniu o soldado (OLIVEIRA, 2011).

Aliás, pelo que conta o depoente, essa não seria a única vez em que intercedera por um soldado junto a um oficial. Ainda quando era sargento-ajudante no Colégio Militar, um recruta havia lhe contado que seria arrimo de família e havia incorporado, mesmo tendo declarado a situação de dependência econômica de seus pais em relação à sua força de trabalho.³⁴³ Um soldado recruta, à época, recebia apenas um vencimento simbólico, em caráter de ajuda de custo, que não ultrapassava de meio salário mínimo. Esse recruta, então, vira-se obrigado a começar a faltar ao expediente para acrescentar na renda familiar, trabalhando de mecânico de automóveis em sua cidade natal, no interior do Paraná.

As punições do soldado começaram a se multiplicar e Oliveira solicitou ao seu chefe, um capitão, que segundo o depoente, era “cabeça... legal pra chuchu” (OLIVEIRA, 2011), que mandasse fazer uma sindicância sumária acerca da veracidade das informações passadas pelo soldado. Tudo confirmado, o soldado fora licenciado.

Aliás, parece que eram muitas as oportunidades em que um diálogo mais próximo entre oficiais e sargentos podia encarregar-se de corrigir injustiças provocadas pela rigidez do trato disciplinar, tanto para um lado como para outro. Novamente, o livro de Virgílio da Veiga ajuda-nos a ilustrar esse diálogo relativamente aproximado entre oficiais e sargentos, em que os soldados aparecem como protagonistas. Em sua narrativa, dois soldados bêbados haviam quebrado um estabelecimento e, por isso, enquanto aguardava reforços do quartel, foram amarrados por um sargento. O capitão, ao chegar, heroicamente mandou desamarrar os soldados (VEIGA, 1989, p. 150).

³⁴³ O inciso f, do artigo nº 30 da Lei do Serviço Militar, de 1964, estabelecia que deveriam ser dispensados da incorporação os arrimos de família. Ver: Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14375.htm; Acesso em: 21 Jan 2009.

Saindo da ficção e indo para a dura realidade da participação do Brasil no Teatro de Operações II Guerra Mundial, o ex-tenente R/2 José Gonçalves se recorda que

Certo dia, durante o acampamento, o 2º sargento auxiliar Pontes tinha posto o pelotão em forma. A alguns metros de distância, Gonçalves observava, de dentro de sua barraca, o modo que ele empregava no trato com a tropa. Vituperava brutalmente, ofendendo os soldados com rudeza desnecessária. Pontes, ainda imbuído do velho espírito autoritário, acreditava que tratar a tropa de forma cordata e respeitosa redundaria em desleixo dos padrões disciplinares. Quando o sargento terminou, Gonçalves chamou-o na entrada de sua barraca: 'Pontes. Não fique tesando os soldados. Nós vamos entrar em combate dentro de alguns dias. Isso aqui não é o Exército de Caxias. Não é necessário tratar os homens dessa forma'. Meio que contrariado, o sargento aquiesceu à orientação de seu comandante (MAXIMIANO & GONÇALVES, 2005, p. 66)

f. Mas permanecem os retratos de dominação

Esse Exército, mais aberto ao diálogo entre elementos de círculos hierárquicos diversos, já seria o do final da década de 1980 e início da década de 1990. Se, enquanto na década de 1960 e 1970, “soldado não falava...só recebia ordem e ficava por isso (...) Agora não! Agora, soldado é amigo de sargento e assim sucessivamente” (OLIVEIRA, 2011). Na ótica de Oliveira, esse modelo relacional menos distanciado entre os grupos hierarquizados aos poucos estaria sendo transformado em regra. Já teriam existido, no passado, indivíduos mais abertos ao diálogo; porém, eram apenas exceções à regra geral de um modelo relacional que primava pelo distanciamento entre aqueles grupos.

Porém, as desigualdades baseadas nas posições hierárquicas continuariam em inúmeros aspectos da vida cotidiana. A esposa do depoente, em determinado momento da entrevista, contribui com uma avaliação bastante lúcida de sua realidade, ao observar as diferenças de tratamento sentidas na sociedade militar, dando dois exemplos: um relacionado às atividades sociais de confraternização e outro relacionado ao atendimento médico no hospital do Exército.

Acerca das confraternizações no ambiente militar, a senhora Tereza afirma nunca ter gostado de frequentá-las, por conta da sensação de extrema divisão que haveria, segundo ela, entre as esposas dos oficiais e as esposas dos sargentos, apesar de ser adotado o termo “família militar”, para designar todos os comensais dessas atividades (OLIVEIRA, 2011).

Esse distanciamento refletir-se-ia, também, no atendimento do hospital militar aos familiares dos dependentes. Segundo a esposa do depoente, independentemente de ordem de

chegada ou do horário marcado para as consultas, a prioridade das consultas normalmente seria das esposas dos oficiais mais graduados (OLIVEIRA, 2011).

Essa não é uma percepção exclusiva da esposa de um sargento do Exército Brasileiro. Morris Janowitz já havia descrito esse distanciamento social existente entre as esposas dos oficiais e dos sargentos, nos Estados Unidos dos anos 50. Janowitz refere-se, aliás, aos militares profissionais e seus familiares pela mesma terminologia, apropriada pelo discurso oficial do Exército: “família militar” (JANOWITZ, 1967, pp. 188-189).

No caso do Exército Americano, antes do término da II Guerra Mundial, a tradicional profissão militar era baseada “numa distinta consciência de classe, como a que havia entre o praça e o oficial dentro da hierarquia.” Enquanto a organização militar envolvia “a disciplina baseada na dominação”, essas relações sociais mantiveram-se válidas. Porém,

Com o desenvolvimento da autoridade administrativa, o sistema de graduações permanece intacto, principalmente a divisão entre oficiais e pessoal alistado, mas hoje tenta-se evitar que a posição seja excessivamente preponderante na vida da comunidade militar. O pessoal alistado e suas mulheres não podem mais ser aceitos com arrogância numa instituição que opera com base no 'conceito grupal'; devem ser ajustados no esquema social e sua presença reconhecida. (JANOWITZ, 1967, p. 178)

Quando Janowitz escreveu seu tratado, em 1960, os manuais sobre costumes e protocolos militares dos Estados Unidos não haviam mudado muito desde o final do século XIX. “A única mudança de vulto está no fato de que a audiência aumentou, de modo que os manuais hoje dirigem-se tanto a oficiais comissionados como aos não-comissionados” (JANOWITZ, 1967, pp. 178-179). Foram escritos até mesmo manuais de etiqueta de relacionamento entre as esposas de oficiais comissionados e as esposas de oficiais não-comissionados (sargentos). De qualquer maneira, o Exército norte-americano, com um esforço explícito, tomou medidas para amortecer o impacto das distinções hierárquicas na geração do pós-II Guerra.

No Exército antigo, o sistema de graduações influenciava as relações sociais dos filhos das famílias militares; alguns se colocavam acima de outros com base na posição do pai. Os filhos dos praças eram estritamente isolados (JANOWITZ, 1967, p. 179).

O Exército Brasileiro, não adotou nenhum manual, não alterou seu protocolo nem mesmo alterou oficialmente o impacto das distinções hierárquicas na geração pós-Guerra. Aliás, muitas vezes, fez questão de reforçá-las (MURICY, 1993, p. 278).

De qualquer forma, o sargento Oliveira faz questão de dizer que não se queixa de sua vida militar. Segundo ele, “não tenho mágoa do quartel não. Não tive, tá. Tive bons chefes” (OLIVEIRA, 2011). Longe de transparecer ter chegado a um estado de ataraxia, o velho sargento Oliveira é bastante elucidativo ao relacionar a ausência de mágoa com o “quartel” com o fato de ter tido bons chefes. Parece propor, Oliveira, que quaisquer sentimentos surgidos em relação à instituição Exército – figura há muito ontologizada pelos próprios militares –, durante a sua vida militar, seriam produtos das características de personalidade de seus chefes. Bons chefes teriam o resultado de não-mágoa; maus chefes significariam mágoa.

Durante toda a entrevista de Oliveira, há exemplos que podem ser considerados de maus e de bons chefes. Os casos relacionados aos maus chefes são contados com algum tipo de irritação e agressividade, o que parece deixar claro que há ainda alguma ferida na alma do velho sargento, por causa de alguma ou outra celeuma individual. Não seriam mágoas pessoais, mas mágoas institucionais relacionadas às personalidades dos indivíduos que ocupavam determinadas posições sociais.

De qualquer modo, se Oliveira diz que não guardou mágoa do quartel, parece ser verdade, pois, após aposentado, ainda trabalhou como contratado do Exército por mais cinco anos. Se havia alguma mágoa da “Instituição”, guardou-a para si. Ela seria menos importante que o seu desejo de continuar produtivo, pertencendo a uma figuração na qual conhecia muito bem as regras de convívio, sentindo-se seguro, aumentando suas rendas.

4. O RELIGIOSO: ADEIR JOSÉ MOREIRA, SARGENTO DE 1984³⁴⁴

a. Da enxada ao fuzil: primeiras trajetórias

Nascido em 1960, em Conselheiro Pena, Minas Gerais, Adeir foi com os pais, ainda criança, com sete anos, para Umuarama, interior do Paraná. Sua mãe era dona de casa e seu pai lavrador. O próprio depoente fora lavrador até completar seus dezoito anos, deixando sua “enxadinha pendurada no galpão” (MOREIRA, 2011), quando fora para Curitiba, prestar o serviço militar obrigatório.

³⁴⁴ Promovido a 2º tenente, encontra-se na reserva remunerada desde 2008.

Sua socialização primária dera-se de um modo extremamente rígido, guiado principalmente pelo peso da mão disciplinadora de sua mãe. Ele se recorda: “a minha mãe foi muito rigorosa com nós (...) Se ela falasse 'não vai', não vai. Se você fosse, apanhava” (MOREIRA, 2011).

Talvez essa dureza no trato disciplinar tenha influenciado ou, pelo menos, preparado Adeir quanto à escolha de uma profissão tão caracterizada pelo apego à ordem e ao controle. Por diversas vezes em seu depoimento, Adeir compara a dureza de sua socialização militar à rigidez de sua socialização primária. Segundo ele, a pressão e a “sugação” do quartel seriam do mesmo tipo daquelas utilizadas pelos pais, para “estimular” ou exortar os filhos a fazerem algo (MOREIRA, 2011).

No caso do Exército, ele percebe que quando havia pressão de algum tipo, “existia mais coesão dentro do pelotão (...) O pelotão fazia com mais coragem...” (MOREIRA, 2011). No caso da sua família, o fato de terem sido muito pressionados e apanharem recorrentemente teria sido “a maior riqueza nossa! Nós apanhamos, mas não tem um maconheiro dentro de nossa família. Não tem preguiçoso. Não tem um ladrão” (MOREIRA, 2011).

Indo para o Exército, Adeir arremata: “eu dei uma continuidade do que eu tava em casa, é ou não é (...). A pressão, ela nos estimulou a nós ter essa visão, entendeu! Então, eu não tinha preguiça.” (MOREIRA, 2011).

O resultado positivo de sua socialização primária fora a preparação para o processo de socialização secundária, ou profissional, adequando-o ao mundo do trabalho, mantendo-o distante do uso de entorpecentes, que limitariam seu autocontrole e sua capacidade de trabalho. A rusticidade forjada no trabalho rural, no seu entender, facilitou-lhe, na sua fase inicial, sua socialização militar, quando lhe era exigido simplesmente força e explosão muscular. Segundo ele, “a gente vindo da roça, a gente é rústico... A gente carregava uma mochilinha dessas, era fichinha” (MOREIRA, 2011).

Seu desejo de servir ao Exército teve início em 1977, quando seu irmão saiu de casa para cumprir o tempo de serviço militar obrigatório. Seguindo os passos do irmão mais velho, dois anos depois, no mesmo quartel em que o irmão servira, Adeir ingressaria no Exército.

Tendo ingressado no Exército, no 20º Batalhão de Infantaria Blindado, no início de 1979, teve auxílio do acaso e da sua perseverança para nele permanecer. Adeir saiu da roça com a 4ª Série Primária e, desde o início, sentiria que um pouco mais de escolaridade já começara-lhe a fazer falta dentro do quartel. Logo no início do ano houve a seleção para o

Curso de Formação de Cabos (CFC) e Adeir não tinha a escolaridade exigida. Porém, o seu comandante de subunidade, um capitão, determinou que mesmo aqueles que não tivessem escolaridade, mas que fossem voluntários a prestar o concurso, teriam oportunidade de concorrerem ao certame.³⁴⁵ Prestou o concurso e fora aprovado, junto com mais 119 colegas, muitos deles, segundo o depoente, já com o 2º Grau completo. Mas apenas 41 o concluíram.

Adeir pretendia permanecer no Exército o máximo de tempo possível e descobriu que a melhor possibilidade de estender o seu tempo, e de antecipar sua promoção a cabo, seria a realização do curso de motoristas de blindados. Antes disso, precisava de uma carteira de motorista. Habilitou-se em dois meses e, logo em seguida, fez o curso de blindados. Orgulhava-se de ter sido o 5º soldado promovido, numa turma de 36 alunos. Segundo ele, se tudo desse certo, permaneceria no Exército por seis anos, dois a mais do que normalmente um cabo ou soldado fuzileiro ficaria.

Esse seria o curso normal, mas ele seria interrompido com a aprovação no concurso para sargento. Adeir morava em uma república, junto com mais cinco cabos; segundo ele, todos já com o 2º Grau completo. Fora sobremodo influenciado por eles em relação ao desejo de continuar seus estudos. Terminou seu 1º Grau em um supletivo de dois anos. Prestou o concurso para sargento do Exército, em 1982, pela primeira vez. Sem sucesso, continuou a se preparar para o concurso. No ano posterior, teve aprovação, já na idade limite e restando apenas um ano de contrato como cabo. Se não fosse aprovado naquele ano, sairia do Exército. Do seu batalhão, dos cerca de mais de 200 cabos e soldados que, segundo ele, prestaram o concurso naquele ano, apenas ele fora aprovado (MOREIRA, 2011).

Fora para Três Corações, Minas Gerais, fazer o Curso de Formação de Sargentos (CFS). A Infantaria fora sua Arma escolhida, terminado os três meses do chamado Período Básico. Do período em que esteve na Escola, rememora-se com um grau de nitidez maior apenas de um exercício chamado IBC, Instrução Básica do Combatente, no qual havia ficado sete noites sem dormir. Certamente, a excepcionalidade do episódio fora suficiente para

³⁴⁵ Há divergência entre o que narra o depoente e o que prescreve o documento regulador dos graus de escolaridade para o ingresso na graduação de Cabo, à época (assim como hoje), sendo a 4ª Série o grau mínimo exigido. Decreto nº 86.289, de 11 de agosto de 1981, quando criou o Quadro Especial de 3º Sargentos (que seriam compostos pelos cabos já estabilizados e com mais de quinze anos de serviços, não concursados) exigia, no mínimo, o diploma de 4ª série do ensino do 1º Grau, que era a escolaridade mínima exigida para a promoção a cabo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D86289.htm; Acesso em: 13 Mai 2009. Possivelmente Adeir tivesse concluído não a 4ª, mas sim a 3ª Série, na escola rural em que estudou. Essa é a possibilidade mais plausível. A outra possibilidade é a de que o comando de sua unidade houvesse determinado, por conta própria, uma exigência maior que a regulamentar

marcá-lo em sua memória, muito mais do que a relativa linearidade do restante do curso de 10 meses, com suas instruções teóricas e práticas, exercícios no terreno, estudos e provas.

A rusticidade da roça somada à sua potencialização no período de recrutamento uniu-se à sua rotina de estudos, desde o seu curso supletivo, mas adensado ainda mais com a preparação para o exame de admissão à escola de sargentos. Adaptara-se relativamente fácil à rotina de cobranças físicas e intelectuais da instituição de ensino.

Finalizado o curso, não havendo vagas no 20º Batalhão de Infantaria Blindado (BIB), em Curitiba, escolheu servir no lugar mais próximo daquela capital, no 13º BIB, em Ponta Grossa. Lá ficou por três anos e meio, e, em 1988, conseguiu transferir-se para Curitiba. Lembra-se de que, no ano seguinte, fora promovido a 2º sargento. Já em 1990, fizera o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), permanecendo por quase seis meses em Cruz Alta, no 17º Batalhão de Infantaria. Aquela unidade, juntamente com outro batalhão de infantaria, em Santa Maria³⁴⁶, ministrava o CAS para todos os sargentos de Infantaria no âmbito do Comando Militar do Sul.

No retorno do curso, sendo o mais moderno dos 2º sargentos com o curso, assumiu a função de adjunto do PELOPES (Pelotão de Operações Especiais)³⁴⁷, nela permanecendo por quase um ano.

Fora depois para a função de sargenteante e, posteriormente, para a de encarregado de material. De 1996 a 1997, foi transferido para Humaitá, no Amazonas. Em 1997, ano em que foi promovido a 1º sargento, solicitou transferência para Curitiba, e novamente seu nome fora relacionado para o 13º BIB, em Ponta Grossa. Contudo, agora já com mais experiência em relação à dinâmica personalista do Exército e com mais contatos, conseguiu “manobrar” para “cair” diretamente no 20º BIB. Pretendia fazer com que suas filhas estudassem no Colégio Militar de Curitiba (CMC) (MOREIRA, 2012).

No retorno à sua antiga unidade, assumiu uma função considerada chave, no nível das funções desempenhadas por sargentos, que é a de sargento-ajudante, ou sargento-brigada. Segundo Adeir, essa fora a função que mais lhe marcou, juntamente com a de adjunto do Pelopes e a de sargenteante. Certamente, foram encargos de íntimo contato com os oficiais, onde aparecia com uma nitidez – talvez não tão perceptíveis em outras atividades mais

³⁴⁶ 7º Batalhão de Infantaria Blindado, que hoje encontra-se em Santa Cruz do Sul, RS.

³⁴⁷ Os PELOPES foram criados no contexto político da ditadura militar, da Guerra Fria, entre os anos de 1960 e 1970, em todas as unidades de Arma, de nível batalhão, para atuarem como força de ação rápida, empregadas como tropas irregulares, ou seja, eram treinadas para combaterem em ambientes de guerrilha.

anônimas – o resultado do seu trabalho de sargento e a sua participação na complexa rede de interdependências entre os grupos hierárquicos, em três níveis crescentes de organização.

Como adjunto de pelotão, deve ter-se sentido uma importante peça no tabuleiro de xadrez de um pelotão operacional. Segundo o depoente, “No Pelopes, eu trabalhava de adjunto; então eu ficava muito com o comandante” (OLIVEIRA, 2011).

Importante ressaltar que, ao se lembrar de sua época de adjunto do Pelopes, considera os outros sargentos de seu pelotão como seus “três auxiliares” (MOREIRA, 2011). Mostra um discurso que indica que havia diferenças entre militares ditos de carreira e militares ditos temporários; sempre com considerações ou expectativas negativas em relação aos temporários, e positivas quanto aos sargentos de carreira.

Num degrau organizacional acima, desempenhando o encargo de sargenteante, parece ter-se entendido como um ator coprotagonista no tabuleiro de xadrez de uma companhia. Subindo mais um degrau – aliás, o último num quartel de nível batalhão – ao desempenhar a função de brigada, articulou-se a um quadro, ainda maior e mais complexo, de relações funcionais e pessoais, também como coprotagonista. A proximidade com o poder decisório e hierárquico dos oficiais e o tamanho das suas responsabilidades de coordenação faziam com que Adeir se sentisse mesmo um protagonista. Ele mesmo narra que quando

eu de brigada ali, os comandante, o subcomandante muitas vezes ficavam preocupados se ia chegar alguém mais antigo do que eu porque não queria me tirar da função. E muitas vezes eu queria sair da função aí chegava um outro subcomandante e dizia: 'Não! Você vai ficar aí... Porque o Brigada ele liga com o S/1, ele liga com o subcomandante e com o comandante. E você faz...você mantém contato com esses três, é ou não é. A gente pensa que você fica só ali, não. Às vezes o S/1 não, você atende o subcomandante e o comandante! Pra alguns assuntos que às vezes é mais específico, eles não têm condições de saber muitas coisas que estão acontecendo que vêm direto pra nossa mão! Então vai ter que atender ele. Muitas vezes a gente vai lá no PC do comandante tirando alguma dúvida junto com o S/1 porque você é que está por dentro do documento, né. (...) Eu creio que durante meu tempo de 6 anos ali, eu passei por 8 S/1, acho que uns 4 subcomandante e uns 4 comandantes, né. Ali durante esses seis anos. Então foi essa a função que praticamente mais me marcou (MOREIRA, 2011).

Na época em que esteve na tropa, afirma ter tido um bom vigor físico, usando-o como um elemento de liderança, impondo determinados exercícios aos seus recrutas. Segundo ele, tinha consciência de que não podia ultrapassar os limites estabelecidos regulamentarmente. Contudo, parece ter sido muito comum, na sua época, a determinação de autoridade através da imposição de exercícios físicos, acompanhados de coação moral.

Segundo ele,

quando a gente incorporava, até o próprio soldado antigo castigava um pouquinho a gente, né! (...) Mas era sugado se o cara errava, entendeu? (...) Essa sugação era mais para chamar a atenção nesse sentido. Para você manter a disciplina (MOREIRA, 2011)

Segundo ele, “existia algum exagero, como sempre! Houve!” (MOREIRA, 2011). Mas mais como uma exceção do que uma regra. Faz uma comparação desses “exageros” ao abuso de poder policial, reconhecendo que, no Exército, pelo que ele presenciava, o abuso “existia uma vez ou outra”, mas que se chegasse aos ouvidos do comandante da unidade, este mandava reunir os sargentos para chamar publicamente a atenção do militar que havia se excedido (MOREIRA, 2011).

Haveria, então, uma tentativa de se controlar todos os atos dos graduados em relação aos recrutas. Mas os castigos físicos executados nos cantos dos alojamentos, atrás dos pavilhões das companhias, comandados por cabos, sargentos, tenentes ou capitães, ficariam somente nas memórias dos que deles participaram, ou como algozes ou como vítimas. Mesmo os castigos físicos dos quais os comandantes tomavam conhecimento eram por eles categorizados antes de tomarem qualquer medida disciplinar. Os mais exagerados mereciam alguma atenção especial. Valendo lembrar que os comandantes de unidades, no início de sua socialização militar, foram também vítimas de trotes. Depois, ajudaram a conduzir ou, até mesmo, lideraram trotes (CASTRO, 1990, p. 26). Tinha-se esse método socializante como naturalizado no Exército, tanto quanto nas outras forças armadas, como “um rito de passagem que focaliza o aprendizado da hierarquia para a vida militar” (CASTRO, 2009, p. 569), assim como era naturalizado também a violência física e moral na socialização familiar.

b. O fuzil e a cruz: o socializador militar cristão

Em determinada ocasião, já quando na função de sargento-ajudante – que lhe dava um contato mais aproximado com os oficiais do Estado-Maior da unidade –, sentiu um certo nível de liberdade com um de seus comandantes, para solicitar-lhe a possibilidade de reunir todos os recrutas, a fim de passar-lhes alguma experiência motivadora, às vésperas do acampamento do período básico.

Com a finalidade de preparar-lhes psicologicamente para o acampamento, disse aos

recrutas para crerem que cada uma das atividades a serem desenvolvidas no exercício no terreno haveria de ter uma finalidade. Segundo ele,

Cada um tem que ter os seus méritos! Faça o seu trabalho corretamente, então, lá ninguém vai sacanear. Se o cara forçar um pouquinho pra fazer uma coisa ou outra, sugar um pouquinho, mas tem finalidade. Você às vezes vai errar, ele vai te chamar a atenção, e vai mandar você pagar uns canguru! Aí já fica preparado (MOREIRA, 2011)

Mas fora também uma palestra conscientemente moralizante e disciplinadora. Moreira percebeu que estaria assistindo a sua palestra, no fundo do auditório, o chefe da seção de operações do batalhão. Disse aos recrutas que sabia que no meio daqueles cerca de 300 colegas havia “maconheiro” e “ladrão” que iriam permanecer escondidos, mas que se fossem pegos, o destino seria irem embora de maneira desonrada: “Aí eu fui na área da disciplina. Isso aí foi bom para a disciplina do batalhão. Se você mexer no armário, você vai embora, entendeu?” (MOREIRA, 2011).

Ao final da palestra, apelando à emotividade do relacionamento familiar, diz que arrancou lágrimas e depois aplausos dos assistentes. O orgulho por aquela manifestação de reconhecimento o fez pensar: “Que coisa boa!...perdi muito tempo ali já. Porque eu já era primeiro³⁴⁸ ali já, né” (MOREIRA, 2011). A partir desse evento, conta Adeir, que suas portas se abriram e, durante os dez anos seguintes, as suas palestras se repetiram, até mesmo em outra unidade. Conseguiu que o comandante autorizasse a introdução dessa “orientação cristã” no Quadro de Trabalho Semanal (QTS) da unidade (MOREIRA, 2011).

Nessas palestras, os comandantes escalavam também alguns tenentes, e Adeir conta que se sentiu surpreso quando um médico, que seria, segundo ele, alguém com “muito mais conhecimento”, ficara prestando atenção em suas palavras (MOREIRA, 2011). Essas palestras tinham a intenção explícita de comover e sensibilizar moralmente indivíduos que, pela necessidade funcional, deveriam ser dessensibilizados. Uma contradição aparente que pode ser entendida à luz da potencialidade disciplinadora do discurso cristão, proferido por alguém que, para os recrutas, seria relativamente bem sucedido profissionalmente – detentor de um certo *status* no quartel –, mas, ao mesmo tempo, alguém com quem eles se sentissem muito próximos, pelo linguajar e atitudes, tão simples como o deles próprios.

Adeir parecia se sentir quase como um irmão mais velho daqueles recrutas. Apesar

³⁴⁸ Referiu-se à graduação de primeiro sargento.

das diferenças geracionais e do desencontro entre a socialização primária, familiar – Adeir com uma socialização modelar campesina e aqueles recrutas, segundo ele, de origem majoritariamente urbana –, tinham origens sociais similares e estavam sendo profissionalmente socializados por métodos muito semelhantes. Segundo o sargento Adeir, naquelas palestras, ele “trazia a... experiência para eles ali”, contando, de forma moralizante, sua história de vida:

Eu fui pobre, fui criado no mato (...) Nós tinha o desejo de fazer o trabalho... porque sabia que o nosso trabalho ajudava o nosso pai (...) E vocês têm tudo aqui (...) E vocês não dá valor...!? (MOREIRA, 2011).

Um jogo de palavras que potencialmente apascentaria, nos mais crédulos, possíveis atos de rebeldia social, pela exemplaridade da história de um menino pobre, socializado na dura faina da roça, desde criança, que se transforma no sargento-brigada de um batalhão do Exército. Um exemplo de como a dura disciplina imposta pelos pais e, depois, a autodisciplina, aliadas à perseverança e à fé em Deus (afinal essas palestras foram chamadas por Adeir de “orientações cristãs”), poderiam conduzir um homem a uma recompensa de relativa ascensão social (MOREIRA, 2011).

Talvez a intencionalidade disciplinar dessas “orientações cristãs” de Adeir fosse mais profunda do que a condução dos ouvintes a crerem numa continuidade linear entre a socialização primária da família e a secundária do quartel. Nas suas palestras ele se lembra que remetia os assistentes ao relacionamento familiar, dizendo que muitos não dão valor ao pai e à mãe, “não trata bem a mãe...você vai ser tratado conforme a maneira que você vai portar-se aqui” (MOREIRA, 2011). Explícita, portanto, a relação que faz Adeir da socialização primária com a secundária. A diferença, porém, é que, se na socialização primária o símbolo de autoridade, que seria a mãe, pode ser desrespeitado sem maiores consequências, na socialização secundária militar, a disciplina, chamada por Adeir de “doutrina” (MOREIRA, 2012) deveria ser mantida, sob pena de gerar o sofrimento do indisciplinado.

Não podemos subjugar a plausibilidade da analogia entre a autoridade paterna e materna, e a autoridade de superiores hierárquicos. Todavia, possivelmente, a fragilização dos assistentes tivesse um papel ainda mais relevante na intenção disciplinadora, não só dos recrutas, mas também de sargentos, pois, segundo Adeir, “a lágrima descia do sargento ali, sargento ali se comovia...” (MOREIRA, 2011).

Emocionalmente fragilizados, os indivíduos talvez tenderiam a ser mais suscetíveis à passividade diante de coações morais e físicas, como acontece no amplo e continuado processo de socialização militar, principalmente com os recrutas e sargentos novatos, praças a quem as pressões socialmente homogeneizadoras dirigem-se com uma maior violência, particularmente nos rituais de passagem, organizados em campanha, os chamados acampamentos.

Além do desejo de expressar sua fé religiosa, por meio de sua experiência de vida como sargento, Adeir parecia ter consciência plena da função disciplinadora de suas comoventes palavras. E o comandante de sua unidade também. Terminada aquilo que ele mesmo chama de “lição de moral”, vinham as lágrimas, que faziam com que Adeir concluísse que

“quando você mexe na família, quando você mexe na intimidade da pessoa, por mais malvado que ele seja, o cara tem coração, cara! O coração dele... de pedra, com a palavra bem colocada... ele volta a ter um coração de carne. Aí ele vai se sensibilizar, entendeu? Então, ele [o comandante] gostava que eu palestrassem...” (MOREIRA, 2011).

Nesse ínterim, Adeir já havia saído da função de Brigada e ido para a função de monitor do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) do 20º BIB, lá permanecendo por três anos. Ele haveria de lá permanecer por quatro anos, “mas um probleminha que teve aí” (MOREIRA, 2011), o fez ficar somente 3 anos. Não comentou nada a respeito do ocorrido; contudo, o fato parece tê-lo magoado profundamente, pois qualifica a atitude do seu protagonista – seu antigo chefe, cujo nome também prefere não citar – pelo termo “falsidade” (MOREIRA, 2011). Diz ele: “A gente se dispõe todo e às vezes...aproveitam um pouquinho da bondade da gente e acaba nos traindo como aconteceu” (MOREIRA, 2011).

c. Variâncias temporais do “imperativo da afinidade”³⁴⁹

Saído do NPOR, tornou a assumir as funções de Brigada da unidade. No final do

³⁴⁹ Alusão a John Keegan, cuja tese é a de que o comando militar possui 5 imperativos: da afinidade, da prescrição, da sanção, da ação e do exemplo. O da afinidade seria a dupla e paradoxal necessidade de afastamento e de proximidade, do comandante militar, a fim de alimentar em seus subordinados a aura a respeito de sua posição e de suas ordens, e, ao mesmo tempo, alimentar naqueles que são solicitados a morrer sob suas ordens a certeza de que não serão deixados morrer sozinhos. (KEEGAN, 1999, pp. 358-359).

mesmo ano, foi transferido, a pedido (já que o término de sua nomeação no NPOR o exigia) para Manaus, indo servir no 4º Batalhão de Aviação do Exército. O que ele percebeu ao chegar à nova unidade, diferentemente do 20º BIB, é que havia uma união maior entre oficiais e sargentos, segundo ele, “porque os pilotos têm que trabalhar junto com os mecânicos” (MOREIRA, 2011). Mas acredita que “essa aproximação aumentou” também nos outros batalhões de tropa. Ele crê que “lá mais para trás você, às vezes, tinha alguma dificuldade de você chegar até o seu superior” e que havia

uma distância maior entre os graduados e os soldados e os graduados e os oficiais. Então, ficava assim mais separado. Soldado ali. Tudo dentro do seu círculo. Era levado muito a sério nesse sentido (MOREIRA, 2011).

A “diferença” ou o distanciamento entre os círculos era mais nítido e ele seria fruto, como comenta Adeir, de uma “maneira de pensar” da época. Ela impediria a comunicação necessária entre os degraus hierárquicos. A aproximação maior entre as graduações, além de sanar esse hiato comunicativo, teria facilitado o melhor preparo dos subordinados para eventuais substituições dos seus superiores imediatos, “porque muitas coisas você já vai tá sabendo” (MOREIRA, 2011).

Uma maior aproximação tenderia a tornar translúcidas as barreiras impostas aos “outsiders” em relação aos saberes dos estabelecidos. Se antes os saberes, considerados específicos de cada grupo, permaneciam praticamente inacessíveis aos inferiores, com a maior proximidade entre os grupos, esses saberes acabaram perdendo a sua aura de mistério para os grupos hierarquicamente inferiores. Adeir crê que, naquela época, um aspirante chegava na tropa e “não tinha o conhecimento que um 2º sargento tinha (...) Às vezes ele [o aspirante] não queria dar o braço a torcer e ele ficava na dele. O outro (sargento) ficava na dele” (MOREIRA, 2011). O afastamento entre os praças e os oficiais, segundo ele conta, impedia a transmissão de conhecimentos de membros de um grupo inferior mais experiente aos membros do grupo superior, mas ainda inexperiente.

Por outro lado, nos dias atuais, Adeir acredita que “a gente já vê tudo mais próximo” (MOREIRA, 2011). Aliás, muitas coisas haviam mudado desde a sua incorporação no Exército. Mas “essa mudança foi gradativa. Não houve mudança repentina”. O Exército estaria seguindo o mesmo sistema, disciplinar e hierarquizado, mas com “um povo com a mente mais aberta, acompanhando a evolução” (MOREIRA, 2011). Essa evolução à qual ele se refere relacionar-se-ia às novas tecnologias, tanto bélicas como as de comunicações, que

acabaram interferindo no relacionamento humano. Apesar dessas mudanças, ele acredita que muitas coisas permanecem. Além da rotina dos trabalhos no quartel terem permanecido a mesma durante os seus quase 30 anos de serviço, no aspecto do respeito à hierarquia, “independente se você tá mais ligado ou mais...próximo...isso não mudou não” (MOREIRA, 2011).

Para o velho sargento, atualmente, em regra, os oficiais recém-chegados da academia militar estariam mantendo um melhor e mais aberto relacionamento com os praças, e estes, por sua vez, estariam contribuindo mais com a sua experiência e até mesmo aconselhando-os: “O pessoal sabe que ele tá mais próximo...ajuda mais” (MOREIRA, 2011).³⁵⁰

d. Obscurantismo e fetiche do saber universitário

Outra mutação importante, constatada pelo depoente, fora em relação à intelectualização dos sargentos e às suas expectativas quanto à carreira. Adeir conta que, naquela época – talvez se referindo aos anos 70 e 80 –, era mais raro haver sargentos que se interessassem pela continuidade em seus estudos.

Oficialmente, o ensino fundamental era o padrão desejável para os sargentos e ultrapassar essa bitola educacional não era muito fácil para um sargento. Tolerava-se, em geral, cursarem o ensino médio. Raros eram os oficiais que estimulavam seus estudos além daquele grau. Havia um constrangimento, muitas vezes velado, de alguns oficiais, no sentido de pelo menos dificultarem os sargentos, e praças de um modo geral, de se educarem além do conhecimento colegial. Não era uma exclusividade das classes superiores militares essa política obscurantista, já que ele fora um pensamento predominante no Brasil, pelo menos desde o início do século XX. Em 1920, observaria um estrangeiro, que as classes dirigentes, não eram favoráveis ao ensino das massas, pois o trabalho braçal que elas demandavam não requeria educação, “a qual a seu ver só produzia insatisfação, agitação e greves” (MCCANN, 2009, p. 293)

Do lado militar, para ficarmos apenas com um exemplo, o general Setembrino – que, em 1925, fechou a Biblioteca do Exército, permitindo que seu acervo, reunido desde 1881, se

³⁵⁰ É bem provável que essa “proximidade” aumentada ao longo desses últimos anos, entre oficiais e sargentos, deriva-se das semelhantes condições sociais originárias dos indivíduos ocupantes dos dois grupos funcionais. Para condições sociais dos cadetes da AMAN formados no final da década de 1980, ver: CASTRO, 1990, pp. 139-142.

dispersasse –, dispararia certa vez que “uma praça analfabeta com uma 'memória virgem' aprendia e recordava suas obrigações mais facilmente do que outro com alguma educação” (MCCANN, 2009, pp. 297-298).

Mais de meio século depois, num depoimento prestado em 1981, a respeito da educação formal das praças, o general Antônio Carlos Muricy acreditava que:

Um aluno de ginásial já exerce praticamente todas as funções que podem ser exercidas por um soldado ou mesmo por um sargento. Não precisa mais do que um grau... nem é colegial, é ginásial. (...) Na minha opinião, para atender à grande maioria das funções militares, o conhecimento ginásial - nem colegial - é suficiente. Porque mesmo os aparelhos mais sofisticados, que são os radares, vão ser usados, mas não vão ser consertados. Às vezes até um homem de poucas luzes, mas hábil, é melhor.³⁵¹

Na geração de Adeir Moreira, esse estado de espírito parece ter permanecido, pelo menos em parte, entre a oficialidade. Em relação aos sargentos que tinham pretensões de seguir seus estudos, o depoente afirma que

Uma pressãozinha sempre houve, né, para não... para que a pessoa...Eu creio que isso dificultou muita gente. Isso eu não posso negar que houve, apesar de eu não ter feito, mas muitos reclamavam disto aí (MOREIRA, 2011).

Além da “pressãozinha” por parte dos oficiais, Adeir credita como embaraço à dedicação aos estudos a maneira braçal pela qual se desenvolvia a rotina dos quartéis. Segundo ele, utilizando-se do exemplo da atividade burocrática, “era tudo na maquininha...” (MOREIRA, 2011). O emprego de baixa tecnologia, além de não exigir saberes complexos – como afirma o general Muricy, linhas acima –, desestimulava sua busca, por causa do baixo rendimento da mão de obra dos sargentos, ocasionando, não raro, a necessidade de permanência nos trabalhos após o expediente normal.

Não somente a pesada rotina dos quartéis, como também o efetivo reduzido e a pressão do grupo dos oficiais dificultavam a vida dos sargentos. O espírito coletivista – ainda que, na maioria das vezes, muito mais discursivo do que prático – de suposta igualdade de deveres e direitos dos sujeitos envolvidos, dentro de um mesmo subgrupo hierárquico, também cumpria um papel importante em tolher indivíduos, em seus objetivos extramuros. Os próprios membros mais antigos do grupo dos sargentos exerciam considerável pressão

³⁵¹ MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. Dat., p. 679. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

sobre os colegas. Para Adeir, o cumprimento das suas obrigações, “como os outros”, se não impedia, dificultava bastante os sargentos de quererem prosseguir seus estudos (MOREIRA, 2011).

Não obstante, segundo pensa Adeir, nos dias atuais,

está mais fácil. Às vezes até para manobrar no trabalho (...) até os próprios comandantes estão vendo isso aí já com uma outra... inclusive apoiando, né (...) Então, não tá tendo mais essa perseguição que houve no passado (MOREIRA, 2011).

O depoente reputa essa transformação não a um conjunto amplo de fatores sociais, no nível global, mas a uma causa interna ao Exército. Para Adeir, essa mudança deveu-se à abertura de uma nova oportunidade de acesso dos sargentos ao oficialato, com a criação do Quadro Complementar de Oficiais, em 1989. Segundo ele, passou-se a haver o temor de denúncias aos escalões superiores, a respeito do impedimento de sargentos a frequentarem cursos universitários. Assim, “todo mundo abriu a guarda”, passando-se a haver mais “liberdade e apoio para você fazer outros cursos” (MOREIRA, 2011).

e. Objetivação do controle disciplinar

Outra alteração que o depoente cita, de enorme alcance, quanto à socialização dos sargentos, e de todos os militares de uma maneira geral, fora o aspecto das suas garantias individuais, baseadas na constituição federal de 1988. Segundo ele, naquele passado recente, aqueles que acionavam o Exército, ou algum comandante, eram basicamente aqueles que haviam sido excluídos do Exército e, sentindo-se injustiçados por terem sido postos na rua, com aval de médicos militares atestando-os plenamente saudáveis, mesmo estando com problemas de saúde (MOREIRA, 2011).

Normalmente esses casos de exclusão davam-se após acidentes com esses militares, muitas vezes sofridos em atos de serviços. Ou seja, eram exclusões que iam de encontro às normas legais, legitimadas por um laudo médico, visando um nem sempre objetivável interesse do Exército. Formalmente, segundo o depoente, o comandante possuía um amparo relativo, pois

quando o médico dava o laudo...aí o comandante tinha todo o apoio porque tem que obedecer o laudo médico (...). Ele é licenciado, depois ele corre atrás da justiça (...) Isso eu aprendi muito porque eu de Brigada ali, tinha muito processo (...). Passava

tudo na minha mão (MOREIRA, 2011).

Nada garantia, porém, que os médicos não pudessem ser coagidos pelos seus próprios comandantes a fornecerem laudos tendenciosos, à sua decisão, podendo negar a condição real de saúde do indivíduo. Diante da naturalizada autocracia com que se encarava o ato de comandar, em alguns casos, os limites impostos podiam ser reduzidos a possíveis coações desses comandantes, em relação aos seus subordinados médicos, a maioria dependente do aval de seus comandantes, para renovarem seus contratos no Exército.

De qualquer maneira, não são mais somente nesses casos que os subordinados passaram a compor representações no Judiciário, mas em quaisquer atos ou fatos administrativos dentro dos quais os militares possam se achar injustiçados.

A cúpula do Exército, por sua parte, parece ter-se movido no sentido de centralizar o poder punitivo nas mãos dos comandantes de unidade mais experientes e a tornar esse poder punitivo cada vez mais objetivado, limitado por determinações regulamentares. Tentou-se, talvez, minimizar os excessos, para minimizar também as demandas judiciais por atos de abuso de poder.

O depoente confirma que “na época passada, se excluía bastante pessoas...porque na época era tudo mais rigoroso” (MOREIRA, 2011). Capitães comandantes de companhia podiam imputar a pena de prisão a qualquer um de seus subordinados; atualmente “o comandante de companhia não pode dar mais prisão” (MOREIRA, 2011). A centralização dessa autoridade punitiva, conclui Adeir, fez com que se diminuíssem as exclusões, tendo em vista que, segundo ele, a figura do comandante da unidade seria “um pouquinho mais maleável” (MOREIRA, 2011). Subindo a cadeia hierárquica de um batalhão, até que a solicitação de uma punição a um praça chegasse ao conhecimento do comandante da unidade, o ímpeto punitivo acabaria perdendo seu fulgor durante a trajetória e seria substituído por critérios mais objetivos de avaliação.

Além disso, passou a existir, no início dos anos de 2000, o direito à ampla defesa, que passou a garantir ao acusado três dias para se defender formalmente. A adoção dessas formalidades – e a abertura à potencialidade de sua utilização, numa futura demanda judicial –, e um tempo maior de resguardo entre a transgressão e a ação punitiva, acabaram impondo, aos poucos, o surgimento de uma relativa coibição de rompantes punitivos, protagonizados pelas subjetividades muitas vezes imaturas dos detentores do poder de punir.

Nesse aspecto em especial, o “hoje”, para Adeir Moreira, é delimitado como um

tempo diferente d' "aquela época", em que não havia direito formalizado de resposta por parte do transgressor. Hiperbolicamente Adeir atesta que, em muitos casos, as punições nem se relacionavam diretamente a transgressões reais, bastando apenas "o cara olhar para tua cara, [e] o capitão...que é normalmente um cara novo, né (...) não acochambrava muito não" (MOREIRA, 2011). Ainda que o exagero seja explícito nesse exemplo, o depoente deixa claro que a atenção em relação à gravidade do ato, merecedor de punição, dependia sobremaneira do alvitre subjetivo do punidor e da qualidade das relações que punidor e potencial punido mantinham. Esse modelo disciplinar pouco controlado em seus aspectos subjetivos, bastante emocional, fazia com que as punições e, em última instância, as exclusões acabassem sendo banalizadas e, muitas vezes, o desejável fundo de justiça do ato de comandar e de disciplinar acabava sendo eclipsado pelo personalismo passional do oficial na função de comandante de companhia. Retirar dos capitães o poder de aplicar as punições mais rigorosas parece ter sido sentido por Adeir como um ganho em controle objetivo e para a disciplina.

Mas Adeir aponta uma outra mudança, havida no seu período de militar da ativa, que, talvez, indique uma forte influência da sociedade, em seu nível macro, em relação à socialização militar. Segundo ele, no passado, "havia uma união muito boa do pessoal, porque você dependia um do outro... existia uma dependência maior. E hoje em dia eu creio que existe uma independência maior" (MOREIRA, 2011). O papel da tecnologia teria um papel fundamental nessas mudanças, pois, segundo sua lógica, no passado, com muito menos ferramentas tecnológicas para se desempenhar seus trabalhos, cada um dos militares acabava dependendo mais uns dos outros. Além disso, em complemento à observação feita linhas atrás – e que não deixa de ser paradoxal em certo sentido – Adeir crê que a aproximação maior entre os grupos hierárquicos deu-se de maneira concomitante ao crescente individualismo que tem crescido, segundo ele, nos dias atuais.

A experiência de vida militar de Adeir José Moreira, iniciada em 1979, findou-se em 2008, com sua ida para a reserva remunerada. Alguns meses antes, fora designado para servir no 4º Batalhão de Aviação do Exército, em Manaus, mudando-se para a capital amazonense, com toda a sua família. Porém, diante do choque cultural, sua esposa e filhas retornaram sozinhas para Curitiba. Com as filhas no Colégio Militar de Manaus, Adeir solicitou, em caráter excepcional, transferência delas para o Colégio Militar de Curitiba, sem que ele tivesse sido transferido. Segundo o depoente, o próprio general do órgão gerenciador dos colégios militares do Exército havia ligado para o comandante de seu batalhão, a fim de se

inteirar do problema (MOREIRA, 2011).

Esse é um tipo de memória construída bastante comum entre os sargentos, uma memória que estabelece uma relação de intimidade com representantes de instâncias elevadas de poder. Ela parece ter uma finalidade muito específica de, dentro de uma coletividade anônima, monumentalizar sujeitos, a fim de dar um sentido mais elevado à sua existência pessoal por via indireta daquele sujeito monumentalizado como fonte de poder. Longe de afirmar que o fato não tenha ocorrido, digo que a memória nesses casos torna-se extremamente seletiva e – diante da importância dada ao fato de se considerar importante a ponto de um general se interessar diretamente por seu caso – faz questão de se recordar desses elementos chave, e não de outros.

Fora autorizada pelo general a sua solicitação e feita a manobra de transferência das suas filhas, acompanhadas da esposa, para Curitiba.

Adeir terminou sua carreira de praça sozinho. Morando no quartel, aguardara ansioso por sua promoção a tenente. Ela lhe daria um vencimento um pouco melhor para o resto de sua vida de aposentado. Mas teve que esperá-la por mais de dois anos além do tempo mínimo necessário para sua aposentadoria.³⁵² Fora paciente.

Adeir Moreira parece não ter construído uma perspectiva negativa em relação à sua vida militar. Conta ele que, caso tivesse permanecido em Curitiba, até sua promoção ao oficialato, talvez ainda estivesse na ativa “esperando para sair capitão” (MOREIRA, 2011), atualmente o último posto possível na carreira de um sargento. Mas pelo afastamento da família e da terra que havia feito sua, resolveu não esperar por próximas promoções e preferiu se aposentar. Havia sido uma disposição indicativa de que, ainda que os elementos profissionais tenham sido preponderantes na vida do depoente, os fatores familiares, em última instância, tiveram um peso relativamente maior nesta decisão de extrema importância; a de encerrar sua carreira antes de atingir seu ápice. Se por vontade própria permaneceria, a família distante o fez alterar seus planos.

³⁵² O tenente Adeir Moreira, em 2008, tinha, além dos vinte e oito anos e alguns meses de efetivos serviços, oito meses contados em dobro por sua permanência de dois anos em guarnição de fronteira de 1ª Categoria, passados em Humaitá-AM, e duas Licenças Especiais, de seis meses cada uma, também contadas em dobro.

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV – VOZES AINDA (IN)CONTIDAS: OS SARGENTOS, SUAS REPRESENTAÇÕES E A SOCIALIZAÇÃO MILITAR ENTRE AS DÉCADAS DE 1990 E 2000.

1. O OPERÁRIO-BACHAREL: ENTREVISTADO Nº 5,³⁵³ SARGENTO DE 1991.

a. Êxodo rural e infância pobre: o jovem operário

Nascido em 1970 no interior do estado do Rio Grande do Sul, o entrevistado possui uma histórico social muito semelhante ao histórico dos outros depoentes, todos eles de origem bastante humilde. Morando na zona rural, seu pai era pequeno agricultor e sua mãe, semialfabetizada, fora dona de casa. Logo depois de nascido o depoente, a família de quatro filhos mudou-se para a cidade, numa perspectiva de melhores oportunidades. Pouco tempo depois, porém, já adoentado, seu pai deixou viúva sua mãe e órfãos os quatro filhos. O depoente contava, nessa época, com dois anos de idade.

É necessário um adendo, no sentido de indicar que esse exórdio das origens do depoente não pode ser tomado como uma lembrança direta do vivido, mas sim como uma reminiscência emprestada do ouvir contar, por parte de seus familiares mais chegados, principalmente a própria mãe e os irmãos mais velhos. Sem idade ainda para compreender a dinâmica do seu ambiente, com o passar do tempo, o depoente fora tomando emprestadas as narrativas de seus familiares, a respeito da matéria primal de sua identidade, a fim de “fabricar”, a partir desse conjunto de memórias recortadas, a sua própria. Tudo isso realizado por meio de um processo coletivo, lento, cambiável e quase natural. A memória individual não se encapsula; porquanto, para evocar seu próprio passado, uma pessoa necessita recorrer às lembranças dos demais, se remetendo-se a pontos de referência que são fixados pela sociedade. Halbwachs supõe que

o funcionamento da memória individual não é possível sem estes instrumentos que

³⁵³ O depoente solicitou sigilo, tendo em vista estar ainda na ativa e sujeito a graves sanções disciplinares, por conta de opiniões pessoais, a respeito de fatos relacionados ao Exército e pessoas que, de uma maneira ou de outra, o representam.

são as palavras e ideias, que não são inventados pelo indivíduo, mas que vêm dadas pelo seu entorno” (HALBWACHS, 2004, p. 54).

Entorno difícil, particularmente para sua mãe, viúva e com 4 filhos às suas expensas. De dona de casa no sítio, ela teve que se transformar em balconista, telefonista, auxiliar de limpeza e do que mais aparecesse de trabalho. Com acidez e bom humor, o depoente comenta que sua mãe “sempre fala que ela trabalhou em tudo que ela podia trabalhar e, se ela fosse outra, ela teria se prostituído, porque era muito mais fácil... (risos)” (Entrevista 5).

Irmão mais novo entre os quatro filhos, o depoente diz ter tido uma infância pobre. Contudo acredita que seus irmãos mais velhos tiveram ainda menos sorte, pois viram-se obrigados a estudar todo o ensino fundamental em escolas municipais. Com essa narrativa, o depoente parece compor uma correlação muito íntima entre pobreza material e inferioridade qualitativa do ensino nas escolas públicas. Correlação que coaduna com um discurso historicamente construído no Brasil, por fortes influências de um pensamento economicamente liberal implantado no país, a partir dos anos de 1990.

É provável que à época em que o depoente cursara o ensino fundamental não havia ainda uma correlação sedimentada nesse sentido, e que essa observação seja muito mais resultado de uma construção discursiva recente do que fruto de uma memória da época, especificamente o início dos anos de 1980. É novamente Maurice Halbwachs que ajuda a explicar esse fenômeno de amálgama entre passado e presente na memória do depoente. Segundo ele, o que vemos hoje se situa no contexto de nossas antigas lembranças e estas se adaptam ao conjunto de nossas percepções atuais, tudo isso acontecendo como se confrontássemos diversas testemunhas e diversas temporalidades (HALBWACHS, 2004, p. 25).

Da 5ª à 8ª série, por meio de uma bolsa de estudos, fez seus estudos numa escola privada, regida por padres católicos. Segundo ele, nesse período ele percebia que a família havia começado a sofrer bem menos as ações da pobreza, pois seus irmãos mais velhos já trabalhavam e podiam ajudar na renda da família.

Ao terminar o ensino fundamental, com cerca de 14 anos de idade, fora aprovado em um concurso público para estudante e aprendiz da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), permanecendo na condição de aprendiz de 1985 a 1987. O curso de Mecânica Industrial exigia um estágio como trabalhador aprendiz, que seguia a rotina de trabalho de um chão de fábrica, com horários relativamente pouco rígidos: “pô, serviço público” (Entrevista 5).

Ao término do seu estágio, fora contratado por uma metalúrgica que produzia escapamentos automobilísticos. Acostumado com a rotina de horários pouco rígida da RFFSA, chegou a ser repreendido pelo supervisor da metalúrgica ao se preparar para o almoço cerca de 15 minutos antes do horário previsto. Fora obrigado, por vezes, a trabalhar em horas extras, com a finalidade de cumprir as metas de produção da empresa. Nesses dias, trabalhava cerca de quase 14 horas diárias. Diante dessa vida de muito trabalho e baixos salários, pergunta-se o depoente: “qual seria a opção?” (Entrevista 5). As que ele visualizava seriam o trabalho no comércio, como balconista, algum tipo de trabalho na Universidade Federal de Santa Maria ou a vida militar. Santa Maria, nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, era a maior guarnição do Exército no interior do país, perdendo apenas para a guarnição do Rio de Janeiro. As ofertas de emprego, portanto, eram fartas. Além disso, os vencimentos eram suficientes para darem um mínimo de conforto, levando-se em consideração a média do que ganhava na metalúrgica. Militar “conseguia ter um carro bom, ele conseguia transferência. Ele conseguia um padrão de vida que tu não conseguia no comércio, né. Trabalhava menos e ganhava mais” (Entrevista 5).

b. O Exército como opção de ascensão social: vida de soldado

Diante dessas perspectivas, o depoente, junto a amigos de infância, montou um grupo de estudos para o concurso de admissão ao Curso de Formação de Sargentos (CFS), realizado anualmente pelo Exército. Porém, nesse ínterim, fora convocado para o serviço militar obrigatório, no ano de 1989. Segundo o depoente, de um modo geral, o nível de escolaridade era relativamente baixo entre os soldados e cabos. Ele se recorda que havia um cabo com somente a 3ª série primária e que quem possuísse a 8ª série, como recruta, acabava se destacando dos demais colegas. O depoente possuía a 1ª série do ensino médio e sente que fora bastante beneficiado pela sua escolaridade considerada avançada, na época, para um recruta.

Vindo de um intenso ritmo de estudos, na preparação para o concurso do CFS, o depoente disse ter errado apenas uma questão na prova para o Curso de Formação de Cabos (CFC), que realizou cerca de 3 meses após sua incorporação ao Exército. Um dos primeiros colocados na seleção intelectual, começou o curso para a qualificação em usinagem e

tornearia, por causa da experiência já adquirida na Rede Ferroviária e na metalúrgica onde trabalhava.

No final do curso, como numa espécie de ritual de passagem daqueles soldados, que estariam aptos a serem cabos, houve um exercício militar no terreno, com acampamento, por quase uma semana. No penúltimo dia, houve a distribuição de munições de festim para a realização de uma simulação de ataque, emboscada e captura de prisioneiros. Terminado o exercício, fora determinado pelo sargento de dia que aqueles recrutas que ainda tinham munições de festim sob sua guarda as usariam na manhã seguinte, para acordarem os demais, o que no jargão militar é conhecido por “alvorada festiva”. Conforme combinado, na manhã seguinte, desencadeou-se a sequência de tiros por aqueles indicados. Contudo, algo inusitado veio a estragar a festa daqueles jovens soldados alunos que haviam completado a parte mais desgastante de seu treinamento no curso. Um dos colegas de curso, este já soldado com mais de um ano de serviço, já experiente, ainda embriagado pelo sono e também pelo álcool consumido na madrugada anterior, afastou-se da área das barracas dos soldados, indo desembocar na barraca do tenente comandante da companhia (Entrevista nº 5).

Não conseguindo identificar o atirador – que parece ter saído correndo logo após descoberto da gafe –, aquele oficial mandou reunir toda a companhia e perguntou quem havia atirado em sua barraca. Como ninguém acusou a autoria do disparo, astutamente o tenente vistoriou os fuzis de cada um dos soldados. Aqueles cujos canos estavam quentes foram separados dos demais, contando com o auxílio daqueles colegas soldados que não haviam atirado e que possuíam um espírito de lealdade para com os colegas pouco desenvolvidos. As sanções àqueles envolvidos foram duras, sendo desligados do curso de formação de cabos e punidos, logo que retornaram ao quartel (Entrevista nº 5).

Esse episódio tragicômico, narrado pelo depoente parece um bom indício de como o consumo do álcool era associado à rotina dos acampamentos e dos exercícios fora do aquartelamento, apesar de ser coibido no aquartelamento. Uma aparente contradição que demonstrava como a socialização dos praças se desenvolvia, em meio às delimitações distintas de espaços de sociabilidades, categorizados conforme seus usos e costumes. No aquartelamento, o dever da representação de uma moralidade contida e de conduta ilibada é típico do servidor do estado e exemplo ao cidadão comum. No acampamento, cuja rotina era de intensas pressões psicológicas e físicas – em época de paz, condição simulada e controlada mais próxima que se poderia chegar de um evento bélico –, havia o dever da superação e da

mais ou menos disciplinada agressividade. Momento moralmente menos rígido, onde o controle individual sobre a sua agressividade perde valor em detrimento das pulsões exageradamente viris de sobrevivência num ambiente hostil. Momento em que o consumo de álcool destilado, simbolismo importante das sociabilidades tipicamente masculinas, pode vir a ser liberado, como parte simbólica dessas manifestações de virilidade individual. O consumo desse destilado opera como um reforço social da virilidade, quase como uma prova de que o grupo é composto realmente de homens, não de crianças, nem de afeminados.

Havia uma legitimação orgânica para o consumo do álcool, já que ele supostamente tinha a função de aquecer os corpos dos soldados, normalmente submetidos ao frio intenso e encharcados por longos períodos. Principalmente nas regiões de clima frio, a cachaça era distribuída aos soldados juntamente com o almoço.

No campo era normal, né. A galera levava conhaque, cachaça, né. O próprio subtenente pagava, na hora da refeição, uma cachaça pro cara tomar, não é (...) Os oficiais, todo mundo! Era meio que padrão. Subtenente levava como um material de acampamento. Ele levava o arroz, o feijão, tal , e a cachaça. Tinha que ter cachaça. (Entrevista 5).

Para alguns, o alcoolismo crônico acabava sendo a funesta consequência desse acesso fácil e incentivado, até mesmo no ambiente profissional. Segundo o próprio depoente:

Os cabos estabilizados, jurunas, tudo cachaceiro! Teve um ou dois lá que morreram de cirrose. Tinha o Homero que era um sargento QE. O Homero tinha perdido um dedo já numa máquina, por causa da pinga. Eu me lembro que ele tinha um vidrinho, né. Um vidrinho não, uma garrafinha daquelas da Coca-Cola, aquela Coca-Cola pequenininha, retornável, no armário. Então ele ia lá e pum! Dava um gole e trabalhava. (Entrevista 5).

Ele arremata que, nesse ambiente de irresistível força do coletivismo, “quem não tomava cachaça, tava errado” (Entrevista 5).

Ao mesmo tempo, contudo – conforme dito linhas antes – havia uma posição contraditória da oficialidade em relação ao consumo do álcool pelos praças. Como dito, o consumo de álcool, no quartel, parecia ser considerado moral e disciplinarmente pernicioso. O caminho encontrado pelos oficiais, para solucionarem problemas relacionados ao uso abusivo do álcool, pelos seus praças, normalmente possuía um farol moralizante. Os objetivos e os métodos eram os disciplinares. Foi o caso de um cabo corneteiro que o depoente presenciou sendo preso por ordem do coronel comandante, por ter errado um toque de corneta, devido à

sua visível embriaguez. “Volta e meia ele chegava meio chumbado no quartel. E o coronel vinha marcando ele já de tempo” (Entrevista 5).

Não mais no aspecto coletivo, mas sim no individual, o álcool talvez fosse utilizado como uma válvula de escape em relação às rígidas pressões disciplinares do Exército, que, para alguns, talvez fossem insuportáveis, sem o amortecimento dos sentidos, oferecidos pela substância.

Era uma coisa natural assim, né. A punição, a prisão, a detenção, o pernoite, né. Não tinha nada de apresentar justificativa, não. Chamava o cara na tal da “Hora do Pato” lá e... mais nada. Mas era só formalidade pra dizer que o cara foi ouvido. Eu nunca vi, principalmente recruta, né. Todos os caras que iam na tal da “Hora do Pato”, tavam punidos. Já sabiam que a “Hora do Pato” era a punição, né (Entrevista 5).

Muitas vezes as punições eram documentadas somente na subunidade onde o praça era alocado, e o comandante de sua unidade sequer tomava conhecimento das punições que ocorriam em sua unidade. Regulamentarmente, o pernoite em casa seria uma concessão dos oficiais em relação aos praças, seus comandados. E muitas vezes os oficiais determinavam a suas praças que dormissem no quartel, como forma de punição por alguma falta. Nesse ponto, há outra funesta contradição entre a manutenção da disciplina coletiva e das individualidades. A maioria dos processos relativos às punições era descentralizada e pouco burocrática. Isso estimulava um certo exagero nas punições dos praças e a banalização de suas aplicações. Por outro lado, como não iam para a ficha disciplinar das praças, a sensação de que não causavam prejuízos às praças podia ser bastante real entre os oficiais, que supostamente estariam somente cumprindo as determinações de sua posição funcional. Informalmente punidas, as praças quase que tinham a obrigação moral de gratidão, por não terem maculadas suas fichas disciplinares.

O poder de ir e vir das praças, sob domínio regulamentar dos oficiais, mostra como o diapasão de poder vibrava vigorosamente nas mãos dos oficiais. A liberdade postural deste grupo, no trato com os seus subordinados apresentava uma matiz bastante ampla, muitas vezes fazendo com que as tensões nos níveis inferiores da hierarquia sofressem vultoso crescimento. O depoente conta que quando era soldado havia um capitão que “tratava o soldado que nem cachorro” (Entrevista 5), e um tenente que “até espada ele enfiou num soldado lá, uma vez” (Entrevista 5).

Não obstante, as tensões e os atritos com os praças nem sempre tinham como pivô um oficial. Os próprios praças de graduações diferentes se digladiavam disciplinarmente entre

si, ou – algumas vezes, como resultado do duelo disciplinar de forças desiguais – fisicamente. O álcool era atrelado à disciplina, não mais como um elemento estimulante à masculinidade ou, ainda, a uma catarse passiva das angústias existenciais das praças, mas, sim, como elemento desinibidor das pulsões de agressividade e diminuidor do autocontrole individual. Mais próximos dos soldados, os sargentos – mantenedores diretos da sua disciplina – eram os alvos preferidos das pulsões recalcadas dos soldados. Isso parece significar que os sargentos causavam graves tensões entre os soldados, com seus rompantes de violência e trato grosseiro. No quartel onde serviu como soldado, conta o depoente, havia sargentos que nem os próprios sargentos com eles tinham afinidade. De um modo geral, parecia não haver um relacionamento muito amistoso entre sargentos e soldados. Mesmo aquele sargento considerado “tranquilo” ou “gente boa” – conforme as categorizações dadas pelo próprio depoente, “na parte militar, ele arrojava (...). O cara podia ser tranquilo. Mas era militar” (Entrevista 5). Ser militar, nesse sentido, significa não abrir mão de suas prerrogativas hierárquicas e, por conseguinte, de sua função disciplinadora, em relação aos subordinados, exigindo-lhes enquadramento e marcialidade no trato: “durante o serviço, pegava aquele sargento que era tranquilo, o cara se transformava” (Entrevista 5).

Talvez, muito por conta disso, havia uma tensão permanente entre os soldados e os sargentos. Possivelmente, uma tensão ainda maior do que entre os soldados e os oficiais, tanto pela proximidade entre os grupos como pelo efetivo do grupo de sargentos, numericamente maior do que o efetivo de oficiais e, por isso, percentualmente, talvez, mais sujeito a indivíduos dados a exacerbações de poder.

Segundo o depoente, “soldado não gostava nem do sargento, nem do oficial. Essa era a regra.” (Entrevista 5). Mas as desforras dos soldados normalmente eram aplicadas a sargentos. Sendo comum haver, no âmbito das subunidades, confraternizações de final de ano, era normal, segundo ele,

soldado que está dando baixa sair na porrada com sargento (...) Porque o sargento, ele tinha um contato mais direto. O oficial não. Mas o sargento? Nossa! Eu vi várias pancadarias lá. Como soldado e, depois, como sargento. O cara tomava umas cachaças e aí ele queria tirar o recalque (...) Por causa desse tratamento (Entrevista 5).

Os oficiais e sargentos sentiam-se à vontade para externarem aos soldados comuns seus rompantes de violência física e moral, fortemente temperados por um incontido sadismo,

numa relação de mando, que aparentemente unívoca, estabelecia a passividade e a inferioridade plena dos subordinados diante da atividade e superioridade integral dos superiores. Passividade e inferioridade que possuem algumas facetas apresentadas pelo discurso do depoente. A primeira delas é a desumanização dos soldados nas suas figuras de linguagem: o capitão que “tratava os soldados que nem cachorro”. Outra é a representação do domínio fálico, através da espada do tenente, que, num determinado dia, penetrou nas carnes de um soldado. Outra, ainda, é a própria conjunção carnal, com a quebra do tabu homossexual entre oficiais e praças, numa história contada pelo depoente já no final de sua entrevista:

Os dois eram de Santa Maria. O capitão era solteiro. E o sargento era casado (...) Eles eram amigos e tal. E aí, a mulher do sargento saiu pra fazer alguma coisa. Aí voltou e pegou os dois no... (Entrevista 5).

Desde a desumanização até a sodomização, passando pelo trato brutal, essas três são apenas facetas das potencialidades sádicas que podem se desenvolver com esse modelo de mando, e nos tabus que ele estabelece, quase sempre baseados na atividade e superioridade de uns, e passividade e inferioridade de outros.

Parece, porém, que essa relativa liberdade para externar o mando sádico tinha limites muito bem estabelecidos. Esses limites eram traçados pelo peso da moeda de troca que cada um podia oferecer em cada uma de suas funções. Esse era um fato nada exclusivo do Exército. Levi Bucalem Ferrari, a partir do estudo de Michel Crozier, sobre o fenômeno burocrático, conclui que

Nas organizações mais burocráticas é possível encontrar-se com maior frequência o caso de funcionários de escalões inferiores que, ocupando uma posição estratégica, desempenham um papel decisivo na solução de assuntos importantes. Isto acarretalhes privilégios exorbitantes onde a regra seria a igualdade (FERRARI, 2006, p. 120).

Em relação ao Exército Brasileiro, mesmo a arraia miúda, representada por determinadas funções exercidas pelos soldados, era alçada a posições muito próximas do poder decisório de um quartel, fato que, por si só, faziam-nos soldados privilegiados em relação aos demais. O depoente testemunha que “tinha aqueles diferentes. Às vezes tu é o cassineiro, o Ajudante de Ordens, então o tratamento era diferente” (Entrevista 5). Foi o caso do depoente que, não somente fora testemunha ocular, mas vivera uma vida de um soldado “diferente”. Logo no final de seu ano de serviço militar obrigatório, o depoente fora escolhido

Ajudante de Ordens. Mesmo desligado do Curso de Formação de Cabos (CFC), ainda assim, segundo ele – como queria cursar a escola de sargentos –, sentia-se vocacionado à profissão e esforçava-se por fazer seu melhor. Além de quase ter tirado nota máxima no exame para o CFC, e de sua escolaridade ser considerada alta para a época (1ª Série do ensino médio), o depoente reputa ter sido escolhido para a função de ordenança pelo fato de sempre andar com o fardamento impecável, coturno brilhando, cabelo cortado.

Partia-se do princípio que o soldado Ajudante de Ordens era um bom soldado, né. Ele era escolhido, ele era garimpado. Então tinha que ter um perfil, tinha que ser escolaridade boa, para a época. A gente tinha que andar sempre no padrão (Entrevista 5).

As punições deviam ser realmente muito comuns, nessa época, pois, mesmo já contando com duas punições, em um ano, o depoente foi escolhido ordenança pelos seus dotes que demonstravam simbolicamente uma exemplar disciplina.

As funções de ordenança obrigavam-nos a lidar diretamente com o coronel comandante da unidade, que nem sempre se tratava de uma figura amistosa. O depoente conta que o coronel, para quem serviu de Ajudante de Ordens, “não falava com ninguém, era cavalariano (...) bigode de dois metros de comprimento (...) grosso. Caxias. Não tinha horário para terminar o expediente” (Entrevista 5).

Não falar com ninguém talvez queira dizer ninguém que não seja do seu estado-maior, o que seria uma demonstração do exercício do imperativo da afinidade, narrado por John Keegan e aqui já citado. Aliás, o depoente faz uma descrição de um estereótipo perfeito de um militar do Exército, do senso comum, sobejamente descrito nas sátiras a respeito do tema. Grosseirão, bigodudo, carrancudo e autoritário, o coronel é associado à sua arma de origem, a Cavalaria.³⁵⁴

O equilíbrio para o comandante – que, seguindo o “imperativo da afinidade” em sua metade, não “conversava com ninguém”, era o subcomandante, um tenente-coronel. Explica o depoente que “esse era gente boa (...), era um cara mais tranquilo” (Entrevista 5). Entendido como mais humano e mais acessível, oferecia caronas ao depoente, em sua viatura funcional, naqueles dias em que o expediente terminava tarde da noite. Tendia a ser o tempero para a inflexibilidade do comandante. Mesmo com esse tempero, o depoente faz constar que não era

³⁵⁴ Diferente da descrição de outro depoente, pertencente à Arma de Cavalaria, o presente depoente relaciona qualidades pouco lisonjeiras a um representante da arma, certamente, uma representação de um indivíduo que não pertence àquele grupo específico que corresponde àquela Arma.

fácil a função de Ajudante de Ordens, dependente integralmente da rotina comandante. Via-se obrigado a “chegar antes dele e sair junto com ele” (Entrevista 5).

A contrapartida a esses óbices era o tempo de estudo mesmo durante os horários de expediente, nos horários entre as tarefas e as ordens expressas pelo comandante e subcomandante. Essa exclusivíssima subordinação funcional dava àquele jovem recruta – além do tempo extra de estudo – uma sensação de relativa independência, dificilmente percebida por um recruta, em outras funções. Sentia ele que “o Ajudante de Ordens era intocável” (Entrevista 5). Tão próximo, cotidianamente, do topo da pirâmide hierárquica do quartel, sentia que podia, impunemente, brincar de exercê-lo, eternizando com uma foto o momento em que representava, de maneira caricata e grotesca, todo o poder de um comandante de unidade, sentado na cadeira, com os pés sobre a mesa, telefone ao ouvido (Entrevista 5).

O poder exercido por aquele soldado Ajudante de Ordens, porém, não era somente aquele caricato, meramente fictício. Ainda que singelo, o poder emanado por sua função parecia ser bem compreendido pelos oficiais e os sargentos de sua unidade e, talvez, até por ele próprio. Ao comentar como era o trato disciplinar em sua época de soldado, o depoente mostra a percepção de que era muito mais rígido, mas que, particularmente para ele,

era um nível tranquilo. Eu, mesmo como soldado... Apesar de que eu tinha a situação que eu era Ajudante de Ordens. Na minha visão era tranquilo. Porque eu tinha um contato mais direto com o pessoal, né. Acaba sendo aquele, o escravo da Casa Grande. Então, tu tem uma confiança maior dos caras, né (Entrevista 5).

Em outro momento de sua entrevista, ele explica de outra maneira as motivações da assimetria na conduta de oficiais e sargentos com os soldados em desempenho de diferentes funções:

eu tive um primeiro período que é aquela do soldado recruta... e depois como soldado Ajudante de Ordem, né. Então, você vê a diferença de tratamento. Isso acontece até hoje, na verdade. O camarada, em determinadas situações, ele precisa de você, né. Então, ele te trata de forma diferente, né (Entrevista 5).

O tempo livre extra, durante o expediente, utilizado para estudar, e o tratamento diferenciado pelos oficiais e sargentos, em relação a outros colegas de mesma graduação, mas em funções mais distantes do centro de poder da unidade, talvez tenham tido sobeja importância na definição do futuro daquele soldado. Naquele ano, como recruta, antes de

assumir a função de Ordenança, não conseguira ser aprovado no concurso para o Curso de Formação de Sargentos (CFS), por falta de rendimento nos estudos. O tempo que lhe sobrava das suas funções e o cansaço da rotina de trabalhos físicos não lhes permitiam uma concentração adequada aos estudos. Contudo, no ano seguinte, já como Ajudante de Ordens desde o final do ano anterior, não sem esforço, fora aprovado, dentro das vagas reservadas aos militares. Havia uma previsão de que os militares das três Forças Armadas e também das Polícias Militares (cabos, soldados, sargentos temporários e até mesmo oficiais temporários) tinham reservados a si 50% do total das vagas. A outra metade das vagas era reservada aos civis.

Lembra o depoente que as médias das notas dos militares normalmente eram mais baixas que as médias dos concorrentes civis e havia sido aprovado com uma média que, caso fosse civil, não teria êxito na aprovação. A procura pelo concurso parecia ser bastante grande. Não possuímos dados relativos ao concurso do ano de 1990, mas, 10 anos depois, em 2000, houve 97.685 candidatos para 1.500 vagas, o que resultou uma concorrência de aproximadamente 65 candidatos por vaga³⁵⁵. Em 1990, no quartel onde servia, foram aprovados o depoente, que já não era mais um recruta, outro colega, também soldado engajado e um 3º sargento temporário. O depoente escolhera o curso de manutenção de comunicações, que seria realizado no Rio de Janeiro, na Escola de Comunicações (EsCom), após 3 meses de curso básico realizado também no Rio de Janeiro, na EsIE. Outro colega fez a Arma de Comunicações, no 3º Batalhão de Comunicações do Exército, localizado em Porto Alegre. O terceiro cursou a Arma de Cavalaria, em Bagé, no Rio Grande do Sul. Um 4º fora para a Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações, Minas Gerais, cursar Artilharia.

c. O “poder” inexorável dos indivíduos

Após uma estada de 10 meses de semi-internato no Rio de Janeiro, o depoente, por critério meritocrático, através de sua nota geral no curso, mas, também, por mero acaso de abertura de vagas, escolheu para servir no quartel de onde tinha saído como soldado. Acerca do curso, o depoente parece não ter tido nenhuma impressão muito marcante, pois não fez questão de mencioná-lo em sua dinâmica interna, sendo apenas superficial ao comentá-lo.

³⁵⁵ STOCHERO, Tahiane. **Exército registra em 2010 recorde de pedidos de desligamento em 10 anos**. Portal G1, 16 de abril de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/exercito-registra-em-2010-recorde-de-pedidos-de-desligamento-em-10-anos.html>; Acesso em: 15 Out 2011.

Perante o curso de sargentos, na Escola de Comunicações, possivelmente a vida de soldado recruta não deixasse muito a desejar.

Ao chegar à sua cidade natal, como 3º sargento, procurou terminar seus estudos, continuando o Ensino Médio num curso supletivo. Em apenas 1 ano, concluiu os 2 que lhe faltavam. Concluído o Ensino Médio, começou a se preparar para o vestibular do curso de Direito, da Universidade Federal de Santa Maria. Tendo ingressado no universo dos estudos para concursos com a preparação para o CFS, o depoente parece ter tentado dar continuidade ao seu movimento de ascensão social pelo estudo. “Minha ideia era terminar a faculdade, fazer um concurso e ir embora” (Entrevista 5).

Parece, porém, não ter sido somente o desejo de ascensão social o motor primeiro de sua intenção de sair do Exército, ainda bem jovem. O desejo de ascensão, através do mérito intelectual, coadunou-se a um certo nível de frustração profissional, e mesmo de decepção, que parece ter se desenvolvido logo na fase inicial de sua carreira como sargento. Em tom de desabafo, o depoente narra:

Eu estudei pra sair! Eu passei daquela fase ali da rebeldia, ali, né. De querer embora, de não aguentar botar farda. Por uma série de coisas, salário baixo, de falta de incentivo profissional, de ver camaradas incompetentes que são superiores hierárquicos. Tem muito aquela coisa da Divisa ou da Estrela, né. O cara é mais antigo, mas tu vê, perdão da palavra, o cara é um bosta, né. E ele é o cara que comanda, né. Eu tive várias pessoas assim, né. O cara não sabia nada! É o mais antigo! Desde a época de 3º até hoje eu vejo isso, né. O cara que não sabe nada e manipula! O cara político. Faz o cartaz dele, né (Entrevista 5).

Se, enquanto soldado, o depoente havia aprendido que os soldados não podiam contar como aliados nem com os sargentos nem com os oficiais, quando sargento, percebera que os sargentos, além de não terem como aliados os oficiais, sequer tinham os próprios sargentos, de um modo geral. Nesse sentido, a ordem hierárquica – mesmo a que corresponderia a uma hierarquia relativamente horizontal, que é aquela do mesmo grupo social, no caso, a dos sargentos –, é percebida pelo depoente como uma ferramenta de manipulação desleal de indivíduos subordinados por indivíduos hierarquicamente superiores, ainda que pertencentes a um mesmo subgrupo. Percebera ele que a estrutura hierárquica dividia os sargentos entre si, quase tanto quanto os dividia dos oficiais e dos soldados.

Essa divisão hierárquica entre os sargentos e os distanciamentos subjetivos, construídos a partir das suas bases objetivas, davam amplitude suficiente ao exercício de vontades pessoais entre dois extremos morais. Nos casos narrados, independente da posição

social dos exemplares, aparecem tanto o que parece ser considerado, pelo depoente, um tipo de mau-caratismo egoísta, objetivamente legitimado pela malha dos regulamentos, como o que parece se apresentar como arquétipos de retidão, nobreza moral, bondade e altruísmo.

Narra o depoente que, logo após ter saído da escola de formação e se apresentado ao batalhão em Santa Maria, fora subordinado direto de um subtenente, seu chefe de pelotão. Apesar da experiência, aparentava pouca idade. Seu preparo físico era invejável e sua mente revelava uma juvenilidade rara em homens da sua idade. Nas sociabilidades intra e extramuros do quartel, não tinha receio de misturar-se aos mais novos.

E no quartel ele tinha uma liderança com o pessoal! E ele era um cara amigo! Ele se ele chegasse pra você e te chamasse pra conversar contigo: ‘Everton, vamos em tal lugar, quero trocar uma ideia contigo!’ Pode saber que ele tinha uma coisa importante pra te falar. Que era do teu interesse e tal. Nunca vi ele queimar ninguém, nunca vi ele falar mal de ninguém. Se ele tivesse alguma coisa pra falar contigo ele te falava na tua cara: ‘eu acho isso, isso’. Não fica bravo comigo, se quiser ficar bravo, pode ficar, mas é isso aí o que eu penso. Eu acho que é assim. Então, esse cara ele ajudou na minha formação. Naquele início ali, né. Chegando no quartel, a gente observava muito ele. Conversava muito com ele. Tinha confiança (Entrevista 1).

Nesse mesmo quartel, onde servia esse subtenente, exemplo de liderança e estereótipo de eminência parda entre os sargentos, servia um capitão, apelidado, entre a arraia miúda, de “calo”. No quartel, era odiado, mas o depoente o admirava. Segundo o depoente, o capitão era extremamente exigente com seus subordinados, mas também parecia ser, na mesma medida, consigo mesmo. Sempre impecável, é categorizado pelo depoente como “milico”, ou seja, não abria mão de sua condição de superioridade social, assumindo responsabilidades e, segundo o depoente, era muito respeitado pelo coronel comandante da unidade. Apesar de rígido, parecia manter consigo um certo sentido de altruísmo. Em tom de profunda gratidão, o depoente narra que, certa feita, tendo-se envolvido em um acidente rodoviário, com seu automóvel particular, solicitou a esse capitão o apoio do guincho do batalhão para resgatá-lo. O capitão, mesmo sabendo estar proibido o seu empréstimo para resgate de veículos particulares, autorizou a liberação do guincho, sem conhecimento do coronel comandante. Só depois de sua saída é que, por dever de lealdade, o capitão foi informá-lo (Entrevista 5).

O fato em si e a forma como ele fora narrado pelo depoente parecem ser um bom exemplo de que, no processo de socialização dos sargentos do Exército, para a conquista de suas mentes e almas, há uma relativa valorização, para os indivíduos do grupo, de atos

voluntários ou solícitos que sejam plenos de uma relativa generosidade patriarcal e patrimonialista, por parte dos oficiais. Essa valoração é ainda maior quando o ato requer do oficial uma medida de coragem e virilidade, normalmente obrigado a burlar determinadas regras, regulamentos e preceitos coletivos, para dar concessões. Quanto mais resoluto – ou, falando de outro modo, heroico – for o ato, mais valorado o oficial será, por aquilo que concedeu. Seria o uso prático, em época de paz, de dois imperativos de liderança militar em épocas de guerra, que John Keegan veio a chamar de Imperativo da Prescrição e Imperativo do Exemplo. O Imperativo da Prescrição seria a forma como um comandante inspiraria sua tropa a unir suas ambições às dele próprio, sendo que, quanto mais heroica for a natureza de sua liderança, mais forte será o seu imperativo. E o Imperativo do Exemplo seria o mostrar-se presente em pessoa, invocando ou, nesse caso, construindo, uma reputação de assumir riscos no combate em defesa de sua tropa (KEEGAN, 1999, pp. 360-363; 371-379).

Talvez no pensamento dos sargentos e das praças de uma maneira geral, o fato de um oficial assumir riscos diante de seus oficiais superiores em defesa dos interesses de seus subordinados fosse considerado um indício de que era confiável o suficiente para merecer a lealdade incondicional de seus subordinados. Um indício de que, em combate, aquele oficial não iria decepcionar seus homens. Em outras palavras, podemos dizer que esse tipo de liderança personalista não deixava de ser um transplante, para as épocas de paz, da liderança heroica, idealmente empregada em momentos bélicos.³⁵⁶ A dimensão da gratidão e da admiração do depoente, diante da atitude do capitão, parece indicar que, na prática, esses exemplos de liderança heroica por parte dos oficiais, seus superiores, no cotidiano dos quartéis, não deviam ser encontrados muito corriqueiramente. O depoente conta outro fato que parece comprovar essa afirmativa.

Conheceu um capitão que, segundo conta o depoente, fora capaz de um fato insólito. Narra ele que a unidade havia recebido um documento referente à sua função, e que esse documento fora parar nas mãos daquele capitão, porque, de certo modo, correspondia também à sua alçada de responsabilidades. O capitão procurou o depoente, a fim de se inteirar dos procedimentos jurídicos a serem tomados e, logo em seguida, o comandante chamou o depoente em sua sala, para fazer o mesmo. Sem deixar que o depoente respondesse, o capitão

³⁵⁶ Em um manual de chefia, do ano de 1953, época em que não se falava ainda de “liderança”, mas sim de “chefia”, 3 dos 11 Princípio Geral de Chefia que se nos aparecem são: “conhecer seus homens e interessar-se pelo seu bem-estar”; “assumir a responsabilidade dos seus atos”; e “dar o exemplo”. Estado Maior do Exército. **Manual de Campanha C 20-10, “Princípios de chefia”**, 1953, pp. 20; 22; 26.

interferiu imediatamente:

‘Coronel, eu acabei de orientar o sargento!’ Falou na minha frente (risos). ‘Eu acabei de orientar o sargento, ele vai pegar o documento, vai publicar, vai fazer isso, isso, isso’. O que eu tinha falado pra ele, ele inverteu e disse que tinha me orientado! (risos) Então, isso é uma coisa normal (Entrevista 5).

Se o depoente informa que há disputas por distinção e prestígio por intermédio de saberes civis especializados entre os “estabelecidos” grupos de oficiais e dos “outsiders” sargentos, parece que, possivelmente, no intento de mostrarem-se também “estabelecidos”, essa querela há também dentro do próprio grupo dos “outsiders”.

Nessa mesma unidade, o depoente conheceu um subtenente que, possuindo formação jurídica, era o assessor direto do comandante da unidade nessa área. Esse colega havia construído uma imagem para si, entre os oficiais, seus superiores, particularmente seu comandante de unidade, de que detinha integral exclusividade em relação aos saberes na área legal, em seu quartel. Contudo, o depoente veio a descobrir depois que esse subtenente omitia que o sargento que supostamente lhe auxiliava também era bacharel em Direito e era ele quem elaborava diretamente a maioria da documentação inerente à seara legal (Entrevista nº 5).

Ligando elementos, tais como saber técnico-profissional, competência no exercício funcional e mando hierárquico, o depoente parece concluir que as relações de poder entre as funções e entre as cadeias hierárquicas mostram-se menos áridas quando há um determinado controle das pulsões e segurança, por parte de superiores, oficiais e sargentos, tanto da posse de seu território hierárquico-funcional como da sua capacidade de trabalho, conseguida, certamente, pelo exercício de construção de saberes teóricos e práticos. A ausência desses saberes seria suprida, muitas vezes, com o discurso falacioso, com a apropriação do discurso alheio ou com a violência moral dos elementos socializadores, sargentos e oficiais.

Recorda-se que, em sua formação como sargento, já havia conhecido uma realidade que, mais ou menos, delinear-se-ia durante praticamente toda a sua vida militar até na atualidade.

No meu CFS era assim. O cara que não sabia nada, ele gritava com todo mundo. Pra inibir que o camarada perguntasse. ‘Pô, vou perguntar pra quê? Se o cara vai me dar uma mijada!’ O cara que era bom ele abria espaço e tu podia perguntar o que fosse. Ele respondia tudo! Fazendo um gancho, né. É mais ou menos isso que eu vejo. Então, hoje tem muito camarada que não sabe absolutamente nada! Ele compra a ideia, ele pega uma ideia e vende como sendo dele. Tem muita gente assim. E tem

aqueles outros que são bons e não precisam desse tipo de argumento... dessa malandragem, vamos dizer assim (Entrevista 5).

Em outra passagem, o depoente continua no desenvolvimento de seu raciocínio:

Tem oficial e tem sargento bom! E esses, eles não se preocupam. Seguindo essa teoria aí que o cara que é bom ele não tem medo. O oficial que é bom, o sargento que é bom, ele não se preocupa com que o mais moderno tá falando. Porque ele sabe que ele não precisa da antiguidade pra demonstrar que ele sabe. Ele se impõe pelo conhecimento. Ele deixa você falar, daqui a pouco ele tira... Ele te desarma. Porque ele dá um argumento e aí você, ôpa! Aí você passa a respeitar o cara! Ele não precisa da antiguidade! Tem muita gente assim. Eu conheço muita gente assim, tanto nível sargento, quando nível oficial (Entrevista 5).

Concluindo a ideia, o depoente, de uma maneira muito lúcida e equilibrada – mas nem por isso polida – trata comparativamente, em mesmo nível, as personalidades de indivíduos pertencentes aos dois grupos: “tinha aquele oficial filho da puta, tinha o sargento filho da puta. Tinha o sargento gente boa, tinha o oficial gente boa” (Entrevista 5). Explicando a resultante relacional de profissionais socializados através de um aparente dualismo, entre bons e maus, o depoente parece querer deixar claro que, apesar das socializações contribuírem com vernizes homogeneizantes aos grupos, as personalidades diferentes e múltiplas apropriam-se desses processos de maneiras distintas, gerando como resultado, sempre preliminar e inacabado, socializados com desejos e vontades distintas. São indivíduos que atuam com uma certa liberdade dentro de um campo gravitacional social irresistível e circunscrito. Nesse mesmo campo, podem atuar oficiais e sargentos com predicados distintos e opostos.

Essa é uma perspectiva de indivíduo/sociedade que não difere muito da que Norbert Elias empreende, ao entender que “a pessoa que atua dentro do fluxo, talvez tenha uma oportunidade melhor de ver quantas coisas podem depender de pessoas particulares em situações particulares” (ELIAS, 1994, p. 47). A explicação atribuída por Elias para este fato é a de que

Toda sociedade grande e complexa tem... as duas qualidades: é muito firme e muito elástica. Em seu interior, constantemente se abre um espaço para as decisões individuais. Apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. Aparecem encruzilhadas em que as pessoas têm de fazer escolhas, e de suas escolhas, conforme sua posição social, pode depender seu destino pessoal imediato, ou de uma família inteira, ou, ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro delas. (...) Mas as oportunidades entre as quais a pessoa assim se vê

forçada a optar não são, em si mesmas, criadas por essa pessoa. São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela (ELIAS, 1994, p. 48).

Revelando uma visão encontrada recorrentemente nos discursos de grupos “*outsiders*”, o depoente julga que os oficiais, no cotidiano do trabalho castrense, “queriam apertar e não queriam fazer” (Entrevista 5). O aperto, que se refere o depoente, é o disciplinar, e o fazer são as atividades técnicas e administrativas rotineiras de um quartel. Como dito, a versão de que os “*outsiders*” são exclusivamente produtores do resultado de seu trabalho, sendo os seus chefes “estabelecidos” pouco ou nada produtivos, ou pior, contraproducentes, não é nova na literatura. O ideário marxista de luta de classes e da exploração do trabalho proletário pela burguesia, elaborado na metade do século XIX, calcou-se nessa versão, que não deixa de corresponder a uma realidade percebida pelos proletários. O Manifesto Comunista já discorria que

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, aglomeradas na fábrica, são organizadas de forma soldadesca. Como soldados rasos da indústria, são colocados sob a supervisão de uma hierarquia completa de suboficiais e oficiais. Eles não apenas são servos da classe burguesa, do Estado burguês, diariamente e a cada hora, eles são escravizados pela máquina, pelo supervisor e, sobretudo, por cada um dos fabricantes burgueses (MARX & ENGELS, 1998, p. 15).

No caso do Exército Brasileiro, não havia burguês, mas havia os chefes que os exploravam e não fora difícil transplantar esse entendimento do chão de fábrica ao quartel. Essa lógica havia assumido um componente político, logo no início do século XX, particularmente com as chamadas Revoltas dos Sargentos de 1915. De acordo com o general Abílio Noronha, responsável pelo inquérito realizado após a descoberta dos planos para o movimento, os sargentos líderes pronunciavam abertamente, em seus pronunciamentos e reuniões, que “se a República dos Estados Unidos do Brasil havia sido proclamada pelos oficiais do Exército, a República Parlamentar deveria ser lançada pelos sargentos” e essa seria a salvação do Brasil.³⁵⁷ A lógica era que se o operariado sofria com a exploração da burguesia, em ascensão no país, os praças do Exército sofriam com a exploração de seus oficiais.

Mas paralelos e contíguos a essas construções e ressignificações conceituais, os sistemas burocráticos tiveram também sua dinâmica própria, de reelaborações e criações

³⁵⁷ BENTO, Cláudio Moreira. **As revoltas pró-república parlamentar, ou Revoltas de Sargentos**; Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/>; Acesso em: 13 Out 2010.

organizacionais, baseadas no equilíbrio tenso entre seus grupos formadores, sejam quais fossem os seus nomes. As organizações burocráticas e seus subprodutos relacionais foram o lastro no qual esses conceitos anteriormente descritos se ancoraram, enquanto determinados grupos passaram a se solidificar e a surgirem como atores, aptos a disputarem poder dentro dessas organizações. É dentro, mesmo, e a partir da formação dessas organizações burocráticas, que as tensões se estabelecem, normalmente oriundas não de ações externas a essas organizações, mas internamente. É a partir mesmo da dinâmica relacional entre os grupos envolvidos que surgem tensões e que surgem os germes das mudanças.

O sociólogo francês Michel Crozier compreende os sistemas burocráticos como entidades que vão se formando e sendo permeadas por 4 traços essenciais, as quais seriam: 1) extensão variável das regras impessoais; 2) centralização decisória; 3) isolamento entre os estratos hierárquicos e o crescimento da pressão do grupo sobre os indivíduos; 4) desenvolvimento de relações de poder paralelas, surgidas a partir de zonas de incerteza não cobertas pela regulamentação. O arbítrio de superiores e as pressões de subordinados precisam ser suprimidos ou controlados por meio de regulamentações impessoais. Essa mesma regulamentação cria barreiras que protegem cada uma das categorias hierárquicas, impedindo a criação de relações informais entre elas. A centralização de decisões reforça essa tendência, ocorrendo um isolamento de cada categoria, no interior das quais surge “um espírito de casta”, aparecendo em cada uma delas normas protetoras em relação às demais. Os indivíduos são pressionados a conformarem-se aos valores do grupo, os quais se sobrepõem às regras da organização. O isolamento e a pressão do grupo combinados permitem que cada estrato controle o que é de sua incumbência, ignorando os fins gerais da organização. Além disso, para que haja êxito em suas negociações com os demais grupos da instituição, cada estrato deve pretender que sua função particular constitua um fim em si, que seus rituais de grupo os faça afirmarem-se como diferentes, aspirando a que seus objetivos particulares se tornem decisivos para os objetivos gerais da instituição, tendendo a se transformar nos próprios objetivos gerais (Crozier, *apud*, FERRARI, 2006, pp. 115-131).

Nesse sentido, cada um dos grupos isoladamente elabora para si, e para os indivíduos que os compõem, uma autoimagem de integral sustentáculo da instituição. Não abordam o fruto do trabalho que surge de suas mãos como produto coletivo, um somatório de esforços, uns mais e outros menos, dos vários grupos envolvidos.

Pelo que deixa transparecer o depoente, no Exército, também, cada um dos grupos –

pelo menos o grupo dos sargentos é certo que o seja – parece definir suas funções particulares como fins em si mesmo e como primordiais para o andamento da Instituição.

Linhas atrás, comentando que havia oficiais que “queriam apertar e não queriam fazer” (Entrevista 5), o depoente parece deixar claro o pensamento de um grupo que estabelece que o “fazer”, função específica dos praças, seria preponderante em relação aos atos de disciplinar, cobrar, fiscalizar, planejar e coordenar, funções inerentes ao grupo dos oficiais. Como o fato gerador imediato do universo tangível é o fazer, ele passa a ter uma valoração positiva, principalmente pelos que fazem – no caso do Exército Brasileiro, normalmente as praças, sargentos, cabos e soldados. Novamente recorrendo às palavras do general Veneu, o sargento seria o “faz tudo” do Exército, sendo o grupo que “põe a mão na massa” (CASTRO & D´ARAÚJO, 2001, p. 174).

A partir da visão de que os sargentos é que produzem para a Instituição, e que determinadas cobranças impostas pelos oficiais não lhes eram agradáveis nem lhes pareciam justas, o depoente conta que o posicionamento dos sargentos em relação a essas cobranças dos oficiais, que não vinham acompanhadas do referido exemplo, não era de simples passividade. De acordo com o depoente, os oficiais que se apresentavam com aquele perfil, talvez moralmente condenável pelo grupo dos sargentos, bem mais acostumado à execução de ordens, eram isolados pelo grupo dos sargentos, que evitavam manter com eles qualquer tipo de sociabilidade, com exceção daquela restrita às obrigações funcionais. Evitando até mesmo a ajudá-los funcionalmente – desde que essa ajuda não fosse obrigação funcional dos sargentos – com seus saberes práticos e sua maior experiência.

Se o cara precisasse de um documento, a gente, enquanto pudesse não entregar, não entregava. Deixava ele...até que o cara... ou ele vem pro teu lado, não é. Ou ele se explode sozinho (Entrevista 5).

Nesse sentido, o depoente se recorda de um tenente que havia chegado recentemente da Academia Militar, segundo ele próprio conta, “com aquela doutrina de que sabe tudo” (Entrevista 5). Então, houve uma situação em que aquele tenente fora encarregado funcionalmente de confeccionar uma documentação, referente às condições de um determinado material, sendo os sargentos apenas os auxiliares técnicos na sua produção. Como já era de praxe, os sargentos já elaboravam esses documentos e os entregavam aos oficiais encarregados, que tinham o trabalho de apenas assiná-los.

Contudo, esse tenente novato, talvez cioso por impor-se em relação ao seu

subordinado mais experiente, fez correções em todo o documento. Bastante melindrado com a atitude do jovem oficial, o depoente afirma que, ato contínuo a esse fato, reuniu toda a legislação relacionada àqueles materiais e a entregou ao oficial. “Se o camarada sabe tudo, então vou deixar ele fazer” (Entrevista 5). Afinal, em termos regulamentares, não seria função do sargento.

O resultado prático dessa rusga foi o oficial ter adotado os mesmos modelos documentais utilizados pelo próprio sargento. O resultado simbólico, demonstrado subliminarmente no discurso do depoente, teria sido a delimitação de espaços entre os saberes teóricos e práticos, com uma vantagem do saber prático (do sargento executante), em relação ao saber teórico (do oficial estudioso dos conceitos); e, a partir da construção dessas fronteiras, a definição de poder relativo de cada um desses saberes, na vida cotidiana dos quartéis, também com a relativa vantagem para o poder do saber prático dos sargentos. Idealmente – pelo menos, essa teria sido a intenção do depoente – o poder do seu saber prático e a desistência simbólica da execução de tarefas que, em tese, não lhes competia, teriam sido capazes de subjugar o oficial, em seu lugar social de superioridade.

Para além dessa maneira individualista e nada cortês de contrapesar poderes entre dois grupos de forças desiguais, o depoente, de acordo com sua experiência de vida, afirma que algumas modificações foram surgindo nesse aspecto. No caso específico e individual do depoente, ele afirma que, na atualidade, ele se utiliza de métodos menos hostis para se relacionar com seus superiores, normalmente por meio do diálogo. Segundo ele,

à medida que eu fui ficando mais antigo, você consegue administrar bem (...) Porque a gente já tem mais argumento (...) A parte da faculdade de direito também ajudou bastante, nisso. Porque aí eu já tinha conhecimento de muita coisa (Entrevista 5).

Desse modo, parece claro para o depoente que o saber universitário, adquirido às suas expensas, dera-lhe substância capaz de dialogar com seus superiores, à medida que, também, fora adquirindo experiência de vida militar. Mas no plano coletivo, segundo ele, também, parece ter havido uma mutação na escala vetorial dos saberes, entre grupos hierárquicos, que alterara a dinâmica relacional desses grupos, desde o período em que ele havia incorporado. Outrora, os oficiais, em regra, simplesmente davam suas ordens, sem qualquer tipo de abertura de sugestões ou acréscimos dos sargentos. Para a elaboração dos documentos administrativos, os oficiais rascunhavam os textos e os sargentos os

datilografavam *ipsis literis*, pois “o oficial tinha um conhecimento que o sargento não tinha” (Entrevista 5). Nos dias atuais, contudo, segundo seu depoimento, “a coisa está mais nivelada (...) a gente consegue ter um acesso a certos assuntos, e até dar uma opinião (...) coisa que antigamente não tinha” (Entrevista 5). Esse nivelamento, afirma o depoente, teria ocorrido “por força única e exclusiva do militar” (Entrevista 5), em busca de saberes universitários, pouco ou quase conexos com as atividades militares. Contudo, muito comumente, como tem acontecido, seriam saberes universitários que passaram a ser empregados, direta ou indiretamente, em benefício da instituição, principalmente os saberes ligados ao Direito, Contabilidade e Informática; porém, frisa o depoente, sem qualquer incentivo ou estímulo formal do Exército.

Ele confessa que, durante o período em que esteve na universidade, obteve muita ajuda de chefes relativamente compreensivos que lhe facilitava em seus compromissos estudantis, mesmo nos horários dentro do expediente normal do quartel. No entanto, reforça que foram as vontades individuais de seus chefes – oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, que fizeram a carreira como sargentos –, os elementos que lhe facilitaram o acesso aos estudos, “porque se fosse depender da Instituição, eu não teria absolutamente nada. Isso em qualquer nível. Tanto nível segundo grau, nível pós-graduação, nível graduação” (Entrevista 5).

d. A divisa como estigma do futuro bacharel

Quando cursara Direito na Universidade Federal de Santa Maria, o depoente se recorda que percebera a disritmia entre seu universo estudantil e seu universo profissional no Exército, vividos ao mesmo tempo paralela e contiguamente. Não muito tempo depois de ter terminado seu curso de sargentos – cerca de 3 anos depois –, o sargento já havia aprendido a avaliar desfavoravelmente sua posição social e sua condição profissional, como sargento do Exército. Antes de ingressar no Exército, as perspectivas de ser sargento lhes foram apresentadas como bastante positivas, pois eram comparadas ao trabalhador assalariado comum, particularmente os comerciários. Diz o depoente que

na minha cidade era assim, camarada que era militar era *top* de linha, né. Ele conseguia ter um carro bom, ele conseguia transferência. Ele conseguia um padrão de vida que tu não conseguia no comércio, né (Entrevista 5).

Alguns anos depois de ingressar no Exército, ele se lembra que, no meio universitário

A gente não falava que a gente era militar. Principalmente em cursos tipo Direito. Medicina, dificilmente um militar fazia. Mas cursos mais elitizados. E o curso de Direito era um curso elitizado. Na época que eu entrei pra Faculdade, 90% de quem estava lá vinha de colégio particular, o pai era Juiz, o avô era advogado, era dono de empresa, alguma coisa assim. E tinha dois ou três militares, um funcionário do Banco do Brasil. Mas a massa era de pessoas bem, financeiramente. E óbvio, né. A gente tinha o princípio de primeiro fazer com que as pessoas te conheçam né. Aí, depois que elas te conhecem aí, você pode falar que você é favelado, porque ela já conhece a pessoa, né. Não é pelo fato de você morar na favela que ela vai te desqualificar, né. (Entrevista 5).

Nesse sentido, compara sua situação de estudante universitário à situação narrada no filme “Tropa de Elite”³⁵⁸, em que o personagem vivido pelo ator André Ramiro, tenente da polícia militar, não se sentia confortável em revelar sua profissão para os colegas de turma do curso de Direito (Entrevista nº 5).

No caso da vida prática do depoente, por si só, o fato de querer ocultar de sua turma da faculdade a sua atividade remunerada, apresenta-se como um bom indicativo de que sua autoestima profissional era comprometida. Trinta anos antes, como já citado, o depoente Adão Batista de Oliveira passara por uma situação bastante semelhante em um colégio público secundarista em Juiz de Fora. Mas o depoimento de Oliveira não pareceu exprimir um elemento que se faz presente no depoimento ora analisado. No caso deste, para além das questões profissionais, ligadas ao termo genérico “militar”, havia outra motivação para a omissão dos colegas em relação à sua profissão. Seu depoimento aponta uma nuance de vergonha, que parece estar intimamente ligada à sua condição na cadeia hierárquica do Exército, e intimamente ligada, também, às percepções acerca da identidade do seu grupo de pertencimento interno dentro dessa cadeia. Esse problema de “identidade deteriorada” (GOFFMAN, 2004) parecia ser relacionado especificamente ao fato de ser sargento. Em sua turma havia outro militar do Exército; este, um capitão, nunca havia escondido sua situação profissional, e toda a turma sabia a respeito. E o depoente achara normal que ele assim se expusesse. O depoente explica-se:

isso aí que eu tô falando é nível sargento! De não falar que é militar, é nível

³⁵⁸ TROPA de Elite. Brasil; Direção: José Padilha. Cor, 118 minutos, 1 DVD, Rio de Janeiro: Universal Pictures, 2007. Ver página eletrônica oficial do filme. Disponível em: <http://www.tropadeeliteofilme.com.br/>; Acesso em 7 Nov 2010.

sargento! O oficial não! Ele faz questão de dizer que ele é oficial, né. Mas o sargento, naquela situação não era conveniente eu dizer que ‘Bah, eu sou sargento!’ Não! Deixa o barco andar! (Entrevista 5).

O depoente, também, não confiou a esse colega militar sua situação. Mas foi o primeiro a descobri-la. E, de acordo com a ótica do depoente, descobriu de uma maneira insólita, recebendo a novidade com total espanto, numa cena que pareceu carregada de efeitos simbólicos aos olhos do depoente.

Depois de ter conseguido, por quase um ano, omitir a sua profissão, o depoente conta que, certa feita fora incumbido, por sua unidade, de realizar uma manutenção periódica, nos equipamentos de comunicações, em várias unidades da cidade onde servia, Santa Maria-RS. Uma dessas unidades fora a que esse seu colega capitão servia. De maneira densa, o depoente narra a tensão do momento:

Quando ele me viu fardado, parece que ele ia ter um infarto! Ele olhou pra mim assim: ‘Ô! Você é militar?’ Aí eu falei, ‘sou militar’ (risos). Fiz uma continência pra ele (risos). Falei, ‘Ô capitão, tudo bem, como é que tá o senhor?’ Aí ele: ‘Ô! Você é militar? Não sabia.’ – Sou militar, sou do quartel aí. Faço manutenção.’ – ‘Não, você nunca falou nada. Ninguém nunca comentou nada, você é sargento!’ (Entrevista 5).

Depois desse diálogo, o depoente afirma que aquele colega de faculdade que, até então, participava de praticamente todos os eventos de sociabilidade dentro da turma “começou a mudar (...) ele se afastou (Entrevista 5). O depoente faz a conexão entre esse afastamento e o fato de ter, seu colega, descoberto sua condição de sargento: “ Depois da divulgação que eu era sargento” (Entrevista 5).

Na ótica do depoente, a sua condição sociofuncional teria sido o motivo direto do afastamento daquele colega, capitão, de toda a turma da Universidade. Podem ter acontecido inúmeras outras ações na vida daquele indivíduo, as quais tenham contribuído para o seu relativo afastamento do grupo de estudantes e do próprio depoente. Contudo, não pode ser descartada a possibilidade de a divisão dos mesmos espaços de sociabilidades do meio acadêmico com um indivíduo que, no universo militar, pertencia a uma escala inferior à dele, ter-lhe causado certa inquietação.

Num trabalho empírico de grande importância, Norbert Elias concluiu que a exclusão do contato social não profissional, por parte dos “estabelecidos”, em relação aos “outsiders”, tratar-se-ia de “uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos e outsiders”, e que o tabu em torno desses contatos normalmente se mantém por meio da fofoca

elogiosa – no caso dos que o observam –, ou depreciativa (*blame gossip*) – no caso dos que o transgridem (ELIAS, 2000, pp. 20-21).

No caso concreto do depoente, enquanto o capitão conhecia apenas a sua identidade de aluno universitário, o temor da quebra do tabu inexistia, por se tratarem de um universo de iguais, em uma sala de aula de um curso universitário. De algum modo, mantinham uma identidade comum de “estabelecidos” naquele espaço social elitizado da faculdade de Direito da UFSM. Ao descobrir que naquele grupo, composto por indivíduos cujas identidades eram as de alunos, onde todos poderiam se considerar “estabelecidos”, de uma certa maneira, havia um indivíduo que, em um outro grupo de pertencimento ou, continuando com Norbert Elias, uma outra “configuração” (ELIAS, 1970, pp. 91-105), era considerado, especificamente para ele, um “*outsider*”, o indivíduo viu-se diante de uma escolha.

Primeiro, permanecer com o mesmo modelo de sociabilidade no ambiente universitário, relevando o fato sabido e tentando manter distintas suas percepções sociais e desejos de reconhecimento e distinção, pertencentes àquele ambiente, das percepções e desejos de reconhecimento e prestígio do ambiente social militar. Passou a ter consciência de que, em meio a uma das configurações à qual pertencia, havia um indivíduo pertencente a outra configuração que lhe era comum, sendo, nessa configuração, um “*outsider*”. O contato daquele indivíduo (“estabelecido”) com o depoente (“*outsider*”), em um ambiente não profissional e de um modo pouco ou quase nada formal, como são as relações de coleguismo universitário, poderia potencialmente pô-lo em condições que ele consideraria vexatórias, em determinados momentos. Condições as quais poderiam, também potencialmente, fazê-lo alvo de fofocas que ferissem sua identidade de “estabelecido”, junto aos seus colegas “estabelecidos”, dentro da configuração militar.

Segundo, logo de imediato, ainda que de maneira sutil, afastar-se daquele “*outsider*” da sociedade militar, mesmo que para isso tivesse que se obrigar a limitar seu contato com todos os outros indivíduos componentes da figuração universitária. A fim de evitar a “promiscuidade” social, e a conseqüente “*blame gossip*”, por parte dos seus colegas “estabelecidos” da figuração militar, o capitão escolhera a segunda opção.

Mas o depoente não ficaria muito mais tempo naquela Universidade, nem em sua cidade natal. Logo em seguida, em atendimento ao seu pedido, dentre algumas opções feitas, o depoente fora transferido para a cidade de Boa Vista, Roraima, e viu-se obrigado a transferir para lá o seu curso (Entrevista nº 5).

e. As negociações diante das normatizações burocráticas e relacionais

O evento narrado pelo depoente, que compreendeu sua chegada na nova unidade e ocupação de funções, é sobremaneira elucidativo quanto ao aspecto relacional entre as normas regulamentares e as vontades de indivíduos que ocupam determinadas funções. Giovanni Levi já afirmara que

nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação de regra de negociação. A meu ver, a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar [...] a liberdade de que as pessoas dispõem e para se observar como funcionam concretamente os sistemas normativos (Levi Apud AMADO & FERREIRA, 2002, p. xxiii)

A levar em conta a narrativa do depoente, parece que o que há no senso comum, a respeito do cartesiano jogo de ordem e obediência, entre hierarquia e disciplina, supostamente existente no Exército, é insuficiente para explicar os acontecimentos ocorridos na vida prática dos indivíduos, que fogem ao controle do que é edificado nos regulamentos, nas publicações e nos discursos oficiais. As ações dos indivíduos, portanto, nem sempre são cobertas pelo sistema normativo, e, dificilmente, um outro tipo de fonte, diferente de uma entrevista, captará essa nuance.

O depoente relata que havia sido transferido para a cidade de Boa Vista, em Roraima, para assumir uma função de mecânico da estação de radiotelegrafia daquela guarnição militar. Essa estação era sediada em um quartel, mas todo seu efetivo mantinha um vínculo administrativo com outro. O vínculo puramente técnico, porém, era com o serviço regional de radiotelegrafia, sediado em Manaus. Portanto, qualquer alteração em relação ao efetivo da estação de Boa Vista deveria ser solicitada à chefia, em Manaus (Entrevista nº 5).

Chegando ao quartel ao qual seria vinculado apenas administrativamente, o depoente fora surpreendido com a notícia de que havia sido modificada a função que iria assumir. Não mais iria para a estação de radiotelegrafia, mas permaneceria naquela unidade, sendo funcionalmente um subordinado direto daquele capitão que lhe dera a notícia.

Dias depois, o subtenente chefe da estação de radiotelegrafia procurara o depoente, indagando as razões de ele não ter assumido as funções na estação, e sim um outro subtenente mecânico, aliás, hierarquicamente mais antigo que o seu próprio chefe. Afirmando nada saber, o depoente fê-lo compreender que a substituição do depoente, 2º sargento, pelo subtenente, havia sido articulada por aquele capitão, juntamente com outro sargento que era seu

sargenteante, pois ambos mantinham relações já antigas de amizade com aquele subtenente. Como o trabalho na estação de radiotelegrafia era considerada muito bom, o capitão resolveu dá-lo ao seu amigo subtenente, mesmo sem deter o poder formal para tal (Entrevista nº 5).

O subtenente telegrafista, funcionalmente o chefe do lugar, era mais moderno que o subtenente mecânico. Percebendo a incongruência hierárquica dessa organização, tomou a providência que achou a mais acertada. Fora diretamente a Manaus, comunicando o fato ao chefe do serviço regional de radiotelegrafia, um coronel. Depois da visita do subtenente radiotelegrafista à chefia em Manaus, o depoente afirma que “chegou um contravapor, né. Querendo saber o que que tinha acontecido. Por que tinham designado um subtenente, quando o militar classificado foi o 2º sargento fulano de tal” (Entrevista 5). Irado por ter sido incitado a dar explicações aos seus superiores, o capitão, como que por gravidade, chamou o depoente à razão, pela suposta traição. O depoente conta: “o capitão me chamou de vagabundo, que eu não queria trabalhar. E eu não tava sabendo de nada. Falou que eu tinha articulado” (Entrevista 5).

Dessa querela entre poderes e vontades resultaram, ao depoente, dois frutos. Um deles foi a sua ida definitiva para a função de mecânico da estação de radiotelegrafia, lugar para onde deveria ter ido desde o início. Como essa função possibilitava um grau de liberdade bastante significativo – talvez por isso ambicionada pelo subtenente que quis assumi-la, em seu lugar –, esse fora o resultado positivo para o depoente, pois, graças à sua função, o depoente teve tempo livre para seus estudos na faculdade de Direito. Fora-lhe possibilitada, em algumas oportunidades, até mesmo a realização de estágios durante horários em que deveria estar no quartel. Certamente que a benevolência de seus chefes diretos, oficiais, mas ex-sargentos, somava-se à sua função, como elemento produtor de toda essa liberdade, experimentada pelo depoente. Se as suas funções fossem mais complexas e de um volume maior, porém, não haveria benevolência que o dispensasse de suas atividades.

Outro resultado daquela disputa de forças não fora muito positivo para o depoente, pois, conta ele que

No final da história, o capitão comandou a companhia dois anos. E ele pegava no meu pé direto! Eu fui, não digo perseguido, porque eu tinha muito jogo de cintura. Eu era malandro, né. Eu sabia que ele queria me pegar. Ele queria era me punir mesmo” (Entrevista 5).

Depois de algum tempo trabalhando na estação de radiotelegrafia, veio chefiá-la um

tenente, do Quadro Auxiliar de Oficiais, o qual o depoente reputa ser extremamente generoso e fraterno. Essa generosidade fora pivô de um fato ocorrido que deixa bem clara a relativa liberdade que um sargento possui no trato com um soldado, e como é valorada, no Exército, a esperteza obediente dos soldados, no cumprimento de ordens, sendo essa esperteza considerada um sinônimo de inteligência, pouco considerando os outros tipos de inteligência, senão essas utilizadas para fins práticos da execução de tarefas, que pouco ou nada exigem intelectualmente.

A respeito dessa observação, é necessário que se diga, em um caráter digressivo, que, aliás, em outra parte da entrevista, o depoente refere-se à inteligência de um sargento, partindo de um eixo bastante semelhante ao que fora utilizado por ele mesmo para mencionar o soldado, desvalorizando as manifestações de inteligência quando elas não vêm atreladas ao trabalho executório. A inteligência é observada, então, a partir de uma ótica utilitarista. Em uma oportunidade, durante sua vida militar,

tinha um sargento, colega nosso, noventa e seis, noventa e sete, não me lembro que ano que foi, ele não fazia absolutamente nada. E o cara, ele era Engenheiro Eletrônico, eu acho. Ele tinha nível superior. E o cara era extremamente inteligente. Só que não gostava de trabalhar, né (Entrevista 5).

Parece que essa postura não é fruto de um indivíduo somente, mas inserido em todo um sistema de pensamento reproduzido pelos discursos militares. E não específico de um grupo social, mas de todas as camadas hierárquicas. O manual do Exército, editado em 1953, Princípios de Chefia, enumerando a inteligência como uma das qualidades da chefia, a vincula intrinsecamente às atividades práticas de comandantes militares, pois ela seria “revelada pela capacidade intelectual na solução dos problemas que se apresentam ao seu escalão de comando.”³⁵⁹

Parece-nos que essa definição utilitarista de inteligência, necessariamente ligada à solução de problemas da vida prática, corresponde a uma universal da socialização militar, em todos os níveis, mesmo entre a alta oficialidade. Daí vem, talvez, o fato de o termo “teórico”, utilizado para qualificar um militar do Exército, possuir, entre os membros daquela configuração, um significado extremamente negativo.

Depois dessa necessária divagação, retornemos ao ponto que a originou. Pois bem.

³⁵⁹ EXÉRCITO BRASILEIRO: Estado Maior do Exército. **Manual de Campanha C 20-10, “Princípios de chefia”**, 1953, p. 17.

Certa feita, o tenente que chefiava o depoente informou-lhe de que um soldado viria para a seção onde trabalhavam, para auxiliá-los na função de “estafeta”. Ele seria “um bom mecânico”, mas que teriam que ter paciência com ele. O depoente narra que, passados alguns dias, ordenou que esse soldado fosse até uma outra unidade, bem próxima, e que havia demorado muito além do tempo normal para retornar, por ter ficado conversando com os colegas na entrada da unidade.

O depoente conta como descobriu, irado, o motivo de sua demora, reconstituindo os pensamentos que teve a respeito do soldado, e a dura repreensão verbal que lhe dedicou. Ao soldado, referiu-se por termos sobremaneira ofensivos, tais como: “mocorongo”, “bisonho”, “voador”, “vagabundo”. Em reconstituição à conversa que teve com o tenente, ele referiu-se ao soldado pelo termo “tranqueira” (Entrevista 5). Todos esses termos carregados de violência moral deixam clara essa outra matiz relacional entre os sargentos e os soldados, que é sobejamente reproduzida pela literatura ficcional e fílmica.³⁶⁰

Aliás, a violência moral e física no trato com os subordinados, apesar de ser desaprovada pelos regulamentos militares desde pelo menos a II Guerra Mundial,³⁶¹ sendo causa de punição disciplinar³⁶², era justificada caso houvesse “a prática de ação meritória ou no interesse do serviço, da ordem ou do sossego público”, ou fosse necessária para “compelir o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, em caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública, manutenção da ordem e da disciplina”.³⁶³

³⁶⁰ No filme italiano de 1991, intitulado “Mediterrâneo”, misto de drama, comédia e filme de guerra, há uma cena em que um dos soldados interpela o sargento que o comandava, provocando o diálogo a seguir, misto de realismo e *nonsense*: “[00:28:56,124 --> 00:28:58,940]: ‘-Por que não ajuda, sargento Lorusso em vez de gritar?; [00:28:58,005 --> 00:29:01,821]: ‘- O sargento Lorusso grita o quanto quiser.’ ; [00:29:01,886 --> 00:29:07,584]: ‘-Porque todo sargento é uma pessoa que grita. Está claro? Está claro?’” Fonte: Filme Mediterrâneo; Ano de Produção: 1991; Duração: 96 min; Gêneros: Comédia/Drama/Guerra; País: Itália; Direção: Gabriele Salvatores; Produção: Silvio Berlusconi; Atores: Diego Abatantuono, Claudio Bigagli, Giuseppe Cederna, Claudio Bisio, Gigio Alberti, Ugo Conti, Memo Dini, Vasco Mirandola, Vanna Barba, Luigi Montini, Irene Grazioli, Antonio Catania, Alessandro Vivarelli.

³⁶¹ EXÉRCITO BRASILEIRO: Estado Maior do Exército. Manual de Campanha C 20-10, **Princípios de chefia**, 1953; Regulamento Interno dos Serviços Gerais, 1957. O Art. 5º do RDE de 1942 pregava que “A civilidade é parte integrante da educação militar. Importa ao superior tratar aos subordinados, em geral, e aos recrutas, em particular, com interesse e benevolência.” Decreto nº 8835, 23 Feb 1942. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152603&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>; Acesso em: 11 Mai 2010.

³⁶² O inciso nº 98, do Artigo 13, do Regulamento Disciplinar do Exército, de 1942 dispunha como transgressão disciplinar “ofender, provocar ou desafiar seu igual ou subordinado, com palavras, gestos ou ações, sem chegar isso a configurar crime.” Decreto nº 8835, 23 Feb 1942. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152603&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>; Acesso em: 11 Mai 2010.

³⁶³ Decreto nº 90608, 24 de dezembro de 1984. Regulamento Disciplinar do Exército. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D90608.htm; Acesso em: 11 Mai 2010.

Ao conversar com o tenente, seu chefe, a respeito da inconveniência do soldado naquela seção, por conta de suas supostas limitações, o depoente não fora repreendido. Pelo contrário, parece ter sido o tenente repreendido pelo depoente, pela forma com que o depoente afirma ter se dirigido a ele, e pela posterior explicação dada pelo tenente.

‘Tenente, soldado aqui, não tem lugar pra ele! É o cara mais bisonho que eu já vi na face da terra. Ele pode ser uma excelente pessoa, mas é bisonho demais!’ Ele falou assim pra mim: ‘Eu sei! (risos) Por isso que eu trouxe ele pra cá! (risos)’ Ele falou. ‘Porque ninguém quer o coitadinho’, ele falou assim. – ‘Tá, mas o senhor vem trazer uma tranqueira pra cá?’ ele falou assim: - ‘Calma! Vai lá, toma uma água, te acalma.’ Que ele fazia isso, né! (risos) Eu fui lá, voltei, sentei. Ele falou: - ‘Vem cá, vou te explicar! Esse menino, ele teve uma infância pobre. O pai dele e a mãe dele separaram e o quartel é a única opção dele. Aí, colocaram ele lá na Brigada, e ele tem problema! Ele não é... ele é muito distraído! Ele é uma excelente pessoa. Ele é uma excelente pessoa! Ele tem um coração enorme! Ele é um Soldado prestativo! Ele é uma pessoa assim, que você não encontra em qualquer lugar! Eu conheço ele. Mas ele é muito desligado. Ele tem problema de assimilar as coisas.’ (risos) Então, cê veja o coração do cara, né. Ele pegou o Soldado que todo mundo escorraçava, que queriam bater, prender. E ele trouxe pra dentro da Estação Rádio. Daí eu olhei pra ele, balancei a cabeça e falei assim, pra ele: ‘Tá bom, Tenente, tá bom!’ (risos)

A violência moral, chegando à ridicularização dos colegas de farda, possuía um espaço bastante amplo no terreno relacional entre as camadas hierárquicas, principalmente entre os sargentos e soldados e entre os próprios graduados, legitimada quase que teleologicamente pela intenção de socializar os subordinados, a partir de um modelo socializante autoritário, em que a aprendizagem de atitudes e rotinas deveria ser adquirida, não pela dialética da força do melhor argumento, mas pela força de ações violentas, se não físicas, pelo menos simbólicas.

Em outra passagem da entrevista, o depoente lembra-se de um colega sargento, pouco adepto ao asseio corporal, que, após terminada sua atividade física, enfiava-se no seu uniforme diário e partia direto para o trabalho, sem banho. Insensível aos pedidos dos colegas de alojamento para que tomasse um banho, o depoente conta que um subtenente “aloprado”, na ausência do sargento, solicitou a ajuda de alguns colegas para colocarem o armário do mal aseado debaixo do chuveiro, num ato simbólico de transferência e projeção do bem possuído ao seu possuidor. Muito menos constrangedor do que levar o sargento à força ao chuveiro, e com efeitos simbólicos bastante similares e com muito menos efeitos colaterais, decidiu por levar seus pertences pessoais para uma ducha. Segundo o depoente, o resultado esperado parece ter sido alcançado, já que pelo que constou ao depoente, “diminuiu o fedor” (Entrevista 5).

Parece então que o emprego utilitarista da força moral, para compelir os subordinados a executarem ações desejáveis, permanece sendo utilizado, não somente nas condições previstas em regulamento, de extrema necessidade, mas também em condições corriqueiras, completamente informais, entre os indivíduos pertencentes ao próprio grupo hierárquico. Na atualidade, talvez, menos uma direta coação moral do que o emprego de símbolos ou de ações sobremaneira indiretas, enfim, estratégias bem menos opressoras em relação à integridade física e moral dos indivíduos, mas nem por isso, menos efetivas.

Até mesmo para compelir os indivíduos à disciplina e ao trabalho, a utilização da coação moral tem aparentado, com uma certa dosagem, muitas vezes incapaz de conseguir seu objetivo final que é a produtividade dos indivíduos. Nesse sentido, o depoente percebe que houve uma mudança, com o passar do tempo. Ele entende que nos dias atuais, ao invés de serem coagidos ao trabalho pela mão disciplinar, os poucos adeptos ao trabalho são, normal e simplesmente, deixados de lado pelos superiores. Haveria um grau de leniência quanto à moralidade intrínseca do ato de se dedicar ao trabalho, justamente pelo insuficiente empenho daqueles que possuem a obrigação funcional de exigir-lhes dedicação. Nas palavras do depoente, “ninguém quer trabalhar com ele para não ter dor de cabeça” (Entrevista 5).

f. As tensões da transição social e normativa

Dessa sua percepção, podemos inferir alguns prováveis alcances quanto à socialização dos sargentos. O primeiro deles seria a relativização do ideário de homogeneização das atitudes dos socializados. Não por respeito às limitações ou vontades individuais, mas por economia das energias de todo o sistema disciplinar e dos indivíduos nele envolvidos. Ao invés de dispender alguma energia na (re)educação de alguns poucos repelentes ao trabalho, a oficialidade tem preferido distribuir as tarefas, que seriam por eles executadas, a outros, mesmo que isso acabe gerando uma sobrecarga de trabalho para alguns e algumas desavenças no seio do próprio grupo, o que não seria mau para o grupo dos “estabelecidos”, já que a desarticulação dos “outsiders” significaria garantia de manutenção do *status quo*.

O depoente assume essa posição com um ar de indignação, talvez por pensar que o esquema disciplinar do Exército não esteja a cumprir seu papel de suposto mantenedor da

justiça, o que passaria, em última análise, pela equanimidade na distribuição das tarefas. Sua indignação talvez venha do senso de injustiça provocada por esse novo *modus operandi*, aplicado por alguns oficiais, na condução dos trabalhos rotineiros, o qual leva muito em conta a autodisciplina de seus subordinados sargentos. Não por benevolência ou humanitarismo, mas simplesmente por economia energética, no empenho disciplinar, por preferir não “ter dor de cabeça” (Entrevista 5).

O discurso incentivador da autodisciplina na socialização militar, de longe, não é novidade no Exército, muito menos lhe é exclusividade. A disciplina do soldado depende basicamente da sua vontade particular, dentre outros elementos que a formam, incluindo a coação e o conseqüente medo da punição. Contudo, os seis depoentes que contribuíram com esta tese parecem perceber um ponto em comum, que é uma mudança, ainda que lenta, na direção do modelo disciplinar do Exército, mas que, após os anos de 2000, teve seu ponto de inflexão sobremaneira acentuado, principalmente após a mudança do Regulamento Disciplinar, ocorrida em 2002,³⁶⁴ e do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, ocorrida em 2004.³⁶⁵ Antes da entrada dos anos de 2000, apesar de já existirem intenções muito dissipadas e pontuais no sentido contrário, a mão de ferro das ações punitivas era vigorosa e sobejamente empregada na correção dos indóceis. Essas ações disciplinares, muitas vezes, extrapolavam suas medidas consideradas legítimas, o que acabava provocando nos mais críticos a sensação de injustiça e, conseqüentemente, de descrença em relação à legitimidade de todo o sistema disciplinar, tal qual ele se apresentava.³⁶⁶

No final da década de 1990, o regime disciplinar passou a ser questionado formalmente em ações administrativas e, principalmente, judiciais. Institucionalmente, o Exército, em um ato de resposta a essas reclamações, viu-se obrigado a alterar seus protocolos disciplinares, na tentativa de torná-los menos obscuros, menos descentralizados, e, enfim, torná-los mais sujeitos ao controle objetivo. Na impossibilidade de manter inalterado o regime disciplinar, pois sua fragilidade em relação à Constituição Federal de 1988 (RODRIGUES, 2008, pp. 184-191) era notória,³⁶⁷ a alta cúpula do Exército viu-se compelida a mudar suas

³⁶⁴ Regulamento Disciplinar do Exército. Decreto nº 4346, 26 Ago 2002.

³⁶⁵ Regulamento Interno e dos Serviços Gerais. Portaria nº 816, 19 Dez 2003. Separata ao Boletim do Exército nº 51, 19 Dez 2003.

³⁶⁶ Contra a validade do Regulamento Disciplinar, ver Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3340-9, transitada e julgada pelo STF. A ADI foi julgada improcedente. Publicado pelo e mentário nº 2267-1, de 03 Nov 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=409292>; Acesso em 7 Abr 2010.

³⁶⁷ Não havia no Regulamento Disciplinar de 1984, vigente até 2002, previsão legal para o contraditório e a

estratégias disciplinares. A autorregulação dos indivíduos – e nesse caso específico estamos falando do grupo dos sargentos –, que anteriormente era apenas um discurso vazio, pertencente ao universo dos regulamentos formais, passou a ser considerada como um método disciplinar plausível de aplicação, na vida prática, apesar da resistência de oficiais mais conservadores.

Tendendo a vigor como um método disciplinar, com muito maior economia de esforços, por parte dos oficiais, e com maior autonomia e poder por parte dos sargentos, a autorregulação como intenção disciplinar, trouxe um subproduto à socialização dos sargentos, imanente à relativa liberdade conseguida pelo seu grupo. Essa relativa liberdade se expressara, por exemplo, pela Associação de Praças do Exército Brasileiro (APEB), cuja sede nacional fora fundada em Recife, em 2000, mas que – apesar do notório contragosto da alta oficialidade e das perseguições internas que gerou e vem gerando – veio se espalhando em outras regionais, pelo Brasil. A forma pela qual a fundação da APEB foi conduzida parece demonstrar claramente que, pelo menos aquela parcela dos sargentos que empreenderam a causa de sua fundação teve um temor apenas controlado por represálias institucionais, incapaz de deter suas intenções. Esse destemor fora sobremaneira influenciado por um pensamento constitucionalista e jurdica de alguns de seus fundadores (RODRIGUES, 2008, pp. 148-156). Ele parece ter operado quase como uma espécie de contragolpe do grupo, em relação ao histórico de disparidade de seus poderes e os oficiais. A fundação da APEB deu-se de maneira bastante pungente, com a acidez de um revide, que só teve condições de ser dado porque o excedente de poder, obtido pelo grupo dos sargentos, já havia atingido um grau sobremaneira elevado. Fora um resultado esperado, dentro de uma figuração de “estabelecidos” e “outsiders”, pois, conforme Norbert Elias explica,

As tensões e conflitos de grupos inerentes a essa forma de relação podem manter-se latentes (que costuma acontecer quando os diferenciais de poder são muito grandes) ou aparecer abertamente, sob a forma de conflitos contínuos (o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos *outsiders*) (ELIAS, 2000, p. 32).

ampla defesa formal, direitos previstos na Carta Magna de 1988. Havia a previsão de somente se ouvir a versão do transgressor. O direito de ir e vir das praças era comprometido por uma normatização, contida no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, que previa que a liberação do pernoite no quartel às praças era uma concessão do comando ao seu bom comportamento, o que, na prática, fazia com que o pernoite fosse uma forma de punição disciplinar não prevista no regulamento disciplinar, inteiramente sob o poder discricionário de seu comandante de subunidade.

Não só a APEB, mas mesmo os sargentos individualmente, no final da década de 1990, começaram a assumir um papel mais representativo de luta por seus direitos. Um conflito contínuo, como fala Elias, que, nesse sentido, forçou um importante deslocamento de poderes em favor do grupo *outsider*, deslocamento de forças que tivera o suporte de instituições fora do ambiente relacional, particularmente os órgãos de imprensa e do Poder Judiciário.

Norbert Elias nos ajuda a explicar esse quadro relacional e a consequente retaliação dele advinda, por parte do grupo dos sargentos. Segundo ele,

a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes – os antigos *outsiders*. Tão logo diminuem as disparidades de força ou, em outras palavras, a desigualdade do equilíbrio de poder, os antigos grupos *outsiders*, por sua vez, tendem a retaliar (ELIAS, 2000, p. 24).

As retaliações vieram com ainda mais poder, pois foram graças a elas que alguns regulamentos militares foram alterados, em benefício das praças. Contudo, há um paradoxo que envolve essa relação entre “estabelecidos” e “*outsiders*”, intimamente relacionada à natural interdependência entre os dois grupos e ao passado de maior dependência dos sargentos, em relação aos oficiais.

Como uma espécie de efeito de trava, o grupo tem obtido um excedente maior de poder, não obstante, sem o preparo para geri-lo, mesmo internamente, dentro do grupo, e levá-lo a termo, em todos os seus matizes. Devido a uma maior autodeterminação do grupo dos sargentos, em seus afazeres cotidianos e, não acostumados a tal, os sargentos parecem esperar dos oficiais uma ação mais enérgica, nos casos relacionados aos sargentos – considerados pelo grupo, e também pelos oficiais – pouco afetos ao trabalho. Estes parecem ser reputados pelo depoente como deletérios à harmonia do grupo dos sargentos, pois, segundo o depoente, perante todo o grupo, de um modo geral, “eles se dão bem” (Entrevista 5). Significa isso que, na vida prática, possuem a regalia de não trabalharem como os demais e de não responderem disciplinarmente por seu baixo rendimento laboral. Na insuficiência da autodisciplina de alguns e na ausência de uma compressão moral mais efetiva, por parte de elementos mais graduados do próprio grupo, os sargentos parecem esperar que os oficiais exerçam sua autoridade de uma maneira mais incisiva e constante, a fim de conduzir os indolentes a uma maior disponibilidade ao trabalho. O depoente não encara essa função como

se ela fosse do grupo pois historicamente não fora forjada uma tradição de liderança dos sargentos, em relação aos membros de seu próprio grupo, e em relação aos soldados. Não houve coesão suficiente, no grupo dos sargentos, para que cada um de seus membros pudesse se sentir responsáveis, uns pelos outros, em suas ações desonrosas ao bom nome do grupo. A coesão sempre fora característica dos “estabelecidos” oficiais. A dependência do grupo dos sargentos em relação ao grupo dos oficiais, dessa forma, é mantida até mesmo no sentido de empreender a harmonia do próprio grupo dos sargentos, incapaz de ser organizar por si próprio.

Esse modelo relacional corresponde ao modelo figuracional proposto por Elias, quanto às relações de poder entre grupos considerados rivais, numa figuração de “estabelecidos e *outsiders*”. A exclusão e a estigmatização dos “*outsiders*” pelos “estabelecidos” são armas para que estes últimos preservem sua identidade e afirmem sua superioridade, mantendo os outros em seu lugar. Como já citado aqui, na sociedade que lhe fora objeto de pesquisa, o grupo estabelecido dispunha de um índice de coesão mais alto que o do grupo *outsider*, e essa integração diferencial contribuía para que houvesse um excedente de poder para os estabelecidos. Sua maior coesão permitia que o grupo reservasse para seus membros as posições sociais com potenciais de poder maior que os outros, o que reforçava ainda mais sua posição e excluía dessas posições os membros do outro grupo (ELIAS, 2000, p. 22)

Do mesmo modo, no caso do Exército Brasileiro, a falta de coesão do grupo dos sargentos, e muito mais no grupo dos cabos e dos soldados, seria de suma importância para a manutenção do *status quo* de superioridade do grupo dos oficiais, porque mantém os sargentos afastados de posições de poder dentro do sistema disciplinar, diminuindo-lhes, ainda, as possibilidades de fazerem reivindicações consistentes, pois, sem coesão, não há uma “coletividade” de sargentos, e sim inúmeros contingentes de sargentos em cada uma das unidades do Exército, independentes e desconectados entre si. A fundação de uma associação de praças foi um passo no sentido oposto e, por isso, tão combatido pela oficialidade. Mesmo havendo um peso muito pequeno da associação de praças em relação às definições de poder do Exército, por possuir um número pouco significativo de associados, o fato de se constituir em pessoa jurídica, determina, via de regra, uma relativa autonomia em relação ao Exército, e um suporte de poder para o grupo que ela representa. O cientista político, e coronel do Exército, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann acredita que houve uma interseção entre o desejo

das praças terem reconhecida a sua cidadania e uma suposta mutação no fluxo de poderes, entre os grupos que constituem o Exército. Para aquele autor,

Estas discussões a respeito da cidadania militar foram provocadas, na sua maioria, por associações de praças, ou seja, soldados, cabos e sargentos, que se sentiram lesados em seus direitos. A Associação de Praças do Exército Brasileiro – APEB, que tem criado debates polêmicos, não é a única associação; a Ambiente Militar também é composta de praças, como já referido anteriormente. Portanto, há uma mobilização de baixo para cima que teve o poder de alterar o rumo das coisas, chegando a mudar o Regulamento Disciplinar do Exército, o que não é pouca coisa. A ordem tradicional anteriormente estabelecida perde a segurança e estabilidade, e dá lugar à novidade, respaldada na legitimidade (KUHLMANN, 2004, p. 8).

Com a ordem anterior perdendo estabilidade, sem uma completamente nova para ser posta em seu lugar, há uma mescla heterogênea e elementos concertados sob o cetro de uma legitimidade, supostamente presumida. Nesse sentido, esse sistema compósito de novos e velhos arquétipos acaba permitindo o surgimento de hiatos de poder que, até que se estabeleça um acordo, ainda que tácito, a respeito de quem os irá assumir, deixam à deriva aqueles que foram socializados sob o jugo da velha ordem. Dessa tensão entre as forças vetoriais em jogo, surgem as crises, as contradições, os desencontros, as inadequações datadas.

Daí, no nosso caso concreto, a aparente contradição entre os sargentos que, ao mesmo tempo em que exigem dos oficiais um tratamento mais cidadão, humanitário, justo, também anseiam por uma ação disciplinar mais efetiva, desses mesmos oficiais, em relação a seus próprios colegas sargentos, que não se enquadram ao sistema laboral. O indivíduo socializado dentro de um organismo burocrático tradicional reage de uma maneira tradicional, dentro de uma nova ordem que não é mais a tradicional. As novas formas de organização da sociedade exigem um outro sistema de pensamento, que ainda não se construiu, mas está em processo. A ordem mutante não deu tempo, ainda, para que os arranjos e rearranjos dos dois grupos se acostumem com as suas novas liberdades, nem com as suas novas responsabilidades delas advindas.

Os defensores da antiga ordem, normalmente aqueles que detêm consigo um coeficiente maior de poder dentro da figuração social, digladiam tenazmente pela manutenção do seu *status quo*, opondo-se à maioria das formas de mudança que podem alterar aquele coeficiente.

No caso do Exército, a velha ordem é representada pela defesa de um estilo de comando militar autoritário, cujas características principais são a subjetividade controlada das

ações, a autocracia dos comandantes, e a separação do Exército e de seus componentes, em relação a outros ordenamentos, o que implica em fechamento da instituição a sociedade que a engloba. O novo ordenamento é apresentado por uma intenção de objetividade das ações de comando, uma espécie de liderança relativamente democrática, a abertura do Exército à sociedade e ao seu ordenamento jurídico.

Em relação a esse último elemento vetorial, entre fechamento e abertura do Exército à sociedade e ao seu ordenamento jurídico, o próprio depoente participou de um evento ilustrativo em relação ao que podemos chamar de “permeabilidade” da sociedade militar ao juridicismo civil, ou ao que Norberto Bobbio chamou de “Era dos Direitos” (BOBBIO, 1992). Uma permeabilidade que, de uma maneira variavelmente intensa, tem trazido determinados limites objetivos ao exercício subjetivo do comando militar.

Nesse evento, vivido pelo depoente, ele narra que, entre os anos de 2004 e 2005, ele e outros militares da unidade militar em que servia, haviam impetrado duas demandas judiciais contra a Instituição, peticionando ressarcimentos pecuniários por conta de descontos considerados ilegais pelo Fundo de Saúde do Exército, e também, por salários pagos a menos aos militares das camadas inferiores. Segundo o depoente, o indivíduo que comandava a unidade “começou a fazer uma pressão no pessoal”, informando não serem permitidas aquelas ações (Entrevista 5). Aquele seu comandante exigiu a presença de cada um dos impetrantes, incluindo o depoente, para uma conversa nada amistosa, acerca do suposto erro moral daquelas ações judiciais contra o Exército.

Possivelmente sentindo a insensibilidade do depoente ante aos seus argumentos, o coronel mudou sua estratégia discursiva, apelando, em tom de ameaças, às supostas pretensões de carreira daquele sargento:

Eu tô olhando aqui o teu conceito e eu vejo que você é um bom militar, mas você pode ser prejudicado. Você pode ser prejudicado com essa situação. Você tem bom conceito, e isso aqui pode cair (Entrevista nº 5).

Em relação aos militares sem estabilidade e aqueles considerados temporários – que são os que não ingressam por concurso público e, cujo contrato, não pode ultrapassar os oito anos de serviços –, de acordo com o que conta o depoente, houve uma reunião com o comandante, também com o mesmo tom de ameaças, ao afirmar que os temporários precisavam de engajamento, reforçando que a sua concessão era um poder discricionário do comando, e que se este não concordasse com alguma ação de seus subordinados, ele poderia

não autorizar a renovação de seus contratos. As ações discursivas daquele comando, então, foram tomadas em duas frentes. Para os não-estabilizados – mesmo concursados e, presumidamente com uma carreira –, e para os temporários, a ameaça concentrava-se em sua permanência no Exército. E para os que já eram estabilizados, “eles faziam pressão em relação a conceito, transferência, a função que o camarada vai exercer” (Entrevista 5).

Dias depois, o comandante recebeu uma intimação do Ministério Público, devido a uma denúncia apresentada por dois advogados àquele órgão, contra a sua pessoa, por cercear a liberdade de militares em recorrerem ao Judiciário.

Crendo ser resultado da denúncia feita – pois, talvez, o comandante houvesse pensado ter sido o depoente o seu coautor –, o entrevistado afirma ter sido posto em funções consideradas ruins, por isso, indesejáveis pela maioria de seus colegas de grupo. Parecendo ser uma espécie de punição – não disciplinar, mas funcional –, o depoente prefere acreditar ter sido um modo de testá-lo, até quando “suportava a pressão” (Entrevista 5). O que, em certo sentido, potencialmente garantiria ao comandante uma motivação concreta a uma punição disciplinar, caso houvesse algum tipo de insubmissão pelo depoente, advinda da sua contrariedade pelas funções exercidas, ou pela forma como fora designado a elas. Tal fato parece não ter ocorrido, pelo menos não foi mencionado nada a esse respeito.

A visão do depoente, a respeito do ocorrido, é bastante representativa em relação à forma com a qual se tem processado aquela “permeabilidade” de que falávamos linhas antes, entre a sociedade militar e a sociedade civil. Uma sociedade civil que, ainda que de uma maneira muito relativa, se estabelece sobre uma lógica jurídica carregada de uma visão liberal, fundamentada na ordem escrita, entendida como panaceia para todos os problemas organizacionais da sociedade. Uma sociedade civil que retira o papel de coadjutor do 3º Poder e o coloca em protagonismo na resolução de questões de conflito, entre as vontades de indivíduos, e no caso em questão, indivíduos em funções de agente de Estado, e as vontades de indivíduos pacientes desse mesmo Estado.

Essa permeabilidade fora, e tem sido, instrumentalizada pela ação de indivíduos e grupos, cujas vontades eram secundarizadas pelas vontades de indivíduos e grupos, legitimados pela função de agentes de Estado, e viam nessa secundarização uma afronta a direitos individuais trazidos pela carta constitucional brasileira, de 1988.

As intenções, no sentido de arbítrio de adequação, por parte dos agentes do Estado, se iniciaram somente após uma enxurrada de ações judiciais impetradas por indivíduos e

grupos inferiores na escala hierárquica, contra indivíduos e contra os próprios regulamentos militares. Os pontos que atacavam eram aqueles que se acreditavam abusivos e socialmente discriminatórios, mas legitimados pelos operadores do sistema disciplinar, através do manto sagrado da preponderância universal do coletivo, em detrimento dos indivíduos que o compõem. Nesse sentido, os arbítrios de adequação da cúpula da Instituição, que começaram a tomar forma em 1999, com muito mais amplos, representativos e práticos resultados somente entre 2002 e 2004, conforme já comentado linhas anteriores – com as alterações dos dois principais controladores heterônomos dos indivíduos, que são o regulamento disciplinar e o regulamento dos serviços gerais –, apontam para uma discreta maleabilidade do coletivismo militar.

Se, até então, o coletivismo poderia ser utilizado como legitimador universal das vontades de hierarquicamente superiores, submetendo vontades de inferiores hierárquicos, ele passou a encontrar limitações fundamentadas no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que trata dos Direitos e Garantias Individuais.

Além do arbítrio de adequação, a outra reação dos agentes mantenedores do regime – ante a onda de juridicismo que, à força, penetrava os muros dos quartéis, incitando cada vez mais a alta oficialidade a compreender os rudimentos do universo jurídico, suas formalidades, fundamentos, premissas e discursos – fora a criação de assessorias especializadas. Formalmente foram criadas assessorias jurídicas em cada uma das Grandes-Unidades comandadas por generais. Normalmente essas assessorias passaram a ser exercidas por bacharéis em Direito concursados ou recrutados pelo Exército. Muitos deles sargentos que se formaram em universidades e depois prestaram o concurso para o Quadro Complementar de Oficiais.

g. Saberes civis e desequilíbrio de poder em favor dos sargentos

Por seu turno, de maneira informal, muitas unidades comandadas por coronéis, em nível de batalhão, sem previsão regulamentar para tal, também foram criando suas próprias assessorias jurídicas, aproveitando os saberes jurídicos de oficiais e mesmo sargentos que, por seu interesse particular, graduaram-se em Direito, já durante a sua vida militar.

Desse modo, podemos dizer que os agentes da manutenção do *status quo* da Instituição têm-se armado com os saberes de indivíduos que, por seu desejo individual,

muitas vezes sob o olhar desconfiado de reprovação ou, no limite de tolerância de oficiais comandantes, buscaram nos bancos universitários um reconhecimento social a que talvez a farda não atribuía. Um saber que poderia, potencialmente, ser utilizado na defesa dos indivíduos, diante do poder coercitivo dos mantenedores da coesão da coletividade, tem sido utilizado em defesa dos interesses desse mesmo coletivismo conservador, reativo aos direitos individuais, fruto do que Norbert Elias chamou de “efeito de trava”, entendida quando

a dinâmica dos processos sociais não-planejados tende a ultrapassar determinado estágio em direção a outro, que pode ser superior ou inferior, enquanto as pessoas afetadas por essa mudança se agarram ao estágio anterior em sua estrutura de personalidade, em seu habitus social (ELIAS, 1994, p. 172).

De qualquer maneira, para além desse “efeito de trava”, uma mutação nas relações sociais internas do Exército é encontrada na pragmática exploração dos saberes *extra-corporis* por parte dos comandos militares. A utilização de sargentos, bacharéis em Direito, como assessores jurídicos, função regulamentarmente exercida por oficiais e o consequente desvio de suas funções de execução parecem indicar dois aspectos diferentes dessa mutação.

O primeiro aspecto é o de que o pragmatismo funcional da alta oficialidade tem parecido capaz de derrogar as supostas incongruências sociais, que normalmente havia em relação a uma praça exercer cotidianamente as funções de assessor direto de um comandante, por seu turno, na prática até então, um papel de oficiais do estado-maior da unidade, capitães, majores, tenentes-coronéis. Entre não haver qualquer tipo de assessoria direta, por falta de oficiais com o saber apropriado, e tê-la por um sargento credenciado, tem-se preferido a utilização dos sargentos.

O segundo aspecto, que, de modo algum anula o primeiro, é que talvez, ainda que muito lentamente, esteja havendo algum tipo de aproximação entre o grupo dos sargentos – no Exército, até então, tradicionais “*outsiders*” do Exército e, em consequência, apartados por completo das funções que exigiam um grau um pouco maior de complexidade intelectual –, e os oficiais, tradicionais “estabelecidos” em relação aos sargentos. Ou seja, os gradientes de poderes dos dois grupos vêm sofrendo alguns ajustes.

Seria impensável, quase 50 anos antes desta tese, uma movimentação no sentido dessa relativa aproximação entre os dois grupos, já que o sentido empreendido, à época, fora o oposto, pela parcela conservadora da oficialidade que havia tomado o poder em 1964.

Ante a uma transformação que se delineava, com a escalada de várias associações de

sargentos por todo o país e a sua crescente politização, sendo influentes o suficiente para elegerem sargentos que os representassem nas assembleias estaduais³⁶⁸ e, também, no congresso nacional, precisamente conclamando a igualdade de direitos para todos os cidadãos,³⁶⁹ a parcela conservadora da alta oficialidade providenciou para que se diminuíssem ao máximo as possibilidades de os sargentos terem algum tipo de ascensão funcional dentro da organização do Exército, desaprovando e repelindo aqueles que, individualmente, tinham pretensões maiores do que bem servir ao Exército com sua força física. Certamente que determinados regalia, simbólicos e materiais, controladamente distribuídos, também fizeram parte da estratégia da alta oficialidade na dominação dos sargentos.

Numa leitura cáustica dessa época, o coronel Nelson Werneck Sodré, a respeito da relação entre a alta oficialidade e os sargentos dos anos posteriores a 1964, comenta que

Neutralizar a influência dos sargentos, destruir as formas de organização que haviam alcançado, isolar os elementos mais destacados na resistência aos desmandos dos ministros subversivos, impor uma disciplina rígida de obediência, depurar o quadro de sargentos e exercer sobre ele estreita vigilância, passaram a ser as grandes preocupações da cúpula militar, onde os elementos golpistas permaneciam em paradoxo aparente. É variada e numerosa a série de fatos que assinalam a anomalia curiosa: vencidos pareciam vencedores, os militares que haviam assegurado a continuidade democrática passavam a ser perseguidos e marcados como elementos perigosos, particularmente os sargentos. [...] Em torno dos sargentos, a suspeição era generalizada e profunda. Em vez de encarar a participação dos sargentos na crise, coma as formas que apresentava, como um indício veemente de positivo avanço, como demonstração concreta de consciência, benéfica às Forças Armadas, tônica para a estrutura militar, colocada a disciplina em sua exata conceituação, as autoridades encaravam tudo isso como terrível realidade, que exigia severas providências acauteladoras da 'ordem pública'. Sargento pensar, sargento estudar, sargento participar, sargento ter direitos de julgamento pareceram formas subversivas, a que era necessário atender de pronto, não no sentido de encaminhá-las, de colocá-las a serviço da estrutura militar e do país, mas no sentido de reprimi-las, de vigiá-las, de considerá-las marginais e condenáveis (SODRÉ, 1968, pp. 384-385).

Funcionalmente, pelo Exército, mesmo depois de passadas as causas desse bloqueio em relação a alguns aspectos identitários dos sargentos, particularmente quanto à sua capacidade de refletir, julgar e exprimir opiniões consideradas válidas a respeito de sua realidade, foi mantido um mesmo arcabouço. Um arcabouço historicamente construído, já que o grupo dos sargentos, desde pelo menos o final do Império, não era considerado sequer como

³⁶⁸ Foi o caso do sargento eleito para a Câmara dos Deputados do estado do Rio Grande do Sul, Aimoré Zoch Cavalheiro e do outro sargento eleito para a Câmara dos Vereadores de São Paulo, Edgar Nogueira Borges, que foram impedidos de tomarem posse, por uma normatização constitucional pouco explícita, sendo o estopim para a causa da chamada Revolta dos Sargentos de Brasília, ocorrida em 12 de setembro de 1963.

³⁶⁹ O caso mais conhecido foi o do Deputado Federal Antônio Garcia Filho, do PTB da Guanabara.

uma verdadeira categoria profissional armada, sendo essa uma exclusividade dos oficiais. Nas décadas de 1950 e 1960, houve uma tendência em sentido contrário, com uma tendência de aproximação entre os grupos de oficiais e de sargentos. Com o Golpe Militar, em 1964, aquela estrutura vira-se reforçada em seus elementos conservadores e aquele fosso, que desde o término da II Guerra Mundial, havia começado a ser soterrado, começou a ser ressurado, resultando na manutenção do distanciamento entre aqueles grupos. Esse modelo relacional resistiu quase que inalteradamente, até o final da década de 1990.

Elias nos ajuda a explicar esse movimento nos seguintes termos:

Quando, por exemplo, o poder social de pessoas ou grupos de uma mesma área social é excepcionalmente desigual, quando grupos socialmente fracos e de posição subalterna, sem oportunidades significativas de melhorar sua posição, são pareados com outros que detêm o controle monopolista de oportunidades muito maiores de poder social, os membros dos grupos fracos contam com uma margem excepcionalmente reduzida de decisão individual. Nesse caso, quaisquer dons destacados ou características intensamente individualizadas entre os membros dos grupos fracos não podem ser desenvolvidos, ou só o podem ser em direções havidas por antissociais do ponto de vista da estrutura social existente (ELIAS, 1994, p. 50).

Assim foram considerados os membros do grupo “*outsider*”, na maioria das vezes, desde 1964 até bem próximo dos anos de 2000. Nesse sentido, os sargentos que procuravam, pelas vias intelectuais, algum tipo de ascensão social ou respeitabilidade, faziam-no sob algum ou outro tipo de represálias de oficiais, conforme disposto neste trabalho, em entrevistas anteriormente analisadas. Não havendo como impedir o intento, os oficiais acabavam tendo que tolerar os sargentos estudantes, que, normalmente, ao final de seus cursos, buscavam autonomamente na vida civil a aplicação dos saberes adquiridos nos bancos universitários e o reconhecimento social de seu *status*. Sendo relativamente fechado à sociedade, o Exército não possuía uma demanda por saberes universitários, além da que podia ser suprida pelos poucos oficiais que também recorriam aos bancos universitários para completarem suas cotas de reconhecimento social.

Sendo, no projeto organizacional do Exército, elementos executores, e considerados por indivíduos pertencentes à oficialidade como indivíduos inferiores e não qualificados, a totalidade dos sargentos permanecia cumprindo suas funções específicas de execução, mesmo com alguma qualificação universitária de algum interesse para o Exército.

A falta de aplicação de seus saberes frustrava alguns mais determinados a um maior reconhecimento social, e saíam do Exército para uma carreira civil. Para muitos, o grau de

frustração não seria o suficiente para superar seu desejo por estabilidade e segurança, supostamente garantidas pela vida militar. E prosseguiram em suas atividades rotineiras no quartel e, muitas vezes, exercendo em paralelo a ela, as atividades para as quais se formaram, mesmo tal ato sendo proibido pelos regulamentos militares.³⁷⁰

De qualquer maneira, o simples fato de terem uma reserva de saber acumulado, reconhecida coletivamente, já lhes garantiria, individual e coletivamente, um enorme potencial de poder, tendo consciência disso ou não. Essa energia potencial acumulada que se manteve, pelo menos por algum tempo, socialmente em estado de letargia, seria sobremodo importante para o que estaria por vir, em relação ao grupo dos sargentos, dada a relação intrínseca entre saber e poder. Novamente é de Norbert Elias a observação de que

aqueles que monopolizam o acesso a informações e decisões asseguram para si mesmos certas fontes de superioridade em termos de poder e *status*. A destreza necessária para a aquisição de saber é uma dessas fontes. Segundo uma tradição antiga, o saber, inclusive o saber de como adquiri-lo, é visto apenas em suas qualidades de meio de conhecimento. Normalmente se dá pouca atenção ao saber como meio de poder, entretanto, as duas coisas são praticamente inseparáveis (ELIAS, 2000, p.208).

Com a lenta, mas gradativa penetração na sociedade militar do juridicismo em voga na sociedade civil, a crescente demanda pelos saberes jurídicos fez com que houvesse uma insuficiência de oficiais habilitados nessa área. Mesmo a contratação de oficiais temporários, com o passar do tempo, fora insuficiente para cobrir a demanda, já que quartéis comandados por coronéis não tinham previsão regulamentar para a função específica de assessoria jurídica.

A demanda surgiu numa época em que, entre os sargentos, já havia uma abundante mão de obra, capacitada em várias disciplinas universitárias, particularmente o Direito. Para se ter uma estimativa atualizada desse crescimento, somente bacharéis em Direito, nos dias atuais, o Exército conta com 1194 sargentos, subtenentes e oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), que fizeram carreira como sargentos.³⁷¹

No cômputo geral do efetivo do Exército, não representa grande coisa, levando-se em consideração o fato de que, entre oficiais do QAO, subtenentes e sargentos, o Exército

³⁷⁰ Numa lista de alunos da Escola de Sargentos das Armas, da turma de 1959, há muitos exemplos tanto daqueles que deram baixa após algum curso universitário, quanto daqueles que permaneceram no Exército até se aposentarem, mas exercendo atividades paralelas à atividade militar. Ver: *Você sabia?* Disponível em: <https://sites.google.com/site/montecastelocom/turma-monte-castelo-1959/voce-sabia>; Acesso em 26 Out 2010.

³⁷¹ Pesquisa feita na página do Departamento Geral do Pessoal, do Exército. Disponível em: http://www.dgp.eb.mil.br/almq1/procura_cursos_u3.asp; Acesso em: 15 Jul 2012.

possui algo em torno de 55 mil militares,³⁷² resultando, portanto, algo em torno de 2% do efetivo daqueles praças e oficiais do QAO bacharéis em Direito, e que declararam essa condição ao Exército. Não há dados acerca dos que não declararam, podendo ser um número ainda maior. Quando comparado quantitativamente ao número de unidades do Exército, o número de praças e de oficiais do QAO bacharéis começa a tomar um certo vulto. Contemplando todos os tiros de guerra, delegacias do serviço militar, cujos efetivos não passam de dois desses militares, o Exército possui o total de 1225 unidades.³⁷³ Com 1194 bacharéis em Direito, o Exército possuiria, em média, praticamente uma praça ou oficial do QAO, por unidade. A porcentagem aumenta ainda mais quando levamos em conta somente as unidades maiores, de nível companhia em diante, administrativamente autônomas. Estas totalizam 419 unidades³⁷⁴, o que levaria ao considerável número de praticamente 3 praças ou oficial do QAO por unidade. Estimativa nada absurda, dado que, apenas para citarmos alguns exemplos, a Escola de Comando e Estado-Maior, a Escola de Sargentos de Logística e o Centro de Instrução de Aviação do Exército, em 2012, possuíam 5, cada uma; o Estado-Maior do Exército, possuía 8, e a Academia Militar das Agulhas Negras, 12.

Com farta mão de obra entre os sargentos, e diante da escassez de oficiais especialistas em muitas unidades, os sargentos passaram a ser cooptados, de modo muito natural, a exercerem as funções de assessoria jurídica aos comandos de unidades. Entre a atividade repetitiva pouco inovadora e nada estimulante da rotina de um sargento comum, o exercício da atividade intelectual relacionado ao universo jurídico para o qual se habilitaram, e o reconhecimento individual, advindo dessa função, pareciam bastante atraentes.

Isso colocou alguns indivíduos do grupo dos sargentos em contato mais próximo com a oficialidade, pondo-os em uma relativa igualdade funcional, já que as funções as quais esses sargentos passaram a exercer correspondiam às funções de estado-maior. Passaram a haver sargentos assessorando diretamente os comandantes de unidade, o que é uma aproximação singular em toda a história militar brasileira. Até pelo menos nos anos de 2000, os sargentos possuíam uma ligação bem mais direta, no nível batalhão, com os assessores diretos dos comandantes, capitães e majores. Ou seja, os sargentos eram os auxiliares dos

³⁷² Conforme decreto nº 7701, de 15 de março de 2012, que dispõe do efetivo do Exército, em serviço ativo, para o ano de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7701.htm; Acesso em 15 Jul 2012.

³⁷³ Consulta feita na página do Exército. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/>; Acesso em: 11 Jun 2012.

³⁷⁴ Disponível em: <http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/pca>; Acesso em: 9 Jul 2012.

oficiais que assessoravam os comandantes.

Essa é uma aproximação que não parece apresentar-se como uma tendência geral, contudo não incomum, apesar das aparentes contradições a ela inerentes, se levarmos em consideração toda uma cultura de distanciamento, já sedimentada, entre os oficiais “estabelecidos” e os sargentos “outsiders”.

A criação da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), em 1993, e a utilização, naquela escola, de sargentos com o curso de *Sergeant Major*, realizado nos Estados Unidos, parecem indicar um vetor, ainda muito débil, de aproximação entre os oficiais e sargentos. A criação da Escola de Sargentos de Logística, em 2010, e o emprego de sargentos com o curso de *Major*, dentro do mesmo modelo disciplinar iniciado pela EASA, pareceram, também, contribuir para reforçar esse vetor de mutação relacional.

Não há quaisquer razões para hipotetizarmos uma completa transmutação, para o Exército Brasileiro, do modelo canadense³⁷⁵ ou estadunidense – onde o grupo dos sargentos possui uma reserva de poder não muito menor que a dos oficiais, tendo, desde há muito, uma forte tradição de liderança e uma relativa autonomia profissional, sendo considerados pelo discurso oficial a espinha dorsal do Exército.³⁷⁶

Contudo, a atitude, vinda a partir de uma camada da alta oficialidade, de permitir que alguns sargentos brasileiros³⁷⁷ fossem aos Estados Unidos e realizassem o curso de *sergeant major*, no Exército daquele país, depois aplicarem seus saberes de liderança e comando de tropa no Exército Brasileiro, e, ainda, desempenharem, ainda que com muitas restrições, funções que, nos Estados Unidos, são desempenhadas por sargentos, mas que no Brasil são culturalmente desempenhadas por capitães ou majores, parecem ser um indício, pelo menos, de intenção de mudanças nas regras do jogo relacional de poderes entre oficiais e sargentos.

Podemos afirmar que tem havido um sentido de mutação nas relações entre os

³⁷⁵ ENGLISH, Allan D. **Understanding military culture: a canadian perspective**. Montreal & Kingston: MGills-Queen’s University Press, 2004. Ver também: BLAND, Douglas L. **Backbone of the Army: Non-commissioned Officers in the Future Army**. Montreal & Kingston: MGills-Queen’s University Press, 2000.

³⁷⁶ Ver simulação produzida pelo *Center for the Army profession na Ethic*, do Exército Estadunidense. Disponível em: <http://cape.army.mil/Virtual%20Simulators/backbone.php>; Acesso em: 5 Set 2011. Ver artigo do *Sergeant Major* aposentado Miguel Buddle, publicado no portal do Exército estadunidense: *NCOs are ‘backbone’ of the Army*. Disponível em: <http://www.army.mil/article/19700/ncos-are-backbone-of-the-army/>; Acesso em 5 Set 2011.

³⁷⁷ O número total de militares brasileiros da ativa que fizeram o curso é de somente 13. Desses, 6 já são oficiais do QAO, dois subtenentes e cinco ainda são 1º sargentos.

oficiais estabelecidos e os sargentos, antigos “*outsiders*”, provocado por um movimento complexo, que abrange aspectos tais como: ascensão cultural do grupo dos sargentos; irresistível tolerância da oficialidade em relação a essa ascensão, que além de se mostrar cultural, em alguns casos, também mostra-se social, externa³⁷⁸ e internamente à instituição, devido ao emprego utilitário, pelo Exército, de sua mão de obra qualificada, militarmente socializada e mais barata.³⁷⁹

Essa mutação nos é apresentada sob a forma de uma nova distribuição de poderes e, conseqüentemente, de uma relativa diminuição da distância social entre os sargentos e os oficiais. Parece estar em desenvolvimento no Exército a tendência a um tipo de relações profissionais onde permanecem havendo as distinções hierárquicas – não podendo ser diferente, já que ainda continua sendo um organismo militar –, porém essas relações têm sido relativamente temperadas por meio de um outro tipo de regulação: a funcional. As funções desempenhadas, não somente a localização hierárquica de seus responsáveis, passam a ter, também, importância nas relações formais entre oficiais e praças, não somente nas relações informais, como acontecia anteriormente. Como consequência da falta de mão de obra qualificada nos estratos superiores e sua abundância dela nos inferiores, há indivíduos destes estratos que exercem funcionalmente atividades anteriormente consideradas exclusivas dos estratos superiores, e são valoradas pela função exercida, ainda que de maneira muito relativa.

Esse é um processo que pode ser comparado ao que se iniciou com o término da II Guerra Mundial e foi até 1964, com a tomada do poder político-militar pela ala conservadora do Exército. Contudo, uma diferença entre os dois processos é crucial para distanciá-los temporal e qualitativamente.

Na década de 1950 e início da de 1960, os sargentos tornaram-se um grupo reconhecido fora dos muros dos quartéis. Mais esclarecidos, tanto intelectual como politicamente, os sargentos obtiveram a notoriedade que o grupo precisava para manifestar seu descontentamento socioprofissional, por intermédio de uma ala de políticos populistas e, outros, mais à esquerda. Visualizando uma semelhança entre suas causas sociais e a dos demais operários, a face politizada dos sargentos ajudou a conquistar um relativo respeito,

³⁷⁸ É o caso do depoente, por exemplo, que chegou a trabalhar em escritório de advocacia por alguns anos.

³⁷⁹ Em 2006, por exemplo, ao invés de realizar uma nova contratação, para um cargo de 1º tenente, e pagar-lhe um soldo de cerca de R\$ 3.447,00, utilizando a mão de obra de um 2º sargento, o Exército, além de não ter que contratar um novo funcionário, teria que desembolsar somente R\$ 1.923,00, ou seja, um valor de 45% a menos. Para ver tabela de soldo: Lei nº 11.359, de 19 de outubro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11359.htm; Acesso em: 12 Jun 2010.

prestígio e reconhecimento ao grupo como um todo, fora do ambiente relacional militar, chegando a eleger, na política partidária, representantes para suas causas sociais. Causas que, aparentemente, sempre desaguavam no desejo de diminuírem, dentro da figuração militar, as distâncias daquele grupo “*outsider*” em relação aos estabelecidos, os oficiais.

Dentro do quartel, no entanto, naquela figuração em que os sargentos eram interdependentes dos oficiais, o grupo continuou tendo o mesmo trato inferiorizado. Ou seja, o prestígio externo à instituição não havia garantido, em absoluto, internamente, o respeito dos “estabelecidos”. Pelo contrário, nesse jogo aberto de forças em relação aos “estabelecidos”, os “*outsiders*” fizeram com que se sentissem ameaçados em relação às suas reservas de poder e cada vez mais conquistaram sua animosidade e intolerância. O resultado direto dessa estratégia de afrontamento direto, e da tensão e do medo dela resultantes, foi o fortalecimento das percepções preconceituosas dos oficiais em relação aos sargentos, dando ênfase à desigualdade entre os dois grupos e reforçando as prerrogativas sociais e funcionais dos primeiros. Não houve, portanto, conforme condena Nelson Werneck Sodré, a intenção racionalmente controlada de colocar a ascensão social dos sargentos – com sua capacidade de pensar, estudar, participar e ter direito de julgamento – a serviço da estrutura militar; pelo contrário, foram consideradas formas subversivas, marginais, condenáveis, que precisavam ser reprimidas e vigiadas (SODRÉ, 1968, p. 384-385).

Em 1964, os oficiais progressistas que detinham certo poder decisório foram repelidos da instituição, permanecendo, como maioria absoluta, os oficiais ciosos por manter inalterado o *status quo ante*. De 1964 ao início dos anos de 2000, os sargentos foram inibidos do acesso a qualquer forma de acréscimo de poder, em relação aos oficiais, tendo que se adaptarem a uma disciplina discriminatória mais rígida que a existente na década de 1950.

A partir do final dos anos de 1990, surgiria um forte movimento vetorial contrário àquele *status quo* dominante, vigente por quase quarenta anos. Nesse período, os sargentos aceleraram um processo de esclarecimento intelectual e político, que novamente colocaria a alta oficialidade à frente do dilema dos anos de 1960 (RODRIGUES, 2008, pp. 146-172). Contudo, já em outro contexto, muito mais aberto a divergências, as tomadas de posições de ambos os lados têm sido diferentes. Ao invés das ações de rebeldia violenta, do afrontamento direto na tentativa em se mudar dispositivos legais que legitimavam a assimetria das relações hierárquicas com os oficiais – como foi o caso dos anos de 1963 e 64 –, os sargentos passaram a utilizar os dispositivos legais e constitucionais vigentes para buscar legitimidade

em suas aspirações sociais.

Outra diferença em relação aos anos de 1960 é que os discursos reivindicatórios, por uma justiça distributiva de poderes, passaram a ser feitos não para favorecer exclusivamente os sargentos, mas sim todas as praças. Não há a fundação de novas associações de sargentos, como houve no pós-II Guerra, mas a fundação de associações de “Praças” e de “Militares”³⁸⁰, englobando também oficiais insatisfeitos com o panorama disciplinar defendido pelos “estabelecidos” mais conservadores.

Afastando-nos da analogia ao contexto dos anos de 1960, esse processo, que teve início no final dos 1990, implica naquele fato relativamente inovador na história do Exército Brasileiro, já sugerido linhas atrás, que seria uma menor distância entre os grupos sociais que o compõem, o que de certa forma, vai ao encontro do entendimento eliasiano acerca da dinâmica social de longo prazo. Para o autor, os que ocupam a função de patrão são interdependentes dos que ocupam as funções de operários, mas com dependências recíprocas desiguais, não sendo o poder igualmente distribuído. Porém, à medida que as sociedades vão se diferenciando em seu aspecto produtivo, as cadeias de interdependência vão aumentando e o poder é distribuído entre os grupos de maneira menos desigual. A confiança mútua na interdependência tornar-se-á mais recíproca, menos unilateral, e ambos os lados tornando-se simultaneamente mais dependentes do centro (ELIAS, 1970, pp. 158-159).

Noutro sentido, contudo, para não cair na cilada de uma crença de progresso edênico da sociedade, retornando à gênese problemática entre indivíduos e sociedade, Elias põe em questão a fragilidade dessa suposta realidade, colorida por matizes de controle objetivo, que se descortinaria a partir desse processo. Segundo Norbert Elias,

Embora a integração e a coordenação das posições sociais sejam indispensáveis, um dos problemas principais em sociedades altamente diferenciadas é o de como manter um controle institucional efetivo sobre elas. Como poderemos assegurar socialmente que aqueles que ocupam tais posições não subordinem em grande parte as suas funções de ‘ele’ e de ‘eles’ aos seus próprios fins? (ELIAS, 1970, p. 159)

Tendo permanecido a exclusão e a estigmatização como princípios norteadores das relações entre oficiais e sargentos,³⁸¹ o aspecto mutante delas foi que as ações de ambos os

³⁸⁰ Como foi o caso da pioneira APEB (Associação de Praças do Exército Brasileiro), fundada em 2000; da ANPRAFA (Associação Nacional de Praças das Forças Armadas), e suas diversas filiais nos estados.

³⁸¹ Como exemplo, ver os comentários feitos por um general, a respeito de um casal de sargentos homossexuais, em uma gravação colhida por um subtenente, matéria exibida no programa SBT Brasil, no dia 18 de janeiro de 2012. Excluindo o teor referente à sexualidade dos sargentos, nota-se o matiz socialmente preconceituoso

lados passaram a ser potencialmente reguladas, atendendo a critérios objetivos, por intermédio de um campo de forças externo à instituição, relativamente independente dela: o 3º Poder, o Judiciário.³⁸² Tal fato parece indicar que, apesar das poucas garantias empíricas de avanço nesse sentido, ainda que de maneira embrionária, o tradicional modelo de socialização militar, que abria considerável espaço às decisões subjetivas, autocráticas e dogmáticas de indivíduos hierarquicamente superiores, esteja tendendo a dar lugar a um modelo no qual predomina a moderação das pulsões subjetivas por aspectos objetivos de normatização legal. Os dois modelos, em franca concorrência, têm tendido a uma convivência de tenso e inconstante equilíbrio entre suas forças, ora pendendo para os “estabelecidos”, com muito mais poder, ora pendendo para os “outsiders”, menos poderosos.

2. O DUELISTA: ENTREVISTADO Nº 6³⁸³, SARGENTO DE 1993.

a. A luta social e a arte marcial: caminhos para a carreira das armas

Filho de policial ferroviário aposentado e mãe auxiliar administrativa, o depoente nasceu no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1973. De origem familiar humilde, cresceu na periferia da capital carioca, sendo que nos seus oito primeiros anos de vida, foi “criado dentro de uma favela” (Entrevista nº 6). Foi para a escola com 5 anos de idade e a partir de então a violência tornou-se rotina em seu olhar e sensibilidade infantis. Recorda-se que quando viu a primeira pessoa morta por tiros, não tinha mais que seis anos de idade.

A violência das ruas contrastava-se com a segurança que sentia em seu ambiente familiar. Mas sua mãe pressionara seu pai para saírem daquele local, e com oito anos de idade mudou-se para o Bairro de Santa Cruz, também periférico, porém, considerado mais

em relação aos sargentos, quando afirma que, para separá-los, o general iria transferi-los um para o Rio Grande do Sul e o outro para o Rio de Janeiro, lugar em que moraria em uma favela. Disponível em: <http://acapa.virgula.uol.com.br/politica/em-gravacao-general-faz-declaracao-homofobica-a-casal-gay-do-exercito/2/14/15586>; http://www.youtube.com/watch?v=78Z_a4_X_gA; Acesso em: 13 Fev 2012.

³⁸² É forçoso lembrar que o chamado 4º Poder, ou seja, a imprensa tem tido também considerável participação nessa regulação forçada de poderes subjetivos, que gravitam nas relações hierárquicas do Exército.

³⁸³ O depoente solicitou sigilo, tendo em vista estar ainda na ativa e sujeito a graves sanções disciplinares, por conta de opiniões pessoais, a respeito de fatos relacionados ao Exército e pessoas que, de uma maneira ou de outra, o representa.

desenvolvido que Paciência, antigo bairro onde moravam.

A atmosfera de violência, que encontrou nas ruas de sua primeira infância, marcaria profundamente o seu futuro, e seu depoimento atesta a consciência, formada já na maioridade, dessas indeléveis cicatrizes no imaginário daquele menino. As principais brincadeiras coletivas de sua época, como “polícia e ladrão”, ou “gangues rivais” eram representações infantis e lúdicas daquela contraditória e cruel realidade masculina adulta. Aproveitando desentendimentos próprios da meninice, a distração dos adultos, aliás, passava por uma espécie de rinha de crianças no meio da rua,

muitas vezes, as crianças lutavam, brigavam. E fazia rodinha de adolescentes e até de adultos pra torcer. E eu carreguei um passado muito pesado nisso aí. Porque eu era muito franzino e eu carreguei aquele ensinamento de casa, do meu pai, né, que era policial. De enfrentar, não pode ter medo. Então, várias e várias vezes eu apanhava muito na rua. Apanhava, chegava em casa não podia contar que apanhei. Então, eu guardava aquilo pra mim (Entrevista nº 6).

Por essa época, no início dos anos de 1980, séries e filmes televisivos tornaram conhecidas algumas artes marciais orientais, como o Karatê e o Kung-Fu, o que, também, influenciou o depoente, que gostaria de praticar uma daquelas lutas. Mas naquele seu novo bairro havia somente uma academia de Judô, e seu pai, ex-praticante desta arte marcial, convenceu-o a escolhê-la, em detrimento do seu desejo inicial.

Se no início havia escolhido o Judô para aprender a lutar e se defender na rua, com o passar dos meses, seu objetivo principal passou a ser o reconhecimento social por meio da luta como esporte, aspirando ser um “faixa preta” e a vencer campeonatos.

Já com a idade adulta batendo-lhe à porta, foi convencido pelo pai a cursar uma escola técnica. Era uma época de recessão e desemprego e as dificuldades de se conseguir estágio e emprego se descortinavam aos seus olhos. No meio do curso de técnico em eletrônica, um colega havia sido aprovado para o concurso de Sargentos Especialistas de Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira (FAB), e comentou que durante o curso receberia uma ajuda de custo, e depois de dois anos de curso sairia com um emprego estável e com um salário que, à época, fora considerado como “muito bom” (Entrevista nº 6).

Sentindo-se atraído pela história do colega, prestou, sem obter sucesso, por duas vezes o concurso para a escola de sargentos da FAB, e logo em seguida para a escola de sargentos do Exército. Para esta última, fora aprovado, e decidiu ir para o Exército.

Afirma que não havia o sentimento vocacional dentro de si, e escolheu a profissão

por uma simples questão associativa entre sobrevivência material e satisfação de interesse nos esportes. Afinal, o Exército era

um emprego que dava estabilidade. Que bastava um ano de estudo que já tava recebendo um salário. Eu queria me tornar independente o mais rápido possível. E ainda tinha outro apelativo muito bom, porque lá eu podia conciliar fazer os dois esportes que eu gostava de fazer. Tanto o Judô quanto o Futebol. Então, lá conciliou todos esses meus interesses (Entrevista nº 6).

Desconhecia até mesmo como se formavam os diferentes nichos profissionais que compunham o Exército, e seus lugares de formação. O Exército dispunha de vários lugares de formação de sargentos à época. Algumas eram escolas, outros eram unidades que se adaptaram para receber e formar alunos do Curso de Formação de Sargentos (CFS).

A formação das especialidades técnicas concentrava-se no Rio de Janeiro, com a Escola de Instrução Especializada (EsIE), Escola de Material Bélico (EsMB), Escola de Comunicações (EsCom) e Escola de Saúde do Exército (EsSEEx). Havia, ainda, a Escola de Administração do Exército (EsAEx), a qual além de formar os futuros oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), formavam sargentos de Intendência. Fora as escolas propriamente ditas, alguns sargentos de carreira se formavam em unidades normais, que tiveram que se adequar à formação desses alunos. Esse era o caso de unidades em Curitiba (Parque Regional de Manutenção /5) e Barueri (Parque Regional de Manutenção /2).

A formação das armas combatentes tinha essa mesma complexidade, pois a Escola de Sargentos das Armas (ESA), em Três Corações-MG, não comportava a quantidade total de alunos. A grande massa de alunos das 5 armas combatentes era concentrada naquela escola, mas outras unidades foram incumbidas de formar o restante. Unidades em Fortaleza-CE (23º Batalhão de Caçadores) e Juiz de Fora-MG (10º Batalhão de Infantaria) formavam sargentos de Infantaria. Uma unidade em Bagé (3º Regimento de Cavalaria Mecanizado) formava cavalarianos. Uma unidade de Barueri (20º Grupo de Artilharia de Campanha) formava artilheiros. Uma unidade em Porto Alegre (3º Batalhão de Comunicações de Exército) formava comunicantes.

Para aqueles que já tinham servido como soldados, talvez, fosse mais fácil compreender como se arranjava esse emaranhado de qualificações e lugares de formação. No primeiro contato, essas informações podiam parecer confusas demais para um jovem sem conhecimento algum desse funcionamento. Era de se esperar que o depoente – talvez não somente ele, mas, também, uma gorda fatia de civis aprovados no concurso – não

compreendesse muito bem toda essa dinâmica ao se inscrever para o concurso, conhecido popularmente por “prova da ESA”. Sobre os lugares de formação, o depoente se questionava: “Eu fiz a prova pra ESA³⁸⁴! O que que tem a ver EsIE³⁸⁵? O que é que tem a ver EsAEx³⁸⁶? Ou seja, a gente tava realmente mal informado” (Entrevista nº 6).

Desconhecia, também, a diferença de formação profissional daqueles vários lugares: “Eu não tinha noção nenhuma da diferença dessas especialidades. Isso eu só vim a conhecer na própria escola” (Entrevista nº 6). Não dispondo de conhecimento suficiente para elaborar um melhor critério para sua escolha, preferiu obedecer ao instinto familiar de não afastamento do lar paterno, e, por um simples e objetivo critério geográfico, fez a escolha de ir para a EsIE. Sabia somente que disso resultaria, na prática, a sua permanência na terra natal, por aquele ano de formação.

Como aluno, logo no início, havia um período chamado de internato, onde todos deveriam pernoitar na escola durante a semana e nas sextas-feiras eram liberados, para retornarem na noite de domingo. Assim foram nas 4 primeiras semanas. A rotina das instruções começava às 7 horas da manhã e terminava às 21 horas, quando tomavam o que era chamado de “ceia”, e depois eram liberados para dormirem.

Terminada essa fase, normalmente ao término das instruções, no final da tarde, os alunos, em tese, eram liberados para dormirem fora do quartel. Em tese, porque “sempre tinha alguma coisa que impedia a gente de ir” (Entrevista nº 6). Os alunos que recebiam alguma observação durante aquele dia por alguma falta cometida (os chamados “FOs”, ou Fato Observado), ou perdiam o direito de pernoitarem fora do quartel ou ganhavam de presente alguma atividade extra, a ser realizada à noite, que os impediam de sair. Os motivos variavam desde “atrasos na instrução” até “coturno mal engraxado”, “barba mal feita” ou “cama mal arrumada” (Entrevista nº 6). As punições, de imediato e autocraticamente aplicadas, em consequência das faltas, normalmente eram tarefas relacionadas à limpeza das dependências

³⁸⁴ Escola de Sargentos das Armas, localizada em Três Corações-MG.

³⁸⁵ Escola de Instrução Especializada, localizada no Rio de Janeiro, principal lugar onde se formavam os sargentos da área logística. Os alunos faziam o curso básico do CFS naquela escola, que durava cerca de 3 meses. Em seguida, iriam para outras escolas sediadas no Rio de Janeiro. Aqueles que haviam escolhido o serviço de Saúde iriam para a Escola de Saúde do Exército (EsSEx); aqueles que haviam escolhido o serviço de Manutenção de Comunicações, iriam para a Escola de Comunicações (EsCom), ao lado da EsIE. Aqueles que haviam escolhido as áreas de mecânica (automóveis, armamento e mecânico operador) iriam para a Escola de Material Bélico (EsMB) fazer, no restante do ano, o curso e suas especialidades; aqueles que haviam escolhido Intendência e Topografia, permaneceriam na EsIE, e lá se qualificavam.

³⁸⁶ Escola de Administração do Exército, localizada em Salvador. Naquela escola eram formados exclusivamente sargentos de Intendência, e quem para lá fizesse a escolha, automaticamente ingressaria, ao final do curso básico, no curso de Intendência, sendo impossibilitado de escolher qualquer outra especialidade.

da escola.

As instruções vinham acompanhadas, às vezes, de provas aplicadas imediatamente após o seu término. Havendo, também, provas que aconteciam sazonalmente e, principalmente, as provas ao final do curso básico. A média das notas de todas essas provas gerava uma classificação hierárquica dos alunos, em ordem decrescente, que, ao término do curso básico, garantia-lhes a escolha de suas especialidades.

A escolha de sua especialidade fora outro dilema. Preferiria ter escolhido Topografia; porém, pelas limitadas cidades onde poderia servir, particularmente concentradas, segundo ele, na região Norte do país³⁸⁷, fez a escolha por ser mecânico de viaturas, pois assim poderia servir em qualquer unidade do Exército. Os números de vagas para cada uma das especialidades não eram iguais, e a primeira a ter todas as suas vagas preenchidas fora a Saúde. Segundo o que conta o depoente, sua nota lhe permitiria escolher qualquer especialidade, contudo, afirma que “não tinha vocação nenhuma para essa área de Saúde” (Entrevista nº 6).

De acordo com a sua percepção

Normalmente escolhia Saúde o pessoal que tinha um pouco de aversão à parte mais militar, haja vista que a especialização de Saúde ela, entre as armas, ela é vista como a mais paisana. Tendo em vista que o profissional de Saúde, o sargento de Saúde, ele vai lidar com médicos, que são profissionais que não foram formados na Academia Militar. Então a tendência é que o ambiente de trabalho seja um pouco mais civil, por assim dizer. Como eu não senti nenhum problema, nenhum tipo de receio. Eu acho que eu me adaptei bem ao que seria ali a parte militar, essa parte não me atraiu pra escolher a especialidade de Saúde. E aí eu acabei ficando com o curso de Material Bélico, Mecânico de Viaturas (Entrevista nº 6).

É elucidativa a sua percepção, pois ela se contrasta significativamente com as percepções dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, de apenas alguns anos antes. Celso Castro, a partir de sua pesquisa pioneira, realizada na AMAN, em 1988, chegou, dentre outras inúmeras, a algumas conclusões sobremaneira importantes no sentido de se mapear como os militares de carreira são socializados no Exército. Uma delas é a de que “As Armas não teriam então mais *status* simétricos e equidistantes, mas estariam dispostas hierarquicamente” (CASTRO, 1990, p. 94). O estabelecimento dessa hierarquia possuiria

³⁸⁷ Normalmente as vagas para os sargentos topógrafos são distribuídas para uma quantidade de locais bastante reduzida, concentrando-se nos batalhões de engenharia de construção, que se localizam, a sua maioria em cidades interioranas das regiões Norte e Nordeste do país, e, à época, nas 5 Divisões de Levantamento existentes no Exército.

vários critérios, dentre eles a ligação da especialidade (Arma) com a proximidade do combate. Nessa ordem, os cadetes combatentes valorizavam-se, em relação aos técnicos, por serem “mais militares” do que estes. Do lado oposto, os técnicos valorizavam-se em relação àqueles por terem como subproduto de sua especialidade a utilização de sua esfera cognitiva, e, por assim dizer, dominarem capacidades que lhes possibilitem manter um contato maior com o universo “paisano”. Um lado privilegiaria a situação de combate; o outro, o cotidiano. Dentro dessa lógica, os cadetes da Infantaria seriam os mais militares de todos, depois a Cavalaria, a Artilharia, a Engenharia, as Comunicações, o Material Bélico, e, por fim, a Intendência. Celso Castro conclui com isso que

Os cadetes de Material Bélico são conhecidos pelos cadetes das outras Armas como ‘papirões’ (porque ‘têm de estudar muito’) e disputam com a Intendência o título de ‘civis de farda’ (CASTRO, 1990, p. 88).

Ou seja, os futuros oficiais de Material Bélico seriam menos militares, e essa informação parece contradizer as percepções do nosso depoente. Dessa aparente contradição deve-se ter em mente os diferentes referenciais utilizados na construção das duas percepções a respeito das qualidades militares do Material Bélico. O referencial do depoente, para compor a sua percepção, fora a Saúde, enquanto os referenciais dos cadetes da AMAN foram as diversas armas combatentes que lá se formam, principalmente a Infantaria e a Cavalaria, que, em tese, seriam as duas Armas “mais militares”. São “percepções”, e, por isso, são bastante fluidas, muito dependentes das posições de cada um dentro da figuração, e muito dependentes, acima de tudo, dos referenciais que as conduzem.

Trazendo para a realidade do nosso depoente, no entendimento do sargento de Material Bélico, a sua especialidade seria mais militar que a especialidade de Saúde, posto que o sargento de saúde normalmente subordina-se a oficiais médicos, que não são formados pela AMAN. Com isso, a socialização profissional que se prolonga na pós- formação seria de uma qualidade “mais paisana” (Entrevista nº 6), por conta de um contato maior com o universo de oficiais não socializados pela academia militar. A construção dessa associação é sobretudo interessante, pois indica uma percepção tácita de que há uma relação de interdependência entre oficiais e sargentos, e de que as qualidades mais ou menos militares dos oficiais, de certa maneira, são capazes de influenciar a socialização dos sargentos.

Apesar das aparências, a percepção do depoente em nada contradiz as descobertas de

Celso Castro, pois está dentro de uma ordem semelhante às percepções dos cadetes. A diferença são os referenciais empregados. Enquanto os referenciais utilizados pelo sargento técnico, formado na EsIE, foram todas as qualificações técnicas, incluindo a Saúde, os referenciais utilizados pelos cadetes da AMAN foram as armas combatentes. No nível dos oficiais, os que ocupam as vagas da área de Saúde são os médicos, dentistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, etc, e a porta de entrada para uma carreira se dá por concurso para a Escola de Saúde. Não há a formação de oficiais de Saúde na AMAN; portanto, na conformação do universo dos cadetes, essa especialidade não é um referencial válido; logo, deixa de passar pelo crivo categorizador daqueles socializados. Se houvesse, pode ser lícito crer que essa especialidade disputaria, com a Intendência e o Material Bélico, o rótulo pejorativo de “civis de farda”, assim como fica claro na fala do sargento.

De qualquer modo, mesmo tendo nota suficiente para escolher a Saúde, o nosso depoente se afastou do rótulo que ela trazia e fez a opção pelo Material Bélico, Mecânico de Viatura. Pelo menos essa especialidade poderia lhe render melhores possibilidades de servir em qualquer parte do país, apesar de sua intenção inicial ter sido a de manter o propósito de continuar morando no Rio de Janeiro.

No entanto, esta pareceu ser intenção da maioria de seus conterrâneos que escolheram a especialidade. Segundo estimativas pelo depoente,

mais de 60%, ou alguma coisa próxima a isso, eram cariocas que queriam permanecer no Rio de Janeiro. Então, as vagas para o Rio de Janeiro foram disputadas a ferro e fogo pelos cariocas (Entrevista nº 6).

Naquele ano, segundo ele, abriram 11 vagas para a capital fluminense. Dessas, “5 ou 6 eram as que nós chamávamos de boca boa”, que seriam as unidades que não eram de arma, ou pelo menos de armas “menos militares”; as outras eram unidades que no linguajar militar eram “pouco piruadas”, como os batalhões de Infantaria ou os grupos de Artilharia. Havia, também, algumas vagas para a Academia Militar, em Resende, relativamente próxima à sua casa. Contudo, o “pessoal mais antigo” também esclarecera que não seria “um lugar muito tranquilo de se servir” (Entrevista nº 6). Dos 100 colegas da turma, ficara na 30ª posição e ao chegar sua vez de escolha, influenciado por amigos – principalmente um, que também era carioca e que escolhera o mesmo local – preferiu uma unidade de Artilharia, em Olinda, Pernambuco. Deixa subentendido que a cidade onde iria morar compensaria a unidade, pois, afirma o depoente que, apesar de ser uma unidade operacional, “todos falavam que a cidade

era muito boa, que era muito bom servir no Nordeste” (Entrevista nº 6).

Ao final do ano, em fins do mês de novembro, veio a formatura. Depois de algumas semanas em casa, viajara para Olinda, apresentando-se em sua unidade. Havia deixado para trás a perspectiva do aluno, que, segundo ele, seria “como se fosse um soldado, né. Ele não tem responsabilidade, ele não tem nada. Só precisa estudar, fazer prova” (Entrevista nº 6). Nesse sentido, o depoente aponta uma característica determinante no processo de socialização não só dos sargentos, mas de todos os militares, que é a dependência das exigências e prerrogativas, às condições de *locus* funcional, dentro da Instituição. Ao fazer a analogia entre as posições de aluno e soldado, entendendo-as como disposições hierárquicas onde não é exigida “responsabilidade”, o depoente explicita um pensamento acerca do caráter gregário dessas funções, que estabelece uma relativa alienação individual dos que a ocupam, onde o conjunto e a massa configuram-se suas partículas elementares. Não ter “responsabilidade” opera no conjunto de sua assertiva como significante de um estado de letargia individual, onde as ações individuais somente são reconhecidas quando emprestam significados ao todo coletivo. Ser aluno, como ser soldado, é ser um número, um genérico, é estar em massa. É quase não ter direito a um rosto individual, em detrimento da força coletiva que ajuda a construir com seu corpo. O próprio depoente conclui, em desumana analogia, que quando era aluno parecia-lhe estar “dentro de uma boiada” (Entrevista nº 6).

Esse gregarismo se coaduna às observações realizadas por Michel Foucault, em relação aos resultados econômicos da disciplina, na composição das forças sociais (FOUCAULT, 1999, pp. 137-142), e por Erving Goffman, ao se referir a questões como a “mortificação do eu individual” pelas instituições totais (GOFFMAN, 1974, pp. 30-50). Na vida prática do depoente, o resultado desse complexo processo de forças contra as manifestações individuais consideradas improdutivas ao gregarismo institucional, que fora descrito por aqueles e outros autores, cada qual à sua maneira, parece ter gerado uma contrapartida nociva ao próprio gregarismo pretendido pela instituição, que é a sensação de irresponsabilidade individual das camadas inferiores, sem comando, com o destino do conjunto. Essa responsabilidade só passou a ser sentida quando houve uma alteração no seu status individual dentro da configuração social, que lhe concedeu um acréscimo em sua reserva de poder. Esse ganho significou, também, uma obtenção significativa de autonomia decisória.

b. *Status* de grupo e relações figurativas: tensões em equilíbrio

O depoente afirma que somente depois da apresentação na sua primeira unidade é que foi começar a conhecer o que era “ter uma vida de sargento”, e somente a partir dali é que sentiu, num ambiente militar, que “era um indivíduo” (Entrevista nº 6). Desse modo, é lícito dizer que a força gregária, aplicada aos indivíduos que assumem funções no grupo dos sargentos, é de um quilate menor do que a mesma força aplicada aos soldados. Guardadas as proporções matemáticas entre os efetivos de cada um dos grupos e suas disposições hierárquicas, podemos especular, por analogia, que essa força vai diminuindo à medida que o indivíduo vai ascendendo na cadeira hierárquica, ocorrendo uma autonomização gradativa desses indivíduos. Porém, essa autonomização é relativa, porquanto, normalmente, há uma substituição da força gregária imposta pelos estratos superiores, por impulsos crescentes de autocontenção.

Trazendo essa realidade empírica para um campo teórico, a partir da perspectiva eliasiana (ELIAS, 2000), pode-se dizer que essa substituição entre as pressões externas por uma interna, de autocontenção, nesse processo de ascensão hierárquica, faça parte dessa mecânica de distanciamento da posição de “outsider” para uma relativa posição de “estabelecido”. Relativa, posto que – reforçando – a posição de sargento pode ser considerada, em relação ao de soldado ou de aluno, uma posição de “estabelecido”; porém, em relação à posição de um oficial, ele ainda permanecerá no grupo dos “outsiders”.

Essa transição do depoente entre os dois *status* (o de aluno e o de sargento) – com seus distintos universos de procedimentos, exigências e posturas em relação a essas exigências – parece não ter sido vivida de maneira muito serena: “minha primeira experiência que eu tive como sargento, ela foi um tanto quanto negativa” (Entrevista nº 6). Ao se apresentar em sua unidade, a tarefa imposta pelo seu primeiro comandante de subunidade foi recebida com certo receio pelo depoente, por, segundo ele, se tratar de um desafio nada factível. Como haveria a formatura de passagem de comando da unidade na semana seguinte, fora-lhe imposto que aumentasse a disponibilidade das viaturas para a realização do desfile motorizado. Segundo ele, à época, ficou com a impressão (e fora a primeira impressão do que seria desempenhar a função de sargento), de que “iria ter que fazer milagre” (Entrevista nº 6).

Além da enorme dimensão que lhe pareceu todas aquelas atividades, para uma semana, sentia-se como se tivesse que fazer todo aquele serviço sozinho. Na escola não o

havia ensinado a trabalhar com uma equipe que pudesse contribuir intelectualmente, fazendo render o trabalho. Aprendera de alguns oficiais da escola que se o sargento não transmitisse ordens aos seus subordinados, eles nada fariam, numa clara noção de que os soldados e cabos não possuiriam quaisquer ações de moto próprio, sempre a depender das ordens de um sargento. Além disso, falavam que na tropa os sargentos deveriam tomar cuidado com os seus subordinados, principalmente o “cabo velho”: “que, se a gente desse bobeira, o cabo tomava o poder da gente, que o cabo era golpista” (Entrevista nº 6). Já na sua maturidade profissional, o depoente desconfia que aquele “ensinamento”, de alguns dos tenentes – jovens instrutores de formação recente na Academia Militar das Agulhas Negras –, que tentavam incutir, nos futuros sargentos, essa postura de desconfiança em relação ao cabo teria sido um mero reflexo de ideias reproduzidas na Academia. Segundo o depoente,

talvez eles devem ouvir lá na Academia: "Tem um sargento mais velho, tem um sargento antigo. Mas quem tem que mandar é você. Você é quem manda. Você é quem tem que dar as ordens. Então, eles meio que repassaram isso pra gente. 'Óh! Você vai chegar, vai ter o cabo velho. Mas quem manda é você, você é o responsável!" (Entrevista nº 6).

Essa seria uma prática curiosa, bastante contraproducente ao intento de se forjar equipes, das quais o principal elemento de coesão devesse ser a confiança mútua. Política, moral e eticamente condenável, caso eles fossem reais, esses “ensinamentos” dificilmente seriam difundidos fora do grupo dos oficiais, os “estabelecidos”. Há apenas indícios que apontam para o desinteresse, durante a formação dos futuros oficiais, em se trabalhar em equipe, contando com a participação ativa de seus subordinados. No trabalho de Celso Castro verifica-se que, nos discursos dos cadetes da AMAN, de 1988, os subordinados são mencionados sempre no papel passivo de uma relação de poderes e de saberes. Um cadete do 4º Ano crê no fato de que

o soldado não tem o nosso preparo, não tem a nossa base, não acredita tanto nas coisas quanto nós. Então cabe à gente transmitir isso pro soldado [Cad 4º Ano]” (CASTRO, 1990, p. 59)

Outros cadetes, também do 4º e último ano, têm a certeza de sua missão civilizadora como oficiais do Exército:

‘Eu tenho essa ideia de que eu vou ser responsável tanto pela formação militar do elemento, do reservista, mas principalmente por...pela educação desse elemento, né?’

Muita gente chega no quartel sem ter usado um calçado, sem saber escovar os dentes, sem ter tomado um banho decentemente, sem usar um sabonete...'[Cad 4º ano] (...) 'como a estrutura familiar brasileira não tem condições pra dar nem aquela educação mais rica pro nosso soldado, a gente tem que suprir isso...' [Cad 4º ano] (CASTRO, 1990, p. 160).

Outro, ainda, tem a plena convicção de que, na condução dos homens de sua fração, depois de formado, ele desempenhará sozinho o papel de sujeito ativo nessa relação construtiva entre saberes e poderes:

'Eu acho que eu vou fazer os meus homens do jeito que eu quero, entendeu? Vou trabalhar pra fazer o melhor pelotão possível. (...) Porque o soldado alistado, no início do ano, é paisano. Então a gente tem que chegar no final do ano com uma tropa disciplinada, com atitudes de militar, com preparo físico e em condições de cumprir as missões' [Cad 4º ano] (CASTRO, 1990, p. 160)

Todos esses depoimentos foram prestados, a partir de imagens idealizadas quanto ao que seja a vida na tropa. Os cadetes fizeram uma ideia do que seja comandar um pelotão, a partir da interpretação das experiências dos seus tenentes, comandantes de pelotão e instrutores. E todos os depoimentos afirmam a condição solitária de sua futura ação de comando sobre seus subordinados, designados, algumas vezes, de maneira genérica, como “homens” ou “elementos”; outras vezes, de maneira específica, como “soldados” ou “reservistas”. Sempre cuidando de manter acerca deles a imagem de miseráveis, incivilizados, incultos e “paisanos”. Espécie de moderno “fardo do homem branco”, essa visão idílica do poder civilizatório do oficialato – encarregado de transformar jovens supostamente à margem de uma vida de classe média urbana, em cidadãos civilizados –, dificilmente desaguaria na construção de uma relação funcional calcada na confiança mútua entre as categorias hierárquicas, geradora de coleguismo e de espírito de equipe.

Além disso, para tornar ainda mais distante essa relação, quase utópica, de coleguismo entre os “estabelecidos” e “*outsiders*”, o oficial se depara, na vida prática, ao chegar na “tropa”, com degraus hierárquicos intermediários naquela cadeia, que ele imaginara direta, entre tenentes e recrutas. Encontra, por certo, uma determinada disposição por parte desses intermediários em, tanto quanto ele, ou até mais, demonstrar poder. Essa divisão de poderes disciplinares com os cabos e muito mais com os sargentos pode ser vista por ele como uma apropriação indébita de um poder que ele aprendeu ser de sua posse exclusiva. Pode vir a achar, portanto, que os sargentos estariam ciosos em, a qualquer momento, tomá-los o poder sobre seus homens; poder que seria exclusivamente seu, por direito.

É paradoxal, portanto, que o que aquilo que o depoente chama de “ensinamentos” –

acerca de conspirações de cabos, ávidos em tomarem o poder dos sargentos – venha justamente da parte de oficiais, os quais, supostamente, de acordo com o depoente, teriam aprendido que as conspirações de tomada de poder seriam normalmente dos sargentos, contra os oficiais. Essa escalada de conspirações torna-se um lugar comum no imaginário social dos militares, construído a partir de uma mescla disforme de dados históricos, generalizados e tendenciosamente interpretados. O resultado é o medo de grupos superiores em relação aos grupos inferiores, o que reforça ainda mais as posições hierárquicas e dificultam o contágio social, ou o que, no universo militar, ainda é chamado não oficialmente de “promiscuidade”.³⁸⁸

Para o depoente, que aprendera que os cabos poderiam lhe usurpar o poder, esse medo, inicialmente, fora uma realidade. Ao apresentar-se naquela sua primeira unidade, como sargento, deparou-se com um dos cabos mais antigos de sua unidade. Era ele quem estava comandando a seção que o depoente assumiria. Algumas semanas se passaram e o depoente confessa que se sentia na obrigação de manter-se mais afastado, com “um olhar meio desconfiado” em relação àquele cabo, um usurpador em potencial de seu comando na seção. Afinal, o cabo tinha o controle pleno dos homens da seção e muito mais experiência nos trabalhos cotidianos. No entanto, o medo fora sendo substituído pelo saber racionalmente

³⁸⁸ O Regulamento Interno dos Serviços Gerais, de 1957, em seus artigos 354 e 355, ainda se utilizava do termo, para referir-se à mescla de círculos hierárquicos: “Art. 354. Embora seja de interesse para o Exército que todos os militares se mantenham física, moral e intelectualmente capazes, pelo cultivo dos jogos esportivos mais aconselháveis e pela boa apresentação nos meios sociais, é, no entanto, inconveniente a sua prática em **promiscuidade**, pelos sérios prejuízos que traz à disciplina e à compostura a manter em qualquer situação. Art. 355. Em princípio, os jogos esportivos e as competições serão realizados entre militares do mesmo círculo. § 1º Não será permitida a oficiais e praças, a prática em comum de qualquer jogo oficial de âmbito militar, bem como a participação em competições da mesma natureza.” O RISG de 1984, em seu artigo 373, substituiu a sentença “prática em promiscuidade” pela sentença mais politicamente correta: “prática indiscriminada entre oficiais e sargentos”. Sua intencionalidade permaneceria a mesma, que seria a de manter separados os grupos sociofuncionais. No regulamento atual, permaneceu a sentença de 1984, mas, numa tentativa de se adequar aos tempos atuais, em que há o casamento de militares de círculos diferentes, o artigo 456 estabeleceu que: “Aos cônjuges militares pertencentes a círculos hierárquicos distintos é permitido, a cada um, participar do círculo de convivência do outro, quer em acontecimentos sociais, quer na frequência a clubes. Parágrafo único. Aos eventos de cunho oficial ou reuniões sociais, em que seja marcado uniforme, o cônjuge que estiver fora do seu círculo hierárquico comparece, obrigatoriamente, em traje civil.” De qualquer maneira a separação entre as categorias hierárquicas tem sido forçosamente mantida, ainda que tenha havido uma flexibilização nos tempos atuais. Ainda assim, é interessante como se dera essa flexibilização, pois, não havendo uma proibição formal da presença de indivíduos pertencentes a outro círculo, há a proibição do uso do símbolo máximo de seu posicionamento dentro da Instituição, o uniforme. O Exército prefere manter oculta a mistura real entre as categorias, transformando os indivíduos de categorias diferentes em “civis”, por meio do traje. Para o regulamento de 1957, ver Decreto nº 42.018, de 9 de agosto de 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42018.htm; Acesso em: 12 Nov 2010. Para 1984, ver Portaria Ministerial nº 300, de 30 de abril de 1984, do Ministro do Exército. Para o Regulamento de 2003, Ver Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003, publicado em Separata ao Boletim do Exército nº 51, de 19 de dezembro de 2003.

construído a partir do convívio com o cabo, e acabou concluindo ser aquele cabo “um profissional de primeira linha”; ou seja, além de muito competente tecnicamente, um indivíduo muito disciplinado e leal. O depoente admirava-se com a autoridade que aquele seu “braço direito” cultivava entre os soldados, mesmo sem dispor de quaisquer ferramentas regulamentares para garanti-la. “ele era meu braço direito. E em nenhum momento ele se viu contra mim. Muito pelo contrário. Ele foi muito mais do que um auxiliar. Ele foi realmente um amigo” (Entrevista nº 6). Sua desconfiança só fora mitigada depois de tê-lo conhecido, e ter tido a certeza de sua lealdade, medida, dentre outras coisas, por um fato que o depoente se lembra com um tom de gratidão.

O depoente havia sido escalado para cumprir uma missão de distribuição de alimentos, no interior do estado, e lá ficaria por aproximadamente um mês. Nesse período, um outro sargento fora escalado para assumir temporariamente seu lugar, no comando da seção. Esse sargento já era velho conhecido de seus pares, por supostamente apresentar uma característica relacional pouco estimada por eles, sendo “tido como ‘o baba ovo’” (Entrevista nº 6). Então, esse novo chefe começou a propor alterações significativas da seção, muito a ver diretamente com a sua aparência externa, como arrumações, limpeza e pintura, “pra poder talvez mostrar competência” (Entrevista nº 6) aos oficiais que por perto passassem.

De maneira bastante sutil, aquele cabo e sua equipe conseguiram impedir cada tentativa pavoneante daquele sargento. Em momento algum, o cabo parece ter se indisposto ou se indisciplinado com o sargento. As retaliações às suas ideias se deram por motivos técnicos e funcionais, seja simulando uma viatura quebrada de conserto premente, seja criando prioridades no conserto e limpeza de viaturas, e também na conferência de ferramentas. Ao chegar da missão, o depoente soube do acontecido pelo cabo, que lhe rendeu uma leal submissão funcional. Segundo o depoente, o cabo lhe disse:

Ó sargento! Se o senhor quiser pintar, se o senhor quiser mudar, vai ser com o senhor aqui. Se o senhor quiser pintar fazer todas as coisas que ele queria fazer, a gente faz. Mas com ele a gente não fez porque a gente viu que ele tava querendo aparecer (Entrevista nº 6).

Seguro de sua posição, rompidas as dificuldades iniciais da ambientação à nova realidade, o depoente parece ter conseguido adaptar-se às normas relacionais da sua figuração. Diz ele que, pelo menos nos dois primeiros anos em que esteve na unidade, o ambiente de trabalho era muito bom, “tanto entre os sargentos, dos sargentos com os...cabos e soldados,

quanto com os oficiais. Existia um ambiente de camaradagem” (Entrevista nº 6).

Logo no seu primeiro ano como sargento, adquirira seu primeiro automóvel – um símbolo de *status* importantíssimo no universo relacional masculino. Sua agressividade, o depoente conseguia canalizar na atividade físico-esportiva. Dando prosseguimento à sua ambição adolescente, continuou treinando judô em Pernambuco; chegou a conquistar lá o grau de faixa preta. Disputou campeonatos estaduais e chegou a ser o campeão pernambucano em sua categoria, o que lhe garantiu uma vaga para o campeonato brasileiro. Por conta disso, o subcomandante da Escola de Educação Física do Exército, ao saber que havia um militar disputando o campeonato nacional, teve com ele uma conversa, a fim de oferecer-lhe uma vaga no curso de educação física. O depoente aceitou-a, segundo ele, não porque tivesse um grande interesse pelo curso. Aceitou a proposta porque, enquanto durasse o curso, cujo tempo seria de aproximadamente seis meses, permaneceria no Rio de Janeiro, podendo ver seus pais praticamente todos os dias. Terminado o curso, o depoente voltou para Olinda, novamente fazendo do quartel sua residência.

Sentia que o fato de fazer do seu ambiente de trabalho o seu ambiente de lazer e de descanso lhe cansava. Sua vida privada acabava sendo mesclada com sua vida profissional, o que era considerado por ele bastante desgastante. Talvez esse convívio tenha contribuído para um ponto de inflexão que ocorreria em sua vida, muito por conta daquele campeonato de judô disputado meses antes.

Aquele campeonato brasileiro de judô do qual havia participado meses antes, parece ter sido percebido pelo depoente como o final de um ciclo e início de um interregno, em termos de suas perspectivas individuais de futuro.

O depoente conta que ao chegar em Pernambuco, todos os seus colegas que haviam chegado das escolas de sargentos haviam ingressado em algum ou outro tipo de estudo formal. Em seguida, todos eles já ingressariam em cursos universitários noturnos. Apenas ele próprio não se houera interessado em estudar, mas sim, apenas em prosseguir em seus treinamentos de judô. Ele narra:

O meu objetivo inicial era participar do campeonato brasileiro porque eu tinha a ambição de ser campeão brasileiro de Judô. Então, todo meu direcionamento foi pra esse objetivo. Quando eu consegui me classificar pra esse campeonato brasileiro de Judô, eu ali vi minha meta, uma parte dela, concluída (Entrevista nº 6).

No entanto, o fato de não ter saído vitorioso da competição fez com que sua

autoestima ficasse bastante abalada. Segundo ele,

Eu saí de lá percebendo que eu coloquei um objetivo muito além do que eu podia conseguir. Pelo menos com as condições que eu tinha. E a partir dali eu perdi um pouco o foco (Entrevista nº 6).

Depois da frustração e da perda de seu antigo objetivo, o depoente resolveu procurar nos estudos um novo farol. A influência vinha dos próprios colegas, pois, segundo ele,

Do pessoal mais antigo, poucos eram formados ou que tinham faculdade. Bem poucos. Porém, do pessoal mais novo, ou seja, dos 3º sargentos na boa parte deles faziam faculdade. Eu diria em torno da metade (Entrevista nº 6).

Ele era um desses sargentos mais novos e, possivelmente, tentou enquadrar-se na parte considerada “melhor” do grupo, fazendo uma faculdade. Mas qual área escolher? Como já tinha um certo domínio das exatas, devido ao curso na escola técnica, escolheu o vestibular para o curso de Matemática, da Universidade Federal de Pernambuco. Foi aprovado, contudo sequer deu início ao curso, segundo ele, por dois motivos. Um deles fora uma conversa com um colega, também sargento, que iniciara o mesmo curso e dele desistira, pelas dificuldades que encontrou, em conciliar seus estudos com a rotina do quartel. O outro relacionara-se ao duplo fato de o depoente se recusar em abrir mão de suas férias no Rio de Janeiro, para ter que estudar, e ao medo da conciliação do trabalho com os estudos. Tentando traduzir o que sentira à época, o depoente rememora:

eu percebi que se eu fosse fazer um curso de Matemática, na Federal de Pernambuco, que era tido como muito forte... fora as aulas que eu já perderia normalmente com os serviços, os acampamentos, as missões que eram bastante no interior do Nordeste, com distribuição de alimento... eu percebi que seria um outro objetivo que seria frustrado, igual o outro objetivo que eu tinha, de ser campeão brasileiro. Eu projetei a minha frustração que eu tinha no Judô, também pro curso, e achei que eu não deveria nem começar. E não iniciei o curso (Entrevista nº 6).

Sentia que lhe faltava algum propósito maior de vida. Alguma coisa além de trabalhar e viver em função do Exército, ir para a casa de sua namorada, voltar para o quartel – que além de tudo, também era a sua residência – assistir a programas televisivos e dormir, para, na manhã do dia seguinte, dar início e prosseguimento ao mesmo ciclo.

Para ajuda-lo a cultivar uma sensação de vazio, a presença de um colega foi de fundamental importância. No ano anterior, quando fora aprovado no vestibular para Matemática, um colega, que com ele residia no mesmo alojamento, fora aprovado no

vestibular para História. Este insistiu em dar prosseguimento aos estudos. Conta o depoente que todas as noites durante a semana, depois de chegar da faculdade, e aos sábados, domingos e feriados, rotineiramente, ele se deparava no alojamento com esse colega estudando. A presença desse colega fez-lhe se sentir que estava “parado no tempo” e que “tinha que estudar sim” (Entrevista nº 6). Foi sendo direcionado a prestar vestibular para Direito, mas achava que fosse um objetivo muito difícil. Escolheu o curso de História, pois sua concorrência seria menor e dar-lhe-ia mais chances de aprovação.

Estudando apenas Geografia e História, fora aprovado na primeira fase do concurso da Universidade Federal de Pernambuco. Contudo, muito próximo da data que seria realizada a segunda fase, fora designado para a Operação Mandacaru, que duraria cerca de 15 dias, a ser realizada no interior do estado.

No retorno da missão, prestou vestibular para a Universidade Católica para o curso de Direito, na esperança de obter uma bolsa de estudos ao se apresentar como atleta de judô. Descobriu que a oportunidade de bolsa somente seria ofertada no segundo ano do curso. Como o custo da mensalidade lhe era impraticável, absorvendo algo em torno de quase 50% de seu salário, desistiu da vaga.

O cotidiano do quartel prosseguia inalterado. O ambiente de trabalho continuava relativamente equilibrado em suas balanças de poder, com uma relação de coleguismo no grupo dos sargentos, e até mesmo entre eles, os oficiais e soldados. Contudo, um fato inusitado ocorreria, alterando, por completo, a dinâmica relacional desses grupos, fazendo com que, por quase um ano, naquela unidade, houvesse um ambiente de insegurança e desconfiança mútua entre eles.

c. Um soldado no comando: desequilíbrio do jogo relacional

Soldado incorporado no ano de 1992, era considerado militar exemplar e pertencia ao PELOPES (Pelotão de Operações Especiais) da unidade. Habilitou-se no quartel a conduzir caminhões, o que, somado à sua conduta ilibada e zelo disciplinar, havia garantido uma vaga para compor a unidade brasileira, destacada para a missão de paz da ONU em Angola. Por essa época, já era um jovem pai de família, com esposa e um rebento para sustentar. Depois de permanecer em solo africano por aproximadamente seis meses, não se

sabe por qual motivo, de lá retornara diferente do que era. Teria voltado “talvez mais agressivo. Talvez perturbado psicologicamente” (Entrevista nº 6).

Desembarcando sem honras e sem glória, animava-se pelas boas perspectivas de estabilidade no Exército, principalmente agora, talvez assim o pensasse, por conta da bagagem profissional que trouxera consigo, de Angola. Não obstante, a realidade batera-lhe à face como a um golpe de martelo. Houve uma orientação do comando da unidade pra que ninguém que pertencesse às turmas de incorporação dos anos de 1992 e 1993 fosse estabilizado. Aquela nova regra frustrou-o e seu comportamento tornar-se-ia ainda mais irregular, segundo o depoente, não chegando a ser indisciplinado, mas suas respostas às ordens recebidas passaram a ser mais agressivas.

Num exercício de acampamento, que ocorrera a cerca de 70 quilômetros da sede da unidade, esse soldado ficara com a incumbência de trazer os pães todos os dias da sede, pela madrugada. Assim, nesse período, acordava aproximadamente às 3 horas da madrugada, para ter tempo hábil de ir e voltar da sede e entregar os pães, na área de acampamento, às 6 horas da manhã, horário em que, após o hasteamento da bandeira nacional, era servido o café. Um sargento era escalado para acompanhá-lo nesse trecho, exercendo uma função de “chefe de viatura”.

Nesse dia, sentindo-se cansado pela noite mal dormida, o motorista recostou-se em um canto da barraca e dormiu. Dada a sua falta na formatura que antecedia ao hasteamento, o seu comandante, um tenente, ordenou que um dos sargentos encontrasse o soldado motorista e o trouxesse para a realização do cerimonial. O soldado recusou-se a se levantar, não se sabe se por indisciplina gratuita do soldado, ou em resposta à rudeza empregada pelo sargento, ao chamá-lo. Não estando presente diretamente ao fato, o depoente não soube dizer as causas diretas de sua recusa. Sem sucesso em convencê-lo, o sargento informou ao tenente o ocorrido. Após o hasteamento, o tenente, de forma rude e ameaçadora, fora tirar satisfações com o soldado, e recebeu como resposta não a passividade disciplinada do arquétipo do bom soldado, mas a agressividade de um indivíduo que se sentia injustiçado por todo um contexto. Ferido em seus brios, o tenente fora ter com o responsável pelo exercício, o capitão chefe de operações. Este mandou chamar o soldado e, irado, repreendeu-o duramente, afirmando ser um péssimo exemplo, e ameaçando prendê-lo por negar-se a cumprir ordens (Entrevista nº 6).

Carregado de fúria, enquanto as lágrimas emolduravam seu rosto trêmulo, sacou de sua pistola e deu dois tiros para o alto, ameaçando, aos gritos, matar o sargento e o tenente

que o pressionaram (Entrevista nº 6).

Interessante o fato de não mencionar o capitão naquele momento, já que, segundo o depoente, fora o que, supostamente, mais macularam seu amor-próprio. Apoiando-se nas observações de John Keegan a respeito das relações hierárquicas na sociedade militar, essa omissão em relação ao capitão pode ser explicada pelo distanciamento hierárquico e social existente entre um soldado e um capitão, que faz com que a exposição deste seja relativamente pequena, quando comparados aos sargentos e tenentes. Estes, na realidade, são os principais amortecedores do choque entre as ordens dos que pensam a guerra e os que a executam (KEEGAN, 1999, p. 378), e os principais beneficiários das tensões oriundas do grupo dos soldados, provocadas pela assimetria e proximidade dessas relações.

O resultado do acesso de fúria do soldado foi que o sargento e o tenente mencionados se esconderam na mata, e o soldado começou a literalmente caçá-los. Nesse meio tempo, todos aqueles oficiais e sargentos que ele havia tido algum atrito nos últimos anos começaram a ser mencionados e, por consequência, ao contínuo, fugiam em desespero para se esconderem na mata. “Então, começou, na verdade, um pânico geral na área de acampamento. Um corria para um lado, outros corriam para o outro lado. E ele fazendo disparos” (Entrevista nº 6). Por fim, o soldado mencionou que pretendia matar também o comandante da unidade, pelo fato de não ter lutado por sua estabilidade. O resultado disso tudo foi que “todos os oficiais e sargentos se afastaram daquela área. Só ficaram os cabos e soldados. E ele literalmente tomou o comando” (Entrevista nº 6).

Aparentemente confuso e transtornado com a situação, o novo comandante do acampamento ora “falava que o Exército era muito injusto, que ele deu o sangue pelo Exército e não foi reconhecido”, ora ameaçava suicídio, pondo o cano da pistola na boca (Entrevista nº 6).

Em um determinado momento, depois de ter jogado materiais de instrução no fogo, aquele soldado começou a disparar contra as viaturas, tomado pelo ódio, talvez com a intenção de destruir aquele material que ele tanto havia ajudado a cuidar, durante tanto tempo, e sem nenhum benefício em troca. Numa dessas viaturas havia vários fuzis e, sabendo disso, um dos sargentos, que ainda permanecia no local, começou a descer os fuzis do caminhão, no intuito de que eles não tomassem nenhum tiro. O soldado viu a movimentação e foi tirar satisfações do porquê do desembarque. Muito próximo a ele, nesse momento, por detrás de uma pilastra, o depoente disse ao soldado que o que estavam fazendo era para que o soldado

não se comprometesse ainda mais. Indiferente, o soldado deu ordem àquele sargento para deixar tudo como estava (Entrevista nº 6).

Soube-se que o comandante da unidade, que se encontrava em outro local, protegido por guardas armados, teria, supostamente, dado uma ordem para que ninguém interviesse e simplesmente deixassem o soldado se cansar. Teria dado uma ordem, também, para que todos os oficiais e sargentos entregassem as munições de suas pistolas, no intuito de evitar que o soldado lhes abordasse para tomá-las (Entrevista nº 6).

Em alguns momentos, talvez os mais tensos – mas também os de maior certeza, para aquele soldado, de que, naqueles instantes, ele estaria ocupando uma posição central nas relações de poder da unidade – ele se referia a alguns sargentos e aos oficiais, com um tom de mágoa.

Ele se dirigia muito aos oficiais. Ele falava de uma maneira pejorativa sobre os oficiais, dos oficiais. Eu imagino que o moral dos oficiais tenha ficado um pouco abatido. Numa das coisas que ele comentou, ele falou pra todos que estavam ali próximos, que era mais cabos e soldados, ele falava: 'Cadê os oficiais? Se eu quisesse matar vocês aqui agora eu mataria! Cadê os oficiais?'. Mostrando, querendo dizer que os oficiais não se preocupam com a tropa (Entrevista nº 6).

Com isso, toda a manhã daquele dia se passou, com a região central do acampamento permanecendo à mercê do arbítrio do soldado.

Logo surgiria outra fonte de conflito, e de simbólica manifestação de poder por parte do novo comandante de fato: a alimentação. A cozinha e a área de refeições, também, haviam ficado sob o domínio desse soldado, que inicialmente chegou a anunciar que os oficiais e sargentos iriam permanecer sem almoço. Apenas os cabos e soldados estariam autorizados, por ele, a almoçarem. Um tenente bastante carismático, e, por isso, querido pelos praças, por meio de negociações com o soldado, conseguiu convencê-lo a autorizar a distribuição de marmitas aos oficiais e sargentos encarregados de conduzir as instruções, nos locais mais distantes. O depoente foi escalado, desse modo, a pegar um caminhão e distribuir aquelas refeições por uma área bastante ampla, e, por isso, retornaria à região do conflito somente horas depois.

Ao retornar ao local do conflito, o soldado já havia deixado de ser o comandante de fato. Restava apenas uma marca de sangue no chão e um clima tenso de ressaca moral no ambiente. O depoente soube, por meio de colegas, que, enquanto ele distribuía as refeições, o coronel, comandante de direito, havia dado a ordem para que todos os cabos e soldados

abandonassem o local e deixasse sozinho aquele comandante soldado. Soube-se que houve um disparo, que atingira o soldado no abdômen, e reputaram ter sido originado da sua própria arma, numa tentativa de suicídio. O soldado fora socorrido junto ao hospital militar de Recife e sobrevivera, depois de várias cirurgias.

Passado o susto, apesar do clima tenso, o exercício prosseguiu normalmente, na medida do possível, até o final da semana, quando voltaram para o quartel.

O saldo do comando do soldado não fora muito positivo para o ambiente relacional da unidade. Ao chegarem à unidade, a primeira ação do coronel comandante foi ordenar uma formatura geral, e proferir um discurso em que pretendeu solidificar a versão de que o soldado havia se insubordinado por ser um mau soldado. Logo em seguida, foi aberto um inquérito administrativo, que o depoente não se recorda muito bem de qual tipo foi, mas bem possivelmente teria sido um Inquérito Policial Militar (IPM).

A partir desse inquérito, houve uma realocação de posições sociais e um entrincheiramento de poderes por parte dos estabelecidos oficiais, em relação aos praças. O inquérito chegou a diversas conclusões que imputavam culpas distribuídas a vários praças da unidade.

A começar pelo sargento que havia acompanhado, na madrugada daquele dia, a apanha do pão na sede do quartel. Comentou-se, na época, de acordo com o depoente, que esse sargento estivesse

“passando por uma fase meio desgostosa com o Exército, e talvez tenha feito um comentário que o Exército não valoriza os militares, não valoriza os praças como deveria valorizar. E isso talvez tenha influenciado diretamente, haja vista que esse soldado, durante esse evento, esse soldado comentou que ‘esse sargento tinha razão!’ Que esse sargento tinha razão por não...que o Exército não valoriza os praças. Isso aí deve ter, de certa forma, influenciado esse soldado para tomar essa atitude (Entrevista nº 6).

Esse sargento vinha, já há algum tempo, tentando viabilizar uma transferência para o Rio de Janeiro, pois, há meses, estava com a família naquela cidade, ajudando nos cuidados de seu sogro doente. E ele achava que o seu problema não estava tendo a devida atenção por parte de seu comandante. De acordo com o inquérito, o teor da conversa do sargento descontente teria influenciado o soldado frustrado a se insubordinar. O sargento foi punido com 4 dias de prisão.

Aquele outro sargento, que tentara retirar os fuzis do caminhão, a fim de evitar que fossem danificados, e muitos outros que permaneceram no local, também foram presos por 4

dias, por terem descumprido uma suposta ordem do comandante de abandonar o local, mesmo sem dela terem tido conhecimento oportuno.

Um cabo que era auxiliar da seção de operações fora punido por deixar um material da seção em um local que não deveria, o que facilitou com que o “soldado comandante” o jogasse ao fogo, em um de seus acessos de fúria.

Além do próprio soldado, inúmeras outras praças foram presas ou detidas. O próprio depoente só não fora punido porque havia saído para distribuir o almoço pelas áreas de instrução, e não fora lembrado, no inquérito, de nenhum fato que lhe imputasse algum tipo de responsabilidade ativa ou omissiva.

Depois dessas várias punições, os atos de disciplinamento, por parte dos oficiais se enrijeceram, e as ações punitivas foram vulgarizadas: “Então, a tropa... nós começamos a achar que para ser punido bastava um mínimo erro” (Entrevista nº 6).

O próprio depoente tentava compreender essa alteração relacional, à época, e com a ajuda de alguns colegas mais experientes chegou a uma conclusão.

Então eu imagino que no término desse evento os oficiais tenham ficado um pouco com o moral um pouco baixo. E talvez foi uma forma de mostrar poder. Eu imagino que tenha sido em torno disso. Eu ouvi vários companheiros mais antigos comentando que seria isso e concordei. E realmente começou a ser vários sargentos punidos. Isso aí refletiu na tropa porque ficou realmente um ambiente obscuro (Entrevista nº 6).

Prossigamos no entendimento eliasiano, do qual os oficiais possam ser entendidos como “estabelecidos”, e as praças, de uma maneira geral, possam ser consideradas “outsiders” da figuração Exército. No caso prático do fato, sabemos que o comando geral da unidade estava nas mãos de um indivíduo quase pertencente ao topo da cadeia hierárquica dos estabelecidos (o topo é a linha do generalato). Com a simbólica abdução de poder, de toda uma área de acampamento, por um soldado, é lícito dizer que devem ter sentido a sua autoridade bastante machucada todos os que estavam acima dele. Aqui, devem ser incluídos os cabos e os sargentos, mas, com muito mais certeza, os oficiais, particularmente, o próprio comandante da unidade, teoricamente, o responsável por tudo o que acontece em sua unidade.

A gravidade do fato fora grande demais para que ele pudesse ser abafado no próprio nível da unidade, e o assunto espalhar-se-ia fora de seus muros. A abertura do inquérito e os seus procedimentos formais indicam que o caso fora dado a conhecer ao escalão imediatamente superior ao comandante da unidade. A capacidade de comando daquele

coronel, posto a teste por um soldado, bem possivelmente fora posta em discussão. O prestígio que poderia haver do coronel comandante daquela unidade, perante seus iguais e seus superiores, os generais, seria profundamente comprometido, caso não houvesse uma ação imediata e dura aos causadores daquele fato. As punições, que supostamente castigariam os causadores do fato, e as posteriores aplicações de punições disciplinares por faltas banais, indicam uma intenção nítida de endurecer a disciplina, como um ato de bloqueio de vontades de um grupo em relação ao outro. Em última análise, seria a utilização de um regime de força (cuja balança tende a pender muito mais para o lado dos estabelecidos, devido ao aparato regulamentar que os ampara) para se construir, de uma maneira urgente, reforços junto ao muro simbólico que distancia os grupos “estabelecidos” dos grupos “*outsiders*”.

Olhando pelo lado dos “*outsiders*”, o fato de terem que se submeter a critérios nem sempre palpáveis, aceitando que suas liberdades fossem ceifadas por fatos banais, pode ser considerado o mais pungente dos aviltamentos a essas pessoas e ao grupo ao qual elas pertencem. Mais angustiante e desgastante, ainda, talvez, fossem as ameaças morais de castigos, nem sempre muito bem fundamentados, mas sempre amparados pelos regulamentos militares da época, que patrocinavam o império autocrático dos comandantes. Humilhação e repressão devem ter sido sentidos pelo depoente, à época; e, na sua entrevista, foram, por ele, traduzidos a um só termo, de íntimo vínculo com o seu universo de sentidos. Segundo o depoente, após estarem supostamente resolvidos os problemas, “Então o ambiente ficou tudo sob muita pressão” (Entrevista nº 6). Elias comenta:

O grupo estabelecido sente-se compelido a repelir aquilo que vivencia como uma ameaça a sua superioridade de poder (em termos de sua coesão e seu monopólio dos cargos oficiais e das atividades de lazer) e a sua superioridade humana, a seu carisma coletivo, através de um contra-ataque, de uma rejeição e humilhação contínuas do outro grupo (ELIAS, 2000, p. 45).

Possivelmente, seja bastante real a sensação de humilhação ao ser lembrado, continuamente, de sua inferioridade social a partir da indisponibilidade daquilo que o ser humano talvez mais preze socialmente: a sua liberdade. Liberdade totalmente dependente do alvitre dos estabelecidos, que era, e ainda é utilizada como moeda de troca no ato de sujeição dos “*outsiders*”, às vontades daqueles primeiros. Como não havia limitações objetivas bem definidas e imparciais a respeito do uso dessa moeda de troca, a variação das “pressões”, sentidas pelo “*outsiders*” no seu maior ou menor uso, por parte dos “estabelecidos”, dependia

do momento conjuntural das relações entre os dois grupos na figuração. Em momentos em que os “estabelecidos” não se sentissem ameaçados em suas posições de poder, as “pressões” seriam minimamente sentidas pelos “outsiders”. Em momentos em que essas ameaças fossem sentidas, ou imaginadas, as “pressões” dos “estabelecidos” sobre os “outsiders” tornar-se-iam menos encobertas.

Esse foi o caso daquela conjuntura, vivida pelo depoente, durante meses, após aquele momento em que o coronel, quase que literalmente, perdera, para um soldado, a sua autoridade perante sua tropa. As relações entre “estabelecidos” e “outsiders” foram sensivelmente abaladas. Um retorno a um *status quo ante*, na imaginação do coronel, só seria possível por meio do enrijecimento da posição dos estabelecidos. Segundo o depoente, “ficou um ambiente... entre os oficiais e os sargentos. Talvez entre alguns oficiais, mas mais entre os oficiais e os sargentos” (Entrevista nº 6).

O resultado dessas relações de muita tensão entre os oficiais e sargentos foi, no entender do depoente, além da sequência nada normal de acidentes que se sucederam, o seu desgaste pessoal com aquela figuração. Quando teve oportunidade, solicitou sua transferência para longe dali. Contudo, nesse ínterim, o comandante da unidade foi substituído, e o ambiente relacional começou a se tornar mais agradável. Para o depoente,

Era um comandante muito carismático, de fácil trato. E aí esse comandante reverteu todo aquele ambiente. Em poucos meses ele reverteu. E realmente voltou a ser o ambiente que quando eu cheguei lá eu encontrei. Um ambiente muito bom. A experiência que eu tive disso foi que, às vezes, um fato isolado muda todo um ambiente de trabalho (Entrevista nº 6).

O principal elemento funcional dos “estabelecidos”, dotado de maior reserva de poder na relação entre seu próprio grupo e o dos “outsiders”, tivera seu ocupante substituído por um outro indivíduo, talvez mais seguro de seu poder do que aquele primeiro, e, por isso, talvez sem o mesmo afã territorialista, fora considerado pelo depoente, como um comandante muito competente, “talvez um dos melhores comandantes que eu tenha visto” (Entrevista nº 6). Bem possivelmente, o simples fato de se alterar o principal agente do grupo com maior reserva de poder, seja ele qual fosse o indivíduo, a dinâmica relacional das funções já teria se alterado de uma maneira ou de outra. Mas é certo que os dotes individuais do novo comandante – elemento simbólico das virtudes e do imperativo de autoridade dos estabelecidos –, teriam servido como catalisadores de importantes mutações naquela

figuração, cuja maior reserva de poder era a dele.

Nesse sentido, para Elias

embora, ao examinar do alto longos trechos da história, o observador possa notar, primeiramente, como é pequeno o poder individual das pessoas sobre a linha mestra do movimento e da mudança históricos, a pessoa que atua dentro do fluxo talvez tenha uma oportunidade melhor de ver quantas coisas podem depender de pessoas particulares em situações particulares, apesar da fixidez da direção geral. Somente as duas observações, longe de se contradizerem, resultam, quando adequadamente vinculadas, num quadro mais revelador e mais apropriado (ELIAS, 1994, p. 47).

d. O saber insubmisso dos técnicos

Sua intenção, desde o início, era conseguir voltar para o Rio de Janeiro, mas, por conta do desgastante ambiente de trabalho vivido no ano anterior, houvera pedido transferência sugerindo inúmeras opções. Fora contemplado para Nioaque, interior do Mato Grosso do Sul.

A cidade de Nioaque, no estado do Mato Grosso do Sul, era considerada uma guarnição militar de “fronteira”, o que, de certo modo, subliminarmente garantia um *status* a quem nela servia, pelas supostas dificuldades encontradas no local, principalmente a ausência das facilidades materiais encontradas nos grandes centros.

No quartel, o ambiente fora considerado muito bom, principalmente entre os sargentos. A respeito dos sargentos e os soldados e oficiais, o depoente omite-se. Aliás, o entrevistado não rememora nenhum fato perturbador relacionado ao quartel de Nioaque, o que talvez indique que a dinâmica relacional entre os grupos permanecera em uma espécie de equilíbrio constante, nesses dois anos em que lá trabalhou, não pendendo, de maneira que fosse muito marcante, a balança de poderes para nenhum dos lados.

Na cidade de Nioaque, já com o curso de educação física do Exército, foi indicado para a diretoria de esportes do clube da cidade. O entrosamento com o público civil, segundo ele, fora o bom resultado dessa função desempenhada em paralelo com e independentemente à sua função no quartel. Com essa atividade, o depoente crê que teve uma oportunidade de “colocar uma raiz mais profunda na cidade... e se um dia eu ainda voltar naquela cidade, eu tenho certeza de que eu vou encontrar muitos amigos” (Entrevista nº 6).

Dois anos em Nioaque, foi transferido para Curitiba, para um quartel que ele reputa

ter sido onde teve “o melhor ambiente de trabalho” (Entrevista nº 6). Segundo ele, essa qualidade de sua nova unidade se deveria porque, diferente dos outros quartéis de armas em que serviu, na unidade logística em que trabalha até hoje, “o sargento aqui ele tem mais responsabilidade” (Entrevista nº 6). Para esse sargento, as unidades de armas combatentes seguiriam mais rigidamente a cadeia hierárquica, sendo sua dinâmica de ordens e contraordens, normalmente, bastante centralizadora. Essa realidade abriria pouco espaço para as iniciativas dos sargentos, considerados meros elementos executores das ordens dos oficiais.

Por outro lado, um quartel logístico exigiria mais iniciativa do grupo dos sargentos, pois, na condição de técnicos, chefiando suas equipes, em tese, estes sugeririam soluções para os problemas de manutenção dos equipamentos e as executariam. Nesse sentido, o sargento “passa a ser um profissional” (Entrevista nº 6). A hierarquia permaneceria como norma organizadora dos grupos e dos indivíduos, contudo ela seria flexibilizada pela variável do saber técnico dos elementos hierarquicamente inferiores. Em quartéis não combatentes, o sargento seria aquele quem

vai juntar com a equipe, ‘ó nós vamos fazer isso, isso’. E aí ele leva pro tenente. Porque é uma situação de hierarquia, né. Mas ele já leva as soluções, as sugestões. E quase sempre funciona assim (Entrevista nº 6).

Traça um paralelo com um médico, cujos pareceres limitariam sobretudo a autoridade discricionária de um coronel comandante de unidade, quanto às disponibilidades físicas e psicológicas de seus homens. No caso das condições de disponibilidade dos equipamentos de uma unidade, é o saber socialmente respeitado “que dá mais autoridade ao sargento, que é de uma QM técnica” (Entrevista nº 6).

e. Da disciplina subjetiva à objetividade regulamentar

Em 1993, quando fez a seu curso de sargento, ouvia dos militares mais antigos que “nos anos anteriores o curso era mais puxado” e que já haviam entrado no Exército em uma época mais tranquila. Contudo, afirma o depoente, as punições ainda continuavam sendo aplicadas sem quaisquer formalidades e quantidade de punições era, sem dúvida, bem grande e por motivos banais. Por isso, segundo o depoente, os subordinados eram mais contidos na relação com os superiores e nas suas práticas. Sabiam que

ele poderia ser punido por qualquer motivo ou a qualquer hora, dependendo única e exclusivamente da vontade do superior hierárquico. Então nos anos de 93, 94, 95, até próximo dos anos 2000, 2001, essas relações eram mais tensas (Entrevista nº 6).

Daí, segundo ele, com o surgimento do Formulário de Avaliação de Transgressão Disciplinar (FATD), o número das punições aplicadas diminuiu sensivelmente.

Esse formulário foi criado em 2002, como anexo ao Regulamento Disciplinar do Exército³⁸⁹, e teve como finalidade formalizar a aplicação das penas disciplinares no âmbito do Exército, que, com exceção das prisões, eram feitas praticamente de maneira informal, sem protocolos escritos, e descentralizadamente, no âmbito das subunidades. Não havia transparência nem quaisquer tipos de controle objetivo dos processos punitivos. A FATD instituiu um protocolo processual que retirou do alvitre dos comandantes de companhia (um capitão, ou mesmo um tenente) o poder punitivo, centralizando-o nas mãos dos comandantes da unidade (um tenente-coronel ou um coronel), em tese, mais experientes, mais maduros e, por isso, mais contidos em suas pulsões.

O próprio tempo processual, de certo modo, segundo o depoente, já seria favorável ao transgressor, porque ele afirma que anteriormente as punições eram “aplicadas no calor da emoção”, com a sentença da punição proferida de imediato ao ato da transgressão (Entrevista nº 6). E com o protocolo, a sentença seria anunciada, no mínimo, 5 dias após o ocorrido, pois, o transgressor recebe a ficha e possui 3 dias para devolvê-la preenchida; depois, o comandante de subunidade tem mais dois dias para fazer o enquadramento de acordo com o regulamento disciplinar e despachar com o comandante da unidade. A extensão do tempo entre transgressão e punição, opina o depoente, fez com que os julgamentos acerca do ocorrido fossem mais acertados.

O controle objetivo, surgido a partir da inserção desse protocolo, teria trazido para o âmbito do Exército uma consequência positiva para as relações hierárquicas, pois, conclui o depoente, que “é como se tirasse um pouco do poder do pessoal que tem...o pessoal mais antigo. Tirou um pouco do poder desse pessoal. O que eu acho positivo” (Entrevista nº 6). Essa sensível limitação de poderes dos indivíduos em posições hierárquicas superiores supostamente teria garantido maior segurança dos subordinados contra o poder volitivo de seus superiores, fazendo com que as relações entre os grupos hierárquicos se tornassem menos tensas do que no modelo arbitrário anterior.

³⁸⁹ Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4346.htm; Acesso em: 22 Jul 2009.

Mas o controle objetivo do poder punitivo de superiores pode ser encarado como apenas uma faceta das limitações objetivas que vieram sendo impostas aos poderes, até então autocráticos, dos indivíduos em posições superiores. Houve outras facetas que implementaram o confinamento das pulsões de superiores em territórios determinados. O resultado imediato desse confinamento pode ser sentido na abordagem, supostamente diferenciada, de superiores em relação aos seus subordinados. O depoente acredita que “antigamente o pessoal apelidava...e acabava expondo muito mais a pessoa do subordinado” (Entrevista nº 6). Os recrutas, recém-incorporados ao Exército, seriam os que mais sofriam com essa exposição gratuita e vexatória de sua pessoa.

Um aprofundamento das aplicações dessas humilhações morais à pessoa, que eram bastante comuns, principalmente com os recrutas, seriam as humilhações físicas, com os chamados “trotos” ou “pagações”. Segundo o depoente, tem havido uma sensível mudança não somente da postura oficial, mas das posturas individuais daqueles em posições superiores. Segundo ele, não só o trato ignominioso, que fere moralmente a pessoa, mas também a humilhação física estariam retraindo, como modelos vigentes de socialização no Exército:

Isso ao longo do tempo veio diminuindo bastante. E hoje ele tá realmente proibido. Quando eu ingressei, ele não era estimulado. Ele já estava numa condição de alerta. Mas ainda tinha bastante. Há quem diga que nos anos anteriores, era totalmente aberto. Mas hoje a gente vive numa situação de muito mais respeito à pessoa. O soldado que incorpora hoje ele não incorpora simplesmente com uma numeração. Um número de um efetivo. Tem-se cada vez mais se preocupado em tratar ele como realmente um indivíduo (Entrevista nº 6).

A origem dessa consciência de respeito às individualidades e necessidade de uma maior humanidade no tratamento de hierarquicamente inferiores, no entanto, não estaria intrinsecamente ligada a princípios filosóficos ou a convicções religiosas de a todos fazer o bem ou coisa que o valha. Ela parece estar arraigada ao temor dos estabelecidos em ver a Instituição ser constantemente associada, particularmente pela imprensa, a atos desumanos, principalmente após a saída dos militares do poder. O depoente, compreendendo a origem dessa consciência, explica que “o que acontece é que o quartel é visto por aquele pessoal mais antigo como um local em que seja permitido tortura, ou o pessoal é tratado de forma desumana” (Entrevista nº 6).

Essa consciência parece difundir-se por gravidade, por meio, primeiro, das ameaças externas de punição àqueles que praticam o trote. Depois, com o passar do tempo, essas

ameaças externas vão sendo internalizadas e substituídas por uma autorregulação individual. É lícito pensar que a necessidade de mudar de atitude, nesse sentido, passaria, também, pelas experiências dos estabelecidos em se depararem, na atualidade, com altas personalidades, particularmente do universo político, que serviram o Exército e, possivelmente, guardaram de seu tempo lembranças pouco agradáveis.³⁹⁰

Apesar de, oficialmente, o Exército repudiar absolutamente todos os tipos de “trotos”, o depoente crê que alguns deles não seriam assim tão perniciosos à integridade física e psicológica dos indivíduos, que seriam os mais voltados para um tipo de “brincadeira”. Um tipo de brincadeira seria desenvolvido inter-hierarquicamente com os sargentos ou oficiais a esconder as chaves dos armários dos recrutas, ou retirar de dentro dele a sua bandeja de refeições³⁹¹, ou desarrumar suas camas. Eram tipos de trotes, que o depoente não julga tão errado, pois “esses tipos de trotes meio que testavam ali a parte psicológica do recruta” (Entrevista nº 6). Essa seria uma espécie de visão utilitarista dos trotes, assim como descreveu Celso Castro a respeito de alguns cadetes da AMAN, do final da década de 1980, “na qual se aprende autocontrole e se adquire resistência a condições adversas” (CASTRO, 1990, p. 29).

O outro tipo de brincadeira seria desenvolvido intra-hierarquicamente normalmente com simulacros de realidade, onde um dos aplicadores pode vir a representar indivíduos hierarquicamente superiores, a fim de garantir a jocosa obediência do alvo do trote. O depoente se recorda de um trote presenciado por ele, que ele define como uma verdadeira “peça de teatro” (Entrevista nº 6). Para não arriscar perder nenhum detalhe do evento, deixou a palavra:

Um sargento colocou uma farda de capitão e ele chegou no alojamento, no nosso alojamento. Já estava tudo acertado com os colegas. Todo mundo falava que o capitão era muito brabo, ele punia... que todo mundo tinha medo dele. E que nessa brincadeira nós alertávamos esse sargento novo: 'Muito cuidado com esse capitão! Esse capitão é um cara brabo. Não tem um cara brabo como esse cara aí. E o colega ele ficou ouvindo. De repente, chegou esse sargento com a farda de capitão. Simbolizando esse capitão que a gente tava dizendo. E esse capitão chegou no alojamento, foi uma correria e esse capitão gritando: 'o que é que vocês estão fazendo aqui, bando de vagabundos!' E esse sargento ficou pasmado com toda aquela cena. Nesse contexto, o capitão chegou pra esse recém-chegado e falou: 'Você! Já conseguiu seu armário?' E o sargento bastante assustado disse que não

³⁹⁰ Um caso que saiu do espaço privado, das conversas diretas, e tornou-se público, a respeito da sádica violência moral e física aplicada aos soldados, foi o do ex-deputado mineiro Luiz Alberto Rodrigues, que conta, num livro de memórias, as suas experiências como soldado do Exército, nos anos de 1971 e 1972. Ver: RODRIGUES, Luiz Alberto. **Memórias do soldado Rodrigues**. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2001.

³⁹¹ Em alguns quartéis, era uma praxe os indivíduos serem os responsáveis por suas bandejas de refeições, desincumbindo o pessoal do rancho de sua limpeza e cuidados.

tinha conseguido ainda. 'Então pegue suas coisas e você vai dormir na garagem hoje!' Aí, esse sargento foi pra garagem. Levou as coisas dele lá pra garagem [risos]. Porém, estava próximo da hora do almoço e quando ele foi com os outros sargentos, para almoçar com a gente, ele se deparou com o capitão, né, que já não estava mais com a farda de capitão [risos]. Estava com a roupa de sargento, já no cassino dos sargentos. E aí ele pode ver que era uma brincadeira que foi tipo pra quebrar o gelo (Entrevista nº 6).

Para Goffman, alguns sinais, “como a insígnia da patente militar, são destinados ao único objetivo de transmitir informação social” (GOFFMAN, 2004). De um modo burlesco, o uso da insígnia de capitão, pelo sargento, transmitiu um tipo de “informação social”, ao seu colega recém-chegado. E essa informação social, apesar do estranhamento que lhe causou, parece não ter contradito a simultânea atitude grosseira do suposto capitão com os outros colegas sargentos, nem com o próprio recém-chegado. O *nonsense* distópico da cena provocou uma reação de surpresa ao recém-chegado, mas parece não ter provocado nenhuma reação rebelde de resistência à sua ordem de se alojar na garagem, junto às viaturas. Parece um bom indicativo de que sua tolerância e sua capacidade de absorção quanto ao trato estúpido de superiores haviam sido bem treinados na escola de formação.

Há presente, nesse caso, uma característica utilitária, subdividida em dois vetores. Um deles é explícito pelo depoente, que afirma surgir do trote “consequências positivas”, sendo uma forma de “receber o camarada” em seu ambiente de pares, fazendo com que ele se sinta “mais à vontade” e se enturme mais facilmente, depois de “quebrar o gelo” com esse evento supostamente engraçado (Entrevista nº 6).

A forma burlesca e jocosa, com a qual a materialização simbólica do poder de um oficial sobre um sargento fora representada, esconderia uma utilidade para o grupo dos sargentos, ao mesmo tempo que, também, para toda a figuração. Ela tem como primeira característica causar, durante a representação, sensações que desabilitam o indivíduo “*outsider*” de suas experiências relacionais anteriores com os oficiais estabelecidos. Essas sensações possivelmente reforçariam o limes entre os sargentos recém-chegados, “*outsiders*”, e os oficiais, “estabelecidos”, favorecendo um maior espírito de corpo entre os “*outsiders*”.

O reforço da imagem dos “estabelecidos” como indivíduos grosseiros e antipáticos talvez conduziria os “*outsiders*” novatos a uma preferência, em termos de relações funcionais, com os seus pares sargentos, e não com os oficiais. As dúvidas a respeito da nova unidade e de sua rotina de trabalho, as ações a serem tomadas diante de quaisquer imprevistos não regulamentados, as inseguranças quanto aos deveres técnicos seriam todas apreendidas dentro

do próprio âmbito dos sargentos, não com os oficiais, considerados na hierarquia militar os naturais instrutores dos praças. Ou seja, esse tipo de trote facilitaria, ainda que indiretamente, a manutenção de uma reserva de poderes ao grupo de sargentos, em formar-se a si mesmo, em termos de saber técnico e de saber relacional. O ser sargento passaria, também, por esse processo de aprendizagem individual dos limites de poder do grupo, em relação aos oficiais e aos soldados.

Também indiretamente, esse tipo de trote auxiliaria na manutenção do *status quo* dos estabelecidos, já que reforçaria, ainda que fazendo pilhéria de seu poder, um ideal de submissão às vontades dos oficiais, por mais absurdamente despóticas que parecessem suas ordens e o seu comportamento no trato com os sargentos. Mas esses trotes, assim como os outros, têm sido repudiados oficialmente e, aos poucos, também não oficialmente, tanto por oficiais quanto por sargentos, e apresentam uma tendência a se extinguirem.

Se o depoente nunca presenciou violências físicas diretas, legitimadas pelo poder hierárquico, ele já as percebera de maneira sublimada, principalmente nos acampamentos, onde a rusticidade, a coragem e a paciência dos soldados são testadas ao limite. Segundo ele, o que acontecia era que, depois de terminadas as instruções, por volta das onze horas da noite, ou meia noite, quando os recrutas, em tese, estariam liberados para o descanso, os responsáveis diretos pela formação dos recrutas incluíam, por conta própria, sem o conhecimento do comando da Unidade, atividades extras, muitas delas sem nenhuma finalidade para a instrução propriamente dita, que encurtavam o seu sono.

O depoente crê que “isso é um paralelo do castigo físico, um pouco de trote” (Entrevista nº 6), motivado talvez pelo desejo de demonstração de poder por parte dos tenentes e sargentos recém-formados. Depois de terem passado algum tempo sendo muito pressionados em suas escolas de formação, talvez os membros dos dois grupos sentissem que aquele seria o momento de “tirar uma forra” daquilo que sofreram em sua formação (Entrevista nº 6).

O que é percebido pelo depoente como “tirar uma forra” é uma hipótese que não deve ser descartada, de imediato, para alguns casos, apesar de absurdamente irracional, pois “ir à forra”, obrigatoriamente, deveria ser relacionado àqueles indivíduos, oficiais e sargentos, que os formaram. Há, contudo, talvez, uma explicação mais plausível, relacionada ao próprio processo de socialização daqueles jovens oficiais e sargentos, já que, segundo o depoente, esse padrão de “tirar uma forra” se repetiu em muitos casos que presenciou.

Talvez essas demonstrações arbitrárias de poder, sem qualquer finalidade para a formação propriamente dita do soldado, devessem ser observadas como uma espécie de efeito colateral de um tipo continuado de “rito de passagem” (VAN GENNEP, 1978), pós-iniciático. O rito iniciático seria aquele tempo compreendido entre a incorporação ao Exército até a formatura, com a entrega das divisas e dos quepes para os sargentos, e da entrega da espada aos oficiais. Contudo, o tempo de iniciação não é suficiente para completar a formação e o amadurecimento profissional, tanto dos oficiais como dos sargentos, em seus novos papéis. Após a iniciação, há, então, um rito processual de passagem, de tempo indeterminado, em que a obediência idealmente cega, apreendida como aluno ou cadete, é temperada com a necessária aprendizagem do poder de mando e com ela deve-se manter em estado de permanente equilíbrio. Mas o fato de se transformar de “moeda a matriz”, em um curto período, pode trazer um certo encantamento a respeito de seu poder, fazendo com que haja um desequilíbrio entre seu dever de obediência e seu “dever” de mando, a partir de uma irreal mensuração do que sejam as fronteiras de seus desejos, com o poder que a Instituição lhe outorga. O mando, dessa forma, é visto não como um dever que se estabelece dentro da figuração social, a fim de mantê-la em sua dinâmica, mas um direito pessoal. Podemos fazer uma analogia desse íterim de “excessos” e abusos de poder, cometidos por oficiais e sargentos recém-formados, contra os soldados, como uma fase em suspensão, em que não pertencem mais a um grupo “etário”, contudo ainda não adquiriram as habilidades inerentes aos indivíduos de outro grupo. A analogia com os grupos etários não é má, já que, pelo menos a partir dos anos de 1990, a maioria dos oficiais e sargentos recém-formados chega aos quartéis, a fim de obter suas primeiras experiências reais de autoridade, recém-saídos de sua transição biológica, mas ainda bem imaturos socialmente, com cerca de 20 a 23 anos de idade, às vezes, antes disso.

O estabelecimento da linha de fuga, entre o que se pode fazer e o que não se pode, exige certo tempo para se sedimentar na base de seu superego, muitas vezes demorando uma vida inteira. Enquanto isso, a divisa de sargento ou a estrela de oficial permanecem sendo percebidos, com o mesmo deslumbramento do aluno ou cadete, como símbolos de *status* e poderes de delimitações muitíssimo vagas.

Somente com a maturação social e profissional é que se encetaria neles uma melhor visualização das fronteiras de poder, sem provocar desequilíbrios muito graves em relação aos poderes das outras posições. O depoente indica esse posicionamento, ao afirmar que os

castigos físicos seriam normalmente feitos pelos recém-formados, sendo que “o pessoal mais antigo, tanto os sargentos quanto os oficiais, é um pessoal que não costuma tolerar esse tipo de atitude (Entrevista nº 6). O temor relacionado ao fato de estarem desamparados pelos regulamentos – o que configuraria uma ação individual, tomada por conta própria – , associado às experiências pregressas de colegas que tiveram que responder por seus atos, manteria os mais maduros afastados de exacerbações desnecessárias de poder: “o pessoal mais antigo, normalmente, por ele já ter visto algum tipo de problema quanto a isso, raramente ele se desvia daquilo que tá previsto” (Entrevista nº 6). Novamente, temos que considerar que não são motivações humanitárias as principais delimitadoras do poder volitivo dos indivíduos, mas o simples medo das consequências, advindas de suas ações não legitimadas.

Por outro lado, contudo, o excessivo zelo, supostamente formativo, dos instrutores diretos dos soldados teria o seu aspecto utilitário, pois ele seria pensado como uma espécie de reforço socializador dos soldados. O depoente acredita que ao aplicar esses excessos, os sargentos e oficiais tinham em mente

que estavam fazendo a coisa certa. Que estavam formando um bom soldado. É como se fosse dar um *upgrade* no curso de soldado (...) um pouco com aquela intenção de poder formar o supersoldado, já que existe um pouco daquela mentalidade que diz que soldado bom é aquele formado com mais ralação. Aí o pessoal acaba se excedendo (Entrevista nº 6).

Essa visão de que o sofrimento infligido ao soldado faria dele um melhor soldado seria o longo alcance de antigas e profundas raízes na formação dos soldados profissionais, desde o século XVIII, que atravessou todo o século XIX e XX (DIXON, 1977, pp. 51,201; CARVALHO, 2005, p. 21; SODRÉ, 1968, pp. 133-134; MCCANN, 2009, pp. 112-113), para, de certo modo, perder um pouco de sua força instrumental, no início do século XX, mas, vê-se que ainda não morreu. A alta oficialidade, particularmente uma parcela de seus representantes mais velhos, já na reserva, parece ainda compartilhar da convicção comum da intrínseca relação existente entre sofrimento humano e coesão social. De uma publicação eletrônica de 2004, escrita por um coronel da reserva, encontra-se que:

Os Soldados, então, aceitam com naturalidade as renúncias a que estarão submetidos ao longo de sua profissão. Sabem que essa expectativa de sofrimentos físicos e psíquicos está inexoravelmente vinculada às Armas e, há milênios, a vêm transformando em força aglutinante. Dão-se as mãos com firmeza e determinação enleados com o que chamamos de ânimo de sacrifício, cujos valores fundamentam

o caráter profissional militar como um distintivo militar. Essa disposição anímica decorreu e se consolidou de uma profusão de sentimentos fortes que dominaram os combatentes (o espírito de corpo, a camaradagem militar e o culto da glória militar), fortalecendo o impulso coesivo de renúncia e transformando-o em uma manifestação vocacional básica (BROCHADO, 2004, p. 83).

Um pensamento consolidado séculos atrás, bastante discutível, por sinal, ainda serve como parâmetro de ações individuais e coletivas na vida prática. O mesmo acontece com a terminologia, que tenta estabelecer uma categorização, ainda que sob metáforas, da vida prática. Aliás, alguns jargões permaneceram incrustados na cultura relacional dos militares, originados de um linguajar cortesão, com determinados conceitos, certamente, designando coisas diferentes do seu emprego original, mas carregados de significados que ainda podem ser considerados coerentes com o universo sensorial atual. Um deles é o termo “sangue azul”, ainda bastante corrente entre os militares e que possui na atualidade um significado sobretudo pejorativo. O termo seria utilizado para definir o indivíduo

que olha o subordinado ou qualquer pessoa que esteja numa condição hierarquicamente inferior a ele... como se ela fosse realmente um ‘ser inferior’. E não faz distinção entre uma posição social inferior e uma pessoa inferior (Entrevista nº 6).

O depoente diz perceber esse comportamento muito mais nos oficiais do que nos sargentos, muito possivelmente, pelo fato de ser ele um sargento. Ele mesmo conclui que esse comportamento distintivo do “sangue azul” normalmente é mais facilmente percebido por subordinados, em relação a seus superiores, sendo mais difícil percebê-lo entre os pares. Mas confirma que também há sargentos que “no trato com o soldado ele não demonstra o menor tipo de carisma, ou ele não dá a menor importância à vida pessoal daquele subordinado” (Entrevista nº 6). Apresentam características às quais ele atribui como de um “sangue azul”. Outra característica relacional do “sangue azul”, além do olhar intimidador de superioridade, seria o de se relacionar mais facilmente com seus pares de iguais ou superiores. Junto dos inferiores, as únicas conversas que se dispõem a encetar, segundo o depoente, seriam as relacionadas ao seu universo funcional. Possuiriam um comportamento mais “frio” e “reservado” (Entrevista nº 6).

Esse complexo maneirista de relacionamento é a simples expressão das características de uma relação entre “estabelecidos” e “outsiders”, teoricamente proposta por Elias. Elias enfatiza que nesse tipo de relações constrói-se uma autorrepresentação dos estabelecidos com características humanas superiores, à medida que representam os

“*outsiders*” como pessoas biologicamente inferiores (segundo Elias, “o sentido literal do termo 'aristocracia' pode servir de exemplo”); seguida da exclusão dos “*outsiders*” dos contatos sociais não profissionais com os membros estabelecidos, na forma de evitar um tipo de poluição social e, em casos de grande discrepância de poderes entre um e outro grupo, um contágio biológico, pela sujeira dos “*outsiders*”; tudo isso com a finalidade de ser reservar as posições sociais com maior potencial de poder, exclusivamente, aos estabelecidos (ELIAS, 2000, pp. 19-26). Na fala do depoente, há vestígios de todas essas propriedades.

f. A economia das relações de poder intergrupos: o equilíbrio tenso entre afastamentos e aproximações

Materializando o fosso social existente nessa relação – além dos já notórios e cotidianos elementos distintivos entre as posições sociais, tais como o seu ranqueamento por meio de símbolos (divisas ou galões), uso de peças exclusivas de uniformes, uso de objetos cotidianos ou empregados nos cerimoniais –, a gastronomia também é utilizada para reforçar os posicionamentos de cada um dos grupos dentro da figuração Exército. O depoente conta que serviu em uma unidade em que existiam duas cozinhas separadas: uma para os oficiais e outra para os praças. A cozinha dos oficiais, na percepção do depoente, preparava uma alimentação bastante diferente em relação à alimentação dos sargentos e subtenentes. Por sua vez, os cardápios das refeições destes eram, também, mais bem elaborados se comparados ao cardápios dos soldados e cabos. Entendendo que os ingredientes eram os mesmos, o depoente crê que apenas os preparos eram diferentes, hierarquizados conforme o seu público comensal. Para os três refeitórios, havia a mesma combinação de arroz e feijão, com pequenos acréscimos, de acordo com o refeitório. Mas as maiores diferenças encontravam-se no preparo das proteínas e na oferta dos pratos frios. Para o refeitório dos oficiais, além da fartura e variedade da salada, a necessidade de um preparo mais sofisticado merecia uma proteína à altura, talvez, com os pedaços mais nobres de carne. No refeitório dos sargentos, os últimos a tomarem suas refeições (sempre os mais “modernos”, pois a fila da entrada para o serviço obedecia a uma rígida norma hierarquizante) às vezes ficavam sem salada, e a carne tinha um preparo mais simples, porém, ainda, com uma boa qualidade. Os cabos e soldados não tinham salada (sendo substituída, geralmente, pela farofa), e a carne era de inferior qualidade (Entrevista nº 6).

Mas não são em todas as unidades do Exército que existem cozinhas separadas e, para uma boa parte delas, há somente uma cozinha que fornece a alimentação para os três refeitórios. Nesses lugares, o depoente acredita que haveria “uma leve tendência dessas diferenças serem minimizadas, e a comida ser de um padrão mais próximo” (Entrevista nº 6). Contudo, mesmo sem achar “natural” nem “justo” esse ordenamento distintivo, hierarquizado da gastronomia militar, ele reforça, de maneira cética, que não haveria uma tendência em se igualar os cardápios dos três grupos. Para ele, essa distinção pelo prato tenderia a ser permanente: “nem que seja uma diferença muito pequena vai ter” (Entrevista nº 6).

Mas nem tudo seriam distinções e distanciamentos entre os “estabelecidos” e “outsiders” no Exército, desde sua incorporação até agora. Além do coronel, citado parágrafos antes – considerado muito seguro de seu poder funcional, a ponto de não temer a aproximação com seus subordinados e de manter com eles uma atitude respeitosa e afetuosa –, nos anos de 1995 e 1996, o depoente fora subordinado de um capitão, comandante de subunidade, que, talvez, tivesse ido além da segurança de sua posição, para adentrar num território que, à época, o depoente classificara de “arriscado” (Entrevista nº 6).

Esse capitão, para o depoente, “tratava com muita democracia” os seus subordinados. Ao invés de exigir da tropa, nas formaturas da subunidade, a permanência da posição de pé, imóvel, como todos os outros faziam, ele passava suas ordens de uma maneira descontraída e informal, com toda a tropa sentada em bancos. Aliás, uma das formaturas consideradas mais importantes numa subunidade, a formatura de término do expediente, foi suprimida por ele. O depoente achava arriscada essa ação, pois a importância dada a essa formatura estava em justamente comunicar verbal e formalmente, por meio do ritual chamado “leitura do boletim”, os eventos do dia seguinte aos cabos e soldados. Por causa da ausência a essas formaturas, as suas faltas aos eventos poderiam ser, talvez, justificadas alegando desconhecimento (Entrevista nº 6).

Interessante o depoente mencionar somente os cabos e soldados, já que a formatura para a leitura do boletim, ou do seu aditamento à subunidade, era obrigatória para todos os integrantes das companhias. Numa época em que os soldados, e até mesmo muitos sargentos, não sabiam ler, essas formaturas faziam sentido. Mas, com todos alfabetizados, apenas o desejo de ação de comando por sobre sua tropa, resultante de um somatório das lógicas paternalista, centralizadora e autoritária, poderia explicar a continuação desse hábito. E esse capitão, afastado dessas lógicas dominantes, havia conseguido convencer sua companhia que

não haveria mais esse ritual, pois todos deveriam, por conta própria, tomar conhecimento das escalas, lendo-as no quadro de aviso em que normalmente eram afixadas: “ele incutiu uma consciência em cada um e cada soldado passou a ter mais... a responder por si próprio” (Entrevista nº 6). O depoente já tinha se adaptado a esse hábito ritualístico e a um pensamento comum entre oficiais e sargentos, de que os soldados eram desprovidos, individualmente, de responsabilidade e autodisciplina e, por isso, deveriam ser conduzidos ao seu destino e ser-lhes mostradas, publicamente, suas responsabilidades³⁹². Mas, mesmo diante desse pensamento corrente, apesar de confessar-se apreensivo, à época, diz que não houve problemas de faltas durante esse tempo. Aliás, nas subunidades em que a leitura era um evento obrigatório para todos, o sargento comenta que, invariavelmente, havia faltas aos atos de serviços, pois aqueles que não podiam estar presentes nas formaturas não eram condicionados a lerem a escalação para o dia seguinte.

Esse capitão havia alterado a dinâmica das formaturas, sugerindo que os sargentos não precisariam mais chamar os soldados, em seu alojamento, no seu horário, sendo que a responsabilidade para a pontualidade nessas atividades seria dos próprios soldados.

Subverteu, também, o ritual de escolha daqueles soldados que iriam realizar o Curso

³⁹² A visão de que os soldados deveriam ser autômatos seguidores de ordens não é uma invenção atual. Relativamente recente, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, de 1957, sem muitas modificações em seu interior, mesmo depois de sua atualização de 2003, ainda hoje em vigor, delegava aos soldados atribuições relativamente passivas, tais como executar fielmente as ordens recebidas, servir aos oficiais (no casos dos ordenanças), auxiliar os subtenentes e sargentos. Os artigos que tratam especificamente dos soldados são ainda mais explícitos, quanto à natureza passiva da maioria de seus imperativos regulamentares. O artigo nº 207 começava com uma sentença que amputava dos soldados qualquer possibilidade regulamentar de atos intelectuais, socialmente mais valorizados: “O soldado é o elemento essencial de execução”. E seguia: “a ele, como a todos os militares, cabe, fundamentalmente, o dever de pautar sua conduta pela mais escrupulosa **observância das ordens dos seus superiores** e disposições regulamentares de modo a mostrar-se digno da farda que veste, revelando, como atributos fundamentais de sua nobre missão, o **respeito e a obediência aos seus chefes**, a fraternal camaradagem para com os companheiros, o **adestramento** na utilização do armamento que lhe competir, o **cuidado** com o material que lhe seja entregue, o **asseio** corporal e dos uniformes, a **dedicação pelo serviço**, o **amor ao Corpo** e a **consciente submissão às regras disciplinares**. Art. 208. Ao soldado cumpre, particularmente: 1) **esforçar-se por aprender** tudo o que lhe for ensinado pelos seus instrutores; 2) **evitar alterações** com camaradas ou civis e **abster-se** da prática de **vícios** que prejudiquem a saúde e aviltem o moral; 3) manter relações somente com pessoas cujas qualidades morais as recomendem; 4) apresentar-se em público sempre rigorosamente uniformizado e asseado e com a máxima compostura; 5) compenetrar-se da responsabilidade que lhe cabe sobre o material de que é detentor, **abstendo-se de desencaminhar ou extraviar**, propositadamente ou por negligência, peças do fardamento, armamento, equipamento, ou outros **objetos pertencentes à Fazenda Nacional**; 6) comunicar imediatamente ao seu chefe direto o extravio ou estrago eventual de qualquer peça do material a seu cargo; 7) apresentar-se ao cabo de dia, quando sentir-se doente; 8) **ser pontual** na instrução e no serviço, participando ao seu chefe, sem perda de tempo e pelo meio mais rápido ao seu alcance, quando, por motivo de doença ou de força maior, se encontre impedido de cumprir esse dever”. Decreto 42.018, de 9 de agosto de 1957. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116483/decreto-42018-57>; Acesso em: 12 Set 2009.

de Formação de Cabos, inovação que causou espanto ao depoente, e, por certo, também, aos seus colegas, à época. Segundo o depoente, “se fosse um comandante de companhia sangue azul” apenas ele os teria escolhido. Caso ele fosse se utilizar de um método democrático, ele iria reunir os oficiais e sargentos e deles sairiam os nomes escolhidos para o curso. Mas aquele capitão fora ainda mais democrático, realizando uma votação entre os oficiais e sargentos, e, também, entre os próprios pares, os soldados recrutas. O resultado prático dessa abertura às opiniões dos soldados mostrara-se satisfatório, pois, acreditando na capacidade de julgamento dos soldados, o depoente crê que foram escolhidos “os melhores e os que mais mereciam, porque os próprios soldados acabaram escolhendo os melhores” (Entrevista nº 6). Para o depoente, aquele comandante teria sido “o mais democrático que eu já tinha visto” (Entrevista nº 6), e tudo aquilo pareceu a todos algo nada comum, “quase um choque radical no comportamento da unidade” (Entrevista nº 6).

A abertura dada pelos oficiais superiores da unidade ao seu inovador método de comando, de acordo com o depoente, só teria sido possível pelo fato de ele ser reconhecido, no meio dos oficiais e também das praças, como um oficial muito competente. Se suas ações podiam ser vistas com descontentamento pelos seus superiores, elas eram pelo menos toleradas.

Mas os resultados dessas inovações parecem ter sido bastante positivos, para a figuração como um todo. Reputando que esses fatos acabaram tornando aquela companhia muito “profissional”, “com um espírito de corpo muito grande”, o depoente acredita que aquela teria sido

uma das melhores companhias que eu tenha servido. Uma das vezes em que eu vi o soldado com mais iniciativa. Com mais disciplina consciente. Onde eu vi o soldado mais envolvido com a causa da companhia (Entrevista nº 6).

Otimista, quanto à possibilidade de surgir um novo modelo disciplinar no Exército, o depoente acredita – mesmo sem ter conhecido outro oficial que tivesse conduzido sua tropa daquela maneira tão “democrática” – que, com o passar dos anos, os comandantes de subunidades, e, possivelmente, ocupantes de funções superiores, vêm aferindo seus comportamentos através desse modelo relacional, que, distribuindo responsabilidades (e, por consequência, poder) anteriormente exclusivas de um grupo superior, aparentemente privilegiaria uma menor distância entre os grupos distintos. Essa provável mutação, sensivelmente esperada pelo depoente, parece fazer sentido se entendermos, como entendia

Elias, que, de longo prazo, na maioria das sociedades, tem sido crescente uma tendência, designada pelo conceito de “democratização funcional”, que levaria as figurações sociais a

uma diminuição de diferenças de poder entre todos os grupos e estratos sociais – enquanto permanecem dentro da órbita funcional constantemente mutável da sociedade (...). A tendência global das transformações tem sido reduzir todos os poderes potenciais entre os diferentes grupos, mesmo entre homens e mulheres, pais e filhos (ELIAS, 1970, p. 72).

Essa seria uma tendência impulsionada por forças que ninguém individualmente planejara, sendo um produto da coincidência de fatores relacionais entre grupos sociais, gerados a partir de cadeias de interdependência cada vez mais complexas, que se desenvolveram entre esses grupos (ELIAS, 1970, p. 73). Desse modo, essa rede humana de relações possuiria uma ordem própria, não inteligível como sendo simplesmente o somatório das forças dos indivíduos que a compõem, mas resultante da própria dinâmica relacional entre os indivíduos presos a essa “inerradicável interdependência das funções individuais” (ELIAS, 1994, p. 23). Conclui Elias que

O entrelaçamento das necessidades e intenções de muitas pessoas sujeita cada uma delas individualmente a compulsões que nenhuma pretendeu. Vez após outra, os atos e obras de pessoas isoladas, entremeados na trama social, assumem a aparência que não foi premeditada. Vez após outra, portanto, as pessoas colocam-se ante o efeito de seus próprios atos como aprendiz de feiticeiro ante os espíritos que invocou e que, uma vez soltos, não mais permanecem sob seu controle (ELIAS, 1994, p. 58).

No nosso caso concreto, o depoente acredita que individualmente as pessoas envolvidas, em graus diferentes, conforme suas posições hierárquicas, teriam a capacidade de influenciar numa maior ou menor amplitude de respeito as individualidades no trato hierárquico, o que ele chamou de “relacionamentos democráticos”:

Cada um tem a capacidade de influenciar um pouco. Mas isso aí tá ligado, diretamente proporcional, à posição hierárquica que ele ocupa na unidade. Às vezes um sargento ou um tenente, talvez pouco, vai poder influenciar nesse âmbito da unidade, na parte democrática ou não. Ele vai ter pouca influência. Mas o comandante de companhia, o subcomandante e o comandante, mesmo estando tudo amarrado, tudo documentado, essa parte humana eles vão poder influenciar bastante. (...) Com relação ao cabo, ele influenciou a mim. Mas eu acho que ele a nível unidade ele não poderia proporcionar essa democracia para todos, porque poucos estavam debaixo de sua asa. Era um número muito pequeno debaixo da asa dele. Já um comandante de unidade, ele pode inclusive forçar, ele pode determinar que os relacionamentos da unidade sejam mais democráticos. Ele pode impor. E quanto mais inferior, menos vai ter essa capacidade de direcionar esse comportamento (Entrevista nº 6).

À parte à excêntrica possibilidade de se impor um trato democrático, por meio de uma supostamente legítima imposição autocrática (que, apesar de parecer, não é de todo absurda), é sobremaneira interessante a versão do depoente, acerca dos gradientes de poder que se estabeleceriam nesse sentido de mudança quanto ao trato. Ela parece corresponder a uma percepção eliasiana de distribuição de poderes, que, respeitando critérios hierárquico-funcionais, deixaria um espaço, ainda que muito reduzido, de expressões de individualidade daqueles que ocupam posições inferiores nesse sistema. Para Elias,

Até a função social do escravo deixa algum espaço, por estreito que seja, para as decisões individuais. E, inversamente, a possibilidade de um rei ou um general influenciar seu destino e o de outrem por suas qualidades pessoais costuma ser incomparavelmente maior que a dos indivíduos socialmente mais fracos (...) Quando, por exemplo, o poder social de pessoas ou grupos de uma mesma área social é excepcionalmente desigual, quando grupos socialmente fracos e de posição subalterna, sem oportunidades significativas de melhorar sua posição, são pareados com outros que detêm o controle monopolista de oportunidades muito maiores de poder social, os membros dos grupos fracos contam com uma margem excepcionalmente reduzida de decisão individual (ELIAS, 1994, pp. 49-50)

g. Modelo disciplinar em transição: entre ameaças e cooptação (mesmas clivagens, outras facetas)

O depoente afirma que, apesar de esporádicas, as instruções para os quadros são dadas com uma relativa frequência. Normalmente de caráter teórico, elas pareciam visar uma reciclagem do aprendizado no período de formação. Em datas específicas há a introdução da temática acerca do comunismo, e sobre o assunto têm sido ministradas palestras, normalmente relacionando a “Intentona Comunista” com a tomada do poder pelos militares, em 1964. Principalmente nessas instruções, nada técnicas e mais político-ideológicas, não há abertura para questionamentos da plateia, mas o depoente percebe que “entre todos os companheiros, as opiniões são bastantes variáveis a respeito desse tema” (Entrevista nº 6).

O próprio efeito formativo dessas instruções é entendido pelo depoente como limitado, já que “nós vivemos numa outra época agora (...) é um tipo de conhecimento que não tem muita aplicação” (Entrevista nº 6).

Outra forma de “instruir” os quadros seriam os folhetins militares, regularmente

publicados. As revistas e noticiários, em tese, seriam veículos efetivos de repasse de informações, a respeito de assuntos que interessem a alta oficialidade serem difundidos para as camadas inferiores do Exército. É o depoente mesmo quem elabora a tese de que o discursos desses folhetins, particularmente o Noticiário do Exército (NE) não se coadunam com a práxis da tropa:

O NE, eu tenho a impressão de que ele visa colocar algumas coisas do nosso dia a dia, mas que na verdade elas estão bastante modificadas, com algum intuito de passar alguma mensagem específica. Eu não vejo no NE uma mensagem original do dia a dia da tropa. Eu vejo muitas mensagens de interesse do comando do Exército. Quando ele quer valorizar uma situação ou quer chamar a atenção pra um determinado fato, ele coloca, às vezes, aquilo como se fosse do nosso dia a dia (Entrevista nº 6).

Falseado por hipérboles ou eufemismos, e contaminado pelo politicamente correto, o discurso oficial tem encontrado problemas para explicar as causas de dissensões e coibir suas práticas, entre os elementos inferiores. Em momento anterior, que o depoente reputa como sendo até meados da década de 1990, o gesto disciplinar e discursivo da alta oficialidade era minimizado pela própria ação dos pares. Eles mesmos infligiam duras penalidades sociais, imputando uma espécie de ostracismo (apesar da proximidade física) aos dissidentes, que se atreviam a contestar judicialmente a respeito de assuntos que, em tese, eram de trato exclusivo da Instituição. Aqueles que digladiavam judicialmente contra a figura reificada do “Exército” podiam ser estigmatizados pelos pares, até mesmo quando a causa fosse contra uma fonte comum de sofrimento coletivo para os grupos inferiores:

quando aquele militar entrava na justiça, havia até um certo ar de afastamento dos próprios companheiros. Não sei se direcionado pelo próprio comando. O comando meio que colocava ele como uma ovelha negra. Havia um certo afastamento e esse militar ficava, independente se a causa dele era justa ou não, ele ficava um pouco meio como uma ovelha negra (Entrevista nº 6).

Contudo, pelo que demonstra o depoente, em algum ponto, a partir dos anos finais da década de 1990, os pares passaram a não mais estigmatizar os que encontravam no judiciário um auxílio contra o poder autocrático da alta oficialidade. Segundo ele, “entre os pares já começou o pessoal a não fazer distinção de militar que tem causa na justiça” (Entrevista nº 6). Talvez uma explicação seja a influência de um discurso de ampla cidadania e de amplos direitos, que, em amplo florescimento, passou a se reverberar nas classes médias urbanas do país, nessa época (RODRIGUES, 2008, pp. 146-172).

Esvaindo-se a pressão do grupo de pares, restou o fato de que a instituição perdera um importante aliado interno a favor de um de seus mais importantes dogmas: a independência institucional³⁹³.

Mas o discurso oficial interno e seus defensores funcionais, os comandantes de unidades, permaneceram renitentes em se adequarem ao “novo” regime constitucional vigente, em tese, desde 1988. Em linhas gerais, a nova Carta Constitucional não havia sido contemplado nem nos regulamentos militares³⁹⁴ nem muito menos no trato cotidiano, até ainda recentemente.

Nesse sentido, inexistindo uma forma mais efetiva de se coibir as queixas judiciais dos subordinados, acerca de seus direitos, supostamente usurpados, ou sensações de injustiças que pudessem ser provocadas por situações relacionais, as ameaças compõem parte das estratégias de defesa, da alta oficialidade, contra o que pode ser considerada uma invasão, do mundo paisano, dentro da estrutura disciplinar militar, até então hermética. Para o depoente,

nos dias atuais, eu vejo que tem muito a evoluir. Principalmente por parte do comando. Até algumas situações, que a gente tinha causa pra entrar na justiça, e o comando falava diretamente que quem entrasse poderia receber consequências. Poderia haver consequência com relação àquilo. Essas consequências geralmente têm a ver com transferências, né. O militar depois ele vai pleitear uma transferência

³⁹³ Obra de um coronel da reserva do Exército, um dos “guardiões do imaginário social” da Instituição, em sua vertente mais “sociológica”, discute as transformações sociais ocorridas a partir do final dos anos de 1990, e suas interações com a sociedade castrense, com profundo saudosismo e melancolia, em relação aos tempos idos. BROCHADO, João Manoel Simch. **A imitação do combate: busca obstinada da autonomia institucional**. Brasília: COTER (publicação eletrônica), 2004.

³⁹⁴ Ainda na atualidade, as solicitações de cancelamento de punições disciplinares impostas antes de 2001, normalmente sem atos formais que preservavam o direito de resposta do punido, e que poderiam dar melhor transparência ao processo, são respondidas negativamente, com a suposta alegação de que o Artigo 5º da Constituição Federal ainda não havia sido regulamentado, no âmbito disciplinar militar. Segue um exemplo de um despacho, publicado em um Boletim do Exército de 2009, contra o pedido de um sargento, punido com uma prisão, em 1998, que teve seu pedido indeferido: “Inicialmente, cumpre destacar que não havia no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) da época da ocorrência dos fatos, nem há no atual, qualquer obrigatoriedade de se apurar transgressão disciplinar por intermédio de sindicância, ficando a critério da autoridade competente a definição da forma de apuração, bem como o julgamento da transgressão e a aplicação da sanção devida; – saliente-se que a formalização do procedimento de apuração de transgressão disciplinar, especialmente quanto ao direito ao contraditório e à ampla defesa, ocorreu por meio da Portaria nº 157, de 02 Abr 01, do Comandante do Exército; portanto, após a data de aplicação da punição em tela; – a inexistência de regulamentação daqueles procedimentos, anterior à edição da Portaria nº157/2001, por si só, não faz presumir desobediência aos preceitos constitucionais, devendo tal fato ser amplamente demonstrado pela parte que o alega, por força do atributo da presunção de legitimidade de que goza o ato administrativo, segundo o qual, até prova em contrário, presume-se que tenha sido praticado em conformidade com as normas legais a ele aplicáveis e verdadeiro o fato nele descrito pela Administração”. Boletim do Exército nº 29, de 24 de julho de 2009, pp. 80-81. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=100261; Acesso em: 12 Jul 2011.

e não vai conseguir. Ou vice versa. Ele não quer ser transferido e acaba sendo transferido (Entrevista nº 6).

Com uma forte tendência a se tornar objetivo aquilo que, até pouco tempo atrás, era subjetivo, as ameaças de revide aos que não se enquadram a um regime de forças – que ainda pretende autocrático – e insistem em correr ao socorro do judiciário, relacionam-se ao que ainda pode ser controlado subjetivamente por quem detém uma reserva maior de poder, sem um controle objetivo muito claro, como é o caso das transferências dos militares. Elas normalmente são pautadas pela precedência da “necessidade do serviço” nem sempre muito bem comprovada por critérios objetivos. Potencialmente uma forma de punição não disciplinar, as movimentações de militares mediante o critério de “necessidade do serviço” foram sobejamente utilizadas, ainda recentemente, por exemplo, no caso dos fundadores da APEB, em 2000.³⁹⁵

De qualquer maneira, a objetivação de poderes, antes subjetivos, só pode entrar em cena a partir do surgimento de novos elementos relacionais, nos quais os indivíduos dos grupos mais fracos puderam se apoiar. O saber universitário, muitas vezes acompanhado de um suposto saber cidadão, e a difusão de informações pela Internet foram imprescindíveis para que os próprios “outsiders” fizessem causa para que seus problemas relacionais do Exército fossem tornados públicos e contestados no judiciário e na imprensa. Foram elementos catalisadores que, compostos às tensões internas, vêm acompanhando, num processo lento e de longa duração, a mutação na dinâmica de relações, entre os grupos de “estabelecidos” e “outsiders”. Trazida por força de um conjunto de fatores interrelacionados, a objetivação mistura fatores causais que se relacionam ao conjunto contextual causador e, ao mesmo tempo, sofredor de tensões relacionais e tendem a produzir um outro tipo de relações, baseado numa menor desigualdade de forças entre os grupos envolvidos.

Esse processo de transformação social assemelha-se a um padrão de funcionamento, produtor de mudanças sociais, que é teorizado por Norbert Elias. Para o autor, quanto mais divisões sociais, maior intercâmbio nasceria entre as pessoas. O uso da violência, por algumas camadas, com a finalidade de negar aos outros aquilo de que precisam para efetivar sua existência social, ou mesmo ameaçá-los e explorá-los, faz nascer tensões na rede de pessoas, grupos ou nações, que, ao atingirem certa intensidade, geram impulsos por mudanças

³⁹⁵ Ver ação de indenização por danos morais impetrada ao Juiz da Vara Cível de Resende, relativa a um dos fundadores da APEB, que para lá fora transferido anos antes. Disponível em: http://solatellie.com/cfap/html/peti%C3%A7%C3%A3o_por_danos_morais.html; Acesso em: 15 Jan 2011.

estruturais na sociedade. Graças a essas tensões,

as formas de relações e instituições da sociedade não se reproduzem aproximadamente da mesma forma, de uma geração para outra. Graças a elas, algumas formas de vida em comum tendem constantemente a se mover em determinada direção, rumo a transformações específicas, sem que nenhuma força impulsionadora externa seja implicada (ELIAS, 1994, p. 44).

Elias chama de “forças reticulares” essas forças que se tensionam entre si, e produzem transformações sociais, por conta das próprias relações entre os grupos tensionados, sem nenhuma força externa (ELIAS, 1994, p. 44).

A racionalização, em substituição aos atos emotivos, que, também, podemos chamar de objetivação das subjetividades, não passaria de uma manifestação do rumo das mudanças ocorridas na modelação de pessoas em configurações sociais. Mudanças essas que

não se originam numa classe ou outra, mas surgem, sim, em conjunto com as tensões entre diferentes grupos funcionais no campo social e entre as pessoas que competem dentro deles (ELIAS, 2001(b), p. 240).

Não mais fazendo causa com a autonomia institucional do Exército, em relação aos outros poderes ou instituições – o que, de uma maneira ou de outra, garantia a manutenção do *status quo* dominante dos “estabelecidos”, na sua relação de interdependência com os “*outsiders*”, e indicava uma intenção gregária acerca da figuração – a pressão dos pares de iguais parece ter-se voltado ao resultado “produtivo” da figuração, gregária tanto ao grupo de “*outsiders*”, como, indiretamente, à figuração. Mas com intencionalidades diferentes.

Como já descrito na análise anterior, a pressão dos pares ter-se-ia voltado àqueles que demonstram pouco interesse em colaborar na divisão dos trabalhos de rotina dos quartéis. Nesse sentido, partilham do mesmo desejo, dos estabelecidos, de fazer trabalhar aqueles “*outsiders*”, considerados avessos ao trabalho.

Para o depoente, a maior consequência gerada ao considerado mal profissional seria o seu ostracismo. Os seus pares se afastam dele. Os estabelecidos não o querem em suas equipes de trabalho. Logo, se o objetivo principal desses militares seria o de evitar o trabalho, parece que ele é conseguido com sucesso:

ele não é designado para nenhuma atividade que realmente exerça responsabilidade. E com isso ele consegue passar o expediente praticamente todo sem fazer nenhum tipo de atividade. Ou, talvez, ele receba aquelas que tenham a menor importância (Entrevista nº 6).

Não havendo, na Instituição, a intenção do lucro, resta ao trabalho somente o seu elemento moral, dificilmente tangível. A indolência dos subordinados, “*outsiders*”, não traria, em si, um prejuízo material direto aos estabelecidos, mas, de certo modo, afrontaria a lógica relacionada à sua capacidade de comando. Contudo, a indolência de uns é compensada com o esforço maior de outros, e o equilíbrio acabaria se mantendo, sem a necessidade de uma coerção maior sobre os mandriões:

são sempre procurados os mesmos militares: aqueles que procuram fazer uma atividade mais próxima ali da perfeição. Então esses militares são meio que penalizados porque quase todo tipo de atividade vai cair sobre os ombros desses militares que tentam fazê-la de uma melhor forma possível (Entrevista nº 6).

Aos considerados vagabundos e desleixados, a coerção ao trabalho, por meio da ameaça disciplinar, parece não ser muito utilizada pelos estabelecidos, justamente pela ausência de objetividade nos critérios de avaliação do que seja uma transgressão disciplinar por indolência. Se o indolente mostrar-se disciplinado, ainda que somente na aparência, e não apresentar fatos tangíveis que possam ser combatidos objetivamente pela regra disciplinar, há uma relativa dificuldade em se fazer um enquadramento preciso desse indivíduo à luz dos regulamentos: “o regulamento foi muito voltado pra essa área da disciplina, não pra área de produção” (Entrevista nº 6).

Mas não podemos deixar de lembrar que essa característica permissiva em relação à produção advém de um espírito de serviço público bastante presente na burocracia brasileira.

Depoimentos colhidos na década de 1970, em meio a funcionários públicos paulistas, levam à conclusão de que não havia nenhum tipo de ameaças de punição para aqueles poucos dedicados às suas atividades laborais:

Acontece muito no funcionalismo se você trabalha, se mata, no meu caso, se bater dez processos por dia, tudo bem; se bater um por dia também tudo bem, se ficar o dia inteiro fazendo crochê tudo bem, não tem problema, não adianta nada (mulher, 25 a 40 anos, classe B, 1º e 2º graus); (...) Trabalhou, trabalhou, não trabalhou ganho do mesmo jeito [mulher, 25 a 40 anos, classe B, 1º e 2º graus] (FERRARI, 2006, pp. 31-32).

Mas o excesso de zelo profissional pode, sim, no Exército, dependendo do ponto de vista de quem avalia, ser tomado como causa e justificativa para uma ação punitiva. Principalmente se esse excesso de zelo vier a ser julgado, a partir desse ponto de vista,

também, como reflexo de um desejo de aumentar o coeficiente de poder.

Um fato que acontecera na primeira unidade em que o depoente servira, no ano anterior à sua chegada (portanto, não presenciado diretamente por ele, mas apreendido socialmente após o ocorrido), ilustraria como o excessivo interesse e dedicação poderiam servir de causa punitiva ao zeloso.

O depoente narra que a unidade em que servira, em Olinda, era vizinha a outra, de menor efetivo. Numa madrugada, esta última veio a ser invadida por alguns indivíduos, sendo acionada a sirene de alerta, para a prontidão da guarda da unidade invadida. A sirene foi ouvida pelo sargento comandante da guarda da unidade em que serviria o depoente, que, de imediato, ao saber que a suposta invasão estaria acontecendo no quartel vizinho, com um grupo de soldados, foi em seu auxílio.

Ato contínuo, o oficial de dia, um tenente, ao acordar, percebeu que o sargento havia ido com parte da guarda para outra unidade.

Ele achou que foi uma atitude errada do sargento, que o sargento deveria ter aguardado por ele pra se tomar as medidas cabíveis (...) que esse sargento extrapolou a sua própria autoridade (Entrevista nº 6).

No dia seguinte, continua o depoente, o oficial de dia apresentou sua versão ao comandante da unidade, o qual decidira que o sargento seria punido, por ter agido sem autorização do oficial de dia. No entanto, o comandante da unidade invadida havia informado o comandante da Região Militar, acerca do ocorrido, e este, um general, poucos dias depois, remeteu ao comandante do sargento transgressor um elogio formal por sua atitude. Segundo o depoente, o sargento acabou não sendo punido, talvez pela contradição que haveria em receber um elogio, ao mesmo tempo, pelo mesmo fato.

Mas, mesmo assim, ficaria a ameaça de punição a um sargento iniciante em sua profissão. Punição por ter feito o que achava acertado, contudo, sem ordens de seu superior. Se fosse um sargento com mais tempo de serviços, já institucionalizado, possivelmente não agiria sem ordens de seu oficial imediatamente superior.

Dimensionara equivocadamente sua cota de poder? Para o general que o elogiou, por cumprir com desenvoltura o seu papel de guardar o patrimônio humano e material do Exército, certamente que não. Para o oficial de dia que se viu abandonado pela sua guarda, e para o coronel que talvez tenha entendido que um dos seus oficiais teve seu comando sub-

rogado pelo sargento, parece que sim. Bravo e corajoso para uns e indisciplinado para outros, possivelmente o sargento teve defensores no seio de seus colegas mais antigos, mas que, para livrá-lo da pena, não foram tão eficazes quanto o elogio de um general. Aliás, pelo que faz crer o depoente, a defesa das praças, perante o jugo dos oficiais, era muito comum ser feita pelos sargentos e subtenentes mais antigos.

O depoente acredita que em momento anterior, logo que saiu da escola de formação, como havia poucos indivíduos na função de subtenentes, eles tinham uma relativa autoridade perante os praças. Como praças mais antigas, as eminências pardas entre os inferiores, espécie de *sergeant major* não de direito, mas de fato, chegavam a defender colegas mais novos do zelo punitivo dos oficiais comandantes.

Com o passar dos anos, segundo ele, a coincidência de dois fatores favoreceu com que a função de subtenente perdesse sua autoridade no seio das praças. O efetivo de subtenentes, com o passar dos anos veio aumentando e a autoridade de praça mais antigo diluiu-se e vulgarizou-se. E o desejo de ascender ao oficialato, por meio da boa conceituação dos oficiais, ceifou as responsabilidades que tinham esses subtenentes para com o seu grupo de origem, pois, segundo o depoente, preferem “não brigar por causa nenhuma, com receio dessa briga impedir de ele sair oficial” (Entrevista nº 6).

Perguntado a respeito da existência de um pensamento carreirista no Exército, o depoente fora categórico em dizer que apesar de não ser partilhado por todos, uma “fatia bem grande” teria em comum o modelo carreirista como estratégia de ascensão social dentro da Instituição (Entrevista nº 6).

O modelo carreirista é descrito por Claude Dubar como um modelo simbiótico entre interesses individuais dos assalariados e os interesses das instituições, em que os indivíduos buscam ascensão profissional, reconhecimento e prestígio pela e na empresa onde trabalham. Há uma reciprocidade dinâmica nesse modelo, em que, em troca do engajamento incondicional do indivíduo assalariado à instituição, esta lhe garante a segurança do emprego e a progressão provável de sua carreira, dando-lhe a chance de tornar-se um “responsável” com maiores somas de poder dentro da dinâmica do sistema. Nessa lógica mutualista, os “assalariados” (já promovidos ou certo de sê-lo) – compartilhando de uma linguagem comum em relação aos “responsáveis” –, tornam-se prosélitos da empresa, combinando a lógica direta entre “grande contribuição e grande retribuição” (DUBAR, 2005, pp. 289-295).

Para o depoente, o carreirismo no Exército teria como linha mestra a submissão

incondicional dos sargentos aos seus superiores oficiais, já que a disciplina seria um ponto importante a ser avaliado para se compor o ranking daqueles aptos às sucessivas promoções. Segundo ele,

militar quando ele tá, quando ele é chamado 'lobinho'³⁹⁶, quando ele é recém-formado, ele não visualiza muito isso. Mas principalmente quando ele chega na graduação de subtenente, eles tendem a ficar mais cordeiros, né, podemos dizer assim. Aquele 3º sargento que era mais aloprado! Que talvez tinha aquela coragem de dizer o que pensava, de contrariar quando ele achava que aquilo não estava certo, essa coragem ela foi sendo podada. E aquele militar vai ficando antigo e vai ficando talvez institucionalizado. E talvez ele vai percebendo que não adianta nadar contra a maré. E ele vai aprendendo a dizer apenas 'sim senhor!'. E sabe também, além de ser o caminho mais fácil, ele vai ter menos dor de cabeça. E vai talvez chegar à patente lá de oficial. De 2º tenente, 1º tenente. Ou até alguns de capitão. Então, aquilo passa a ser o farol, né. O objetivo daquele subtenente (Entrevista nº 6).

O depoente faz uma contraposição entre a juventude e a maturidade, por meio da disposição de principalmente duas características opostas: a inconsequência e previsão. A agressividade e a coragem, para se expressar e contrariar ordens superiores, em favor de convicções morais, são substituídas pela passividade submissa em relação a essas mesmas ordens, a fim de garantir conceito e prestígio junto aos chefes. Relativamente à carreira, as ações dos mais jovens são tidas como inconsequentes, já que atos de coragem para afrontar o poder volitivo dos oficiais podem ter a contrapartida de distanciar seu autor de futuras promoções. Em contrapartida, a submissão incondicional àquele poder volitivo de seus comandantes faria parte de um processo de acúmulo de espírito de previsão, já que a obediência aumentaria as chances de promoções, incluindo a promoção ao oficialato, “o objetivo”, relativamente próximo e alcançável, da maioria dos subtenentes (Entrevista nº 6).

Na burocracia pública, assim como na burocracia militar, não só as expectativas de novas promoções, mas a simples posição etária dos indivíduos já seria suficiente para lhes definir comportamentos, mais ou menos submissos, na escalada de sua socialização profissional. Acerca da burocracia pública paulista, do final dos anos de 1970, Bucalem Ferrari, atesta que

³⁹⁶ O termo “lobinho” advém do escotismo, e refere-se ao seu ramo inicial, direcionado às crianças entre 7 a 10 anos de idade. Possivelmente transplantado ao Exército por ex-escotistas que seguiram carreira militar, de maneira um tanto quanto jocosa, o mesmo termo refere-se, por analogia, àqueles profissionais que estão iniciando suas carreiras. Sobre o termo, ver: JORGE, Sônia e RODRIGUES, Theodomiro. **Escotistas em ação: ramo lobinho**. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2011. Ramos do escotismo: Disponível em: <http://www.escoteiro.com.br/aprenda/escotismo/ramo/>; Acesso em: 12 Jun 12.

Dependendo também da faixa etária em que o funcionário público se encontra, ele se mostra mais ou menos acomodado à instituição. Pessoas mais velhas apresentam maior acomodação e consciência de sua necessidade de estabilidade em todas as classes sociais, dentro do funcionalismo (FERRARI, 2006, p. 74).

No caso concreto dos sargentos do Exército, essa acomodação seria relativa, para aqueles sem perspectivas de novas promoções. Segundo o depoente, uma parte daquela minoria de subtenentes, que acreditam não ter uma ficha de conceito boa o suficiente, para ascenderem ao oficialato, não se acomodam à submissão e acabam sendo mais corajosos que os demais, com alguma chance de ascensão. “Como se eles não tivessem nada a perder” (Entrevista nº 6), tomam a frente das praças, mesmo não sendo os mais antigos deles, e impõem-se com voz ativa, diante dos oficiais. Bem possivelmente, as pressões por mudanças no regime disciplinar viriam desses indivíduos, não cooptados pela potencial força atrativa das expectativas inerentes ao regime profissional carreirista. Para estes, a coragem juvenil seria mantida, em detrimento de uma improvável ascensão na carreira.

Aliás, quando o depoente menciona acerca da carreira militar no Exército, como sargento, parece querer deixar claro que ela é percebida de uma forma não muito positiva. Entendendo que o Exército seja “uma Instituição que tem seus pontos positivos” (Entrevista nº 6), vêm-lhe à memória somente dois desses pontos. Um deles refere-se à mobilidade geográfica proporcionada pela profissão, privilégio que, através da integração direta com culturas regionais variadas, ampliaria nos indivíduos a carga de conhecimento empírico dessas mesmas culturas, e lhes apresentaria uma melhor dimensão do que seria o país, bastante diferente da visão pontual e monofocal daqueles que nascem, vivem e morrem em um mesmo lugar. Ou seja, esse ponto positivo relacionar-se-ia ao aspecto cultural dos indivíduos.

A outra dessas vantagens, reputada pelo depoente, ao serviço no Exército, refere-se, também, à mobilidade geográfica, mas no plano relacional e individual. Palavras do depoente:

E às vezes é muito gratificante quando a gente olha pro Brasil, a gente sabe que a gente tem amigos em quase todos os Estados. Isso é uma grande gratificação do Exército. Esse é o ponto, talvez, mais forte que eu vejo do Exército (Entrevista nº 6).

Este último, portanto, refere-se intrinsecamente ao aspecto afetivo no nível individual. Terminam por aí as referências positivas.

É digno de nota o fato de não serem mencionados quaisquer aspectos positivos da profissão, os quais se relacionassem ao profissional propriamente dito, mas somente a

aspectos paralelos e dela resultantes. Parece lícito interpretar esse interdito como um indício de que, acerca do orgulho em relação às suas atividades profissionais, a percepção do sargento não é a das mais favoráveis. Esse não é um atributo exclusivo do presente depoente, já que um posicionamento negativo em relação à posição social dos sargentos é percebido nas outras entrevistas realizadas nesta pesquisa. Um estudo relativamente recente, realizado na Escola de Comando e Estado Maior do Exército³⁹⁷, chegou a algumas conclusões que não somente corroboram a ideia de que os sargentos possuem uma visão extremamente negativa quanto às expectativas em relação ao lugar que ocupam no Exército, mas também, nem mesmo alguns oficiais acreditam que as condições profissionais dos sargentos seriam suficientes para valorizar suas carreiras e motivá-los profissionalmente.³⁹⁸ Insatisfeitos e frustrados com os regimes de avaliação e valorização de seus méritos profissionais, os sargentos pesquisados por ele acreditam que o tempo entre cada uma das promoções é sobremodo longo; que não há igualdade nos critérios de avaliação funcional; que o aumento da escolaridade do grupo não tem a contrapartida das facilidades de ascensão funcional; que as rotinas são repetitivas, burocráticas, e pouco desafiadoras; que não há capacitação técnica do grupo etc. O autor do trabalho conclui que esses elementos somados “degradam a motivação e prejudicam o desempenho do grupo, gerando tensões e o distanciamento do compromisso com a cultura do Exército” (MACIEL, s/d, pp. 22-24).

Constatando “o pouco conhecimento dos oficiais sobre a legislação que trata da carreira dos sargentos”, o autor também infere que, do universo pesquisado, apenas um “pequeno percentual de sargentos...ambicionam ingressar no QAO (...) [e um] pequeno número de militares... realizam cursos de especialização³⁹⁹” (MACIEL, s/d, pp. 22-24). E remata, com preocupação:

A política de pessoal, no seu conjunto, necessita de aperfeiçoamentos que evitem o descrédito, pois é uma deficiência que se explorada poderá comprometer a coesão e a motivação dos sargentos, não atendendo aos objetivos da Instituição (MACIEL, s/d, pp. 22-24).

Desse modo, o não-dito do nosso depoente parece possuir um significado intrínseco

³⁹⁷ MACIEL, Nilson Nunes. **A estruturação da carreira dos sargentos: uma proposta**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, (Monografia de conclusão de curso), s/d.

³⁹⁸ O estudo citado faz referência a outro estudo anterior [“O Sargento de Carreira e as Perspectivas de Realização Profissional. Uma Proposta de Plano de Carreira”, de André Tiago Salgado Chispim (1997)] da mesma escola, que parece indicar a não existência de um plano de carreira para os sargentos.

³⁹⁹ Aqui o autor refere-se especificamente a cursos de especialização militares, oferecidos pelo Exército.

à sua realidade profissional, percebida como negativa, ainda nos dias atuais. Portanto, as pesquisas realizadas pelo citado oficial, e as propostas delas advindas, aparentam não terem surtido o efeito institucional por ele desejado, e os motivos da sua preocupação tendem a permanecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, fatores relacionados à realidade política e ideológica cumpriram um papel essencial para a proscricção do campo da História Militar, no mundo acadêmico do país. José Murilo de Carvalho chamaria essa proscricção de “veto aos estudos militares” (CARVALHO, 2005, p. 140). Com exceção da historiografia tradicionalista e hagiográfica, ligada ao próprio Exército e às suas publicações da BIBLIEX⁴⁰⁰, a história militar não possuía um campo respeitável para si, até na década de 1990. Havia as dificuldades, impostas pelos militares, de acesso dos pesquisadores brasileiros às fontes especificamente militares. Mas, também, em contrapartida, parecia repulsiva ao meio acadêmico a pesquisa direta às instituições fardadas.

Aqueles poucos que se atreviam aventuravam-se na tentativa de entender o período de governo militar. Por isso, antes do início dos anos de 1990, na maioria dos trabalhos acadêmicos, os militares eram abordados a partir da ótica política. Nesse sentido, a alta oficialidade – grupo funcionalmente encarregado de ser o ponto de contato com o universo político – destacava-se como foco das análises. A partir dessa demanda, o conceito de “militares” fora empregado de maneira generalista, como se a alta oficialidade pudesse responder e representar a totalidade sobremaneira heterogênea daquela configuração.

A fim de suprir uma demanda por estudos relacionados às massas proletárias, os sargentos foram descobertos como objetos de análise. O termo “militares”, bastante genérico, foi sendo especificado pelos especialistas e substituído por conceitos mais acertados, como “oficiais” e “praças”, o que por si só garantiu a esses trabalhos um inolvidável legado. Contudo, como o intuito desses pesquisadores permanecia sendo, ainda, o de compreender, com os sargentos, e seus movimentos sociais, o Golpe Militar de 1964, a abordagem política permanecia em prevalência.

Apenas nos anos de 1990, primeiramente com trabalhos de sociólogos e

⁴⁰⁰ Pelo lado das publicações da Bibliex, podemos categorizá-las em três listas principais (muitas, logicamente, escapam a essas categorizações). Constituem-se de traduções de livros estrangeiros clássicos e recentes; ou edições de livros nacionais clássicos sobre a temática militar; ou, ainda, livros recentes de militares de alta patente realçando um firme posicionamento anticomunista. Deve constar, ainda, que aqueles que tratam das narrativas de batalhas não escondem seu ufanismo, sendo hagiográficos, em demasia apologético-personalistas, em relação aos chefes militares e em relação aos seus valores profissionais. Ver: DE OLIVEIRA, Natália Vial. **A Intentona Comunista na Bibliex: Em Guarda contra o Comunismo**. Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH/Rio. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732226_ARQUIVO_AIntentonaComunistaBibliex.pdf; Acesso em: 22 Mar 2011.

antropólogos, e só depois com historiadores, é que uma corrente de pensamento, transformado em um movimento denominado “Nova História Militar”, chegaria ao Brasil, e ganharia força e espaço editorial.⁴⁰¹

Depois de tomar forma nos anos de 1980, nos Estados Unidos e na Europa, e ter se espalhado por todo o mundo, o mais rápido crescimento da História Militar renovada tem sido no âmbito da História Social das forças armadas, que analisa assuntos como a composição social dos exércitos, o recrutamento e treinamento militar, a motivação e os efeitos do serviço militar.

De acordo com Torbjorn L. Knutsen,

Nos últimos anos, uma 'Nova História Militar' apareceu, no sentido de evitar a narração dos eventos e é fundamentalmente interessada nos contextos social e institucional da guerra. Sua atenção não está focada em batalhas, táticas e sistemas de armas, mas nas estruturas sociais, nas atitudes dos militares, nas relações entre os oficiais e os soldados rasos, e nas relações entre a sociedade civil e militar.⁴⁰²

A presente tese procurou desenvolver-se dentro dessa perspectiva. Entender as estruturas sociais às quais os sargentos pertenciam fora o objetivo principal deste trabalho. E entender suas estruturas sociais, passaria por compreender como se desenvolviam as relações do grupo com os outros grupos que a eles eram, e continuam sendo, interdependentes.

Como em quaisquer outras figurações em que haja “estabelecidos e *outsiders*”, na figuração do Exército, no período considerado, havia uma disputa por poderes entre grupos. Um grupo social com uma capacidade maior de determinar os seus próprios destinos e os destinos de outros grupos dele dependentes, se cercando de ferramentas capazes de, se não diminuir, pelo menos manter inalteradas as capacidades de autodeterminação daqueles grupos com menos poder. Por outro lado, os grupos com menor coeficiente de poder lutando por sua autodeterminação; o que significava, em síntese, por uma luta visando aumentar seu coeficiente de poder, em relação aos mais poderosos.

Nesse jogo relacional, onde o equilíbrio dessas tensões é sempre variável e

⁴⁰¹ CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik.[Org] **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

⁴⁰² Tradução minha do original: “In recent years a 'New Military History' has emerged that eschews narration of events and is primarily interested in the social and institutional context of warfare. Its attention is not focused on battles, tactics, and weapons systems, but on social structures, military attitudes, relationships between officers and the rank-and-file, and on the interrelations between military and civil society”. Torbjorn L. Knutsen. The New Military History of Europe. Disponível em: <http://jpr.sagepub.com/content/24/1/87.abstract>; Acesso em: 10 Mai 11.f

historicamente modificável e fluido, no caso específico do Exército, os sargentos mantinham-se numa dúbia condição. Quando em relação com os soldados, podiam ser considerados “estabelecidos”, possuindo inúmeras prerrogativas que estes não tinham. Mas quando em relação aos oficiais, eram “*outsiders*”. Os sargentos, quando em relação aos soldados, tendiam a se comportar da mesma maneira que os oficiais se comportavam com os sargentos. Tendiam a considerá-los de uma maneira tão pragmática, quanto utilitarista. Sendo os soldados as ferramentas de trabalho dos sargentos, estavam certos, muitas vezes, de sua inferioridade humana, vide a naturalidade com que o termo “soldadinho” era (e ainda é na vida prática), utilizado para representar os indivíduos desse grupo. A visão especular dessa relação, ou seja, as representações dos soldados quanto às suas relações com os sargentos, não fora o foco do nosso trabalho, apesar de ter sido aferida em algumas das entrevistas. Parece ser um bom objeto de análise, para uma pesquisa futura.

Por sua vez, como “*outsiders*” de uma figuração que tinha como “estabelecidos” os oficiais, os sargentos possuíam, em relação a estes, um sentimento ambíguo, misto de amor e ódio, de rancor e de afeto, não difícil de identificar nas entrevistas, e, também, de compreender suas origens. Historicamente discriminados e reprimidos, pelos oficiais, em seus fervores de equacionar poderes, ascender socialmente e conquistar prestígio, os sargentos ao mesmo tempo desejavam alçar ao oficialato. Queriam, portanto, o reconhecimento social que a discrepante inferioridade da condição de praça não oferecia. E assim o desejavam de acordo com os critérios de aferição socialmente reconhecidos pela Instituição. De fato, toda a motivação para que essas tensões entre sargentos e oficiais se reproduzissem concentrava-se no fato de que, com funções nem tão distantes, os sargentos desejavam certo grau de equiparação de poderes com os oficiais. Na maioria das vezes em que as tensões entre os dois grupos se tornaram públicas, a disputa de poder se estabeleceu por meio de um termo originário do campo jurídico: “direitos”.

A fim de descomprimir as tensões dessa relação (em momentos nos quais elas eram insuportáveis), ao invés de elevar as cotas de poder do grupo dos sargentos (lê-se direitos requeridos) – o que levaria, conseqüentemente, à perda de poder, por parte dos oficiais –, o topo da pirâmide dos estabelecidos preferiu, na maioria das vezes, dar vazão aos desejos de ascensão dos sargentos, por outros meios, que comprometessem menos as relações de poder, entre os dois grupos. Seja por meio da criação de uma nova graduação, ou por meio da flexibilização da ascensão aos postos inferiores do oficialato (a apenas alguns escolhidos, e

por critérios nada transparentes), tentou-se manter íntegra a estrutura daquelas relações.

Além de ser imanente à figuração que pertenciam oficiais e sargentos, a baixa autoestima desses últimos garantia a manutenção do coeficiente de poder dos oficiais e o *status* quo da dinâmica de suas relações. Característica permanente, encontramos traços dessa identidade estigmatizada nos depoimentos tanto dos sargentos que já estão na reserva quanto nos que ainda estão na ativa.

Compreendendo a dinâmica dessas relações, o autor desta tese entendeu como válido o ponto de vista de que as tensões entre aqueles grupos interdependentes seriam imanentes ao próprio jogo específico da figuração. As tensões em outros campos, relacionadas a quaisquer grupos envolvidos na figuração, e geradas a partir das suas tensões sociais internas, deveriam ser concebidas e analisadas, de modo que seus pesos relativos fossem equacionados em seus devidos lugares, de acordo com os diferentes momentos. Sob essa determinante, procurou-se não se descurar do campo político dos sargentos, contudo, ele fora abordado dentro de uma perspectiva de interdependência com outros campos, e com outros elementos sociais com os quais os sargentos se relacionavam. O campo especificamente militar mescla-se, assim, ao político, ao midiático, ao social, ao religioso, ao moral, ao jurídico, e a outros inúmeros existentes, dialogando com eles e se combinando com incidências que diferem em cada caso, e em cada período histórico. Longe de ser estanque, o universo da socialização dos sargentos, suas identidades e suas representações foram e têm sido construídos por esses múltiplos vetores. O juridicismo do início deste século fora mais um deles.

Dividida em duas partes, a tese aborda primeiramente o período anterior à II Guerra Mundial, traçando um panorama da formação histórica das relações sociofuncionais do grupo dos sargentos, tanto com outros grupos dentro do Exército, como outros de fora dele. Nesse sentido, as manifestações políticas dos sargentos e os seus atos de aberta rebeldia, vistos em alguns momentos nesse período, foram compreendidos como uma espécie de ponta do iceberg do tenso relacionamento existente entre aquele grupo e os oficiais.

Já na segunda parte da tese, que reputo sendo o seu cerne, abordo a construção identitária e a socialização dos sargentos no período pós-guerra. Faço uma inversão escalar, abandonando a visada panorâmica e abrangente e partindo para uma abordagem reduzida, microscópica, dando vozes a personagens até então anônimos que fizeram parte da construção de identidade do grupo dos sargentos de seu tempo.

Idealmente coletivista, o Exército é composto por indivíduos, e deixa margem a expressões personalistas, não somente em suas parcelas hierarquicamente superiores, mas também, em menor espaço, em suas parcelas inferiores. Desse modo, haveria espaço suficiente para características tão heterogêneas, quanto as encontradas nos nossos depoentes. Desde o crítico Abdon Luz, sargento da década de 1950, burocrata e infante, que fora processado e posto à disposição da Justiça em 1964 por expor abertamente seus pensamentos; mas que não tivera sua vida militar prejudicada, pois terminara sua vida profissional como capitão, último posto da carreira dos sargentos. Passando pelo tropeiro Adão Válder Barriles, sargento da década de 1960, cavalariano que passou a maior parte de sua vida militar desempenhando a função de que mais lhe agradava, que era comandar soldados, sem muito envolvimento direto com o universo político, apesar de a política partidária permear seu seio familiar. E novamente girando ao politicamente crítico Adão Batista de Oliveira, sargento da década de 1970, um cavalariano que desde cedo fora trabalhar na área administrativa; ao mesmo tempo em que reprovava a tentativa institucional de fechar os sargentos à sociedade, também sofrendo consequências morais por exprimir seu pensamento, vira-se discriminado e escarneado pelos colegas do colégio em que estudava, simplesmente por ter sido descoberta por eles a sua condição de militar. Transitando ao religioso Adeir José Moreira, sargento da década de 1980, um infante de origem rural que utilizara não somente seu vigor físico, mas também a sua fé para disciplinar soldados. Indo ao operário-bacharel, depoente nº 5, sargento da década de 1990, um técnico que utilizaria seu saber jurídico tanto na defesa de militares injustiçados, como na defesa dos interesses da Instituição. Desaguando finalmente no depoente nº 6, sobrevivente do caos social a periferia carioca, atleta vencedor, um técnico de observação arguta, ótimo narrador e analista imparcial tanto das experiências tragicômicas como das insossamente cotidianas.

Não somente os depoentes são provas vivas da heterogeneidade encontrada no Exército, mas também os personagens contidos em suas narrativas. Desde o coronel encontrado na narrativa de Barriles, que mandava que os soldados escolhessem no palito os dias que permaneceriam na prisão, até a praça encontrada na narrativa do Entrevistado nº 6 que tomou o comando do acampamento; passando pelo coronel que articulara a transferência que resultara na promoção de Abdon Luz, e do cabo que fora exemplo de liderança para o Entrevistado nº 6. Cada qual a seu modo ajudou a construir o modo de pensar e de agir socialmente e profissionalmente de nossos depoentes. Estes, por sua vez, sendo personagens

únicos no drama relacional que viveram dentro e fora do Exército –, cada qual a seu modo, contribuiu no engendramento das suas figurações em seus tempos específicos. Mesmo que impotentes para sozinhos alterarem as figurações nas quais se envolveram, fizeram parte delas. Cada qual ao seu modo tomou parte dos jogos relacionais de seu grupo de pertencimento, os quais foram criando forma e se modificando ora lenta, ora rapidamente, com o decorrer dos anos.

Parafrazeando Norbert Elias, como “matrizes” e “moedas”, foram indivíduos cujas características individuais de personalidade foram componentes importantes de suas figurações. Não definiram padrões relacionais, mas os compuseram, ajudando a moldá-los, ao mesmo tempo em que foram moldados por eles durante suas vidas no ambiente profissional militar. Enfim, podemos dizer que compuseram o Exército, construíram-no, modelaram-no, foram-no.

FONTES

ORAIS

- LUZ, Abdon. Entrevista concedida ao autor, em 14 de janeiro de 2011.
- BARRILES, Adão Válter. Entrevista concedida ao autor, em 20 de janeiro de 2011.
- MOREIRA, Adeir José. Entrevista concedida ao autor, em 18 de janeiro de 2011.
- OLIVEIRA, Adão Batista de. Entrevista concedida ao autor, em 18 de fevereiro de 2011.
- Entrevista nº 5 (Condição de anonimato). Entrevista concedida ao autor, em 24 e 25 de janeiro de 2011.
- Entrevista nº 6 (Condição de anonimato). Entrevista concedida ao autor, em 19 de março de 2011.

ESCRITAS

BATALHÃO SUEZ. Página eletrônica. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/1contDarcyDuarteRosa.htm>; Acesso em: 15 Dez 2010.

BRASIL. Decreto nº 782, de 19 de abril de 1851. (Aprova o Plano de Organização do Exército em Circunstâncias Ordinárias) Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851, Tomo XII, Parte I, p. 108. Typographia Nacional: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=OokwAAAAIAAJ&pg=PA104&lpg=PA104&dq=pra%C3%A7as+de+pret&source=bl&ots=Txn6cKVLSI&sig=lxziPLzJH6So8Yg8x7Jv6qYOEGI&hl=pt-BR&ei=F2TXTpO-Oefw0gG294TgDQ&sa=X&oi=bookresult&ct=result&resnum=8&ved=0CF4Q6AEwBw#v=onepage&q=pra%C3%A7as&f=false>; Acesso em: 13 Out 2011.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Imprensa Militar. Relatório do Ministro da Guerra, Marques de Caxias, à Assembleia Legislativa, 1855, p. 24; Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2200/000026.html>; Acesso em> 14 Ago 2011.

BRASIL. Relatório do Ministro da Guerra, José Antônio Correia da Câmara, relativo ao ano de 1879, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 17ª Legislatura, p. 8. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2221/000001.html>; Acesso em 15 Abr 2011.

BRASIL. Relatório do Ministro da Guerra Antônio Nicolau Falcão da Frota ao Presidente da República, referente ao ano de 1890. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2231/000011.html>; Acesso em: 15 Mar 2011.

BRASIL. Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1891. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2232/000020.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

BRASIL. Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1892. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2233/000023.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

BRASIL. Decreto nº 1199, de 31 de dezembro de 1892 (Regulamento para a Escola de Sargentos). Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1893. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2234/000060.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Relatório do Ministro da Guerra Marechal J. N. Medeiros Mallet, ao Presidente da República. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1900, p. 29. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2240/000003.html> ; Disponível em: 15 Jan 2010.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Almanak do Ministério da Guerra (Ano 1896)**. Disponível em: <http://historiar.net/images/pdfs/Almanak%20do%20Ministerio%20da%20Guerra%20-%201896.pdf> ; Acesso em: 04 Nov 2011.

BRASIL. Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, relativo ao ano de 1897. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2238/000026.html>; Acesso em: 15 Jun 2011.

BRASIL. Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1930, p. 34.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Imprensa Militar. Relatório do Ministro da Guerra, José Caetano de Farias, ao Presidente da República, relativo ao ano de 1915, pp.16-17; Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2252/000022.html>; Acesso em: 15 Ago 2011.

BRASIL. Decreto nº 15.934, 22 de janeiro de 1923. Regulamento para o serviço militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15934-22-janeiro-1923-499084-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 8 Mai 2009.

BRASIL. Decreto nº 19.507, 18 de dezembro de 1930. Modifica o regulamento para o serviço

militar. de 1923. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=23495>; Acesso em: 8 Mai 2009.

BRASIL. Relatório do Ministro da Guerra Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, ao Presidente da República. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1924, p. 14. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2257/000002.html>; Disponível em: 15 Jan 2010.

BRASIL. Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1930.

BRASIL. Diário Oficial da União de 18 de agosto de 1932.

BRASIL. Decreto nº 22.837, de 17 de junho de 1933. Cria o posto de subtenente do Exército. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22837-17-junho-1933-498398-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 13 Ago 2009.

BRASIL. Decreto nº 23.347, de 13 de novembro de 1933. Regulamento para formação e manutenção do posto de subtenente do Exército. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=24149&norma=39548>; Acesso em: 13 Ago 2009.

BRASIL. Constituição Federal, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm; Acesso em: 30 Nov 2010.

BRASIL. Lei nº 48, de 4 de Maio de 1935. Código Eleitoral. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-48-4-maio-1935-398002-publicacaooriginal-1-pl.html>; Acesso em: 13 Jun 2010

BRASIL. Decreto nº 24.221, de 10 de maio de 1934. Diário Oficial da União, de 14 de maio de 1934, pp. 9162-9163.

BRASIL. Decreto-Lei nº 432, de 19 de Maio de 1938, que Regula o Ensino Militar do Exército. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-432-19-maio-1938-350770-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 13 Nov 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2186, de 13 de maio de 1940, Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2329, 21 Jun 1940. Extingue a graduação de 1º e 2º Cabos e estabelece a de Cabo. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2329-21-junho-1940-412242-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 9 Jan 2010.

BRASIL. Decreto nº 8835, 23 Fev 1942. Regulamento Disciplinar do Exército. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152603&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>; Acesso em: 11 Mai 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de Maio de 1945; Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946. Estatuto dos Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De19698.htm; Acesso em: 15 Ago 2009.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO: Estado Maior do Exército. **Manual de Campanha C 20-10, “Princípios de chefia”**, 1953.

BRASIL. Decreto nº 42.018, de 9 de agosto de 1957. Regulamento Interno dos Serviços Gerais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42018.htm; Acesso em: 18 Abr 2009.

BRASIL. Lei nº 3783, de 30 de julho de 1960. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128692/lei-3783-60>; Acesso em: 22 Ago 2009.

BRASIL. Lei nº 4069, de 11 de junho de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4069.htm; Acesso em 22 Ago 2009.

BRASIL. Lei nº 4242, de 17 de julho de 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4242.htm; Acesso em: 22 Ago 2009.

BRASIL. Lei nº 4328, de 30 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4328.htm; Acesso em: 22 Ago 2009.

BRASIL. Diário Oficial da União de 09 de novembro de 1965. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3055088/dou-secao-1-09-11-1965-pg-20>; Acesso em: 15 Abr 2011.

BRASIL. Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm; Acesso em: 15 Jan 2008.

BRASIL. Decreto nº 86.289, de 11 de agosto de 1981. Criação do Quadro Especial de 3º Sargentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D86289.htm; Acesso em: 13 Mai 2009.

BRASIL. Decreto nº 90.608, 24 de dezembro de 1984. Regulamento Disciplinar do Exército. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D90608.htm; Acesso

em: 11 Mai 2010.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Boletins do Exército do ano de 1940.

_____. Boletins do Exército do ano de 1950.

_____. Boletins do Exército do ano de 1955.

_____. Boletins do Exército do ano de 1963.

_____. Boletins do Exército do ano de 1964.

_____. Boletins do Exército do ano de 1968.

_____. Boletins do Exército do ano de 1974.

_____. Boletins do Exército do ano de 1978.

_____. Boletins do Exército do ano de 1988.

_____. Boletins do Exército do ano de 1998.

_____. 5ª Companhia Leve de Manutenção. Boletins Internos da 5ª Companhia Leve de Manutenção do ano de 1951.

_____. 5ª Companhia Leve de Manutenção. Boletins Internos da 5ª Companhia Leve de Manutenção do ano de 1955.

_____. 5ª Companhia Leve de Manutenção. Boletins Internos da 5ª Companhia Leve de Manutenção do ano de 1963

_____. 5ª Companhia Leve de Manutenção. Boletins Internos da 5ª Companhia Leve de Manutenção do ano de 1964.

_____. 27º Batalhão Logístico. Boletins Internos do 27º Batalhão Logístico do ano de 1972

_____. 27º Batalhão Logístico. Boletins Internos do 27º Batalhão Logístico do ano de 1978

_____. 27º Batalhão Logístico. Boletins Internos do 27º Batalhão Logístico do ano de 1985

_____. 27º Batalhão Logístico. Boletins Internos do 27º Batalhão Logístico do ano de 1988

_____. 27º Batalhão Logístico. Boletins Internos do 27º Batalhão Logístico do ano de 1998

_____. 5ª Região Militar/Divisão de Infantaria. Boletins Regionais da 5ª Região Militar/Divisão de Infantaria, do ano de 1951.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Estado-Maior do Exército. IP 20-10-**Liderança Militar**. Portaria nº 088-3ª Sch/EME, de 19 de setembro de 1991.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Estado-Maior do Exército. Regulamento de Uniformes do Exército (RUE). Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/Rue%20web/FRAMES.htm>; Acesso em: 12 Jul 2011.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Estado Maior do Exército. Trabalho da Segunda Assessoria e Assuntos Relevantes. Perguntas e Respostas, Sem identificação, Sem data.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Port Gab Cmt EB nº 613, de 13 NOV 2000. Reconhece e credencia a Academia Militar das Agulhas Negras como Instituição de Ensino Superior. Publicada no BE 47, Nov 00.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Port Gab Cmt EB nº 614, de 13 NOV 2000. Reconhece e credencia Estabelecimentos de Ensino como Instituições de Ensino Superior. Publicada no BE 47, Nov 00.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO Decreto nº 4346, 26 Ago 2002. Regulamento Disciplinar do Exército.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO Portaria nº 816, 19 Dez 2003. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais. Separata ao Boletim do Exército nº 51, 19 Dez 2003.

BRASIL. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3340-9. ementário nº 2267-1, de 03 Nov 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=409292>; Acesso em 7 Abr 2010.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria nº 565, 6 Set 2004, do Comandante do Exército, publicada no Boletim do Exército número 37, de 10 Set 2004, p. 10.

BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO.. Portaria nº 438-SGEx, de 12 de dezembro de 2008, publicada no Boletim do Exército nº 51, de 19 de dezembro de 2008, pp. 16-19.

BRASIL. Efetivos Previstos para o Exército em 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7701.htm#art5/ Acesso em:12 Abr 2012.

BRASIL. Decreto 7701, de 15 de março de 2012. Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, para 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7701.htm#art5/ Acesso em:12 Abr 2012.

Biografia de Gregório Bezerra. Disponível em:

http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bezerra_gregorio.htm; Acesso em 12 Nov 2010.

Câmara Municipal de Curitiba. Projeto de lei ordinária 06.00020.2004, de 03 de maio de 2004, da Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: <http://domino.cmc.pr.gov.br/prop2000.nsf/375e962013dfe0e4052569ba005c75ac/56f0d5c8ce205a8c03256e8900660af3?OpenDocument>; Acesso em: 16 Jul 11.

Casa dos Sargentos do Rio Grande do Sul. Página eletrônica. Disponível em: <http://www.geraldosantana.com.br/>; Acesso em: 13 Out.

Casa do Sargento de São Paulo, ver histórico, Disponível em: <http://www.casadosargento.com.br/index2.htm>; Acesso em 13 Jun 2010.

Para Clube dos ST/Sgt do II Exército, ver Nossa História, Disponível em: <http://www.clubesargentos.com.br/institucional/nossa-historia.html>; Acesso em: 13 Jun 2010.

CPDOC. Biografia de Odílio Denys. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/odilio_denis; Acesso em: 20 Jun 11.

DA SILVA, Aécio Kauffmann Colombo. **Estórias da legalidade (rascunho)**. Disponível em: http://blogln.ning.com/profiles/blogs/a-todos-os-soldados-desconhecidos-que-ainda-n-o-aprenderam-da?xg_source=activity; Acesso em: 08 Abr 2012.

Grêmio Sargento Expedicionário Sargento Página eletrônica. Disponível em: http://www.geraldosantana.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=70&Itemid=98; Acesso em: 13 Mai 2010.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2002. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista117.pdf>; Acesso em: 28 Nov 2011.

MEDITERRÂNEO. Ano de Produção: 1991; Duração: 96 min; Gêneros: Comédia/Drama/Guerra; País: Itália; Direção: Gabriele Salvatores; Produção: Silvio Berlusconi.

MISSE, Michel. **Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas**. Disponível em: <https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/crime%20e%20pobreza.pdf> Acesso em: 12 Set 2011.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista35.pdf>; Acesso em: 15 Dez 2011.

Postos e Graduações nas Forças Armadas brasileiras. Disponível em: <http://www.mikrus.com.br/~classe35/corresponde.JPG>. Acesso em 15 Fev 2010.

Prefeitura de Horizontina. Ex-Prefeitos. Página eletrônica da prefeitura. Disponível: <http://www.horizontina.com/exprefeitos.php> ; Acesso em: 03 de Abril de 2011.

Ramos do escotismo: Disponível em: <http://www.escoteiro.com.br/aprenda/escotismo/ramo/>; Acesso em: 12 Jun 12.

Sargento Darcy Duarte Rosa. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/1contDarcyDuarteRosa.htm>; Acesso em: 15 Dez 2010.

STOCHERO, Tahiane. **Exército registra em 2010 recorde de pedidos de desligamento em 10 anos.** Portal G1, 16 de abril de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/exercito-registra-em-2010-recorde-de-pedidos-de-desligamento-em-10-anos.html>; Acesso em: 15 Out 2011.

Taifeiros denunciam humilhações nas casas dos generais. Jornal Correio Braziliense. 16 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.apeb.com.br/apeb/arquivo/noticias/2008/taifeiros.htm>; Acesso em 19 Set 2009.

TROPA de Elite. Brasil; Direção: José Padilha. Cor, 118 minutos, 1 DVD, Rio de Janeiro: Universal Pictures, 2007. Ver página eletrônica oficial do filme. Disponível em: <http://www.tropadeelitefilme.com.br/>; Acesso em 7 Nov 2010.

Turma de 1959, Turma “Monte Castelo” da Escola de Sargentos das Armas. Página eletrônica. Você sabia? Disponível em: <http://sites.google.com/site/montecastelocom/turma-monte-castelo-1959/voce-sabia>; Acesso em: 26 Out 2010.

U.S.ARMY. Department of Defense. Department of the Army. **The Armed Forces Officers.** Pamphlet 600-2, 20 Jun 1956. Disponível em: <http://www27.us.archive.org/stream/thearmedforcesof25482gut/25482-8.txt>; Acesso em: 15 Mar 2011.

Sem Indicação de Autor. **The Backbone of the Army: How Vietnam led to the Non-Commissioned Officer as a Combat Leader.** Disponível em: <http://thearmedhistorian.com/2011/07/26/the-backbone-of-the-army-how-vietnam-led-to-the-non-commissioned-officer-as-a-combat-leader/>; Acesso em: 13 Jan 2012.

Sem Indicação de Autor. **NCOs are “backbone” of the Army.** Disponível em: <http://www.army.mil/article/19700/ncos-are-backbone-of-the-army/>; Acesso em 13 Jan 2012.

Sem Indicação de Autor. “História Militar”. Disponível em: <http://www.esao.ensino.eb.br/Historia%20militar/BATALHA%20DE%20GUARARAPES/HistMilEsAO.ppt>; Acesso em 21 Mar 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARRUDA, João Rodrigues. **O uso político das Forças Armadas e outras questões militares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. E-book. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=n5XBBDcnB4EC&pg=PA43&dq=sargentos&hl=pt-R&ei=BZqtTZjHMYSQOQGXIy5Cw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CCwQ6AEwATgU#v=onepage&q=sargentos&f=false ; Acesso em: 21 Abr 2011.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. Enciclopédia Einaudi (Vol.5) Lisboa: Casa da Moeda, 1985, (pp. 296-332).

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil** [2ª Edição]. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wash. **Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Publicação oficial do Ministério da Guerra comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro e Paris, 1922.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército brasileiro e a missão militar francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 2009. 2 v. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. **As revoltas pró-república parlamentar, ou Revoltas de Sargentos**. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/>; Acesso em: 13 Out 2010.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BLAND, Douglas L. **Backbone of the Army: Non-commissioned Officers in the Future**

- Army**. Montreal & Kingston: MGills-Queen's University Press, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1996
- BRAYNER, Marechal Floriano de Lima. **Recordando os bravos: eu convivi com eles**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BROCHADO, João Manoel Simch. **A imitação do combate: busca obstinada da autonomia institucional**. Brasília: COTER (publicação eletrônica), 2004.
- CALDAS, Pedro Espínola Pereira. A arquitetura da teoria: o complemento da Trilogia de Jörn Rüsen. **Revista Fênix**, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Vol. 5, Ano V, nº 1, 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/RESENHA_01_pedro_spinola_pereira_caldas.pdf. Acesso em: 19 Jul 09.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. Vargas e os Militares. In: PANDOLFI, Dulce [Org]. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. pp. 341-345.
- _____. **Militares e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. A origem social dos militares. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 37, pp. 225-231, Nov, 1993.
- _____. Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 7, nº 14, pp. 231-240, 1994.
- _____. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, nº 2. pp.61-78, 1º Sem, 1997.
- _____. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____.; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik [Org]. **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. Revoltas de soldados contra a República. In: ____; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik [Org]. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004. pp. 301-313.

_____. O trote no Colégio Naval: uma visão antropológica. **Antíteses**, Londrina, vol. 2, nº 4, pp. 569-595, Jul-Dez, 2009.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAUVEAU, Agnès [Org]. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CHESTER, Edmund A. **A sergeant named Batista**. New York: Henry Holt and Company, 1954. E-book. Disponível em: <http://www.latinamericanstudies.org/sergeant-batista.htm>; Acesso em: 13 Out 2010.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: EDUSC, 2001.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garís. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

D´ARAÚJO, Maria Celina. Os militares e a transição: perdas e danos do exercício do poder. In: DINIZ, Eli [Org]. **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/IPGA HUCITEC, 1994. pp. 156-178.

_____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____; CASTRO, Celso (Org). **Democracia e Forças Armadas no cone sul**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____; CASTRO, Celso (Org). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DE OLIVEIRA, Tania Regina Pires de Godoy Torres. **O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)**. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

- DIXON, Norman. **A psicologia da incompetência dos militares**. Lisboa: Editora Dom Quixote, 1977.
- DOS SANTOS, Stefan Freitas. **Batalha pela Democracia: 1961-1964 - Outras visões, os Sargentos e o Governo João Goulart**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. **Revista de Sociologia Política**. [online]. n.22, pp. 195-208, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000100014>; Acesso em: 26 Out 2009.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Editora 70, 1970.
- _____ **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 (a).
- _____ **Teoria Simbólica**. Oeiras: Celta Editora, 1994 (b).
- _____ **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do "habitus" nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____ **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____ & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____ **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 (a).
- _____ Sugestões para uma teoria de processos civilizadores. In: _____. **O Processo Civilizatório**. (Vol. 2). Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001 (b); pp. 191-297.
- _____ **Escritos & Ensaios: 1-Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- _____ Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. In: **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 23, nº 3, pp. 515-554, Set-Dez, 2008.
- ENGLISH, Allan D. **Understanding military culture: a canadian perspective**. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 2004.
- ESTEVES, Diniz. **Documentos históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: Editora do Estado-Maior do Exército, 1996.
- FAGUNDES, João Batista. **A justiça do comandante**. Rio de Janeiro: Editora do autor, 2002.
- FÁZIO, Ednéia. **Formação e perfil dos alunos da Escola Preparatória de Cadetes do**

Exército (1990-2000). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

FERNANDES, Fernando Bartholomeu. **As relações civil-militares durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FERRARI, Levi Bucalem. *Burocratas & Burocracias*. São Paulo: Ed Semente, 1981, [Versão digital eBooksBrasil].

FERRAZ, Francisco César Alves. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik [Org]. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004; (pp. 365-388).

_____; LOCASTRE, Aline Vanessa. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. **Revista Militares e Política**, nº 2, (Jan-Jun), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2008, pp. 81-98.

FERREIRA, Marieta de Moraes, (Coordenação); ABREU, Alzira Alves de...[et al]. **Entrevistas: Abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FERREIRA JÚNIOR, Alcemar. Isenções e Clientelismo no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira 1943-1944. In: **Simpósio de Política e Cultura**, Vassouras, II, Textos Completos, 1 CD-ROM, 2006.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo [online], vol.24, n.47, 2004

FILHO, Olympio Mourão. **Memórias: A verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: L&PM, 1978.

FILHO, George Avelino. **Cordialidade e civilidade em raízes do Brasil**. ANPOCS, XII Encontro Anual, 1988. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_12/rbcs12_01.htm; Acesso em: 15 Mar 2009.

FORACCHI, Marialice Mencarini [Org.]. **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

- _____ **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FREYTAG-LORINGHOVEN, Hugo von. **O Poder da Personalidade na Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.
- GIRARDET, Raoul. **A sociedade militar de 1815 até nossos dias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____ **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GRIGOROWITSCHS, Tamara. **O Conceito de “Socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 102, p. 3354, jan./abr. 2008 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- HALBWACHS, Maurice. **La Memoria Colectiva**. Zaragoza: Prensas Universitarias Zaragoza, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. **Revolucionários: Ensaio Contemporâneos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____ **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras [2ª Ed], 1996.
- _____ **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- IGGERS, Georg G. **Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge**. Hanover: University Press of New England, 1997.
- JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: estudo social e político**. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1967.
- JORGE, Sônia e RODRIGUES, Theodomiro. **Escotistas em ação: ramo lobinho**. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2011.
- JÚNIOR, João Júlio Gomes dos Santos. **Os militares na política: antecedentes e apreciações do Conde de Paço D’Arcos (1891-1893)**; Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1277676760_ARQUIVOANPUHRS.

[2010.artigo.Osmilitaresnapolitica.pdf](#); Acesso em 15 Jun 2011.

KEEGAN, John. **A máscara do comando**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

_____. **A face da batalha**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

_____. **Uma história da guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

KRAAY, Hendrik. O abrigo da farda: o Exército Brasileiro e os escravos fugidos (1800-1881). **Revista Afro-Ásia**, Salvador, Universidade Federal da Bahia, nº 17, pp. 29-56, 1996.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **A cidadania dos militares: marchas e contra-marchas**. IN: Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

LACOMBE, Américo Jacobina. Caxias o homem. **Revista Militar Brasileira**, Brasília, Centro de Documentação do Exército, Vol 116, Mai, pp. 27-32, 1980.

LA METTRIE, Julien Offray de. **Oeuvres philosophiques de La Mettrie**. Nouvelle édition, / précédée de son éloge, par Frédéric II, Roi de Prusse. A Berlin et se trouve à Paris: chez Charles Tutot, 1796. 3 vol. Tomo Primeiro disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/113797629/La-Mettrie>; Acesso em: 12 Dez 12.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MACHADO, R. **Por uma Genealogia do Poder**. In: Foucault. M. A Microfísica do Poder. Ed. Graal, 3a. Edição, 1982.

MACIEL, Nilson Nunes. **A estruturação da carreira dos sargentos: uma proposta**. Rio de Janeiro: ECEME, 2003.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)**. Tese de Doutorado em História Social. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. **Revista História em Reflexão**, Dourados, Universidade da Grande Dourados, Vol. 2 n. 4, Jul/Dez, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. [Col. Os Pensadores]. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, Saul. **A fala dos quartéis**. Disponível em: <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/fevereiro63/al63002a.asp>; Acesso em: 13 Out 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos avançados** [online], vol.12, n.34, pp. 7-46, 1998.

MASSI, Fernanda Peixoto. Brazilianismos, 'brazilianists' e discursos brasileiros. **Revista**

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 3, n. 5, p. 29-44, 1990.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. Neve, fogo e montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944/1945) In: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik [Org]. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2004; (pp. 343-364).

_____ ; GONÇALVES, José. **Irmãos de Armas**. São Paulo: Códex, 2005.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

MEI, Eduardo. **L'Étrange défaite de March Bloch: O historiador diante da guerra**. Disponível em: <http://www.gedes.org.br/downloads/675788763217cddb17a527cbbd5821b9.pdf>; Acesso em: 13 Jan 2011.

MEIRA, Mônica Birchler Vanzella. Sobre estruturas etárias e ritos de passagem. **Revista Ponto e Vírgula**, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, Vol. 5, nº 18, pp. 185-201, 2009.

MOROSINI, Liseane. **Mais deveres que direitos: os sargentos e a luta pela cidadania negada (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

NEIBURG, Federico. **Apresentação à edição brasileira: A sociologia das relações de poder de Norbert Elias**. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

OLIVEIRA, Dennison de. Cultura e poder nas cerimônias militares das Forças Armadas Brasileiras: o caso da vitória de Monte Castelo. **Revista de Ciências Humanas**, Curitiba: Editora da UFPR, nº 9, pp. 31-56, 2000.

_____. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2008 (a).

_____. **Os soldados brasileiros de Hitler**. Curitiba: Juruá, 2008 (b).

OLIVEIRA, Natália Vial. **A Intentona Comunista na Bibliex: Em Guarda contra o Comunismo**. Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH/Rio. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276732226_ARQUIVO_AIntentonaComunistanaBibliex.pdf; Acesso em: 22 Mar 2011.

PALHARES, Tenente Gentil. **De São João del-Rei ao Vale do Pó**. Rio de Janeiro: Bibliex, [2ª Ed.], 1957.

_____. **Frei Orlando: o capelão que não voltou**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.

PARUCKER, Paulo Eduardo C. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos**

- subalternos militares no Brasil (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.
- RAMOS, L.R. et al. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Rev. Saúde pública**, São Paulo, 21: 211-24, 1987.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- RODOLPHO, Adriane Luisa. Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. **Revista Estudos Teológicos**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, Vol. 4, nº 2, pp. 138-146, 2004.
- RODRIGUES, Luiz Alberto. **Memórias do soldado Rodrigues**. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2001.
- RODRIGUES, Everton Gustavo. **Construção identitária no Exército Brasileiro: transformações recentes (1996-2006)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Napoleão Bonaparte: Imperador dos franceses, duzentos anos (1804-2004)**. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/Napole%E3o.pdf>; Acesso em: 21 Mar 2011.
- ROLIM, César Daniel de Assis. **Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. [Col. Os Pensadores], Vol II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.
- RÜSEN, Jorn. **Reconstrução do Passado: teoria da história II– os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora UNB, 2007 (a).
- _____ **Razão Histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: EdUNB, 2007 (b).
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a espada: a primeira década republicana e o florianismo**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SANCHEZ, Marcos Guimarães. A Guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, Ano 01, n. 01, Abr, 2010.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. **Extrema-Direita, Volver!: Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva**. Dissertação (Mestrado em

Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)**. São Paulo: Editora USP, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. Argurium: São Paulo, 2004.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A noção de socialização na sociologia contemporânea**. Boletim SOCED, v. 06, p. 01-20, 2008.

SILVA, Carlos Eduardo M. Viegas. **A transformação da guerra na passagem para o século XXI: um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

SILVA, Luis Geraldo. **Norbert Elias: Configuração social e a sociologia processual do Eu e do Nós**; IN: CODATO, Adriano [org.]. Tecendo o presente: oito autores para pensar o século XX. Curitiba: SESC/PR, 2006, [pp.117-141].

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Bibliex/Expressão e Cultura: Rio de Janeiro, 2001.

SOARES, Leonércio. **Verdades e Vergonhas da Força expedicionária Brasileira**. Curitiba: Edição do Autor, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon ; D´ARAÚJO, Maria Celina (Org)...[et al.]. **21 Anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Fernando de. **A Revolta de 31 de janeiro de 1891**. Porto: Universidade do Porto, pp.439-454 2001. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8286/2/2885.pdf>; Acesso em: 18 Dez 2011.

SOUZA, Adriana Barreto de. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850); In: IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik.[Org] **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

STEPAN, Alfred. **Os militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. **Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton University Press, 1988.

- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- TORRES, Eduardo Cintra. A utopia descendo a Rua do Almada: a multidão do 31 de janeiro de 1891. **Sociologia**. Porto, Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, pp. 467-493, 2010. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8814.pdf>; Acesso em 18 Dez 2011.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- WAIZBORT, Leopoldo (Org). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: EdUSP, 2001.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora USP, 2001.
- WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. **Revista história da historiografia**, Ouro Preto, n. 01, Ago, pp. 19-44, 2008.
- WORTMEYER, Daniela Schmitz. **Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional: um estudo da formação de oficiais do Exército**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.